



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento óptico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>

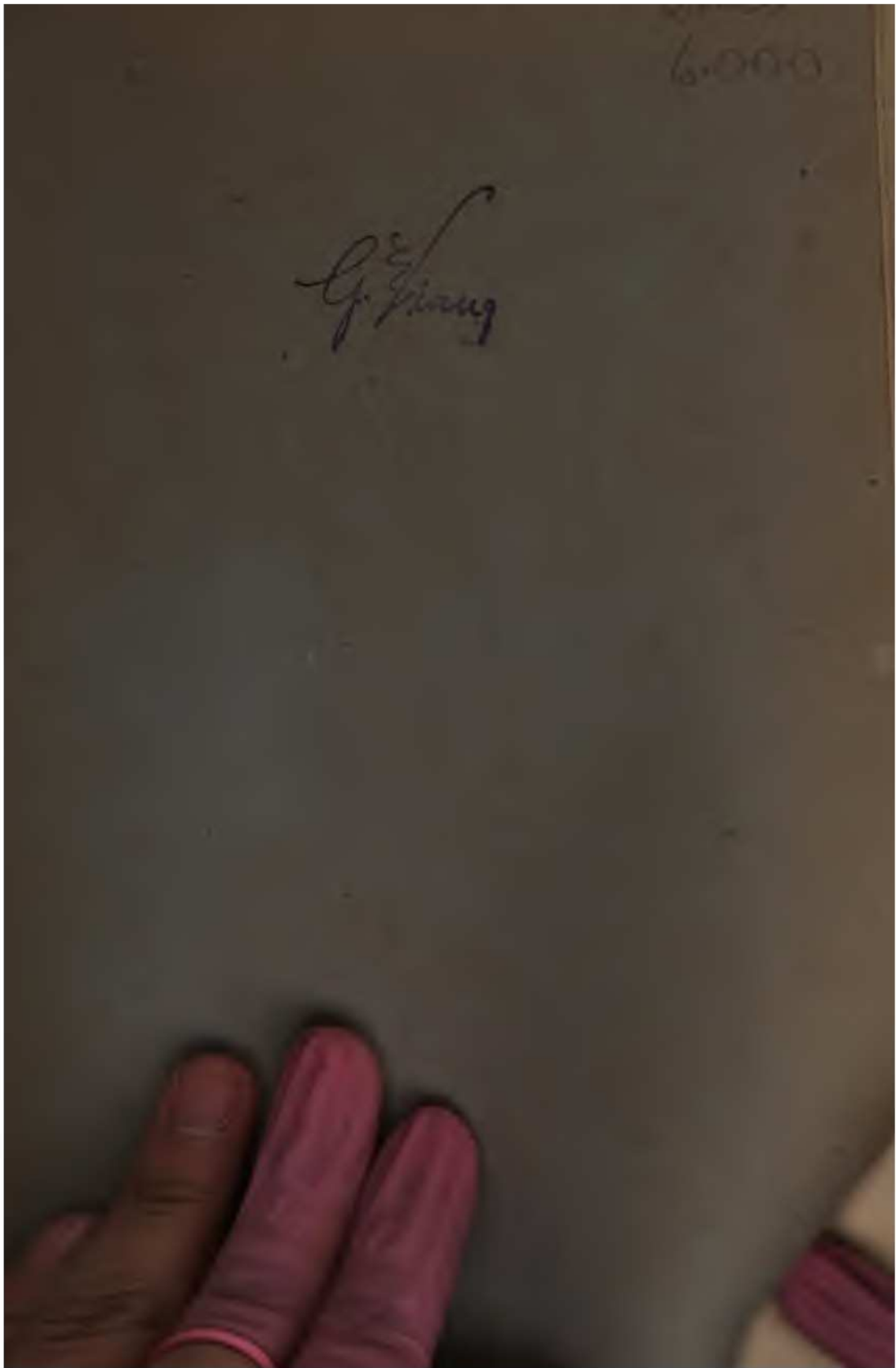


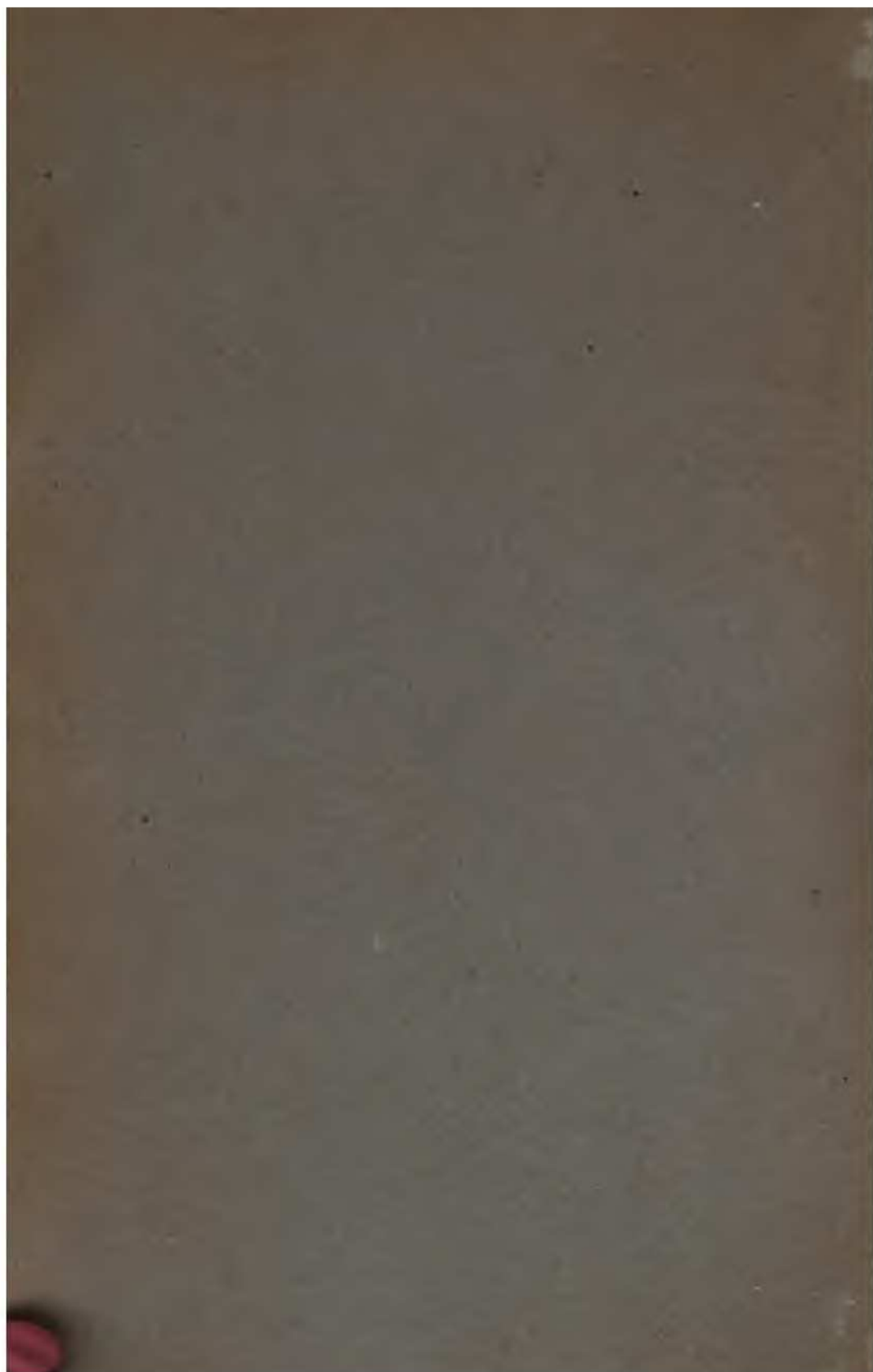


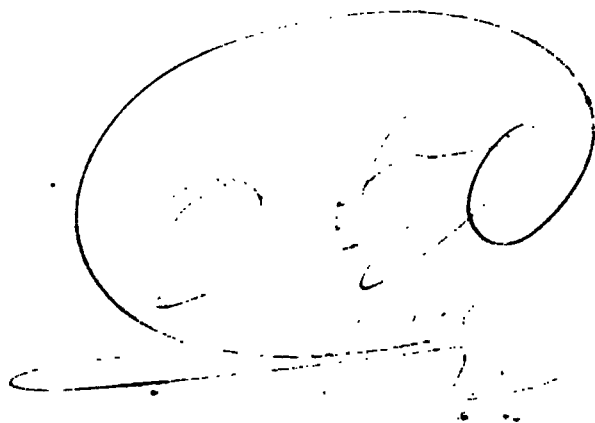
STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES

6.000

L. P. King







MEMORIAS HISTORICAS BRAZILEIRAS

OBRAS DO MESMO AUCTOR

- ENSAIOS TIMIDOS (primeiros versos, lyricos e humoristicos).
Typ. do *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1872.
- HISTORIA DE UM AMOR (narrativa). Typ. do *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1876.
- AURORAS DO SUL (poesias). Typ. do *Artista*, Rio Grande, 1879.
- ADELINA (drama em 3 actos). Typ. da *Livraria Americana*, Pelotas, 1880.
- ESBOÇOS LITERARIOS (estudos criticos e poesias). Typ. da *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 1883.
- A MUSA MODERNA (poesias). Typ. do *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1885.
- ARNALDO (drama em 3 actos). Typ. do *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1886.
- ECHOS DE PARIZ (collecção de folhetins). Typ. do *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1887.
- NOITES DE VERÃO (contos). Typ. do *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1888.
- ANNALIA (drama em 4 actos). Typ. da *Livraria Guarany*, Uruguayana, 1889.
- A VOZ DO TIRADENTES (scena dramatica, em verso). Typ. de *Cesar Reinhardt*, Porto Alegre, 1890.
- ATRAVEZ DO RIO DA PRATA (impressões de viagem). Typ. do *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1890.
- OS GAÚCHOS (comedia de costumes rio-grandenses, em 3 actos). Typ. de *Gundlach & C.*, Porto Alegre, 1891.
- ESCRINIOS (poesias). Typ. da *Livraria Americana*, Porto Alegre, 1892.
- POEMETOS E QUADROS (poesias). Typ. da *Papelaria Guarany*, São Paulo, 1895.
- BRINDE A OLYMPIO LIMA (congratulação e satyra, em prosa e verso). *Companhia Typographica do Brazil*, Rio de Janeiro, 1897.
- A CASTRO ALVES (poesia). Typ. do *Diario da Bahia*, 1898.
- A FLOR DE MANACÁ (poemeto). Typ. da *Empresa Editora*, Bahia, 1900.
- MEMORIAS HISTORICAS BRAZILEIRAS (historia do Brazil, de 1500 a 1837, 2 vols). *Officinas dos Dois Mundos*, Bahia, 1903.

MEMORIAS HISTORICAS BRAZILEIRAS

(1500-1837)

POR

DAMASCENO VIEIRA

Natural do Rio Grande do Sul

MEMBRO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO BRAZIL
DO INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO DA BAHIA
E SOCIO EFFECTIVO DO GREMIO LITERARIO DA BAHIA

TOMO PRIMEIRO

BAHIA
OFFICINAS DOS DOIS MUNDOS

35 — Rua Conselheiro Saraiva — 35

1903

F-252-1

V5

v.1



Damaseno Vieira





Damasceno Vieira

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000



Á PATRIA

*Musa, que sóbes a elevados pinaros,
D'onde, scindindo os ares,
Queres ir perscrutar, n'um vôo olympico,
Os mundos estellares;*

*Tu que, agitando as brancas azas céleres,
Nas ampliões, te animas
Baldadamente a procurar o incognito
Factor das causas primas;*

*Tu que attinges, ousada, ás culminancias
Do Bello e do Sublime
— Deslumbramentos que a palavra pallida
Nem vagamente exprime;*

*Que perpetúas os productos épicos
Dos Homeros e Dantes
E assemelhas o brilho dos « Lusíadas »
Ao dos sões rutilantes;*

*Que vês a humanidade presa ao vórtice
De fatal cataclysmo
E só tu pairas na existencia ephemera,
Serena, sobre o abysmo;*

*Musa, a mais alta encarnação do espirito,
A supplantar as eras,
Só comparavel na existencia fulgida
Às eternaes espheras;*

*Que foste o genio inspirador de Phidias
— Semi-deus da Esculptura —
E dêste às odes triumphaes de Pindaro
A maxima bravura:*

*Desce do espaço, Musa virgem, celica!
E bella e majestosa,
Envolve em pompas, em clarões mirificos,
As roupagens da Prosa!*

*Assim como arrancaste á grega Plastica
Uma Venus de Milo,
Produze a Idéa, sob a Fôrma limpida,
Entre os festões do Estylo!*

*Uma só penna altivolante empresta-me,
Estriada de gloria,
Para que eu possa descrever da Patria
A palpitante historia!*

I

*Terra de «Vera-Cruz»! Indiana imagem,
A quem consagro culto reverente,
Como o nauta que, em meio da viagem,
Arrastado de incógnita corrente,
Descobriu-te e rendeu-te vassallagem,
Alçando-te uma cruz, alta, eloquente;
Noiva gentil que, em saudações singelas,
Acolheste as primeiras caravelas;*

II

*Que vês, em quatro seculos passados,
A evolução constante de teus filhos,
Ora de flechas e tacape armados,
Ignaros, a vagar por ermos trilhos,
Ora pelo progresso impulsionados
Sentindo a mente a dilatar-se em brilhos:
Fulgura, como estrella esplandecente,
Entre as nações do Novo Continente!*

III

*Tu, que, em todos os ramos da Sciencia,
És grato enlevo dos naturalistas,
Quer nas minas de rútila existencia,
Quer na fauna ou na flóra—uteis conquistas
Ao mundo—a revelar magnificencia,
A dar aos sabios mais extensas vistas;
Paiz por toda a Europa ambicionado
Qual si fôras phantastico «El-Dorado»;*

IV

*D' America do Sul torrão formoso
 E maior e mais rico e mais fecundo,
 Onde corre imponente o caudaloso
 Amazonas que egual não tem no mundo;
 Que á noite vês—brazão religioso—
 O Cruzeiro a brilhar no céu profundo,
 E te atavias da reliquia rara
 Que se chama «Bahia Guanabara»;*

V

*Pantheon de poetas transcendentés,
 Basilio, Magalhães, Durão e Dias,
 Castro, o genio de surtos eminentes,
 Porto Alegre de rêgias louçanias,
 Azevedo, Varella, outros videntes,
 Cantores das mais altas harmonias;
 Templo do bello em venerar os nomes
 De José de Alencar e Carlos Gomes;*

VI

*Contra o invasor altiva combatente,
 Prompta, por armas, a vingar agravos:
 Tu mereces do seculo presente,
 O' Patria amada, sagrações e bravos,
 Pelo «Treze de Maio» refulgente
 Que fundiu as algemas dos escravos,
 Por teres exaltado o Mundo Novo
 No governo do povo pelo povo!*

VII

*Em tua bella e triumphal carreira
 Uma acção de heroína assignalaste,
 Quando moderna, esplendida bandeira
 Em « Quinze de Novembro » desfraldaste,
 Quando, entre dissensões, sempre altaneira,
 O feito nacional consolidaste,
 E, embora em sangue, n'uma lucta homérica,
 Honraste as tradições da livre America!*

VIII

*Em prol da causa da Democracia,
 Faze ondular, com fêrvido transporte,
 O pendão que de estrellas se irradia!
 Por base tendo Amor, fraterno e forte,
 Incute a teus Estados harmonia
 E justo Ideal que sobrepuje a morte!
 Joven, mostra ás nações de velha edade
 Quanto sabes amar a Liberdade!*

IX

*Paladina de frente aureolada
 De heroicidades dignas de memoria!
 Na rude, alpestre, fatigante estrada,
 Em que firmas teus marcos de victoria,
 Seja-te a Paz a guia abençoada
 Em tua ardente aspiração de gloria!
 Cumpre, perante o universal congresso,
 O lemma propulsor: « Ordem-Progresso »!*

X

*Pela grandeza de teu sólo ingente
Mede, ó Patria, a grandeza de teus feitos!
Derramando Instrucção como torrente
Que dessedenta enfebrecidos peitos,
Fazendo da Justiça intransigente
O palladio de todos os direitos,
Has de colher, com acendrado zelo,
A lãurea de Republica modelo!*

XI

*À sombra das florestas seculares
Em que Humboldt estudou a natureza,
Pelas costas orladas de palmares,
Pelas serras gigantes de grandeza,
Pelos immensos rios, quasi mares,
Que internam pelo Occano a correnteza,
Minh'alma quiz, anciosa, em toda a parte,
Com tintas verdadeiras retratar-te!*

XII

*Penna fremente que de amor te expandes!
Liberrima, percorre o Continente,
Na envergadura de condor dos Andes!
Desde a brava Amazonia ao Sul valente,
Recolhe idéas nas paizagens grandes
Que infiltram seiva ao coração ardente!
E a narrar dos Estados as historias,
Depõe no altar da Patria estas «Memorias»!*

NOTA Á ESTANCIA IV:

E te atavias da reliquia rara
Que se chama «Bahia Guanabara.»

Sobre o formosissimo encanto denominado «Bahia do Rio de Janeiro» ou «Bahia Guanabara» escreveu o dr. Augusto Fausto de Souza um longo e luminoso estudo, a abranger grande parte de um volume da *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil* (tom. XLIV, 2.ª part., pags. 5 a 155 e 269 a 340). Finaliza a sua grande memoria transcrevendo elogios que a respeito da imponente belleza natural fizeram 71 escriptores nacionaes e 116 estrangeiros. De quatro d'estes reproduzimos os entusiasticos encomios:

«A magnifica bahia do Rio de Janeiro tem sido citada pelos viajantes como uma das maravilhas do mundo. É conhecido o proverbio que recorda as bellezas de Sevilha, e o que os italianos repetem á vista do golfo de Napoles; mas quem vê a cidade do Rio de Janeiro desenvolvendo-se majestosamente pela beira do mar, seguindo os contornos da bahia, fica tentado de repetir os adagios hespanhol e italiano. A natureza, formando a bahia do Rio de Janeiro, parece ter reunido todas as fórmas felizes que se podem alliar em uma paizagem.»

Ferdinand Denis: *Le Brésil*.

«Quem poderá traçar as bellezas que apresenta a bahia do Rio de Janeiro, bahia que, na phrase de um de nossos mais instruidos almirantes, pôde conter todos os portos da Europa? Quem poderá pintar as ilhas de que ella é semeada, tão diferentes entre si, essa multidão de angras que ornarn seus contornos, essas montanhas majestosas que a bordam, essa vegetação tão rica e variada que embelleza suas margens? Depois de uma viagem de 15 mezes, tive finalmente a ventura de tornar a ver o Rio de Janeiro (17 Março 1818), esta cidade cuja posição será sempre para o estrangeiro o objecto da mais viva admiração, e cujo porto, conforme diz o judicioso Southey, é um dos mais vastos, dos mais commodos e dos mais bellos do universo.»

Augusto de Saint-Hilaire: *Voyage au Brésil*, tom. I, pag. 52.

«Que vista encantadora logo que se passa as collinas que encobrem a Praia Grande! Que esplendidas côres! Que magnifica tinta azul! Como o céu e as aguas calmas da bahia parece disputarem qual eclipsará o esplendor um do outro!

«Durante a minha demora no Rio de Janeiro, habitei uma pequena casa de campo na enseada de Botafogo. É impossivel idear nada mais delicioso do que esta vivenda de algumas semanas em tão admiravel localidade.»

Carlos Darwin: *Voyage d'un naturaliste*, 1831-1836.

«Villegaignon e seus companheiros não pensaram no primeiro momento senão em contemplar a paizagem que se desenrolava a seus olhos, paizagem das

XII

mais esplêndidas que possa idear a imaginação de um pintor ou de um poeta. A bahia do Guanabara, ou, segundo o nome mais moderno, do Rio de Janeiro, apresenta na verdade um aspecto encantador. . . Só no Rio de Janeiro se encontra este céu eternamente azul, esta vegetação luxuriante e esta prodigiosa variedade de fôrmas e de aspectos. »

Paulo Gaffarel : *Histoire du Brésil Français*.

NOTA Á ESTANCIA V.

Apontamentos sobre os brasileiros illustres ahí mencionados :

José Basilio da Gama nasceu em 1740, na villa de S. José do Rio das Mortes (Estado de Minas Geraes) e falleceu em Lisboa a 31 de Julho de 1795, sendo sepultado na igreja matriz da Boa Hora.

Produziu o poema *Uruguay*, sobre o qual o visconde de Almeida Garrett, em seu *Bosquejo da historia da lingua e da poesia portugueza*, emittiu o seguinte juizo :

« Justo elogio merece o sensível cantor da infeliz Lindoya, que mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros.

« O *Uruguay* de José Basilio da Gama é o moderno poema que mais merito tem na minha opinião. Scenas naturaes mui bem pintadas, de grande e bella execução descriptiva ; phrase pura e sem affectação, versos naturaes sem ser prosaicos, e, quando cumpre, sublimes sem ser guindados ; não são qualidades communs.

« Os brasileiros principalmente lhe devem a melhor corôa de sua poesia, que n'elle é verdadeiramente nacional e legitima americana. »

Parnaso Lusitano (Paris, M DCCC XXVI) pag. xlvij.

Domingos José Gonçalves de Magalhães (visconde de Araguaya) nasceu no Rio de Janeiro a 13 de Agosto de 1811 e falleceu em Roma a 10 de Julho de 1882.

Publicou no Rio de Janeiro, em 1857, o seu poema *Confederação dos Tamoyos*. Tratando d'este notavel trabalho escreveu o grande philosopho e prégador brasileiro frei Francisco d'Alverne :

« Este poema em geral contém uma idéa nobre e um pensamento altamente patriotico ; está orvalhado de immensas bellezas ; revela estudos profundos e traços de uma imaginação brilhante e fecunda. Suas comparações em geral são verdadeiras e bem apropriadas ; o fogo e a energia d'alma aquecem todo o poema ; o coração do auctor acha-se em toda a sua obra ; a Patria lhe está sempre deante dos olhos. »

Dr. Sacramento Blake : *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1893), tom. II, pag. 219.

Frei José de Santa Ritta Durão nasceu em Cata-Preta (Estado de Minas Geraes) em 1720 e falleceu em Portugal a 24 de Janeiro de 1784.

Apreciando detidamente o seu poema *Caramurú*, diz um dos mais fecundos historiadores brasileiros :

« . . . As scenas que desenha, e as descripções que pinta são tão verdadeiras, que é a sua obra uma chronica perfeita dos usos, leis, religião e costumes dos povos indigenas do Brazil : moveu a empresa o amor da Patria, como ingenuamente o declarou no prefacio ; e embellezou-a com tal arte o seu engenho, que é uma das boas composições modernas que possui a lingua portugueza ; pagam-lhe a patria e a lingua, guardando indelevel e gloriosa a sua memoria. »

J. M. Pereira da Silva : *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes* (Pariz, 1858) tom. I, pag. 326.

Antonio Gonçalves Dias, auctor do poema *Os Tymbiras*, nasceu na cidade de Caxias (Estado do Maranhão) a 10 de Agosto de 1823 e falleceu a bordo da barca *Ville de Boulogne*, que naufragou na costa maranhense, nos bancos dos Astins, a 3 de Novembro de 1864.

Teve o poeta presentimentos de desastre no mar, quando escreveu os versos *Meu sepulcro* (*Ultimos cantos*) :

. Tal no exilio
Contempla á beira-mar o degredado
Devolverem-se as vagas, e, saudoso
Da patria sua — tão distante — as conta ;
Uma por uma as interroga e pensa
Qual d'aquellas será que o leve e atire,
Naufrago embora, e semi-morto, ás praias
Por que choram seus olhos . . .

Em sua poesia *Adeus aos meus amigos do Maranhão* ha presagio de morte no Oceano :

Tal parte o desterrado ; um dia as vagas
Hão de os seus restos rejeitar na praia,
D'onde tão novo se partira e onde
Procura a cinza fria achar abrigo.

Infelizmente não foi encontrado o cadaver.

Por iniciativa de seu devotado amigo e especial biographo, dr. Antonio Henriques Leal, ergueu-se-lhe uma estatua na cidade de S. Luiz do Maranhão.

O historiador Joaquim Manoel de Macedo rendeu-lhe bella homenagem no discurso que proferiu em sessão magna celebrada a 16 de Dezembro de 1864, commemorativa do 25.º anniversario do *Instituto Historico e Geographico do Brazil*. D'esse importante trabalho literario transcrevemos os seguintes conceitos :

« Antonio Gonçalves Dias não tinha sómente um talento maravilhoso: possuía também uma vasta erudição. As linguas latina, italiana, hespanhola, franceza, ingleza e allemã, lhe eram tão familiares como as respectivas literaturas; seus escriptos, principalmente os ultimos, publicados tanto em verso como em prosa, são modelos de pureza de linguagem e de excellencia de estylo em portuguez; com intelligencia tão desmedida e com instrucção variadissima e solida, mostrou-se notabilidade em todos os generos de trabalhos que sahiram de sua penna e pelo menos em um não teve quem o egualasse no Brazil e em Portugal. »

Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Braz., vol. XXVII, 2.^a part., pags. 437 e 438.

Antonio de Castro Alves. Seus apontamentos biographicos e apreciações sobre seu talento acham-se exarados na nota de pags. 84 a 86 do tomo segundo.

Na festa literaria que por occasião do decennario da morte de Castro Alves celebrou a Bahía, coube á eminente capacidade de Ruy Barbosa traçar magistralmente o elogio do poeta.

Entre esplendores de pensamento e de fórma e citações a revelar admiravel erudição, proferiu o orador :

« . . . A justificação do decennario está em que esse sentimento vosso não se circumscreve a este recinto: retreme, como em vós, no coração do paiz. Senão, ouçam o seu echo na capital do Imperio. É que Castro Alves escreveu o poema de nossa grande questão social e da profunda aspiração nacional que a tem de resolver.

« Pulsa a liberdade até nas suas canções de amor. É como si ella fosse para o bardo o que, nas primitivas crenças da Héllade, era Zeus—a natureza e a vida universal: « Zeus é o ar, Zeus é o céu, Zeus é a terra, Zeus é tudo quanto possa haver ácima de tudo. » Elle sentiu, porém, que a liberdade de uma raça fundada na servidão de outra é a mais atroz das mentiras; percebeu que a historia da nossa emancipação nacional estava incompleta sem a emancipação do trabalho, base de toda a nacionalidade; e fez da conjuração de Minas o berço, não só da nossa independencia, como da libertação futura das gerações condemnadas ao captiveiro pela politica de nossos colonisadores e pelos interesses dos traficantes. « Não mais escravos! Não mais senhores! Liberdade a todas as cabeças! » é o brado que rebôa na alma flammejante de Gonzaga; é a nota perenne de toda a obra poetica e dramatica de Castro Alves. »

Ruy Barbosa: *Decennario de Castro Alves—Elogio do Poeta* (Bahia, 1881) pags. 46 e 47.

Manoel de Araujo Porto Alegre (barão de Santo Angelo), grande pintor e auctor do poema *Colombo*, nasceu na cidade do Rio Pardo (Estado do Rio Grande do Sul) a 29 de Novembro de 1806 e falleceu em Lisboa a 29 de Dezembro de 1879.

A 12 de Outubro de 1892, 4.^o centenario do descobrimento da America, o *Instituto Historico e Geographico do Brazil*, como homenagem ao magno

acontecimento, fez apparecer uma edição especial do poema *Colombo*, com o retrato e a biographia do auctor: abrange um volume de 734 paginas.

Na biographia lê-se o seguinte elogio traçado pelo dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro:

• Este enthusiasmo pela poesia americana, pelas scenas poeticas da natureza, dos costumes e da historia do Novo Mundo, levou o auctor a tentar o poema épico *Colombo*, justamente apreciado pela profusão das imagens, luxo das pinturas, riqueza da imaginação e grandiosidade do estylo. O *Colombo*, dizem os criticos, revela um genio inventivo pouco commum e um dom de exposição admiravel; contém muitas e notaveis descripções de uma grande belleza. »

Colombo, poema de Manoel de Araujo Porto Alegre (Rio de Janeiro, 1892), pag. XVII.

Outro elogio ao poema:

• *Colombo* denomina-se a vasta epopéa (em quarenta cantos e um prologo) que em 1866 publicou em Vienna d'Austria o sr. Manoel de Araujo Porto Alegre.

• Grave injustiça fôra o querer medir os templos de Ellora e os de Salomão pelos compassos de Vitruvio ou de Vignola: o poeta brasileiro rompeu com a impetuosidade de seu genio os diques de Aristoteles e de Heracio, declarou-se em plena insurreição contra as regras e convenções escolasticas. Descobre-se no *Colombo* alguma coisa da *Divina Comedia* de Dante, do *Orlando Furioso* d'Ariosto, do *Paraiso Perdido* de Milton, da *Messiada* de Klopstock, sem esquecer o *Mahâbhârata* e o *Râmâyana*, que lhe forneceram mais de uma brilhante inspiração.

• Com a audacia do genio abre o poema por um prologo (flagrante violação da unidade de logar) em que nos apresenta o quadro da agonia da dominação arabe na Hespanha, illuminado pelos esplendores da victoria de Fernando e Isabel. Proprio de Shakespeare é o dialogo entre o monarcha christão e Boabdil, ultimo rei de Granada: contrasta o orgulho de um com a fatidica resignação do outro.

• Só um artista que nos museus da Italia, França, Allemanha, Hollanda, Belgica e Hespanha contemplára os prodigios da esthetica, podia-nos tão magistralmente descrever a Alhambra, esse mimo arabe suspenso nos jardins andaluzes. Julgamos ler uma pagina de Walter Scott e transportados a bem longinuos tempos ao chegarmos á narração do torneio com que os hespanthões celebraram a sua victoria.

• Penetrando, atravez d'esse magnifico portico, no poema, sentimo-nos presos por uma fascinação que nos desvaira os sentidos; despenham-se em catadupas os mais arrojados tropos, as mais graciosas figuras. Magnifica é a descripção da tempestade que subitamente assaltou os navegantes no archipelago das Canarias, a que se seguiu uma estupenda erupção vulcanica.

• No canto oitavo, um dos mais formosos, admira-se o episodio de Leonor, cuja physionomia foi traçada com o pincel de Correggio.

• Logar commum e escolho de vulgares talentos é a descripção do inferno e a

do espirito mau, que ás peiores acções induz o homem. Arrostando o sr. Porto Alegre esse perigo, e conseguiu interessar, e, ainda, ser original, depois de Dante e de Milton.

« O seu Pamorphio é uma criação que honraria o cantor de Beatriz, e que Miguel Angelo teria aproveitado para gravar-o no tecto de Sixtina.

« O festim de Nero e a tetrica figura de Tigelino patenteam seus profundos estudos sobre a antiguidade romana, assim como attestam os cantos XXI, XXII e XXIII sua vastissima sciencia de archeologia mexicana e peruviana.

« Contam-se por milhares as bellezas d'este poema . . . »

Conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro: *Resumo de historia litteraria* (Rio de Janeiro, sem data), tom. II, pags. 459 e 460.

Manoel Antonio Alvares de Azevedo nasceu em S. Paulo a 12 de Setembro de 1831 e falleceu no Rio de Janeiro a 25 de Abril de 1852. Deixou publicados 3 vols. em prosa e verso, em que se evidencia a chamma do genio.

O patriotico poeta rio-grandense Felix da Cunha, seu contemporaneo na academia de direito de S. Paulo, dedicou á memoria do grande discipulo de Byron e de Musset este soneto :

Qu'importa a campa que a meus pés negreja,
Si a cinza apenas de seu corpo encerra,
Emquanto a alma, abandonando a terra,
Da gloria os raios sobre nós dardeja?

Não morre o genio! Mirabeau troveja,
E ainda os thronos o seu nome aterra!
O povo as portas do Pantheon descerra
E o busto heroico de Rousseau corteja!

Oh! não morreu! Os fructos do talento
O pó, que não os dá, não os consome:
De Deus veiu, a Deus volta o pensamento!

A terra, embora, o que foi seu retome:
Tem no seu livro a Patria um monumento
E o livro do porvir tem mais um nome!

Felix da Cunha: *Poesias, publicação póstuma* (Porto Alegre, 1874), pag. 82.

O poeta portuguez Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro escreveu sobre o auctor da *Noite na Taverna* um longo estudo, de que extrahimos topicos:

« Alvares de Azevedo, que dispunha d'uma grande erudição, porque conhecia as linguas da Europa culta e os seus principaes escriptores, queria cultivar a poesia lyrica, idear o poema, escrever o romance, reformar o theatro, exercer a critica, revolucionar a litteratura; queria tambem, frequentando as aulas de

direito, ser um dos principaes estudantes de seu curso, e era-o; e, ardente, cheio de imaginação, dominado pelos sentidos, corria ao mesmo tempo após os seus appetites, não se lembrando de que a elles sacrificava a vida.

« Ha em Alvares de Azevedo um dualismo que assombra, não porque não seja commum a muitos homens, mas porque n'elle é tão pronunciado, que difficilmente se encontra egual em outros escriptores. Alvares de Azevedo era o poeta dos gorgeios, das noites placidas, das flôres, do luar, da aurora ridente, dos castos amores, de todos os grandes affectos, de todas as caricias; e era o poeta que parece que não tinha bebido idéas senão em Propercio e no grego Rufino, inspirando-se unicamente nas nuezas da antiguidade pagã para nos dar d'ellas uma segunda edição no seculo XIX. »

Encyclopedia das Encyclopedias—Djccionario Universal Portuquez Illustrado (Lisboa, 1882), vol. I, 2.ª part., pags. 2122 e 2123.

Luiz Nicolau Fagundes Varella nasceu em Rio Claro (Estado do Rio de Janeiro) a 17 de Agosto de 1841 e falleceu em Nictheroy a 18 de Fevereiro de 1875.

Deixou, entre muitos livros de sentimentaes poesias, um bello e commovente poema religioso *Anchieta ou O Evangelho nas Selvas*.

No prefacio que emmoldura este primoroso painel, escreveu o notavel jornalista Ferreira de Menezes, o fundador da *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro :

« Varella era só poeta. Não via senão Deus e a Natureza.

« Não houve nunca maior desprezador das glorias que os homens dão : cantava como as aves, sem segundo pensar e sem vaidade. Nada invejava, nada pedia. Como homem, era *impossivel* para a sociedade. O seu amor, a sua crença, a sua religião era um pantheismo luminoso, atravessado pela idéa de Deus. Sonhava mergulhar de novo na natureza, para surgir . . . aonde? Longe, na plena luz. Não se considerava mais do que uma onda que tinha de enovelar-se, perder-se e afundar-se no mar da criação; uma nota desprendida do eterno concerto e que se perderia no espaço; um atomo, luminoso sim! que um dia iria juntar-se ao grande todo! »

Fagundes Varella : *Anchieta ou O Evangelho nas Selvas* (Rio de Janeiro, 1875) pags. XV e XVI.

José Martiniano de Alencar, filho do revolucionario cearense padre José Martiniano de Alencar, nasceu a 1.º de Maio de 1829 e falleceu no Rio de Janeiro a 12 de Dezembro de 1877.

Escriptor polygrapho, abrangeu quasi todos os ramos de literatura. São suas principaes obras :

Romances—*Minas de Prata, Guarany, Iracema, Luciola, Dixa, Senhora, A pata da gazella, Sonhos de ouro, O Garatuja, O tronco do ipê, Ubirajara, O sertanejo, Encarnação.*

XVIII

Historia—*Guerra dos mascates, Alfarrabios*, chronicas dos tempos coloniaes.

Dramas—*Mãe, O jesuita*.

Comedias—*O demonio familiar, As azas de um anjo, A expiação, O credito, Verso e reverso*.

Poesia—*Os filhos de Tupã*, poema épico.

Crítica literaria—*Cartas sobre o poema Confederação dos Tamoyos*, assignadas por Ig.

E grande numero de opusculos.

No dizer de um critico severo, José de Alencar «teve uma feição distincta e um lugar a parte em o nosso evoluimento literario. . . Foi um fuudador da literatura brazileira, não só pelo valor, mas pela vastidão relativa de sua obra e sobretudo pela intenção d'ella».

José Verissimo : *Estudos Brazileiros, segunda serie* (Rio de Janeiro, 1894), pag. 158.

Intellectual eminente, considerado uma das mais altas capacidades criticas de Portugal, consagrou a José de Alencar este justo e eloquente elogio :

« Esse engeitado era a personalisação mais gloriosa da soberania do trabalho, affirmando elle mesmo o seu direito, desembainhando no throno da arte a sua larga espada de justiça, vestindo a tunica e a dalmatica azul, calçando as esporas de ouro nos cothurnos bordados de lizes, e fazendo-se ungir e sagrar pelas multidões como os antigos eleitos do Senhor. E era a elle, como a todo o artista victorioso e triumphante, que se deveria dizer como Samuel ao rei Saul : « Deus te elegeu para reinar sobre a sua herança e para livrar os povos das mãos de seus inimigos. »

Ramalho Ortigão : *As Farpas* (Lisboa, 1887) vol. III. pags. 215 e 216.

A 1.º de Maio de 1897 inaugurou-se no largo do Cattete (Rio de Janeiro) uma estatua em bronze consagrada a este admiravel escriptor brazileiro : modelou-a o eximio esculptor Rodolpho Bernardelli.

A entrega da estatua á Municipalidade do Rio de Janeiro foi feita pelo redactor da *Gazeta de Noticias*, dr. Ferreira de Araujo (*), que traçou o historico do monumento n'este discurso :

« Logo depois do fallecimento de José de Alencar, surgiu a idéa de perpetuar no bronze o testemunho do apreço em que tiveram seus conterraneos o escriptor illustre que tanto brilho deu ás letras patrias. Essa idéa não occorreu nem ao Ceará, que foi seu berço, nem ao Rio de Janeiro, onde elle passou os melhores annos de sua vida e onde lutou e soffreu, e onde está o tumulto que recolheu o envolvero fragil de seu grande espirito. Não occorreu a idéa ao Ceará, que mais que todos com tanta razão se orgulha do filho que lhe pagou em gloria e amor a vida que d'elle recebeu, nem ao Rio de Janeiro, ponto de convergencia e fóco de diffusão de toda vida intellectual brazileira.

(*) O dr. José Ferreira de Souza Araujo nasceu no Rio de Janeiro a 25 de Março de 1846 e falleceu a 22 de Agosto de 1900.

«A idéa partiu de Minas Geraes, da cidade da Campanha, onde era então publicado o *Monitor Sul-Mineiro*. Foram os redactores d'esse jornal que abriram uma subscrição para o pagamento d'esta divida nacional; mas não foi por acaso que a Minas coube tal gloria. É que os redactores d'esse jornal sentiam correr-lhes nas veias o sangue de Evaristo da Veiga, o grande jornalista do primeiro alvorecer de nossa vida politica e literaria.

«Lançada a idéa, a familia Veiga honrou a *Gazeta de Noticias*, d'esta capital, com o encargo de a vulgarizar. Vieram os donativos que chegaram para os primeiros trabalhos, e ficaram exgottados quando foram assentados a primeira pedra e o pedestal do monumento que hoje inauguramos.

«Em fins de 1894 pensou-se em dar o ultimo e decisivo impulso ao projecto. Contava-se com o talento e a abnegação de Rodolpho Bernardelli, mas era preciso pagar o bronze e a fundição no estrangeiro. Realizou-se um concerto, que foi uma festa brillantissima, porque foi principalmente uma festa de senhoras, que porfiraram em pôr seu talento e a sua gentileza ao serviço da glorificação do poeta que tão doces emoções lhes causara nos seus livros em que o amor palpita quasi em cada pagina.

«Com o producto d'essa festa fez-se a estatua que ahi está e que temos a satisfação de desvendar aos olhos do publico, satisfação multipla, porque o fazemos em presença de nossos irmãos de além dos Andes, porque é uma prova do culto em que o Brazil tem os seus homens illustres, porque é o documento tangivel do merito de um artista nacional, e porque aqui está justamente orgulhosa a sua illustre familia, a quem elle legara as delicadezas de seu grande coração e as energias de seu alevantado espirito.

«O que foi José de Alencar vai dizel-o Coelho Netto, um dos moços que com mais successo leva por deante a gloriosa tarefa que Alencar deixou tão bem começada; e do muito que nos merece Rodolpho Bernardelli dirá Olavo Bilac, que tem uma alma de artista, como o nosso escultor, e, como elle, o culto sagrado da fórma.

«A minha missão limita-se, n'este momento, a agradecer aos nossos hospedes chilenos a honra de sua visita a esta festa de familia, em que elles tinham o seu logar marcado, como nossos irmãos; orgulhar-me com todos os nossos patricios, por termos sabido cumprir este dever honroso, e a fazer entrega, como n'este momento faço, da estatua de José de Alencar ao governo municipal da Republica.

«Que a guardem zelosamente os que governam esta cidade com o carinho que merece este seu filho adoptivo, que foi homem politico e occupou altas posições, mas passa á posteridade como poeta, isto é, pela qualidade que não lhe deve a força de que não raro se abusa contra os contemporaneos, mas que lhe deu o prestigio que o fará viver pelos tempos fóra, onde quer que haja quem seja capaz de sentir e comprehender a alma da arte, a mais pura, a mais alta manifestação do que ha de divino na natureza humana.»

O prefeito municipal, dr. Furquim Werneck, pronunciou estas palavras:

« A Municipalidade do Districto Federal recebe com a maior satisfação o monumento levantado pela imprensa a José de Alencar.

« Não pôde regatear encomios por ter stereotypado no bronze a memoria de um brasileiro illustre na literatura, na imprensa e na politica, apesar de já ter elle deixado, no seu rico espolio literario, monumento mais immorredouro que o bronze : *ere perennius*.

« Não é de desprezar a circumstancia de ser a obra artistica de escultor brasileiro.

« Felicito a imprensa pela sua nobre iniciativa, digna dos maiores elogios, e muito para ser imitada.

« A vida das democracias depende exclusivamente da iniciativa particular, que supprime e corrige muitas vezes a fraqueza ou iniciativa dos governos. »

Trechos do discurso de Coelho Netto :

« O *Guarany*. . . *ecce homo!* Eis a Patria na sua infancia, núa e innocente— a vida selvagem nas ócas, á beira dos rios claros ; a tribo com a sua *poracé*, e irrompendo como no Paraiso, á sombra grande da brenha virgem, o amor das almas, a conjugação dos dois espiritos : o do indio Pery, o mundo selvagem, com o de Cecy, a Dôr, a Civilisação, e, como confidentes d'esse amor, o arvoredo que sussurra, a catadupa que escachôa, o arroio que murmura, o jaguar que freme, a ave que papeia, a flôr que trescala, a nuvem que empanna, o sol que aclara, a estrella que brilha ; longe, o barbarismo do aymoré, perto o cicio da conspiração : eis a vida inicial da Patria. Quem se move n'esse poema, que é, ao mesmo tempo, um idylio e uma epopéa barbara ? O indio, o aventureiro e essa figura casta que atravessa o livro levemente como uma doce-visão — Cecy.

« Como apothéose, essas duas creaturas fugindo á flôr das aguas, tendo por barco de salvação a verde palmeira que as leva, balouçante, para o infinito dos mares, onde desaparecem. . . aterradas ? não, beijando-se, que o amor não lhes dá tempo para verem a morte, de modo que a entrada d'essas duas creaturas no Paraiso não foi uma surpresa, mas uma continuação da ventura, porque passaram pela morte sem sentir, tão enlevadas iam !

« Vêde a poesia da meiga *Iracema*, « o mais brasileiro de nossos livros, esse poema barbara que trescala o aroma genesisico das pastoras », como disse Alencar Araripe — é, por assim dizer, a glorificação do berço do poeta.

« Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba. » É a terra cearense, que tem como sentinella no limiar esse roleiro mar todo verde, com a sua renda branca de espumas, e, na praia, em fila, como um templo hypostilo, as palmeiras viçosas — lá no mais intimo vivia a india, no adyto da selva, como a alma suave do arenoso e calido Ceará.

« *Ubirajára*, a nobreza indigena ; *As minas de prata*, a vida aventureira e auri-sedenta dos primeiros tempos ; e os perfis femininos *Luciola*, *Diva*, *Senhora*. . . Mas não devo citar mais, não quero fazer ao povo a injustiça de julgar que haja um brasileiro que, sabendo ler, desconheça as obras de seu grande poeta que, mesmo atravessando o campo da politica, levava em punho a sua lyra sonora.

« O meu intento é levantar o *Aze!* da apothéose, e aqui o faço, mostrando ao povo o seu mais genuino bardo. »

Trechos do discurso de Olavo Bilac :

« Trabalhar, entre o silencio indifferente de uns e o odio de outros ; trabalhar sem descanso, tendo como conforto unico a fé no proprio trabalho ; trabalhar sem recompensa, apenas para cumprir um dever, sem esperanza de popularidade — é virtude que a poucas almas é dada. Mas ha no Brazil quem a possuía. Basta citar o nome de Rodolpho Bernardelli, o mestre, que perpetuou no bronze o cantor de *Iracema*.

« E não seria justo que o nome do esculptor não fosse entregue ao applauso publico, ao lado do nome do escriptor glorificado.

« Que este dia (o primeiro dia em que o governo de meu paiz dá uma demonstração publica de que deseja honrar a literatura, vindo assistir a esta festa de homens de letras) possa iniciar uma era nova de florescimento intellectual ! Mas, emquanto não chegam esses dias de ouro, emquanto um Pericles não vem que saiba comprehender a campanha de nossa educação artistica — depois de ter aclamado o nome de Alencar, acclamemos o nome de Bernardelli, pelo que elle representa de dedicação, de probidade e de talento ! »

O poeta cearense Antonio Salles, auctor das *Trovas do Norte*, proferiu breve discurso, de que transcrevemos topicos :

« A sorte reservou-me a dita extraordinaria de representar o Ceará no dia em que a Patria condensa em bronze a sua admiração por José de Alencar.

« Com o correr dos annos, desagregou-se a escoria dos doestos, virou cinza vã a lama da maledicencia, e a figura do Mestre ora se eleva aqui, immacula e grandiosa, erguendo-se na praça publica como o vulto de um santo, perante o qual todos os joelhos se dobram na mesma curvatura de admiração.

« Vivo, talvez que só ao parlamentar e ao conselheiro de Estado se descobrisse a multidão ; morto, é ao homem de letras, é só a elle, que a multidão se consagra n'este momento. . .

« A immortalidade que vem da Arte é a mais pura, a mais legitima, a mais invejavel. . . »

O Paiz de 2 de Maio de 1897.

Antonio Carlos Gomes, auctor das operas *Guarany*, *Condor*, *Escravo*, *Salvador Rosa*, *Fosca* e *Maria Tudor*, nasceu em Campinas (Estado de S. Paulo) a 11 de Julho de 1839 e falleceu na cidade de Belém (Estado do Pará) a 16 de Setembro de 1896.

A vida de Carlos Gomes é facil de se escrever : encerrou-se em duas paixões, em dois cultos : a Arte e a Patria.

Em homenagem á Arte, amava a Italia, idolatrava-a, porque ella lhe desenvolvera a intelligencia e as facultades creadoras ; porque n'aquelle grande centro mantinha intima convivencia com geniaes compositores, com inspirados poetas librettistas, com cantores de primeira ordem, com criticos theatraes

XXII

illustres, com musicos e professores de alta reputação e com auditorios finos e selectos.

O nome que elle deu á sua filha — I'tala — foi uma elevada expressão de seu reconhecimento a essa formosa Italia, que lhe serviu de mãe adoptiva, a essa nação extraordinaria que tem a gloria de apresentar ao mundo a maior e a mais imponente galeria de homeus celebres, nas sciencias, nas letras e nas artes. I'tala, sim! para que esse nome lhe recordasse até á hora extrema a dilecta filha e ao mesmo tempo a terra que lhe havia cingido a fronte com os primeiros louros, levantando-lhe o nome á altura dos mais afamados compositores musicaes.

Amava a Patria com o desprendimento dos grandes corações, imprimindo cunho brasileiro a muitas de suas peças. Orgulhava-se de sua nacionalidade, e nem nos revezes de uma existencia atormentada de privações, a imagem da Patria deixou de lhe preoccupar o coração e o privilegiado espirito.

NOTA Á ESTANCIA VIII:

E justo Ideal que sobrepuje a morte!

« O que constitue a vida de um Estado, determinando a sua estabilidade ou a sua caducidade, é o seu ideal. Si esse ideal exprimir um sentimento de justiça, o Estado estará, internamente, ao abrigo de qualquer dissolução, e, externamente, fóra do alcance de qualquer potencia. Si, porém, o ideal que reger o Estado fór iníquo e falso, mesmo tendo em seu favor o consenso universal, esse Estado, em contradicção consigo proprio, perecerá cedo ou tarde. »

P. J. Proudhon: *Essais d'une philosophie populaire. N. 4. De la justice dans la révolution et dans l'église* (Bruxelles et Leipzig, 1860) pags. 106. e 107.

NOTA Á ESTANCIA XI:

À sombra das florestas seculares
Em que Humboldt estudou a natureza.

Segundo noticia publicada no jornal allemão *Gazeta de Colonia* do 1.º de Abril de 1800, o sabio naturalista barão de Humboldt, em excursão scientifica pelas florestas do Maranhão, fez collecção de 1.500 especies de plantas novas, desconhecidas na Europa, e as remetteu para a Allemanha, como uma esplendida conquista da sciencia.

Alexandre de Humboldt nasceu em Berlim a 14 de Setembro de 1769 e falleceu a 6 de Maio de 1859. A sua existencia em relação á humanidade é comparavel a um pharol colossal que por meio de gigantescos reflectores envolvesse toda a terra em ondas de luz, a encaminhar os navegantes pelo intermino oceano da Sciencia.

De collaboração com um grande medico naturalista, publicou, sobre suas investigações no Novo Mundo, a monumental obra *Voyage aux régions*

équinoxiales du nouveau continent, par A. de Humboldt et A. Bonpland (*), trabalho escripto parte em latim, parte em francez, formando uma collecção de 29 volumes in-folio, 12 in-4.º e 20 in-8.º, adornados de 1425 estampas coloridas, gravadas em cobre.

O creador da geographia comparada, o renovador de toda a historia natural, conseguiu, pouco antes de fallecer, reunir todas as suas privilegiadas forças e produzir uma das mais assombrosas obras de seu seculo: *Cosmos, Essai d'une description physique du monde*, surprehendente panorama do universo, em que estudou todo o conjuncto da natureza, fazendo resaltar, em toda a sua majestade, a organização physica e moral do homem.

NOTA Á ESTANCIA XII:

Desde a brava Amazonia ao Sul valente.

Referencia á bravura dos amazonenses em expellir do territorio do Acre a invasão boliviana—feito de armas executado heroicamente pelas forças commandadas pelo valente coronel sul-rio-grandense José Placido de Castro.

Como eloquente homenagem ao Rio Grande do Sul, devemos honrar estas paginas transcrevendo trechos do notavel discurso *A Instrucção e o Seculo*, proferido pelo escriptor fluminense, dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, no antigo *Parthenon Literario*, de Porto Alegre, a 30 de Janeiro de 1875:

• Sentinella denodada dos términos do Sul, com o peito em frente ao inimigo da Patria, como esses rochedos que se erguem á beira-mar, quebrando as furias das ondas nas arestas de seus granitos, muitas vezes flagellados pelas tempestades, porém sempre resurgindo firmes, de pé, imperterritos, debaixo das vagas despedaçadas, das procellas vencidas!

• Grande provincia! Quando a historia quer escrever uma pagina de triumpho, um poema de heroicidade nas plagas sul-americanas, molha o estylete na lymphá de teu sangue e conta a bravura de teus filhos, cujos ossos branqueiam os campos de todas as batalhas, cujos nomes resplendem, como estrellas de immortalidade, em todos os trophéos da Patria!

• Grande provincia, immortal povo! Urbanidade attica e caracter espartano, sincero como a consciencia energica da verdade, franco e arrojado como o vôo irresistivel do pampeiro pelos plainos interminaveis de suas campinas, leal como seus campos sem brenhas, suas coxilhas sem despenhadeiros, suas serras sem emboscadas, livre como suas brisas, hospitaleiro como seu clima, carinhoso como o seu céo, forte como o seu valor, bendito como o seu patriotismo!

• Salve, Esparta de meu paiz, escudo vivo da honra de minha Patria, berço

(*) O sabio francez Aimé Bonpland nasceu na Rochella em 1773 e falleceu em S. Borja (Estado do Rio Grande do Sul) em 1858.

XXIV

de tantos bravos, bem fadada, mãe de tantos filhos illustres, generosa martyr de tanta dedicação sublime! Por teu passado e por teu futuro, por teus triumphos e por tuas resignações, por tuas glorias e por teus martyrios, por tudo quanto és no coração da Patria e nos hymnos da historia, por tudo ainda quanto mereces de intensidade no amor de tua prole, salve! Com lagrimas por tuas dôres, com alegrias por tuas esperanças, com orgulho por tuas grandezas, com fé por teu porvir, terás sempre, echo da alma, um grito de saudação nos labios dos brasileiros e uma benção no amor ardente de teus filhos!» ↓

Revista do Parthenon Literario, 4.º anno (Porto Alegre, 1875) pags. 19 e 20

PREFACIO



« O descobrimento de um paiz, o seu conhecimento mais exacto, a exploração dos annaes de um novo povo, a sua entrada na civilização commum, tudo isto equivale, na sciencia historica, ao que é, nas sciencias phisicas, a observação de um facto desconhecido; e tudo isto engrandece o dominio da intelligencia. »

E. LITRE: *Littérature et Histoire* (Paris, 1875) pag. 227.

« É na historia que nós vemos como as instituições humanas se têm desenvolvido. A historia é o resumo das experiencias feitas pelos homens em suas relações entre si. O joven cidadão que tem estudado a historia e conhece, em particular a de sua patria, saberá, melhor do que aquelle que a não conhece, comprehender as lições de instrucção civica. »

NUMA DROZ: *Manuel d'Instruction Civique*.

Decorridos mais de quatro annos de pesquisas, de investigações e de estudos historicos, diariamente alternados por preocupações de fuccionario publico, dou hoje a lume a parte completa de meu trabalho, abrangendo periodo superior a tres seculos, a partir do descobrimento do Brazil (1500) até á guerra civil, bahiana, conhecida vulgarmente por *Sabinada* (1837).

A idéa d'estas *Memorias* brotou de um momento de enthusiasmo.

Quando a mentalidade brasileira agitava-se para festejar de modo honrosamente brilhante o quarto centenário do descobrimento d'esta porção da America, e artistas do cinzel e da palavra pensavam erigir no bronze e na literatura monumentos demonstrativos de nosso grau de civilisação e resistentes á acção destruidora do tempo, senti minha alma como que arrebatada por uma torrente, e, sem me aperceber da escassez de minhas faculdades, nem do limitado de meus conhecimentos, nem das horas de lazer—summamente restrictas para um emprehendimento de vulto—quiz acompanhar, de longe ao menos, os brasileiros illustres que preparavam singular apothese á Patria, a 3 de Maio de 1900.

Em Junho de 1899, comecei a escrever a presente obra, condensada em um só volume forte, como prescreveu o sabio naturalista allemão dr. Carlos Frederico Philippe von Martius, na dissertação intitulada *Como se deve escrever a historia do Brazil?*

« A historia do Brazil não excederá de um só forte volume, e deverá ser escripta em estylo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração do que á intelligencia. . . O historiador imprimirá á obra todo o seu amor, todo o zelo patriotico e aquelle fogo poetico proprio da juventude, ao mesmo passo que desenvolva a applicação e profundidade de juizo e de firmeza de character, pertencentes á edade madura e varonil (1).»

(1) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Braz.*, tom. VI. pags. 410 e 411.

No fim d'aquelle anno, achavam-se preparados mais de cincoenta capitulos, a abranger o periodo que vai do anno do descobrimento até ao fim do governo do dr. Prudente José de Moraes Barros (1), 15 de Novembro de 1898.

Realizado o trabalho de escripta, cumpria-me encaminhal-o á imprensa, para que se convertesse em realidade o meu contingente á solemne commemoração.

Um feliz acaso proporcionou-me encontro com um sympathico bahiano, cavalheiro, emprehendedor, amante de idéas elevadas, José Bernardo da Cunha, chefe da *Empresa Editora*, a quem communiquei o meu projecto.

Em Janeiro de 1900 começou-se a imprimir o volume, calculado em cerca de 500 paginas.

(1) O dr. Prudente José de Moraes Barros nasceu na cidade de Itú (Estado de S. Paulo) a 4 Outubro de 1841 e falleceu em Piracicaba (mesmo Estado), a 1.º de Dezembro de 1902, dia em que uma grandiosa procissão civica effectuava na Bahia o enterramento do dr. Manoel Victorino Pereira (*), que no governo do dr. Prudente havia desempenhado os cargos de presidente do senado e vice-presidente da Republica.

O dr. Prudente de Moraes era formado pela faculdade de direito de S. Paulo.

No tempo da monarchia, mereceu ser eleito deputado republicano, e, no regimen actual, governador de S. Paulo, senador ao congresso federal e finalmente chefe da nação. Foi elle o primeiro presidente civil que teve a Republica Brasileira.

Deixando o governo, por occasião de regressar para a capital paulistana, viu-se objecto de imponente manifestação de apreço por parte da população fluminense, que assim rendeu publica homenagem ao administrador modesto, honrado e integerrimo zelador dos dinheiros publicos.

(*) O dr. Manoel Victorino Pereira nasceu na Bahia a 30 de Janeiro de 1853 e falleceu no Rio de Janeiro a 9 de Novembro de 1902. Por ordem do presidente da Republica, dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, foi o cadaver conduzido para a Bahia no couraçado de guerra *Deodoro*.

Infelizmente, porém, surgiram dificuldades typographicas; sóbrepujando a todas a insufficiencia de numerario, para se attender ás despesas do livro, não obstante a resumida edição de 1.000 exemplares—o que impediu o apparecimento d'elle no dia da grande festividade patria.

Tive de me resignar com o imprevisto contratempo e alimentar a vaga esperanza de apresentar a obra, retardada e extemporanea, em principio de 1901.

Mas, por desgraça maior, aos óbices pecuniarios sobreveiu um doloroso acontecimento: a 30 de Abril d'esse anno, succumbia a uma afflictiva e rapida enfermidade o generoso editor.

Nunca se me dissipará da memoria, porque o tenho a pungir-me o coração, o lento agonizar que presenciei n'aquella torturante e quasi infundavel noite. . .

Na vespera de morrer, preocupava-se elle com o exito que alcançaria a nossa idéa, como compensação a tantos sacrificios; recordava com prazer que fôra indicação sua o esboço que tracei sobre a influencia dos jesuitas no Brazil; falava com animação do proximo apparecimento de seu *Almanach Bahiano*, honrado com o retrato e a biographia do emerito jornalista dr. Augusto Alvares Guimarães, cunhado de Castro Alves; imaginava melhoramentos que fariam prosperar a *Empresa Editora*, e, com estas e outras perspectivas de prospero futuro, enlevava-se em bellos sonhos de gloria.

Assisti, minuto por minuto, á extincção d'aquella

atribulada vida de artista, d'aquelle coração franco e abnegado, entusiasta sempre pelos grandes commettimentos.

Com a morte de Bernardo Cunha—a cuja memoria rendo aqui um testemunho de gratidão—vi desmoro-nado e desfeito o meu arduo trabalho, que alcançava 264 paginas impressas.

Fluctuante em um mar de incertezas e apprehensões, parecia que se havia feito em meu espirito um silencio de cemiterio, povoado de idéas mortas. Cheguei a persuadir-me de que a mesma cruel doença começava a alquebrar-me as forças, para arrastar-me, sequioso e arquejante, á derradeira morada.

Vinha-me á imaginação uma impressionadora scena de Homero, a procella que assalta Ulysses, quando, forçado a abandonar a ilha da extremosa amante, affronta a furia dos elementos na mais rudimentar das embarcações, porque sente, a pulsar nas veias, a febre das maiores paixões que exaltam e ennobrecem o homem—o amor da Patria e o amor da Familia. Recordava a pagina de grandiosa estructura que o descreve infortunado juguete do mar:

« Uma impetuosa vaga o arrasta e o arroja para fóra de sua jangada; submerso, não póde o misero desembarçar-se das ondas tumultuosas: pesam-lhe as roupas que a deusa lhe havia dado. Surge, a final, a expellir da bocca a onda amarga, com a cabelleira a escorrer salgada espuma. Apesar, porém, de sua angustia, não esquece a jangada, e, rompendo com vigor as ondas,

apodera-se d'ella e n'ella se firma. O mar então leva-o consigo para o acaso (1).»

Submettido a tratamento medico e restabelecido, voltei á faina; comecei a reunir as folhas dispersas, a recompol-as, pacientemente, desde a primeira linha, e a compulsar novos livros e novos documentos, para que as *Memorias* se imprimissem em outra parte, porque a *Empresa Editora* havia cessado de existir.

O rochedo de Sisypho rolára do meio da alcantilada montanha ás profundidades do abysmo: cumpria-me, com a perseverança d'aquelle padecente condemnado a labor eterno, abalar o pesado penhasco, reerguel-o, a custo, com as mãos escalavradas nas rudes arestas, impellil-o, como d'antes, sobre o aspero dorso do desfiladeiro e leval-o ao sempre desejado e nunca attingido cimo, apenas entrevisto ao longe, verdejante, cheio de frescura e de sombra, propicias a necessario descanso, embora passageiro.

Refundidas e ampliadas as antigas memorias, apparelhava-me para enfrentar novas difficuldades materiaes, com a coragem e a dedicação de outr'ora, predisposto a tudo envidar para que se não perdesse o fructo de tantas fadigas, quando, conhecendo a perfeição dos trabalhos typographicos das *Officinas dos Dois Mundos*, me foi grato dar-lhes preferencia, contractando a impressão da obra, desdobrada agora em dois tomos.

(1) P. GIGUET: *L'Iliade et l'Odyssée d'Homère* (Paris, 1869), pags. 238 e 239.

Dissipadas, de modo satisfactorio e completo, todas as hesitações, senti-me revestido de dobrado alento, e, ao sahir do circulo de torturas physicas e moraes, lembrei-me do genial florentino que soube, de fórme assombrosa e épica, representar o soffrimento das almas condemnadas a dôr infinita, e parodiei versos de sua trilogia immortal:

Por aquelle caminho occulto, umbroso,
Penetrei outra vez no claro mundo;

E, sem pensar em ter algum repouso,
.....

Por um rasgão redondo, ás coisas bellas
Que encerra o céo, lancei olhar profundo.

D'alli sahi a ver, calmo, as estrellas (1).

*

Como verá o leitor, no decorrer d'estes estudos, em um ou outro facto especial e principalmente nas notas biographicas sobre personalidades illustres, acha-se ultrapassada a data de 1837, inscripta no frontispicio da obra: muitas datas alcançam a epocha presente.

(1) Per quel cammino ascoso
Entrammo a ritornar nel chiaro mondo;
E senza cura aver d'alcun riposo
. io vidi delle cose belle
Che porta il ciel, per un pertugio tondo.

E quindi uscimmo a riveder le stelle.

DANTE ALIGHIERI: *La Divina Commedia, cantica prima, Inferno*
canto XXXIV, *in fine*.

Explica-se esta ampliação com a declaração feita de que este trabalho ia abranger periodo contemporaneo: assim fôra delineado e já se havia impresso grande parte, quando se fez mistér abandonar o primitivo plano e determinar, como termo da tarefa, não a actualidade — difficil e melindrosa de ser imparcialmente apreciada, porque as paixões e os odios partidarios ahí estão a palpitar ainda com vehemencia—mas a guerra civil que ha 66 annos agitou fortemente a capital bahiana.

A inserção adequada de nóvos subsidios—elementos de interesse, permittidos em todas as *Memorias*—offerece aos estudiosos a vantagem de adeantar alguns conhecimentos que só mais tarde hão de figurar em livros d'esta natureza, taes como:

—A dirigibilidade dos aeronaves, descoberta por Santos Dumont, e complemento glorioso da invenção dos balões pelo padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão;

—A inauguração da *Columna 2 de Julho*, da Bahia;

—A apothese consagrada á memoria de José de Alencar, symbolizada em estatua, erguida no Rio de Janeiro;

—A glorificação de um veterano da independencia bahiana, festa civica celebrada na ilha de Itaparica;

—A homenagem publica prestada na cidade do Rio Grande aos despojos mortaes do revolucionario Bento Gonçalves da Silva;

E, finalmente, como epilogo da *Sabinada*, o preito de veneração tributado aos restos do general Pedro

Labatut a 4 de Outubro de 1853 (¹) e o piedoso recolhimento dos ossos do dr. Francisco Sabino Alvares da

(1) Em referencia a essa homenagem, o popular poeta bahiano Antonio Augusto de Mendonça produziu flammantes versos patrioticos, sob o titulo *Pirajá*, de que transcrevemos as seguintes decimas :

Sombras de heróes ! Ajuntae-vos
 A' popular multidão !
 Nas vossas glorias mirae-vos,
 Olhae nosso coração !
 Eil-o de lucto coberto,
 Em melancholico aperto,
 Em um transe acerbo e crú . . .
 E o pranto que desencerra
 Triste cae . . . não sobre a terra :
 Nos ossos de Labatut !

.

Povo ! Curvae-vos deante
 D'esse tumulo ! Ahi jaz
 Quem foi na lide arrogante,
 Quem foi humilde na paz !
 Beijae-lhe o marmore frio,
 Povo, que herdastes o brio
 D'esse nosso General !
 D'elle o tumulo soberbo
 Será como um golpe acerbo
 De remorso a Portugal !

Liberdade ! São reliquias
 Esses restos sepulcraes :
 Que não tentem mãos iniquas
 Jamais tocal-os . . . jamais !
 Guardae-os : que são thesouros
 Que p'ra os seculos viudouros
 Ufanos legamos nós !
 Guardae tão famosa herança,
 Como um timbre para a França,
 Como gloria para vós !

ANTONIO AUGUSTO DE MENDONÇA : *Poesias* (Bahia, 1861), pags. 160 a 162.

Rocha Vieira ao *Instituto Geographico e Historico da Bahia*.

Taes assumptos modernos, por isso que se acham intimamente ligados a antigos, apparecem como partes integrantes de acontecimentos que reclamavam conclusivas explicações.

Para amenizar a monotonia e a frieza da narração, revestida quasi sempre de documentos imprescindiveis, intercalei, ora no texto, ora nas notas, versos relacionados com assumpto patriotico; segui, d'este modo, a pratica salutar dos antigos gregos, que preenchiam os intervallos de suas luctas bellicas, externas ou civis, com diversões agradaveis—jogos olympicos e jogos pythicos, consagrados a exercicios gymnasticos e a certames de musica, de historia e de poesia. Quiz ter, como exemplo, o obscuro operario que, ao trabalhar o enorme bloco de marmore, de que deseja ver surgir uma estatua, canta para revigorar-se, canta para esquecer, por momentos, as vicissitudes crueis, inherentes á vida do artista.

A poesia *Pirajá* apresenta esta declaração: « Por occasião de transportarem-se do hospicio da Piedade para a matriz de Pirajá os restos mortaes do marechal Pedro Labatut » e tem a data de 4 de Outubro de 1853, e não 4 de Setembro, como se acha á pag. 52 do tomo II d'estas *Memorias*.

Augusto de Mendonça nasceu na cidade do Salvador da Bahia a 19 de Maio de 1832 e falleceu a 14 de Agosto de 1879. Foi incontestavelmente um dos mais iuspirados poetas lyricos de que a Bahia se orgulha.

D'elle diz Teixeira de Mello: « Rival de Gonçalves Dias na pureza de linguagem, na espontaneidade de inspiração e na melodia do verso, a sua excessiva modestia tornou quasi desconhecido o seu nome. »

Ephemerides Nacionaes (Rio de Janeiro, 1881), tom. II, pags. 79 e 80.

*

Eis o historico d'estas *Memorias*, que submetto ao julgamento de meus concidadãos.

Si, apesar de suas lacunas, deficiencias e imperfeições, estes apontamentos subsidiarios para uma grande Historia do Brazil alcançarem exito na opinião, cumprirei o dever civico de proseguir a laboriosa tarefa, recompondo, polindo e architectando elementos historicos já accumulados e referentes ao agitado periodo de 1838 a 1898, de que foram acontecimentos culminantes:

A revolução no Maranhão—a *Balaçada*—, em 1838;

A campanha contra o dictador argentino D. Juan Manuel de Rosas, em 1851 e 1852;

A guerra contra a Republica Oriental do Uruguay, em 1864 e 1865;

A guerra do Paraguay, de 1864 a 1870;

A instituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, a 15 de Novembro de 1889;

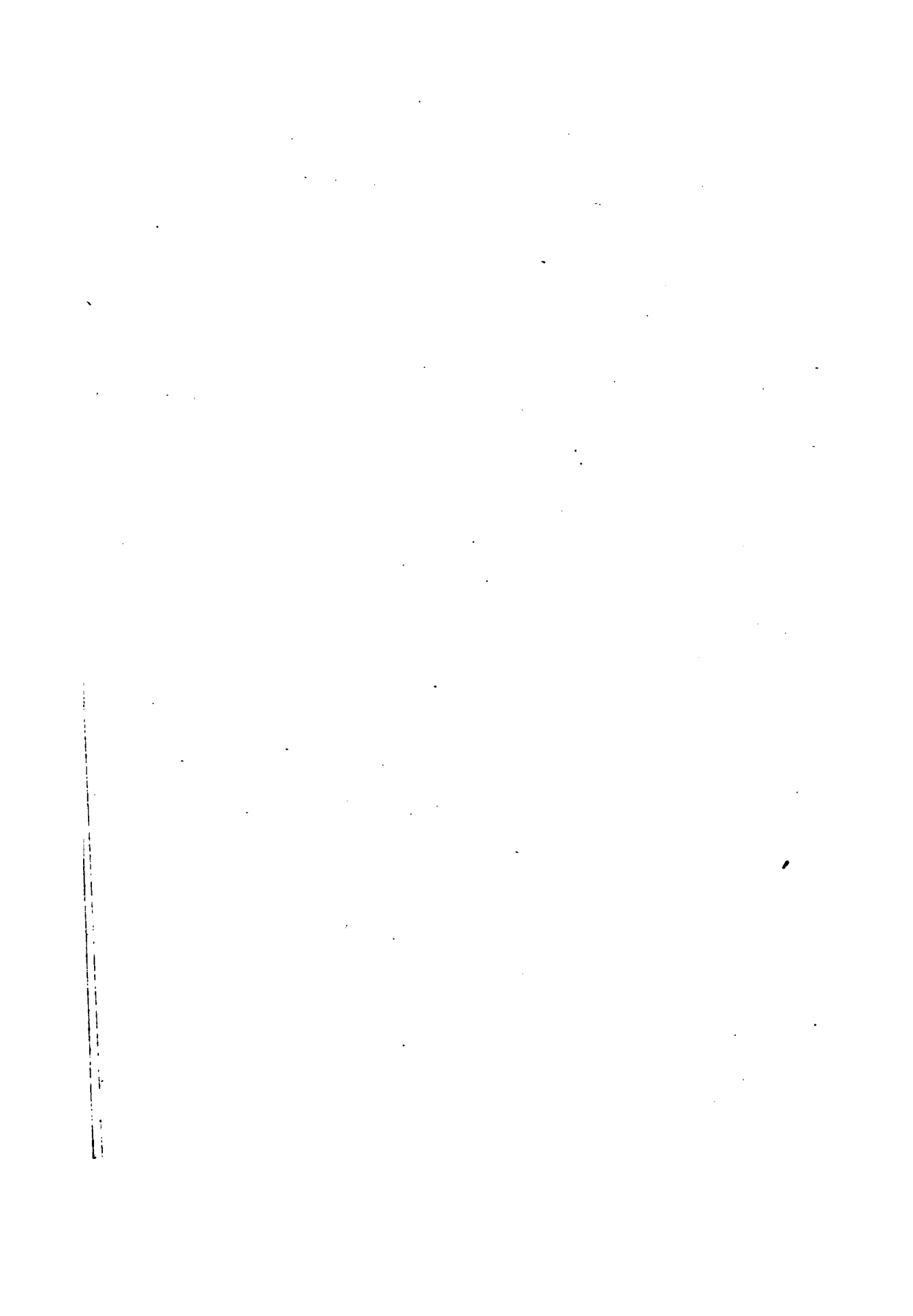
A revolução do Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada, em 1893;

E a campanha de Canudos, na Bahia, em 1897.

Terei assim realizado o primitivo plano e dado como completa a minha homenagem á Patria.

D. Q.

Bahia, Setembro de 1903.



BREVES CONSIDERAÇÕES

«Certamente, o homem deve viver no seu tempo, mas a tendencia para a contemplação do passado é um dom nobilissimo de sua alma. . . Quem trata do passado é desinteressado e só o desinteresse ennobrecce, eleva e dignifica as aspirações dos homens.»

EDUARDO PRADO. Trecho do discurso ao 5.^o anniversario da fundação do *Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, proferido a 10 de Novembro de 1898 e publicado na *Revista* do mesmo *Instituto*, vol. III, pag. 526.

† «Um povo que não conhece a sua historia, está limitado ao presente da geração actual: esse povo não comprehende nem sua propria natureza, nem a sua propria existencia, na impossibilidade em que está de se relacionar com o passado que se explica; e muito menos pôde anticipar alguma cousa do futuro. Sómente a Historia pôde dar a um povo a consciencia de si proprio.»

A. SCHOPENHAUER: *Le monde comme volonté et comme représentation*. Trad. de A. Burdeau (Paris, 1890) vol. III, pag. 256. Referencia de Eduardo Prado no citado discurso.

Estudado sob o ponto de vista politico, o Brazil é para as demais nações do globo um elevado exemplo do que pôde gradualmente alcançar uma nacionalidade em favor de sua autonomia; atravez dos obstaculos erguidos pela rotina e pelo atrazo.

Nenhum povo se exime de acompanhar a humanidade em sua marcha evolutiva para o aperfeiçoamento.

Os proprios Barbaros, sem o saberem, constituiram-se efficazes elementos de progresso, derrocando o mundo pagão que tinha Roma como capital, para estabelecerem, sobre os destroços, as raças fortes que formaram na Europa as modernas nacionalidades. Trazendo á communhão geral o concurso de sua poderosa vitalidade, avigorada pela pureza de costumes, foram elles os rudes arautos da regeneração social que firmou em solidas bases o mundo christão e o tornou apto para comprehender seus altos destinos.

Sobre o governo implantado pelos Barbaros surgiu o dominio feudal, com todo o seu cortejo de oppressões dos senhores para com os vassallos, a convulsionar a Edade Media com as luctas travadas pela desigualdade de condições; depois do feudalismo, a monarchia absoluta; a enfeixar nas mãos de um só homem os direitos dos povos subjugados pela força; após o absolutismo, a monarchia constitucional, exercida na Inglaterra pelo rei, pela camara dos lords e pela camara dos commons—fórma de governo consentanea, em parte, com as aspirações do povo, chamado a collaborar nos altos negocios da nação; e, finalmente, a Republica, o symbolo da soberania popular em sua expressão mais ampla, o vertice da pyramide de todas as conquistas politicas.

«O governo republicano, exclamava em conferencia publica um fervoroso propangandista democrata, antigo professor da faculdade de direito de Pariz, desperta-nos do frio somno do egoismo, incute-nos o germen das virtudes

nobres, porque nos inspira o amor da patria, a renúncia de nós mesmos, o espirito de sacrificio (¹)!»

A republica universal — aspiração que o transcórre dos seculos converterá em realidade — ha de ser o que o demócrata Gambetta prophetizou para a republica de seu paiz « a verdadeira iniciadora do genero humano, a investigação nas artes, o aperfeiçoamento nos officios, a superioridade nas sciencias, a sublimidade nas concepções philosophicas, a probidade nos negocios, a clari- dade nas intelligencias, a luz e a justiça por toda a parte: apparecerá, emfim, no mundo como a mais alta expres- são do espirito humano (²)!»

A egualdade ou o nivelamento das classes foi uma das maiores idéas que agitaram o seculo de Voltaire e de Rousseau e nos trouxeram a liberdade de que gosamos.

Foi a França a primeira e unica nação que compre- hendeu o direito e a liberdade como patrimonios do genero humano, e, por um movimento generoso e altruis- tico, revolucionou o mundo, destruindo os privilegios das ordens sociaes tidas como superiores e estatuinto a todos os cidadãos egualdade de garantias perante a lei.

A cerimoniosa nobreza européa, ciosa de sua pro- genie quasi divina, experimentou forte estremecimento

(1) J. ORTOLAN : *De la Souveraineté du Peuple et des principes du Gouvernemen- tement Républicain Moderne*, pag. 62.

(2) M. GAMBETTA : *Discours politiques* (Paris, 1874), pag. 229.

em sua instituição ao presenciar o facto insólito, contrario a todas as fidalgas etiquetas, de vir um marquez trazer o prestigio de seu nome, de seu valor, de sua fortuna e de seu admiravel desinteresse á causa da independencia da America do Norte.

O abalo subiu de ponto quando aquelle nobre, corajosamente alliado a dois plebeus, Washington e Rochambeau, bateu de modo completo o poderoso lord Cornwallis, na batalha de 19 de Outubro de 1781, obrigando-o a depôr a espada e a entregar-se prisioneiro com seu exercito de 8.000 homens.

Reconhecida pela Inglaterra a independencia americana a 20 de Janeiro de 1783, esse extraordinario titular, que se chamava marquez de La Fayette, de regresso á patria, devotou-se com equal enthusiasmo ás grandes reformas ideadas pela Revolução Franceza.

Eleito deputado pela nobreza d'Auvergne, preferiu fazer causa commum com os deputados do povo, que tinham á sua frente a cabeça jupitilinea e revolucionaria de outro titular, o conde de Mirabeau, e, dando livre curso aos sentimentos e ás idéas de egualdade que lhe tumultuavam no coração e no cerebro, foi pedir á Assembléa Nacional a abolição da nobreza hereditaria, e a decretação immediata dos *Direitos do Homem*.

O Brazil estremeceu tambem de enthusiasmo, ao sentir a corrente electrica dos principios novos que em relampagos cruzavam o Atlantico e quiz, com os Estados Unidos e a França, formar triangulo de luz para fechar

com uma constellação de estrellas o famoso seculo dos philosophos e encyclopedistas.

Militares e jurisconsultos, sacerdotes e poetas, na mais illustre conspiração que ainda se levantou na America, tanto pela grandeza de seus fins, como pelo valor das mentalidades congregadas, constituiram-se os missionarios da doutrina republicana, e na terra dos diamantes, em Minas Geraes, intentaram erigir o templo da liberdade patria. A tyraunna da metrópole era a pesada e sinistra Bastilha que prolongava os pavorosos muros pelo littoral, como que a pretender interceptar os raios solares da civilisação exterior: cumpria derrocal-a, para se desfraldar no alto de suas ruinas a bandeira redemptora que proclamasse aos povos opprimidos a *liberdade, ainda que tardia*. Infelizmente, venceu o despotismo que suffocava as expansões da colonia; foram presos e desterrados os apóstolos do testamento novo, e um d'elles, o mais arrojado pelo desassombro com que propagava o ideal democratico, sentiu-se com surpresa arrastado pela traição a um poste de ignominia, onde morreu, como o revolucionario nazareno, martyrizado pelos pretorianos, mas glorificado pela posteridade.

O 89 brasileiro vingou o sangue de Tiradentes.

*

A vida das sociedades é o continuo e interminavel conflicto entre interesses e idéas. Os interesses podem satisfazer ao homem particular em suas predilecções

egoisticas; as idéas, porém, abrangem dilatada esphera, porque realizam aspirações da collectividade: aquelles têm duração ephemera, propria de ambições que se saciam; estas, vida perduravel, evolucionista, determinada por seu grau de progresso.

A civilisação acompanha a humanidade em sua marcha de oriente para occidente, do centro d'Asia para a Europa e para a America, e dará a volta ao mundo, revertendo ao ponto de partida, enriquecida com os adeantamentos dos seculos que tiver atravessado.

Para esse ideal convergem todas as mentalidades superiores.

Dirigem-se ao novo seculo interrogações palpitantes: sob que regimen formar-se-á o futuro entrelaçamento dos povos? Sob a fórma monarchica? Sob a instituição republicana? Encontra-se a solução do problema na propria definição e comparação dos dois systemas.

Monarchia é o privilegio, é o predomínio de um homem e de uma familia, qualquer que seja o alcance moral e intellectual de seus membros: competente ou inepto, sabio ou cretino, o principe investe-se do poder de reinar *par droit de naissance*.

Republica é a liberdade, é o governo em que qualquer cidadão tem o direito de, por suas aptidões, aspirar a suprema direcção do paiz, por meio do voto electivo de seus compatriotas.

Estabelecendo confronto, reconhece-se, pela ampli-

tude das attribuições, a superioridade d'este sobre aquelle systema.

A fôrma republicana federativa é a que mais se coaduna com as aspirações da humanidade.

«E' a formula da Republica Federal, affirmou um dos mais eloquentes oradores dos tempos modernos, que ha de garantir os direitos do individuo, que ha de reconstituir as nacionalidades, que ha de confederar as raças, que ha de trazer um novo ideal á consciencia e um novo organismo á humanidade, inaugurando a epocha feliz em que acabe a guerra e triumphhe a justiça (1).»

«A federação, explicou brasileiro eminente em uma forte obra de propaganda republicana, é a unidade sem prejuizo da variedade, como no seio da natureza ella existe e se manifesta em todos os seres vivos.

«Por este modo—e seria o unico legitimo— a humanidade inteira se poderia congregiar n'um corpo unico, ligadas todas as nações pelos interesses communs dos homens, abolindo d'uma vez para sempre o flagello terrivel das guerras, garantindo solidamente a normalidade do progresso. O que nunca puderam nem hão de poder as monarchias ambiciosas de Alexandre, de Cesar, de Carlos V, de Napoleão, dos tudescos e dos cossacos, ha de conseguir um dia o systema racional da federa-

(1) EMILIO CASTELLAR: *Discursos Parlamentarios* (Madrid, 1871) tom. I, pag. VI. Este grande orador e publicista hespanhol nasceu em Cadix a 8 de Setembro de 1832 e falleceu em Murcia a 25 de Maio de 1899.

ção, porque é elle o unico que não contraria, antes protege as leis e a ordem da natureza (1).»

O Novo Mundo apresenta agora sobre o Antigo esta legitima e grandiosa preeminencia—a conquista da soberania nacional, o pleno uso da faculdade sagrada que têm os povos de, conhecendo os seus direitos, governar-se por si mesmos.

A exemplo d'America, duas republicas esplendem no coração da Europa: França e Suissa (2). Mas não estacionou ali o alastramento da luz. Portugal e Hespanha sentem o influxo da irradiação. Os proprios gelos do norte não servirão de barreiras ao inevitavel incendio da liberdade.

O illustrado republicano portuguez Latino Coelho definiu, como tendencia natural, o entrelaçamento dos povos por meio de uma grande federação. Escreveu elle:

« Assim como vemos, na maravilhosa machina do mundo, os corpos celestes congregarem-se pela attra-

(1) ASSIS BRAZIL: *A Republica Federal* (Rio de Janeiro, 1881), pag. 201.

(2) Vigoram na Suissa estas grandes leis constitucionaes:

- A instrucção é obrigatoria para todos e gratuita para os pobres.
- A Confederação não tem o direito de manter exercitos permanentes.
- Nenhum cantão poderá contar mais de 300 homens em serviço permanente, sem auctorisação do poder federal. D'esta disposição só se exceptúa a guarda civil.
- Todo suiso é obrigado a prestar serviço militar.
- São abolidas todas as casas de jogo.
- A ordem dos jesuitas e as sociedades suas filiaes não podem ser admittidas em parte alguma da Suissa.

ção em systemas, sem que por isso deixem de conservar a independencia compativel com a ligação e a harmonia, assim tambem as sociedades humanas de diversas ordens tendem forçosamente para se colligarem entre si pela attracção moral . . .

« A justa conciliação do principio da independencia com o principio da associação, determina a unidade e harmonia do *Kosmos* e deve igualmente produzir na humanidade a ordem, a paz, a segurança, a liberdade, e a harmonia social.

« O nosso excellente amigo (Magalhães Lima) advoga a necessidade imperiosa de se instituir a federação republicana dos povos latinos, como o preambulo á confederação geral da Europa civilisada, e como preparação para que um dia possa realisar-se o sonho dos philosophos, e a utopia dos videntes—a fraternidade humana—que hoje tem por seus mais implacaveis inimigos o egoismo das monarchias, o despotismo da tradição e o preconceito das inconscientes multidões (1) ».

(1) J. M. LATINO COELHO: *Prefacio* do livro *Pela Patria e pela Republica*, de S. de Magalhães Lima (Porto, sem data). Latino Coelho nasceu em Lisboa a 29 de Novembro de 1825 e falleceu a 30 de Agosto de 1891.

José Maria Latino Coelho era general de brigada e um dos maiores propagandista da idéa republicana em Portugal. O *Instituto Historico e Geographico do Brazil*, de que foi socio correspondente, fez-lhe levantada necrologia, mencionando grande parte das obras devidas á penna classica e fulgurante d'este laureado escriptor, a quem o Brazil deve um excellente *Elogio historico* sobre o patriarcha de nossa independencia José Bonifacio de Andrada e Silva.

Vide *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Braz.*, tom. LV, 2.ª part., pag. 504.

Alfredo Naquet, o eminente politico francez, chamado um dia a pronunciar-se ácerca do futuro governo geral da Europa, opinou «que nos Estados Unidos da Republica Iberica estava o futuro dos dois povos— Portugal e Hespanha; estabelecida a Republica Iberica, viria naturalmente a confederação republicana dos povos germanicos; depois, a republica federativa dos Balkans; em seguida, a federação da Inglaterra, Irlanda, Escocia e suas colonias, até á realização do grande pensamento — a federação européa, sob a fórma republicana. Para isso, era preciso que a Europa se dividisse e se subdividisse em pequenos estados de 5 a 8 milhões de habitantes, para que nenhum d'esses estados federativos pudesse provocar conflictos e impôr a sua vontade, como hoje a impõem a Russia, a Allemanha e a Inglaterra, em frente de nações pequenas e por isso mesmo fracas e sem defesa. Todas as nações caminham para a federação: é a America que lhes dá o exemplo (1)».

*

Um povo não é grande sómente pela extensão de seu territorio: é grande pelo seu character, é grande pela sua instrucção— a Allemanha, por exemplo.

Funda-se o character na escrupulosa compenetração do dever imposto ao homem em todas as suas relações, ou particulares ou publicas.

(1) MAGALHÃES LIMA: *Pela Patria e pela Republica*, pags. 158 e 159.

Prezar o seu nome, a sua reputação, a sua honra, acima de todos os interesses— eis o objectivo do character, tanto de um individuo como de uma nação.

O governo de um povo é o reflexo da educação d'esse mesmo povo.

Eduque-se a grande massa popular nos são principios da honestidade e da moral e d'esse germen fecundo brotarão personalidades gigantescas, empenhadas em imprimir á Republica a maxima preponderancia historica.

Tornemo-nos fortes pela educação e instrucção civica.

Magalhães Lima, o democrata brasileiro (1) identificado com as aspirações republicanas de Portugal, conta-nos um facto significativo, revelador do quanto se acha disseminada a instrucção na Hollanda:

« Edmundo de Amicis, perguntando um dia a um

(1) Consideramos brasileiro Magalhães Lima, porque elle proprio o declarou em Pariz, ao brindar o Brazil, em presença de nossos compatriotas dr. Teixeira de Souza, José do Patrocínio e Olavo Bilac:

... « Nunca o Brazil foi invocado mais a proposito, e nunca eu, que no Rio de Janeiro tive o meu berço e que n'aquella paiz tenho ainda parte de minha familia, levantei um brinde com mais alegria, com mais entusiasmo, com mais orgulho... »

S. MAGALHÃES LIMA: Obra citada, pag. 180.

Devemos, entretanto, mencionar que um moderno dictionario encyclopedico o dá como portuguez:

« Sebastião de Magalhães Lima, distincto orador e escriptor democrata, portuguez, contemporaneo, natural de Aveiro, fundador do periodico *O Seculo*, autor do *Socialismo na Europa*, *Federação iberica*, *O livro da paz*, etc. » Vide *Dictionario illustrado da lingua portugueza, segundo o methodo de Larousse*, por Francisco de Almeida e Henrique Brunswick (Lisboa, 1898), 2.º vol., pag. 1173.

hollandez, se, na classe das creadas de servir, haveria muitas que não soubessem ler nem escrever, este respondeu-lhe: « Sei que ha vinte annos minha mãe tinha uma que não sabia ler, e isso foi commentado como um verdadeiro phenomeno (1). »

Só a instrucção gratuita e obrigatoria, profusamente diffundida por este immenso paiz, pôde dar-lhe a importancia social a que está destinado.

A educação do povo, a começar pelo ensino primario, deve ser uma das principaes preoccupações de nossos estadistas.

« Na America do Sul—já o dissemos em um livro de visita ás republicas do Prata—é a Confederação Argentina a nação que mais despense com a instrucção publica: grande parte de suas rendas é applicada na educação da infancia.

« Os edificios destinados ás escolas publicas, em numero de 68, são verdadeiros palacios, pelas vastas proporções e commodidades que offerecem, respeitadas todas as prescripções hygienicas. A instrucção ahi é *obrigatoria, gratuita e gradual*. Cumpre-se a obrigação escolar nas escolas publicas, nos collegios particulares ou nas casas de familia, devendo, porém, ser comprovada por meio de certificados e exames. A sua exacta observancia é imposta por meio de advertencias e de multas progressivas, sem prejuizo de se empregar a força

(1) S. DE MAGALHÃES LIMA : Obra citada, pag. 143.

publica quando necessaria para conduzir á escola as creanças rebeldes (¹)».

Em 1891, quando o professor brasileiro Luiz Augusto dos Reis, commissionado pelo governo, visitou a Belgica, encontrou em Bruxellas 155 escolas primarias para uma população de 400.000 habitantes. « Vê-se, escreveu elle, que essa capital de um pequeno paiz eufopeu, como é a Belgica, está em muito melhores condições que a capital do Brazil, possuindo 120 escolas para perto de um milhão de habitantes.

« Já é tempo de termos um ensino serio.

« A verba instrucção publica, que em outros paizes é sagrada, e que, custe o que custar, é sempre augmentada (menos na Belgica, quando está no poder o partido clerical), a verba da instrucção, que na França é a 'que absorve as rendas depois do exercito (e os francezes orgulham-se por este facto), é justamente entre nós a que soffre maiores mutilações, é sempre a unica verba que acham grande. Foi assim no tempo do imperio e creio que já o está sendo com a republica, por desgraça do Brazil (²).»

No tempo do imperio não se desenvolveu a instrucção publica por falta de iniciativa de nossos ministros, que descuraram do assumpto, não obstante a

(1) *Atravez do Rio da Prata* (Porto Alegre, 1890) pags. 230 e 231.

(2) LUIZ AUGUSTO DOS REIS: *O ensino publico primario em Portugal, Hespanha, França e Belgica* (Rio de Janeiro, 1892) pag. 414.

insistencia do imperador em proclamar a urgente necessidade da educação popular. Quando, finda a guerra do Paraguay, os brasileiros residentes no Rio de Janeiro promoveram uma subscrição com o fim de se erguer uma estatua a D. Pedro II, o monarcha dirigiu ao ministro do imperio, conselheiro Paulino José Soares de Souza, a seguinte carta, admiravel de singeleza e demonstrativa dos altos e patrioticos intuitos d'aquelle brasileiro exemplar:

« Snr. Paulino.

« Leio no *Diario* que se pretende fazer uma subscrição para elevar-me uma estatua. O Snr. conhece meus sentimentos, e desejo que declare, quanto antes, á commissão de que falla o mesmo *Diario* que, se querem perpetuar a lembrança do quanto confio no patriotismo dos Brasileiros para o desaggravo completo da honra nacional e prestigio do nome brasileiro por modo que não me contrarie na minha satisfação de servir á minha patria unicamente pelo cumprimento de um dever de coração, muito estimaria eu que só empregassem seus esforços na aquisição do dinheiro preciso para a construcção de edificios apropriados ao ensino das escolas primarias, e o melhoramento do material de outros estabelecimentos de instrucção publica. O Snr. e seus predecessores sabem como sempre tenho fallado no sentido de cuidarmos seriamente da educação publica, e nada me agradaria tanto como ver a nova era de paz firmada sobre o conceito da dignidade dos Brasileiros

começar por uma grande acto de iniciativa d'elles a bem da educação publica.

«Agradecendo a idéa que tiveram da estatua, estou certo de que não serei forçado a recusal-a.

«D. PEDRO 2.º.

« 19 de Março de 1870 (1) »

A Republica Brasileira, infelizmente, não cogitou ainda de resolver o importante problema da instrucção popular, base de todos os outros desenvolvimentos uteis (2).

(1) Esta carta foi encerrada, em original, no alicerce da *Escola de S. Sebastião*, na cidade do Rio de Janeiro, por occasião do assentamento da primeira pedra, e acha-se reproduzida, em *fac-simile*, á pag. 607 do luxuoso livro *Obras poeticas e oratorias de P. A. Corrêa Garção, com uma introdução e notas por J. A. de Azevedo Castro* (Roma, 1888).

D. Pedro II nasceu no Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1825 e falleceu em Pariz, no hotel Bedford (*rue de l'Arcade* n. 17), na manhã de 5 de Dezembro de 1891. Reinou no Brazil desde 23 de Julho de 1840 até 14 de Novembro de 1889.

O Instituto Historico publicou, em um volume in-4.º, de 804 paginas, tudo quanto a imprensa nacional e estrangeira disse em relação á morte do ex-imperador. A obra, compilada pelo 1.º secretario Henri Raffard, tem por titulo *Homenagem do Instituto Historico e Geographico Brasileiro á memoria de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II* (Rio de Janeiro, 1894).

Em seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (tom. VII, pags. 1 a 7), o dr. Sacramento Blake faz a D. Pedro II as mais altas e justas referencias.

(2) Depois de escriptas estas palavras, liamos, como confirmação, a seguinte noticia :

• É tristemente desanimador o estado de decadencia da instrucção publica, em alguns estados da União, conforme se verá da reproducção dos trechos que se seguem :

• O dr. Francisco Salles, presidente de Minas Geraes, diz em sua recente mensagem ao congresso estadual :

• A decadencia do ensino publico é visivel. Ha falta de predios proprios, onde funccionem as escolas, em condições hygienicas, providos de mobilia e

Si nada até hoje temos feito em relação a tão importante ramo administrativo, cumpre não sómente ao governo, mas ao povo, levantar-o do deprimente regresso e collocar-o na conveniente altura, como o comprehendem adeantados paizes da Europa e da America. (1).

material escolar conveniente. Á maior parte dos professores falta o preparo necessario, a educação pedagogica, o estímulo, e, emfim, a inspecção do ensino.

« A falta de frequencia de alumnos, que se nota nas escolas, é a consequencia d'esse estado a que o ensino se acha reduzido. »

« No estado do Rio de Janeiro é esta a situação, descripta pelo presidente general Quintino Bocayuva :

« Virtualmente, a situação é essa : temos professores, e não temos escolas. O pessoal docente é numeroso, mas o exercicio escolar restringe-se em toda a parte. A sorte do professorado é penosa e pungente, mas não é menos penosa e nem menos pungente a sorte d'aquelles que, tambem, por falta de recursos, privam-se, voluntaria ou forçadamente, de alcançar para os seus filhos os beneficios da instrucção. Em todo o estado, não careço esclarecer-vos, o empobrecimento é geral, porque nenhum trabalho é remunerador.

« Si em alguns logares, poucos, a frequencia escolar é regular, na maioria dos districtos ella é quasi nulla. »

« Segundo relatório do governador, tenente-coronel Vidal Ramos Junior, é esta a situação da instrucção publica em Santa Catharina :

« A instrucção primaria entre nós muito deixa a desejar, devido, principalmente, a duas causas: incompetencia de grande parte dos professores e absoluta falta de fiscalisação.

« A frequencia da escola normal tem sido reduzidissima, e nem todos os que a frequentam destinam-se ao magisterio publico, devido á exiguidade das vantagens que offerece esta carreira. D'ahi o limitado numero de professores diplomados.

« A fiscalisação do ensino é completamente nulla. Os chefes de districtos e delegados escolares—quasi sempre homens sem a necessaria instrucção—não sendo remunerados, limitam, em regra, as suas funcções á attestação, muitas vezes falsa, do exercicio dos professores e da frequencia da escola—que nunca visitaram e que talvez nem saibam onde funciona. »

« É note-se que, em Santa Catharina, o governo allemão mantem excellentes escolas, com subsidios elevados. »

Journal de Noticias da Bahia, de 28 de Agosto de 1903.

(1) A 5 de Julho de 1903 foi installada na Bahia uma grande e popular associação sob o titulo de *Liga de Educação Civica*, a qual « tem por fim crear,

*

A historia de uma nação é um vasto e rico repositório de ensinamentos, um verdadeiro thesouro de lições preciosas para as gerações que se succedem, ávidas de apprender e de evoluir subindo.

Compenetrado da responsabilidade de nossã missão, fomos haurir, em primeiras fontes historicas, elementos puros, completamente extremes de odios politicos.

O historiador, como o juiz, não deve ter preoccupação partidaria; narrador e commentador de acontecimentos graves, cumpre-lhe collocar-se acima do turbilhonar das paixões, para decidir com independencia e criterio, determinando aos personagens o logar que a cada um compete no agitado scenario da vida publica.

Em epochas remotas, quando o desenvolvimento da força physica era parte principal na educação dos hellenos, costumavam os espartanos pendurar defronte do leito de seus filhos armas de guerra, como palpaveis estimulos a feitos heroicos, dignos dos cantos da bronzea lyra de Homero; temos equal empenho em patentear aos filhos da nova geração, como incitamentos gloriosos, os principaes trophéos colhidos por nossa mãe commum, a Patria, no decorrer de quatro

promover, animar e propagar o ensino e a educação civica, influindo e trabalhando para que, por todos os meios adequados e principalmente pelas escolas primarias, se preparem cidadãos honestos, fortes e patriotas.»

Oxalá este alto pensamento, que é um exemplo edificante, floresça e fructifique, tanto na capital bahiana como em todas as outras cidades da R^epublica!

seculos consagrados á realizaco dos mais alevantados ideaes—a catechese e civilisao dos indigenas, a expulso do estrangeiro invasor, a manuteno da integridade do territorio, a marcha da liberdade atravez das revoluoes, a libertao dos escravos, a inaugurao da Republica.

Eis o nosso intuito ao traar as paginas que se vo ler: transmittir á gerao a que pertencemos e ás porvindouras exemplos de abnegao e de patriotismo que nos legaram nossos maiores e nos esto dando contemporaneos benemeritos, impellidos pela idea grandiosa de fazerem d'este enorme paiz uma forte e poderosa nao.

Em synthese, estas *Memorias* representam no so um trabalho de instruco, mas, principalmente, uma forte propaganda de educao civica, a offerecer á juventude estudiosa uma larga serie de feitos relevantes, que honram nossa historia patria.

Seja a virtude a pedra angular de todos os committimentos que architectarmos! Insuflemos no corao da mocidade o ardor pelas grandes iniciativas, que produzem, na ordem material, o desenvolvimento das industrias e das artes; na ordem moral, os sentimentos de mutua proteco a formarem da communitade uma so familia; na ordem intellectual, o estimulo ao progresso das letras e das sciencias, resultando, de todo este conjuncto de esforos, a grandeza, a opulencia, a felicidade da Patria!

Um brado de animação a todos os pensamentos elevados, e avante, em marcha para o porvir!

Profiramos, em caminho, as entusiasticas palavras de um espirito vibrante e eternamente juvenil:

« Por toda parte, na Europa, na America, sente-se um immenso estremecimento—um immenso impulso para deante: á frente marcham as idéas como exploradoras; em seguida, os philosophos de fronte meditativa; as multidões virão por sua vez ou chegaram já; a brisa da manhã brinca nas suas bandeiras! Avante! Partamos, cantando um hymno de liberdade (1)! »

(1) EUGÈNE PELLETAN : *Lettres à Lamartine—Le Monde Marche* (Paris, 1858), pag. 250.

CAPITULO I

PORTUGAL NO PERÍODO DA RENASCENÇA. A ESCOLA DE SAGRES.
DESCOBRIMENTOS MARITIMOS DOS PORTUGUEZES.
A EXPEDIÇÃO DE PEDRO ALVARES CABRAL. DESCOBRIMENTO
DO BRAZIL.

A RENASCENÇA, periodo de renovação por que passou a humanidade no decorrer dos seculos XV e XVI, assignalou-se na historia de modo brilhante e indelevel, pelos largos horisontes que descortinou aos destinos do homem e pela transmutação surprehendente que operou no dominio das artes, da litteratura e das sciencias, como si o mundo, attingido por phenomeno cosmico, tivesse por ventura adquirido outra face.

Portadores de luz, pensamentos novos espalharam-se por toda a Europa, e com o ardor de paladinos entregues com fervoroso entusiasmo á conquista de outra terra santa, crearam bibliothecas e escolas, fundaram academias e institutos, inauguraram corporações scientificas e universidades, como

outras tantas victorias do espirito emancipado contra todos os atrophiamientos recebidos da Edade Media.

Deixava a humanidade após si os cantos sentimentaes dos trovadores, os imaginosos romances da cavallaria, as lendas miraculosas, e penetrava em grandioso amphitheatro de luctas positivas que iam derrocar pela base o mundo das ficções para substituil-o pelo mundo da verdade.

O temor originado pelo atrazo, a superstição, as falsas idéas sobre a terra em relação aos demais astros, o predominio da espada, o feudalismo com todas as suas oppressões, tudo ia em turbilhão desaparecer no horisonte, como negras e pesadas nuvens que o tufão leva de vencida e desfaz no espaço, para que se mostre a descoberto o céo, serenamente azul e luminoso.

A applicação da polvora, deitando por terra as armaduras e todo o velho arsenal bellicoso, attrahia a attenção geral para melhores instrumentos de conquista—a penna, o pincel, o escôpro, a bussola aperfeiçoada, o quadrante, o astrolabio e centenas de outros apparelhos, armados, mas em guerra incruenta, contra a ignorancia.

Parecia que toda a Eûropa se havia convertido em laboratorio gigantesco, ruidosamente festivo, a desfraldar aos ventos bandeiras inauguradoras de constantes triumphos.

Inspirados pela febre que idéas novos suscitam, vultos extraordinarios consubstanciam as aspirações d'esse periodo aureo de effervescencia intellectual e imprimem cunho de superioridade a todas as emprezas a que se devotam. Gigantes

pelas concepções do pensamento, produzem obras colossaes, a que vinculam seus nomes, cada vez mais enaltecidos pelo transcorrer dos seculos.

Nenhuma epocha é comparavel á Renasçença pelo numero de homens eminentes que agrupou—figuras a que a historia offereceu pedestal de marmore ou bronze, para que passassem á posteridade cingidas pelo esplendor da propria gloria.

Que de estatuas avultam na imponente galeria d'essa nova Acrópole!

É Gutenberg, em 1450, a inventar a imprensa; a abrir, n'um *fiat-lux*, de par em par as portas da civilisação moderna; a propagar em milhares de jornaes e de livros impressos os conhecimentos que se encerravam em manuscritos e se corroíam pelas bibliothecas dos palacios e dos conventos, completamente segregados do ensino da multidão.

É Christovão Colombo, a reunir no cerebro todos os conhecimentos cosmographicos em voga; a estudar as cartas de navegação de Affonso Sanches, de Marco Polo e de Paulo del Pozzo Toscanelli; a arraigar cada vez mais no espirito a idéa de que a terra não era rasa como a entendiam os doutores da Egreja, de accordo com a Biblia, porém um corpo de fórma espherica, susceptivel de ser perfeitamente contornado; a admittir a certeza de se ir á India de modo directo, atravessando o Atlantico de leste a oeste; a supplicar, baldadamente, a D. João II, rei de Portugal, e a Genova, sua patria, navios para poder effectuar o grande rasgo maritimo; a bater como mendigo, á porta do convento franciscano de

Santa Maria de la Rabida, na Hespanha, para valer-se da protecção do prior, frei Juan Perez de Marchena, junto aos thronos de Castilla e de Leão, a fim de lhe ser concedido auxilio á desmarcada empreza: a defender, perante o concilio de Salamanca, as bases scientificas em que se firmava seu

O concilio de Salamanca a que compareceu Christovão Colombo por ordem da rainha D. Isabel, negou, após calorosa discussão, a exequibilidade do projecto d'este navegante, por julgalo contrario a textos bíblicos e ás doutas opiniões de theologos abalizados.

Foram levantadas estas objecções:

«Como admitir a redondeza da terra, si esta idéa estava em contradicção com a Bíblia?»

«Pois não se lia nos psalmos que os céos estendiam-se por sobre a terra como uma pelle ou tenda? Não affirmava S. Paulo que elles formavam um tabernaculo? Não estavam accordes n'este ponto todos os commentadores e theologos, como S. Basilio, S. Jeronymo, Santo Ambrosio, S. Gregorio e Santo Agostinho? Não podia a terra ser senão rasa, coberta pela atmosphera ou céos. Admittida a theoria de que era redonda, d'ahi resultaria logo a da existencia dos antipodas, que lhes parecia extravagante.»

E n'este ponto reverendos ecclesiasticos citavam palavras de Santo Agostinho:

«A doutrina dos antipodas é incompativel com os fundamentos historicos de nossa fé. Dizer que da outra parte do globo ha terras habitadas, equivale a dizer que ha nações que não descendem de Adão, pois é impossivel que passassem o oceano intermediario: equivale a negar a Biblia, que declara expressamente que todos os homens derivam de um só paiz.»

O frade Cernis, o em'grapho de Alexandria, apoiado em texto da sagrada escriptura, affirmava que a terra era quadrada como a arca santa, que no meio do oceano existia, levantada por Deus, uma immensa muralha de diamante, por traz da qual o sol, após o seu curso pela abobada celeste, terminava a sua carreira no occidente, fazia o giro do pólo para no outro dia continuar a sua marcha no oriente.

Era impossivel passar-se da zona temperada para a zona tórrida, porque esta não apresentava condições de existencia para o homem, por se achar abrazada pelos raios do sol.

Os padres firmavam-se tambem n'este trecho do theologo Firmiano Lactancio:

«Ha absurdo maior que acreditar que existem antipodas, tendo os pés em

projecto; a partir do porto de Palos, sob vociferações da plebe que o tinha como louco; a atravessar paragens

oposição aos nossos? Pessoas que andam com os tacões para o ar e a cabeça para baixo? Que haja logares no mundo, em que tudo é ás avéssas—as arvores estendem para baixo seus ramos e chove e neva de baixo para cima? A idéa da redondeza da terra deu nascimento á fabula dos antipodas, com os pés para o ar. Cahidos os philosophos pagãos n'essa crença extravagante, de absurdos passaram a absurdos, e para defender uns, inventam outros. »

« Admittida a redondeza da terra—perguntavam os padres a Colombo— como, depois de descer de um lado, podia-se subir, voltando por esse ou pelo outro lado? Nem mesmo os mais propicios ventos conseguiriam prestar forças para se caminhar para cima.

« Não era sabido que havia zonas tórridas inhabitaveis e que só a temperada, que era a septentrional, estava adaptada á moradia dos homens? Dentro da zona tórrida não existia os chãos? Quem lá fosse poderia voltar? Admittida a hypothese da possibilidade, quantos annos não seriam precisos para atravessar os mares, e como levar mantimentos para sustentarem-se os aventureiros? »

« A theoria de Colombo, concluíram os conspicuos membros do concilio, não passava de erros em que viveram alguns intitulados philosophos da antiguidade grega e romana, erros demonstrados pela religião christã, que representava toda a verdadeira sciencia. »

D. AFFONSO DE MORAES TORRES, *Bispo do Pará: Traducção da biographia de Christovão Colombo.*

J. M. PEREIRA DA SILVA: *Christovão Colombo e o descobrimento da America.*

Só depois de um anno de empenhos, em que figuraram o prior de la Rabida, o Duque de Medina Celi, o Arcebispo de Toledo, a Marqueza de Maya, e o confessor da rainha, D. Fernando Talavera, é que Colombo conseguiu ser attendido por D. Isabel, que depois enthusiasinou-se pela grandeza do projecto a ponto de exclamar, quando o marido lhe objectou falta de dinheiro para a expedição: *Yo empenaré mis alhajas e el genovés partirá!*

A 3 de Março de 1493, regressou Colombo ao porto de Palos, onde foi recebido com delirio pela mesma população que alguns mezes antes o cobrira de improperios.

Deslumbrados com o acontecimento, permittiram os reis catholicos que o celebre descobridor estampasse armas reaes em seu escudo com esta divisa:

Por Castilla y por Leon
Nuevo mundo halló Colon.

desconhecidas do pavoroso Atlantico e a descobrir, finalmente, com tres pequenas caravelas (1), por entre os fulgores da aurora de 12 de Outubro de 1492, não uma ilha como suppunha, mas o maravilhoso continente que se estende de pólo a pólo, sentindo nos flancos as espumantes homenagens dos dois maiores oceanos que cobrem o globo, — novo mundo destinado a centro do progresso universal, patria das applicações do vapor e da electricidade, scenario magnificante em que se haviam de deseuirolar os mais bellos dramas da liberdade e da democracia.

É Vasco da Gama, em 1498, a exceder o roteiro de todos

Christovão Colombo nasceu em Genova em 1436. Falleceu em Valladolid a 26 de Maio de 1506. Seu corpo foi primeiramente deposto na crypta do convento de Santa Maria de las Cuevas, em Sevilha; em 1536, passou para a egreja principal da ilha de S. Domingo; ou Haiti ou *Hespaniola*; e, a 20 de Dezembro de 1795, foi depositado na capella-mór da cathedral de Havana. Por baixo do retrato de Colombo lia-se a seguinte inscripção:

O restos e imagen del grande Colon!
 Mil siglos durad guardados en la urna,
 E en la remembranza de nuestra nacion!

Em 1898, por occasião da guerra movida pelos Estados Unidos contra a Hespanha e motivada pela revolução de Cuba, que aspirava sua completa independencia, receosos os hespanhões de que os restos de Colombo fossem conquistados pelos norte-americanos, transportaram-n'os, de novo, para Sevilha. Entregue a urna funeraria ao descendente do almirante, ao duque de Veragua, este, depois de sollemnes cerimoniaes civicas e religiosas, a fez depositar na cathedral da cidade, a 10 de Janeiro de 1899.

(1) As caravelas de Colombo denominavam-se: *Santa Maria*, commandada pelo almirante; *Pinta* e *Niña*, sob a direcção dos dois irmãos Martim Alonso Pinzon e Vicente Yañez Pinzon; tripulavam-n'as 140 homens. Sahiram do porto de Palos a 3 de Agosto de 1492.

os seus predecessores e a descobrir o caminho das Indias pelo cabo sul-africano.

É Bramante, em 1513, a construir, como prodigio de architectura, a sumptuosa basilica de S. Pedro em Roma.

É Raphael, em 1514, a impôr á admiração dos seculos as pinturas a fresco das salas do Vaticano.

É Leonardo de Vinci, em 1515, a symbolizar, elle só, a alma artistica da Renascença, como pintor, como escultor, como architecto, como engenheiro, como mechanic.

É Fernão de Magalhães, em 1520, a realizar, com denôdo digno de lyra épica, a primeira viagem em torno do globo — indo ao archipelago das Philippinas, não já pelo cabo Tormentoso, mas pelo caminho de oeste, cruzando o Atlantico, vindo á extremidade meridional do continente americano, passando pelo estreito a que deu seu nome, atravessando o grande oceano Pacifico, e ali morrendo, na ilha de Zebú, victima da sanha de selvagens, sem gosar a ventura suprema de ver a sua galera *Victoria*, sobrepujante ás tempestades que destroçaram os demais navios, visitar as Indias, contornar a Africa em sentido opposto á viagem de Vasco da Gama, e soberba, triumphal, empavezada de glorias, voltar para a Hespanha, em viagem do oriente (1).

(1) O navegante portuguez, ao serviço da Hespanha, Fernão de Magalhães, com uma armada composta de cinco navios, *Trinidad*, *Santo Antonio*, *Concepcion*, *Victoria* e *Santiago*, sahiu de Sevilla a 1.º de Agosto de 1519. Ao passar pela America do Sul, Fernão de Magalhães desembarcou e fez aguada no Rio de Janeiro.

É Luthero, a revoltar-se contra a ostentação e o luxo da cõrte romana sob o pontificado de Leão X; a protestar de modo solemne contra a escandalosa venda de indulgencias, feita com pregão nas praças d'Allemanha e com reclamos a rufos de tambor (1); a prégar a Reforma da Egreja; a reclamar contra o culto dos santos, contra o celibato dos padres, contra os votos monasticos, contra os bens temporaes do clero, contra a confissão, contra o purgatorio, contra a auctoridade do Papa; a queimar na praça publica de Witemberg, a 10 de Dezembro de 1520, a bulla de excom-munhão a que havia sido condemnado; a applicar, finalmente, os recursos de sua eloquencia impetuosa e revolucionaria em favor da liberdade de consciencia, da liberdade de pensamento, da observancia da Biblia, do austero cumprimento das doutrinas de Christo em toda a sua edificante simplicidade e pureza.

À bahia do Rio de Janeiro deu elle o nome de bahia de *Santa Luzia*, por ter ali chegado a 13 de Dezembro, dia consagrado á veneração da referida santa.

A galéra *Victoria*, commandada pelo hespanhel Sebastião del Cano (ou Eleano) regressou á Hespanha a 7 de Setembro de 1522. Para realizar-se a primeira viagem ao redor do mundo gastou-se mais de tres annos.

(1) O dominicano João Tetzel, encarregado da venda de indulgencias na Allemanha, apresentava-se nas praças publicas rodeado de caixas repletas de cedulas impressas com a assignatura do Papa. Fazia rufar um tambor e apregoava: « Comprem, comprem indulgencias! Ao som de cada moeda que cai no meu cofre, sai uma alma do purgatorio! » O povo accorria em massa: moedas de prata e de ouro enchiam o cofre a transbordar. Até nas tavernas se fazia negocio com as cedulas de indulgencias. Ao presenciar o procedimento escandaloso do frade Tetzel, Luthero exclamou indignado: « Hei de fazer um buraco n'aquelle tambor. »

CESAR CANTU: *Historia Universal traduzida por Antonio Ennes*, vol. XIII, pags. 369 e 370.

É Copernico, a estudar, a confrontar os systemas planetarios dos egypcios com os de Pythágoras, de Archimedes e de Ticho-Brahe; a destruir pela base a theoria geocentrica de Ptolomeu; a considerar o sol como centro do novo systema, fóco em torno do qual giram a terra e demais planetas, descrevendo orbitas ellipticas, impulsionados pelo movimento de rotação sobre seus eixos e consequente movimento de translação; a suggerir a Képler as leis que regem o equilibrio dos astros no espaço, e a morrer, em 1543, em um deslumbramento de gloria, no proprio dia em que viu publicado seu livro *Das revoluções dos orbes celestes*—immortal monumento offerecido simultaneamente ao pontifice Paulo III e á sancção da posteridade.

É Miguel Angelo, a soberba cabeça prophetica, a completar, em 1546, o arrojado monumento de Bramante, a igreja de S. Pedro em Roma, sobrepondo-lhe a admiravel cupula; a rever a magestade olympica de sua gloria na colossal estatua de Moysés; a immortalizar-se—Dante do pincel—no *Juizo Final* da Capella Sixtina.

É, finalmente, em 1572, Luiz de Camões—o mais levantado eugenho poetico dos modernos tempos—a celebrar a expedição de Vasco da Gama ás Indias; a cantar todos os feitos heroicos dos portuguezes, desde a fundação da nacionalidade até ás conquistas africanas e asiaticas, eternizando-os pela arte na mais vibrante epopéa que o amor da patria póde inspirar a um homem de genio.

Vulto não menos digno das sagrações da posteridade foi

o infante D. Henrique, terceiro filho de D. João I, por seu vasto saber e pelo commettimento de fundar na extremidade do cabo de S. Vicente, no Algarve, o instituto de instrucção a maritimos, a famosa escola de Sagres, para onde attraheu os principaes cosmógraphos e mareantes, allemães, italianos, portuguezes, hespanhóes, arabes e judeus, e onde preparou os ousados navegantes que nos deram a posse completa do planeta que habitamos.

O principe havia voltado coberto de gloria da conquista de Ceuta, e o triumpho que alcançara ao norte d'África despertára em seu cultivadissimo espirito o pensamento de conhecer a parte sul da região inexplorada e alargar assim os dominios de Portugal—estreita faixa de terra comprimida pela Hespanha e pelo mar.

O mundo antigo tinha como limite meridional o cabo *Não*, a oeste da cadeia do Atlas, n'África; d'este cabo em deante começava o *Mar Tenebroso*, que se dizia envolto em densas trevas, povoado de monstros marinhos e continuamente convulsionado pelas procellas; transpor a barreira equivalia a procurar a morte. «Quem ousa passar o cabo *Não*, voltará ou não» era a sentença de velhos marinheiros.

D. Henrique tomou a si o empenho de vencer a abusão popular, desfazendo por completo a sombra de terror anteposta á navegação do Atlantico austral.

Devotado a estudos positivos—á astronomia, á geographia, ás mathematicas, á nautica—senhor da lingua arabe, considerada então a mais culta e mais rica de conhecimentos;

robustecido de força de vontade inquebrantavel, o infante sentia-se aparelhado para resolver o problema, já por patriotismo, já por amor á sciencia, já pela propagação da fé.

Fundando a escola de Sagres á beira-mar, sobre uma eminencia, na extremidade sul do continente europeu, elle quiz, em contacto com o oceano, estudal-o como immenso livro mysterioso a estender e a dobrar as suas verdes paginas orladas de espumas.

Ahi, em contacto com homens de sciencia, submettia á discussão e á critica os vastos conhecimentos geographicos que havia adquirido e os que a imprensa ia divulgando; eram lidos escriptores antigos como Strabão, Ptolomeu, Plinio, e modernos como o veneziano Marco Polo e os arabes Averrhóes e Edrisi, e ouvidas as opiniões de astrónomos e navegantes como Jayme de Mayorca e o allemão Martim Behaim.

Para dar começo á gigantesca empreza, escolheu dois navegantes destemidos, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, aos quaes ministrou instrucções de transporem com desassombro o cabo *Não* e levarem a sua expedição aos mais remotos pontos que pudessem alcançar. Partiram os nautas no anno de 1418, porém não conseguiram passar o cabo: temporal violento os afastou da costa; descobrem a ilha de Porto Santo (1) e a 3 de Julho de 1419 tomam conta da grande e fertil ilha da Madeira e a colonizam.

(1) A ilha de Porto Santo dista 70 kilometros da ilha da Madeira. N'ella residiu por algum tempo Christovão Colombo com sua mulher D. Philippa Mumiz

Em 1432 eram descobertas as ilhas dos Açores (1) por Gonçalo Velho Cabral, e dois annos depois Gil Eannes conseguia montar o cabo *Não* e tambem o *Bojador*. Ao voltar da viagem, trazendo ao infante rosas colhidas muitas leguas ao sul do fatidico limite, Eannes mereceu de seu amo a honra de ser distinguido com o titulo de cavalleiro da ordem de Christo.

Desfeita a lenda do Mar Tenebroso, apossa-sê dos portuguezes a ancia de gloria, o delirio pelo descobrimento de novas regiões ultramarinas, e são successivamente explorados cabos, ilhas, bahias e rios da costa occidental d'África até á Senegambia, pelos navegantes Affonso Gonçalves Baldaya, Nuno Tristão, Diniz Dias, Alvaro Fernandes e Aloysio Cadamosto.

Perestrello, filha do cosmógrapho portuguez Bartholomeu Perestrello, donatario da ilha. Afonso Sanches, Perestrello e o florentino Paulo Toscanelli foram os geographos que forneceram cartas e roteiros a Christovão Colombo sobre a possível descoberta de terras além do Atlantico.

(1) Era tradição entre antigos escriptores gregos e latinos que a oeste das Columnas d'Hercules, hoje estreito de Gibraltar, existia um continente ou grande ilha denominada *Atlantida*, a qual foi submergida por espantoso cataclysmo no decorrer de um dia e de uma noite, deixando pontos culminantes como vestigios de sua existencia:—ao norte, as ilhas dos Açores; a leste, as da Madeira e as Canarias, e ao sul, as de Cabo Verde. A parte occidental fôra tragada pelo oceano. Conta-se que em remota antiguidade povos que habitavam as margens do Mediterraneo, como os carthaginezes, os gregos, os egypcios e os phenicios, entretiveram commercio com a *Atlantida*, que Platão considerava uma das mais bellas regiões do mundo, pela abundancia de florestas e pelo ouro que enriquecia seus grandiosos templos. A natureza vulcanica d'aquellas ilhas—conhecidas depois por Afortunadas ou ilhas Elysias ou terra das Hespérides—e recentes estudos consagrados a este ponto historico auctorizam a admittir a lenda como firmada na verdade.

A 13 de Novembro de 1460, fallece em Sagres o infante D. Henrique, sem recolher o fructo de seus levantados labores, sem ver completamente realizado o ideal de seus estudos— a circumnavegação do continente africano.

Morreu, porém, coberto de benções universaes, por ter sido o grande iniciador dos famosos commettimentos maritimos que deram, pouco tempo depois, eterno renome a Bartholomeu Dias, a Christovão Colombo, a Vasco da Gama, a Pedro Alvares Cabral, a Fernão de Magalhães.

Em 1461 e 1462, Pedro de Cintra descobre os cabos da Verga e o de Sagres da Guiné (hoje Ponta Tumba), a Serra Leôa até ao cabo Mesurado; ao mando de Fernão Gomes, os navegantes João de Santarém e Pero Escobar, tendo como pilotos Martim Fernandes e Alvaro Esteves—um dos nautas mais habilitados da epocha—vão á costa de Mina, onde estabelecem resgate de ouro, á de Benin, de Calabar, do Gabão, e ás ilhas de Fernando Pó, Principe, S. Thomé— junto á qual passa a linha do Equador—e a de Anno Bom, ao lado meridional da linha; Diogo Cão e Martim Behaim chegam ao 6.º grau de latitude sul e descobrem o rio Zaire ou Congo; descem em direcção ao tropico de Capricornio e descobrem as costas do Congo, Angola, Benguela, Mossâmedes e a Cimbebasia até ao cabo Serra, a que os inglezes puzeram o nome de Cape Cross.

Um personagem heroico apresenta-se depois no magnifico scenario das conquistas maritimas dos portuguezes—émulo do Gama, seuão superior a elle, pelos perigos que arrostou

e pela coragem com que os venceu: esse, é Bartholomeu Dias.

A 2 de Agosto de 1486, parte de Lisbôa o audaz navegante, com tres navios apenas, de que são capitães Bartholomeu Dias, João Infante e Pedro Dias, irmão do primeiro, e pilotos Pedro de Alemquer, Alvaro Martins e João de S. Thiago; visita a Angra do Salto, descoberta por Diogo Cão; aporta a outra angra que denomina dos Ilheus, hoje bahia Spencer; percorre a costa da Hottentotia; corre ao longo do cabo sul-africano; soffre ali durante dezoito dias tempestades horrorosas; descobre o cabo das Voltas, a angra dos Vaqueiros (Flesh-Bay), a de S. Braz (Mossel-Bay), a de Santa Cruz (Algoa-Bay), o rio do infante (Great Fisch-River); sente, pela mudança de temperatura, haver passado á costa oriental do continente negro; ávido de gloria, quer proseguir, em demanda da India; porém a tripulação, fatigada de tantas luctas e de tantos perigos, receosa de morte imminente, obriga-o a regressar: é na volta que elle reconhece, entre o fragor de procellas, haver transposto o grande promontorio situado na extremidade sul d' Africa: denomina-o cabo *Tormentoso*.

Ahi colloca um padrão, intitulado de S. Philippe, a assinalar um dos mais ousados feitos da marinha portugueza.

A sua volta á patria, a 19 de Dezembro de 1487, é saudada com as ovações populares que costumam cercar grandiosos triumphos.

Parte principal do geral contentamento, D. João II dá ao cabo o nome de *Bôa Esperança*, pela fundada esperança que

suggeriu de por elle se encontrar o riquissimo reino do afamado monarcha Prestes João das Indias (1).

A 8 de Julho de 1497, sai do porto de Lisbôa Vasco da Gama com quatro navios; a 22 de Novembro monta o cabo da Bôa Esperança, com tempo sereno e bonançoso e não revolucionado por tempestades como Luiz de Camões phantasiou para crear a ficção admiravel do gigante Adamastor; percorre a parte oriental do continente, dando nomes á *Costa do Natal*, ao *Rio do Cobre*, ao dos *Bons Signaes* (Quelimane); descobre as ilhas de Moçambique e de Mombaça; em Melinde firma o ultimo padrão africano; atravessa setecentas leguás em direcção á Asia e chega, finalmente, a terras da India, ancorando, a 20 de Maio de 1498, em Çalecut, porto

(1) A expedição de Bartholomeu Dias levava empenho de descobrir o paradeiro do celebre Prestes João, rei e pontífice, chefe de uma grande nação de christãos, estabelecida n'Africa, nas proximidades do Egypto.

Nenhuma noticia foi colhida ácerca do curioso personagem. D. João II incumbira tambem a Pero da Covilhã e a Affonso de Paiva de irem, por terra, travar amizade e relações commerciaes com o incognito rei. Para cumprir as reaes ordens, andaram os dois emissarios pela Abyssinia, transportaram-se para a India e ali tiveram noticia da ilha da Lua (Madagascar).

De volta, penetrando novamente na Abyssinia, Pero da Covilhã persuadiu-se de que o *negus* d'essa paragem era o proprio Prestes João, por isso que exercia simultaneamente as funcções de rei e de sacerdote, e trazia na frente uma corôa composta de tres ordens de diamantes e encimada por uma mitra em que se via gravada uma cruz.

D'esse ponto, Pero da Covilhã mandou ao rei de Portugal as seguintes preciosas informações geographicas: «Que os navios que navegavam ao longo da costa de Guiné, proseguindo, podiam ter quasi certeza de que chegariam ao extremo do continente africano, e que, si aproassem depois para leste, em direcção a Sofala e a Madagascar, estariam no caminho verdadeiro da India.

Esta orientação serviu de base á expedição de Vasco da Gama, dez annos depois da viagem de Bartholomeu Dias.

do Indostão, que pela primeira vez é honrado com a presença de navegantes europeus (1).

Tomando por assumpto esta grande viagem, accidentada de perigos, oriundos da crueza dos elementos e da perfidia dos homens, o poeta Luiz de Camões compõe a epopéa *Os Lusíadas*—imperecível monumento litterario de que Portugal se orgulha, criação sublime, que colloca o auctor na plana dos maiores épicos, como Homero, Virgilio e Dante.

Depois da descoberta d'America por Christovão Colombo, muitos navegantes emprehenderam viagem ao novo continente.

D'entre elles, menciona-se Alonso de Hojeda que, acompanhado de Americo Vespuccio e de João de la Cosa, percorreu duzentas leguas da costa do extremo norte da America do Sul, desde a base da península de Pária para sueste até quatro e meio graus de latitude norte, terra de Santo Ambrosio ou bahia Oyapoc.

A 25 de Janeiro de 1500, Vicente Yañez Pinzon, companheiro de Colombo, descobre um cabo a que dá o nome de *Santa Maria de la Consolacion*, hoje cabo de Santo Agostinho, ao sul do Recife. Pinzon consegue desembarcar ali; assaltado,

(1) A frota de Vasco da Gama compunha-se apenas de quatro navios: *S. Gabriel*, ao mando do almirante, acompanhado do habil piloto Pero de Alenquer, já experimentado na viagem em que Bartholomeu Dias descobrira e dobrára o cabo Tormentoso; *S. Raphael*, commandado pelo irmão do chefe da expedição, Paulo da Gama, tendo como piloto João Coimbra; *S. Miguel*, sob o governo de Gonçalo Nunes, e destinado a conduzir os mantimentos; e *Berrio*, commandado por Nicolau Coelho, indo como piloto Pero Escobar.

porém, pelos indigenas que lhe matam dez homens, retira-se e vai ter á foz do Amazonas. Maravilha-se ante o espectáculo que lhe apresenta o caudaloso rio-oceano a erguer monstruosa vaga, a roncar com estrondo, sem duvida em occasião de *pororoca*. Apprehende alguns indios que leva para a Hespanha como documentos vivos da descoberta effectuada (1).

Em Março do mesmo anno, Diogo de Leppe aporta ás costas do Maranhão, d'onde vê-se obrigado a fugir, pela recepção aggressiva que lhe fazem os selvagens.

Pedro Alvares Cabral veiu, portanto, á America do Sul em quarto logar.

Descrevamos como se realizou o memoravel acontecimento.

Descoberto o caminho da India pelo cabo da Bôa Esperança, cumpria a Portugal estabelecer colonias n'essa remota região, fertil de especiarias que deviam ser permutadas com generos europeus, e desenvolver assim o commercio em larga escala, de que a patria dos heroicos navegadores teria de auferir grandes e legitimos lucros.

Por negocio e para consolidar o dominio portuguez n'Asia, D. Manoel fez partir para ali uma forte expedição, composta

(1) O visconde de Porto Seguro opina que o cabo descoberto por Pinzon foi a ponta de Mucuripe, proxima á capital do Ceará; o dr. João Mendes de Almeida diz ter sido entre o Gurupy, na foz do rio do mesmo nome, e o rio Amazonas; o padre Manoel Ayres do Casal declara que esse cabo foi o do Norte, na latitude de dois graus septentrionaes, no Pará.

de dez caravelas e tres navios redondos (1), cujo commando confiou a um homem de alto merecimento, Pedro Alvares Cabral, senhor de Azurara, governador da provincia da Beira e alcaide-mór de Belmonte.

Tomaram parte na expedição, dirigindo as caravelas— Sancho de Toar, fidalgo castelhano, immediato de Cabral; Nicolau Coelho, que compartilhára com Vasco da Gama as agruras da primeira viagem; Bartholomeu Dias, o celebre descobridor do cabo Tormentoso; seu irmão Diogo Dias; Vasco de Athayde; Simão de Miranda Azevedo; Pedro de Athayde; Ayres Gomes da Silva; Simão de Pina e Nuno Leitão; e os navios pequenos— Luiz Pires, André Gonçalves e Gaspar de Lemos, mestre da embarcação que conduzia os mantimentos.

Commandava a nau capitânea Simão de Miranda Azevedo, incumbido de substituir a Cabral, si o almirante fallecesse em viagem.

Antes de partir, os navegantes ouviram missa officiada por D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, na capella do Restêllo, dedicada a Nossa Senhora de Belém.

N'essa occasião D. Manoel entregou, por suas proprias

(1) Sabe-se o nome de nove navios da frota de Pedro Alvares Cabral: *Espirito Santo, Santa Cruz, Fról de la Mar, S. Pedro, Victoria, Espera, Annunciada, El-Rey e Galeão Trindade.*

Quando regressou a Lisboa, a 31 de Julho de 1501, Cabral só trazia tres navios, dos treze com que havia partido: todos os outros ou se desgarraram ou se perderam.

mãos, a Cabral uma bandeira da ordem de Christo como emblema da patria, a cuja gloria se ia consagrar a expedição.

De 1200 homens compunha-se a equipagem.

Embarcaram tambem sete frades franciscanos, missionarios, dirigidos pelo guardião frei Henrique de Coimbra — mais tarde bispo de Ceuta — e mais nove capellães, dos quaes um ia como vigario para Calecut.

Por entre manifestações de contentamento, de saudades e de receios, embarcaram os expedicionarios no dia 8 e partiram de Lisbôa a 9 de Março de 1500.

No dia 14, passaram pelas ilhas Canarias ou Afortunadas e no dia 22 pelas de Cabo Verde, onde, na proximidade da ilha de S. Nicolau, *sem haver tempo forte nem contrario*, perdeu-se da frota o navio de Vasco de Athayde, que regressou para Lisbôa.

Guiado por instrucções que recebêra de Vasco da Gama de afastar-se o mais que pudesse da costa africana, a fim de evitar doenças, calmarias e melhor montar o cabo da Boa Esperança, Cabral fez rumo de oeste; a frota foi então arrasada pela força das correntes oceanicas ou pelagicas — phenomeno desconhecido n'aquelle tempo — e, sem que o suspeitasse, transpoz o Atlantico, no decorrer de um mez.

No dia 21 de Abril, começam os navegantes a encontrar vestigios de terra proxima — pedaços de madeira, plantas e aves aquaticas — que lhes produzem surpresa e contentamento.

No dia 22, tornam-se cada vez mais evidentes os signaes de que se approximam de terra, e, com effeito, na tarde d'esse dia avistam um monte alto e redondo que Cabral denomina monte *Paschoal*, em virtude de se acharem no oitavario da Paschoa. Á terra, que lhe parece uma ilha, dá elle o nome de *Vera-Cruz*.

Feita a sondagem, encontra-se a profundidade de vinte e cinco braças. Era sol-posto quando o almirante ordena que sejam lançadas as ancoras, ficando os navios a seis leguas de distancia da costa.

Estava descoberto o Brazil no memoravel dia 22 de Abril de 1500 (1).

Em face d'este grande e inesperado acontecimento, as naus de Pedro Alvares Cabral não eram simples navios que se preparavam para fazer aguada em uma supposta ilha: traziam no

(1) O calendario que na epocha do descobrimento do Brazil vigorava, era o fundado por Julio Cesar e fôra adoptado pelo concilio de Nicéa no anno 325 de nossa era: dava para o anno tropico a duração de 365 dias e $\frac{1}{4}$, quando o valor medio do anno tropico é de 365 dias e 0,2422. Com o decorrer do tempo, essa differença para mais deu ao calendario juliano o avanço de 10 dias no anno de 1582: marcou o equinoxio da primavera a 11 de Março, quando o seu dia real era a 20 de Março.

Á vista de tal irregularidade, o papa Gregorio XIII resolveu reformar aquelle calendario, supprimindo 10 dias, e por bulla determinou que o dia 5 de *Outubro* passasse a ser considerado 15 de *Outubro*.

Por esta razão, a descoberta do Brazil, realisada a 22 de *Abril* segundo o calendario juliano, passou para 3 de *Mai*o pelo calendario gregoriano.

Assim o entendendo, o Governo Provisorio da Republica, por decreto n. 155 B, de 14 de Janeiro de 1890, declarou de festa nacional o dia 3 de *Mai*o, consagrado ao descobrimento do Brazil.

bojo o espirito progressista da humanidade; representavam a civilização que chegava; a civilização, que, identificada com a luz, acompanhava a marcha apparente do sol, avançando de o-riente para occidente, como si o astro-rei lhe fosse estrella directriz; a civilização que vinha semear, a mãos largas, na terra exuberante de um novo continente, fecundissimos germens, de que se haviam de derivar os mais admiraveis fructos.

No dia 23, levantam ferro as embarcações e seguem na direcção de terra: vão fundear a meia legua de distancia, em frente á bocca de um rio (Cahy) e avistam na praia selvagens completamente nús, armados de arcos e flechas.

Nicolau Coelho é incumbido de ir explorar o rio e travar relações com os naturaes da nova terra—commissão que desempenha de modo satisfactorio, presenteando-os com um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um chapéo preto, objectos sem valor, porém significativos como primeiros penhores de amizade.

Não se encontrando ahi porto que lhes offerecesse ancoragem segura, partem os navegantes no dia 24 ao longo da praia, em rumo ao norte; a dez leguas de distancia, as embarcações pequenas encontram *um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro e com uma mui larga entrada.*

As naus ficam ancoradas a uma legua de distancia do recife. Denominam ao local *Porto Seguro*, conhecido hoje por

Enseada da Corôa Vermelha ou Porto de Santa Cruz (1)
ou *Bahia Cabralia*.

Um dos pilotos, Affonso Lopes, dirige-se á terra e consegue trazer consigo dois selvagens que encontra em uma canôa feita de um só tronco de arvore. Acolhidos a bordo, o Capitão os recebe com apparato, suppondo-os habitantes das Indias; porém elles mostram-se indifferentes ás cerimoniaes.

Interpretes das linguas africanas e asiaticas tentam traduzir-lhes as palavras e communicar-lhes pensamentos; mas não o conseguem. A custo se fazem comprehender por mimica. Causam-lhes repugnancia comidas e bebidas que lhes são offercidas e afinal deitam-se sobre o convez e dormem tranquilllos, como si se achassem entre irmãos.

No dia 25 de Abril, entram as naus na enseada, *tão formosa e tão segura que podem jazer dentro n'ella mais de duzentos navios*.

Descem á terra Nicolau Coelho e Bartholomeu Dias em companhia dos dois indigenas e de Affonso Ribeiro—um degredado, que entre os selvagens deverá ficar, para aprender a lingua. Pero Vaz de Caminha acompanha-os tambem, para observar de perto os individuos, seus usos e costumes.

Mais de 200 indigenas cercam os portuguezes e estabelece-se entre uns e outros a maior cordialidade.

(1) A villa de Santa Cruz está situada a 16°, 13' e 20'' de latitude sul e 4°, 8' e 40'' de longitude do meridiano do Rio de Janeiro. É banhada pelo rio *João de Tiba*, nome do primeiro colono que se estabeleceu ahi no anno de 1530.

A villa tem actualmente cerca de 830 habitantes.

Os incolas auxiliam a seus hospedes em fazer aguada, pedindo, em recompensa, objectos triviaes que os portuguezes lhes dão.

Em escaler percorre o almirante a formosa e larga enseada; os outros capitães o acompanham em seus bateis; desembarcam em *um ilhéu grande que na bahia está, onde ninguem pôde ir a elle sem barco.*

Determina Cabral que no domingo de Paschoela, 26 de Abril, haja missa e prégação n'aquelle ilhéu (Corôa Vermelha), onde para o effeito é armado um esparavél ou pavilhão e celebra-se ahi a cerimonia christã, officiando e em seguida prégando o franciscano frei Henrique de Coimbra.

Do lado da terra firme, os selvagens, que andam folgando, vêem de longe o acto e o acompanham ao som de buzina, saltando e dançando na praia (1).

Embarcados em seus bateis, os navegantes percorrem alegremente a costa, onde os indios se acham, e tanger trombetas e gaitas, impressionando os selvagens que pasmam deante da diversidade dos instrumentos.

Reunidos os capitães na caravela de Pedro Alvares Cabral, delibera-se mandar o navio de mantimentos a Portugal com a noticia da descoberta.

(1) Existe na Escola de Bellas Artes no Rio de Janeiro um bello quadro do insigne pintor brasileiro Victor Meirelles, intitulado *A primeira missa no Brazil*: n'elle vê-se uma grande cruz e consideravel numero de selvagens a assistir á solemnidade. A primeira missa na *Corôa Vermelha* não teve cruz nem selvagens. O quadro a que nos referimos representa a *segunda missa*, que foi celebrada em terra firme a 1.º de Maio de 1500, e teve todo aquelle apparatus.

O resto do dia é passado em folguedos e danças com os naturaes, ao som de gaita, prestando-se a divertir-os Diogo Dias, que executa, entre applausos, varias provas de gymnastica, em que é exímio.

Bartholomeu Dias consegue pescar um tubarão e este facto é motivo de geral regosijo; os selvagens o auxiliam na conducção do cetaceo á praia.

Continuam nos dias 27 a 29 as mesmas relações de amizade entre europeus e americanos, que permutam objectos de uso ou de enfeite. Os indigenas recusam acceitar dois degredados que o almirante insiste em lhes enviar.

Por ordem do Capitão-mór, carpinteiros apparelham uma grande cruz de madeira que ali deverá ficar como padrão do descobrimento.

No dia 1.º de Maio, é trazida em procissão e plantada a cruz na praia, com auxilio dos selvagens, á pouca distancia do ribeirão Mutary. Frei Henrique celebra a segunda missa, cantada, com assistencia de grande numero de selvagens, que imitam os portuguezes em todas as posições que tomam durante a cerimonia, e em seguida préga eloquente sermão, sobre a vida dos apóstolos S. Philippe e S. Thiago na propagação das doutrinas de Christo. Acabada a prédica, o frade, por indicação de Nicolau Coellio, colloca ao pescoço de cincoenta indigenas pequenos crucifixos de estanho como recordação d'aquella festividade.

Afinal consegue o almirante que os dois degredados fiquem no paiz, para mais tarde servirem de interpretes: a

estes se juntam dois grumetes que fogem de bordo, desejosos de conhecer a natureza americana.

Expedido Gaspar de Lemos para Portugal, Pedro Alvares Cabral (1) faz levantar as ancoras e a fróta, de velas desfraldadas, orgulhosa da nova conquista, continúa, a 2 de Maio de 1500, a sua viagem á India pelo cabo da Bôa Esperança.

Ali, foi accommettida por horrivel tempestade, que durou vinte e dois dias, e fez naufragar quatro navios, commandados por Ayres Gomes da Silva, Simão de Pina, Pedro de Athayde e pelo heroico Bartholomeu Dias (2).

(1) Um brasileiro notavel—inquestionavelmente um d'aquelles que mais se têm devotado a importantes investigações historicas—Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, descobriu em Portugal, no anno de 1838, o jazigo de Pedro Alvares Cabral: encontrou-o na sacristia do convento da Graça, em Santarém, com o seguinte epitaphio: «Aqui jaz Pedralvares Cabral e D. Izabel de Castro, sua mulher, cuja he esta capella e de todos seus herdeyros, aquall depois da morte de seu marydo foi camareira-mór da Infanta Dona Maria fylha de el-rei dõ João noso Senhor ho terceyro deste nome.»

O almirante descobridor do Brazil falleceu no anno de 1526.

Para perpetuar a memoria de Cabral, a Bahia, ha annos, levantou-lhe uma estatua de marmore de Carrara, de vinte e oito palmos de altura, a qual se acha collocada em frente ao theatro *S. João*, na praça Castro Alves.

Comprehendendo não ser bastante esta publica homenagem, resolveu o *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, para commemorar o quarto centenario do descobrimento do Brazil, consagrar ao grande almirante outra estatua de maiores dimensões, e no dia 1.º de Maio de 1900, após uma imponente procissão civica, lançou a pedra fundamental do monumento no centro da Praça Municipal, um dos pontos mais elevados da cidade.

(2) Este piloto intrepido, gloria da marinha portugueza, foi morrer no ponto em que, quatorze annos antes, havia colhido louros immarcesciveis—junto ao cabo Tormentoso, Capitolio e tumulo dignos da immortal grandeza do heróe.

Em compensação a tantas luctas, a tantos sacrificios de vidas e de fortunas pelas costas d'África e d'Ásia, permittiu o acaso (1) que os portuguezes descobrissem n'America região

Camões faz allusão ao acontecimento desastroso, pondo na bocca do féro Adamastor estas crúas palavras :

Aqui espero tomar, se não me engano,
De quem me descobriu, summa vingança.

Os Lusíadas: canto V, est. XLIV.

(1) Tem sido fortemente debatida a questão sobre si Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil casualmente, ou si houve da parte do almirante portuguez plano ou proposito de encontrar, em sua viagem á India, esta parte do continente americano.

É para nós ponto incontroverso que o Brazil foi descoberto casualmente, como passamos a provar por meio de testemunhos valiosos.

Falam sobre o assumpto :

Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, em seu *Orbe Seraphico Novo Brazilico*: « Porque sahindo do porto de Lisboa em 9 de Março d'este anno, arrebatados das furias dos ventos e impellidos de asperas tormentas, perdida a carreira da India, vieram a dar em 24 de Abril, segunda oitava da Paschoa, em um continente, que estimado primeiro por ilha e depois por terra firme, nunca d'antes vista, nem agora conhecida, ao longo da qual, depois de varias consultas e opiniões tendo corrido por alguns dias a sua costa, que iam vendo com sobrada admiração, deram fundo em um logar d'ella, que pelo acharem com capacidade sufficiente para n'elle ancorar e por serem livres alli dos passados perigos, lhe deram o nome de Porto-Seguro. »

João de Barros, nas *Décadas da Asia*, referindo-se á terra de Vera-Cruz: « A qual terra, estavam os homens tão crentes em não haver alguma firme occidental de toda a costa de Africa, que o mais dos pilotos affirmava ser uma grande ilha, assim como as Terceiras e as que se ac'iaram por Christovão Colombo, que eram de Castella, a que os castelhanos chamam commumente *Antilhas*. »

O dr. frei Gaspar da Madre de Deus, em sua *Noticia dos annos em que se descobriu o Brazil*: « Casualmente descobriu Pedro Cabral o Brazil, em 1500, indo por Capitão-mór de uma armada, que navegava para a India, no tempo do venturoso D. Manoel. »

Pero de Magalhães Gandavo, em sua *Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brazil*: « . . . Empegaram-se ao mar assim por fugirem das calmarias de Guiné, que lhes podia estorvar sua viagem, como por lhes ficar largo e poderem dobrar o cabo da Bôa-Esperança. E havendo já um mez que

nova, inexplorada, mais formosa, mais fértil, mais vasta e incomparavelmente mais opulenta de riquezas naturaes do que a velha India!

iam n'aquella volta, navegando com o vento prospero, foram dar na costa d'esta provincia, ao longo da qual cortaram todo o dia, parecendo a todos que era alguma grande ilha que alli estava, sem haver piloto nem outra pessoa alguma que tivesse noticia d'ella, nem que presumisse que podia estar por aquella parte occidental. »

A historia ou memoria do colono e chronista Gandavo teve publicidade em Lisboa no anno de 1576.

Bento Teixeira Pinto, no *Dialogo das grandezas do Brazil*: « Esta provincia do Brazil é conhecida no mundo com o nome de America, que com mais razão houvera de ser pela de terra de Santa Cruz, por ser assim chamada primeiramente de Pedro Alvares Cabral, que a descobriu em tal dia, na segunda armada que el-rei D. Manoel, de gloriosa memoria, mandava á India e acaso topou com esta terra não vista, nem conhecida até então no mundo. »

Sebastião da Rocha Pitta, na *Historia da America portugueza*: « Trouxe a tempestade a Pedro Alvares Cabral a descobrir o Brazil. Governando uma formosa armada de treze poderosas naus, com que partiu aos 9 de Março, e navegando ao principio com prospera viagem, experimentou aos doze dias tão contraria fortuna, que arribando um dos bateis a Lisboa, os outros correndo tormenta, perdidos os rumos de navegação e conduzidos da altissima Providencia, mais que dos porfiados ventos, na altura do pólo antarctico, 16º ¼ da parte do sul, 24 de Abril, avistou ignorada terra, e jamais sulcada costa. »

Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, em sua *Historia Geral do Brazil*, tomo 1.º, pag. 13: « Foi recommendado a Pedro Alvares Cabral que na altura de Guiné se afastasse quanto pudesse d'África para evitar suas morosas e doentias calmas. Obediente a essas instrucções, que haviam sido redigidas pelas insinuações do Gama, Cabral se foi amarando d'África, e naturalmente ajudado a levar pelas correntes oceanas ou *pelagicas*, quando se achava com mais de quarenta dias de viagem, aos 22 de Abril avistou a loeste terra desconhecida. »

O rei D. Manoel confirmou a casualidade da descoberta, na carta que a 29 de Julho de 1501 dirigiu aos reis de Castella e de Leão, noticiando o inesperado acontecimento:

« O dito meu capitão (Pedro Alvares Cabral) partiu de Lisboa com treze naus a 9 de Março do anno passado. Em as oitavas da Paschoa seguinte, chegou a uma terra que novamente descobriu, á qual deu o nome de *Santa Cruz*; achou n'ella gente núa, como na primeira innocencia, mansas e pacificas; e parece que o

Sim! Foi o Brazil a perola de maior valor que elles encontraram, como levantado premio, em suas persistentes e gloriosas peregrinações atravez dos mares! Paiz cuja enorme extensão não se acha ainda demarcada, destinado a preencher largas paginas na historia do progresso da humanidade, foi elle a mais preciosa e inestimavel joia que fulgurou engastada á corôa de Portugal, durante o periodo de 322 annos, a despertar justificado ciume e porfiada cobiça a poderosas nações d'Europa!

Senhor quiz *milagrosamente* que se achasse esta terra, porque é muito necessaria e conveniente á navegação da Índia; porque allí reparou elle seus navios e se refez de agua; e pela extensão do caminho que ainda tinha de andar, não se deteve para se informar das cousas da dita terra; sómente me enviou d'alli um navio a' me participar como encontrára e seguiu sua róta para o cabo da Bôa Esperança. »

O nosso poeta Antonio Gonçalves Dias, em seu minucioso e erudito trabalho *Reflexões acerca da memoria do sr. Joaquim Norberto de Souza Silva*, publicado na *Revista do Instituto*, tomo XVIII, pags. 289 a 334, e transcripto n' *As duas Americas*, de Candido Costa, pags. 225 a 263, prova ter sido casual o descobrimento do Brazil.

O sabio naturalista allemão, barão de Humboldt, no *Cosmos*, dá como certo que o desvio da frota de Cabral, atravessando o Atlantico, foi devido á força occulta das correntes oceanicas.

Estríbamo-nos por ultimo n'este forte argumento :

Si o illustre chefe da expedição nutrisse o proposito de descobrir terras a oeste, como se deu com Christovão Colombo, fariam de certo referencia a este importante facto tres homens que iam na armada e que escreveram immediatamente sobre o assumpto: o *Piloto portuguez*, de que trataram Simão Gryneu, em publicação dada á luz em Basiléa em 1532 e João Baptista Ramusio, em Veneza, em 1563; o bacharel hespanhol *Mestre João Emenclau*, physico e cirurgião d'el-rei, e o escrivão Pero Vaz de Caminha.

CAPITULO II

CARTA-CHRONICA DO DESCOBRIMENTO DO BRAZIL, ESCRIPTA AO REI
D. MANOEL POR PERO VAZ DE CAMINHA,
ESCRIVÃO DA ARMADA DE PEDRO ALVARES CABRAL (1)

SENHOR.—Posto que o Capitão-mór d'esta vossa frota e assim os outros capitães escreveram a Vossa Alteza a nova do achamento d'esta vossa terra nova, que se ora n'esta navegação achou, não deixarei tambem de dar d'isso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor pudér, ainda que para o bem contar e falar, o saiba peor que todos fazer; porém tome Vossa Alteza minha ignorancia por bôa vontade, a qual bem certo creio que por aformosentar nem afeiar haja de pôr mais que aquillo que vi e me pareceu.

(1) A carta de Caminha, que serve de inicio á historia do Brazil, appareceu pela primeira vez impressa na *Chorographia Brazilica* do padre Manoel Ayres do Casal, trabalho que veiu á luz no Rio de Janeiro em 1812.

O original d'esta carta, escripto em sete folhas de papel florete, acha-se

Da marinagem e singraduras do caminho, não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado; e portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo:

Que a partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, 9 de Março, e sabbado, 14 do dito mez, entre as oito e nove horas, nos achámos entre as Canarias, mais perto da Gran-Canaria; e ali andámos todo aquelle dia em calma, á vista d'ellas, obra de tres ou quatro leguas.

É domingo, 22 do dito mez, ás dez horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, a saber: da ilha de S. Nicolau, segundo dito de Pero Escobar, piloto; e á noite seguinte, ao amanhecer de segunda-feira, se perdeu da frota Vasco de Athayde com a sua nau, sem ali haver tempo forte, nem contrario para poder ser (1). Fez o Capitão suas

guardado em Lisboa no Archivo Real da Torre do Tombo, documento n. 8-do maço segundo da gaveta oitava.

Ferdinand Dénis, um dos escriptores francezes mais interessados por assumptos luso-brazileiros, referiu-se do seguinte modo a Pero Vaz de Caminha:

« Graças ao raro talento de observação de que era dotado, graças sobretudo á facil ingenuidade de seu estylo, o Brazil teve um historiador no proprio dia de seu descobrimento. Caminha descreve admiravelmente os sitios que teve sob os olhos e os traços salientes da nação *Tupiniquim* que os portuguezes acharam de posse d'essa bella região. »

Para commemorar o quarto centenario do descobrimento do Brazil, o *Instituto Geographico e Historico da Bahia* publicou, em nitida edição illustrada, o *fac-simile* do texto original da carta de Caminha, acompanhado de versão no portuguez de 1500 e no portuguez actual.

(1) Esta declaração de Caminha é prova irrecusavel de que as naus não foram impellidas para oeste em consequencia de forte tempôral, como affirmam alguns historiadores, como frei Jaboatão, Rocha Pitta, Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva e outros.

diligencias para o achar n'umas e n'outras partes, e não appareceu mais.

È assim seguimos nosso caminho por este mar de longo, até terça-feira, oitava de Paschoa, que foram 21 dias de Abril, que topámos alguns signaes de terra, sendo da dita ilha, segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 leguas, os quaes eram muita quantidade de hervas compridas, a que os mareantes chamam *botelho*, e assim outras, a que tambem chamam *rabo d'asno*, e á quarta-feira seguinte, pela manhã, topámos aves, a que chamam *fura-buchos* (1), e n'este dia, a horas de vespera, houvemos vista de terra, a saber: primeiramente de um grande monte mui alto e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul d'elle, e de terra chan com grandes arvoredos, ao qual monte alto o Capitão pôz nome o monte *Paschoal* (2) e á terra a terra da *Vera-Cruz* (3).

(1) Alcatraze; corvos marinhos maiores que gaiivotas.

(2) O monte *Paschoal*, pertencente á serra dos Aymorés, é assim determinado pelo almirante Mouchez:

«Pelo meridiano de Pariz, latitude 16°, 53' e 20'', longitude 41°, 44' e 47'', altura 536 metros, visivel a dezeseis leguas. Visto de leste e de nordeste, apparece como um cabeça isolado, de fórma arredondada, ligeiramente conica, dominando as terras circumvisinhas; mas de sueste, é visto acompanhado de muitos cabeços menos elevados e de um pico muito notavel, tendo a fórma cylindrica de uma grossa torre sobre uma montanha. Este pico é o *Jodo Leão*, que está a doze milhas do monte Paschoal e parece um pouco mais elevado que elle.»

(3) O nome *Vera-Cruz* foi mudado para *Terra de Santa Cruz* e depois para *Brazil*, em consequencia de se ter encontrado abundancia de *pau-brazil* (*caesalpinha echinata*), madeira côr de braza, excellente para tinturaria, que os selvagens chamavam *ibirapitanga* (*ibira*, páu, madeira, arvore; e *pitang*, de cerne rubro).

Mandou lançar o prumo: acharam 25 braças, e ao sol-posto, obra de 6 leguas de terra, surgimos ancoras em 19 braças, ancoragem limpa.

Alli jouvemos (1) toda aquella noite.

E á quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos á terra, e os navios pequenos deante, indo por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 10 e 9 braças, até meia legua de terra, onde todos lançámos ancoras, em direito da bocca de um rio (2).

E chegaríamos a esta ancoragem ás 10 horas, pouco mais ou menos.

E d'alli houvemos vista de homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo os navios pequenos disseram, por chegarem primeiro alli.

Lançámos os bateis e esquifes fóra; e vieram logo todos os capitães das naus a esta do Capitão-mór, e alli falaram; e o Capitão mandou no batel em terra Nicolau Coelho para ver aquelle rio; e tanto que elle começou para lá de ir, acudiram pela praia homens, quando dois, quando tres: de maneira que quando o batel chegou á bocca do rio, eram alli dezoito ou vinte homens, pardos, nós, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas settas.

Vinham todos rijos para o batel, e Nicolau Coelho lhes fez signal que puzessem os arcos e elles os puzeram.

(1) Ficámos.

(2) Cahy.

Alli não pôde d'elles haver fala, nem entendimento que aproveitasse, pelo mar quebrar na costa. Sómente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um chapéo preto; e um d'elles lhe deu um sombreiro de pennas de aves, compridas, com uma copasinha pequena de pennas vermelhas e pardas, como as de papagaio, e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas miudas, que querem parecer de aljaveira, as quaes peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza.

E com isto se voltou ás naus por ser tarde, e não poder d'elles haver mais fala por azo do mar.

Á noite seguinte, ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez cássar as naus, e especialmente a capitânea; e á sexta, pela manhã, ás 8 horas pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar ancoras e fazer vela: e fomos de longo da costa com os bateis e esquifes amarrados por pôpa contra o norte, para ver se achavamos alguma abrigada e bom pouso, onde jouvessemos para tomar agua e lenha, não por nos já minguar, mas por nos acertarmos aqui.

E quando fizemos vela, seriam já na praia assentados, junto com o rio, obra de sessenta ou setenta homens que se juntaram alli, poucos e poucos.

Fomos de longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que fossem mais chegados á terra, e que se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E sendo nós pela costa obra de dez leguas d'onde nos levantámos, acharam os ditos navios pequenos um recife, com

um porto dentro muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada; e metteram-se dentro e amainaram; e as naus arribaram sobre elles; e um pouco ante sol-posto amainaram obra de uma legua do recife, e ancoraram em onze braças.

E sendo Affonso Lopes, nosso piloto, em um d'aquelles navios pequenos, por mandado do Capitão-mór, por ser homem vivo e destro para isso, metteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro: e tomou em uma almadia (1) dois d'aquelles homens da terra, mancebos e de bons corpos; e um d'elles trazia um arco e seis ou sete settas, e na praia andavam muitos com seus arcos e settas, e não lhes aproveitaram. Trouxe-os logo, já de noite, ao Capitão, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição d'elles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nós, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir, nem mostrar suas vergonhas: e estão ácerca d'isso com tanta innocencia como têm em mostrar o rosto.

Traziam ambos o beijo de baixo furado, e mettido por elle senhos onos de osso (2), brancos, de compridão de uma mão travéssa e de grossura de um fuso de algodão e agudo na ponta como furador. Mettem-n'os pela parte de dentro do beijo, e o que lhe fica entre o beijo e os dentes é feito como roque de xadrez, e em tal maneira o trazem alli encaixado,

(1) Canóa feita de um só tronco.

(2) Pequenos pedaços de osso.

que lhes não dá paixão, nem lhes torva a fala, nem comer, nem beber.

Os cabellos seus são corredios e andavam tosquiados de tosquia alta, mais que de sobre pente, de boa grandura, e rapados até por cima das orelhas.

È um d'elles trazia por baixo da solapa, de fonte á fonte, para detraz, uma maneira de cabelleira de pennas de aves, amarellas, que seria de compridão de um couro, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o tonticho e as orelhas, a qual andava pegada nos cabellos penna e penna com uma confeição branda como a cêra e não n'õ era (1), de maneira que andava a cabelleira mui redonda e mui basta e mui egual, que não fazia mingua mais lavagem para levantar.

O Capitão, quando elles vieram, estava assentado em uma cadeira, e uma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um collar de ouro mui grande ao pescoço: e Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Ayres Corrêa, e nós outros que aqui na nau com elle imos, assentados no chão por essa alcatifa.

Accenderam tochas e entraram, e não fizeram nenhuma menção de cortezia nem de falar ao Capitão nem a ninguem; porém um d'elles poz olho no collar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o collar, como que nos dizia que havia em terra ouro; e tambem viu um

(1) Os selvagens ligavam as pennas umas ás outras com resina de icica ou alméega.

castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia tambem prata.

Mostraram-lhes um papagaio pardo que aqui o Capitão traz: tomaram-n'o logo na mão e acenaram para a terra, como os havia ali.

Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram d'elle menção.

Mostraram-lhes uma gallinha; quasi haviam medo d'ella, e não lhe queriam pôr a mão, e depois a tomaram como espantados.

Deram-lhes alli de comer pão e pescado cosido, confeitos, fartes (¹), mel e figos passados; não quizeram comer d'aquillo quasi nada e alguma cousa, si a provaram, lançavam-n'a logo fóra.

Trouxeram-lhes vinho por uma taça; puzeram-lhes assim á bocca tão a la vez e não gostaram d'elle nada, nem o quizeram mais.

Trouxeram-lhes agua por uma albarrada (²), tomaram d'ella senhos boccados, e não beberam; sómente lavaram as boccas e lançaram fóra.

Viu um d'elles umas contas de rosario brancas; acenou que lh'as déssem, e folgou muito com ellas e lançou-as ao pescoço, e depois tirou-as e embrulhou-as no braço, e acenava para a terra e então para as contas e para o collar do Capitão, como que dariam ouro por aquillo. Isto tomavamos nós assim

(1) Bolos feitos de farinha de trigo, assucar e amendoas.

(2) Antigo vaso de louça, com duas azas, para agua.

pelo desejarmos; mas si elle queria dizer que levaria as contas mais o collar, isto não queriamos nós entender, porque lh'ò não haviamos de çar; e depois tornou as contas a quem lh'as deu.

E então estiraram-se assim de costas na alcatifa a dormir, sem terem nenhuma maneira de cobrirem suas vergonhas, as quaes não eram fanadas, e as cabelleiras d'ellas bem rapadas e feitas.

O Capitão lhes mandou pôr ás cabeças senhos coxins; e o da cabelleira procurava assaz pola não quebrar, e lançaram-lhes um manto em cima, e elles consentiram e jouveram e dormiram.

Sabbado pela manhã, mandou o Capitão fazer vela, e fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta de seis a sete braças.

E entraram todas as naus dentro e ancoraram-se em cinco, seis braças, a qual ancoragem dentro é tão grande, e tão formosa, e tão segura, que podem jazer dentro n'ella mais de duzentos navios e naus (1).

(1) A ancoragem a que se refere Caminha é a que offerece a *Bahia Cabralia*, situada defronte da villa de Santa Cruz.

O visconde de Porto Seguro pretendeu provar ter sido no actual Porto Seguro o local em que ancoraram as naus cabralinas, e, n'este espenho, apresentou ao Instituto Historico e Geographico do Brazil uma memoria intitulada *Nota acerca de como não foi na — Corôa Vermelha — na enseada de Santa Cruz, que Cabral primeiro desembarcou e em que fez dizer a primeira missa* (*Revista Trimensal do Instituto*, tomo XI, 2.ª parte, pag. 5).

Essa memoria foi victoriosamente contestada pelo general Henrique de Beaurepaire Rohan, em seu trabalho *O primitivo e o actual Porto Seguro*

E tanto que as naus foram pousadas e ancoradas, vieram os capitães todos a esta nau do Capitão-mór.

E d'aqui mandou o Capitão a Nicolau Coelho e Bartholomeu Dias que fossem em terra, e levassem aquelles dois

(*Rev. do Inst.*, tomo XLIII, 2.^a parte, pag. 5), reivindicando para a enseada de Santa Cruz a gloria de ter acolhido os descobridores portuguezes.

Beaurepaire Rohan deixou perfeitamente esclarecidos dois pontos da carta de Pero Vaz de Caminha :

1.^o — O rio a que a este chronista se refere quando diz : *E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos á terra, e os navios pequenos indo deante por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 11 e 9 braças até meia legua de terra, onde todos lançámos ancoras, em direito da bocca de um rio, esse rio é o Caky, que corre ao sul do monte Paschoal e dista 40 milhas, ou 10 leguas de 15 ao grau, da enseada da Corôa Vermelha.*

2.^o — *O ilhéu grande que na bahia está e no qual, pela manhã de 26 de Abril, domingo de Paschoela, Cabral mandou dizer missa e prégação por frei Henrique, é a Corôa Vermelha, que serve de limite, pela parte do sul, á bahia Cabralia.*

Ha outros testemunhos que devemos citar.

Em 1576, Pero de Magalhães Gandavo, em sua *Historia da Provincia de Santa Cruz* — obra que mereceu a honra de ser precedida por versos laudatorios do grande Luiz de Camões — explicava do seguinte modo a distincção entre o actual Porto Seguro e o outro porto seguro em que a frota de Pedro Alvares Cabral ancorou e abrigou-se. Dizia elle : « A quinta capitania, a que chamam Porto Seguro, conquistou-a Pero de Campos Tourinho. Tem duas povoações que estão distantes da dos Ilhéos trinta leguas em altura de 16^o 1/2, entre as quaes se mette um rio (Buranhem) que faz um arrecife na bocca como enseada onde os navios entram. A principal povoação está situada em dois logares; convém a saber : parte d'ella em um teso soberbo que fica sobre o rôlo do mar da banda do norte, e parte em uma varzea que fica pegada com o rio. A outra povoação, a que chamam Santo Amaro, está a uma legua d'este rio para o sul. *Dois leguas d'este recife para o norte, está outro, que é o porto onde entrou a frota quando esta provincia se descobriu.* »

Outro chronista, Gabriel Soares de Souza, que escreveu volumosa e substancial historia sobre a capitania da Bahia, onde residiu por espaço de 17 annos, como abastado senhor de engenho estabelecido ás margens do Jequiriçá, em seu *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*, confirma do seguinte modo a declaração de Gandavo :

« Neste porto de Santa Cruz entram naus da India de todo o porte, as quaes

homens e os deixassem ir com seu arco e settas, aos quaes mandou dar senhas camisas novas e senhas carapuças vermelhas e dois rosarios de contas brancas de osso, que elles levavam nos braços, e senhos cascaveis e senhas campainhas.

entram com prôa a oeste, e surgem em uma enseada como concha, onde estão muito seguras de todo o tempo. Este rio de Santa Cruz está em 16° ½. *Neste porto de Santa Cruz esteve Pedro Alvares Cabral, quando ia para a India, e descobriu esta terra e aqui tomou posse d'ella, onde esteve a villa de Santa Cruz, a qual terra estava povoada então de Tupiniquins.*

« Esta villa de Santa Cruz se despovoou d'onde esteve e a passaram para junto do rio Sernambityba, pela terra ser mais sadia e accommodada para os moradores viverem. »

De igual modo, o historiador inglez Southey, em sua notavel *Historia do Brazil* (tradução do dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, tomo I, pag. 17) faz referencia ao porto seguro em que ancorou a frota de Cabral e ao Porto Seguro fundado por Pero de Campos Tourinho. Diz Southey :

« Durante a noite, ventou rijo do sudeste, e Cabral, por conselho dos pilotos, levantou ferro e seguiu para o norte, ao longo da costa, em busca d'um porto. . .

« Transpostas cerca de dez leguas, descobriu-se o unico porto que n'aquella parte da costa offerece abrigo a navios de alto bordo. Logo o commandante lhe poz o nome de Porto Seguro, que erradamente foi transferido para outro lugar, quatro leguas ao sul, onde se edificou a cidade, chamando-se actualmente Cabralia o porto em que ancorou Cabral. »

E á pag. 25 :

« Cabral foi de tarde com os botes passear ao correr das praias da bahia, mas ninguem deixou desembarcar, apezar de não se avistar um só indigena. Saltaram, porém, em terra, n'uma ilha, agora chamada *Corda Vermelha*, onde, por ser no meio da enseada, estavam seguros de qualquer traição. »

O proprio visconde de Porto Seguro, que mudou de opinião em 1877, havia escripto estas palavras em 1840 em seu opusculo intitulado *O descobrimento do Brazil, chronica do fim do seculo XVI* :

« A bahia Cabralia espera um monumento que a ennobreça, e a terra circumvisinha altamente o reclama. O illéo ainda não teve a fortuna de servir de base a uma torre luminosa que, emquanto utilize aos navegantes, qual outro pharol de Alexandria, accuse ao viajante, em testemunho de gratidão, que alli foi plantada a primeira arvore do christianismo e se celebrou primeiro a religião de nossos paes. »

Oliveira Catramby, em conferencia realizada a 1.º de Agosto de 1895, na

E mandou com elles, para ficar lá, um mancebo degradado, creado de D. João Tello, a que chamam Affonso Ribeiro, para andar lá com elles, e saber de seu viver e maneira e a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho.

Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, cita, em favor da bahia de Santa Cruz, dois testemunhos de incontestavel auctoridade: Manoel Pimentel, cosmógrapho-mór do Reino de Portugal e o almirante francez E. Mouchez.

O elogio da bahia *Cabralia* é feito do seguinte modo por Mouchez :

« A bahia de Santa Cruz, que tem 7 milhas de comprimento por 2 a 3 de largura, é protegida por uma linha de recifes paralelos á costa, que faz, depois de Camamú, o melhor porto da costa entre a Bahia e o Rio de Janeiro. Pouco frequentada, é até hoje pouco conhecida, mesmo da marinha brazileira, que d'ella não faz menção, talvez porque, segundo Roussin, o riacho que ahi desembocca está completamente obstruido pelos recifes do norte de Porto Seguro.

« Entretanto, a grande extensão e segurança d'este porto, sufficientemente abrigado por estes recifes contra o mau tempo que não é muito forte e duravel n'essas paragens, a commodidade de seu ancoradouro aonde podem entrar navios de 3 a 3 ½ metros de calado, parece destinado a um futuro mais prospero, sobre uma costa desprovida de qualquer outro abrigo. »

A bahia é protegida por uma fila de recifes — *Corda Vermelha*, *Baixinha da Corda Vermelha*, *Alagadas* (dois recifes), *Itassepanema*, e *Sequaratyba*.

A maior entrada meridional da *Bahia Cabralia* é a comprehendida entre os recifes *Alagadas* e *Baixinha da Corda Vermelha*: por esse ponto entraram as naus de Pedro Alvares Cabral. Diz Mouchez: « C'est dans cette anse et c'est sur ce petit ilot de sable de la *Corda Vermelha* qu'il (Cabral) débarqua la première fois, pour faire dire une messe d'action de grâces en présence d'une grande quantité d'indigènes accourus sur la côte voisine pour assister à cet spectacle. »

Conhecida assim a bahia *Cabralia*, indaguemos que condições de ancoragem offerece o actual Porto Seguro. O confronto entre uma e outra localidade resolve praticamente a questão.

Sobre este ponto, publicamos aqui o seguinte esclarecimento que nos foi ministrado pelo sr. major Salvador Pires de Carvalho Aragão, incumbido de proceder a estudos e levantamento da planta topographica da bahia *Cabralia*:

« Em Porto Seguro não existe bahia, e sim um laga-mar, formado pelo recife e o rio Buranhem; não existe o ilhéu onde celebrou-se a primeira missa; não tem rio ou riacho d'agua doce, onde a esquadra se pudesse abastecer d'agua; finalmente, nada existe do que Caminha refere em sua carta. Dentro do laga-mar,

Fomos assim de frecha direitos á praia.

Alli acudiram logo obra de duzentos homens, todos nós, e com arcos e settas nas mãos.

Aquelles que nós levavamos acenaram-lhes que se afastassem e puzessem os arcos e elles os puzeram e não se afastaram muito; abasta que puzeram os seus arcos; e então sahiram os que nós levavamos, e o mancebo degradado com elles; os quaes assim como sahiram, não pararam mais, nem esperava um por outro, senão a quem mais correria.

E passaram um rio que por ahi corre, de agua doce (1), de muita agua, que lhes dava pela braga, e outros muitos com elles; e foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas, onde estavam outros, e alli pararam.

E n'aquillo foi o degradado com um homem que logo ao sahir do batel o agasallhou e levou até lá.

E logo o tornaram a nós e com elle vieram os outros que nós levámos, os quaes vinham já nós e sem carapuças; e então se começaram de chegar muitos e entravam pela beira do mar para os bateis até que mais não podiam, e traziam

na baixa-mar, os navios que calarem mais de seis pés ficam em secco, e não cabem mais que dois ou tres. »

O lago-mar de Porto Seguro só pôde ser frequentado por pequenas embarcações empregadas no commercio de cabotagem.

Sob o titulo *A Bahia Cabralia* publicou o major Salvador Pires, em 1899, um livro importante, enriquecido de plantas topographicas e de excellentes estampas, trabalho que de modo pittoresco tambem elucida o assumpto.

(1) Ribeirão Mutary.

cabaços d'agua e tomavam alguns barris que nós levavamos, enchiam-n'os d'agua, e traziam-n'os aos bateis, não que elles de todo chegassem a bordo do batel, mas junto com elle, lançavam-n'os da mão e nós tomavamol-os, e pediam que lhes déssem alguma cousa.

Levava Nicolau Coelho cascaveis e manilhas (1); e a um dava um cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que com aquella encarva (2) quasi nos queriam dar a mão.

Davam-nos d'aquelles arcos e settas por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer cousa que lhes homem queria dar.

D'alli se partiram os outros dois mancebos, que não os vimos mais.

Andavam alli muitos d'elles ou quasi a maior parte, que todos traziam aquelles bicos de osso nos beiços, e alguns, que andavam sem elles, traziam os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha, e alguns d'elles traziam tres d'aquelles bicos, a saber: um na metade e os dois nos cabos; e andavam ahi outros quartejados de côres a saber: d'elles a metade da sua propria côr, e a metade de tintura negra, maneira de azulada e outros quartejados de escaques (3).

(1) Pulseiras de metal.

(2) Chamariz, engôdo.

(3) Pintados de quadradiinhos de côres em xadrez. A tintura negra era extrahida de genipapo.

Alli andavam entre elles tres ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabellos mui pretos, compridos pelas espaduas, e suas vergonhas tão altas e tão saradinhas, e tão limpas das cabelleiras, que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha.

Alli, por então, não houve mais fala nem entendimento com elles, por a barbaria d'elles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém.

Acenámos-lhes que se fossem, e assim o fizeram e passaram-se além do rio, e sahiram tres ou quatro homens nossos dos bateis e encheram não sei quantos barris d'agua, que nós levámos e tornámo-nos ás naus; e em nós assim vindo, acenaram-nos que tornássemos; tornámos e elles mandaram o degradado e não quizeram que ficasse lá com elles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou tres carapuças vermelhas para dar lá ao senhor, se o ali houvesse. Não curaram de lhe tomar nada e assim o mandaram com tudo; e então Bartholomeu Dias o fez outra vez tornar, que lhe desse aquillo, e elle tornou e deu aquillo, em vista de nós, áquelle que da primeira vez o agasalhou, e então veiu-se e trouxemol-o. Este que o agasalhou, era já de dias e andava todo por louçainha cheio de pennas pegadas pelo corpo, que parecia assetteado como S. Sebastião.

Outros traziam carapuças de pennas amarellas, e outros de vermelhas e outros de verde, e uma d'aquellas moças que era toda tinta, de fundo acima, d'aquella tintura, a qual certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha, que ella não

tinha, tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra vendo-lhe taes feições fizera vergonha, por não terem a sua como ella. Nenhum d'elles não era fanado, mas todos assim como nós; e com isto nos tornámos, e elles foram-se.

À tarde, sahiu o Capitão-mór em seu batel, com todos nós, e com os outros capitães das naus, em seus bateis, a folgar pela bahia, a carão da praia (1); mais ninguem sahiu em terra, pelo Capitão não querer, sem embargo de ninguem n'ella estar.

Sómente sahiu elle, com todos, em um ilhéu grande (2) que na bahia está, que de baixa-mar fica muito vasio; porém é de todas as partes cercado d'agua, que não pôde ninguem ir a elle sem barco ou a nado.

Alli folgou elle e todos nós outros bem uma hora e meia; e pescaram ali, andando marinheiros com um chinchorro (3) e mataram pescado miudo, não muito, e então volvemo-nos ás naus já bem noite.

Ao domingo de Paschoela, pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e prégação n'aquelle ilhéu e mandou a todos os capitães que se corregessem nos bateis (4) e fossem com elle, e assim foi feito.

(1) Ao longo da praia.

(2) A *Corã Vermelha*.

(3) Rede de arrastar.

(4) Que se provessem de armas e de mantimentos.

Mandou n'aquelle illiéo armar um esparavél e dentro n'elle alevantar altar mui bem corregido e alli, com todos nós outros, fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e officiada com aquella mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que alli todos eram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Alli era com o Capitão a bandeira de Christo (1) com que sahiu de Belém, a qual esteve sempre alta da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre, e poz-se em uma cadeira alta e nós todos lançados por essa areia, e prérgou uma solemne e proveitosa prérgação da historia do Evangelho, e, em fim d'ella, tratou da nossa vinda e achamento d'esta terra; conformando-se com o signal da cruz, sob cuja obediencia vimos, a qual veiu muito a proposito e fez muita devoção.

Emquanto estivemos á missa e á prérgação, seriam na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como os de hontem, com seus arcos e settas, os quaes andavam folgando e olhando-nos e assentaram-se.

E depois de acabada a missa, assentados nós á prérgação, alevantaram-se muitos d'elles e tangeram corno ou bozina e começaram a saltar e dançar um pedaço, e alguns d'elles se

(1) A bandeira era de seda branca e trazia pintada uma grande cruz vermelha, emblema da ordem de Christo.

metteram em almadias, duas ou tres que tinham, as quaes não são feitas como as que eu já vi; sómente são tres traves atadas juntas (1) e alli se mettiã quatro ou cinco, ou esses que queriam, não se afastando quasi nada da terra, senão quanto podiam tomar pé.

Acabada a prégação, moveu o Capitão e todos para os bateis, com nossa bandeira alta e embarcámos, e fomos assim todos contra terra, para passarmos ao longo, por onde elles estavam, indo Bartholomeu Dias em seu esquife, por mandado do Capitão, com um pau de uma almadia que lhes o mar levára para lh'o dar, e nós todos, obra de tiro de pedra, atraz d'elle.

Como elles viram o esquife de Bartholomeu Dias, chegaram-se logo todos á agua, mettendo-se n'ella até onde mais podiam; açenaram-lhes que puzessem os arcos e muitos d'elles os iam logo pôr em terra, e outros os não punham. Andava ahi um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não já que me assim parecesse que lhe tinham acatamento, nem medo.

Este que os assim andava afastando, trazia o seu arco e settas e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos e espaduas e pelos quadris, côxas e pernas até abaixo; e os vasos, com a barriga e estomago, eram de sua propria côr, e a tintura era assim vermelha que a agua lh'a não comia

(1) Caminha refere-se a *jangadas*, especie de balsas de cinco a oito metros de comprimento sobre dois de largura, formadas de taboas de madeira leve ligadas ou por cipós ou por meio de cavilhas de madeira rija.

nem desfazia; antes, quando sahia d'agua, era mais vermelho (1).

Sahiu um homem do esquife de Bartholomeu Dias e andava entre elles, sem elles entenderem nada n'elle quanto para lhe fazerem mal, senão quanto lhe davam cabaços d'agua e acenavam aos do esquife que sahissem em terra; com isto se volveu Bartholomeu Dias ao Capitão, e viemos ás naus a comer, tangendo trombetas e gaitas, sem lhes dar mais oppressão, e elles tornaram-se a assentar na praia, e assim por então ficaram.

N'este ilhéu, onde fomos ouvir missa e prégação, espraia muito a agua, e descobre muita areia e muito cascalho.

Foram alguns, em nós ali estando, buscar marisco, e não o acharam; e acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quaes vinha um muito grande camarão e muito grosso, que em nenhum tempo o vi tamanho; tambem acharam cascas de brigões (2) e ameijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira.

E tanto que comemos, vieram logo todos os capitães a esta nau, por mandado do Capitão-mór, com os quaes se elle apartou, e eu na companhia, e perguntou assim a todos se nos parecia ser bem mandar a nova do achamento d'esta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a

(1) Os selvagens davam o nome de *urucú* á tinta vermelha com que se pintavam e era extrahida das sementes de um arbusto da familia das flacourtiaceas.

Urucú forma-se de duas palavras tupys: *ub*, perna, e *rocú*, vermelha.

(2) Bribigões, mariscos de concha.

melhor mandar descobrir e saber d'ella mais do que agora nós podiamos saber por irmos de nossa viagem.

E entre muitas falas, que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem; e n'isto concludiram, e tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais se seria bom tomar por força um par d'estes h'omens para os mandar a Vossa Alteza e deixar aqui por elles outros dois d'estes degradados.

A isto accordaram que não era necessario tomar por força homens porque geral costume era dos que assim levavam por força, por alguma parte, dizerem que ha ali todo o que lhe perguntam e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens d'estes degradados que aqui deixassemos, do que elles dariam, si os levassemos, por ser gente que ninguem entende, nem elles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tambem dizer, que muito melhor estes outros não digam, quando cá Vossa Alteza mandar; e que, portanto, não curassem aqui de, por força, tomar ninguem, nem fazer escandalo, para os de todo mais amansar e pacificar; senão sómente deixar aqui os dois degradados quando d'aqui partissemos.

E assim, por melhor parecer a todos, ficou determinado.

Acabado isto, disse o Capitão que fossemos nos bateis em terra e ver-se-ia bem o rio quejando era, e tambem para folgarmos.

Fomos todos nos bateis em terra, armados, e a bandeira comnosco.

Elles andavam alli na praia, á bocca do rio, onde nós

iamos, e antes que chegassemos, do ensino que d'antes tinham, puzeram todos os arcos e acenavam que sahissemos.

E tanto que os bateis puzeram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mangual; e tanto que desembarcámos, alguns dos nossos passaram logo o rio e foram entre elles, e alguns aguardavam e outros se afastavam; porém era a cousa de maneira que todos andavam misturados.

Elles davam d'esses arcos, com suas settas, por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer cousa que lhes davam.

Passaram além tantos dos nossos e andavam assim misturados com elles, que elles se esquivavam e afastavam-se e iam-se d'elles para cima, onde outros estavam.

E então o Capitão fez-se tomar ao collo de dois homens e passou o rio e fez tornar todos.

A gente que alli era não seria mais que aquella que soia, e tanto que o Capitão fez tornar todos, vieram alguns d'elles a elle, não pelo conhecerem por senhor; cá me pareceu que não entendem, nem tomavam d'isso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para áquem do rio; alli falavam e traziam muitos arcos, continhas d'aquellas já ditas e resgatavam por qualquer cousa, em tal maneira que trouxeram d'alli para as naus muitos arcos e settas e contas; e então tornou-se o Capitão áquem do rio e logo acudiram muitos á beira d'elle.

Alli verieis galantes pintados de preto e vermelho, e

quartejados assim pelos corpos, como pelas pernas, que certo pareciam assim bem.

Tambem andavam entre elles quatro ou cinco mulheres moças, assim núas que não pareciam mal, entre as quaes andava uma com uma côxa, do giolho (1) até o quadril e nádega, toda tinta d'aquella tintura preta, e o al (2) todo da sua propria côr.

Outra trazia ambos os giolhos com as curvas assim tintas e tambem os collos dos pés e suas vergonhas tão núas e com tanta innocencia descobertas, que não havia nenhuma vergonha.

Tambem andava ali outra mulher moça, com um menino ou menina, no collo, atado com um panno, não sei de quê, aos peitos, que lhe não apparecia senão as perninhas; mas as pernas da mãe e o al não trazia nenhum panno.

E depois, moveu o Capitão para cima, ao longo do rio, que anda sempre a carão da praia (3), e alli esperou um velho que trazia na mão uma pá d'almadia; falou, estando o Capitão com elle, perante nós todos, sem o nunca ninguem entender, nem elle a nós quantas cousas que lhe o homem perguntava do ouro que nós desejavamos saber se o havia na terra.

Trazia este velho o beijo tão fúrado, que lhe caberia pelo

(1) Joelho.

(2) O resto do corpo.

(3) O ribeirão Mutary corre a *carão da praia* ou paralelo á praia.

furado um grande dedo pollegar ; e trazia mettido no furado uma pedra verde, ruim, que cerrava por fóra aquelle buraco, e o Capitão lh'a fez tirar e elle não sei que diabo falava e ia com ella para a bocca do Capitão, para lh'a metter.

Estivemos sobre isso um pouco rindo e então enfadou-se o Capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro vellio ; não por ella valer alguma cousa, mas por mostra, e depois a houve o Capitão, creio para com as outras cousas a mandar a Vossa Alteza.

Andámos por ali vendo a ribeira, a qual é de muita agua e muito bôa ; ao longo d'ella ha muitas palmas, não muito altas, em que ha muito bons palmitos ; colhemos e comemos d'elles muitos.

Então tornou-se o Capitão para baixo, para a bocca do rio, onde desembarcámos ; e além do rio andavam muitos d'elles dançando e folgando, uns deante dos outros, sem se tomarem pelas mãos e faziam-n'o bem.

Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer, e levou comsigo um gaiteiro nosso, com sua gaita, e metten-se com elles a dançar, tomando-os pelas mãos, e elles folgavam e riam, e andavam com elle mui bem, ao som da gaita ; depois de dançarem, fez-lhe alli, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que se elles espantavam e riam, e folgavam muito ; e comquanto os com aquillo muito segrou e afagou, tomavam logo uma esquiveza, como montezes, e foram-se para cima.

Então o Capitão passou o rio, com todos nós outros, e fomos pela praia de longo, indo os bateis assim a carão de terra; e fomos até uma lagôa grande, de agua doce, que está junto com a praia, porque toda aquella ribeira do mar é apaulada por cima e sai a agua por muitos logares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito d'elles andar entre os marinheiros que se recolhiam aos bateis e levaram d'alli um tubarão que Bartholomeu Dias matou e levava-lh'o e lançou-o na praia, abasta que até aqui como quer que se elles em alguma parte amansassem, logo de uma mão para a outra se esquivavam, como pardaes de cevadouro, e homem não lhes ousa de falar rijo por se mais não esquivarem, e tudo se passa como elles querem pelos bem amansar.

Ao velho, com quem o Capitão falou, deu uma carapuça vermelha, e com toda a fala, que com elle passou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se expediu, que começou de passar o rio, foi-se logo recatando, e não quiz mais tornar do rio para áquem.

Os outros dois que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já dito é, nunca aqui mais appareceram; de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos; elles porém comtudo andam muito bem curados e muito limpos, e n'aquillo me parece ainda mais que são como as aves ou alimarias montezes, que lhes faz o ar melhor penna e melhor cabello que as mansas; porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos, que não póde mais ser,

e isto me faz presumir que não têm casas nem moradas, em que se recolham, e o ar, a que se criam, os faz taes. Nem nós ainda até agora vimos nenhuma casa nem maneira d'ellas.

Mandou o Capitão áquelle degradado Affonso Ribeiro, que se fosse outra vez com elles, o qual se foi e andou lá um bom pedaço e á tarde tornou-se, que o fizeram elles vir e não o quizeram lá consentir, e deram-lhe arcos e settas, e não lhe tomaram nenhuma cousa do seu; antes disse elle que lhe tomára um d'elles umas continhas amarellas que elle levava e fugira com ellas; e elle se queixou, e os outros foram logo após elle e lh'as tomaram e tornaram-lh'as a dar, e então mandaram-n'o vir. Disse elle que não vira entre elles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como d'entre Douro e Minho; e assim nos tornámos ás naus, já quasi noite, a dormir.

Á segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar agua; alli vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes, e traziam já muito poucos arcos, e estiveram assim um pouco afastados de nós, e depois, poucos e poucos, misturaram-se connosco, e abraçavam-nos e folgavam, e alguns d'elles se esquivavam logo.

Alli davam alguns arcos por folhas de papel, e por alguma carapucinha velha e por qualquer cousa. E em tal maneira se passou a cousa, que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com elles onde muitos d'elles estavam com moças e mulheres, e trouxeram de lá muitos arcos e barretes de

penhas de aves, d'elles verdes e d'elles amarellas, de que creio que o Capitão ha de mandar amostra a Vossa Alteza, e, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com elles.

N'este dia os vimos de mais perto, e mais á nossa vontade, por andarmos quasi todos misturados e alli d'elles andavam d'aquellas tinturas quartejados, outros de metades, outros de tanta feição como em pannos de armar, e todos com os beiços furados, e muitos com os ossos n'elles, e d'elles sem ossos.

Traziam alguns d'elles uns ouriços verdes de arvores, que na côr queriam parecer de castanheiros, senão quanto eram mais e mais pequenos; e aquelles eram cheios de uns grãos vermelhos pequenos que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, de que elles andavam tintos (1); e quanto se mais molhavam, tanto mais vermelhos ficavam; todos andam rapados até acima das orelhas e assim as sobranceiras e pestanas; trazem todos as testas, de fonte á fonte, tinta da tintura preta que parece uma fita preta ancha de dois dedos; e o Capitão mandou áquelle degradado Affonso Ribeiro e a outros dois degradados que fossem andar lá entre elles e assim a Diogo Dias, por ser homem ledo, com quem elles folgavam; e aos degradados mandou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos e andaram entre elles: e, segundo elles diziam, foram bem uma legua e meia a uma povoação de casas em que haveria nove ou dez casas, as quaes diziam que

(1) Referencia a *urucús*.

eram tão compridas cada uma como esta nau capitânea, e eram de madeiras, e das ilhargas de taboas e cobertas de palha, de razoada altura, e todas em uma só casa, sem nenhum repartimento; tinham de dentro muitos esteios e, de esteio a esteio, uma rêde atada pelos cabos em cada esteio, altas, em que dormiam; e debaixo, para se aquentarem, faziam seus fôgos; e tinha cada casa duas portas pequenas, uma em um cabo e a outra no outro, e diziam que em cada casa se colhiam trinta ou quarenta pessoas, e que o assim achavam, e que lhes davam de comer d'aquella vianda que elles tinham; a saber: muito inhame e outras sementes que na terra ha, que elles comem. E como foi tarde, fizeram-n'os logo todos tornar e não quizeram que lá ficasse nenhum, e ainda, segundo elles diziam, queriam se vir com elles.

Resgataram lá, por cascaveis e outras cousinhas de pouco valor que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e carapuças de pennas verdes, e um panno de pennas de muitas côres, maneira de tecido, assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas essas cousas verá, porque o Capitão vol-as ha de mandar, segundo elle disse; e com isto vieram, e nós tornámo-nos ás naus.

Á terça-feira, depois de comer, fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa.

Estavam na praia, quando chegámos, obra de sessenta ou setenta, sem arcos e sem nada.

Tanto que chegámos, vieram-se logo para nós, sem se esquivarem, e depois acudiram muitos, que seriam bem

duzentos, todos sem arcos, e misturaram-se todos tanto com-nosco, que nos ajudavam d'elles a acarretar lenha e metter nos bateis, e tratavam com os nossos e tomavam muito prazer.

Emquanto nós faziamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande cruz de um pau, que se hontem para isso cortou. Muitos d'elles vinham alli estar com os carpinteiros, e creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, que por verem a cruz, porque elles não têm cousa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, mettidas em um pau entre duas talas mui bem atadas, e por tal maneira que andam fortes, segundo os homens que hontem ás suas casas foram, diziam, porque lh'as viram lá.

Èra já a conversação d'elles comnosco tanta, que quasi nos estorvavam ao que haviamos de fazer.

È o Capitão mandou a dois degradados e a Diogo Dias que fossem lá á aldeia e a outras, se houvessem d'ellas novas, e que em toda maneira não se viessem a dormir ás naus, ainda que os elles mandassem, e assim se foram.

Emquanto andavamos n'esta mata, a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios por essas arvores, d'elles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá n'esta terra muitos; porém eu não veria mais que até nove ou dez; outras aves então não vimos; sómente algumas pombas seixas e pareceram-me maiores, em bôa quantidade, que as de Portugal.

Alguns diziam que viram rôlas, mas eu não as vi; mas segundo os arvoredos, são mui, muitos e grandes e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves; e ácerca da noite nos volveros para as naus com nossa lenha.

Eu creio, Senhor, que não dei ainda aqui conta a Vossa Alteza da feição de seus arcos e settas. Os arcos são pretos e compridos, e ás settas compridas e os ferros d'ellas de cannas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que creio que o Capitão a ella ha de enviar.

Á quarta-feira não fomos em terra, porque o Capitão-mór andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejal-o, e fazer levar ás naus isso que cada uma podia levar.

Elles acudiram á praia muitos, segundo das naus vimos, que seriam obra de trezentos, e segundo Sancho de Toar, que lá foi, disse.

Diogo Dias e Affonso Ribeiro, o degradado, a que o Capitão hontem mandou e que em toda maneira lá dormissem, volveram-se já de noite, por elles não quererem que lá dormissem e trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quasi como pêgas, senão quanto tinham o bico branco e os rabos curtos (¹).

E quando se Sancho de Toar recolheu á nau, queriam se vir com elle alguns; mas elle não quiz, senão dois mancebos dispostos e homens de prol (²).

(1) Passaros conhecidos por *bicudos*.

(2) Homens de proveito.

Mandou-os esta noite mui bem pensar e curar, e comeram toda a vianda que lhes deram e mandou-lhes fazer cama de lençóes, segundo elle disse, e dormiram e folgaram aquella noite, e assim não foi mais este dia que para escrever seja.

Á quinta-feira, derradeiro de Abril, comemós logo, quasi pela manhã, e fomos á terra por mais lenha e agua; e em querendo o Capitão sair, chegou Sancho de Toar com seus dois hospedes, e por elle não ter ainda comido, puzeram-lhe toalhas, e veiu-lhe vianda e comeu; os hospedes assentaram-n'os em senhas cadeiras e de todo o que lhes deram comeram mui bem, especialmente cação cosido frio e arroz; não lhes deram vinho, por Sancho de Toar dizer que não bebiam bem.

Acabado o comer, mettemo-nos todos no batel e elles connosco.

Deu um grumete a um d'elles uma armadura grande de porco montez, bem revolta, e tanto que a tomou, mettu-a logo no beijo; e porque se lhe não queria ter, deram-lhe uma pequena, de cera vermelha, e elle corregeu-lhe detraz seu adereço para se ter e mettu-a no beijo e assim revolta para cima, e vinha tão contente com ella, como se tivéra uma grande joia. E tanto que sahimos em terra, foi-se logo com ella, que não appareceu ahi mais.

Andariam na praia, quando sahimos, oito ou dez d'elles, e d'ahi a pouco começaram de vir, e pareceu-me que viriam quatrocentos ou quatrocentos e cincoenta. Traziam alguns

d'elles arcs e settas e todos os deram por carapuças e por qualquer cousa que lhes davam.

Comiam connosco do que lhes davamos e bebiam alguns d'elles vinho e outros o não podiam beber; mas parece-me que se lh'o avezassem, que o beberiam de boa vontade.

Andavam todos tão dispostos e tão bem feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem.

Acarretavam d'essa lenha quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-n'a aos bateis e andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andavamos entre elles.

Foi o Capitão, com alguns de nós, um pedaço por este arvoredado até uma ribeira grande e de muita agua, que a nosso parecer era esta mesma que vem ter á praia em que nós tomámos agua.

Alli jouvemos um pedaço, bebendo e folgando ao longo d'ella, entre esse arvoredado, que é tanto e tamanho, e tão basto e de tantas plumagens, que lhe não pôde homem dar conta.

Ha entre elles muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos.

Quando sahimos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos direitos á cruz, que estava encostada a uma arvore, junto com o rio, para se pôr de manhã, que é sexta-feira, e que nos puzessemos todos em giolhos e a beijassemos, para elles verem o acatamento que lhe tinhamos; e assim o fizemos, e estes dez ou doze que aqui estavam acenaram-lhes que fizessem assim; e foram logo todos beijal-a.

Parece-me gente de tal innocencia, que se os homens entendessem e elles a nós, que seriam logo christãos ; porque elles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece; e, portanto, se os degradados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, fazerem-se christãos e crerem na nossa santa fé, á qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é bôa e de bôa simplicidade, e imprimir-se-á ligeiramente n'elles qualquer cunho que lhes quizerem dar; e logo lhes Nosso Senhor deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, e elle que nos por aqui trouxe, creio que não foi sem causa.

E, portanto, Vossa Alteza, pois tanto deseja accrescentar na santa fé catholica, deve entender em sua salvação, e prazerá a Deus que com pouco trabalho será assim.

Elles não lavram, nem criam, nem ha aqui boi, nem vacca, nem cabra, nem ovelha, nem gallinha, nem outra nenhuma alimaria que costumada seja ao viver dos homens : nem comem senão d'esse inhame que aqui ha muito, e d'essa semente e fructos que a terra e as arvores de si lançam; e com isto andam taes, e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Emquanto alli este dia andaram, sempre ao som de um tamborim nosso, dançaram e bailaram com os nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos, que nós seus.

Se lhes homem acenava se queriam vir ás naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira, que se os homens

todos quizerá convidar, todos vieram; porém não trouxemos esta noite ás naus senão quatro ou cinco, a saber: o Capitão-mór dois; Simão de Miranda um, que trazia já por pagem, e Ayres Gomes outro, assim pagem.

Os que o Capitão trouxe era um d'elles um dos seus hospedes que á primeira, quando aqui chegámos, lhe trouxeram; o qual veiu hoje aqui vestido na sua camisa, e com elle um seu irmão, os quaes foram esta noite mui bem agasalhados, assim de vianda como de cama, de colchões e lençóes, pelos mais amansar.

Hoje, que é sexta-feira, primeiro de Maio, sahimos pela manhã em terra, com nossa bandeira, e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a cruz para ser melhor vista; e alli assignou o Capitão onde fizessem a cova para a chantar.

E enquanto a ficaram fazendo, elle, com todos nós outros, fomos pela cruz, abaixo do rio, onde estava. Trouxemos-a d'alli, com esses religiosos e sacerdotes deante, cantando, maneira de procissão. Eram já ali alguns d'elles, obra de setenta ou oitenta; e quando nos assim viram vir, alguns d'elles se foram metter debaixo d'ella a ajudar-nos. Passámos o rio, ao longo da praia, e fomos-a pôr onde havia de ser, que será do rio obra de dois tiros de bésta (1).

(1) "Havendo o tempo destruido a cruz de madeira plantada por Pedro Alvares Cabral na villa de Santa Cruz, o coronel João Ladislau de Figueiredo e Mello, quando deputado á Assembléa Legislativa da provincia da Bahia, apresentou a 18 de Abril de 1837 projecto de se levantar alli um cruzeiro de marmore.

Alli, andando n'isto, viriam bem cento e cincoenta ou mais.

Chantada a cruz, com as armas e divisa de Vossa Alteza, que lhe primeiro pregaram, armaram altar ao pé d'ella, e alli disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e officiada por esses já ditos.

Alli estiveram connosco a ella obra de cincoenta ou sessenta d'elles, assentados todos em giolhos, assim como nós; e quando veiu ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, elles se levantaram connosco e alçaram as mãos, estando assim até ser acabada; e então tornaram-se a assentar como nós; e quando levan-

guarnecido por balaustrada de bronze, a fim de eternizar a memoria do facto principal de nossa historia. Como o projecto não pudesse ser convertido em lei por falta de dinheiro, aquelle patriota mandou fazer á sua custa uma grande cruz de madeira do paiz (*jetahypeba*) e remetteu-a ao então vigario da freguezia de Santa Cruz, padre Jacintho de Freitas Neutro, que a collocou em frente á igreja matriz.»

IGNACIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E SILVA: *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, nota á pag. 39 do vol. 1.º, 2.a edição.

A 3 de Março de 1898 frades capuchinhos collocaram na ponta sul da bahia *Cabralia* outra cruz de madeira com 64 palmos de altura, sustentada por um pedestal de alvenaria de tijolo com tres degraus.

Em distancia de 45 a 50 metros da margem esquerda do ribeirão *Mutary*, o major Salvador Pires de Carvalho e Aragão, para assignalar o ponto da praia em que com probabilidades foi levantada a cruz de Cabral, collocou ali, no anno de 1900, um marco de massaranduba, lavrado em quina viva, tendo um metro fóra da terra e em cada uma face as iniciaes I. G. H. B. (*Instituto Geographico e Historico da Bahia*), e proximo ao marco fincou um mastro com a bandeira nacional.

«Este ponto da costa, que fica bem visivel, desde que se dobra a ponta de Santo Antonio ao norte, descortina-se-o do mar em todo o trajecto em frente á bahia, mesmo que os navios passem a seis milhas de distancia.»

SALVADOR PIRES DE CARVALHO E ARAGÃO: *A Bahia Cabralia*, pag. 80.

taram a Deus, que nos puzemos de gíolhos, elles se puzeram todos, assim como nós estavamos, com as mãos levantadas e em tal maneira assocegados, que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.

È estiveram assim comnosco até acabada a communhão, e depois da communhão commungaram esses religiosos e sacerdotes, e o Capitão com alguns de nós outros.

Alguns, por o sol ser grande, em nós estando commungando, levantaram-se e outros estiveram e ficaram.

Um d'elles, homem de cincoenta ou cincoenta e cinco annos, ficou alli com aquelles que ficaram; aquelle, em nós assim estando, ajuntava aquelles que alli ficaram e ainda chamava outros.

Este, andando assim entre elles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar e depois mostrou o dedo para o céo, como quem lhes dizia alguma cousa de bem e nós assim o tomámos.

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou na alva, e assim se subiu, junto com o altar, em uma cadeira, e alli nos prégoou do Evangelho e dos apóstolos, cujo dia hoje é (1), tratando em fim da prégação d'este vosso prosequimento tão santo e virtuoso, que nos causou mais devoção.

Esses que á prégação sempre estiveram, estavam, assim

(1) Em sua prégação, frei Henrique fez referencia aos apóstolos S. Philippe e S. Thiago, cuja festa é celebrada a 1.º de Maio.

como nós, olhando para elle, e aquelle que digo chamava alguns que viessem para alli. Alguns vinham e outros iam-se.

Acabada a prégação, trazia Nicolau Coelho muitas cruces de estanho com crucifixos que lhe ficaram ainda da outra vinda, e houveram por bem que lançassem a cada um sua ao pescoço, pela qual cousa se assentou o padre frei Henrique ao pé da cruz, e ali a um e um lançava a sua, atada em um fio ao pescoço, fazendo-lh'a primeiro beijar e alevantar as mãos.

Vinham a isso muitos, e lançaram-n'as todas, que seriam obra de quarenta ou cincoenta, e isto acabado, era já bem uma hora depois do meio dia.

Vimos ás naus comer, onde o Capitão trouxe consigo aquelle mesmo que fez aos outros aquella mostrança para o altar e para o céo, e um seu irmão com elle, ao qual fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca, e ao outro uma camisa d'est'outras.

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhe fallece outra cousa para ser toda christã que entenderem-nos, porque assim tomavam aquillo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm; e bem creio que se Vossa Alteza aqui mandar quem mais entre elles devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza.

E, para isso, se alguém vier, não deixe logo de vir cle-rigo para os baptizar, porque já então terão mais conhe-

cimento da nossa fé pelos dois degradados que aqui entre elles ficam, os quaes ambos hoje tambem commungaram.

Entre todos estes que hoje vieram, não veiu mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre á missa, á qual deram um panno com que se cobrisse e puzeram-lh'o ao redor de si; porém ao assentar, não fazia memoria de o muito extender para se cobrir; assim, Senhor, que a innocencia d'esta gente é tal, que a de Adão não seria mais quanta em vergonha.

Ora veja Vossa Alteza quem em tal innocencia vive, ensinando-lhe o que para a sua salvação pertence, se se converterão ou não.

Acabado isto, fomos assim perante elles beijar a cruz, e despedimo-nos e viemos comer.

Creio, Senhor, que com estes dois degradados que aqui ficam (1), ficam mais dois grumetes que esta noite se sahiram

(1) Os dois degradados que ficaram foram Affonso Ribeiro e João de Thomar.

Em nosso poemeto historico *A Flôr de Manacá*, recitado no *Polytheama Bahiano*, a 3 de Maio de 1900, em espectáculo de gala, festa promovida pelo *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, em commemoração ao 4.º centenario do descobrimento do Brazil, figurámos que Affonso Ribeiro, ao ver partir para a India seus companheiros de viagem, exclamára, choroso :

Vós ides attingir ao portico sublime
Da Fama, que concede esplendido trophéo,
Emquanto vou pagar o meu supposto crime
Ante o deserto mar, ante o deserto céu!

O seguinte documento encontrado em um convento de freiras de Portugal prova que Affonso Ribeiro fôra condemnado injustamente :

* Anno de 1512, terceiro da nossa fundação. Hum dia depois do Natal feneceu de langor Elena Gonçalves, natural de Lisbôa, filha de Thomé Gonçalves, mestre

d'esta nau, no esquite, fugidos, os quaes não vieram mais; e cremos que ficarão aqui, porque, de manhã, prazendo a Deus, faremos d'aqui nossa partida.

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais está contra o sul, vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que d'este porto houvessem vista, será tamanha, que haverá n'ella vinte ou vinte e cinco leguas por costa; traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, d'ellas vermelhas e d'ellas brancas, e a terra por cima toda chan, e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia parina, muito chan e muito formosa; pelo sertão ños pareceu do mar muito grande, porque a extender olhos não podiamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa a terra.

N'ella até agora não podemos saber se haja ouro nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro, nem lh'o

de nau, já fallecido, que n'este nosso Convento da Madre de Deus de Enxobregas fez votos de religiosa por terem posto culpa de morte a um creado de João Tello, com quem esteve para casar e que foi condemnado a degredo para a India, sendo elle innocente da fama que lhe puzeram. Foi virtuosa e esmoreceu em tres dias, sem ir ao leito, rezando e acabando.»

MOREIRA DE VASCONCELLOS (F): *A descoberta do Brazil*, drama (Bahia, 1900), pag. 161.

Referindo-se aos dois condemnados, diz o visconde de Porto Seguro :

« Os dois degradados ficaram na praia, chorando sua infeliz sorte e acompanhando com os olhos as quilhas patrias, até que ellas se haviam de todo sumido no horizonte. . . »

E Gonçalves Dias :

« Enquanto partia a frota, estes homens (os selvagens) reputados insensíveis e ferozes além da ultima expressão, os rodeavam e consolavam, compadecidos de sua sorte. »

vimos; porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os d'entre Douro e Minho, porque n'este tempo de agora assim os achavamos como os de lá: as aguas são muitas, infindas; em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á n'ella tudo, por bem das aguas que tem; porém o melhor fructo que n'ella se póde fazer, me parece que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ella deve lançar; e que ahi não houvesse mais que ter aqui esta pousada, para esta navegação de Calecut, bastaria, quanto mais disposição para n'ella cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber: accrescentamento da nossa santa fé.

E n'esta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza do que n'esta vossa terra vi, e se algum pouco alonguei, ella me perdôe, que o desejo que tinha de vos tudo dizer, m'o fez assim pôr pelo miudo.

E pois que, Senhor, é certo que assim n'este carregó que levo, como em outra qualquer cousa, que de vosso serviço fôr, Vossa Alteza ha de ser de mim muito bem servida, a ella peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Thomé Jorge de Soyro, meu genro, o que d'ella receberei em muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza.

D'este Porto Seguro da vossa ilha da Vera-Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de Maio de 1500.



CAPITULO III

OS INDIGENAS DO BRAZIL. RAÇAS. LINGUAGEM.
RELIGIÃO. LENDAS. USOS E COSTUMES. SACRIFICIO DO PRISIONEIRO
(Y-JUCA-PYRAMA)

UM dos pontos mais interessantes da historia de nosso paiz, pela curiosidade que desperta e pelo estudo especial que demanda, é de certo o referente ás raças selvagens que occupavam estas regiões.

Como appareceu o homem americano?

Como producto espontaneo do novo continente?

Como resultado de migrações de povos do velho mundo?

Optamos pela segunda hypothese.

Apezar dos documentos de que procurou revestir-se, consideramos inaceitavel a doutrina do naturalista suiso L. Agassiz, que deu á nossa especie nove troncos differentes: 1.º o polynesio; 2.º o australiano; 3.º o malaio ou indio; 4.º o hottentote; 5.º o africano; 6.º o europeu; 7.º o mongolico ou asiatico; 8.º o americano; 9.º o arctico.

O polygenismo cedeu terreno ao monogenismo, que tem á frente de uma legião de scientists o eminente Quatrefages, auctor dos profundos estudos *Rapport sur les progrès de l'anthropologie e L'espèce humaine*.

As idéas d'este illustre naturalista francez são assim condensadas:

«Os grupos humanos, por mais differentes que possam ser ou nos parecer, não são mais do que *raças de uma só e mesma especie*, na accepção que empregamos quando nos referimos aos animaes e aos vegetaes (1).»

As raças, determinadas pela côr e pelo angulo facial, são consequencias do clima, da alimentação, dos cruzamentos e das condições do sólo, factores que operaram as modificações da especie unica.

O estudo da geologia nos leva a admittir que o primeiro casal foi de côr preta, visto ser o preto o que melhor supporta o calor. A graduação de temperatura de nosso planeta, do intenso calor para o frio, nos faz acceitar negro o tronço da especie humana, apparecendo depois o typo côr de cobre, mais tarde o amarello, o vermelho e por fim o branco, obedecendo todos á influencia do meio.

Segundo os darwinistas, o homem é o resultado do aperfeiçoamento dos animaes anthropomorphos ou anthropoidas—gibbon, chimpanzé, gorilla e orangotango—que

(1) QUATREFAGES: *L'espèce humaine*, 1 vol. de la *Bibliothèque scientifique internationale*, pag. 64.

subiram á especie humana por meio de successivas evoluções organicas.

« A theoria darwiniana sobre a origem do homem, diz Girard de Rialle (1), parece a mais verosimil; é em todo caso a mais scientifica, porque não exige intervenção de nenhum poder sobrenatural e porque tende a explicar os factos pela força de leis regulares. Não isola o homem na natureza: pelo contrario, colloca-o no logar que lhe compete. »

Ernesto Hæckel, em sua *Anthropogenia*, explica do seguinte modo a criação do homem. Considera que foram primitivos elementos geradores da vida o carbone, o oxigenio, o hydrogenio e o azote. Da combinação d'estes elementos resultaram grumos ou coágulos de albumina, de que nasceram as monéras, animalculos imperceptiveis á vista desarmada, que se constituíram os primeiros élos da cadeia vital. A partir das monéras, o principio da vida veiu pelo transformismo subindo gradativamente na escala dos seres, percorrendo-a, desde os de mais rudimentar estructura aos bem organizados, até chegar ao homem, a ultima obra da criação, o imponente vertice da grandiosa pyramide animal (2).

Em algum ponto d'Asia ou, segundo idéa mais moderna, na Lemuria—grande continente que se suppõe submergido

(1) *Les peuples de l'Afrique et de l'Amérique (notions d'ethnologie)* pag. 15.

(2) No dia em que escrevemos estas linhas—5 de Agosto de 1901—consta-nos achar-se em viagem, para a ilha de Java, Ernesto Hæckel, interessado em descobrir ahi a ossamenta do *pithecoïda* privado de emittir sons articulados—

no mar das Indias e que se extendia da Africa á Australia e deixou como vestigios de sua existencia as ilhas de Madagascar, de Ceylão e o archipelago da Sonda—appareceu o tronco da especie humana: d'ahi espallharam-se os descendentes pelas diversas partes do globo.

Em relação aos indigenas, admittimos os seguintes factos:

1.º—Que em epochas pre-historicas numerosos bandos de immigrantes, atravessando o mar, passaram d'Asia para a America e ali estabeleceram-se uns, como o provam os monumentos antiquissimos encontrados no Mexico e no Perú, e espalharam-se outros, sem conduzir vestigio algum de civilisação;

2.º—Que a marcha d'estes povos effectuou-se de norte para sul;

3.º—Que os homens americanos mais atrasados foram aquelles que povoaram a parte meridional do continente, onde os europeus os encontraram em estado selvagem, correspondente á epocha da pedra polida.

RAÇAS—Em duas raças dividiam-se os indigenas brasileiros: a *raça pura*, *abaúna* (1) ou *primitiva*, e a *raça cruzada*.

Eram representantes da primeira os *Mundurucús* do Pará, oriundos dos toltecas ou aztecas do Perú, de que apresen-

individuo que serviu de elo entre os animaes anthropomorphos e o homem, objecto cujo achado será a mais importante das conquistas anthropologicas.

(1) *Abaúna*, de *abá*, homem, e *una*, preto.

tavam vestígios a sua lingua, os seus costumes, a sua industria e as suas lendas. Distinguiam-se «pela côr de cobre, escura; estatura alta e corpulenta; cabellos pretos e duros; molar e órbitas salientes; olhos horisontaes, não acompanhando a obliquidade das sobrancelhas como na raça mongolica; quasi recto o angulo do maxillar inferior; o diametro transverso entre os dois angulos posteriores do maxillar inferior igual ao diametro transverso do craneo de um ao outro parietal; caixa thoraxica bem desenvolvida; calcaneo grosso, o tarso largo com um pé solido e bem feito (1).» Á mesma raça pertenciam os *Chavantes* de Goyaz e os *Guaycurús* de Matto-Grosso.

A *raça cruzada* proveiu de duas mesclas:

1.^a—Entre os indios primitivos e os individuos de raça amarella ou mongolica, que em epochas immemoriaes passaram d'Asia para a America pelo estreito de Behring ou pelas ilhas Aleutas, cuja disposição natural parece formar ponte de comunicação entre o mundo antigo e o novo;

2.^a—Entre os indios primitivos e individuos da raça aryanica ou branca, que das costas d'Asia Menor atravessaram o Mediterraneo e o Atlantico e chegaram á parte oriental do novo continente.

Da primeira mescla originaram-se os *Tapuyas* e da segunda os *Tupys*.

(1) General JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES: *Ensaio de anthropologia* (Rio de Janeiro, 1874).

Os *Tapuyas* eram de estatura mediana e côr de cobre, menos escura que a dos primitivos, e os *Tupys*, de pequena estatura e côr de canella, semelhante á dos mulatos.

Tanto uns como outros apresentavam os mesmos caracteristicos: «cabellos longos e asperos; fronte baixa; órbitas e molares menos salientes e face menos quadrada do que a raça abaúna; rosto largo e angular; olhos pequenos com direcção obliqua; sobrancelhas delgadas e arqueadas; nariz pequeno, um pouco achatado; narinas grandes; dentes brancos; labios espessos; quasi nenhuma barba; orelhas pequenas; pescôço curto e grosso; peito largo; fina a barriga das pernas; mãos e pés bem feitos; dedo grande do pé muito separado do immediato.» As mulheres, em geral, bem proporcionadas, e de relativa belleza.

Viviam ordinariamente nus e só em occasião de festas adornavam-se com pennas de avestruz, de guarás e de papagaios.

Os *Tupys* eram mais civilizados do que os *Tapuyas*: estes viviam errantes, e alimentavam-se de fructos silvestres, da caça e da pesca; não construíam habitações, nem possuíam lavoura; aquelles formavam aldeamentos, *tabas*, habitavam palliças, *ócas*, cultivavam milho, feijão, inhame, mandioca, da qual faziam bolos de *cariman*, e *cauim*, beberagem embriagante.

Havia entre elles outra notavel differença.

Os *Tapuyas* eram anthropolóphagos pelo depravado gosto que tinham em alimentar-se de carne humana; os *Tupys*

devoravam os prisioneiros para vingarem assim os seus antepassados. Em uns—instincto de ferocidade cannibalesca; em outros—glorificação de sua bravura.

Tupy, palavra formada de *Tupá* ou *Tupan* (1)—Deus ou raio—era a tribo-mãe, de que se derivavam os *Tamôyos* (avós), os *Tupinós* (netos) e os *Tabajáras* (cunhados).

Os *Tupys* desceram das immensas florestas do Amazonas e vieram desalojar os *Tapuyas* das costas do mar e das margens dos rios, de que se apossaram, obrigando seus contrarios a fugir e internar-se pelos sertões.

Por occasião da chegada dos portuguezes achavam-se os selvagens assim estabelecidos: os *Mundurucús*, *Mauhés* e *Muras* no Amazonas; os *Potiguares* no Rio Grande do Norte; os *Cahetés* pelas margens e foz do rio S. Francisco; os *Tupinambás*, *Tupinaes*, *Tupiniquins* e *Aymorés* pela costa bahiana; os *Tamôyos* e *Goytacazes* pelas costas do Rio de Janeiro; os *Guayanazes*, *Guaranys* ou *Tupys* em S. Paulo; os *Carijós* e *Patos*, em Santa Catharina; os *Charrúas*, *Coroados*, *Minuanos* e *Tapés* no Rio Grande do Sul; os *Payaguás* e *Guaycurús* em Matto Grosso; os *Cataguazes* em Minas Geraes; os *Cayapós* e *Chavantes* em Goyaz.

As *tribus* subdividiam-se em innumeradas *hordas* ou *cabildas*.

LINGUAGEM—A lingua geral ou *tupy-guarany* era *agglutinante*—isto é, as palavras formavam-se, em grande

(1) *Tupy*, contracção de *tupá-y*—raio pequeno.

parte, pela união de duas ou mais raizes, das quaes só uma conservava o seu valor real, servindo as outras para determinar o modo de ser ou da acção da raiz principal.

O *abanheenga* (1) dos indios não possuia os seguintes caractéres de nosso alphabeto: F, L, V, X e Z.

Neuhum vocabulo começava por D.

O *ch* soava como no allemão *sch*: alguns pronunciavam *tch*.

O *r*, mesmo no começo das palavras, não tinha som forte, como em *rei*, porém brando, como na segunda syllaba de *ferre*, *cara*. Por essa razão, os indigenas não diziam correctamente *rôça*, *raiz*, *ramo*, etc., visto que davam sempre som brando ao *r* inicial.

O *i* ou *y* servia como no latim, ora de vogal, ora de consoante, soando n'este caso como *j*.

Em seu vocabulario não entravam as syllabas *bla*, *cla*, *tra*.

Geralmente não tinham plural para os nomes; ás vezes, porém, formavam o plural accrescentando ás palavras a particula *etá*. Exemplos: *ôca*, casa; *ocaetá*, casas; *anam*, parente; *anametá*, parentes.

Differençavam os sexos com a junção de *apgaua* para o masculino e *cunhã* para o feminino. Exemplos: *yaguar apgaua*, cão; *yaguar cunhã*, cadella. O *y* sôa como *j*.

Formavam os augmentativos com *turuçú* ou *uaçú* ou

(1) *Abanheenga* fórma-se de *abá*, homem, e *nhenga*, fala ou palavra: quer dizer vocabulario.

guassú ou *uçú*. Exemplos: *pirá*, peixe; *piráuçú*, peixe grande, baleia; *acang*, cabeça; *acanguçú*, cabeça grande; *canguçú*, onça de cabeça grande; *pará*, mar; *paráguassú* (1), mar grande.

Formavam os diminutivos com a palavra *mirim*, pequeno, ou com a simples vogal *i*. Exemplos: *maracujá mirim*, maracujá pequeno; *taquari*, taquara pequena; *imira*, pau, *imira-i*, pau pequeno.

A lingua prestava-se a exprimir nomes referentes a epocha passada; para o que, era empregado o suffixo *êra*. Exemplos: *acang*, cabeça; *acanguêra*, cabeça que foi, caveira; *pi*, couro do animal enquanto vivo; *pirêra*, couro separado do animal; *taba*, aldeia; *tabêra*, aldeia que foi, de que se originou *tapêra*, sitio ou logar abandonado.

Quando appareciam juntos dois substantivos, o primeiro indicava a qualidade do segundo. Exemplos: *itá*, pedra; *óca*, casa; *itáoca*, casa de pedra, fortaleza; *itá*, metal; *maracá*, chocalho; *itámaracá* (2), chocalho de metal, campainha ou sino.

Collocavam com ordem o adjectivo qualificativo depois do substantivo. Exemplos: *abá catú*, homem bom; *cunhã porã*, mulher bonita.

A numeração era muito limitada.

Contavam ordinariamente até 4. Só em casos especiaes iam até 20. Serviam-se d'estas palavras:

(1) Rio do Estado da Bahia.

(2) Ilha do Estado de Pernambuco.

Fetei ou *nhepetei* ou *monhepetei* (elle por si, faz elle por si)—1; *mocoi* (faz par)—2; *mboapi* (fazer ponta)—3; *yrundi* ou *moyrundi* (faz pares)—4; *acepó petei* (mão da gente)—5; *che-pó* ou *opacombó* (minhas mãos ou ambas as mãos)—10; *che-pó che-pi* (minhas mãos e meus pés)—20.

De 20 em deante, diziam *ceta* ou *ceta-etê* ou *cayi* ou *reta* ou *mobyriou*—muitos.

Missionarios jesuitas, e á frente d'elles o padre José de Anchieta, apossaram-se do conhecimento da lingua e submetteram-n'a a regras grammaticaes, aperfeiçoando-a e imprimindo-lhe realce (1).

O illustre sabio visitante do Novo Mundo, uma das mais altas capacidades que honraram e enaltecerao o seculo XIX, o Barão de Humboldt, fazia bello conceito dos idiomas selvagens d'America.

«Creio, disse elle em sua obra *Voyage aux régions equinoxiales du nouveau continent* (tomo III, pag. 302) que si fossem bem estudados os idiomas dos selvagens, achar-se-ia

(1) Maior desenvolvimento obteve o *abanheenga* com os bellos estudos que appareceram sobre a especialidade e se acham reunidos em grande numero na Bibliotheca Nacional, d'entre os quaes se destacam o *Vocabulario das palavras guarany usadas pelo traductor da CONQUISTA ESPIRITUAL do padre A. Ruiz Montoya* (vol. VII dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*); o *Manuscripto guarany, sobre a primitiva catechese dos indios das Missões composto em castelhano pelo padre Antonio Ruiz Montoya, vertido para guarany por outro padre jesuita e agora publicado com a traducção portugueza, notas, e um esboço grammatical do abãncê, pelo dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira* (vol. VI dos referidos *Annaes*), e a *Grammatica da lingua geral dos indios*, pelo padre Luiz Figueira, reimpressa na Bahia no anno de 1851.

n'elles mais riqueza e gradações mais delicadas do que se devêra esperar do estado inculto dos que os falavam. »

Alcides d'Orbigny, em seu estudo *L'homme américain*, desenvolve do seguinte modo o pensamento de Humboldt:

« Tem-se supposto que quasi todas as linguas americanas eram pouco extensas, grosseiras, e que careciam absolutamente de termos para exprimir um pensamento, uma idéa delicada, e até a paixão. Mesmo entre povos isolados no meio das florestas bravias, ou lançados no meio das planuras sem limites, não acreditemos que os agricultores, caçadores ou guerreiros estivessem privados de fórmulas elegantes de linguagem, de figuras ricas e variadas. Quanto mais penetramos no genio das linguas, tanto mais nos convencemos e reconhecemos que ellas são em geral extremamente ricas e abundantes. Si se pudesse estudar a fundo o *guarany*, o *quichúa*, o *chiquito*, como estudamos o grego e o latim, nos poderíamos convencer d'este facto. Julgamos muitas vezes de uma nação por alguns individuos que d'ella fazem parte, reduzidos, submettidos, quasi escravos, nas missões; individuos nos quaes o espirito nacional cede á influencia da servidão. »

O historiador e poeta brasileiro Antonio Gonçalves Dias, em seu estudo *Brazil e Oceania* (cap. XI) cita auctores de nomeada que louvaram a lingua indigena :

« O historiador das Antilhas, tratando da lingua dos *Caraïbas*, que era a mesma dos *Tupys* e *Guaranys*, encarece a doçura de sua pronunciação, e a graça que davam ás suas

palavras, de modo que os seus discursos eram agradabilissimos de ouvir-se.

« Du Montel o confirma, dizendo o prazer que tinha de os escutar, quando estava entre elles, e não se cançava de repetir qual a graça, a fluidez e a doçura de suas expressões, sempre acompanhadas de um sorriso benevolo e sympathico. Esse riso e essa graça no falar tive eu occasião de observar em tribus mais barbaras do que as *Tupys*. Em taes casos elles procuram captivar os ouvintes, amigos ou alliados, não só com palavras lisonjeiras, mas tambem com a amenidade da voz e da physionomia. Parece que este predicado era levado ao mais alto grau pelos *Tupys*, e principalmente pelas mulheres, porque não é raro elogiarem os antigos viajantes a conversação das mulheres, e como ellas falavam com a voz cheia de lisonjas e de caricias. »

É grande o numero de vocabulos indigenas que empregamos na designação de nossos Estados, cidades, povoações, rios, serras e ilhas.

Damos em seguida algumas palavras de origem *guarany* (1) com explicação dos logares e das derivações.

Abactê—Villa de Minas Geraes. Formação:—*abá*, homem, e *etê*, verdadeiro, honrado.

Aracajú—Capital do Estado de Sergipe. F.—*ar*, nascer, e *cajú*, fructa do genero *anacardium*, familia das terebinthaceas.

(1) *Guarany* quer dizer *guerrear*.

Bagé—Cidade do Rio Grande do Sul. F.—*pagé*, feiti-
ceiro, adivinho.

Bertioga—Canal fronteiro á cidade de Santos. F.—
buriqui óca; *buriqui*, especie de macacos, e *óca*, casa: *habi-*
tação de macacos buriquis.

Boipeba—Ilha do Estado da Bahia. F.—*bói*, cobra, e
peba, chata.

Bojurú—Ponta e pharol á margem esquerda da Lagôa dos
Patos, no Rio Grande do Sul. F.—*bói*, cobra, e *jurú*, bocca.

Cahy—Rio do Rio Grande do Sul. F.—*caá*, matto, e
hy, rio.

Caitité—Cidade da Bahia. F.—*caá*, matto, e *eté*, ver-
dadeiro.

Capiberibe—Rio de Pernambuco. F.—*capibara* ou capi-
vara, mamífero do genero *hydrochoerus*, ordem dos roedores,
e *i*, rio.

Cayrú—Villa da Bahia. F.—*caá*, matto, e *yurú*, bocca.

Ceará—Estado. F.—*cer*, gostar de, e *ará*, arara pequena,
periquito ou jandaia.

Chuy—Pequeno rio que serve de limite meridional
entre o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguay.
F.—*chui* pintasilgo, e *y*, rio: *rio dos pintasilgos*.

Coritiba—Capital do Estado do Paraná. F.—*curú*,
pedras pequenas, e *tib*, abundancia.

Cuyabá—Capital do Estado de Matto Grosso. F.—*cuia*,
vasilha feita de metade de uma cabaça ou porongo, e *abá*,
homem.

Guahyba—Rio ou antes lagoão formado pelo desagua-
mento de quatro rios—*Jacuby* (1), *Cahy*, *Rio dos Sinos* e *Gravatahy* (2): banha a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. F.—*guatá*, enseada como um seio; *hy*,
agua; e *bag*, mover-se: *agua em fórma de seio, que se move*.

Guaratinguctá—Cidade do Estado de S. Paulo. F.—
guará, ave do genero *ibis*, ordem das pernaltas; *ting*, branca,
eté, verdadeira. O naturalista allemão, dr. Carl Fried. Phil.
von Martius, auctor da monumental *Flora Brasiliensis*, ao
tratar dos indigenas de nosso paiz em sua obra *Beiträge zur
Ethnographie und Sprachenkund Brasiliens* ou *Glossaria
Linguarum Brasiliensium* (Erlangen, 1863), pag. 500, dá
para este vocabulo explicação astronomica, dizendo ser for-
mado de *coaracy*, sol; *tim*, fim, e *guatá*, caminhar: *logar em
que o sol caminha para o occaso*, visinho do tropico de
Capricornio. Mencionamos, mas não concordamos com esta
derivação, alheia á comprehensão dos selvagens.

Ibicuby—Rio do Rio Grande do Sul. F.—*ibicui*, areia,
e *hy* rio: *rio arenoso*.

Ibirapuitan—Rio do Rio Grande do Sul. F.—*ibirá*,
pau, *pú*, quebrado, e *itá*, pedra: *pau quebrado e petrificado*.

Icatú—Cidade do Maranhão. F.—*i*, agua, *catú*, bôa.

Igarapé—Canal produzido por braço de rio, no. Ama-

(1) *Rio dos jacús*.

(2) *Rio dos gravatás*.

zonas e Pará. F.—*igára*, canôa, e *pé*, caminho: *caminho de canôa*.

Iguape—Cidade do Estado de S. Paulo. F.—*ig*, agua, *apé*, caminho: bebedouro ou lugar em que ha bebedouro.

Itaborahy—Cidade do Estado do Rio de Janeiro. F.—*itá*, pedra; *bóra* ou *póra*, ter, e *hy*, agua: *pedra com agua dentro*.

Itacolumi—Ramificação da serra Central ou do Espinhaço no Estado de Minas Geraes; monte na serra dos Orgãos do Rio de Janeiro; montanha no Maranhão; serro no Rio Grande do Sul; grupo de rochedos deseguaes sementeados em um baixo defronte do monte Paschoal. F.—*itá*, pedra, e *corumi*, creança.

Itaparica—Ilha do Estado da Bahia. F.—*itá*, pedra; *pará*, mar e *recá* buscar: *pedra que se busca no mar*.

Itapuan—Povoação no Estado da Bahia; serro, ponta e pharol na entrada da Lagôa dos Patos, no Rio Grande do Sul. F.—*itá*, pedra, e *puam*, levantada.

Itaquy—Cidade do Rio Grande do Sul, banhada pelo rio Uruguay. F.—*itá*, pedra, e *guy*, em pé. Em tupy *itakê*, pedra afiada ou machado.

Itararé—Rio que serve de limite entre o Estado do Paraná e o de S. Paulo. F.—*itá*, pedra, e *raré*, cavada ou óca.

Itatiaia—O pico de maior elevação do Brazil, situado na serra da Mantiqueira, Estado de Minas Geraes, com 2994 metros de altura. F.—*itá*, pedra; *tim*, ponta e *ãí*, aspera, aguçada.

Jaguarão—Cidade e rio do Rio Grande do Sul. F.—*jaguar*, onça, e *áu*, manchada.

Maranhão—Estado, nome indigena do rio Amazonas. F.—*márá*, mar, e *nhan*, correr: *mar que corre*. O erudito padre Antonio Vieira interpretava *Maranhão*—*mar grande*, como se lê á pag. 409, tom. III de seus *Sermões*: «Por isso os naturaes lhe chamam *Pará* e os portuguezes *Maranhão*, que tudo quer dizer *mar* e *mar grande*.» O dr. Emilio A. Goeldi, director do *Museu Paraense*, em sua recente memoria *Excavações archeologicas em 1895* (Pará, 1900) pag. 34, dá *Maranhão* como nome indigena de uma ave pernalta, conhecida tambem por *ganso do norte* e explica: «Ora como o nome d'esta ave é indubitavelmente tupy, significando *pau* (cahido) *que corre*, pergunto: pôde haver designação melhor para um pernalta tão extremo, prototypo dos «echassins», do que *perna de pau*? E uma vez concedido isto e demonstrado como *maranhon* podia ficar na designação tupy adequado a uma ave pernalta, porque não seria admissivel a mesma origem para o nome de um rio?» Não parece admissivel a interpretação dada pelo dr. Goeldi. Grandes observadores da natureza, para cujos objectos empregavam nomes precisos, e, ás mais das vezes, onomatopaicos, os indigenas impressionavam-se muito mais com a presença de um rio enorme, rumoroso, semelhante a um mar, do que com o triste aspecto de um *pau cahido*. *Mar que corre* exprime com toda propriedade a grandeza, a impetuosidade do Amazonas.

Pará—Estado. Significa *mar*.

Parahyba — Estado. F. — *pará*, mar, e *ahyba*, mau.

Piauhy — Estado. F. — *piau*, peixe de pelle manchada, e *hy*, rio.

Pindamonhangaba — Cidade do Estado de S. Paulo. F. — *pindá*, anzol, e *monhangab*, logar em que se faz.

Pirajá — Povoação bahiana, perto da cidade do Salvador da Bahia e celebre na guerra da independencia. F. — *pirá*, peixe, e *já*, senhor ou dono.

Sergipe — Estado. Gaspar Barlœus, em sua obra illustrada *Res gestæ sub C. Mavritio in Brasilia* (Amsterdam, 1647), dá para Sergipe dois nomes *Cerüü* ou *Seregippe del Rei*. F. — *siri*, crustáceo do genero lupea, ordem dos decápodos, e *i*, rio.

Tietê — Rio de S. Paulo, notavel pela belleza de suas cachoeiras. F. — *tiê*, nome de um passarinho, e *eté*, verdadeiro. O tenente-general Visconde de Beaurepaire Rohan, á pag. 138 de seu *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (Rio de Janeiro, 1889) diz: «*Tiêtlê*, ave do genero *Euphone* (*E violacea*) da ordem dos Passeres (Martius).»

Tocantins — Grande rio do norte do Brazil. F. — *tucano*, ave do genero rhamphastos, ordem dos trepadores, notavel pelo enorme bico, e *tim*, bico. *Tucantim* era o appellido de um chefe selvagem que vivia á margem d'este rio e trazia na cabeça, como enfeite, o despojo de um tucano com grande bico.

Uruguay — Rio que serve de limite entre o Rio Grande do Sul e a Republica Argentina. F. — *urú*, perdiz; *guahê*, seu grito, e *y*, rio: *rio do grito da perdiz*.

Ypiranga—Regato proximo á cidade de S. Paulo, junto ao qual foi erguido o grande edificio commemorativo da independencia do Brazil, occupado hoje pelo *Museu Paulista*. F.—*y*, agua, e *pirang*, vermelha.

Ytú—Cidade do Estado de S. Paulo e grande cachoeira no rio Tieté no mesmo estado. F.—*y*, agua, e *tú*, queda.

RELIGIÃO—Eram os indios completamente alheios á idéa de um Ser Supremo, creador de todas as cousas? Não. Acreditavam em *Tupan*. *Tupan* era para os selvagens uma divindade immensa e grandiosa que visivelmente mostrava a sua força no ribombar do trovão e no desfechar o raio; divindade bôa, propensa a soccorrel-os, quando, em momentos de afflicção ou no meio dos furores da guerra, invocavam o seu nome, crentes de que eram ouvidos. Para elles, o relampago era o rapido olhar que *Tupan* lançava á terra quando queria vel-os.

Além de *Tupan*, admittiám tres divindades superiores: o sol, *Guaracy* (1), mãe de todos os viventes; a lua, *Jacy* (2), mãe de todos os vegetaes, e *Ruddá* ou *Perudá*, o amor, propagador de todos os seres.

«Os selvagens—diz Couto de Magalhães que com elles viveu e com elles falava—tributavam a seus deuses sentimentos tão puros de gratidão, como aquelles que nós, os

(1) *Guaracy*—de *guára*, vivente, e *cy*, mãe.

(2) *Jacy*—de *já*, arvores, fructos, e *cy*—Mãe de tudo quanto nasce no solo.

christãos, tributamos ao nosso Deus. Na oração que nos foi ensinada por Christo, o modo de exprimir nossa relação fundamental para com o Creador é a palavra *pat̃e*: elles empregavam o nome de *mãe*. »

Consideravam tambem o *maracá* como uma divindade, cujos segredos eram desvendados pelo *Pagê*, sacerdote, medico e adivinho das tribus. *Maracá* era um chocalho de cabaça com pedrinhas dentro, preso á extremidade de um pedaço de bambú. Tinha fórma oval, semelhante a um ananaz, cuja corôa era enfeitada de vistosas pennas. Tanto na guerra como na paz, nas festas ou nas solemnidades funebres, nas plantações ou nas colheitas, em todos os actos publicos ou particulares, cada indio tinha o maracá como seu iuspirador. Quando o agitavam, persuadiam-se de que uma divindade falava n'elle.

Em contraposição ás divindades protectoras, acreditavam na existencia de divindades maleficas, promptas a perseguil-os com doenças ou desastres nos combates e as designavam por muitos nomes—*Anhangá*, *Curupira*, *Caypora*, *Macachêra*, *Marangigona*.

A esses entes invisiveis attribuiam as desgraças que lhes occurriam: as alienações mentaes, a mordedura de animaes venenosos, as molestias graves e incuraveis, os abortos das mulheres, os pesadelos aterradores.

Anhangá defendia tambem a caça do campo quando estava em risco de ser morta em occasião impropria: revoltava-se contra o homem que d'esse modo abusava de sua

força e, indignado, fazia-lhe o mal que podia. A este respeito, é significativa a seguinte lenda que o erudito ethnógrapho General Couto de Magalhães juntou á collecção de seus contos:

« Nas immediações da hoje cidade de Santarém (Pará), um índio *Tupinambá* perseguia uma veada que era seguida do filhinho que amamentava. Depois de feril-a, ponde o índio agarrar o filho da veada; escondeu-se por traz de uma arvore e fel-o gritar. Attrahida pelos gritos de agonia do filhinho, a veada chegou-se a poucos passos de distancia do índio: este flechou-a e ella cahiu. Quando o índio, satisfeito, foi apanhar sua presa, reconheceu que havia sido victima de uma illusão de *Anhangá*: a veada a quem havia perseguido, não era veada, era sua propria mãe, que jazia morta no chão, varada pela flecha, e toda dilacerada pelos espinhos. »

Quando os selvagens marchavam para a guerra, acompanhava-os o *Macachêra*; quando alguém mentia, inspirava-o o *Curupira*; quando alguns perdiam-se pelas mattas virgens e a custo encontravam a taba, eram seguidos pelos *Caaporas*, vulgarmente *Caiporas*.

O espirito mau que fazia morrer um guerreiro era o que elles chamavam o *Marangigona*, que queria dizer alma separada do corpo.

Agricultores como eram os *Tupys*, não desconheciam a influencia que os astros exercem sobre as producções da terra: veneravam alguns a constellação da *Ursa Maior*, como especial protectora das plantações.

Criam na immortalidade da alma. Muitas vezes o selvagem interrompia a caça que fazia ás aves e detinha-se a ouvir o canto melancolico da *acauan* (1), parecendo-lhe que a alma de algum de seus maiores lhe vinha communicar algum segredo — a chegada de um hospede ou a aproximação de dias felizes.

Enterravam seus chefes dentro da propria palhóça, para assim serem visitados pelas almas d'aquelles a quem estimaram em vida.

Sobre a sepultura collocavam as armas dos mortos.

Este factó é demonstrativo da crença que nutriam de que a morte não destróe a alma e que além d'esta vida existe outra.

LENDA DE SUMÉ — Era tradição entre os selvagens que um padre, o pae Sumé, vindo de remotas terras, ensinára aos primitivos índios a plantar mandioca e a extrahir licor de certas fructas.

Na lenda tupy *Ubirajara* do grande romancista brasileiro José de Alencar, cantores que entoavam saudação pela chegada de um hospede, serviam-se d'estas palavras (pag. 61):

«O hospede é mensageiro de Tupan.

«O primeiro que appareceu na taba dos avós da nação tocantim, foi Sumé, que veiu d'onde a terra começa e caminhou para onde a terra acaba.

«D'elle aprenderam as nações a plantar a mandioca para

(1) Ave de rapina que ataca de preferencia as cobras. Vocabulo onomatopáico, pois representa o canto da ave.

fazer a farinha, e a tirar do cajú e do ananaz o generoso cauim, que alegra o coração do guerreiro.

«O hospede é mensageiro de Tupan. Quando o estrangeiro entra na cabana, o guerreiro que tem a fortuna de o acolher, não sabe si elle é um chefe illustre ou o grande Sumê que volta de sua viagem.»

Alguns auctores têm pretendido fazer acreditar que este mytho foi uma realidade; que o apostolo Thomé veio d'Asia, por cima do mar, ensinar aos indios a cultura da mandioca e que em diversos pontos do Brazil deixára impresso em pedras o vestigio de seus pés (1).

Frei dr. Gaspar da Madre de Deus, em sua *Noticia dos annos em que se descobriu o Brazil*, explica o milagre, dizendo serem as pégadas de pés de indio calcados sobre a superficie de *pedras vegetativas*:

(1) Veja-se *Historia da America Portugueza* por Sebastião da Rocha Pitta, reimpressão de 1878, pag. 33; *Historia da Republica Jesuitica do Paraguay* pelo conego João Pedro Gay, pag. 28 das *Notas*; *Chronica de Santo Antonio do Brazil* por frei Antonio de Santa Maria Jaboatão e *Resumo chronologico e noticioso da provincia da Bahia desde seu descobrimento em 1500*, por J. A. A., publicado no *Almanach Historico da Bahia* para o anno de 1881, pag. 254.

O illustre poeta frei José de Santa Rita Durão refere o facto em seu poema *Caramurú*, canto III, estancia LXXXVII :

Contam (e a vista faz que a gente o creia)
 Que onde as correntes d'agua arrebatadas
 Se vão bordando com a branca areia,
 Ficaram de seus pés quatro pégadas:
 Vêem-se claras, patentes, sem que a veia
 As tenha d'agua no seu ser mudadas;
 E enxerga-se mui bem sobre os penedos
 Toda a fôrma do pé com planta e dedos.

« Si, pois, algum indio pisasse no rochedo, quando a sua superficie estava molle, havia de succeder o mesmo que acontece quando as gallinhas passam por cima de tijólos frescos, porque ficaria impresso o pé do indio e depois de dura a massa onde tivesse pisado, ficaria a sua pégada no rochedo, e tão firme como a da gallinha no tijólo cosido.

« Na praia de Embaré, entre Santos e S. Vicente, está a fonte de S. Thomé, assim chamada por causa de umas pégadas que dizem se vêem em uma pedra, ainda hoje existente perto da mesma fonte.

« O amanuense que isto escreve me assegura que mostrando-se-lhe a dita pedra, só vira n'ella umas covinhas redondas, as quaes não tinham a figura de pégadas humanas, e, si foram vestigios, seriam sómente de cavallo ou de outro animal de pé redondo. »

A lenda do pae Sumé pertence ao romance e á poesia e não aos dominios da historia, que nega absolutamente factos miraculosos.

LENDA DE MANI— Outra lenda não attribue ao imaginario pae Sumé o apparecimento da mandioca: prende-se a um romance poetico, proprio da imaginação dos selvicolas. É assim narrada pelo illustre Couto de Magalhães em seu livro *O Selvagem*:

« A *mandioca* não é só o pão dos selvagens, como tambem a substancia de que tiram diversos vinhos como o *cauin*, a *maniquera*, o *puchirum* e outros. Sua descoberta foi para elles mais importante do que a do trigo para os aryas.

«Se bem que esta lenda pertença mais ao dominio da poesia do que ao da sciencia, não posso furtar-me ao desejo de inseril-a aqui, como um spécimen curioso do producto da imaginação de nossos indios.

«A lenda diz que a mandioca foi descoberta assim :

«Em tempos idos, appareceu grávida a filha de um chefe selvagem que residia nas immediações do logar em que está hoje a cidade de Santarém. O chefe quiz punir no auctor da deshonor de sua filha, a offensa que soffrêra seu orgulho, e, para saber quem elle era, empregou debalde rógos, ameaças e por fim castigos severos.

«Tanto deante dos rógos como deante dos castigos, a moça permaneceu inflexivel, dizendo que nunca tinha tido relação com homem algum.

«O chefe tinha deliberado matal-a, quando lhe appareceu em sonho um homem branco, que lhe disse não matasse a moça, porque ella effectivamente era innocente e não tinha tido relação com homem.

«Passados os nove mezes, ella deu á luz uma menina lindissima e branca, causando este ultimo factu surpresa, não só da tribu como das nações visinhas, que vieram visitar a creança, para ver aquella nova e desconhecida raça.

«A creança, que teve o nome de *Mani* (1), e que andava

(1) Montoya dá *Manib*, formado de *yba ib*, arvore de fructo ou arvore do céu, segundo a tradição.

e falava precocemente, morreu ao cabo de um anno, sem ter adoecido e sem dar mostras de dôr.

«Foi ella enterrada dentro da propria casa, descobrindo-se-a e regando-se diariamente a sepultura, segundo o costume do povo.

«Ao cabo de algum tempo, brotou da cova uma planta que, por ser inteiramente desconhecida, deixaram de arrancar. Cresceu, floresceu e deu fructos.

«Os passaros que comeram os fructos se embriagaram, e este phenomeno, desconhecido dos indios, augmentou-lhes a superstição pela planta.

«A terra afinal fendeu-se; cavaram-n'a e julgaram reconhecer no fructo o corpo de Mani. Comeram-n'o e assim aprenderam a usar da mandioca.

«O fructo recebeu o nome de *Mani óca*, que quer dizer casa ou transformação de Mani, nome que conservamos corrompido na palavra *mandiôca*, mas que os francezes conservam ainda sem corrupção.

«Esta lenda conserva duas cousas communs a todas as religiões asiaticas: 1.º o attribuir a um deus o ensino do uso do pão; 2.º a concepção sem perder a virgindade.

«Será isto um simples producto da imaginação? Será uma lei a que o entendimento humano está sujeito? Ou será alguma recordação das velhas crenças asiaticas, conservada confusamente pela tradição oral?»

PAGÉS— Os *Fagés* (1), prophetas dos selvagens, viviam isolados, em cabanas escuras, nas quaes ninguem ousava penetrar.

Costumavam de tempos a tempos percorrer as tabas com o fim de curar os enfermos e inspirar os maracás.

Diziam que Tupan os dotára da faculdade de falar com o espirito que vivia dentro d'estes objectos religiosos.

A sua chegada era sempre solemnizada com grandes festas, porque elles prediziam as cousas futuras e sabiam o segredo de curar todas as enfermidades.

Quando a doença era externa, chupavam a parte dolorida e d'ella fingiam extrahir um pedaço de osso ou madeira— causa da enfermidade.

Nada se recusava ao Pagé: si elle desejava possuir uma das mulheres da taba, esta lhe era cedida. Ai d'aquelle que lhe negasse alguma cousa! A maldicção do propheta pesava-lhe sobre a cabeça e sob o funesto prestigio da palavra do feiticeiro, o condemnado refugiava-se em sua rede e deixava de alimentar-se até morrer, profundamente acobrunhado pela imprecação tremenda.

A inspiração dos maracás era precedida de cerimoniaal.

(1) Gonçalves Dias dá *Caraibas* como synonymo de *Fagés*. Só empregamos o segundo vocabulo para evitar confusão com os *Caraibas*, indigenas que povoavam as pequenas Antilhas e não fazem parte de nossa historia. Em tupy, *carayba* significa bento, santo; em guarany, anjo, formando-se de *caray*, homem branco, baptizado, e *bêbê* que vóa. Couto de Magalhães não accetta a designação de *Piagas*.

Os feiticeiros faziam sair da óca as mulheres e as creanças e convocavam para a reunião todos os guerreiros, os quaes traziam os seus maracás bellamente adornados de pennas e com os cabos pintados de vermelho.

Para que esses idolos obtivessem virtudes especiaes os selvagens offereciam a seus sacerdotes mólhos de flechas, bonitas pennas e pedras de varias côres.

Queimavam os Pagés um pouco de *petume*, tabaco, e com elle defumavam os maracás.

Levavam depois estes instrumentos á bocca, dizendo-lhes: *Nhee kora!* Fala!

Sacudiam os chocalhos e com elles encostados á bocca falavam em voz baixa e cavernosa, como si as palavras partissem dos maracás.

Inspirados d'esta fórma os idolos, cada selvagem ia collocar o seu em uma especie de nicho' enfeitado de hervas e de pennas.

Em vespera de guerra, diziam os prophetas que o espirito habitador dos maracás tinha ardente desejo de comer carne humana e predizia victoria.

Com semelhante incitamento, os selvagens possuiam-se de extraordinaria alegria e corriam a dar combate, seguros de completo triumpho.

Durante os dias em que se achavam na taba, os sacerdotes ficavam á noite, defronte das ócas, os maracás, em torno dos quaes os indios vinham collocar fructas, carnes fumadas e pequenas igaçabas com vinho, crentes de que aquelles

instrumentos, por pertencerem aos Pagés, comiam e bebiam.

Este dominio de superstição findou com a chegada dos jesuitas ás tabas. Logo que adquiriram conhecimento da lingua geral, os padres da Companhia convenceram os indios de que taes prophetas não passavam de vis charlatães e impostores, que viviam á custa da ignorancia dos crentes.

Arrastados por outro curso de idéas, os indios começaram a chamar *Pagé-una* aos missionarios, isto é, Pagé vestido de preto ou de sotaina.

Portadores da humanitaria e amorosa doutrina de Christo, os *Pagéunas*, bem como a luz solar, desfizeram completamente as sombras pavorosas de que se rodeavam os antigos Pagés.

O maracá foi supplantado pela cruz.

HABITAÇÕES—A *taba* era composta de tres a seis grandes palhóças—*ócas*, que contornavam uma praça—a *ocára*, guardada por uma cêrca de páus agudos—*cahiçára*, ordinariamente enfeitada de caveiras de inimigos.

Cada óca tinha cerca de cincoenta metros de comprimento, sobre cinco de largura e quatro de altura; tecto convexo, como a abóbada de uma adega, e formado de folhas de palmeira; nenhuma separação interior; cada familia possuia o seu fogão; aos esteios suspendiam-se redes de algodão, *ini*, em que dormiam. Costumavam á noite accender fogueiras por baixo das redes para se aquecerem. O chefe occupava o centro da habitação. A óca só apresentava tres portas: uma

em cada extremidade e a terceira ao centro, fronteira á ócára; eram resguardadas ás vezes por esteiras de palmeira pindóba.

Passados tres ou quatro annos, ou porque apodrecessem as palmas que cobriam as ócas, ou porque escasseasse a caça ou peixe dos rios, a cujas margens se haviam estabelecido, mudavam a taba para outro ponto mais aprazivel e mais fertil.

FORMA DE GOVERNO—O governo da taba era exercido pelo indio mais forte e mais afamado, o qual só fazia valer o seu prestigio por occasião de guerra. Na paz cada um procedia de accordo com a sua vontade, harmonizados sempre uns com os outros e repartindo entre si, com admiravel fraternidade, fructos e productos da caça ou da pesca.

HOSPITALIDADE—Quando um indio de tribu differente penetrava em uma taba, o moro**ix**aba ia a seu encontro; fazia-o entrar na óca de sua residencia; offercia-lhe a sua rede para descansar; ordenava ás mulheres que o servissem das melhores iguarias e de vinho. Não perguntava quem era o hospede nem d'onde vinha nem o que queria. Durante a refeição, limitava-se a dizer-lhe: Vieste? O estrangeiro respondia: Vim.

Depois de satisfeito o appetite, o chefe offercia-lhe o cachimbo, e trocavam a fumaça da hospitalidade.

Cumpria ao viajante fazer a narração de sua jornada; de que taba tinha partido; que peripecias lhe haviam occorrido em caminho e a que ponto se destinava.

Rodea vam-n'ô das maiores provas de attenção e de respeito.

O chefe contava-lhe com orgulho proezas que fizera em combates.

Entre os Tupinambás era de uso virem as mulheres prantejar a bôa vinda do hospede, e, finda esta cerimonia, o elogiavam, dizendo: Tiveste tanto trabalho para nos vir visitar! És bello, és bom, és valente!

O estrangeiro, por sua vez, exaltava os feitos narrados pelo morobixaba. Depois de dois ou tres dias de festas retirava-se o hospede com presentes e com as provisões que lhe eram necessarias.

FAMILIA — Os morobixabas usavam a polygamia: aquelle que mais mulheres possuia, de mais consideração gosava. A *primeira* distinguia-se das outras pelos cuidados especiaes de que cercava o marido.

Em algumas tribus, quando um solteiro pretendia casar, prestava-se a servir ao futuro sogro por espaço de alguns annos, como succedeu a Jacob em casa de Labão.

Em outras, quando a noiva era disputada por muitos pretendentes, estabelecia o pae um páreo de agilidade e de força. Collocava em logar plano um pesado madeiro, sob a fórma de grande macete; a um signal corriam os candidatos e o primeiro mancebo que do objecto se apoderava e o transportava atravez de cercas, montes, valles e rios, até determinado ponto, livrando-se do alcance de seus rivaes, esse obtinha como justo premio a posse da donzella.

Em geral, o casamento era feito sem condição e sem formalidade alguma: o pae entregava a filha áquelle que era do agrado commum.

NASCIMENTO—Durante o estado de gravidez, a indigena de fórma alguma interrompia os seus serviços domesticos. Logo que dava á luz, ia ella com o filho banhar-se no proximo rio. O pae, que se julgava elle só contribuinte para a formação do recém-nascido, levava-o para a rede e ali conservava-se durante alguns dias, em dieta, acalentando e animando o fructo de seu sangue, e o pintava de vermelho e de preto. A mãe proseguia em suas occupações, como si nada lhe houvesse acontecido.

NOMES PROPRIOS—Como viviam em continuas guerras, os indios adoptavam designações significativas de força e de bravura, nomes de madeiras rijas, de aves de rapina e de animaes ferozes—tigres, serpentes e jacarés.

As mulheres, que eram em geral de character brando, tomavam para si nomes de passaros, de fructas e de flôres.

A mais formosa das donzellas da taba era designada pelo nome de *Manacá* ou *Flôr de Manacá* (1).

(1) *Manacá*, planta silvestre (*brunfelsia hopeana*), produz uma flôr delicada, completamente branca e difficil de ser encontrada.

« Os selvagens davam o nome de *Manacá* á moça mais bella de uma tribu ou á mais formosa das que se achavam juntas em uma festa. »

Dr. CARL FRIEDR. PHIL. VON MARTIUS: *Beiträge zur ethnographie und Sprachenkund brasiliens*, pag. 512.

VELHICE—«Os velhos, diz Gonçalves Dias, ignoram os males da decrepitude; possuem o gozo dos sentidos como na mocidade; conservam os dentes intactos e os cabellos, que não caem nem alvejam nunca. Têm a vista, o ouvido e o olfacto finissimos; os movimentos desembaraçados, e o rosto pouco enrugado. Quanto á longevidade, d'Orbigny, conhecendo a difficuldade de a determinar, dá-lhe o maximo de 100 annos. Dizem Lery e outros que chegavam aos 120 e mais annos.»

ENFEITES—Costumavam arrancar todos os cabellos do corpo e só conservavam os da cabeça, cuja parte superior cortavam, como usam os frades franciscanos.

Introduziam no lóbullo das orelhas, nas faces e no labio inferior botoques a que davam o nome de *metara*, feitos de madeira, de marmore, de ambar, de crystal ou de certas pedras verdes ou azues.

Em momentos de regosijo, tiravam o botoque do beijo e pelo buraco expunham a lingua.

Pintavam o corpo com tinta preta e vermelha, sendo esta extrahida de urucú e aquella de genipapo.

Usavam tatuagem, sarjando o rosto, o peito e os braços com dentes de cotiã, e infiltrando nas incisões tinta preta, que tornava indeleveis os seus emblemas de victorias.

Enfeitavam-se com vistosas pennas de aves—papagaios, araras, tucanos, colhereiros rosados, guarás e outras.

O enfeite que lhes adornava, como corôa, a cabeça e que se compunha de compridas pennas amarellas ou vermelhas,

chamavam *acanguape* ou *kanitar*; o que traziam ao pescoço, como collar, de ossos pequenos e dentes dos inimigos mortos — *ayucára*; o que lhes cingia a cintura como tanga de pennas — *enduape* nos homens, e *araçoyá* nas mulheres; alguns usavam sobre os hombros um manto formado de pennas — *açoyaba*. Em algumas tribus as moças traziam nos braços e nas pernas ligas vermelhas, *tapacorá*, para indicar que eram virgens.

Pintavam as indigenas o corpo como os homens, porém não introduziam pedras no rosto e no beijo nem cortavam o cabello. Usavam ao pescoço collares de conchas, *matapú*.

ENTERROS — Entre os Tupinambás, quando um d'elles morria, embrulhavam-n'o na propria rede e procissionalmente o conduziam para o ponto em que devia ser enterrado. A mulher, os filhos e os parentes pranteavam-n'o, com os cabellos soltos pelo rosto. Ao filho mais velho ou a outro parente proximo competia abrir a cova.

Quando morria a mulher, o marido a levava ás costas, fazia-lhe a cova e a enterrava.

Ao cemiterio chamavam *tibicoara*.

Quando morria uma creança, filha do chefe, collocavam-n'a de cócoras, com os joelhos ligados á barriga, dentro de uma talha de barro, *igaçaba*, e assim a enterravam dentro da propria óca (1).

(1) Os Guaranys collocavam os cadaveres dentro de *igaçabas*, ligando-os com cipós, na posição que apresenta o fêto no ventre materno. Os Botocudos conservavam as cinzas em pequenos potes, *camuci*.

Quando o morto era um morobixaba, o enterramento fazia-se com apparatuso cerimonial.

Untavam-lhe o corpo de mel e cobriam-n'ò de pennas de variadas côres; collocavam-lhe na cabeça o kanitar, na cintura o enduape, nos pulsos e nos tornozellos os anneis de pennas: adornavam-n'ò emfim de todos os enfeites que elle usava por occasião de festas.

O parente mais proximo abria-lhe profunda cova no logar da óca em que elle vivêra; levantavam em torno d'ella uma cerca para impedir que a terra cahisse dentro. Desciam o cadaver á sepultura, de modo que a rede não tocasse no chão e ficasse suspensa. Junto ao morto, collocavam todas as suas armas de guerra, uma panella com comida, *dauitibá*, e um pote com agua. Prendiam á mão do morto o seu maracá. Cruzavam paus e ramagens logo acima da rede e enchiam de terra a parte superior da cova. O morobixaba passava a morar em uma óca subterranea, em que nada faltava para que sua alma continuasse a subsistir.

Como homenagem ao morto, conservavam algum tempo accessa uma fogueira sobre a cova.

Por muitos dias a viuva chorava a morte do heróe, rememorando-lhe os feitos.

CAÇA E PESCA — A caça era feita a arco e flechas ou em *mundéo*, armadilha disposta de maneira a tombar paus sobre grandes animaes, ou em *arapuca*, cesto munido de escórra susceptivel de cahir, encerrando o passaro ou pequeno quadrupede.

Armavam diversos laços: *juçana bibiyara*, que caça pelos pés; *juçana juripiyara*, pelo pescoço; *juçana pitereba*, pelo meio do corpo.

Pescavam ou por meio de rede feita de tucum, *puçá*, ou em côvos afunilados, *giqui*, ou de maneira mais summaria: attrahido os peixes á superficie d'agua por meio de qualquer engôdo, e flechando-os certamente.

Os Tupys no Pará pescavam o pirarucú (1) por meio da *sararaca*, flecha cuja ponta é ligada á haste por meio de uma linha comprida, de tucum. Quando a farpa crava-se no peixe, a haste solta-se e fluctúa sobre a agua, indicando as direcções seguidas pelo animal. O pirarucú tem necessidade de respirar ar atmospherico e n'essa occasião é de novo flechado e perseguido até ser morto a pau sobre algum baixio.

Com arco e flechas colhia o indigena mais resultado do que um pescador com linha e anzol.

USO DO FOGO—Obtinham fogo ou pela percussão de pedras (silex pyrómacho), que chamavam *tatá itá* (*tatá*, fogo, *itá*, pedra), vulgarmente conhecidas por pederneiras, ou por meio de paus (*urakuiba*), que pela forte fricção se incendiam.

Serviam-se do fogo para assar e cosinhar alimentos; para

(1) *Pirarucú* (*vastris gigas*), de *pirá*, peixe, e *urucú*, *bixa Orellana*. Peixe volumoso, como o méro, ás vezes de dois metros de comprimento e quasi dois de grossura; dorso de um bello verde-escuro; as escamas do ventre e da parte posterior do corpo orladas de um semi-circulo de côr vermelha vivissima. Salgado, substitue o bacalhau, de que tem o sabor.

preparar conservas de carne de peixe-boi (*mixira*), farinha de peixe (*pirácuhy*); para compôr bebidas deliciosas, extrahidas de fructas—*guaraná, bacaba, uassahi*; para coagular gommás, como a da borracha; para condensar a resina da massaranduba que hoje se exporta com o nome de gutta-percha; para derribar grandes arvores e dos troncos formar canôas, cavando-lhes o bojo por meio do elemento destruidor; para fabricar objectos de barro, igaçabas, panellas, bonecos, assobios de attrahir inhambú (ave do genero *crypturus*, familia das perdiceas), jacú, perdiz, macuco (1), acauan (2), pombas e outras aves; para produzir fumaça e desentocar *caetetés* (porcos do matto, queixadas, *dicotyles torquato*); para extrahir mel de certas abelhas bravas, *ichú, mandaguahy, irapúá* (3), de *ira*, mel, *puã*, levantado; para a pesca nocturna, que effectuavam approximando-se de baixios, onde os pequenos peixes costumam á noite refugiar-se por temor dos grandes, e accendendo de repente um grande facho á prôa da canôa, para a qual saltam os peixes assustados.

ARTES—Os indios brasileiros, por occasião do descobrimento, achavam-se, como dissemos, no periodo rudimentar

(1) Dizem caçadores que o tigre imita o assobio do macuco para attrahil-o como presa, pelo que os selvagens só com precauções chamavam esta ave.

(2) Quando á noite andavam pelos mattos, os indios imitavam o canto da acauan, para afugentar as cobras.

(3) Rio do Rio Grande do Sul.

da pedra polida; desconheciam o emprego dos metaes (1); só a ceramica tinha entre elles desenvolvimento.

O mais notavel monumento pre-historico d'esta natureza produzido pelos nossos selvagens foi a collina artificial denominada *Ilha do Pacoval*, na ilha de Marajó. Ali foram encontrados utensilios domesticos, potes, bacias, urnas funerarias e idolos sob fórma humana, objectos ornamentados com especial gosto, com figuras pintadas ou gravadas ou postas em relevo sobre os bordos e as azas das vasilhas. São apontados em ordem inferior os ceramicos de Maracá, no districto de Obidos, no Pará, e os de Mirakanguera, no mesmo Estado (2).

Em excavações procedidas em 1895 pelo dr. Emilio A. Goeldi, director do *Museu Paraense*, no littoral da guyana

(1) Aos metaes que viam em poder dos europeus os selvagens davam nomes cujo radical era *itá*, pedra. *Itá-jubá* (pedra amarella), ouro; *itá-tinga* (pedra branca), prata; *itá-jubá-rana* (pedra amarella, falsa), cobre ou latão; *itá-úna* (pedra preta), ferro.

(2) *Apontamentos sobre os ceramicos do Pará*, por Domingos Soares Ferreira Penna (*Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, vol. II); *Contribuição para a ethnologia do valle do Amazonas*, por Ch. F. Hartt (obra citada, vol. VI); *Investigações sobre a archeologia brasileira*, por Ladislau Netto, trabalho que trata de cabeças de idolos e adornos anthropomorphos da ceramica dos *mound-builders* de Marajó e de outras localidades do Amazonas (obra citada, vol. VI); *A necrópole de Mirakanguera*, por Barbosa Rodrigues (Rio de Janeiro, 1892); *Excavações archeologicas em 1895, executadas pelo Museu Paraense no littoral da guyana brazileira, entre Oyapock e Amazonas, 1.ª parte, as cavernas funerarias artificiaes de indios hoje extinctos no rio Cunany (Goanany) e sua ceramica*, pelo dr. Emilio A. Goeldi, director do *Museu Paraense* (Pará, 1900). Esta bella obra é acompanhada de quatro estampas illustrativas, sendo uma gravada e tres lithographadas a côres com muita perfeição.

brazileira, entre os rios Oyapock e Amazonas, cerca de 400 metros acima da embocadura do igarapé do Hollanda, foram encontradas em cavernas funerarias artificiaes 18 igaçabas de diversas fórmãs e tamanhos, contendo fragmentos de ossos calcinados (1).

Reconhece-se, pela frescura dos desenhos e das côres, que estes productos ceramicos são *post-colombinos*, do tempo das primeiras visitas dos europeus. O local em que foram realizadas estas importantes pesquisas chama-se *Goanany*; em francez *Counany*.

(1) Sobre excavações mencionamos os seguintes apontamentos expostos pelo illustrado naturalista Hermann von Ihering, director do *Museu Paulista* e grande conhecedor da fauna e flora do Rio Grande do Sul:

« Carlos von Koseritz dá noticia de urnas funerarias que foram desenterradas de um cemiterio indigena, descoberto em 1867 no Campo dos Bugres, hoje Colonia Caxias (Rio Grande do Sul), contendo esqueletos humanos, tão bem conservados que de certo não podiam exceder á idade de um seculo.

« Interessante é uma observação feita por Koseritz, dizendo que encontrou á margem do rio Taquary, em uma profundidade de 10 metros, cacos grossos de uma igaçaba muito antiga, cuja idade foi avaliada em milhares de annos, visto o sólo alli crescer apenas 10 centimetros em 50 annos. »

H. VON IHERING: *Revista do Museu Paulista*, vol. I, pags. 77 e 78.

Sobre o homem fossil americano diz Couto de Magalhães: « Embora seja por emquanto impossivel conhecer com precisão o espaço de tempo que decorreu do apparecimento do homem no Brazil até nossos dias, comtudo parece fóra de duvida que ha mais de cem mil annos que elle aqui existe, tendo-se em consideração que os sedimentos da época quaternaria deviam ter consumido muito mais tempo do que isso para serem depositados. » Para corroborar esta opinião cita os seguintes topicos de Clemence Royer extrahidos do prefacio á terceira edição da *Origem das especies* de Darwin (Paris, 1870): « Tem-se descoberto traços do homem até nas épochas terciarias e talvez nas eocenes. Elle vivia não só com o urso das cavernas e com o mammoth, mas foi contemporaneo do mastodonte, do dinotherium e do haltherium; quanto mais antigos são os vestigios humanos que encontramos, tanto mais indicam n'elle sociabilidade e intelligencia rudimentares. »

Fabricavam utensilios domesticos: cestos de juuco, *patiguá* ou *patuá* e *panacú*; vasos de barro, *camuci*, *igaçaba*; cuias bordadas; redes de algodão, *ini* ou *maquira*, e cordas de algodão ou de filamentos de arvores.

Preparavam de pedra polida machados de fôrma rectangular ou semicircular ou circular perfurados ao centro; bolas; mãos de pilão; quebra-nozes—pedras do formato de um pequeno queijo, tendo ao centro uma cavidade como produzida por dedo pollegar—frequentemente encontradas no Rio Grande do Sul; cachimbos de barro cosido, de seis a oito centímetros de comprimento; pontas de flechas e almofarizes feitos toscamente de pedra lascada (1).

SAMBAQUIS—Dá-se o nome de sambaquis a pequenos montes de cascas de ostras, nos quaes se têm encontrado esqueletos humanos, guardados em potes de barro, *igaçabas*, e varios instrumentos de pedra.

Tratando dos sambaquis do Rio Grande do Sul, escreveu o illustrado jornalista e ethnógrapho Carlos von Koseritz:

«As ostreiras da Conceição do Arroio parecem-se extraordinariamente com os *Kjokkjennmoddings* da Dinamarca, que são pouco mais ou menos das mesmas proporções: acham-se em cômoros de areia, em linha que dista

(1) Preciosa collecção de raros objectos indigenas foi exhibida pelos cidadãos Arnaldo Barbedo e Octacilio Barbedo na grande *Exposição Estadual do Rio Grande do Sul*, inaugurada em Porto Alegre a 24 de Fevereiro de 1901 e encerrada a 2 de Junho do mesmo anno.

1 ½ a 2 leguas da actual praia, o que prova quanto tem crescido a terra n'aquellas regiões, porque, segundo toda probabilidade, não contêm esses depositos edade superior a 6.000 annos, em vista dos objectos que ahi foram achados (machados de melaphyro-basaltico, bolas, almofarizes com mãos de pilão, panellas, uma igaçaba bem pintada por fóra e por dentro, e fragmentos de ossos humanos).» *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, tomo XLVII, 1.^a parte, pag. 180.

AS AMAZONAS—O explorador hespanhol Francisco Orellana, que em 1541 percorreu o Amazonas, dêsde suas vertentes no Perú até á embocadura no Atlantico, levou á Europa a noticia de ter encontrado uma horda de mulheres guerreiras, facto que lhe fez dar áquella immensa corrente d'agua o nome de *Rio das Amazonas*.

Investigações procedidas pelo dr. Barbosa Rodrigues esclarecem hoje que Orellana encontrou-se com indios da tribu dos *Uaupés*. Diz o naturalista brasileiro á pag. 96 da *Revista da Exposição Anthropologica*:

«Além de conduzirem as mulheres aos combates, os *Uaupés* têm um aspecto effeminado, o que, unido ao uso de trazerem os cabellos divididos na frente e depois trançados, dá-lhes a feição de mulheres.

«Um moço vestido será tomado pelo mais atilado por uma mulher, tal é o aspecto que lhe dá o uso do penteado. É a unica tribu que se utiliza do pente, já para se pentear, já para prender as tranças.

« Para mim esta é a celebre tribu conhecida na historia pela das Amazonas, encontrada por Francisco Orellana. »

A julgar pela gravura apresentada na *Revista*, eram os *Uaupés* os mais formosos indios brasileiros.

NAVEGAÇÃO—A navegação dos indios era sempre costeira, e feita por meio de canôas, *igáras*. Ás que fabricavam de uma só casca de arvore davam o nome de *ubá*; ás grandes canôas de um só tronco—*igaraçú*; ás pequenas—*igaritê*, aos remos—*apecuitá*; ao leme—*yacumá*.

Igaratim chamavam áquellas canôas em que iam os morobixabas e que se differençavam das demais por levarem á prôa um maracá.

SALUBRIDADE—Eram geralmente fortes e sadios os indios. A simplicidade dos alimentos, a vida ao ar livre, á beira dos rios ou no meio das florestas, as corridas, as danças, e outros divertimentos proprios para desenvolvimento dos musculos prolongavam-lhes a existencia, isentos das molestias que superabundam em nossos centros civilizados. Raramente se encontrava um selvagem com defeito physico, um aleijado, um cego, um surdo-mudo, um corcunda.

MÚSICA E DANÇA—Apaixonados pela musica, constantemente serviam-se d'ella como demonstrações de contentamento geral.

Em suas danças, *poracê*, cantavam ao som de flautas, de maracás e de tambores, batendo no chão com os pés, e

entrando pelas casas uns dos outros, onde o vinho os esperava.

«Entre estes iudios, diz o chronista Gabriel Soares de Souza no cap. CLXII de seu *Roteiro Geral*, são os musicos mui estimados, e por onde quer que vão, são bem agasalhados, e muitos atravessam o sertão por entre contrarios, sem que estes lhes façam mal.»

Os principaes instrumentos de que se serviam eram o *maracá*, chocalho já descripto; o *memby*, flauta feita de femur do inimigo ou de conchas; o *boré*, o *murémuré*, trombetas de taquara; a *uruçá*, especie de buzio, a *inubia*, formada de casco de tatú, buzinas de guerra; o *uay* ou *guararape*, tambores.

Nas danças não permittiam mescla de sexos e edades: fazia-se á parte a dança das mulheres; a das creanças, *curupirara*; a dos pagés, *guaibipagé*; a dos morobixabas, *guaibiabuçu*.

Ao tratar da dança geral dos indios, diz o padre Sinão de Vasconcellos: «Andam todos em roda sem nunca mudarem do logar onde começaram: cantam no mesmo tom arengas de suas valentias e feitos de guerra, com taes assobios, palmas e pateadas, que atroam os valles. E para que não desfalleçam em acção tão heroica, assistem alli ministros destros que dão de beber aos dançantes, continuamente de dia e de noite; até que vão embebedando-se e cahindo ora um, ora outro, e finalmente quasi todos.»

ARMAS—Como instrumentos de ataque ou de defeza, tinham os indigenas o arco—*urupará*; as flechas—*uira*,

com as pontas de osso, ordinariamente dentes de tubarão; a aljava—*uiraçaba*; a clava—*tacaçe* ou *ivarapema* ou *tangapema*, quando era empregada em ferir a victima nas festas anthropóphagas; as lanças—*murucú*; e escudos, forrados de couro de anta, *tapir*, de peixe-boi ou de jacaré.

Os indios do Amazonas usavam tambem a *zarabatana*, canudo por onde sopravam pequenas flechas envenenadas.

Eram destros em atirar a flecha por elevação. Para isso, deitavam-se; com os pollegares dos pés prendiam o arco, vergando-o com força, e despediam a flecha, que descrevia no ar uma parabola e ia cahir verticalmente sobre o alvo. José de Alencar, na ultima nota que juntou ao vol. I de seu formoso romance *O Guarany*, cita um facto: «O tenente Pimentel, filho do presidente do Matto Grosso, foi assassinado pelos indios d'este modo, cavalgando no meio de muitos cavalleiros. Nenhum foi ferido; e todas as settas abateram-se sobre o moço de quem os selvagens se queriam viugar.»

ANTHROPOPHAGIA—Em algumas tribus era inveterado o vicio da anthropophagia.

Na *Chronica da Companhia de Jesus* do padre Simão de Vasconcellos, trabalho cuja primeira edição data de 1663, lê-se este facto curioso:

«Contava um padre da nossa Companhia, grande lingua brazilica, que penetrando uma vez o sertão, chegando a certa aldeia, achou uma india velhissima, no ultimo da vida; catechizou-a n'aquelle extremo, ensinou-lhe as coisas da fé e fez compridamente o seu officio. Depois de se haver cançado

em coisas de tanta importancia, attendendo á sua fraqueza e fastio, lhe disse, falando á moda da terra: «Minha avó (assim chamam ás que são muito velhas), se eu vos déra agora um pequeno torrão de assucar ou outro bocado de conforto de lá de nossas partes do mar, não o comerieis?» Respondeu a velha já catechizada: «Meu neto, nenhuma coisa da vida desejo; tudo já me aborreceu; só uma coisa me poderá agora abrir o appetite. Se eu tivera uma mãozinha de rapaz tapuya de pouca idade, tenrinho, lhe chupava aquelles ossinhos, e então me parece que tomára algum alento; porém (coitada de mim!) não tenho quem me vá flechar um d'estes!»

GUERRA—O chronista allemão Hans Stadt, que naufragou nas costas da capitania de S. Vicente, onde serviu como artilheiro na fortaleza da Bertioga, e foi aprisionado pelos selvagens, entre os quaes permaneceu, ameaçado de morte, durante os annos de 1553 e 1554, em sua *Relação veridica e succinta dos usos e costumes dos Tupinambás* (2.^a parte, cap. XXVI), conta-nos, como testemunha de vista, de que modo faziam estes selvagens a guerra (1).

Reunidos os morobixabas em determinada ocara, discu-

(1) O titulo geral da obra de Hans Stadt é: «Verdadeira historia e descripção de um paiz habitado por homens selvagens, nús, ferozes e anthropophagos, situado no Novo Mundo, chamado America, desconhecido no paiz da Esse, antes e depois do nascimento de Jesus Christo, até o anno ultimo. Hans Stadt, de Homberg, na Esse, o conheceu por sua propria experiencia e o faz conhecer actualmente por via da impressão. Marburgo, em casa de André Rolben. 1557. Ao Estandarte da Folha de Trevo.»

tiam com os anciãos os motivos que havia para irem atacar os seus contrarios.

Deliberada a guerra, eram consultados os pagés sobre o bom ou mau resultado da expedição; os prophetas, de ordinario, approvavam a lucta e lhes prediziam completa victoria; mas, por desencargo de consciencia, aconselhavam-n'os a que prestassem attenção aos sonhos.

Si sonhavam estar a comer a carne de seus inimigos, o triumpho era talvez certo; si pelo contrario, viam em sonho a sua propria carne assada e devorada pelos outros, desanimavam e transferiam para melhor occasião a perigosa empresa.

Si prevalecia o primeiro caso, marcavam a partida quando tal fructo amadurecesse ou quando tal peixe começasse a desovar.

Antes de marchar para a guerra, embriagavam-se, dançavam, agitando fortemente os maracás, e cada um pedia ao seu que lhe dêsse a gloria de apprehender um inimigo.

Pela calada da noite, iam subtilmente reconhecer a taba inimiga, e ao alvorecer do dia seguinte corriam ao ataque, ao som de espantosos gritos e fazendo reboar as inubias. Muitos arrojavam sobre as cabanas flechas inflamadas que ateavam rapido incendio. Na confusão em que se envolviam, os Tupinambás differencavam-se dos inimigos pelas pennas vermelhas de seus enduapes.

Os prisioneiros feridos eram mortos e assados sem formalidade alguma; aos incólumes, porém, conduziam em trium-

pho, amarrados, para a taba vencedora e ali os martyrizavam de modo digno de especial descripção.

SACRIFICIO DO PRISIONEIRO—Horrorosamente barbara era a usança dos selvagens para com o prisioneiro de guerra, a quem os tupys chamavam *Y-juca-pyrama*, palavras que significavam *o que ha de ser morto*.

Escoltado por indios robustos, era o infeliz conduzido para o logar do sacrificio, e si acontecia passar por tabas inimigas, assistia ao espectaculo de ver festejada a victoria de seus contrarios: homens, mulheres e creanças vinham á estrada ao seu encontro, dançando, batendo palmas e saudando com gritos o triumpho que o ia anniquilar.

De chegada á taba fatal, era elle obrigado a dizer áquelles que o esperavam:—Meu corpo será vosso alimento!

Em seguida, uma mulher joven tomava conta do condemnado: servia-lhe de esposa.

Faziam-n'o gosar de toda liberdade na taba. Por melhores que fossem as occasiões de fuga, o *Y-juca-pyrama* jamais se utilizava d'esse meio para livrar-se da morte. O indio que se evadia era considerado um ser abjecto, um covarde, a quem os proprios parentes insultavam e matavam por fim, porque não soubera morrer com gloria.

Preparavam um vaso especial destinado a conter a tintura com que devia ser pintado o vencido; fabricavam o embriagante cauim; convidavam com antecedencia visinhos e allia-dos; enfeitavam o cabo do formidavel tangapema com uma borla de pennas vistosas, *atarabêbê*; trançavam uma comprida

e grossa corda de algodão ou de embira, a *mussurana*, e com ella o atavam pelo pescoço a una arvore.

Á chegada dos convidados, o morobixaba recebia-os com estas alegres palavras: Vinde ajudar-nos a comer o nosso inimigo!

Os preparativos da festa duravam dois dias: o terceiro era destinado ao sacrificio.

Servindo-se de uma resina viscosa, untavam o tangapema e o cobriam de pó produzido por cascas de ovos de macuco trituradas, o que dava á maça côr esverdeada. Uma mulher formava desenhos n'esse instrumento, enquanto as velhas, fazendo-lhe circulo, cantavam, possuidas de enorme regosijo.

Pintado e adornado de pennas, era o tangapema erguido sobre uma casa deshabitada; cantos festivos acompanhavam todas essas cerimoniaes.

Mullieres encarregavam-se de pintar o rosto e o corpo do prisioneiro, enquanto as outras continuavam a cantar, escarnecendo-o.

Na ocára construíam a casa em que elle devia dormir.

No dia do sacrificio, ao romper do sol, iam buscá-lo; arrazavam a casa que lhe havia servido de morada e o traziam para a *feira do cauim*, celebrada ruidosamente ao centro da ocára. Ali faziam copiosas libações de vinlio, a transbordar das *yarakî-çaua*, pequenas panellas ornadas de figuras de animaes, em relevo.

O *Yjuca-pyrama* bebia, falava, ria, procurando mostrar-se mais alegre que todos, como signal de força e de coragem.

Acabada esta scena de geral folgança e embriaguez, retiravam-lhe a corda do pescoço e passavam-n'a em volta da cintura; dois indios seguravam as extremidades da *mussurana* e o passeavam por todo o aldeamento como um trophéo de victoria.

Diziam-lhe então que fugisse e elle deitava a correr, para servir de divertimento; o primeiro que o alcançava juntava mais um nome aos seus appellidos.

Quando o prendiam de novo, o captivo desabafava o seu rancor, dizendo-lhes em altas vozes:— Eu sou um guerreiro valente! Matei muitos de vossos parentes e amigos e os comi!

Voltando-se para um:— Matei teu pae! E para outro: Matei teu irmão!

E depois com arrogancia:

— Não tem conta os vossos parentes e amigos que assei e devorei! Estou em vosso poder; porém não me acobardo da morte! Estremecei! Os da minha nação, tão valentes como eu, hão de vos perseguir, hão de vos captivar, hão de vos devorar com mais alegria do que vós!

Levavam-n'o em seguida para junto de um montão de pedras, pedaços de madeira e ossos de animaes; os dois que o conduziam retesavam a corda de um lado e d'outro; cobriam-se com um escudo forrado de couro de anta ou de jacaré, e bradavam-lhe: Autes de morrer, vingate!

A esta intimação, o *Y-juca-pyrana* levantava do chão os objectos que encontrava e desesperadamente arremessava-os contra os seus inimigos, alvejando de preferencia as velhas

que, semelhantes a furias, volteavam-lhe em torno, ameaçando devoral-o.

E d'este modo singular conseguia o indio, antes de morrer, ferir a grande numero dos que o cercavam.

A pouca distancia via-se accesa a fogueira e armado o *moquem*—a grelha de um metro de altura, formada de paus de grande resistencia, destinada a assar ligeiramente, *moquear*, a victima.

Uma mulher approximava-se do prisioneiro e mostrava-lhe o tangapema, o qual era por ella entregue ao indio mais velho da taba. Um grupo de doze a quinze selvagens adeantava-se para o meio da praça: entre elles vinha o executor, com o corpo todo empapado de cinza, e recebia o tangapema das mãos do velho. Si o algoz era um guerreiro conhecido e celebrado por seus feitos—que contentamento para o *Y-juca-pyrama!* Mas que desgosto profundo, si era um desconhecido que vinha ganhar nome n'essa occasião!

Compenetrado da satisfação dos assistentes, o executor brandindo o pesado tangapema e saltando, approximava-se do condemnado, que intentava arrebatá-lo das mãos a arma; porém era detido pela corda que lhe apertava a cintura.

Entre algoz e victima trocavam-se palavras repassadas de odio.

—Aqui estou para te matar, porque tu e os teus comeram os meus irmãos. Não pertences tu a tal nação?

—Sim; pertenço a essa nação de valentes e eu mesmo entre elles fui sempre considerado como um valente! Matei e

comi muitos dos teus! Quantos não caíram, traspassados por minhas flechas ou esmagados debaixo do meu tacape! Vinde; reuni-vos; matai-me; comei-me a carne! Haveis de encontrar n'ella o gosto da carne de vossos parentes que devorei; achareis o sabor de vossa propria carne!

— É por isso que morres!

— Seja! Os meus amigos me vingarão!

N'este ponto, o sacrificador levantava com ambas as mãos o tangapema e com toda força descarregava um golpe sobre a cabeça da victima, que cahia banhada em sangue.

Consummada a morte, o executor deitava-se em uma rede; os selvagens davam-lhe um arco e flechas pequenas, a fim de que se entretivesse e cobrasse forças, para que a violencia da pancada não lhe tornasse a mão incerta.

No empenho de fazer com que o entusiasmo se communicasse até ás creanças, muitos pintavam de sangue o peito e os braços de seus filhos, educando-os assim na impavidez com que deviam encarar a morte e incitando-os, pelo exemplo, a exercer contra seus inimigos uma vingança monstruosa—herança recebida de seus antepassados e destinada a ser transmittida a seus descendentes.

Cheias de intimo contentamento, as velhas lavavam o cadaver; finda esta operação, um indio amputava-lhe os braços e as pernas e entregava estes membros a quatro mulheres, que sahiam gritando e correndo em torno das ócas, perseguidas pelas outras, que tambem pretendiam apossar-se da presa.

Esta corrida era festejada com palmas pelos selvagens.

Reunidos depois os membros ao corpo, era collocado o cadaver sobre o moquem, ahi assado ligeiramente e depois repartido em pequenos pedaços pelo maior numero possivel.

A mulher que dormira com o prisioneiro chorava-lhe a morte, e, si podia, comia d'elle um boccado.

Si acontecia ter ficado gravida e dava á luz um filho, os indios chamavam a creança *cunhã-membira*, isto é—*filho de mulher* com inimigo, e lhe reservavam a mesma sorte do pae em occasião de festas especiaes. A mãe, porém, levada por justo sentimento de piedade, encontrava, ás mais das vezes, meios de isental-o do sacrificio, enviando-o occultamente para a taba a que pertencêra o progenitor.

CAPITULO IV

PRIMEIRA EXPEDIÇÃO AO BRAZIL. D. NUNO MANOEL. AMERICO
VESPUCIO. ROTEIRO D'ESTE GEOGRAPHO.
SEGUNDA EXPEDIÇÃO. GONÇALO COELHO.—1501-1504

LOGO que D. Manoel teve noticia, levada por Gaspar de Lemos, de que Pedro Alvares Cabral, em sua viagem á India, havia descoberto além do Atlantico uma terra a que déra o nome ilha de *Vera-Cruz*, communicou o facto aos reis de Hespanha e tratou de assegurar a posse d'essa região.

Para tal fim, mandou apparelhar uma pequena frota, cujo commando confiou a um de seus favoritos, D. Nuno Manoel, irmão de seu camareiro-mór D. João Manoel, e mais tarde guarda-mór e almotacé-mór da real casa.

Sabendo, porém, que este seu valido e collaço não dispunha de conhecimentos especiaes para empresa de tanta monta, expediu o rei carta e emissario a Sevilla, convidando a vir á sua côrte um piloto experimentado e de nomeada, por já haver effectuado duas viagens a terras transatlanticas.

Esse, foi Americo Vesputio, que acceitou a honrosa e ardua incumbencia de ser o director tecnico da expedição (1).

A frota composta de tres naus partiu do porto de Lisbôa a 14 de Maio de 1501.

Ao sul do Cabo Verde, no porto de Bezenegue, perto da ilha de Goréa, a expedição encontrou-se com a frota de Pedro Alvares Cabral, que regressava da India.

(1) Americo Vesputio nasceu em Florença em 1451 e falleceu em Sevilha a 22 de Fevereiro de 1512.

Reputado piloto, dispunha de raros conhecimentos sobre astronomia applicada á nautica e era habilissimo cartógrapho.

Enorme sensação produziu na Europa a publicação de seu livro de viagens, dado á luz na cidade de Vicence, na Lombardia, no anno de 1507.

Á vista da popularidade adquirida por seu nome, o geographo allemão Martim Waldseemüller (*Hylacomylus*) em sua *Cosmographia* (1507), propoz que se chamasse *America* o continente austral percorrido por Americo Vesputio. Esta indicação foi adoptada por Johan Schoner em 1515. Joaquim de Uatt (*Vadianus*) em 1518, Pedro Bienewitz (*Appianus*) em 1520, o dr. Pedro Margallo no mesmo anno de 1520, e por outros cosmographos d'aquelle seculo, completamente extranhos tanto á Italia como á Hespanha.

« Nesta indicação, diz o visconde de Porto Seguro, não ia injustiça alguma ao ousado genovez Christovão Colombo, que primeiro vira e pisára terras d'este novo mundo na sua parte septentrional, á qual déra o nome de Indias, e Castella accrescentára o de Occidentaes, sendo já conhecida assim por *Indias Occidentaes* quando appareceu a indicação mencionada, em 1507, e era relativa sómente á parte austral. Com o andar dos tempos passou ella, sómente pelo uso, a todo o continente, sem que para isso houvesse o menor proposito. »

Por amor á verdade historica, o novo continente devêra chamar-se COLOMBIA, como justiça e immorredoura homenagem á memoria de seu illustre descobridor.

Não foi, porém, esquecido este nome entre as nações do novo mundo.

O paiz que o invicto Bolivar libertou da dominação hespanhola e tem por limite septentrional o mar das Antilhas — mar pela primeira vez sulcado em 1492 por navios europeus, pelas tres victoriosas naus colombinas; a formosa região em cujas costas quebram-se as vagas do Atlantico e espriam-se as ondas do Oceano Pacifico, ao proclamar a sua independencia a 17 de Dezembro de 1819, ao

Em Bezenegue demoraram-se os navegantes onze dias, occupados no abastecimento d'agua e de lenha para a travessia do Atlantico.

D'ahi, tomando o rumo de sudoeste quarta de sul, de accordo com a viagem que anteriormente havia feito em companhia de Alonso de Hojeda, Vespucio atravessou o oceano e procurou a costa na altura de cinco graus.

som de hymno republicano, inscreveu orgulhosamente COLOMBIA sobre as côres rubra, cerulea e aurea que assignalam a sua bella bandeira.

Voltando á denominação de *America*, uma interrogação surge :

Foi por ventura responsavel Americo Vespucio pelo facto de accitar-se geralmente e perpetuar-se nos mappas, nos globos e nos livros geographicos o seu nome, apesar dos protestos que contra a usurpação levantou n'aquelle tempo o padre Las Casas, o energico reivindicador do gloria do Christovão Colombo?

Está hoje averiguado que não.

Compulsando-se suas cartas, reconhece-se a sinceridade de nunca se ter inculcado Capitão-mór das expedições em que serviu. O proprio Christovão Colombo o considerava um homem honrado.

No emtanto, quasi todos os escriptores, sempre que se trata do descobrimento da America, encontram ensejo de vituperar a memoria d'este prestativo navegante.

O *Diccionario Universal Portuguez*, editado por Henrique Zeferino de Albuquerque e publicado em Lisboa no anno de 1882, insere a seu respeito palavras inspiradas pela paixão, que nunca foi a melhor conselheira (vol. I, pag. 638) :

« É pois um homem sem títulos á consideração dos vindouros que prende o seu nome para sempre aos dois continentes do novo mundo. . . Eis como o acaso ou o empirismo, tirando a Cesar o que é de Cesar, permittiu que na gloriosa lista dos descobridores da America, a fama de todos elles fosse menoscabada pelas tentativas secundarias de um navegador mediocre, charlatão e sem consciencia. »

Estes commentarios não se revestem do sentimento da imparcialidade.

Si Vespucio fosse um navegador mediocre, charlatão e sem consciencia, D. Manoel, que dispunha de tantos pilotos habilitados, não mandaria insistentemente buscal-o a Sevilha e muito menos lhe confiaria a direcção nautica das duas primeiras expedições exploradoras da terra de Vera-Cruz.

O rei de Portugal o distinguiu, reconhecendo-lhe os merecimentos, como se prova com uma das cartas de Americo Vespucio :

A 7 de Agosto de 1501, ancoraram os navios a 5°, 3' e 41'' de latitude sul, defronte do logar chamado hoje *Arraial do Marco*, situado na parte superior da costa do Estado do Rio Grande do Norte e distante do cabo de S. Roque cerca de 45 milhas.

Em seus bateis foram os expedicionarios reconhecer a terra e acharam o sitio ameno e viçoso; collocaram ahi um padrão com as armas de Portugal.

Para se proverem d'agua, voltaram ao local no dia

« Estava eu depois em Sevilha, descansando dos trabalhos que tinha soffrido nas duas viagens anteriores, e com desejos de tornar de novo á terra das Perolas, quando a fortuna, não contente com os meus passados incommodos, fez vir á idéa d'este Serenissimo rei de Portugal D. Manoel querer se servir de mim. Assim, pois, estando eu em Sevilha, quando menos lembrança tinha de vir a Portugal, chegou um correio que me trouxe carta sua, em que me recommendava fosse eu falar-lhe a Lisbôa, promettendo fazer-me muita mercê. Aconselliei-me a não partir por então, e despedi o correio, dizendo que estava doente, e que, quando estivesse bom, partiria a fazer quanto Sua Alteza me ordenasse.

« Vendo el-rei que me não podia haver por este modo, deliberou deputar-me Julião de Bartholomeu del Giocondo, que então se achava em Lisbôa, com ordem de me levar consigo por todos os modos. Veiu, pois, a Sevilha o dito Julião, e com sua vinda e rogativas fui forçado a partir, apesar de m'o levarem a mal quantos me conheciam, por sahir de Castella, onde me faziam honra e el-rei me tinha em bôa reputação; e o peor foi que parti *insatutato hospite*.

« Apresentando-me a este rei (D. Manoel), mostrou elle grande prazer com a minha chegada, e rogou-me que fosse com tres naus suas, que estavam apparelhadas, a descobrir terras novas; e porque os rogos de um rei equivalem a ordens, tive de consentir em quanto me mandava, e assim desaferrámos d'este porto de Lisbôa. . . »

Não tem Americo Vespuccio titulos á consideração dos vindouros?

N'este momento historico, em que se faz justiça aos arrojados nautas que por seus conhecimentos abrihantaram o aureo seculo dos descobrimentos maritimos, devemos gratidão a esse abalisado cosmographo e bravo navegante, pelos relevantes serviços prestados não sómente a Hespanha e a Portugal, mas á causa da civilização de que foi um dos propulsores.

seguinte e viram muitos selvagens agrupados no cume de um pequeno monte proximo, do qual não se animavam a descer, por mais diligencias que para isso empregassem os portuguezes, os quaes, para attrahil-os, deixaram na praia campainhas, espelhos, avellorios e outras quinquilherias.

Logo que os navegantes recolheram ás naus, os incolas desceram do monte e tomando os objectos deixados os examinaram com demonstrações de pasmo.

Na manhã do dia 9, observaram os portuguezes que os indigenas tinham accendido muitas fogueiras pela costa e interpretando este signal como de sympathia, desembarcaram.

Avultado numero de indios se tinha reunido e receosos conservavam-se todos a distancia; mas por accionados convidavam os visitantes a irem com elles pela terra dentro.

Á vista d'este convite, que parecia affectuoso, e lembrando-se os portuguezes do modo benigno e prazenteiro por que foram acolhidos Cabral e seus companheiros pelos Tupiniquins, dois marinheiros de coragem animaram-se a pedir licença ao Capitão-mór para se exporem ao perigo de ir ao encontro d'elles, a ver que gente era e si havia na terra metaes preciosos e abundancia de especiarias, pedido a que D. Nuno Manoel, apprehensivo, só accedeu depois de muitas instancias.

Apromptaram-se os dois homens intrepididos, reunindo muitas fazendas e objectos de enfeite destinados a permuta, e depois de receberem ordem de voltar alli dentro de cinco dias,

internaram-se, alegremente confiantes, em compaulhia dos selvagens.

No dia 14, vendo o Capitão-mór que os marinheiros tardavam, mandou á terra um escaler com o fim de saber noticias d'elles. Na praia viam-se muitas mulheres. Para que de todo acabassem os receios e se estabelecessem relações de amizade, deliberaram os portuguezes enviar-lhes, como parlamentar, um marinheiro forte e destemido, o qual foi logo cercado pelas selvagens que o examinaram e o apalparam admiradissimas.

«Estando n'isto, conta Americo Vespucio, vimos descer do monte uma mulher que trazia um pau na mão, e chegando onde estava o nosso christão, lhe sahiu por detraz e levantando o pau lhe deu um tão grande golpe, que o extendeu morto; as outras o tomaram logo pelos pés e o arrastaram para o monte; os homens correram para a praia e principiaram a atirar com as settas, pondo a nossa gente em tal confusão, que, estando surtos com os bateis sobre as fateixas, nenhum se atreveu a tomar as armas por causa das muitas flechas com que eram acommettidos. Disparámos quatro tiros de bombardas, que não acertaram; porém, ouvindo o estrondo, fugiram todos para o monte, onde já estavam as mulheres fazendo o christão em pedaços e assando-o em um grande fogo que lhe tinham accendido á nossa vista, mostrando-nos muitas porções d'elle e comendo-as; e os homens fazendo-nos signaes, como dando-nos a entender que tinham tambem morto e comido os outros dois christãos. Pesou-nos isto muito, vendo com os nossos proprios olhos as crueldades que com-

mettiam com o morto, parecendo a todos uma injuria intoleravel.

«E estando mais de quarenta dos nossos com o proposito de saltar em terra e de vingiar tão crua morte e acto tão bestial e deshumano, o Capitão-mór lh'o não quiz consentir.»

A frota levantou ferros n'esse dia e seguindo a navegação entre leste e sueste, «que assim corre a costa», avistou a 16 de Agosto o cabo a que poz o nome de *S. Roque*, em virtude da festa mencionada no calendario.

Proseguindo a viagem, com as escalas ou entradas que eram necessarias, chegou a expedição no dia 28 a outro cabo que denominou *Santo Agostinho*.

«Está este cabo, diz Americo Vespucio, a oito graus da linha equinocial para o sul. E continuando a nossa viagem, avistámos um dia muita gente pela praia que tinha corrido a ver o prodigio de nossas naus, e cessando de navegar, nos fizemos na volta de terra, aonde fomos nos bateis e achámos homens de melhor condição do que os passados, pois ainda com algum trabalho em domesticar-os, foram por fim nossos amigos e commercíamos com elles.

«Estivemos cinco dias n'esta paragem e aqui achámos canna fistula muito grossa, verde e tambem secca em cima das arvores; assentámos em trazer d'este logar um par de homens para aprender a lingua, e vieram tres d'elles por sua vontade, para Portugal.»

Segundo apuração historica devida ao senador Candido Mendes, a paragem em que desembarcaram os portuguezes

n'essa occasião, foi a ilha sergipana existente na embocadura do rio *Vasa-barris*, conhecido então como rio da *Cannafistula*.

Em todo o decurso da viagem, D. Nuno Manoel, para que se soubesse o dia em que a frota fazia descoberta das varias localidades, denominava-as com os nomes dos santos do calendario, como era costume.

A 4 de Outubro, passa a expedição em frente de um rio que tomou o nome de *S. Francisco*, o mais importante dos Estados da Bahia e de Sergipe.

A 1.º de Novembro, entra a frota na grande bahia que ficou sendo chamada *Bahia de Todos os Santos*. Ahi assentou-se um marco no logar a que se deu o nome de *Ponta do Padrão*, hoje Pontal da Barra.

A 21 de Dezembro, é avistado e transposto o cabo de *S. Thomé*.

A 1.º de Janeiro de 1502, entra a frota em uma bahia que o Capitão-mór suppõe ser a embocadura de um grande rio e dá-lhe o nome de *Rio de Janeiro*, chamado pelos indigenas ora *Guanabara*, ora *Nitheroy*, parecendo mais apropriada a segunda designação por significar em guarany *agua occulta*.

No dia 6 de Janeiro, é descoberta a *Angra dos Reis*; a 20, a ilha de *S. Sebastião*.

Em continuação, vão os nautas á ilha de Cananéa, onde é deixado um bacharel, João Ramalho, para cumprir ali pena de degredo a que fôra condemnado.

A 15 de Fevereiro continúa a expedição a sua viagem.

Diz Americo Vespuccio:

« Havendo já bons dez mezes que viajavamos, vendo que na terra não achavamos mina alguma, resolvemo-nos a deixal-a e ir examinar o paiz por outra parte. E assim se determinou seguir aquella navegação que me parecesse bem, incumbindo-me absolutamente do commando da armada (1).

« Mandei, pois, fazer provimento d'agua e lenha para seis mezes, que tanto julgaram os officiaes das naus que podiamos navegar com ellas. E, feito isto, principiámos a nossa viagem pelo les-sueste aos 15 de Fevereiro, quando o sol estava visinho ao equinocio e voltava para este nosso hemispherio septentrional; e tanto navegámos por este rumo, que a elevação do pólo antarctico sobre o nosso horisonte, era de 52° (2). E desde então, não viamos mais estrella alguma da grande nem da pequena Ursa: estavamos distantes da terra d'onde tinhamos partido boas quinhentas leguas les-sueste.»

(1) Foram talvez estas palavras que fizeram crer ao barão Alexandre de Humboldt ter sido Americo Vespuccio o Capitão-mór da primeira expedição.

(2) « Não era possível, diz o senador Candido Mendes, que a frota pudesse ter alcançado nem as ilhas Malvinas, a Terra do Fozzo, e menos ainda a ilha de Georgia. O impulso do vento do sudoeste e as leguas percorridas pela costa quasi na mesma direcção, não permittiria ir além de 40 ou 41 graus de latitude austral, e o littoral inhóspito da Confederação Argentina e a nossa costa do Rio Grande do Sul se harmonizam com a narração de Vespuccio, sem ser preciso ir tão longe como a 52 graus.»

Convem ainda notar que os italianos contavam quatro milhas por legua, e assim o grau tinha oitenta milhas.

A 3 de Abril soffrem os navios violento temporal.

Continúa Vespucio a sua narração:

«N'este dia, principiou no mar uma borrasca tão grande, que nos fez ferrar de todo as velas; corriamos em arvore secca com um vento muito forte, que era então su-sudoeste, com muito grande mar e o ar muito carregado; sendo tal a furia do vento, que toda a armada estava na maior consternação.

«As noites eram muito grandes, e a de 7 de Abril foi de quinze horas, porque o sol estava no fim de Aries, e era então inverno n'estas paragens, como S. M. póde facilmente comprehender.

«Estando, pois, assim afflictos, no dia 7 de Abril tivemos vista de uma nova terra (1), a qual corremos cousa de vinte leguas, e achámos toda a costa brava, sem porto nem gente alguma, e era tanto o frio, que ninguem da armada se podia valer nem supportal-o; de modo que vendo-nos em tal perigo e fortuna, que apenas podíamos avistar-nos uns navios aos outros, pelo grande mar que se levantava entre nós e a muita escuridade do tempo, conviemos com o Capitão-mór em fazer signal á armada para se ajuntar, a fim de que, deixando a terra, tomássemos o rumo de Portugal: o que foi muito bom conselho, pois é certo que si nos demorássemos ainda aquella noite, estaríamos perdidos.

(1) A *Georgia Austral*, na opinião do visconde de Porto Seguro ou littoral da Confederação Argentina, segundo mais fundado parecer do senador Candido Mendes, por saber-se que a frota não se apartou da vista de terra.

«Tomámos, pois, o vento em pôpa e na noite seguinte cresceu tanto a tormenta, que estivemos a ponto de ir ao fundo; promettemos fazer peregrinações e outras cerimoniaes, como é costume dos marinheiros em semelhantes occasiões.

«Corremos assim cinco dias, avisinhando-nos sempre á equinocial e a um mar e atmosphaera mais temperada. Finalmente, prouve a Deus livrar-nos de tamanho perigo, sendo a navegação pelo nor-nordeste, por querermos reconhecer a costa da Ethiopia, de que estavamos distantes mil e trezentas leguas pelo mar Atlantico.

« Aos 10 de Maio, com ajuda de Deus, chegámos a uma terra para o sul chamada Serra Leôa, onde estivemos quinze dias para refrescar, e d'ahi navegámos para as ilhas dos Açores, distantes obra de setecentas e cincoenta leguas, onde chegámos pelo fim de Julho, e nos demorámos outros quinze dias descansando.

« Depois partimos para Lisbôa, d'onde ainda distanciavamos trezentas leguas da banda de loeste, e entrámos a salvamento, Deus louvado, n'este porto, aos 7 de Setembro de 1502, com duas naus sómente, porque a outra foi queimada na Serra Leôa, por não poder navegar mais. »

Em carta de Lisbôa para Pariz, dirigida a Lorenzo di Pier Francesco dei Medici, fez Àmerico Vespucio a seguinte apreciação sobre a natureza do paiz que visitou:

« A terra d'aquellas regiões é fertil e amena, de muitos montes e morros, infinitos valles e regada de grandes rios e fontes, coberta de extensos bosques densos e apenas penetra-

veis, e povoada copiosamente de feras de todas as castas. N'ella nascem, sem cultura, grandes arvores, as quaes produzem fructos deleitosos e de proveito ao corpo e nada nocivos, e nenhuns fructos parecidos com os nossos. Produz innumeraveis generos de arvores e de raizes, de que fabricam pão e optimas iguarias, além de muitos grãos e sementes não semelhantes aos nossos.

« Seria prolixo e descommedido si quizesse dar conta, uma por uma, de todas as cousas dignas de noticia, e das numerosas especies e multidão de animaes.

« É verdadeiramente creio que o nosso Plinio não conseguiu tratar da millesima parte dos animaes, nem dos papagaios e outros passaros, os quaes são de fórmãs e côres tão variadas, que o artista Pollajuolo não conseguiria pintal-os. Todas as arvores são odoríferas e produzem gommas ou oleos, ou algum outro licôr, cujas propriedades todas, si fossem conhecidas, não duvido que andariamos todos sãos.

« É, por certo, si o páraiso terreal existe em alguma parte da terra, creio que não deve ser longe d'este paiz, ficando situado ao meio dia, com ares tão temperados, que nem no inverno géla nem no verão faz calor. »

A segunda expedição teve como Capitão-mór Gonçalo Coelho, piloto de provada competencia, que já havia commandado, em 1488, um navio á costa d'Africa, indo á Senegambia, d'onde trouxera um rei preto a Portugal.

Compunha-se a frota de seis navios, equipados alguns por

armadores particulares e destinava-se especialmente a procurar, pela parte meridional do novo continente, caminho para Malaca, porto então considerado emporio e feira universal do Oriente.

Convidado ainda pelo rei D. Mauoel, Americo Vespucio tomou parte na expedição como capitão de uma das naus.

A 10 de Maio de 1503, partiu a armada do porto de Lisbôa, em direcção ás ilhas do Cabo Verde e d'ahi, depois de treze dias de abastecimento do quanto lhe era necessario, seguiu em rumo de les-sueste, porque o Capitão-mór desejou reconhecer a Serra Leôa.

Muitas tormentas e forte vento contrario o desviaram de semelhante proposito e o forçaram a seguir, como cumpria, a navegação transatlantica.

Depois de percorrerem cerca de trezentas leguas, descobriram os nautas, na altura de tres graus de latitude meridional, uma ilha (a de Fernando Noronha), distante da qual, quatro leguas, bateu em um cachôpo a nau capitânea, de 300 toneladas, e submergiu-se na noite de 10 de Agosto. N'este desastre perderam-se quasi todos os instrumentos nauticos e os mantimentos e com difficuldade conseguiu a tripulação salvar-se.

Ordenou Gonçalo Coelho a Americo Vespucio que fosse á ilha procurar porto a que os navios se abrigassem — o que occasionou divisão da frota. Depois de oito dias de espera na ilha, Vespucio resolveu continuar só a viagem.

Demandando a costa, ancorou na Bahia de Todos os

Santos, onde demorou-se dois mezes e quatro dias á espera do Capitão-mór. Não tendo d'elle noticia alguma, continuou Vespuccio a navegar para o sul, e a vinte e tres graus de latitude encontrou um porto (Cabo Frio), onde demorou-se cinco mezes, occupado em construir uma fortaleza e carregando pau brazil. Não poudo Vespuccio continuar a viagem, por falta de gente e dos apparelhos que se perderam no naufragio. Foi pela terra dentro em companhia de quarenta homens e teve contentamento em travar excellentes relações com o gentio.

Determinando regressar para Portugal, deixou elle de guarnição na fortaleza vinte e quatro homens, mantimentos para seis mezes, doze bombardas e muitas armas.

Fazendo rumo de nordeste, partiu em direcção a Lisbôa, onde, ao cabo de setenta e sete dias de viagem, chegou a 18 de Junho de 1504.

Quanto a Gonçalo Coelho, depois de alguma demora em Fernando Noronha, á espera de Americo Vespuccio, dirigiu-se ao continente, cuja costa percorreu, collocando marcos nos pontos mais salientes, procedendo a exames e reconhecimentos até o cabo das Virgens, na entrada do canal que depois teve o nome de estreito de Magalhães, ao norte da ilha Terra do Fogo.

D'esta extremidade meridional do continente voltou o Capitão-mór para o norte, indo ancorar no *Rio de Janeiro*,

onde fundou um arraial conhecido pelos indigenas sob o nome de *Carioca* (1).

A este respeito diz o visconde de Porto Seguro:

«Cremos que a demora de Gonçalo Coelho n'estas plagas seria de dois a tres annos; que foi ou mandou explorar a costa do sul até á bahia de S. Mathias; que regressára ou regressaram os exploradores, sem persistir mais em busca da passagem com que contavam para seguir, por esse lado, até Malaca.»

O distincto investigador brasileiro José de Vasconcellos, em seu livro *Datas celebres e factos notaveis da historia do Brazil* (Pernambuco, 1890), adianta as seguintes informações (vol. 1, pag. 55):

«Gonçalo Coelho voltou do Brazil em 1506 e até dizem que escreveu um livro sobre a terra que visitára, mas do qual não ha noticia.

«Foi depois escrivão da fazenda dos contos (thesouraria) da cidade de Lisbôa.

«Acredita-se que se refere a elle e á sua viagem uma narração que n'esse tempo appareceu com muitas noticias das paragens que elle percorrêra, sob o titulo *Zeitung aus Pres-sillig Landt*, relatando a chegada a Lisbôa de uma nau ida do Brazil, a qual se suppõe pertencia á frota de Gonçalo Coelho.»

(1) *Carioca*, de *caray*, homem branco, e *oca*, casa.

É de lamentar que Americo Vespuccio, na longa e minuciosa carta que a 4 de Setembro de 1504 escreveu ao gonfaloneiro de Florença, Pedro Soderini, dando conta de suas viagens, nem uma só vez mencionasse os nomes dos Capitães-móres das duas expedições em que veio ao Brazil: a sua declaração faria luz n'estes pontos, até hoje obscuros, da historia das primeiras expedições exploradoras enviadas ao nosso paiz.

CAPITULO V

TERCEIRA EXPEDIÇÃO. CHRISTOVÃO JACQUES. QUARTA EXPEDIÇÃO.
MARTIM AFFONSO DE SOUZA. — 1526-1533

PROPALADA na Europa a noticia de que a terra de Vera-Cruz não era uma ilha, como suppuzera Cabral, mas um continente enorme e fertilissimo, dotado de uma fauna e de uma flora desconhecidas do velho mundo; formosissima região regada de rios caudalosos e abundante de fructos raros; sólo em que se encontrava ouro e pedras preciosas; paiz que por apregoadas maravilhas accendia a imaginação de todos os aventureiros—começou a ser avidamente procurada a nova terra, para o livre trafico de pau brazil, especiarias, quadrupedes e aves de singular belleza, mercadorias de que se auferia avultado lucro.

Entre os exploradores estrangeiros, são citados os francezes Palmier de Gonneville, João Anjo, pae e filho, e João Parmentier,

No justo interesse de acautelar-se contra as conquistas da Hespanha nas terras de Vera-Cruz e para manutenção de seus direitos, D. Manoel recorreu ao papa Julio II, que, por bulla de 24 de Janeiro de 1506, reconheceu taes direitos e confirmou o tratado de Tordesilhas lavrado a 7 de Junho de 1494, em virtude do qual se havia traçado uma linha divisoria distante 360 leguas das ilhas de Cabo Verde, de maneira a garantir, como pertencentes a Hespanha, todas as terras situadas a oeste da linha, e a Portugal as do lado de leste.

Preocupado com a colonização e commercio da Africa e da India, não podia Portugal attender ao povoamento do Brazil, vastissimo territorio que exigia forte remessa de colonos.

Eram, porém, frequentes as expedições commerciaes, mencionando-se entre outras a da nau *Bretôa*, commandada por Christovão Pires, vindo como piloto João Lopes de Carvalho e como escrivão Duarte Fernandes. Sahiu esse navio do porto de Lisbôa a 22 de Fevereiro de 1511. Depois de uma viagem de oito mezes, regressou á capital portugueza com o carregamento de cinco mil tóros de pau brazil, grande numero de quadrupedes e aves e mais de trinta indigenas captivos.

Sabendo-se em Portugal que os francezes preparavam uma frota de dez navios destinados ao contrabando no Brazil, D. João III, que havia subido ao throno a 13 de Dezembro de 1521, determinou obstar a exploração estrangeira.

A terceira expedição, composta de uma nau e cinco caravelas, teve como Capitão-mór Christovão Jacques. Partiu de Lisboa em Outubro de 1526, trazendo como pilotos Diogo Leite e seu irmão Gonçalo Leite e Gaspar Corrêa. Fundou uma feitoria em Iguarassú (Pernambuco), no local que mais tarde foi chamado dos *Marcos*. Em desempenho de sua incumbencia, Jacques percorreu o littoral até ao Rio da Prata em busca de contrabandistas; de volta, encontrou no Reconcavo da Bahia, pelo rio Paraguassú acima, junto á ilha hoje chamada dos *Francezes*, tres embarcações francezas occupadas em carregar pau brazil e animaes. Presos os contrabandistas, apprehendido todo o carregamento, foram os navios mettidos a pique.

A Christovão Jacques succedeu Antonio Ribeiro a 26 de Outubro de 1528, como guarda das costas do Brazil.

A quarta expedição, apparelhada com o duplo fim de estabelecer definitivamente um nucleo de colonização e de combater navios estrangeiros que intentassem assenhorear-se d'este paiz, compoz-se de duas naus, um galeão e duas caravelas (1), com uma equipagem de 400 homens e foi confiada a um fidalgo da casa real, Senhor do Prado e de Alcantara, Alcaide-Mór de Bragança e do Rio Maior, Martin Affonso de Souza, o qual partiu de Lisboa a 3 de Dezembro de 1530.

(1) Nau *Princeza*, commandante Diogo Leite; nau *S. Miguel*, commandante Heitor de Souza; galeão *S. Vicente*, commandante Pero Lobo Pinheiro, e as duas caravelas *Santa Maria do Cabo* e *Rosa*.

A 29 d'este mez passou a expedição pelas ilhas de Cabo Verde; d'ahi atravessou o Atlantico, e na altura do cabo de Santo Agostinho deu caça e apresou tres navios francezes carregados de pau brazil (1). Augmentada a pequena frota com essas embarcações, chegou a Pernambuco a 17 de Fevereiro.

D'esse ponto Martin Affonso mandou regressar a Portugal João de Souza, conduzindo um dos navios apresados, e ordenou a Diogo Leite que fosse com duas caravelas explorar as costas do Maranhão: esta expedição chegou até á foz do rio Gurupy, local que por muito tempo conservou o nome de *Abra de Diogo Leite*.

Tomando rumo de sul, chegou Martin Affonso a Bahia de Todos os Santos a 13 de Março de 1531.

Aqui encontrou um portuguez Diogo Alvares, que havia vinte e dous annos habitava esta terra e de quem adeante trataremos.

Pero Lopes de Souza, irmão do Capitão-mór, em seu diario de navegação, diz o seguinte em relação aos primitivos habitantes da Bahia:

« Os principaes homens da terra vieram fazer obediencia ao capitam I. Martin Affonso de Souza: e nos trouxeram muito mantimento, e fizeram grandes festas e bailos; amostrando

(1) Das tres naus francezas, a ultima, apresada no dia 2 de Fevereiro de 1531, foi intitulada por Pero Lopes de Souza *Nossa Senhora das Candejas*, em lembrança da festa que a egreja celebra n'esse dia.

muito prazer por sermos aqui vindos. O capitam lhes deu muitas dadivas. A gente d'esta terra he toda alva; os homês mui bem dispostos, e as mulheres mui fermosas, que nam ham nenhũa inveja ás da rua Nova de Lixbôa. Nam têm os homês outras arinas senam arcos e frechas; a cada duas leguas têm guerra hês com os outros. »

Durante os quatro dias em que Martim Affonso demorou-se na Bahia, teve occasião de assistir a um combate naval entre os *Tupinambás* que habitavam o continente e os indios que viviam na ilha de Itaparica.

A força dos combatentes era igual: cada parte dispunha de 50 canôas tripuladas por 60 homens cada uma.

Foram vencidos os selvagens itaparicanos. Os vencedores, em meio de festas, assaram e devoraram grande parte dos prisioneiros. Os que conseguiram fugir abrigaram-se na pequena ilha que ficou sendo chamada *Ilha do Medo*.

Na Bahia deixou Martim Affonso dois homens para fazerem experiencia do que a terra dava, e para esse fim lhes entregou muitas sementes.

Os expedicionarios partiram da Bahia a 17 de Março; mas a 24, na altura da ilha Tinharé, soffreu a frota uma tão violenta tempestade, que viu-se obrigada, impellida por vento contrario, a regressar ao porto, onde abrigou-se a 26.

Na Bahia encontrou Martim Affonso uma caravela que ia para Sofala e havia arribado a Pernambuco, d'onde trouxera o feitor d'aquella feitoria, Diogo Dias. O Capitão-mór mandou soltar o piloto que vinha preso, desembarcar os esca-

vos e chamou a si a caravela para reforçar a expedição, a qual de novo seguiu para o sul a 27 de Março.

Entrou Martim Affonso a barra do Rio de Janeiro a 30 de Abril/de 1531.

Ahi mandou construir uma casa, convenientemente cercada, onde collocou ferraria para fabricação de objectos de que tinha necessidade; enviou homens pela terra dentro a explorar-a, os quaes andaram cerca de 115 leguas, e, passados dois mezes, voltaram, trazendo um morobixaba, senhor de todos aquelles campos.

Diz Pero Lopes que este personagem apresentou ao Capitão muito crystal «e deu novas como no Rio de Peraguay havia muito ouro e prata. O Capitão lhe fez muita honra e lhe deu muitas dadivas, e o mandou tornar ás suas terras. A gente d'este rio he como a da *Bahia de todos los Santos*, senam quanto he mais gentil gente. Toda a terra d'este rio he de montanhas e serras altas. As melhores aguas ha n'este rio que podem ser. Aqui estivemos tres mezes, tomando mantimentos para um anno, para 400 homens que traziamos; e fizemos dous bargantins de 15 bancos.»

Martim Affonso partiu do Rio de Janeiro a 1.º de Agosto do referido anno e depois de doze dias de viagem foi a frota ancorar na parte de dentro da ilha do Bom Abrigo, junto ao porto de Cananéa. Por este porto, cujas aguas com o nome de Mar Pequeno se extendem, formando braço de mar, desde o rio de Iguape até ao sul da barra de Arapira, onde finaliza a ilha do Cardoso, determinou Martim Affonso

mandar á terra em um bergantim o piloto Pedro Annes, conhecedor da lingua geral ou guarany, a fim de colher informações sobre as explorações passadas.

Annes encontrou, entre os selvagens, um bacharel portuguez (1) que alli vivia, havia trinta annos, como degredado deixado pela expedição de Gonçalo Coelho; um Francisco Chaves, grande lingua do paiz, e cinco ou seis castelhanos, os quaes trouxe no bergantim a Martin Affonso.

Francisco Chaves declarou ao chefe da expedição que se propunha a conduzir alli, dentro de dez mezes, quatrocentos indios carregados de prata e ouro, si Martin Affonso o

(1) A respeito d'este personagem anonymo, diz o senador Candido Mendes de Almeida em sua memoria *Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa?* (*Rev. do Inst. Hist.*, tomo XI., 2.ª parte, pag. 219): «O bacharel de Cananéa, como chama Varnhagen, é tambem o bacharel de S. Vicente, de Diogo Garcia, isto é, João Ramalho, o primeiro colono do Brazil meridional, o pae, o progenitor da população mestiça vicentina, hoje paulistana. Vivendo este colono ora em S. Vicente, ora em Cananéa, o limite da tribu *tupy*, confrontante com a Carió ou *Carijó*, parece que a razão da preferencia do assento da colonia em S. Vicente, ponto insular como Cananéa, resultou da bondade do porto, e estar menos exposta a nascente colonia aos assaltos dos inimigos *Cariós*, como estava Cananéa. Tal é a nossa conjectura.»

Frei Gaspar da Madre de Deus, em sua *Noticia dos annos em que se descobriu o Brazil*, affirma que os portuguezes João Ramalho e Antonio Rodrigues foram os dois primeiros europeus que pisaram este continente, em 1490, dois annos antes de ter Christvão Colombo descoberto a America. Diz o illustre frade possuir uma cópia do testamento original de João Ramalho, escripto na então villa de S. Paulo pelo tabellião Lourenço Vaz, a 3 de Maio de 1580, e testemunhado pelo juiz ordinario Pedro Dias e quatro pessoas que ouviram as disposições do testador.

«Por duas vezes, declara o chronista, repetiu João Ramalho que tinha alguns noventa annos de assistencia n'esta terra, sem que alguma das testemunhas o advertisse de que se enganava, o que certamente fariam se o velho por caduco errasse sua conta, pois bem sabiam todos que n'esse anno de 1580 não chegava

auxiliasse n'esta grande empresa: obteve uma força de quarenta besteiros e quarenta arcabuzeiros, commandada por Pero Lobo Pinheiro. Internaram-se os exploradores em busca de minas e nunca mais regressaram.

Soube-se mais tarde que foram todos mortos e devorados por indios *Carijós*, nas immediações do rio Iguassú.

A expedição demorou-se em Cananéa quarenta e quatro dias. Martim Affonso fez collocar um padrão de marmore com as armas portuguezas no pontal fronteiro á ilha do Bom Abrigo (1).

a 50 annos a vinda dos portuguezes á capitania de S. Vicente, onde Martim Affonso de Souza entrára com a sua esquadra em dia de S. Vicente, 22 de Janeiro de 1532.

« Si, pois, na éra de 1580 contava João Ramalho alguns 90 annos de residencia no Brazil, segue-se que aqui entrou em 1490, pouco mais ou menos; e como a America pela parte do norte foi descoberta em 1492, resulta que no Brazil assistiram portuguezes 8 annos pouco mais ou menos, antes de se saber na Europa que existia o mundo novo: digo portuguezes no plural porque das Memorias do padre Jorge Moreira, escriptas no meio do seculo passado, consta que com João Ramalho veio Antonio Rodrigues, o qual, diz o auctor, casára com uma filha de Piquiroby, cacique da aldeia de Hururahys. Além de que é necessario que antes de Martim Affonso chegar ao Brazil tivessem arribado portuguezes á capitania de S. Vicente, para ser verdadeiro o facto d'onde a historia argentina manuscrita em castelhano e o francez jesuita Francisco Xavier de Charlevais deduzem a denominação do Rio da Prata.

« O dito João Ramalho e seus companheiros só podiam vir em alguma embarcação que fizesse viagem para a Asia ou Ethiopia, e dêsse á costa na praia de Santos, entrando no numero de varias que desapareceram, sem nunca mais se saber no Reino que fim levaram. »

O senador Candido Mendes, em sua importante memoria intitulada *João Ramalho, o bacharel de Cananéa, precedeu Colombo na descoberta da America?* nega a authenticidade do testamento de João Ramalho e nega que este tivesse aportado á capitania de S. Vicente no anno de 1490.

(1) O *Instituto Historico e Geographico do Brazil* conserva um marco de marmore encontrado na costa da ilha do Cardoso, ao sul da barra de Cananéa, no

Depois de passar pelo porto dos Patos (ilha de Santa Catharina) e cabo de Santa Martha, soffreu a expedição fortissimos temporaes; a nau capitanea foi naufragar cerca de 34° de latitude sul, deante da foz do rio Chuy, que serve de limite entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguay.

Martim Affonso e seus companheiros salvaram-se a nado, perdendo-se sete pessoas da equipagem e grande parte dos mantimentos.

Combinou-se então que o chefe não proseguisse nas explorações ao sul, mas de tal encargo se incumbisse Pero Lopes de Souza, que na volta viria encontrar-se com a esquadriha na ilha das Palmas, ao norte do cabo de Santa Maria.

Em um bergantim tripulado por trinta homens, seguiu Pero Lopes pela costa, em busca do Rio de Santa Maria (Rio da Prata) e em caminho encontrou a ilha dos Lobos e ilha das Flores.

A 23 de Novembro de 1531, descobriu um alto monte

promontorio conhecido por pontal de Tacurussá, fronteiro á ilha do Bom Abrigo. Com permissão da camara municipal de Cananéa, o barão de Capanema levou em 1866 o referido padrão para ser guardado no Instituto: mede quatro palmos de comprimento, dois de largura e um de grossura; não apresenta data, porém tem a cruz de ordem de Christo por cima de um escudo com as quinas portuguezas em cruz. É de marmore branco e se acha bastante estragado pelo tempo. O tenente ou testemunha é tambem de marmore branco, de menor comprimento, sem inscripção e sem relevo algum, e demonstra ter estado longos annos submergido.

Na opinião do senador Candido Mendes foi este marco lançado em Cananéa pela expedição de 1501, capitaneada por André Gonçalves.

que denominou de S. Pedro (Cerro de Montevidéo); a 27 passou por uma ilha grande, redonda e cheia de arvoredo, a que deu o nome de Sant'Anna (ilha de Martim Garcia); a 30 do mesmo mez descobriu duas ilhas, ás quaes pôz o nome do santo do dia, Santo André (ilha dos Hermanos); subiu o Uruguay; passou pelo rio Negro e a 12 de Dezembro seguinte foi collocar na bocca do esteiro dos Carandis (nas immedições da villa oriental de Mercedes) dois padrões com as armas do rei de Portugal.

D'esse ponto, regressou o expedicionario, que veiu encontrar-se com Martim Affonso na ilha das Palmas a 27 de Dezembro do referido anno.

Voltando para o norte, encontrou a expedição uma excelente enseada para os seus navios, e ahi desembarcou a 22 de Janeiro de 1532, dia em que se venera *São Vicente*, facto que fez dar este nome á localidade, a qual foi escolhida por Martim Affonso para o estabelecimento da primeira povoação regular.

A segunda povoação fundada por este expedicionario foi a *Aldeia dos Itanhaens*, conhecida hoje por *Aldeia de S. João Baptista* e se acha situada entre os rios Peruhybe e Itanhaem, no meio da praia de Peruhybe, duas leguas a oeste da actual Villa de Itanhaem (1).

Ahi foram edificados o collegio e a igreja dos jesuitas,

(1) *Itanhaem*, alquidar de pedra, ou, mais provavel, pedra que resôa, fazendo echo; de *ildá*, pedra, e *nhaem*, voz imitativa de som.

florescendo a povoação até 1561. N'esse anno, discordias entre os colonos e os padres, motivadas pela escravidão em que viviam os indios, determinaram os portuguezes a mudar de local: fundaram então a villa de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem.

Em 1761 foram trasladadas para a matriz d'esta villa as bellas imagens que realçavam a igreja dos jesuitas. Na *Aldeia* fundada por Martim Affonso só existem hoje poucas familias, oriundas dos primitivos indios, as quaes conservam os usos e costumes de seus maiores e têm permanecido sem cruzamento de sangue europeu ou africano (1).

O fundador de *Santos*, hoje um dos principaes centros

(1) Minuciosas e importantes particularidades sobre a segunda povoação fundada por Martim Affonso acham-se expostas no livro de investigações historicas publicado pelo distincto pintor brasileiro Benedicto Calixto, sob o titulo *A Villa de Itanhaem* (Santos, 1895). Adorna este trabalho a reproducção photographica de um dos mais bellos quadros do artista. Representa a estampa o encontro de um velho jesuita com uma onça em meio da floresta. Imponente a attitude do padre, que sustem na mão esquerda, á altura do peito, o breviario aberto, e com a dextra extendida ao ar mostra á fera um crucifixo. O carnicheiro animal, em posição de fugir, tem a cabeça voltada para o missionario e revela nos olhos o espanto que lhe produziria o subito apparecimento de um inimigo formidavel. O escrupulo da execução corresponde á altura do pensamento. O quadro tem por titulo *Os Jesuitas* e por legenda esta estrophe de Castro Alves:

Depois as solidões surpresas viam
Esses homens inermes que surgiam
Pela primeira vez!
E a onça, recuando, se esgueirava,
Julgando o crucifixo alguma clava
Invencivel talvez!

commerciaes do Brazil, foi Braz Cubas no anno de 1543 (1). N'esse mesmo anno fundou elle o hospital de Santos e a Santa Casa de Misericordia, o primeiro estabelecimento de caridade que se instituiu no Brazil. Este benemerito colono era cavalheiro fidalgo da casa real e desempenhava na capitania o cargo de alcaide-mór. Por espaço de tres annos repelliu continuos ataques dos *Carijós*, *Goyanazes* e *Tamoyos*.

Na lucta contra os indios, serviu de forte auxilio a Martim Affonso o facto de encontrar-se com o portuguez João Ramalho, que durante vinte annos vivia entre os *Goyanazes* e casára com Bartyra, filha do morobixaba Tebyreçá. Por influencia de Ramalho, foram baptisados sua mulher e seu sogro, recebendo aquella o nome de Isabel e este o de Martim Affonso Tebyreçá.

Graças a essas relações que se formaram, alliam-se os *Goyanazes* aos portuguezes.

(1) O nome indigena de Santos era *Guarapissuman*, de *guirapará* ou *urupará*, arco, e *çamã*, corda: *arco aparelhado*, a indicar a curva que o braço de mar faz alli. Com a chegada dos portuguezes passou a chamar-se *Enguá-guassú*, corruptela de *Indoáguassú*, pilão grande, allusivo ao monjolo estabelecido por Braz Cubas. Os francezes davam ao local o nome de *Morpion* ou *Orpton*, contracção desfigurada de *guirá piran*, passaro vermelho (guará), de que havia abundancia no littoral.

A denominação de *Santos* proveiu do nome de seu primeiro hospital, que teve a mesma invocação do hospital de Lisboa.

A sepultura de Braz Cubas, na matriz de Santos, logar em que outr'ora existiram a igreja e o hospital de Misericordia, apresenta o seguinte epitaphio:

«S.a de Braz Cubas, Cavalheiro Fidalgo da casa d'El-Rey. Fundou e fez esta Villa, sendo capitão, e casa de Misericordia. Anno de 1543. Descobriu ouro e metaes anno de 60. Fez fortaleza por mando d'El-Rey D. João III. Falleceu no anno de 1597.»

Esta grande tribu extendia-se desde a serra de *Paranapiacaba* (avistadora do mar) até aos campos de *Piratininga* (logar da sécca do peixe), onde hoje se acha situada a rica e florescente cidade de S. Paulo.

A óca do chefe Tebyreçá era situada no alto em que hoje se vê o mosteiro de S. Bento e o edificio da Faculdade de Direito.

Para que a colonia tomasse o maximo desenvolvimento, Martim Affonso fez distribuição de terras e sesmarias tanto na villa de S. Vicente, como na ilha de Santo Amaro (*Guaimbé*) e no interior.

Tendo ido serra acima visitar o chefe Tebyreçá, fundou outra colonia no local em que este residia, em Piratininga, onde João Ramalho tinha o seu aldeamento e vivia cercado de numerosa prole, filhos de Bartyra e de outras indias.

Martim Affonso fez construir em S. Vicente igreja, cadeia, casa de Conselho, estaleiros ao longo da praia; estabeleceu o primeiro engenho de assucar e aguardente; aclimou muitos animaes domesticos que trouxe da Europa. Satisfeito com o desempenho que soubéra dar á sua espinhosa missão, determinou que seu irmão Pero Lopes regressasse a Portugal a informar o rei de todos os trabalhos realizados.

De volta para a patria, Pero Lopes foi refazer-se de mantimentos no Rio de Janeiro, e seguindo para o norte, ao passar em Pernambuco, deu combate a dois navios francezes que apresou, bem como a guarnição de um forte occupado por

trinta homens d'esta nacionalidade. Chegou a Portugal a 21 de Janeiro de 1533.

Martim Affonso confiou a direcção da colonia de S. Vicente a Gonçalo Monteiro e a de Piratininga a João Ramalho e em Março d'aquelle anno voltou para Portugal.

Como justo galardão aos relevantes serviços prestados no Brazil, D. João III nomeou Martim Affonso Capitão-mór das Indias, cargo que egualmente exerceu com patriotismo digno de exemplo.

CAPITULO VI

DIVISÃO DO BRAZIL EM CAPITANIAS HEREDITARIAS. INCONVENIENTES
DO SYSTEMA DE COLONIZAÇÃO.

PARA dar principio á colonização do Brazil, D. João III determinou que toda a parte descoberta fosse dividida em lotes, que denominou *Capitanias hereditarias*, e as distribuiu entre fidalgos de sua côrte e pessôas de consideração, que por sua fortuna pudessem contribuir para o progresso da nova terra.

Doze foram as Capitanias, que citaremos na ordem em que figuram na historia :

1.^a CAPITANIA DE S. VICENTE—Abrangia 100 leguas, sendo 55 a partir do rio Macahé, ao norte do Cabo Frio em direcção ao sul até ao rio Curupacé; e 45 leguas, desde a Bertioga, uma das barras de Santos, até 12 leguas ao sul de Cananéa. A primeira parte era conhecida como *Capitania de S. Thomé*, e a segunda como *Capitania de S. Vicente*. Foi doada a Martim Affonso de Souza.

Depois de ter fundado os tres nucleos coloniaes de S. Vicente, Itanhaem e de Piratininga, Martim Affonso não regressou mais ao Brazil. Com quatorze annos de existencia, esta capitania contou uma população de seiscentos colonos; seis engenhos de assucar cooperavam para a riqueza local.

A povoação de Santos em breve suplantou a de S. Vicente, por offerecer magnifico ancoradouro aos navios. Actualmente, é no Brazil a cidade que dispõe de melhor caes para o embarque e desembarque de mercadorias.

A capitania reverteu á corôa portugueza, por compra, a 17 de Novembro de 1791. Faz parte dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes e Paraná.

2.^a CAPITANIA DE SANTO AMARO E ITAMARACÁ—Era de 80 leguas, divididas em tres porções: 10 encravadas no primeiro lóte, desde a barra de S. Vicente até ao rio Curupacé; 40 desde a barra de Paranaguá até ás terras de Sant'Anna, hoje Laguna, ao sul de Santa Catharina, na altura de 28 $\frac{1}{2}$ graus, e 30 em Pernambuco, nas terras de Itamaracá, desde o rio Iguarassú, que cerca esta ilha, até á Bahia da Traição. A primeira parte era a *Capitania de Santo Amaro* e a segunda de *Itamaracá*. Pertenciam a Pero Lopes de Souza.

Este donatario não veiu tomar conta das terras que lhe couberam: morreu em um naufragio na ilha de Madagascar em 1539. A parte de Santo Amaro foi colonizada por Gonçalo

Affonso e a de Itamaracá por João Gonçalves, desenvolvendo-se este nucleo com bastante prosperidade.

A porção comprehendida entre Paranaguá e Laguna não foi colonizada.

A capitania de Santo Amaro reverteu, por compra, á corôa a 9 de Novembro de 1709 e a de Itamaracá em 1743. A primeira faz parte dos Estados de S. Paulo, Paraná e Santa Catharina; e a segunda dos Estados da Parahyba do Norte e Pernambuco.

3.^a PARAHYBA DO SUL OU DOS GOYTACAZES — Abrangia sómente 30 leguas, a começar do rio Macahé até aos baixos dos Pargos, perto da foz do rio Itapemirim. Foi doada a Pero de Góes da Silveira, fidalgo da côrte portugueza e irmão do venerando chronista Damião de Góes. A primeira colonia, a villa da Rainha, foi fundada em 1540 á margem do rio Parahyba, o qual deu nome á capitania.

Tendo este donatario necessidade de ir a Portugal, deixou em seu logar José Martins; em sua volta, com recursos para o estabelecimento de engenhos de assucar, encontrou a capitania em tal decadencia e tão hostilizada pelos indios Goytacazes, que resolveu abandonal-a, retirando-se ferido para o Espirito Santo e d'ahi para Portugal.

A capitania reverteu, por compra, á corôa a 10 de Junho de 1753. Faz parte do Estado do Rio de Janeiro.

4.^a ESPIRITO SANTO — Comprehendia toda a costa entre os rios Itapemirim e Mucury, 50 leguas de um a outro ponto. Foi doada a Vasco Fernandes Coutinho, em attenção

a serviços prestados em Gôa, em Malaca e na China, sob as ordens do celebrado Affonso de Albuquerque.

D'entre todos os donatarios foi este homem o que mais esforços empregou em bem da terra que tencionou colonizar.

Desejoso de felicidade fóra de seu paiz, vendeu tudo quanto possuia em Portugal; reuniu dinheiro, utensilios de lavoura e sessenta colonos, e fortalecido pela esperança de ver compensados os seus penosos sacrificios, atravessou o Atlantico no anno de 1535. Tendo chegado á bahia da Victoria em domingo de *Espirito Santo*, o fidalgo portuguez, nos arroubamentos de sua fé, tomou este nome religioso para sérvir de amparo á primeira povoação que fundou.

Em breve o distrahiram de suas preocupações assaltos dos selvagens.

Vasco Fernandes desaloja-os da grande ilha em que, commemorando o feito d'armas, funda nova povoação intitulada de Nossa Senhora da Victoria (hoje capital do Estado) e consegue pouco depois manter com elles relações de amizade.

Infelizmente os maus costumes dos colonos que trouxera promovem discordia e as hostilidades de parte a parte recrudesce com sanguinaria vehemencia.

Para prestar-lhe efficazes auxilios vem de S. Vicente Duarte de Lemos, a quem o Capitão-mór, penhorado, faz

generosamente doação da ilha de Santo Antonio, que passa a ser conhecida pelo nome de seu novo possuidor.

No acto de lavrar-se a escriptura, Duarte de Lemos havia feito a exigencia de lhe ser concedido o direito de fundar villa—proposta inaceitavel, por importar em usurpação a uma das prerogativas do donatario. A recusa de semelhante clausula tornou Lemos declarado inimigo do Capitão-mór e accelerou de modo lamentavel a decadencia da capitania.

Reduzido a miseria extrema, velho e aleijado, este verdadeiro martyr da colonização morreu em completo abandono, sendo preciso que a caridade lhe dêsse um lençol para lhe servir de mortalha.

A capitania reverteu, por compra, á corôa a 6 de Abril de 1718. Faz parte do Estado do Espirito Santo.

5.^a PORTO SEGURO—Era de 50 leguas, contadas do rio Mucury para o norte até á barra do rio Poxim, na altura de 15 $\frac{1}{2}$ graus. Coube a Pero do Campo Tourinho, rico proprietario minhoto.

Este donatario veio fundar a sua colonia no anno de 1535, não no mesmo local em que ancórara a frota de Pedro Alvares Cabral; porém quatro leguas ao sul, á margem esquerda do rio Buranhem.

Á povoação deu elle o nome de Porto Seguro. Tourinho havia reduzido a dinheiro todos os bens que possuia em Portugal e trazido para a nova terra familia, parentes e muitos colonos. Sob o impulso de sua actividade progrediu

o nucleo, estabelecendo o trafico de pau brazil, extendendo lavouras de canna, fazendo trabalhar engenhos de assucar e exportando productos agricolas.

Os indios Tupiniquins, gratos á brandura toda affectuosa com que os sabia tratar o Capitão-mór, contribuíram com os seus serviços para o florescimento da colonia. Com a morte do donatario, passou a administração a ser exercida por seu filho Fernão do Campo Tourinho. D'esta gerencia em deante começou a decahir a capitania. Morto Fernão Tourinho, a herança passou á sua irnã D. Leonor do Campo, que em 1566 vendeu o legado ao Duque de Aveiro.

Por ultimo, foi a capitania confiscada pela corôa em 1759. Pertence ao Estado da Bahia.

6.^a ILHÉOS—Era de 50 leguas, desde o limite extremo norte da capitania precedente, até á barra da Bahia de Todos os Santos, tendo como limites os rios Jequitinhonha e Jaguaribe. Foi d'ella donatario o escrivão da real fazenda Jorge de Figueiredo Corrêa.

Como a este donatario não conviesse demittir-se do cargo que exercia em Portugal, mandou como seu logar-tenente a Francisco Romero, castelhano, o qual fundou a colonia no Morro de S. Paulo ou ilha de Tinharé, e logo depois mudou-a para uma bahia cercada de quatro *ilhéos*, que deram o nome á capitania. Baldo de tino administrativo, em pouco tempo incorreu Romero em profundo descontentamento por parte dos colonos, que amotinados o prenderam e o recambiarão ao donatario. Jorge Corrêa, porém, surdo ás

queixas levantadas contra o seu preposto, commetteu a imprudencia de o reenviar, impondo-o á colonia, que absolutamente o não accitou.

Aproveitando-se d'esta discordia os Aymorés assaltaram a capitania e a destruíram.

Reverteu á corôa, por compra, no anno 1761. Faz parte do Estado da Bahia.

7.^a BAHIA DE TODOS OS SANTOS—Era de 50 leguas, extensão comprehendida entre a barra da Bahia de Todos os Santos (Santo Antonio da Barra) até á foz do rio S. Francisco (1). Teve como donatario Francisco Pereira Coutinho que havia prestado importantes serviços na India, sob as ordens de Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida e Affonso de Albuquerque.

Este donatario chegou á Bahia com uma esquadilha no anno de 1536, e effectouo desembarque em Villa Velha, local conhecido hoje por bairro da Graça. Ahi vivia o portuguez Diogo Alvares, o *Caramurú*, com muitos filhos que havia tido de varias cabôclas e da famosa Paraguassú, com quem veiu a casar.

Gosava este patriarcha legitima influencia entre os Tupinambás, que o respeitavam como um chefe prestigioso pela intelligencia e pela circumspecção com que os dirigia e civilizava.

(1) O rio S. Francisco era denominado pelos indigenas *Paranapetinga*, de *parand*, rio quasi mar; *pé*, caminho; *tinga*, branco: *caminho de rio branco*.

Inspirado pelo amor da patria, Diogo Alvares determinou a seus indios inteira obediencia ás ordens emanadas do recém-chegado.

Para facilitar a cultura da terra, Francisco Pereira fez a muitos colonos doações de sesmarias pelo Recôncavo. A João Velloso deu as terras do Pirajá, onde este portuguez construiu um engenho para fabricação de assucar.

Esta dispersão dos novos habitantes trouxe a desvantagem de enfraquecer a auctoridade do donatario, que se viu em breve quasi destituído de elementos de defeza contra ataques dos indios que começavam a mostrar-se descontentes com os hospedes.

Duas eram as razões principaes que tinham os selvagens para revoltar-se contra os invasores de seu territorio: primeira, o serem forçados a trabalhar, quando se achavam acostumados a uma vida de pura ociosidade, caçando, pescando e alimentando-se de fructos silvestres; segunda, o verem as mulheres da tribu attrahidas pelo *emboabas* ⁽¹⁾, nome pelo qual designavam os europeus.

O segundo facto, acceitavel como o rapto das Sabinas, era uma necessidade indeclinavel sentida pelos colonos, desejosos de constituir familias cujos laços os prenderiam mais fortemente ao sólo.

De tempos a tempos era a Villa Velha do Pereira

(1) *Emboaba*, de *embo*, extranho, e *ába*, cabello: *homens de cabellos diferentes*.

assaltada pelos Tupinambás, conseguindo, porém, o donatario rechassal-os, com o auxilio do Caramurú e seus indios.

No anno de 1545 os selvagens, em numero superior aos colonos, obtiveram victoria completa e apossaram-se da povoação. Coagido pelo inimigo, que lhe matou um filho, o Capitão-mór teve de retirar-se para o Pontal da Barra ou de Santo Antonio, conhecido n'aquelle tempo como *Ponta do Padrão*, em memoria do marco plantado pela primeira expedição exploradora. Passava Francisco Pereira vida de desgostos e privações, quasi sem viveres e sem recursos, quando fundeu no porto um caravela, como vinda de Portugal, e d'ella desembarcou um padre, de nome Bezerra, que mezes antes havia fugido da Villa e era agora portador de uma falsa carta regia, na qual se ordenava a prisão do velho donatario.

Á vista do documento apócrifho, as auctoridade subalternas, maucommunadas com o padre, prenderam arbitrariamente o Capitão-mór e o forçaram a embarcar com Diogo Alvares para Porto Seguro, onde conservou-se por mais de um anno.

Outros habitantes emigraram para Ilhéos. Na ausencia de Pereira, veiu á Bahia uma nau franceza, cujo capitão fez grande amizade com os Tupinambás e effectuou carregamento de pau brazil, promettendo voltar com quatro ou cinco naus armadas e muita gente, a fim de povoar a terra, melhorando as fazendas e os eugenhos.

Logo que teve noticia d'esta pirataria e promessa de

invasão, Pero do Campo Tourinho, donatario de Porto Seguro, expediu a Portugal Manoel Ribeiro, como portador de importante carta ao Rei.

« SENHOR — A Bahia, capitania de Francisco Pereira Coutinho, se despovoou em razão do gentio d'ella lhe dar guerra, haverá um anno; e elle se veiu aqui, onde ora está, sem nunca pôr nenhuma diligencia ácerca de a povoar; e ora sou informado por um Diogo Alvares, o gallego, lingua que lá cra morador (e que d'aqui foi em um caravelão á Bahia) que fôra d'ahi uma nau de França havia dois ou tres dias, cujos homens fizeram amizade com os Brazis de tornarem ahi com quatro ou cinco naus armadas e muita gente, a povoar a terra, por causa do brazil e algodões que n'ella ha, e reedificarem as fazendas e os engenhos que eram feitos. E por o tal não ser serviço de Deus nem proveito de Vossa Alteza, antes destruição de todo Brazil, eu mandei ao dito Francisco Pereira, da parte de Vossa Alteza, logo se embarcar para esse reino e fazel-o saber a Vossa Alteza, e por não ir, o faço saber a Vossa Alteza, e lhe maudo um instrumento d'isso, para com brevidade prover como fôr seu serviço.

« Para a guarda e conservação do Brazil e de todas estas costas fiz já Manoel Ribeiro, portador, Capitão do Mar, por ser pessoa apta e para o tal, habil, e para o serviço e cousas que cumprem a Vossa Alteza, muito diligente.

« Beijarei as mãos de Vossa Alteza por ser cousa que tanto cumpre a seu serviço provel-o de artilheria, polvora, de

munição de guerra, que para tal serviço é muito necessário; porque ainda agora ao presente se mostra tão pobre que não podemos fazer nada sem ter favor nem ajuda sua; e tanto que os engenhos se acabarem de construir, espero em Deus aqui um novo reino, e muita renda em breve tempo. As mais novas d'esta terra por o portador será Vossa Alteza na verdade informado, por ser para isso.

«D'este Porto Seguro, onde fico beijando suas reaes mãos. Hoje, 28 dias de Julho de 1546.—*Pero do Campo Tourinho.*»

Apaziguados os Tupinambás, começaram índios e colonos a sentir falta de mercadorias européas. Prevalecendo-se d'esta occorrença, Diogo Alvares veio de Porto Seguro aconselhal-os a que permittissem o regresso do Capitão-mór á Villa Velha, sem o que não seria restabelecido o commercio.

Apezar de confiar pouco nas promessas de amizade e obediencia que lhe eram feitas, não quiz o venerando Francisco Pereira dar mostra de fraqueza: com os colonos que se lhe conservaram fieis e com toda a familia de Diogo Alvares partiu de Porto Seguro no anno de 1547 e dirigiu-se á sua povoação.

Foi-lhe a sorte mais do que nunca adversa, pois chegando as suas duas embarcações á barra da Bahia, assaltou-as um temporal violento, que arremessou o navio do Capitão-mór sobre os baixios e recifes chamados Piraúnas (*peixes pretos*), situados na costa do Mar Grande, na ilha de Itaparica. Escapou do naufragio, não o foi da sanha cannibalesca dos

indios que povoavam a ilha e que desapiedadamente o mataram e devoraram, bem como a todos os companheiros de infortunio.

A outra embarcação, que conduzia o Caramurú, conseguiu salvar-se e recolher-se ao porto de seu destino.

Logo que a Portugal chegou a noticia do desastroso fim de Francisco Pereira, resolveu a corôa comprar a capitania da Bahia — transacção que realisou, em 1548, pela importancia annual de 400\$000, paga pela redizima da capitania ao filho do donatario, Manoel Pereira Coutinho, e a seus descendentes.

Convencido dos muitos inconvenientes que as capitancias hereditarias apresentavam, D. João III adoptou o alvitre de fazer com que a propria metropole chamasse a si todos os serviços da colonização e fundasse no ponto central do littoral do Brazil um governo forte, em torno do qual os direitos dos colonos se sentissem menos opprimidos.

7.^a PERNAMBUCO (1) — Este lote, que ia desde o rio S. Francisco até ao rio Iguarassú, abrangendo 60 leguas, teve como donatario Duarte Coelho Pereira, personagem que havia representado saliente papel nas Indias, como descobridor e explorador da Cochinchina e embaixador junto aos reinos de Sião e da China.

Trouxe de Portugal mulher e filhos e colonos d'entre o Douro e Minho, da Galliza e das ilhas Canarias, estes prin-

(1) Pernambuco, de *pará*, mar; *nã*, semelhante; *puç*, voz onomatopaica de rebentar: rio semelhante a mar com arrebenção.

principalmente por causa do fabrico do assucar. Em 1535 fundou o seu estabelecimento a uma legua do porto do Recife, em um elevado outeiro, do qual se descortina um bello panorama.

A povoação, chamada *Mairy* (1) pelos indigenas, denominou-se *Olinda*.

No principio de sua administração Duarte Pereira teve de lutar contra os ferozes Cahetés, auxiliados por francezes que se haviam introduzido na capitania. Para debellal-os, o valente e habil donatario soube, por meio de presentes, alliar á sua causa os aguerridos Tabajáras (*senhores das tabas*) e com este elemento de força conseguiu derrotar os seus contrarios.

Prestaram-se ainda os indios amigos a trabalhar nas fortificações da villa, contribuindo com os seus esforços para o prestigio da auctoridade.

Duarte Coelho desempenhou-se de modo admiravel em sua administração, que attraheu para o nucleo colonos de outras capitancias. Deu incremento á cultura do algodão, da canna de assucar e de cereaes, e sob a sua criteriosa e justa administração a colonia attingiu ao maior grau de prosperidade que era possivel n'aquelle tempo.

No interesse de fazer de seus administrados um todo compacto, ligado pela mesma harmonia de vistas, promoveu casamentos entre portuguezes e selvagens, medida de alto alcance pela excellencia dos resultados praticos.

(1) *Mairy*, cidade, de que se fórma *mairy-oára*, habitante de cidade.

Em bem da moralidade da colonia reclamou insistentemente a D. João III que lhe não mandasse mais degradados, e a respeito d'elles externou desfavoravel juizo em carta datada de 20 de Dezembro de 1546, de que extrahimos estes tópicos:

«Já por tres vias tenho escripto e d'isso dado conta a Vossa Alteza ácerca dos degradados, e isto, Senhor, sempre digo, por mim e minha terra, por bem e augmento d'esta noiva capitania, quão pouco serviço de Deus e de Vossa Alteza é mandar taes degradados, como de dez annos para cá me mandam, porque certifico a Vossa Alteza e lhe juro pela hora da morte, que nenhum fructo nem bem fazem na terra, mas muito mal e damno... não são para nenhum trabalho... não podem deixar de usar as suas manhas, reinões sempre em fugir e em sahirem. Creia Vossa Alteza que são peiores cá na terra que peste; pelo que, peço a Vossa Alteza que pelo amor de Deus tal peçonha me não mande...»

Este illustre portuguez falleceu no anno de 1554.

Jeronymo de Albuquerque, irmão da viuva, passou a dirigir a capitania em substituição do filho do donatario que estudava em Coimbra.

A capitania foi governada pelos descendentes de Duarte Coelho até 1630, anno em que se deu a invasão hollandeza.

Foi Mathias de Albuquerque o ultimo governador, substituindo ao capitão donatario Duarte Coelho de Albuquerque, Marquez de Bastos.

Reverteu a capitania á corôa, por abandono do donatario,

em 1654, e por final desistencia em 1716. Faz parte dos Estados de Pernambuco e Alagôas.

9.^a, 10.^a E 11.^a MARANHÃO—Foram doadas ao celebre chronista João de Barros 100 leguas, contadas da bahia da Traição até ao rio Jaguaribe e mais 50, desde a Abra de Diogo Leite (foz do rio Gurupy) até á ponta do cabo dos Mangues Verdes, mais vulgarmente conhecido por cabo de Todos os Santos; e a Fernão Alvares de Andrade, thesou-reiro-mór do Reino, 75 leguas, desde o cabo de Todos os Santos até ao rio Camocy.

Coíno não pudessem sahir de Portugal, associaram-se os donatarios a Ayres da Cunha que, em companhia de dois filhos de João de Barros, de um delegado de Fernão Alvares, e trazendo comsigo mil colonos e 150 cavalleiros, veio tomar conta das capitancias: esta expedição naufragou ao chegar ao Maranhão.

Reverteram as capitancias á corôa em 1570.

12.^a CEARÁ (1)—Abrangia 40 leguas, entre os rios Mundahú e Jaguaribe e foi doada a Antonio Cardoso de Barros, o

(1) Foi esta a menor das capitancias.

Como as leguas de limites eram medidas pela costa, resultou, em virtude da configuração do paiz, serem uns donatarios muito mais aquinhoados do que outros. O visconde de Porto Seguro deu-se ao trabalho de calcular a extensão do que a cada um coube e chegou a estas approximações:

A Duarte Coelho, 12.000 leguas quadradas; a Pero Lopes de Souza, 7.500; a Francisco Pereira Coutinho, 7.000; a Jorge de Figueiredo Corrêa, 7.000; a Pero do Campo Tourinho, 6.500; a João de Barros, 6.500; a Vasco Fernandes Coutinho, 5.500; a Martim Affonso de Souza, 2.500; a Pero de Góes da Silveira, 2.000; a Antonio Cardoso de Barros, apenas 600 leguas quadradas.

qual não tomou conta da capitania e veiu com o primeiro Governador Geral Thomé de Souza exercer o cargo de provedor-mór da Fazenda. Cardoso de Barros foi companheiro de naufragio do primeiro Bispo do Brazil, D. Pero Fernandes Sardinha, em 1556, na nau *Nossa Senhora da Ajuda*, e, como aquelle prelado, morto e devorado pelos indios Cahetés.

O foral concedido pelo Rei aos Capitães-móres era um contracto em que estes se constituíam tributarios perpetuos da corôa portugueza, sujeitos a obrigações, mas fartamente remunerados de vantagens.

Portugal reservava para si o monopolio do pau brazil, o quinto dos metaes e pedras preciosas, o monopolio das drogas e das especiarias, o dizimo do peixe não pescado á canna, a cunhagem da moeda e os dizimos territoriaes.

Todos os outros rendimentos da colonia cabiam aos donatarios: monopolio das barcas de passagem, das moendas e outros engenhos, o dizimo do quinto dos metaes e pedras preciosas, a vintena sobre o pescado e impostos sobre industrias e profissões.

Á semelhança do que se praticou com a fundação de Roma, as capitancias constituíam-se couto e homisio dos criminosos que n'ellas quizessem refugiar-se e estabelecer-se. Ninguem ahi sentia-se perseguido ou responsabilizado por delictos que anteriormente houvesse commettido.

Aos donatarios era permittido escravizar indios, não só

para o serviço da lavoura como das embarcações, podendo até vendel-os para Portugal com isenção do imposto de ciza, e onerados apenas com o pagamento do dizimo.

Disponham de alçada para comminação da pena de morte aos plebeus, escravos e selvagens, e da de degredo e multa a pessoas consideradas.

É occasião de proceder-se a rapido inventario sobre o que foi a colonização no Brazil durante o periodo de tres seculos.

Assignala-se em primeiro logar o grande erro commettido por D. João III em dividir esta vastissima região em tão limitado numero de lotes, que neutralizavam a força de cohesão, necessaria para tornar o paiz um todo homogeeo.

Com o decorrer do tempo, constituiu-se motivo de justas queixas dos colonos o facto de virem do Reino todos os funcionarios publicos, com preterição de brasileiros idoneos e aptos para o desempenho dos diversos empregos.

Em uma de suas cartas dizia o eminente padre Antonio Vieira (1) que nas capitánias do Pará e do Maranhão havia

(1) O padre Antonio Vieira nasceu em Lisboa a 6 de Fevereiro de 1608 e falleceu na Bahia a 18 de Julho de 1697. Veiu para a capital bahiana em companhia de seu pae, Christovão Vieira Ravasco, em 1615. Em Maio de 1623, abandonou a casa paterna e foi apresentar-se ao collegio dos padres jesuitas para seguir a carreira ecclesiastica. Depois de um noviciado de dois annos professou a 6 de Maio de 1625. Após a profissão, fez voto de empregar todos os seus esforços em chamar os indios ao christianismo, e, para desempenho d'esta tarefa, estudou a lingua tupy.

Aos 18 annos foi nomeado lente de rhetorica de Olinda e aos 21 começou a cursar philosophia.

Foi ordenado presbytero em Dezembro de 1635 e d'esse anno até 1640 exerceu na Bahia o ministerio do pulpito, sendo extraordinariamente concorridas as festas em que prégava.

muitos brasileiros mais geitosos para o governo do que os homens que vinham de Portugal e que eram em geral gananciosos, ávidos de enriquecer em pouco tempo. Possuidos de zelo pharisaico na arrecadação das rendas da real fazenda,

Por motivo da restauração de Portugal, foi a este reino levar congratulações, em companhia de D. Fernando de Mascarenhas, filho do Governador Geral D. Jorge de Mascarenhas, e ahí, por seus altos merecimentos, conquistou a patente de prégador da real casa em 1644.

Nos annos de 1646 e 1647 foi mandado em missão diplomatica a Pariz e a Haya e em 1650 a Roma, onde fez admirar a sua eloquencia, prégando em lingua italiana, por obediencia ao geral da ordem.

Em consequencia de um escripto seu, *Esperança de Portugal, Quinto Imperio do Mundo*, viu-se perseguido e preso pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa no anno de 1665.

Em Roma, foi convidado pela Rainha Christina, da Suecia, para seu prégador e confessor; Vieira, porém, declinou da honra, allegando avançada idade.

Como contraste a tantas distincções conquistadas no estrangeiro, fizeram-n'o alvo de uma affronta em Coimbra no anno de 1682: queimaram-n'o em estatua. D'esta ingratição queixou-se o grande homem — que era por igual um homem grande — na carta que sobre o assumpto dirigiu ao Marquez de Gouvêa:

« Não merecia Antonio Vieira aos portuguezes, depois de ter padecido tanto por amor da sua patria, e arriscado tantas vezes a vida por ella, que lhe antecipassem as cinzas, e lhe fizessem tão honradas exequias. »

Cartas selectas do Padre Antonio Vieira, ordenadas e correctas por J. I. Roquette (Pariz, 1856) pag. 173.

Por occasião do bi-centenario de sua morte, a Bahia consagrou-lhe levantada homenagem, por meio de grande festa civica, á frente da qual collocou-se o *Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Na fachada da igreja cathedral, antiga igreja do collegio dos jesuitas, embutiu-se um marmore com a seguinte inscripção:

Á memoria do Padre Antonio Vieira. Nascido em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1608. Fallecido n'este collegio em 18 de Julho de 1697. No segundo centenario de sua morte, mandou collocar aqui esta lapida o Instituto Geographico e Historico da Bahia, em 18 de Julho de 1897.

Para tornar duradoura esta merecida glorificação, publicou-se um livro de 258 paginas, contendo o retrato do prégador, conferencias, discursos, poesias, noticia biographica, juizos criticos, etc., intitulado *Homenagem do Instituto Geographico e Historico da Bahia ao grande e famoso orador Padre Antonio Vieira, no bi-centenario de sua morte*, organizada pelo 1.º secretario conselheiro João Nepomuceno Torres (Bahia, 1897).

interpretavam os regulamentos a seu modo, vexando de impostos os contribuintes.

«Tudo nas colonias dependia da metropole, diz Pereira da Silva (1). Para poder advogar carecia o pretendente que lhe viessem do Reino as licenças e provisões. Para regressar aos dominios europeus de Portugal, precisava o subdito de mandar buscar a Lisboa um passaporte. Para conseguir uma isenção de recrutamento, uma baixa no exercito, ainda nas condições legais, nenhuma auctoridade na capitania a podia conceder. Regulamentos sobre todos os objectos, por minimos que fossem e de industria particular, partiam da metropole para vigorarem nas colonias. Não se abandonavam á liberdade individual e nem ao menos á direcção dos agentes administrativos das capitanias, as marcas e qualidades de madeiras para a construcção das caixas de assucar, os adornos, vestimentas e enfeites das damas, a manufactura e uso de

(1) *Historia da fundação do imperio brasileiro*, tomo I, pag. 170.

O conselheiro João Manoel Pereira da Silva nasceu na villa de Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, a 20 de Agosto de 1819 e falleceu em Pariz a 14 de Junho de 1898.

Foi um dos homens mais notaveis que têm honrado a nossa patria, a cuja historia dedicou grande parte de sua existencia.

Publicando varias obras em francez e collaborando para a *Revue des deux Mondes*, Pereira da Silva foi o litterato que mais contribuiu para que se tornassem vantajosamente conhecidos na Europa o nosso paiz e os nossos vultos litterarios.

A morte o encontrou, aos 79 annos de idade, entregue, como nos verdes annos, a estudos e investigações historicas, a accumular preciosos trabalhos, constituindo assim o grande pedestal sobre o qual seu venerando busto se eleva hoje, serenamente voltado para a posteridade e circundado pela gloria que lhe immortaliza o nome.

fogos de artifício e outras varias minuciosidades que seria longo enumerar, e que todas estavam sujeitas ás ordens e á mania de regulamentar, de que se impregnára o governo cauteloso da metropole.»

O dr. Augusto Fausto de Souza, em seu *Estudo sobre a divisão territorial do Brazil*, expõe do seguinte modo as relações em que se achavam colonia e Portugal:

« É forçoso confessar que a metropole nunca revelou grande interesse pelo aperfeiçoamento das instituições de sua colonia e pela felicidade de seus habitantes. Sempre que se manifestava um indício de progresso que pudesse, mesmo de longe, prejudicar algum interesse da metropole, não se fazia esperar algum decreto ou alvará suffocando, logo no principio, a audaciosa tentativa.

« Para aquelles que nos averbarem de injustos, sirvam de testemunho ao que avançamos: a calculada ignorancia em que se procurava manter a população; o systema de colonização, primeiro com degredados, depois com escravos da costa d’Africa; as difficuldades que tinha a superar um filho da colonia que queria subir por seus talentos e só conseguia alguma cousa si alcançava a protecção de um grande da côrte; a prohibição de typographias no Brazil; a lei ordenando que fosse reenviado para Portugal todo o vassallo portuguez que possuísse mais de uma fortuna mediana; a carta régia de 19 de Junho de 1761 fazendo extinguir a raça muar; bem como outras impedindo a prosperidade dos districtos auríferos, prohibindo a navegação dos rios e a abertura

de estradas e mandando destruir cannaviaes e engenhos nas proximidades d'esses districtos; a lei de 30 de Julho de 1766 expellindo os ourives, lapidarios e lavrantes, como inimigos dos direitos reaes (1); o alvará de 5 de Janeiro de 1785 fazendo extinguir as fabricas e manufacturas de ouro, prata, seda, linho e algodão (excepto para roupa de escravos), *visto haver em Portugal eguaes estabelecimentos aos quaes prejudicavam*; e mil outras medidas oppressoras e vexatorias.»

Para demonstrar a humilhação em que viviam os brasileiros sob o governo que lhes era imposto, Fausto de Souza

(1) A carta régia de 30 de Julho de 1766 expedida ao governador de Pernambuco publicava as seguintes determinações:

1.a — Que fossem presos e sentassem praça nos regimentos pagos da capitania todos os officiaes e aprendizes do officio de ouro ou prata, solteiros ou pardos forros;

2.a — Que fossem fechadas todas as lojas do referido officio, demolindo-se as forjas e sequestrando-se os respectivos instrumentos e utensilios, que seriam pagos por seu justo valor;

3.a — Que os mestres das mesmas officinas assignassem termo de nunca mais exercitarem o seu officio, sem licença do governo, sob as penas fulminadas contra os falsificadores de moeda;

4.a — Que os aprendizes e artifices escravos fossem logo entregues a seus senhores, os quaes por elles se obrigariam por igual termo, sob pena de perderem os ditos escravos e de degredo para Angola;

5.a — Que as referidas penas fossem applicadas a todos aquelles em cujas casas se encontrassem, d'aquella data em diante, fundições ou instrumentos do dito officio;

6.a — Que os mestres peritos do mesmo officio pudessem, querendo, transportar-se para o Reino, a fim de o exercitarem livremente, si não preferissem empregar-se nas casas da moeda da Bahia, Rio de Janeiro, Minas e outras capitánias;

7.a — Que nas alfandegas se não desse despacho a instrumento algum do dito officio, sob pena de os respectivos empregados perderem seus logares;

8.a — Finalmente, que n'esta materia se admittissem denuncias em segredo, e se desse aos denunciantes metade do valor dos objectos apprehendidos.

transcreve, como juizo insuspeito, os seguintes tópicos extrahidos de um documento official, o *Manifesto de D. Pedro, regente do Brazil, aos governos e nações amigas*, datado de 6 de Agosto de 1822:

«Quando, por um acaso, se apresentára, pela primeira vez, esta rica e vasta região brazílica aos olhos do venturoso Cabral, logo a avareza e o proselytismo religioso, moveis dos descobrimentos e colonias modernas, se apoderaram d'ella por meio da conquista, e leis de sangue, dictadas por paixões e sordidos interesses, firmaram a tyrannia portugueza.

«O indigena bravio e o colono europeu foram obrigados a trilhar a mesma estrada da miseria e escravidão.

«Si cavavam o seio de seus montes para d'elles extrahirem o ouro, leis absurdas e o *quinto* vieram logo esmorecel-os em seus trabalhos, apenas encetados; e ao mesmo tempo que o Estado portuguez, com sofrega ambição, devorava os thesouros que a benigna natureza lhes offertava, fazia vergar as desgraçadas minas sob o peso do mais odioso tributo, a *capitação*.

«Queriam que os brazileiros pagassem até o ar que respiravam, e a terra que pisavam.

«Si a industria de alguns homens mais activos tentava dar nova fórma aos productos do seu sólo, para com elles cobrir a nudez de seus filhos, leis tyrannicas o empeciam e castigavam estas nobres tentativas.

«Sempre quizeram os europeus conservar este rico paiz na mais dura e triste dependencia da metropole, porque

julgavam ser-lhes necessario estancar, ou pelo menos empobrecer, a fonte perenne de suas riquezas.»

Em defesa da metropole devemos dizer que o governo lusitano, assoberbado com as despezas exigidas pela colonização da Africa e da India, não dispunha de outro meio de povoar este paiz senão retalhando-o em porções e concedendo-as a Capitães-móres investidos de regalias compensadoras dos gravissimos perigos e riscos da empresa.

Nas difficuldades por que atravessava, parece-nos que não podia Portugal colonizar o Brazil por outro modo.

Só assim se explica o facto de serem conferidas aos donatarios prerogativas de verdadeiros senhores feudaes, quando a pavorosa noite do feudalismo já tinha deixado de pesar sobre os destinos da Europa.

As capitánias, em ultima analyse, significavam regresso para a Edade-Media: não podiam subsistir.

A administração por meio de governadores geraes devia vir melhorar as condições que acabrunhavam os colonos no Brazil.

Urgia que a civilização se fosse desopprimindo de entraves, para em marcha evolutiva attingir, embora morosamente, á posse de seu ideal.



CAPITULO VII

GOVERNO GERAL DO BRAZIL. THOMÉ DE SOUZA. FUNDAÇÃO
DA CIDADE DO SALVADOR DA BAHIA.
DIOGO ALVARES, O «CARAMURÚ» — 1549-1553

A DEMASIADA alçada, os grandes poderes e jurisdição, tanto no civil como no crime, de que se achavam investidos os donatarios — prerogativas de que usavam e abusavam a seu talante, empregando, ás mais das vezes, rigor verdadeiramente despotico; a necessidade de garantir a nova terra contra depredações de estrangeiros que clandestinamente aqui vinham praticar o escambo de mercadorias europeas por algodão, pau brazil, pelles de animaes, pondo em risco os direitos dos portuguezes — taes as causas que obrigaram D. João III a mudar a fórmula de governo do Brazil, não só em beneficio dos colonos, como, principalmente, em proveito da corôa.

A carta régia de 7 de Janeiro de 1549, creando o Governo Geral do Brazil, retirou, avisadamente, todos os privilegios outorgados aos Capitães-móres em suas cartas de doação e

subordinou a auctoridade d'elles ao poder central com séde na Bahia.

Para desempenhar o cargo de Governador Geral foi nomeado Thomé de Souza, mordomo-mór d'El-Rei, commendador de Rates e da Arruda, na ordem de Christo, varão pertencente a uma das primeiras casas do Reino e já recommendado por importantes serviços prestados n'Africa e n'Asia.

Embarcou Thomé de Souza em Lisbôa a 1.º de Fevereiro de 1549, compondo-se a expedição de tres naus, dois bergantins e uma caravela, em que vieram 300 soldados e marinheiros, 400 degredados e 300 colonos.

Com o Governador Geral veiu nomeado o desembargador Pero Borges como Ouvidor Geral, com alçada no civil até 60\$00 e no crime até a morte natural inclusive, para plebeus e gentio, subordinada esta pena á sancção do Governador Geral; em caso de desaccordo, deveria ser o preso remetido com os autos para o Corregedor em Portugal; aos fidalgos o Ouvidor só podia comminar pena de degredo até cinco annos.

O donatario do Ceará, Antonio Cardoso de Barros, que não tinha podido colonizar a sua capitania, veiu investido do cargo de Provedor-mór de Fazenda, chefe das alfandegas e thesourarias (*casas dos contos*).

O donatario da mallograda capitania da Parahyba do Sul, Pero de Góes da Silveira, como Capitão-mór da costa, incumbido da fiscalisação de todo o littoral.

O padre Manoel Lourenço, como vigario da egreja matriz.

Francisco Mendes da Costa, como escrivão do Provedor-mór.

Thomé de Souza chegou á Bahia a 29 de Março de 1549, aportando á Villa Velha do Pereira, onde com sua numerosa prole residia Diogo Alvares, o *Caramurú*.

A este colono dirigira o Rei carta de recommendação em favor do Governador Geral, sendo portador da real missiva o capitão Gramatão Telles, que commandando duas caravelas havia chegado á Bahia em fins de Dezembro de 1548.

O documento, summamente honroso para o Caramurú, foi concebido n'estes termos:

Diogo Alvares. Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Eu ora mando Thomé de Souza, fidalgo de minha casa, a essa Bahia de Todos os Santos por Capitão governador d'ella, e para na dita Capitania e mais outras d'esse estado do Brazil prover de justiça d'ella e do mais que ao meu serviço cumprir, e mando que na dita Bahia faça uma povoação e assento grande e outras cousas de meu serviço. E porque sou informado pela muita pratica que tendes d'essas terras e da gente e costumes d'ellas o sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que tanto que o dito Thomé de Souza lá chegar, vos vades para elle e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e vos encarregar, porque fareis n'isso muito serviço. E porque o comprimento e tempo de sua chegada ache abastada de mantimentos da terra para provimento da gente, que com elle vai, escrevo sobre isso a Paulo Dias, vosso genro, procure se haverem, e os vá buscar pelos portos d'essa

capitania de Jorge de Figueiredo. Sendo necessaria vossa companhia e ajuda, encommendo-vos que ajudeis no que virdes que cumpre, como creio que o fareis. Bartholomeu Fernandes a fez em Lisbôa a 19 de Novembro de 1548. — REI.

Subscripto. — POR EL REI. *A Diogo Alvares*, cavalleiro de sua casa, na Bahia de Todos os Santos.

Para a conversão do gentio á religião catholica vieram com o Governador seis jesuitas: padres Manoel da Nobrega, superior, João de Aspilcueta Navarro, Antonio Pires, Leonardo Nunes e os irmãos leigos Diogo Jacome e Vicente Rodrigues.

Foram estes os primeiros jesuitas que pisaram terras do Novo Mundo.

Gramatão Telles e o Caramurú com os seus indios receberam com visiveis signaes de satisfação o Governador Geral e toda a sua numerosa comitiva.

Thomé de Souza foi alojado na propria casa de Diogo Alvares; o Ouvidor e o Provedor nas casas dos dois genros de Diogo — Paulo Dias e Affonso Rodrigues, e os jesuitas em casas contiguas á pequena igreja de N. S. da Victoria.

N'esse templo o padre Manoel da Nobrega disse a sua primeira missa no Brazil a 31 de Março da 1549.

Reconhecendo Thomé de Souza que o porto da Villa Velha não offercia ancoragem conveniente aos navios, por ser muito desabrigado, mandou passar a frota para o excelente ancoradouro situado ao lado norte da cidade, e transferiu-se com toda a sua gente para o alto da collina: ahi

lançou os fundamentos da nova povoação, destinada a ser a capital da America portugueza, e com a denominação de cidade do *Salvador do Mundo*, e não cidade de *São Salvador*, como erradamente se tem escripto.

A cidade do Salvador foi solemnemente installada a 30 de Maio de 1549 (1). Seu escudo de armas é representado por

(1) Está hoje averiguado que a cidade do Salvador foi inaugurada a 30 de Maio, e não a 6 de Agosto, como diz Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva nas *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, segunda edição (Bahia, 1892), tomo I, pag. 128, nem a 1.º de Novembro, como mencionam frei Antonio de Santa Maria Jaboatão no *Novo orbe serafico brazilico ou Chronica dos frades menores da provincia do Brazil*, parte segunda, vol. I (Rio de Janeiro, 1859), pag. 21, e o dr. Francisco Vicente Vianna na *Memoria sobre o Estado da Bahia* (Bahia, 1893), pag. 574.

Não se inaugurou em Novembro, porque o padre Manoel da Nobrega já se referia á cidade na carta que a 9 de Agosto de 1549 dirigiu ao padre-mestre Simão Rodrigues de Azevedo, provincial dos jesuitas em Portugal: «Trabalhei por escolher um bom logar para o nosso collegio... não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa muito ingreme e com muita sujeição da cidade... Sómente me põe um inconveniente o governador, não ficar dentro da cidade.»

Não se inaugurou em Agosto, porque em Junho houve na cidade duas notaveis procissões, segundo conta o referido Nobrega: «Fizemos procissão com grande musica, a que respondiam as trombetas... Outra procissão se fez em dia de *Corpus Christi*, mui solemne, em que jogou toda a artilharia que estava na cerca, as ruas muito enramadas, houve danças e invenções á maneira de Portugal...» Alfredo do Valle Cabral, em suas annotações ás cartas do padre Manoel da Nobrega (*Materiaes e Achegas*, Rio de Janeiro, 1886), diz que a festa de *Corpus Christi* cahiu n'esse anno a 13 de Junho, e Hypolito Cassiano de Miranda, annotador das *Memorias historicas e politicas* de Ignacio Accioli, dá a festividade realizada a 20 do referido mez, quando a cidade apresentava as ruas festivamente ornamentadas, para a procissão solemne.

Sobre os dois chronistas acima citados damos as seguintes informações:

Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva nasceu em Coimbra no anno de 1808 e falleceu no Rio de Janeiro a 1.º de Agosto de 1865. Sua principal obra, *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, em 6 volumes, foi publicada na Bahia, no decorrer dos annos de 1835 a 1852.

uma pomba branca, sobre campo azul, com tres folhas de oliveira no bico e cingida por uma fita em que se lê em lettras de ouro: *Sic illa ad arcam reversa est* (1).

A edificação da cidade teve principio no alto da montanha, entre o Terreiro de Jesus, hoje praça 15 de Novembro, e o largo do Theatro, hoje praça Castro Alves, e comprehendeu o Carmo e o Desterro, construindo-se grande numero de casas de palha, dentro de uma cerca de pau a pique, a qual, para melhor defeza contra ataques dos indios, foi pouco depois substituida por uma muralha de taipa grossa, fortificada por dois baluartes ao longo do mar e quatro do lado de terra, todos providos de grandes peças de artilheria.

Com auxilio dos selvagens foram levantados edificios importantes: casa do Governador, casa da Camara, alfandega, thesouraria, collegio dos jesuitas. O padre Manoel da Nobrega, á frente de seus companheiros de missão—a um tempo pedreiros, carpinteiros e architectos—construiu a

O primeiro volume teve segunda edição, precedida de noticia biographica sobre o auctor e accrescentada com diversas notas, por Hypolito Cassiano de Miranda (Bahia, 1892).

Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão nasceu na freguezia de Santo Amaro de Jaboatão, Estado de Pernambuco, no anno de 1695 e falleceu em 1764.

Sua obra sobre frades appareceu pela primeira vez impressa em Lisbôa, no anno de 1761. O *Instituto Historico e Geographico do Brazil* publicou as obras completas de frei Jaboatão (Rio de Janeiro, 1858 a 1862) em 5 volumes, contendo annotações pelo conego dr. J. C. Fernandes Pinheiro.

Os manuscriptos d'este chronista achavam-se guardados no archivo da provincia de Santo Antonio do Brazil, no convento de S. Francisco da cidade da Bahia.

(1) Assim voltou (a pomba) para a arca.

capella de Nossa Senhora da Ajuda, primeira egreja que serviu de matriz até edificar-se a Sé.

Para incutir o culto da Virgem aos navegantes, Thomé de Souza mandou levantar á beira-mar uma pequena ermida, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Praia, ermida substituida depois pela formosa egreja que ali se vê.

Em bem do desenvolvimento da cidade mandou o Rei de Portugal no anno de 1550 uma nova armada á Bahia a secundar os esforços de Thomé de Souza. Por essa occasião veio o bispo D. Pero Fernandes Sardinha acompanhado de muitos padres e trazendo consigo alfaias de egreja e sinos destinados á propagação da fé christã. Em 1551 ainda outra frota ancorou na Bahia, conduzindo portuguezes casados, alguns sentenciados, e muitas moças sahidas do mosteiro das orphãs de Lisbôa e destinadas a casar com os principaes homens da colonia. Tambem numerosos escravos foram traficados nas costas de Guiné para vir prestar o auxilio de seu braço nas edificações da cidade e nos trabalhos dos engenhos de assucar que se foram estabelecendo no interior.

Para manutenção da colonia que rapidamente se desenvolvia, o Governador comprava gado nas ilhas de Cabo Verde, dando como dinheiro carregamentos de pau brazil.

Eram amigaveis as relações que os portuguezes mantinham com o gentio, obediente ao mando de Diogo Alvares e de seu genro Paulo Dias. Succedia, porém, que quando os colonos se internavam, no interesse de conhecer melhor o paiz, eram devorados pelos Tupiuambás, que assim se vingam-

vam da usurpação que os estrangeiros vinham fazer em suas terras.

Para completo escarmento dos selvagens, Thomé de Souza mandou agarrar dois dos criminosos e amarral-os á bocca de uma peça de artilheria, que os despedaçou horrorosamente.

Mais do que o terror, conseguiu a catechese, promovida pelos padres da Companhia de Jesus, muitos dos quaes aprenderam a fundo a lingua tupy-guarany, a ponto de fazerem uso d'essa lingua nas prégações evangelizadoras. Servindo-se da musica, de procissões apparatusas e de cerimoniaes proprias para impressionar, os jesuitas supplantaram a influencia que outr'ora exerciam os pagés e de tal fórma dominaram o espirito naturalmente supersticioso dos selvicolas, que formaram aldeamentos, de que se constituiram legitimos chefes.

Por bulla de 25 de Fevereiro de 1551 foi creado o bispado do Brazil, suffraganeo do arcebispado de Lisbôa.

O primeiro bispo, D. Pero Fernandès Sardinha, sahiu da capital portugueza a 24 de Março d'aquelle anno, e chegou á cidade do Salvador a 22 de Junho de 1551.

Foi este prelado o primeiro a mandar a Portugal noticias da existencia de minas de ouro, contribuindo assim para que mais se activasse a corrente de emigração.

No desempenho de seu cargo de Governador Geral, visitou Thomé de Souza as capitancias do sul no anno de 1552, attendendo ás necessidades reclamadas pelos colonos.

Por occasião da visita que fez á do Rio de Janeiro, sentiu-se maravilhado deante das extraordinarias bellezas com

que a natureza adornou aquella incomparavel localidade. Pediu para Portugal que em vez de criminosos e degredados fossem enviados para allí colonos honrados e trabalhadores para constituir-se base solida de uma população vigorosa e digna d'aquellas grandezas naturaes.

Na capitania de S. Vicente mandou construir uma fortaleza na barra do canal conhecido por Bertioga.

Regressando á Bahia, teve noticia de que haviam sido descobertas muitas minas de ouro na capitania de Porto Seguro e nas serras proximas do rio S. Francisco.

Animado pelo desejo de iniciar as primèiras explorações, o Governador fez apparellhar uma galé tripulada de ousados expedicionarios e commandada por Miguel Henriques.

Estes exploradores não regressaram de sua arriscada empresa: foram de certo mortos pelos selvagens.

A 13 de Julho de 1553 findou Thomé de Souza o seu governo, passando-o a seu successor D. Duarte da Costa e regressando, no dia 15, para Portugal, satisfeito por haver desempenhado de modo honroso a alta missão que lhe fôra confiada.

Apresentamos aqui alguns esclarecimentos sobre o primeiro portuguez povoador da Bahia, Diogo Alvares (1), o *Caramurú*.

(1) Segundo o visconde de Porto Seguro «em nenhum escripto antigo se trata do Caramurú senão com os dois nomes *Diogo Alvares*; o appellido *Corrêa*, que recentemente se lhe accrescentou, e que até se intercalou em

Naufragou Diogo Alvares em 1510 nas costas da Bahia, ou junto á ilha de Itaparica ou nas immediações da costa do Rio Vermelho (1). Seus companheiros foram barbaramente mortos e devorados por indios *Mairagiquis*, pertencentes á tribu dos Tupinambás.

Diogo, a quem os indios tinham reservado para ser sacrificado dias depois, deveu a vida ao facto accidental de servir-se, não de uma espingarda, que ainda não tinha sido inventada, porém de um arcabuz (2) que trouxera, e com este instrumento alvejou um passaro pousado a uma arvore e o matou, causando assim profundo espanto aos selvagens, que exclamaram: *Caramurú! Caramurú!* (3).

algumas copias modernas e só nas modernas de Gabriel Soares, deve ter-se por espurio. Nem o proprio Vasconcellos, nem Britto Freire o souberam, e parece que foi Rocha Pitta quem o desencantou . . . »

(1) *Rio Vermelho*, um dos mais saudáveis e bellamente pittorescos arrabaldes da capital bahiana.

(2) Arma de fogo, pesada, que funcionava assente sobre uma forquilha, e cuja polvora se inflammava por meio de mecha adaptada ao cão.

(3) Muitas e extravagantes têm sido as interpretações dadas a esta palavra, traduzida por uns como *Homem de fogo* e por outros como *Dragão sahido do mar*.

Tal historiador affirma que o appellido fôra dado n'aquella occasião não ao naufrago, porém á arma de fogo, por sua semelhança, em comprimento e estragos, ao peixe de pelle, comprido, escuro e cylindrico, denominado caramurú. Outro nos diz que os selvagens alcunharam de Caramurú ao moço portuguez, por ser este um homem alto, moreno e extremamente magro, a lembrar um caramurú.

O grande romancista brasileiro José de Alencar adoptou interpretação poetica, de accordo com a sua primorosa imaginação : é a que se lê á pag. 198 de sua lenda *Ubirajára* (Rio de Janeiro, 1874) :

* *Guerreiros do mar*. — Traducção da palavra tupy *Caramurú* com que os Tupinambás da Bahia designaram Diogo Alvares Corrêa. Caramurú é composto de *carú*, alteração de *pará* — mar, e *moro*, gente, homem do mar. Os selvagens

Prevalendo-se do terror que havia causado, offereceu-se Diogo Alvares aos indios para debellar os inimigos por meio do mortifero instrumento; e, com effeito, no primeiro encontro pôz em fuga os Tapuyas do Passé, grangeando assim a maior preponderancia entre os Tupinambás. Varios chefes offereceram as filhas á sua escolha, merecendo-lhe preferencia a filha do morobixaba Itaparica, a formosa Paraguassú, de quem teve numerosa prole (1).

acreditavam que as aguas eram habitadas, e d'ahi nasceu a lenda da mãe d'agua, que se transmittiu á raça invasora. Nada mais natural do que chamarem ao primeiro homem branco que lhes appareceu surgindo do oceano, Caramurú — o guerreiro do mar. »

Parece, porém, que foi o visconde de Porto Seguro quem melhor explicou o appellido de Diogo Alvares :

« *Caramurú* é uma especie de moreia grande, de dez e mais palmos de comprimento, cuja mordedura é perigosa, a ponto de fazer apodrecer as mãos e as pernas dos que d'ella são mordidos. É mais natural que os indios, fundados n'esta circumstancia, se lembrassem de applicar o mesmo nome a outro offensor, igualmente terrivel e oriundo tambem do mar. Tal appellido está muito no genio da lingua guarany ou geral, quanto ao modo de dar os nomes proprios . . . »

(1) A familia de Diogo Alvares Caramurú compunha-se de quatorze filhos: dez illegitimos (da Paraguassú, antes de casar, e de outras indigenas) e quatro legitimos.

ILLEGITIMOS

1. Isabel Alvares, que casou com Francisco Rodrigues.
2. Gaspar Alvares, que casou com Maria Rabello.
3. Marcos Alvares, o mediador da paz com os Tapuyas, por ordem de Mem de Sá, governador.
4. Manoel Alvares e
5. João Alvares (ambos foram mortos em Jequiriçá, conjunctamente com Fernando de Sá, filho d'aquelle governador).
6. Felippa Alvares, que casou com Paulo Dias Adorno, fidalgo genovez.
7. Magdalena Alvares, que casou com Affonso Rodrigues.
8. Helena Alvares, que casou com João Luiz.
9. Catharina Alvares, que casou com Gaspar Dias.
10. Beatriz Alvares, que casou com Antonio Vaz.

Portuguez, natural de Vianna, era Diogo Alvares um espirito forte, intelligente, emprehendedor.

Em pouco tempo aprendeu a lingua indigena e constituiu-se o melhor interprete e o mais sincero auxiliar que os portuguezes poderiam deparar para a instituição de um importante nucleo colonial n'esta parte do Brazil.

Durante tres seculos varios chronistas e um poeta de merecimento encarregaram-se de romantizar a vida do Caramurú. Imaginaram que elle se havia embarcado em uma nau franceza, em companhia da Paraguassú, a qual foi baptizar-se e casar-se em Pariz no anno de 1526, tendo como padrinhos os Reis de França, Henrique II e Catharina de Médicis. Affirmaram mais que algumas indigenas apaixonadas seguiram, a nado, a embarcação que conduzia Diogo, distinguindo-se d'entre ellas a gentil Moena, que ao desprender-se

FILHAS LEGITIMAS

11. Anna Alvares, que casou com Custodio Rodrigues Corrêa, natural de Santarém (Portugal).

12. Genebra Alvares, que casou com Vicente Dias de Beja, natural do Alemtejo, moço fidalgo da casa do infante D. Luiz.

13. Apollonia Alvares, que casou com D. João de Figueiredo Mascarenhas, fidalgo da casa real e natural da cidade de Faro, no Algarve.

14. Gracia Alvares, que casou com Antão Gil.

A 28 de Outubro de 1884 falleceu no engenho *Pouco Ponto*, termo da villa de S. Francisco (Bahia), D. Catharina Alvares Paraguassú Pires Bulcão, viuva do dr. Balthazar de Araujo de Aragão Bulcão, e descendente de Catharina Paraguassú.

Pertencem ao mesmo tronco distinctas familias bahianas: do visconde de Pirajá, da baroneza de Mataripe, do escriptor Garcia Pires, do dr. Domingos Pires, do conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente do *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, do major de exercito Salvador Pires de Carvalho e Aragão e de grande numero de outras pessoas consideradas da Bahia.

do leme, para regressar á praia, afogou-se nas aguas da bahia (1).

A critica historica do seculo XIX tomou a si o encargo de pesquisar o que houve de positivo sobre a ida de Diogo Alvares com a Paraguassú á França, e chegou á prova documental de que tal viagem não se effectuou, mas fôra inventada pela imaginação do primeiro chronista padre Simão de Vasconcellos, que se enthusiasmára pelo Caramurú a ponto de fazel-o heroe de uma aventura poetica.

A historia, que tem por unico escôpo a verdade dos factos, cumpriu o dever de demonstrar a falta de fundamento da galante e popular novella.

Coube ao benemerito visconde de Porto Seguro (2) o

(1) Deram fôrma e curso a estas phantasias o padre jesuita Simão de Vasconcellos na *Chronica da Companhia de Jesus*, Sebastião da Rocha Pitta na *Historia da America Portuguesa*, frei Antonio de Santa Maria Jaboatão no *Novo orbe serafico brazilico*, Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva nas *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, Roberto Southey na *Historia do Brazil* e o poeta mineiro frei José de Santa Rita Durão em seu poema épico *Caramurú*.

(2) Sobre o visconde de Porto Seguro apresentamos o seguinte esclarecimento:

Francisco Adolpho de Varnhagen nasceu a 17 de Fevereiro de 1816 na freguezia de São João de Ipanema, Estado de S. Paulo, e falleceu em Vienna d'Austria a 29 de Junho de 1878.

Fazendo-lhe o elogio bibliographico no Instituto Historico, o douto historiadador dr. Joaquim Manoel de Macedo consagrou-lhe como homenagem estas palavras:

« Varnhagen fizêra do santo ocio do maior numero dos diplomatas do Imperio labor santo, dedicado ás investigações historicas da patria. Engolfára-se nas bibliothecas, empoeirára-se nos archivos, compulsára centenas de livros, achára thesouros e fontes de luz em obras raras, descobrira em arcas antigas manuscriptos e documentos importantissimos, empregára longos annos em

encargo de deixar perfeitamente elucidada esta questão, na luminosa dissertação que apresentou ao *Instituto Historico e Geographico do Brazil*, sob o titulo *O Caramurú perante a historia* (1), provando os seguintes pontos:

1.º Que Diogo Alvares, domiciliado na Bahia desde 1510, residiu entre os indios consecutivamente até 1535. Quando Martin Affonso passou pela Bahia em 1531, já ali o encontrou e nenhuma noticia houve de que Diogo tivesse ido á França depois de seu naufragio, e tanto é isto verdade que Pero Lopes de Souza em seu *Diario da navegação* diz, em data de 13 de Maio de 1531: «N'esta Bahia (de Todos os Santos) achámos um homem portuguez que havia vinte e dois annos estava n'esta terra, e deu razão larga do que n'ella havia.»

2.º Que desde 1536, em que chegou á Bahia a colonia de seu donatario, Francisco Pereira Coutinho, não desamparou elle os seus patricios, aos quaes prestou serviços relevantes como *lingua* e conhecedor do paiz.

profundos estudos e na accumulção de peculio immenso de conhecimentos, e finalmente em 1854 e 1857 deu ao prêlo a sua *Historia Geral do Brazil*— diadema litterario e scientifico que cingiu dignamente sua fronte de historiador.

«Varnhagen assumiu o elevado grau de primeiro historiador do Brazil, e basta isso para a glorificação de seu nome e para a perpetuidade honorifica de sua memoria.»

(1) Vide *Rev. Trim. do Inst. Hist. e Geog. do Brazil*, tomo X, 2.ª edição (1848), pags. 129 a 152. Essa dissertação mereceu a honra de ser premiada pelo Instituto, que conferiu ao auctor uma medalha de ouro. O avultado e admiravel numero de estudos historicos do visconde de Porto Seguro acha-se mencionado no importante *Diccionario Bibliographico Brasileiro* do illustrado escriptor bahiano dr. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (vol. II, pags. 371 a 383).

3.º Que do anno de 1546 em deante o vemos figurar como mensageiro de Pero do Campo Tourinho á Bahia, salvar-se ali do naufragio, no qual morreu e foi devorado pelos indios o donatario Coutinho e permanecer em Villa Velha até á chegada do Governador Geral Thomé de Souza em 1549.

4.º Finalmente, que continuando elle d'este anno em deante a prestar aos jesuitas os bons officios que estes se não esquecem de memorar, succede que n'esta occasião a colonia se assentou alli por uma vez, e nenhum navio francez, frequentando embora outros portos do Brazil, se atreveu mais a affrontar o da capital do paiz, de maneira que durante oito annos que se seguem até á sua morte, tomando como succedida no anno 1557, conforme assevera o padre Manoel Ayres do Casal, não podia elle por fórma alguma ter-se embarcado na Bahia em um navio francez.

Simão de Vasconcellos dá o casamento como effectuado em Pariz no anno de 1526; mas n'esse tempo governavam a França, não Henrique II e Catharina de Médicis, porém Francisco I e Claudia, filha de Luiz XII, a qual falleceu em 1524; viuvo, casou Francisco I com D. Leonor d'Austria, viuva do Rei D. Manoel.

Henrique II subiu ao throno da França em 1547 e falleceu a 10 de Julho de 1559. Pertencente aos doze annos decorridos entre estas duas datas nenhum documento official foi encontrado na côrte franceza que pudesse provar o enlace do Caramurú com a Paraguassú. Esta selvagem foi com certeza baptizada e casada na Bahia, por algum capellão que

passasse para a India; recebeu o nome de Catharina em deferencia á D. Catharina d'Austria, mulher de D. João III, cujo reinado abrangeu o periodo de 1521 a 1557.

Diogo Alvares falleceu na cidade do Salvador a 5 de Outubro de 1557 e foi enterrado no antigo mosteiro de Jesus, depois collegio e egreja dos padres da companhia, e hoje cathedral.

A primeira capella que se edificou na Bahia teve por fundador Diogo Alvares e a invocação de *Nossa Senhora da Victoria*, em commemoração de uma grande victoria alcançada sobre os Tupinambás. N'ella foi enterrado um genro do fundador, de nome Affonso Rodrigues, primeiro homem que casou na referida egreja, como se prova com o seguinte epitaphio gravado em lágea ainda existente no compartimento contiguo á sacristia:

«Aqui jaz Affonso Rodrigues, natural de Obidos, o primeiro homem que casou n'esta egreja no anno de 1534 com Magdalena Alvares, filha de Diogo Alvares Corrêa, primeiro povoador d'esta capitania. Falleceu o dito Affonso Rodrigues em 1561. Para os juizes do Santissimo Sacramento da Victoria.»

Em uma das reconstrucções por que passou a egreja da Victoria, foi-lhe mudada a frente, que antigamente olhava para o mar e hoje se acha voltada para o lado de leste.

O segundo templo fundado pelo Caramurú foi o do mosteiro da Graça.

Segundo consta do livro do tombo do mosteiro de S. Bento,

a 20 de Dezembro de 1536 o donatario Francisco Pereira concedeu uma sorte de terra em sesmaria a Diogo Alvares, o qual, a pedido da Paraguassú, fez edificar n'esse local, no anno seguinte ou em epocha posterior, uma capella, consagrada á Nossa Senhora da Graça, e n'ella collocou-se, com apparatusa solemnidade, uma imagem da santa, encontrada entre os salvados da nau castelhana *San Pedro* que havia naufragado na ilha Boipeba a 1.º de Maio de 1535.

Catharina Paraguassú falleceu na Bahia a 26 de Janeiro de 1583, contando mais de oitenta annos de idade. Seus restos mortaes acham-se na egreja do mosteiro de Nossa Senhora da Graça.

Na campa de marmore vê-se em relevo um escudo heraldico, de cavalleiro fidalgo, e abaixo o seguinte epitaphio:

«Sepultura de D. Catharina Alvares Paraguassú, senhora que foi d'esta capitania da Bahia, a qual ella e seu marido Diogo Alvares Corrêa, natural de Vianna, deram aos senhores Reis de Portugal. Edificou esta capella de Nossa Senhora da Graça e a deu com as terras annexas ao patriarcha S. Bento, em o anno de 1582.»



CAPITULO VIII

GOVERNADORES GERAES, D. DUARTE DA COSTA, MEM DE SÁ, LUIZ
DE BRITTO E ALMEIDA
E DR. ANTONIO DE SALEMA. O BISPO D. PERO FERNANDES
SARDINHA. NICOLAU DE VILLEGAINON — 1553-1578

COM D. Duarte da Costa, chegado ao Brazil a 13 de Julho de 1553, vieram de Portugal 16 jesuitas, entre elles os padres José de Anchieta e Luiz da Gran, indo todos reunir-se ao provincial padre Manoel da Nobrega que então se achava em S. Vicente.

Treze jesuitas foram levantar uma cabana de palha em um valle entre os rios Anhangabahú e Tamanduatehy, a que deram o nome de arraial de *S. Paulo*, por terem celebrado a primeira missa a 25 de Janeiro de 1554, dia consagrado á festa do apostolo. Ahi fundaram o *Collegio dos Trabalhos Apostolicos*, consagrado á educação e instrucção dos indios, e por seus esforços, secundados pelos indios Martim Affonso Tebyreçá e João Caiuby, os moradores da villa de Piratininga transferiram as suas residencias para a nova povoação,

que é hoje S. Paulo, a grande e formosa capital do Estado do mesmo nome, cidade que por seu progresso colloca-se entre as primeiras do Brazil, e é poderosa rival do Rio de Janeiro.

Foi durante o governo geral de D. Duarte da Costa que se deram graves conflictos entre os colonos e os padres, por se opporem estes a que os indios fossem escravizados. A catecheze tinha por fim chamar os selvagens ao gremio christão e não obrigal-os a prestar serviços sem remuneração de trabalho, como entendiam os portuguezes.

Em Santo André da Borda do Campo, aldeia distante cerca de tres leguas de Piratininga, vivia João Ramalho e seus descendentes mamelucos, os quaes romperam hostilidades contra os jesuitas porque lhes contrariavam os interesses, oppondo-se ao barbaro costume de se escravizar indios. Como incitamento á revolta, diziam os mestiços aos selvagens que só a cobardia os levava a se deixarem baptizar; que os jesuitas não passavam de individuos expulsos de Portugal como vagabundos; que era uma vergonha, para homens valentes, que sabiam manejar o arco e a flecha, deixar-se governar por elles.

Com estas instigações muitos indios juntaram-se aos mamelucos e assaltaram o aldeamento dos padres; foram, porém, completamente batidos.

Creado um bispado no Brazil, foi nomeado primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha, sacerdote que havia estudado em Pariz e ali recebido o grau de doutor em sciencias theologicas. No dia 22 de Junho de 1551 chegou este prelado

á Bahia. A elle foram affectas as questões continuamente travadas entre jesuitas e colonos, sobre escravizar-se os selvagens. Pesadas as razões, o bispo, espirito superior e educado em meio em que a escravidão era desconhecida, pronunciou-se em favor dos padres, decidindo sempre de accordo com elles os conflictos que se levantavam. A correcção d'este procedimento era sobremodo prejudicial aos colonos, acostumados a ver prosperar as suas propriedades, as suas lavouras, os seus engenhos com o suor de captivos, ou africanos ou americanos.

Apoiavam a conducta de D. Pero Sardinha todos os bahianos instruidos e homens de coração, e nomeadamente a Camara Municipal representada por dois homens respeitaveis—Francisco Porto Carreiro e Antonio Cardoso de Barros.

O Governador, porém, patrocinaava abertamente a causa dos colonos, revelando assim má vontade contra os missionarios.

Um facto particular contribuiu para que a lucta recrudescesse e fosse levada á ultima extremidade.

Tendo o bispo chamado á sua presença D. Alvaro da Costa, filho do Governador Geral, e o reprehendesse por seus maus costumes, a exhortação evangelica melindrou a susceptibilidade de D. Duarte, que representou ao governo central de Lisbôa contra violencias que attribuia ao prelado. Chamado a Portugal para justificar-se das accusações de que era victima, D. Pero Fernandes Sardinha embarcou para a

Europa em a nau *Nossa Senhora da Ajuda*, a 2 de Junho de 1556, tendo deixado a administração da diocese entregue ao vigario geral dr. Francisco Fernandes.

Infelizmente, a 16 do mesmo mez, o navio naufragou nos bancos de areia conhecidos por baixios de D. Rodrigo, defronte da foz do Cururipe, no Estado de Alagôas, e o bispo e todos os seus companheiros de viagem, entre elles Antonio Cardoso de Barros, donatario da capitania do Ceará, foram barbaramente devorados pelos Cahetés.

Logares contiguos á Bahia eram assaltados pelos indios: o engenho de assucar estabelecido em Pirajá e as fazendas de criação situadas em Itapoan estiveram em risco de completa destruição, si o filho do Governador, D. Alvaro da Costa, á frente de poderosas forças, não puzesse em fuga os perigosos inimigos.

Por esse tempo, os francezes, já acostumados a exercer clandestinamente o commercio do pau brazil, resolveram estabelecer de modo definitivo uma colonia e para a execução do plano escolheram Cabo-Frio, onde levantaram fortaleza. Calvinistas perseguidos em França deitaram cobiçosas vistas para esta terra, como ponto de refugio e ao mesmo tempo de largas e lucrativas explorações.

Commandando uma pequena frota de tres navios dirigiu-se ás paragens brasileiras um homem de alto merecimento, Nicolau Durand de Villegaignon, cavalleiro de Malta e graduado na marinha franceza como vice-almirante,

o qual entrou a barra do Rio de Janeiro a 10 de Novembro de 1555.

Pretenderam os expedicionarios francezes occupar a ilha da Lage; acharam-se, porém, em melhores condições na ilhota que era então chamada *Sergipe*, onde construíram um forte, denominado de *Coligny*, em honra ao almirante Gaspar de Chatillon, conde de Coligny, que havia inspirado ao Rei de França Henrique II a idéa de fundar colonia no Brazil.

A ilhota conquistada tomou o nome de *Villegaignon*, que ainda conserva.

Tencionavam os francezes, em homenagem a seu monarcha, intitular *Henricville* á primeira cidade que conseguissem fundar, e que seria considerada capital da *França Antarctica*. Para o bom exito de todos estes projectos contaram elles com o auxilio dos grandes e fortes indios Tamoyos, ferozmente hostis ao dominio portuguez.

No sentido de secundar os esforços de Villegaignon veio de Europa um seu sobrinho, Bois le Comte, trazendo 300 homens em 3 navios artilhados. Entre os padres calvinistas que faziam parte d'essa segunda expedição distinguia-se o pastor João de Lery, homem illustrado, que no anno de 1578 fez publicar em França uma importante obra sobre assumptos brazileiros com o titulo *Historia de uma viagem feita á terra do Brazil*.

Como D. Duarte da Costa não dispuzesse de energia para repellir as pretensões de estrangeiros que se implantavam no paiz, os povos mostraram-se descontentes com o seu governo,

a ponto de a Camara da Bahia enviar uma representação á Rainha D. Catharina, regente durante a menoridade de D. Sebastião, supplicando-lhe pelas chagas de Christo que demittisse o Governador.

Foi então nomeado para substituil-o Mem de Sá, que começou a governar desde 4 de Julho de 1558, revelando desde logo tino administrativo na alliança que fez com os jesuitas e na repressão de abusos tolerados pelo governo anterior.

Quasi todas as capitánias e nomeadamente as de Espirito Santo e Ilhéos soffriam assaltos dos selvagens; o novo Governador foi em sua defeza ou pessoalmente ou por meio de officiaes valentes, d'entre os quaes distinguia-se por sua coragem seu filho Fernando de Sá, que falleceu em renhido combate, conjunctamente com dois intrepidos filhos do Caramurú, Manoel e João Alvares.

Sob a influencia de Mem de Sá prosperou a Bahia, vendo desenvolvida a lavoura e estabelecidos muitos engenhos de assucar em que trabalhavam escravos vindos da costa occidental d'África.

Uma das maiores preocupações do Governador era desalojar do Rio de Janeiro os francezes: dois factos vieram em auxilio de sua idéa. Tendo recebido de Portugal os reforços que solicitára, embarcações de guerra commandadas por Bartholomeu de Vasconcellos Cunha, e havendo chegado de Portugal o bispo D. Pedro Leitão, juntaram-se esforços

de ambas as partes para perseguir e desbaratar o inimigo commum.

Fez-se transportar ao Rio de Janeiro e no dia 15 de Março de 1560 com uma força de 2 naus e 8 embarcações pequenas tripuladas por 120 portuguezes e 140 índios, conseguiu bombardear a ilha de Villegaignon, tomal-a e arrasal-a. Não foi encontrado ahi o chefe da expedição franceza porque havia mezes se retirára para seu paiz.

Mem de Sá seguiu para a capitania de S. Vicente. Por sua ordem foram definitivamente mudados os colonos de Piratininga para S. Paulo, e enviadas para o interior algumas expedições sob o mando de Braz Cubas, com o fim de descobrir minas de ouro e prata, de que se não colheu resultado.

De regresso para a Bahia, Mem de Sá visitou as capitánias do Espirito Santo, Porto Seguro e Ilhéos que encontrou em tristissimo estado de decadencia.

Ao chegar á cidade do Salvador, determinou expedições para o sertão em procura de minas: nenhum exito obtiveram.

Em 1561, numerosa horda de Aymorés atacou a capitania de Porto Seguro, a qual foi logo soccorrida pelas forças do Governador Geral, que conseguiram afugentar para o sertão os arrojados índios.

Muitas sesmarias foram pedidas ao Governador: elle as concedeu a pessoas influentes que dispunham de meios de fazel-as cultivar e povoar convenientemente — a Fernão Rodrigues Castello Branco duas leguas na entrada do rio Paraguassú; a Egas Moniz Barreto uma legua acima da ilha

dos Francezes; a Sebastião Alvares uma legua defronte da ilha da Maré.

No anno de 1562 foi o Governador surprehendido com a noticia de que uma grande colligação de indios, a que se deu o nome de *Confederação dos Tamoyos* (1), preparava-se para atacar e destruir a capitania de S. Vicente.

Enfurecidos estes valentes selvagens com as derrotas que lhes eram infligidas e a seus amigos francezes, vão em grandes canôas invadir o littoral de S. Vicente e de Santo Amaro; pelo interior, alarmam a aldeia dos Goyanazes, alliados dos portuguezes; pretendem, como completa vingança, tomar de assalto Piratininga e arrasal-a. Padres, colonos e gentio, aterrizados, sentem imminente o perigo, pelo avultado numero de adversarios.

Baldados são os esforços empregados pelo chefe Tebyrecá em defeza da capitania, cujas plantações se vêem saqueadas, e ameaçadas as vidas de seus habitantes.

Antes, porém, que Mem de Sá movesse forças na Bahia para soccorrer os colonos, dois padres da Companhia de Jesus tomam a si o arriscadissimo encargo de interpor-se entre os belligerantes e acalmar o animo feroz dos selvagens: Manoel

(1) *A Confederação dos Tamoyos* intitula-se um poema do dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães (Rio de Janeiro, 1857). Este trabalho foi criticado brilhantemente em uma serie de cartas publicadas no *Diario do Rio de Janeiro*, assignadas por *Ig*, pseudonymo de José de Alencar. A pedido do imperador D. Pedro II, a quem a obra era dedicada, tomou a defesa do poema o grande prégador frei Francisco de Mont'Alverne.

da Nobrega e José de Anchieta vão ao encontro dos Tamoyos e tal é a eloquencia desenvolvida por Anchieta, em presença dos morobixabas reunidos, que, em meio de geral espanto, o armistício se effectúa, em favoráveis condições, que são acceitas de parte á parte (1).

Foi esse, de certo, um dos maiores e mais bellos triumphos que a palavra inspirada de um missionario poude conseguir, dominando, prestigiosa e irresistivel, a aguerrida e afamada tribu selvagem, que depoz os arcos, possuida de inexplicavel assombro.

Emquanto Nobrega foi a S. Vicente entender-se com os portuguezes, ficou Anchieta como refem em poder dos Tamoyos, durante alguns dias, em Iperohy. Por essa occasião, como testemunho de reconhecimento, compoz este illustre jesuita um poema em versos latinos, consagrado á Virgem Maria, a quem attribuia o brilhante exito de sua empresa.

Reconhecendo Mem de Sá a necessidade de fundar outra grande cidade proxima das capitánias do sul, como a Bahia se achava proxima das capitánias do norte, escolheu o Rio

(1) Frei José de Santa Rita Durão celebra em seu poema *Caramurú* o arrojio d'estes dois missionarios (canto X, estancia LV):

São d'esta especie os operarios santos
Que com fadiga dura e intenção recta,
Padecem pela fé trabalhos tantos:
O Nobrega famoso, o claro Anchieta,
Por meio de perigos e de espantos,
Sem temer do gentio a cruel setta,
Todo o vasto sertão têm penetrado
E a fé com mil trabalhos propagado.

de Janeiro para a realização de seu designio. A este tempo, havia sido de novo occupada a ilha de Villegaignon pelos francezes, agora mais preparados e mais fortalecidos pelo auxilio de centenaes de indios. Para lhes dar combate foi necessario reuuir todas as forças de que as capitauias dispunham na occasião, ás quaes se juntaram reforços trazidos de Portugal por Estacio de Sá, sobrinho do Governador.

Auxiliado ainda pelos continentes importantes que fôra buscar á capitania de S. Vicente, Estacio de Sá desembarcou perto do Pão de Assucar a 1.º de Março de 1565, fortificou-se entre este penedo e o morro de S. João, e n'esse ponto fundou uma aldeia com o nome de *Villa Velha de S. Sebastião*, como homenagem ao joven e infeliz monarcha portuguez que então reinava e que foi morrer n'Africa, na grande e desastrosa batalha de Alcacer-Kibir, a 4 de Agosto de 1578.

Muitos combates foram travados entre os portuguezes e os indios, ficando a victoria sempre por decidir.

Por essa occasião foi á Bahia o padre José de Anchieta, a fim de tomar ordens sacerdotaes, que recebeu do bispo D. Pedro Leitão, e levou noticias do que se passava no Rio de Janeiro. Anchieta acompanhára de S. Vicente a expedição de Estacio de Sá.

Sabedor das difficuldades de vencer o inimigo, resolveu Mem de Sá ir com o bispo e com o missionario em soccorro de seu sobrinho: equipou tres galeões, dois navios costeiros e tres caravelões; ao passar pela capitania do Espirito Santo obteve auxilios do chefe indio Martim Affonso Ararigboia;

na barra do Rio de Janeiro uniu-se ás embarcações vindas de S. Vicente e fez entrada na bahia de Guanabara a 18 de Janeiro de 1567. Em dia de S. Sebastião (20 de Janeiro) começou o bombardeio da ilha de Villegaignon e em seguida o assalto ás posições inimigas, sendo tomado o forte de *Uruçú-mirim* junto á foz do rio Cattete, chamado *Carioca*, e bem assim a ilha, cuja guarnição foi desbaratada completamente.

O ponto em que se feriu combate e que decidiu da victoria foi a ilha *Paranambucú*, conhecida hoje por ilha do *Governador*, por ter pertencido ao governador Salvador Corrêa de Sá.

Experimentou o chefe grande dôr pelo fallecimento de seu heroico sobrinho Estacio de Sá, ferido no rosto por uma envenenada flecha, na tomada do forte de *Uruçú-mirim* (1).

(1) Estacio de Sá, o fundador da cidade do Rio de Janeiro, foi sepultado em Villa Velha, na capella por elle proprio edificada. Decorridos dezesete annos, Salvador Corrêa de Sá, tendo concluido a Sé parochial de S. Sebastião no alto do morro do Castello, fez para ahi remover os ossos d'aquelle official, e os cobriu sob lapida com o seguinte epitaphio: *Aqui jaz Estacio de Sá, primeiro capitão e conquistador d'esta terra e cidade, e a campa mandou fazer Salvador Corrêa de Sá, seu primo segundo, capitão e governador, com suas armas, e esta capella acabou o anno de 1582.*

A 16 de Novembro de 1862 foram exhumados esses venerandos restos e a 20 de Junho do anno seguinte depositados, com ceremonial religioso, em uma urna de pau brazil, a qual encerrou-se em um carneiro do convento dos capuchinhos, no mesmo morro do Castello, sob lapida de marmore contendo em letras douradas esta inscripção: *Restos mortaes de Estacio de Sá exhumados d'esta sepultura em 16 de Novembro de 1862, a ella restituídos em 20 de Junho de 1863.*

Seguraram as alças da padiola em que foi transportada a urna o imperador D. Pedro II, o visconde de Sapucahy, presidente do Instituto Historico e Geogra-

Tratando dos vencidos, diz um chronista da Companhia que nenhum Tamoyo escapou com vida, e dos francezes cinco, aprisionados pelos portuguezes, foram enforcados, para escarmento dos outros.

« Pelas victorias alcançadas n'esse dia 20 de Janeiro, diz o dr. Mello Moraes, Mem de Sá, o bispo D. Pedro Leitão e mais pessoas, de todas as classes, dirigiram-se ao templo que Estacio de Sá havia construido junto ao Pão de Assucar e servia de Sé, e ahi o bispo com o padre Anchieta e seu companheiro entoaram os hymnos sagrados em acção de graças ao Omnipotente Deus e Senhor pelas maravilhas que tinha obrado em favor da nova provincia do Brazil (1). »

No sentido de ampliar os fundamentos da grande cidade que projectava, Mem de Sá fez mudar a povoação da Villa Velha para o local em que se vê hoje o Hospital da Santa Casa de Misericordia, na praia de Santa Luzia; para defender a barra, mandou construir duas fortalezas, de S. Diogo e de S. Theodosio, ao lado do Pão de Assucar, as quaes mais tarde foram reunidas em uma só com o nome de fortaleza de

phico do Brazil: o conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, ministro da justiça, e o marquez de Abrantes, ministro de estrangeiros.

(1) MELLO MORAES: A. J. DE: *Congraphia Historica* (Rio de Janeiro, 1863), tom. I, 2.ª parte, pag. 242.

O dr. Alexandre José de Mello Moraes nasceu na cidade de Alagôas (antiga capital do Estado do mesmo nome) a 23 de Junho de 1816, e falleceu no Rio de Janeiro a 6 de Setembro de 1882. Escreveu importantes obras sobre medicina, litteratura e historia do Brazil.

S. João; defronte, fez levantar a fortaleza de Nossa Senhora da Guia, hoje fortaleza de Santa Cruz.

No morro do Castello foram construidas a matriz, presentemente igreja e convento dos Capuchinhos, casas do Governador e da Camara, e demarcado o terreno destinado a collegio dos padres da Companhia.

Tendo de regressar para a Bahia, onde era necessaria a sua presença, deixou Mem de Sá a administração do Rio de Janeiro a seu sobrinho Salvador Corrêa de Sá, que se notabilizára nos recentes combates.

Durante os cinco annos de governo de Salvador Corrêa (1568 a 1572) cobriram-se de edificações os mórros e valles da cidade, pois foi facultado aos habitantes escolher para isso o local que mais lhes aprouvesse. Foi n'essa epocha que se levantaram casas de estylo europeu, de pedra e cal, occupando-se n'isso os colonos, os indios alliados e os catechizados pela intelligencia, pela perseverança e pela dedicação verdadeiramente evangelica dos jesuitas.

Depois de haver prestado assignalados serviços á terra brazileira, instou Mem de Sá pela sua demissão e regresso á patria: não viu infelizmente satisfeitos os seus desejos. Falleceu na Bahia a 2 de Março de 1572 e foi sepultado no cruzeiro da igreja dos jesuitas, hoje cathedral.

Teve como successores Luiz de Britto e Almeida, que chegou á Bahia a 13 de Maio de 1572 e governou as capitánias do norte até 31 de Dezembro de 1577, e o Dr. Antonio de Salema, Governador das capitánias do sul. Assim dividida

a administração, foram consideradas sédes dos governos a cidade do Salvador e a do Rio de Janeiro.

Occuparam-se os dois Governadores na exploração do paiz e guerra aos selvagens, que eram pouco a pouco desapossados de suas terras e obrigados a refugiar-se no interior. Luiz de Britto ampliou explorações até ao rio Real e ordenou expedições a minas, sempre lembradas e nunca descobertas.

No governo do Dr. Antonio de Salema deu-se grande encontro entre portuguezes capitaneados por Christovão de Barros e Tupinambás e Tamoyos que fortemente auxiliados por contrabandistas francezes pretenderam invadir a cidade do Rio de Janeiro. Vencidos ainda uma vez os selvagens, e de todo desenganados em suas pretensões, emigraram para o norte do paiz: foram extender suas tabas pelas margens do Amazonas, abandonando o littoral aos lusitanos.

Reconhecidos os inconvenientes de ter a colonia dois Governadores, determinou o governo portuguez que a administração ficasse em mãos de uma só auctoridade e para o cargo nomeou o já citado Luiz de Britto e Almeida, que funcionou até 31 de Dezembro de 1577, como ficou dito, retirando-se n'essa occasião para Portugal.

Foi seu substituto Diogo Lourenço da Veiga que tomou posse do cargo a 1.º de Janeiro de 1578.

CAPITULO IX

QUAL A INFLUENCIA DOS JESUITAS NO BRAZIL? PADRES MANOEL
DA NOBREGA, JOÃO DE ASPILCUETA NAVARRO
E JOSÉ DE ANCHIETA. ABUSOS E EXPULSÃO DA COMPANHIA.

NO REINADO de D. João III viu Portugal estabelecer-se em seu seio, a instancias d'esse monarcha, duas instituições que adquiriram celebridade na historia: a Inquisição (1) e a Companhia de Jesus.

Creada para perseguir os judeus, saciar vinganças pessoaes e exercer toda sorte de attentados contra a liberdade de

(1) • O fanatismo do principe (D. João III) que subia ao throno presagiava a Portugal um triste reinado e assim foi. O negocio em que logo de principio mais fortemente se empenhou foi o estabelecimento da Inquisição em Portugal. Para o conseguir espalhou torrentes de ouro em Roma, e ponde emfim obter a bulla de 23 de Maio de 1536, que fundava em Portugal a Inquisição. Solicitára-se isto como um beneficio immenso ! n'este negocio se tinham empenhado os nossos mais habéis diplomatas ! el-rei estivera para romper com a curia romana, por ella lhe não querer conceder o que lhe pedia ! •

PINHEIRO CHAGAS: *Historia de Portugal na Encyclopedia do povo e das escolas* (Lisboa, 1874), pag. 650.

consciencia, a Inquisição illuminou a peninsula iberica com o sinistro clarão de mais de cem mil fogueiras ou *autos de fé*, a reflectir-se lugubrememente sobre o reinado do filho de D. Manoel, o *Venturoso*, e sobre o da illustre Isabel, a *Catholica*, a protectora de Christovão Colombo: abominavel fanatismo, igneo e repellente monstro, que ousou rojar-se no portico do seculo dezenove, para morrer esmagado desprezivelmente sob as patas do cavallo de Napoleão I.

A Companhia de Jesus, fundada por Ignacio de Loyola em 1534 e instituida por bulla pontificia de Paulo III, de 27 de Setembro de 1540, foi creada a titulo de *regimen da egreja militante*, para propagar a fé, para converter infieis, hereges e gentios, para attrahir e educar a mocidade e especialmente para proteger o papado, cujo poder sentia-se fortemente contestado e batido pela Reforma de Luthero.

Era preciso tirar aos protestantes o argumento de que o clero catholico, apostolico, romano, pela corrupção de seus costumes, pelo ostentoso luxo de seus apparatus, pela reconhecida ignorancia da maioria de seus representantes, fazia naufragar a barca de Pedro.

Não entra no plano d'esta obra a apreciação do importante papel que essa religiosa milicia desempenhou nas varias partes do velho continente, em que foi levar a sua instrucção, as suas virtudes, a rigidez de seus principios, a sua extremada exaltação, a ponto de sacrificar sagrados direitos da sociedade em geral, comtantoque prosperasse a Sociedade de Jesus.

Restringimo-nos a tratar, embora de modo summario, das missões jesuíticas no Brazil.

Em face do assumpto sobremodo complexo, uma interrogação assalta o nosso espirito: Foi proveitosa a influencia dos padres da Companhia de Jesus nos destinos do Brazil, após o descobrimento?

Sim, como doutrinadores de povos ignorantes e barbaros, cujos costumes conseguiram modificar por meio da religião christã.

Só homens vinculados por uma disciplina austérra, subjogados pela obediencia á vontade de seus superiores (1),

(1) Como testemunho de extraordinaria submissão, citaremos um facto, colhido nas chronicas dos padres Balthazar Telles e Simão de Vasconcellos.

O primeiro collegio fundado na Bahia pelo jesuita Manoel da Nobrega era fóra da cidade, no lugar que denominavam monte Calvario, onde construíram pequeno hospital, junto a uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Penha ou da Piedade, lugar occupado hoje pelo convento do Carmo. Para ahí foram attrahidos meninos indios e mestiços em tal numero, que parecia impossivel sustentá-los. A pretexto de se obter meios de subsistencia, ordenou o padre Nobrega ao padre Manoel de Paiva que se vendesse em leilão. Contentissimo com semelhante determinação, andou o padre Paiva pelas ruas e praças da Bahia, acompanhado do padre Vicente Rodrigues, que, servindo de pregoeiro, gritava: Quem quer comprar este homem que é já sacerdote, e póde servir para muitos usos? Um cidadão offereceu por elle cento e vinte mil cruzados, para o ter como capellão de sua fazenda. Paiva rogava ao lançador que dêsse mais alguma coisa, porque seus companheiros estavam muito pobres, e que elle o serviria valentemente, em todos os serviços de sua casa.

Thomé de Souza submetteu o negocio ao ouvidor Pero Borges, dizendo, como resalva de consciencia: Eu nunca vi vender sacerdote de missa, mas como vejo que os padres o fazem, não ousou condemná-lo.

Pretendiam os moradores da Villa Velha do Pereira, hoje bairro da Graça, arrematal-o para servir de capellão n'aquella freguezia, quando interveiu Nobrega, retirando do leilão o seu companheiro e explicando o caso como prova de obediencia.

inflammados pelo sagrado enthusiasmo inspirado pela fé, podiam em nosso paiz trazer ao gremio da civilisação tribus errantes e indomaveis, agrupal-as em aldeamentos e fazel-as comprehender os deveres que ligam os homens entre si, para se constituirem sociedades cultas.

O espirito moderno, porém, é infenso á corporação, pelos fins atrophadores a que ella se destina.

Compulsando-se a historia do jesuitismo, desde a sua fundação, e fazendo-se abstracção de um ou outro padre benemerito, como Francisco Xavier, o Apostolo das Indias, chega-se á conclusão de que nenhum homem de idéas adiantadas e independentes pôde ter sob os olhos a obra sensacional do abbade Léone *Conjuration des jésuites, publication authentique du plan secret de l'ordre*, que se não sinta possuido de profunda antipathia para com uma sociedade religiosa que subvertia a moral, propagando, como principio, que os fins justificavam os meios; que não trepidava em usar de toda especie de fraudes e de hypocrisias para insinuar-se na intimidade de viuvvas ricas e crédulas, com o interesse de lhes extorquir os bens; que pelo confessionario aconselhava a falsidade, a delação, o roubo e o assassinato, em bem do engrandecimento pecuniario da ordem, e que nos collegios procurava incutir no espirito da mocidade idéas contrarias á liberdade de consciencia e demolidoras do direito constitucional.

Consideramos acto digno dos maiores louvores o breve de 21 de Julho de 1773 promulgado pelo papa Clemente XIV

(Lourenço Ganganelli), declarando extincta a Companhia, beneficio reclamado pela sociedade christã, cuja paz esses regulares haviam perturbado com suas doutrinas machiavelicas.

É preciso, porém, estabelecer distincção entre os jesuitas europeus—quasi sempre envolvidos em questões politicas, ora armando o braço de Jéan Châtel, assassino de Henrique III, e o de Ravailiac, assassino de Henrique IV; ora expulsos de Veneza por se rebellarem contra os decretos do senado; repellidos da Bohemia, da ilha de Malta e de toda a parte em que tornaram conhecidas as suas machinações—e os jesuitas missionariós, que vieram ao Brazil com o desinteressado proposito de servir á religião, attrahindo para o seio d'ella tribus ferozes, equiparadas a irracionaes pela anthropophagia.

O scenario d'America, simples como a propria natureza, não permittia a exhibição de um Bobadilla, posto fóra d'Allemanha por suas perfidas intrigas, nem de jesuitas plutocratas da ordem de um Rodin, admiravelmente delineado por Eugenio Sue nas paginas do *Judeu Errante*.

Cumpre-nos, portanto, estudar os discipulos de Loyola no caso especial em que se apresentaram em nossa patria.

Pela abundancia de documentos historicos que nos legaram, já em templos, já em chronicas, podemos recompor-lhes a vida e deduzir da totalidade dos factos o salientissimo papel que representaram no arduo periodo da colonização.

Seria de nossa parte condemnavel ingratição si deixassemos de reconhecer, n'esta hora em que se apuram verdades,

os importantes e immorredouros serviços que pela catecheze prestaram ao nosso progresso, sem outra recompensa que a satisfação do dever cumprido em face da religião de que se constituíram devotados apóstolos.

Homens de intelligencia esclarecida, ao chegarem a esta terra assenhorearam-se desde logo da lingua geral ou tupy-guarany; submetteram-n'a a regras grammaticaes; uniformizaram-n'a em dictionario como si fôra um idioma culto, e, tendo apenas por armas a cruz e o breviario, internaram-se pelas florestas e foram ás tabas indianas prégar o Evangelho na imaginosa linguagem dos proprios indios.

Sob a abrazadora inclemencia do sol tropical, expostos ás feras, sangrando os pés nas asperezas dos caminhos, vencendo a custo as hostilidades da natureza, os padres da Companhia offerciam a propria vida em prol da propagação da fé, com abnegação só comparavel á dos apóstolos e dos martyres.

Catechizados e aldeados os selvagens, eram os jesuitas os architectos dos templos e dos collegios que levantavam, offercendo a seus alumnos exemplos de continuo trabalho, tanto de ordem moral como de ordem physica: d'ahi a veneração, a especie de fanatismo que os selvicolas lhes consagravam (1).

(1) Na capitania de S. Vicente o padre Leonardo Nunes praticou as mais admiraveis conversões entre colonos dissolutos e indios rebeldes. A sua infatigavel actividade e o seu grande exemplo de virtudes raras modificaram em pouco tempo os costumes do povo. Regeneraram-se os vicentistas, por verem

Reconhecidos aos desvelos dos padres, os indios experimentavam prazer em lhes prestar toda ordem de serviços, auxiliando-os na construcção dos edificios e nos trabalhos de agricultura e até nas occupações domesticas.

Os religiosos davam o que possuíam: instrucção e pratica de virtudes aos selvagens; estes retribuiam-lhes a dedicação com o trabalho material.

Esta permuta de beneficios despertou ciuume e rivalidade por parte dos colonos que, por interesse proprio, propalavam que as missões tinham por fim escravizar os indios.

Eis explicada a razão de muitos conflictos suscitados entre os representantes do governo portuguez e os jesuitas.

Sempre que o podiam fazer, os indios optavam pelos padres, a quem deviam as luzes que adquiriam, os remedios em suas doenças e com quem se communicavam facilmente por meio da lingua geral.

A falta de braços para serem utilizados na lavoura fazia convergir as vistas sobre os selvagens, homens oriundos de uma raça vigorosa e acostumada a exercicios de força.

o abnegado jesuita a pedir esmolas, pobremente vestido, descalço, pelas praças, pelos campos, pelas praias, doutrinando, em casa do pobre ou do rico, do crente ou do impio, do honrado ou do salteador, entrelaçando amizades, concedendo perdão pelo arrependimento, prégando em portuguez ou em guarany, no pulpito ou na rua, dizendo missa aqui ou a duas e tres leguas de distancia, de dia pela calma, á noite pelo relento . . . Admirados os indios, chamavam-lhe respeitosaemente *Abarè-bebè*, padre que vòa.

Como synthese do que foram os jesuitas que vieram ao Brazil, vamos destacar tres, que consideramos os mais elevados e legitimos representantes da corporação em sua phase missionaria.

O padre Manoel da Nobrega, bacharel formado em canones, um dos primeiros estudantes de seu tempo, apto, pela variedade de conhecimentos, para desempenhar altos empregos, filho de um desembargador e com um tio chancelier-mór e *mui valido d'El-Rei*, abandonou aspirações que podia alimentar e conseguir e veio fundar o Collegio dos padres na Bahia; edificar a igreja consagrada á Nossa Senhora da Ajuda, a primeira que se erigiu na capital; fundar casa em Porto Seguro e em S. Vicente e o *Collegio dos Trabalhos Apostolicos* em Piratininga (S. Paulo).

Sobre este missionario diz o jesuita Simão de Vasconcellos:

« Nenhum perigo nem trabalho recusou nunca pelo bem e salvação dos naturaes da terra, por cuja liberdade se punha em campo contra a avareza dos portuguezes, que os queriam captivar, soffrendo com muita paciencia e notavel longanimidade os grandes odios e perseguições que por esta causa se lhe originaram.

« O que o Governador não podia conseguir por força de armas e pelouros, obtinha o padre Manoel da Nobrega só com a sua presença e servindo-se de poucas palavras.

« Visitava todas as aldeias, andando sempre a pé, e ainda depois de velho e mui doente e com os pés cheios de chagas,

acudia a todas as partes, com um bordão na mão, subindo pouco a pouco pelas ladeiras mais íngremes d'aquellas montanhas, e ainda que o espirito de seu zelo o animava, contudo a fraqueza do corpo o retardava de tal maneira, que ás vezes parava sem poder dar passo adiante, necessitando da ajuda de companheiro, que umas vezes o sustentava, e outras ia deante d'elle, puxando-o pelo bordão.»

Outro padre, tão distincto quanto Manoel da Nobrega, foi João de Aspilcueta Navarro, hespanhol, natural do reino de Navarra.

De chegada, tratou de aprender a lingua geral e n'ella escreveu uma doutrina christã e canticos que poz em musica para melhor impressionar os indios e attrahil-os ao gremio da religião.

Para catechizar os selvagens das aldeias em torno da Bahia, o padre Navarro ia esperal-os sobre a tarde, quando voltavam carregados com suas caças, dava-lhes as boas vindas, e depois de descansados e confortados, contava-lhes edificantes passagens de Jesus Christo, e, no empenho de melhor contental-os e persuadil-os, usava dos mesmos gestos dos pagés — andando em roda d'elles, batendo os pés, espalmando as mãos, fazendo as mesmas pausas, exclamações, esgares e espantos. Os selvagens rendiam-se á sua impressionadora e captivante eloquencia. Este illustre jesuita mostrou em todos os seus actos que era um digno parente do grande Francisco Xavier.

Fortissimo auxiliar de Nobrega, desenvolveu admiravel actividade em todos os serviços da Companhia e morreu victima de sua dedicação.

A seu respeito fala o padre Balthazar Telles :

« Não se contentando o padre João de Aspilcueta das aldeias que tinha junto das capitánias, metteu-se por mais de duzentas leguas pelo sertão a dentro, a pé, por mattos incultos e charnecas bravias, rios e lagôas, de que não sabia o vau, e deu com muitos gentios, aos quaes ia buscar, e trouxe-os para as aldeias. Voltou tão desbaratado no vestido, tão ferido e escalavrado pelo corpo, tão maltratado na saude, que em breves dias, depois da volta, deu a alma ao Creador. »

Falleceu no anno de 1554 e foi sepultado na egreja do collegio da Bahia.

O terceiro typo do missionario foi o inspirado Anchieta (1).

O celebre *Apostolo do Brazil* era hespanhol, filho de D. Juan de Anchieta, natural de Guipuscôa, na Biscaya (Hespanha), e de D. Mencia Dias de Claviko Llarena, senhora natural da ilha Grande Canaria.

Nasceu Anchieta em S. Christovão da Laguna, capital da ilha de Teneriffe, a 7 de Abril de 1533.

Formou-se em caunes pela Universidade de Coimbra.

Aos dezoito annos foi attrahido pela Companhia de Jesus, a ella passou a pertencer em corpo e alma. Em convivencia

(1) Este nome não deve ser pronunciado *Anquieta*, e sim *Anvieta*, de accordo com a sua proveniencia hespanhola.

com sumidades que abrihantavam a Companhia, desenvolveram-se as raras faculdades do illustre alumno.

Veiu para o Brazil, como ficou dito, em 1553, em companhia do Governador D. Duarte da Costa.

Tendo-se demorado poucos mezes na Bahia, seguiu para a capitania de S. Vicente, porém com infelicidade, por haver naufragado nos Abrolhos, o que o obrigou a ir ao Espirito Santo esperar novo navio. Chegado á capitania de S. Vicente, sua presença foi reclamada para fazer parte do collegio estabelecido em Piratininga. Ahi desenvolveu enorme actividade intellectual, ensinando ou doutrinando em portuguez, latim, hespanhol e guarany.

Em carta datada de Agosto de 1554 escrevia Anchieta ao padre Ignacio de Loyola :

« E aqui estamos, ás vezes mais de vinte dos nossos, em uma barraquinha de canniço e barro, coberta de palha, com quatorze passos de comprimento e doze de largura. É isto a eschola, a enfermaria, o dormitorio, refeitório, cosinha e despensa. Não invejamos, porém, as mais espaçosas habitações que nossos irmãos occupam em outras partes, pois que Nosso Senhor Jesus Christo ainda em mais apertado logar se viu, quando foi de seu agrado nascer entre brutos n'uma mangedoura, e muito mais apertado então quando se dignou morrer por nós na cruz. »

Sobre o desconforto dos jesuitas em Piratininga, diz Simão de Vasconcellos :

« Aqui se fez uma casinha de palha, com uma esteira

de cannas por porta, tendo quatorze passos de comprido e doze de largo. Ali moraram algum tempo bem apertados os irmãos; mas este aperto era ajuda contra o frio, que n'aquella terra é grande, com muitas geadas. As camas eram redes que os indios costumam; os cobertores o fogo, para o qual os irmãos communmente, acabada a licção da tarde, iam por lenha ao matto e a traziam ás costas para passarem a noite. O vestido era muito pouco, pobre, e de panno de algodão, sem calças nem sapatos. Para a mesa usaram algum tempo de folhas largas de arvores, em logar de guardanapos, mas bem se excusavam toalhas, onde faltava o comer, o qual não tinham d'onde lhes viesse, senão dos indios, que lhes davam alguma esmola de farinha, e ás vezes, mas raras, alguns peixinhos do rio e caça do matto.»

Anchieta empregava todas as horas do dia na instrucção de seus discipulos, e para supprir a falta de livros, velava as noites escrevendo copias das licções que explicava e entregando-as a cada um dos alumnos, para facilitar-lhes o estudo e melhor gravar na memoria as proveitosas doutrinas.

Referindo-se á eloquencia de Anchieta, dizia o bispo D. Pedro Leitão que elle, ao falar, parecia revelar a terra de seu nascimento: era um *canarim* a cantar como um canario.

Preferia-o a todos os prégadores d'aquelle tempo.

Companheiros de Anchieta, admiradores de sua dedicação inexcédível, escreviam para a Europa commoventes cartas:

« Por toda a parte, nas ruas, nas praças, nas casas, e até

nas choupanas dos pastores, echoam louvores ao verdadeiro Deus e os santissimos nomes de Jesus e de Maria! coisa na verdade estupenda em um paiz ainda infiel em quasi sua totalidade! Este feliz resultado alcança-o José com o attractivo do canto e da musica, fazendo com que as inclinações e propensões da natureza sirvam aos augmentos da graça!»

Com pronunciado gosto para a poesia, compunha Anchieta versos em lingua geral sobre interessantes assumptos religiosos (1); ensinava a musica e o canto; escrevia pequenas

(1) « Nas chronicas do padre Simão de Vasconcellos lê-se com encanto o como o padre Anchieta compunha versos em lingua tupy, e como os meninos, á tarde, iam em procissão pelas ruas do nascente S. Paulo, dançando o seu *caaterêê*, cantando versos em louvor da Virgem Maria e parando nas portas dos selvagens; estes, attrahidos pelas danças e pelos cantos, foram pouco a pouco sendo attrahidos ao christianismo, até que de todo ficaram transformados em homens civilisados.

« Essas canções foram preservadas, e o finado imperador sr. D. Pedro II obteve, quando esteve em Roma, uma copia manuscripta das mesmas, que me foi emprestada sem traducção; infelizmente não copiei todas, e não sei hoje que rumo levaram.

« É d'essas a seguinte quadra que os meninos cantavam em S. Paulo :

*O Virgem Maria,
Tupan cy êtê
Abá pe ara pora
Oicô endê yabê.*

« Diz isto o seguinte: « O' Virgem Maria, mãe de Deus verdadeira, os homens d'este mundo estão tão bem comvosco. »

« Eu não sou poeta e por isso não a traduzo em verso. Esta canção contém quinze sextilhas, além da quadra acima.

« Possuo tambem, em manuscripto, um drama ou auto em tupy, que elle fazia os meninos representarem no pateo do collegio de S. Paulo, onde são personagens diversos indios, anjos e demonios; o objectivo era tambem trazer os aborigenes ao seio do christianismo; esse auto com dezescis paginas *in folio*, tem

peças dramaticas, em fôrma de dialogos, com o fim de corrigir os costumes, inspirando horror á guerra e á anthropophagia; fazia representar comedias em que expunha á censura e ao ridiculo o degradante vicio da embriaguez.

Corriam na melhor ordem os trabalhos em Piratininga, quando os Tamoyos, em avultadissimo numero, aproximaram-se do arraial para destruil-o completamente. Era certa

por titulo *Nheenga apitába pé acarê Joseph Anchieta recê*, que quer dizer: *Fala aos indios pelo padre José d'Anchieta*.

« Já eu o traduzi em prosa, mas um distincto litterato e poeta, o sr. Horacio de Carvalho, converteu a minha má prosa em excellentes versos; vou imprimil-o e offerecel-o aos padres jesuitas de Itá, pois me consta que elles tencionam fazel-o representar pelos seus meninos, em tupy e portuguez, por occasião do centenario.

« O sr. Horacio de Carvalho não me permittiu que eu publicasse o seu nome, de modo que a traducção em verso será publicada anonyma. Citarei duas quadras d'esse drama, com a traducção em verso:

*Xe retama mooripa,
Ore yú, xembigoe
Xe avê ndê robakê
Ayu nit, borim, boripa.
Tapui pepira guabo
Xe ramuya poracci;
Xe Tupan rekô ayucci,
Xe mbâ rekô pe-to.*

Traducção:

Terra minha venturosa,
De meu pae ora escolhida
Por morada, junto d'elle
Passar quero toda a vida.

Gentios bravos dos mattos
Foram os maiores meus;
Mas eu, que peço o baptismo,
Quero ser filho de Deus.

General COUTO DE MAGALHÃES: « Setima conferencia para o tricentenario de Anchieta. Assumpto: *Anchieta, as raças e linguas indigenas*. Acompanha

a derrota dos portuguezes; porém os padres Manoel da Nobrega e José de Anchieta tomaram a si, como já dissemos, o desenlace da gravissima questão: propuzeram-se a servir de negociadores da paz, e n'este proposito seguiram para as tabas selvagens estabelecidas á margem da enseada de Ubatuba (*porto das canôas*), Estado de S. Paulo.

Impressionados profundamente pela eloquencia de Anchieta, os índios concordaram em não atacar a povoação, sob promessa de lhes serem restituídos todos os prisioneiros feitos pelos portuguezes. Como garantia de que tal condição ia ser cumprida, ficou Anchieta, em refem, com os Tamoyos, enquanto Nobrega regressou a S. Vicente para firmar as bases da paz.

Foi durante sua estada entre essa tribu tão numerosa quanto guerreira, que Anchieta passou por uma prova difficil: para amenizar-lhe a solidão, o morobixaba ordenou que uma joven e formosa donzella da taba lhe servisse de companhia e de esposa, como uma honra especial conferida ao prestigioso hospede, a quem chamavam *Payguassú*.

Geral foi o espanto dos selvagens quando o missionario, recusando o delicado offercimento, declarou-lhes haver feito voto de castidade ao entrar para a Companhia de Jesus.

um mappa do *Pindorama*, nome antigo do Brazil, mostrando as regiões occupadas pelos aborigenes segundo o *barão von Martius*, e nomes antigos de rios e logares, organizado pelo general *Couto de Magalhães* e dr. *Theodoro Sampaio* • São Paulo, 1897, pag. 29 e 30.

Em convivencia com esbeltas mulheres núas ou resguardadas apenas por ligeiros cintos de plumas, temendo o pudico jesuita que a natural exigencia da carne o desviasse de suas altas preocupações, empregou o tempo em construir pequena capella em meio de um bosque rodeado de palmeiras, e para ahi attrahia os selvagens, falando-lhes das mais commoventes scenas do christianismo.

Aprazia-lhe ás vezes passear, a sós, ao longo da arenosa praia, e ahi compoz mentalmente o poema consagrado á Virgem Maria (1).

Em falta de papel, escrevia os versos na areia, para melhor fixal-os na memoria.

Volviidas algumas semanas, o padre Manoel da Nobrega trouxe aos Tamoyos os prisioneiros reclamados, e, solto An-

(1) O poema de Anchieta consta de 4.172 versos latinos.

Para que se possa formar idéa de seu valor, damos em seguida a dedicatória, traduzida pelo latinista, philosopho e poeta bahiano Guilherme Balduino Embirussú Camacã :

Eis os versos que a vós, ó Mãe Santissima,
Votei outr'ora em que me vi á ilharga
De feroz inimigo, circulado.
Si, pois, minha presença abranda as hostes
Dos Tamoyos, e inerte entre elles trato
De paz, mistêr tranquillo, a graça vossa
Foi que alentou-me com materno affecto !
Salvou meu corpo e alma o vosso amparo
Inspirando-me Deus ; oh ! quantas vezes
Desejei em prisões crucis e dôres
Soffrer morte de martyr ! mas meus votos
O repudio tiveram, merecido,
Pois só cabe aos heróes tamanha gloria !

chieta da prisão de honra em que ficára, regressaram ambos para Piratininga.

Passou na capitania de S. Vicente os annos de 1569 a 1578 e n'este ultimo anno foi á Bahia em companhia de Ignacio Tolosa, provincial que percorria o Brazil em visita.

Achava-se o padre Anchieta na ilha de Itaparica quando recebeu chamado de Tolosa, que, em solemne reunião da communitade, lhe entregou a patente de provincial (1), facto sensibilizador, pois que Anchieta, ajoelhado, a beijar os pés de seus subordinados, pedia-lhes, banhado em lagrimas, o

O poeta Fagundes Varella em seu poema *Anchieta* ou o *Evangelho nas selvas* dirige ao missionario esta bella evocação :

Alma inspirada de Anchieta illustre,
 Espirito do apostolo das selvas!
 Sabio e cantor, luzeiro do futuro!
 Tu, que nas solidões do Novo Mundo
 Sobre as alvas areias, borrifadas
 Das escumas do mar, traçaste os versos
 Do — poema da Virgem — e ensinaste
 Aos povos do deserto a lei sublime
 Que ao reino do Senhor conduz os seres :
 Ensina á minha musa timorata
 A linguagem celeste que falavas!
 Dá-lhe a doce expressão, a graça infinda,
 A força, a eloquencia e a verdade
 D'essas singelas narrações que á noite
 Fazias nos outeiros, nas florestas,
 Às multidões que ouvindo-te choravam,
 E pediam as aguas do baptismo!

(Canto I, parte X).

(1) Anchieta assumiu o cargo de provincial no anno de 1578, e foi o quinto na ordem chronologica. Anteriores a elle : 1.º Manoel da Nobrega ; 2.º Luiz da Gran ; 3.º, Ignacio de Azevedo ; 4.º, Ignacio de Tolosa.

auxilio de suas orações para que pudesse desempenhar tão alto cargo acceto por obediencia.

Nomeado provincial, percorreu Anchieta as principaes capitancias, visitando os collegios e melhorando-os, de accordo com as suas vistas adeantadas.

Seu glorioso nome acha-se vinculado a muitas obras, a muitas instituições por elle creadas ou desenvolvidas, taes como o Collegio dos Jesuitas e sua Casa de Recreio na Bahia; a Egreja dos Jesuitas e seu Collegio no Rio de Janeiro; o Collegio dos Jesuitas na cidade da Victoria, capital do Estado do Espírito Santo; o Collegio de Piratininga em S. Paulo; e, para coroar os seus grandes feitos, a Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro, imponente monumento de caridade, por elle fundado no anno de 1582.

Em 1585, fatigado de uma vida activa e trabalhosa, pediu e obteve dispensa do cargo de provincial e tomou conta da direcção do Collegio da Victoria.

Gosando ali de tranquillidade de espirito, escreveu duas obras em latim *Vida dos religiosos da Companhia de Jesus* e *Feitos de Mem de Sá*, as quaes param, não sabemos onde, inéditas. Produziu tambem um *Vocabulario* ⁽¹⁾ e uma *Grammatica* da lingua indigena ⁽²⁾.

(1) « *Vocabulario da lingua tupy* tal qual era falada em S. Paulo no seculo XVI, pelo padre Joseph d'Anchieta; a edição está ha muitos annos exgotada; mandei tirar uma copia em manuscrito e vou reimprimil-a » General COUTO DE MAGALHÃES : *Setima conferencia*, já citada, pag. 25.

(2) O frontispicio da *grammatica* de Anchieta é o seguinte : « Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brazil. Feyta pelo padre Ioseph de

Falleceu o padre José de Anchieta no aldeamento de Reritigbá (hoje cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo) a 9 de Junho de 1597, com 64 annos de idade, tendo vivido 44 no Brazil (1).

Mais de trezentos indios conduziram o corpo até á villa do Espírito Santo, distante quinze leguas d'aquella aldeia, e o depositaram na capella de S. Thiago, da igreja dos jesuitas, d'onde, em 1611, foi trasladado para a Bahia e sepultado junto ao altar-mór da igreja do Collegio da Companhia, por ordem do geral Claudio de Aquaviva.

Anchieta da Companhia de Iesv. Com licença do Ordinario & do Preposito geral da Companhia de Iesv. Em Coimbra per Antonio de Mariz. 1595. » D'esta primeira edição só existia no Brazil um exemplar, em poder do sr. D. Pedro II, imperador.

O trabalho de Anchieta teve na Allemanha duas edições, publicadas por Julio Platzmann (Leipzig, 1874 e 1876), sendo a ultima facsimilaria estereotypa. O editor offereceu á Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro as chapas estereotypicas que serviram para imprimir o livro em 1876.

Para tornar conhecida na Europa a grammatica de Anchieta, considerada primeiro monumento erguido á lingua selvagem americana, Platzmann publicou em allemão *Grammatica der Brasilianischen Sprache, mit Zugrundelegung des Anchieta, herausgegeben von Julius Platzmann* (Grammatica da lingua braziliana, fundada e desenvolvida sobre a de Anchieta, dada á luz por Julio Platzmann), impressa em Leipzig no anno de 1874.

(1) Em commemoração do tricentenario da morte de José de Anchieta foram proferidas, nos annos de 1896 e 1897, conferencias publicas na bibliotheca da faculdade de direito de S. Paulo, colleccionadas depois em volume in 4.º, de 355 pags., sob o titulo *III Centenario do veneravel Joseph de Anchieta* (Paris, 1900), contendo *fac-similes* de cartas do grande jesuita, retratos seus e diversos mappas do Brazil relativos aos tempos ante-cabralinos.

Os assumptos foram desenvolvidos p.los seguintes cidadãos:

I - Arcediago Francisco de Paula Rodrigues: *O apostolado catholico.*

II - Dr. Eduardo Prado: *O catholicismo, a Companhia de Jesus e a colonisação do Brazil.*

O periodo florescente, a epocha denominada aurea na historia dos jesuitas no Brazil, foi essa, em que figuraram os Nobregas, os Aspilcuetas e os Anchieta—extraordinarios vultos que, esquecidos da propria personalidade, espalharam em torno de si a maior somma de beneficios que homens de sentimentos pôdem distribuir, em favor da felicidade de seus semelhantes e da gloria de uma religião.

III—Dr. Brazilio Machado : *Anchieta, narração de sua vida.*

IV—Dr. Theodoro Sampaio : *S. Paulo no tempo de Anchieta.*

V—Padre Americo de Novaes : *Methodo de ensino e de catecheze dos indios, usados pelos jesuitas e por Anchieta.*

VI—Dr. João Monteiro : *Anchieta na poesia e nas lendas brasileiras.*

VII—General Couto de Magalhães : *Anchieta, as raças e linguas indigenas.*

VIII—Conego Manoel Vicente da Silva : *A sublimidade moral de Anchieta, analyse do processo de sua colonisação.*

IX—Dr. Joaquim Nabuco : *José de Anchieta, a significação nacional do centenário Anchietano*, escripta para ser lida em S. Paulo no dia do centenário (9 de Junho de 1897).

No exordio de sua conferencia disse o general Couto de Magalhães :

« . . . Vós me permittireis, já que recordamos factos passados ha quasi 400 annos, que eu comece esta conferencia, saudando-vos como o padre Joseph de Anchieta saudava os *piratininguaras* (*) ou paulistas de 1560, na lingua paulista que elles falavam n'aquelle tempo e que alguns de nós ainda hoje falam, dizendo-vos :

— *Tupã omogaraiba, yawé ara catú omehê peeme.* O que na lingua dos portuguezes quer dizer :

— Deus vos abençõe, e vos dê tempos felizes.

(*) *Piratininguaras*—comedores de peixe secco.

D'esse notavel trabalho—o ultimo que nos legou Couto de Magalhães—transcrevemos, como homenagem á sua memoria, dois topicos interessantes :

« Nas solidões do Araguaya, Coinamá, velho chefe Anambé, muitas vezes me contava que, quando seus avós emigravam das altas montanhas, provavelmente dos planaltos dos Andes, *onde o sol morre*, para as terras planas, *onde o sol nasce*, os chefes, os *tuchawas* como elles os chamam, dias antes da partida, á hora do toque das buzinas, passavam deante das casas dos guerreiros, dizendo-lhes este famoso grito de guerra para a conquista do Brazil :—*Yá só Pindorama kofi, itamarúna po anhantin, yararama ae recé.*

Depois d'estes, vieram os padres de segunda e ultima plaua, que tomaram conta das casas, collegios e fazendas jesuíticas, no interesse de recolher os lucros materiaes da catecheze. Sob suas roupetas começou a palpitar coração de mercadores.

Como a ordem lhes vedava transacções mercantis, diziam sophisticatedamente que não *commerciavam*, *permutavam* os

«— Marchemos para a região das palmeiras (Pindorama), com a acha d'armas na ponta da mão, seremos senhores do Brazil.»

«O vocabulario tupy, com suas raizes, ainda não está escripto; eu pretendo fazel-o, para podermos interpretar infinidade de nomes de logares, animaes, flôres e fructas de nossa terra, e o farei, si Deus me conceder vida.»

Infelizmente não se lhe prolongou a vida como elle tanto desejava: tendo proferido a sua conferencia a 1.º de Março de 1897, anno e meio depois fallecia, sem deixar publicado o seu vocabulario sobre a lingua tupy.

O general José Vieira Couto de Magalhães nasceu na cidade de Diamantina, Estado de Minas Geraes, a 1.º de Novembro de 1837 e falleceu no Rio de Janeiro a 14 de Setembro de 1898. Era formado em direito pela faculdade de S. Paulo.

De Janeiro de 1863 a Setembro de 1868 presidiu os Estados de Goyaz, Pará e Matto Grosso. Em retribuição a serviços relevantes prestados ao paiz, por occasião da guerra do Paraguay, foi agraciado com o titulo de barão de Corumbá, porém recusou esta distincção honorífica.

Possuia conhecimentos de linguística, ethnographia e anthropologia, de que deram brilhante testemunho as varias obras que publicou, d'entre as quaes salienta-se *O Selvagem*, estudo sobre os indios do Brazil. Falava correntemente e escrevia a lingua tupy ou *nheengatú*.

O dr. Eduardo Prado nasceu na cidade de S. Paulo a 27 de Fevereiro de 1860 e falleceu na mesma cidade a 30 de Agosto de 1901.

Espirito forte, vibrante, cheio de talento e de illustração, uma das mentalidades mais preparadas que podem honrar um paiz, o dr. Eduardo Prado impunha-se á sympathia de seus compatriotas, não só pela variedade de seus conhecimentos, como pela fórma elegante por que os expunha, pela elegancia do estylo, que o fazia um artista da palavra. Jornalista de combate, ninguem o excedeu na critica ao regimen que se instituiu a 15 de Novembro de 1889. Palpitam ainda de velemencia as apreciações politicas que assignadas *Frederico de S.* publicou na *Revista de Portugal* dirigida por Eça de Queiroz e em 1890 reuniu em livro, que foi traduzido em diversas linguas, sob o titulo *Faslos da dictadura militar no Brazil*.

Publicou tambem um livro de viagem *A Sicilia, Malta, Egypto* (Pariz,

generos brazileiros com os de Portugal, e, sob a capciosa denominação, estabeleceram grosso commercio, enriquecendo-se, e fazendo prosperar os vastos armazens que a Companhia possuia em Lisbôa, para onde expediam carregamentos de productos naturaes do paiz.

Esta metamorphose occasionou-lhes desprestigio: contra elles ergueu-se muito naturalmente a grita dos concorrentes ao seu negocio. Iromperam protestos das capitancias de S. Vicente, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. No Pará, especialmente, tomou o conflicto proporções escandalosas, pelo facto de envolver-se n'elle um vulto de primeira ordem, o famoso padre Antonio Vieira, grande advogado dos interesses da Companhia. Os colonos expulsaram de Belém os padres, remettendo Vieira e seus companheiros presos para o Maranhão.

No empenho de obviar difficuldades resultantes da falta de homens para a lavoura, o padre Antonio Vieira apresentou á metrópole um plano de se mandar vir da costa d'Africa escravos por conta do Estado, a fim de serem distribuidos gratuitamente pelos agricultores.

Como censura a tão deshumanitario alvitre, exclama o conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro:

« Deploravel cegueira d'espírito aliás tão illustrado, que

1886); *A Ilusão Americana* (Pariz, 1895), contra a doutrina de Monroe (*A America, dos americanos*), e grande numero de artigos politicos e historicos.

Consta-nos ter deixado no prelo um largo estudo sobre o jesuita Manuel de Moraes e uma analyse sobre a bandeira da Republica.

não duvidava aconselhar que se fizesse n'Africa um trafico, a que com tanto afinco se oppunha n'America! (1)»

Transformados os jesuitas em negociantes ávidos de lucros, desceram os indios de sua posição de discipulos para arrastar-se na miseravel condição de escravos, sem lhes ser permittido appellar para auctoridade alguma, fóra da corporação. A Companhia era por si só um Estado, regido por ferreas leis de despotismo.

Em S. Paulo, onde a tradição memorava com respeito os exemplos de fraternidade e de amor ao proximo dados por Anchieta, não podia ser mais contristador o contraste.

«Os indios das fazendas jesuíticas, diz José Arouche de Toledo Rendon, em sua *Memoria sobre as aldeias de indios da provincia de S. Paulo*, tinham liberdade imaginaria; eram tratados com a mesma sujeição, com o mesmo aperto, com a mesma obediencia que o resto dos escravos; opprimia-os o systema de viverem sempre separados do commum dos homens, pois não lhes era permittido respirar outro ar menos viciado pela oppressão; degradava-os o facto de os casarem com pretas escravas, baptizando-lhes os filhos como servos.»

Na *Noticia raciocinada* sobre as aldeias d'aquelles indios, expõe Machado de Oliveira :

«Accumulavam os padres os dois poderes, espirital e temporal, tornando a sorte dos indios mais deploravel, sua sujeição mais restricta, seus trabalhos mais vexatorios e

(1) *Estudos historicos*, vol. I, pag. 123.

duplicados, por isso que o mando não era partilhado, e de taes animosidades não havia testemunhas que ousassem revelal-as.»

Referindo-se aos indios da provincia do Rio de Janeiro escreveu Joaquim Norberto de Souza Silva (1) em sua *Memoria historica e documentada*:

« Quem diria que esses proprios successores dos Anchietas, dos Nobregas e Grans seguiriam o exemplo que por tanto tempo mereceu a sua reprovação, dado pela avidéz dos portuguezes? Desgraçadamente assim aconteceu! De auctores fizeram-se réos de identicos delictos! Aproveitando-se da cega obediencia que tinham ganho sobre os indios, d'elles se serviam para os seus nefandos fins e abraçando o meio por que os paulistas augmentavam a escravatura de suas fazendas, os casavam com suas escravas d'Africa. Longe de represarem, animavam com o não castigo a altivez e desenvoltura de seus indios, mamelucos ou caribocas, segundo as degenerações por elles promovidas, que cahindo sobre as povoações visinhas ás suas aldeias, desprezadas as ameaças dos portuguezes, assaltavam por vezes os seus estabelecimentos, destruindo suas lavouras, ou conduzindo para as suas palhoças o fructo dos suores de outrem, pagando quasi sempre a resistencia que se lhes antepunha com o assassinio.»

(1) Joaquim Norberto de Souza Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 6 de Junho de 1820 e falleceu em Nietheroy a 14 de Maio de 1891. Occupou o cargo de presidente do *Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Foi um dos brazileiros que mais obras produziram em todos os ramos de litteratura.

O illustrado maranhense, dr. Antonio Henriques Leal, em obra especial que publicou sobre os jesuitas, define de modo claro quaes as relações de dependencia existentes entre os selvagens e os padres da Companhia:

« Em vez de conversos e attrahidos ao gremio da civilização e do christianismo, moviam-lhes guerra os padres, organizando *bandeiras* ou *descidas*, verdadeiros corpos militares, para os caçar como feras, preal-os e conduzil-os manietados para as missões, onde, reduzidos ao mais duro captiveiro, eram empregados em misteres braçaes e castigados rigorosamente quando se esquivavam ao trabalho. Nem leitura nem doutrina, a não ser as orações; nem artes nem officios, a não ser aquelles de que se utilizavam na agricultura. Fazendeiros e senhores d'engenhos d'assucar, só cobiçavam os jesuitas os lucros enormes que provinham do monopolio na permuta dos generos, com detrimento das populações e das rendas do Estado (1).»

Dois acontecimentos apressaram a expulsão dos jesuitas.

Havia o marquez de Pombal nomeado Governador e Capitão General do Maranhão e Pará, principal commissario e plenipotenciario para a demarcação de limites, a seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Logo que chegou a Belém, exigiu o Governador que os jesuitas lhe entregassem todos os indios que se achavam a seu

(1) *Apontamentos para a historia dos jesuitas no Brazil* (Lisbôa, 1874), tomo I, pag. 33.

serviço, porque d'elles tinha necessidade para uma expedição ao Rio Negro, onde o esperavam commissarios por parte da Hespanha.

Esta leva em massa occasionou a deserção de avultado numero de indios—facto attribuido a instigações dos jesuitas, ciosos de sua prepotencia.

Aberta a lucta, Mendonça Furtado enviou ao marquez de Pombal representação tremenda contra os padres, accusando-os e responsabilizando-os, pela desobediencia e pelo estado de mísera escravidão em que viviam os selvagens, segregados de todas as relações sociaes, sem agricultura propria, sem distribuição de justiça, reduzidos á vida puramente animal, como bestas empregadas em fazer prosperar o negocio de seus donos.

Esta accusação e a tentativa de assassinato contra D. José I—conspiração em que se fez figurar um pobre padre da Companhia, Gabriel Malagrida, barbara e injustamente garrotado e queimado pelos carrascos do Santo Officio—serviram de motivo para que o marquez de Pombal apresentasse á assignatura régia, o decreto de 3 de Setembro de 1759, que condemnou os jesuitas, allegando que elles tinham querido levantar-se no Brazil, e em Portugal promoviam desordens e sedições; que se haviam desviado do espirito de seu instituto, e, em vez de elementos de paz, de moralidade e de religião, eram homens perigosos, pois desvirtuavam sua missão, corrompiam e aviltavam os espiritos, provocando rebelliões, insuflando idéas de revolta, alarmando os povos,

conspirando contra o governo e contra a integridade do territorio, pelo que se ordenava que fossem desnaturalizados e expulsos de Portugal e das colonias, não podendo voltar ao reino sob pena de morte, e incorrendo tambem n'essa pena e no confisco dos bens todas as pessoas que lhes dêssem abrigo ou com elles se correspondessem.

Por virtude d'esse acto, foram os jesuitas banidos do Brazil, depois de 210 annos de permanencia entre nós.

« Hoje, não desejamos a sua volta: ser-nos-ia ella damnosa, uma vez que se não despissem, pisando as nossas fronteiras, do manto de politicos—o que seria talvez exigir d'elles o impossivel. Conscios de sua superioridade intellectual, querem dominar por ella; esquecem muitas vezes o logar de modestos operarios do Evangelho para se emmaranharem no intrincado labyrintho da politica (1), e então tornam-se

(1) A 21 de Agosto de 1901 o padre dr. Julio Maria, em conferencia publica proferida do pulpito da cathedral da Bahia, empregou, como peroração, estas palavras revolucionarias:

« No interesse de sua propria conservação e si quer salvar-se, a Republica no Brazil se consorcie com Deus; si não o faz e quanto antes, nós, os brazileiros, passaremos sobre o cadaver da Republica, iremos ao encontro de Deus, realizando o nosso lemma: *A Republica com Jesus Christo ou Jesus Christo sem ella.* » Vide *Jornal de Noticias* da Bahia de 22 de Agosto de 1901.

Esta e outras manifestações politicas externadas pelo referido padre provocaram reacção por parte das gazetas *A Bahia* e *Diario da Bahia*. N'este diario travou-se polemica religiosa e social entre o dr. Virgilio de Lemos, que refutou as idéas do orador, e o padre dr. Angelo Bruno, reitor do seminario archiepiscopal, conego José Basilio Pereira e dr. Francisco Braulio Pereira, lente da faculdade de medicina e do instituto normal, os quaes patrocinaram a causa do padre dr. Julio Maria.

Na conferencia de 18 de Setembro de 1901 foi a cathedral desacatada de modo condemnavel, como se vê do seguinte *Protesto*:

prejudiciaes, deixam de ser uma congregação religiosa para se converterem em seita politica, *carbonarios* da Egreja (1).»

Estudando os documentos que nos deixaram e compul-sando as chronicas de escriptores seus contemporaneos, imparciaes em suas apreciações, a historia sente-se habilitada a proferir *veredictum*.—de gratidão para com os missionarios, que tão alto levantaram o seu sacerdocio civilizador como benemeritos da humanidade, e de caridoso silencio sobre a memoria de todos os outros jesuitas que, arrastados por interesses de ordem secundaria, não quizeram seguir aquelles abnegados exemplos e desprestigiaram a instituição.

« O publico desta capital tem sido testemunha da audacia e intolerancia de certos inimigos do catholicismo, por occasião das conferencias do illustre orador sacro padre dr. Julio Maria.

« Mais de uma vez a Santa Egreja Cathedral tem sido desrespeitada, soltando-se ali bombas, com o malevolo fim de estabelecer a confusão no animo do auditorio.

« Solememente protestamos contra esta profanação no templo do Senhor, a qual, sobre ser um acto sacrilego, é deprimente e não se compadece com os sentimentos de um povo civilisado.

« Que dirão de nós nossos irmãos dos outros Estados, quando souberem que aqui foi violada a santidade do mais augusto templo do Brazil?

« Cumpre que as autoridades civis tomem conhecimento deste facto vergonhoso para nossos costumes e punam severamente os delinquentes.

« Os distinctos cidadãos que nos governam não podem permanecer indifferentes a isto, não só porque trata-se de um crime perante a lei, como tambem porque sendo esses mesmos cidadãos, filhos da Bahia, terra eminentemente catholica e civilisada, não podem com seu silencio permittir que espiritos perversos concorram para o desprestigio da nossa civilisação. Bahia, 19 de Setembro de 1901. † *Jeronymo*, arcebispo da Bahia.»

Vide *Jornal de Noticias* e *A Bahia* de 19 de Setembro de 1901.

(1) Conego dr. JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO: *Estudos historicos* (Havre, 1876), vol. I, pags. 152 e 153.

CAPITULO X

PASSA PORTUGAL AO DOMINIO DA HESPAÑA—ESTADO EM QUE
SE ACHAVA A BAHIA—GOVERNADORES DIOGO LOURENÇO
DA VEIGA, MANOEL TELLES BARRETO, JUNTA GOVERNATIVA,
D. FRANCISCO DE SOUZA—O COLONO-CHRONISTA
GABRIEL SOARES DE SOUZA. —1578-1591.

NO ANNO de 1578 passou Portugal pela dupla calamidade de perder o seu Rei (D. Sebastião) e de perder a sua independencia, com a derrota completa que soffreu na batalha de Alcacer-Kibir (¹) travada a 4 de Agosto.

«Até á ultima hora fizeram-se os maiores esforços para desviar D. Sebastião de seu proposito. D. Luiz de Athayde, o mais experimentado e habil cabo de guerra que Portugal então tinha, rejeitou o commando da expedição, opinando contra ella.

«Martim Affonso de Souza chegou a dizer no paço: Assim como se atam os loucos, cujos desatinos podem ser perigosos, porque não prenderemos a este moço, que anda induzindo o maior damno, para se perder a si e a todos nós?

(1) *El-Kars-el-Kibir*—grande castello.

«Mas o *louco* permaneceu inabalavel, attribuindo a medo a prudencia de uns, a inveja os amoraveis conselhos de outros; mostrando-se convencido de que só o vento de sua espada dispersaria legiões de infieis, desprezando até, na organização das forças expedicionarias, os avisos e as indicações dos velhos militares, para só se guiar pela sua presumpçosa ignorancia da arte da guerra; e, comtudo, ninguem o *atou*, como queria Martim Affonso, antes lhe obedeceu, tristemente resignada, a nação inteira, prestando o mais puro de seu sangue para ir regar os areaes d'Africa, em homenagem á vontade omnipotente do idolo real! Bellezas do absolutismo! Consequencias espantosas do fanatismo monarchico!» (1)

Quando Portugal passou ao dominio da Hespanha no reinado de Philippe II, appellidado *Rei Maldicto* ou *Demonio do Meio dia*, a Capitania da Bahia, que revertêra á corôa por compra feita a Manoel Pereira Coutinho, herdeiro do antigo donatario, apresentava o mais satisfactorio desenvolvimento: a edificação abraugia a extensão que vai da praça Castro Alves ao bairro da Victoria; a população elevava-se já a cerca de 20.000 habitantes, comprehendidos 4.000 escravos africanos e 6.000 indios; tinham-se edificado 49 egrejas approximadamente e 3 conventos; a navegação fluvial para o interior empregava mais de 1.000 embarcações pequenas; 16 engenhos

(1) CESAR CANTU: *Historia universal ampliada por Antonio Ennes* (Lisbôa, sem data), tomo XIV, pag. 115.

produziam por anno cêrca de 120.000 arrobas de assucar; disseminava-se a instrucção primaria em muitas escolas; enchia-se o Collegio de Jesuitas de uma mocidade avida de aprender e de descortinar largos horisontes ás suas aspirações.

No governo de Diogo Lourenço da Veiga foi incumbido Antonio Dias Adorno de ir explorar minas de esmeralda, noticiadas por Sebastião Fernandes Tourinho, que subira o rio Doce e descêra o Jequitinhonha; porém nada de positivo se verificou em relação a taes minas.

A administração d'este governo deixou um traço energico na historia colonial: o ter conseguido destruir pelo incendio 11 navios francezes que vinham exercer contrabando nas costas do Brazil.

Diogo da Veiga falleceu na Bahia a 4 de Junho de 1581.

Assumiu a supremacia do governo uma Junta, composta do Bispo, D. frei Antonio Barreiros, da Camara e do Ouvidor Geral, Cosme Rangel de Macedo. Esta corporação tornou-se antipathica ao povo pelo lançamento de pesado e vexatorio imposto ás officinas.

O primeiro Governador Geral mandado por Felipe II a administrar o Brazil foi Manoel Telles Barreto, que chegou á Bahia a 9 de Maio de 1583.

Começou logo a sua administração abolindo o imposto, chamado dos *mesteres*, e tratando de colonizar a Parahyba, desejo que seu antecessor Luiz de Britto e Almeida não pudêra realizar. Para a consecução d'este commettimento excellente oportunidade se lhe deparava: achava-se no porto

da Bahia uma esquadra hespanhola commandada por D. Diogo Flores Valdez: o Governador destacou 7 embarcações que juntou a 2 navios portuguezes e fez seguir a frota para Pernambuco, onde a esperava uma força terrestre composta de 1.000 homens commandada por D. Philippe de Moura, logar-tenente do donatario.

Em caminho, combateram uma flotilha franceza de 6 navios, dos quaes foram incendiados 5. Chegados á Parahyba, construíram á margem do rio do mesmo nome um forte, a que o chefe da expedição deu o nome de *S. Philippe*, confiando o commando a Francisco Castejon. Contra o gentio, que ameaçava tomar de assalto o forte, foram summamente valiosos os reforços mandados da capitania de Itamaracá.

A posse da Parahyba firmou-se definitivamente no anno de 1586.

Manoel Telles Barreto falleceu na Bahia a 27 de Março de 1587.

Por sua morte passou o governo a uma Junta composta do Bispo D. frei Antonio Barreiros, do Provedor-mór Christovão de Barros (filho de Antonio Cardoso de Barros) e do Ouvidor Geral Antonio Coelho de Aguiar.

O governo da Junta estendeu-se até 24 de Outubro de 1591, realizando melhoramentos notaveis, como a fundação da cidade da Cachoeira á margem do rio Paraguassú e a criação da Capitania de Sergipe.

A 4 de Outubro de 1591 assumiu o governo geral D. Francisco de Souza.

Em sua companhia veio, de regresso, á sua terra natal Roberio Dias, descendente de Catharina Paraguassú, e um dos homens que mais riquezas apparentavam na capital bahiana: quasi todos os objectos de ornamentação de sua capella e toda a baixella era de prata, extrahida, segundo dizia, das minas que possuia em suas terras. Havia ido a Madrid apresentar-se a Philippe II como descobridor do precioso metal, declarando ter encontrado mais prata do que ferro existia em Bilbáo na Biscaya. Como premio de sua importante revelação, pedira o titulo de *marquez das Minas* — honra demasiadamente alta para lhe ser conferida. Descontente com a nomeação de administrador e sabendo que ao novo governador estava promettido o marquezado que solici-tára, Roberio, ao chegar á Bâhia, tratou de apagar todos os vestigios que pudessem denunciar o local das minas de prata. Debalde D. Francisco de Souza empregou esforços para obter d'elle o segredo. Encolerizado com suas continuas evasivas, o fidalgo representou contra o explorador; antes, porém, que da Hespanha chegasse o solicitado castigo, falleceu Roberio Dias, sem deixar sobre as apregoadas minas esclarecimento algum, nem a seus proprios herdeiros (1).

No anno de 1567 dirigia-se um navio a Monomotapa (Africa oriental) e, ao fazer escala pela Bahia, d'elle desem-

(1) O grande romancista nacional José de Alencar compoz sobre este assumpto um romance *As Minas de Prata*, prologo de seu padrão de gloria, *O Guarany*.

barcou Gabriel Soares de Souza, portuguez activo e emprendedor que preferiu estabelecer-se no Brazil. Por seu constante trabalho, desenvolveu a sua intelligencia e estudos, conseguiu adquirir fortuna dentro de alguns annos, e possuir um grande engenho de assucar, e terras situadas entre os rios Jequiriçá e Jaguaribe.

Tinha este colono um irmão, João Coelho de Souza, que se empregára durante tres annos em explorar os sertões, onde encontrára metaes preciosos e até diamantes.

Por morte de João Coelho, que lhe havia legado o roteiro descriptivo de suas descobertas, resolveu Gabriel Soares transportar-se á Hespanha, a fim de obter concessões e privilegios compensadores das extraordinarias despesas que pretendia realizar com a exploração de minas.

Partiu da Bahia em Agosto de 1584. Na côrte hespanhola fez relações com D. Christovão de Moura, estadista de grande influencia, a quem offereceu um manuscrito precioso, intitulado *Tratado descriptivo do Brazil em 1587, obra de Gabriel Soares de Souza, senhor de engenho na Bahia, n'ella residente dezeseete annos, seu vereador de Camara etc.* (1).

(1) A obra de Gabriel Soares de Souza, a mais importante que ainda se escreveu sobre a Bahia, consta de 196 capitulos, e acha-se publicada na *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico do Brazil* (Rio de Janeiro, 1879), tomo XIV, 2.ª edição, pags. 1 a 330, seguidas de 270 notas elucidativas, *Breves commentarios*, escritos pelo auctor da *Historia Geral do Brazil*, visconde de Porto Seguro (pags. 331 a 374).

Referindo-se a Gabriel Soares, diz o visconde: «O nosso auctor é singelo, quasi primitivo no estylo, mas era grande observador, e, ao ler o seu livro, vos

Taes foram, porém, as delongas oppostas á sua pretenção, que só em Dezembro de 1590, conseguiu ser despachado, obtendo concessões valiosas e podendo levar as suas explorações ao interior do Brazil, ás paragens que depois foram denominadas Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso.

Investido do cargo de *Capitão-mór e governador da conquista e descobrimento do rio S. Francisco*; distinguido com privilegios para si, para seus parentes e para os que o acompanhassem; podendo conceder fôro de fidalgo a 100 pessoas de sua comitiva; tendo licença para levar consigo presos, degredados e 200 indios frecheiros dos aldeamentos da Bahia; dispondo de habitos, tenças e mercês para os que se mostrassem merecedores de galardão, Gabriel Soares de Souza, pelos elementos materiaes postos a seu serviço e pelos recursos intellectuaes que o collocavam em evidencia, tinha as maiores probabilidades de magnifico exito em sua vasta empresa, que ia abrir ao paiz extraordinaria fonte de rendas.

Partiu de Lisbôa na urca flamenga *Grypho Dourado*, a 7 de Abril de 1591, conduzindo 360 homens, incluindo quatro religiosos carmelitas, entre os quaes veiu frei Jeronymo de Cannavezes, que occupou mais tarde o cargo de provincial.

A 15 de Junho do mesmo anno, naufragou o navio ao

custa a descobrir si elle, com estudos regulares, seria melhor geographo que historiador, melhor botanico que corographo, melhor ethnographo que zoologo».

A primeira edição do *Tratado descriptivo* foi feita pela Academia Real de Sciencias de Lisbôa, no anno de 1825.

entrar a barra do rio Vasa-barris, salvando-se porém, quasi toda a tripulação.

Chegando á Bahia reforçou-se de pessoal em suas terras e afoitamente seguiu a seu destino.

Guiado pelo roteiro de seu irmão, Gabriel Soares subiria o rio Paraguassú até suas cabeceiras; d'ahi passaria para o rio S. Francisco, que percorreria até suas vertentes, logar em que se achavam as minas; em pleno coração de Minas Geraes assentaria a séde de suas explorações (1).

(1) Por esse tempo de febre em descobrir minas, propalou-se existir um paiz em que havia montes de ouro e de prata. Uns referiam-se aos reinos de Bogotá e Tunja, hoje Nova Granada, outros attribuiam taes riquezas ao Perú. Propalava-se que, para fugir á perseguição dos Incas, fugira um irmão mais moço de Atapalipa, conduzindo extraordinarios thesouros, e formára um grande imperio. Ao phantastico imperador davam diversos nomes—Grão Mòxo, Grão Paytiti, Grão Parú e Enim. A exaltação chegou a ponto de se apresentar mappa do imperio, indicando a sua configuração e os logares em que se achavam os indicados montes. Um aventureiro affirmou ter visitado a capital, a cidade de Mandá, que possuia na rua dos Ourives cerca de 3.000 operarios; dizia que as columnas do palacio imperial eram de alabastro e pórfyro; as galerias de ébano; o throno de marfim com degraus de ouro. Um escriptor hespanhol, D. Martin del Barco, em livro intitulado *Argentina*, publicou que havia sido descoberto o paiz do Grão Mòxo e descreveu o palacio, edificado em uma ilha dentro de um lago. Á entrada, duas torres e entre ellas uma columna de vinte e cinco pés de altura, encimada por grandiosa lua de prata; presos á base, em cadeias de ouro, dois bois vivos; ao lado, um parque plantado de arvores e regado por uma fonte de prata que esguichava por quatro tubos de ouro. A porta era de cobre, pequenissima, e o ferrolho preso em rocha viva; dentro resplandecia um sol de ouro sobre um altar de prata, illuminado constantemente por quatro lampadas.

Os hespanhóes davam ao supposto imperador o nome de *El Dorado*. Dizia-se que todas as manhãs untavam-lhe o corpo com uma gomma aromática de grande preço e depois por um tubo sopravam-lhe ouro em pó, de que ficava coberto. Isto feito, o opulento monarcha adornava-se de pennas, á moda selvagem.

Não acreditamos que homens de nota admittissem a possibilidade de tal

Largamente protegido pelo Governador Geral, Gabriel Soares seguiu viagem, subindo o rio Paraguassú pela margem direita.

Em distancia de 50 leguas, na serra do Guarerú, fez construir uma fortaleza que deixou guarnecida com doze soldados; 50 leguas adiante, nas cabeceiras d'aquelle rio, levantou segunda fortaleza.

Ao proseguir a jornada, foi acommettida de molestias a expedição, crise agravada ainda com a falta de mantimentos.

Ahi, na paragem em que annos antes havia fallecido seu irmão, morreu Gabriel Soares, bem como seu guia, o selvagem *Aracy* (1).

Com a morte do prestigioso chefe mallogrou-se completamente a grande e promettedora expedição.

Gabriel Soares de Souza foi enterrado na capella-mór da igreja de S. Bento; conforme seu desejo, gravou-se-lhe na campa este singelo epitaphio—*Aqui jaz um peccador* (2).

paiz e tal personagem. A fabula do *El Dorado* foi inventada para attrahir a emigração européa para aquellas partes do Novo Mundo. O Brazil colheu resultados com o *El Dorado*: o ver-se livre de cobiçosos inglezes que para lá se encaminharam, atormentados pela insaciavel sede de ouro.

(1) *Aracy*—de *ára*, dia, e *cy*, mãe: *mãe do dia*—sol.

(2) Gabriel Soares fez testamento na Bahia a 10 de Agosto de 1584, o qual foi aberto a 10 de Julho de 1592. D'entre as disposições que deixou, citamos estas, como curiosas:

« Acompanhará meu corpo, se fallecer n'esta cidade, o cabido, a quem se dará a esmola costumada, e os padres de S. Bento levarão de offerta um porco, seis almudes de vinho e cinco cruzados.

« Me dirão 150 missas resadas e 15 cantadas: ás cantadas darão de offerta a cada uma sua gallinha e canada de vinho.

Desenvolveram-se os trabalhos de colonização: nas capitâneas do sul, ganhava terreno a civilização conseguida pela catecheze e pelos empreendimentos dos paulistas; nas capitâneas do norte eram desalojados os índios para que novas povoações fossem fundadas.

«Digo e declaro por meu herdeiro de toda a minha fazenda o mosteiro de S. Bento da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, com condição que eu e minha mulher Auna de Argollo nos enterremos ambos na capella-mór. . .

«Serão obrigados o abbade e religiosos que ora são e ao deante forem, me dizerem cada dia uma missa resada por minha alma, para emquanto o mundo durar, com seu responso sobre a sepultura; e cada anno, pela semana dos Santos, um officio de nove lições.»

CAPITULO XI

CONQUISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. PIRATAS INGLEZES E FRANCEZES. A PRIMEIRA INVASÃO HOLLANDEZA NA BAHIA.

O GOVERNADOR GERAL

DIOGO DE MENDONÇA FURTADO. O BISPO D. MARCOS TEIXEIRA
CAPITULAÇÃO DOS HOLLANDEZES—1583-1627

PROSEGUINDO a colonização para o norte, o Governador Geral D. Luiz de Souza incumbiu, no anno de 1597, a Manoel de Mascarenhas a ardua missão de ir arrancar o Rio Grande do Norte do poder do gentio. Depois de dois annos de luctas com os *Potiguares* (1), conseguiu Mascarenhas fundar a povoação do Natal. Para esse fim cooperaram forças reunidas pelo indio *Sorobêbê* (2), soldados vindos da Parahyba chefiados por Feliciano Coelho e reforços de Jeronymo de Albuquerque.

Antes, porém, de continuarmos a succinta narração dos progressos que o espirito civilizador foi adquirindo sobre as populações nômadadas e ignorantes, façamos apanhamento

(1) *Potiguares*—de *poti*, camarão, e *guares*, comedores.

(2) Alteração de *Çoóbêbê*—de *çoo*, animal, e *bêbê*, que vda.

retrospectivo dos conflictos que os colonos tiveram de travar contra extrangeiros ambiciosos.

Preoccupavam-se os portuguezes com descobertas de minas quando, em 1583, foi o Brazil procurado por piratas inglezes. A convite de John Whithall, que se havia casado e estabelecido em Santos, para alli dirigiu-se Eduardo Fenton, com o designio de saquear a cidade, no que foi obstado por uma esquadilha hespanhola commandada pelo almirante Flores, que apesar de perder um navio, pôz em fuga os inimigos.

Em 1586 outra expedição, sob o commando de Roberto Wethington, dirigiu-se á Bahia com o fim de devastar a riquissima região chamada Reconcavo. Não puderam, porém, effectuar desembarque pela forte resistencia que lhes oppoz o jesuita Christovão Gouvêa, á frente de uma multidão de indios armados. Os piratas só conseguiram aprisionar e saquear embarcações indefesas.

Depois de haver effectuado uma viagem á volta do mundo, deixando em muitos pontos deshonorosos vestigios de sua passagem, dirigiu-se ao Brazil Thomaz Cavendish: mandou adeante o vice-almirante Cocke com a incumbencia de tomar a cidade de Santos. O emissario effectuou desembarque, encontrando muitas pessoas da população na igreja, a ouvir missa, e ali aprisionou-as, sob ameaça de que sua liberdade ou suas vidas dependia do resgate que reclamava. Os lusitanos pediram curto praso para a entrega de dinheiro, tempo que os inglezes empregaram em excessos de intemperança, permittindo a embriaguez que os moradores fugissem

á noite para fóra da cidade, levando consigo o que de importante possuíam.

Oito dias depois, chegando Cavendish, encontrou a cidade sem habitantes e sem mantimentos. Desgostoso com este desastre, mandou incendiar cinco eugenhos de assucar em S. Vicente e seguiu viagem para o estreito de Magalhães, d'onde fortissima tempestade o impelliu de novo para as costas do Brazil. Tres leguas ao norte de S. Vicente fez desembarcar 25 homens fortes, encarregados de procurar e trazer provisões á tripulação, parte esfomeada e parte doente. Esses foram mortos pelos colonos e selvagens, exceptuados dois, conduzidos em triumpho a Santos, com grande acompanhamento, em que figuraram em paus as cabeças dos mortos.

Não escarmentado, Cavendish seguiu para o norte: em Cabo Frio aprisionou uma embarcação portugueza que se dirigia para o Rio da Prata; destruiu pelo saque e pelo incendio a Ilha Grande, e, em seguida, tentou tomar de assalto o Espirito Santo: ahi foi vigorosamente repellido.

Desenganado e descontente com o mau exito de sua expedição, regressava para seu paiz, quando falleceu em viagem, no anno de 1592.

Em 1595 negociantes de Londres prepararam uma esquadilha destinada ao explorar terras do Brazil, confiando o commando a James Lancaster. Ao tratar d'este personagem diz o historiador inglez Southey:

«Tinha elle, segundo dizia, sido educado entre os portuguezes, vivido entre elles como fidalgo e morado-lhes nas terras como mercador; commettia, pois, o que se podia dizer traição moral, tomando armas contra um povo, entre o qual tanto tempo havia estado domiciliado (1).»

Tendo noticia de que um galeão carregado de ricas especiarias da India naufragára em Pernambuco, Lancaster juntou seus tres navios a quatro do corsario João Venner, que encontrára na ilha de Maio, archipelago de Cabo Verde, e dirigiu-se para aquelle ponto do Brazil, ancorando defronte do Recife a 31 de Março de 1595.

Dispondo apenas de sete canhões, o forte que defendia a cidade pouca resistencia offereceu: os que o guarneciam viram-se forçados a abandonal-o.

Por falta de recursos bellicos, não poude o governador da capitania, D. Philippe de Moura, obstar a invasão e com o povo passou-se para Olinda.

Os inglezes occuparam o Recife durante 31 dias, occupados em transportar para seus navios todos os generos de que se achavam abastecidos os armazens da cidade.

Sabendo os lusitanos que não era proposito dos inglezes estabelecer-se alli, porém saquear a cidade, empregaram diversos meios de desalojal-os quanto antes: puzeram fogo a cinco caravelas e as deixaram ir pela correnteza ao encontro

(1) ROBERTO SOUTHBY: *Historia do Brazil*, traduzida do inglez pelo dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e annotada pelo conego dr. J. C. Fernandes Pinheiro (Pariz, 1862), tom. II, pag. 21.

dos navios inimigos: Lancaster fel-as harpoar, encalhando umas na praia e fundeando outras onde pudessem arder sem perigo; dias depois, pela calada da noite, os portuguezes fizeram descer pelo rio tres enormes jangadas chammejantes, em direcção ás embarcações inglezas: estas só com grande trabalho evitaram o incendio; foram formadas partidas para perseguir os corsarios quando sahiam da cidade para se proverem d'agua, obrigando-os assim a trocar agua por sangue; foi levantada na barra uma trincheira com o fim de lhes embaraçar a sahida ou occasionar a perda de navios. O vice-almirante Barker conseguiu destruir a trincheira.

Como uma prova de audacia, 300 homens, entre inglezes e francezes, adeantaram-se a fazer um reconhecimento a uma milha de distancia, desejosos de travar lucta e obter victoria, inconscientes da cilada que lhes fôra preparada. Portuguezes e indios cortaram-lhes a rectaguarda e os envolveram, matando-lhes trinta e cinco homens, entre elles o vice-almirante Barker, seu ajudante e dois capitães francezes, perseguindo de perto a todos os outros que em debandada se refugiaram junto de seus navios.

Na tarde d'esse dia de derrota fizeram-se á vela onze embarcações inglezas ricamente carregadas de mercadorias e regressaram para a Europa a dividir os lucros da pillagem.

Piratas francezes tentaram saquear a Parahyba do Norte, mas foram repellidos pelo forte de Cabedello, que os pôz em fuga.

A Bahia de Todos os Santos foi tambem visitada pelos

capitães holandeses Harteman, Broer e Paulo van Carden em 1604 com 7 navios: conseguiram entrar no porto, incendiaram uma embarcação e apoderaram-se de outra carregada de mantimentos.

Ao governo de D. Francisco de Souza succedeu Diogo Botelho, a quem se deve o relevante serviço de afugentar para o sertão os Aymorés, que em continuas correrias inquietavam as capitánias do sul—Ilhéos e Porto Seguro.

A Hespanha, dominada inteiramente pelos jesuitas, exercia pressão sobre a colonia, da qual exigia a contribuição de um milhão e setecentos mil cruzados annualmente.

Acoroçados pela metropole, os padres redobravam de exigencias, extorquindo dinheiro aos colonos sob pretexto de indemnizações devidas a indios pelo arrasamento de suas aldeias. O bispo, D. Constantino Barradas, summamente ambicioso, collocou-se desde logo em hostilidade contra o Governador.

Varias tentativas foram empregadas, quer por parte do Diogo Botelho, quer por parte dos jesuitas, com o fim de colonizar-se Ceará e Maranhão: foram frustradas todas, motivadas pela desharmonia em que esses religiosos viviam com os colonos.

Desgostoso com os continuos conflictos havidos entre o poder temporal e o espirital, retirou-se o Governador Geral para o reino.

Foi substituido no cargo por D. Diogo de Menezes e

Siqueira, depois Conde de Ericeira, o qual passou de Pernambuco, onde se achava, para a Bahia, em 1607.

O governo do Brazil foi de novo dividido em dois, cabendo o das capitancias do norte áquelle Governador e o das do sul a D. Francisco de Souza, superintendente das minas.

No governo de Diogo de Menezes continuaram as mesmas desintelligencias entre jesuitas e colonos, na porfia em que ambos os grupos se achavam de escravizar os indios.

Este Governador incumbiu a Martim Soares Moreno a fundação de um presidio na praia visinha á ponta do Mocuripe, o qual teve o nome de Fortaleza, hoje capital do Ceará.

Sucedeu a Diogo de Menezes no governo das capitancias do norte Gaspar de Souza, que administrou durante os annos de 1612 a 1616, e a quem tinha sido incumbida a colonização de todas as terras comprehendidas entre o Rio Grande do Norte e o Amazonas—paragem que pela riqueza e admiravel fertilidade do solo era em extremo cobiçada por nações européas.

No Maranhão achavam-se domiciliados desde 1594 os francezes Jacques Riffault e Carlos des Vaux; a estes aggregaram-se Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, Emilio Rassilly e Carlos Harley no anno de 1612, e em uma chapada á esquerda do porto de Javiré ou Maranhão fundaram a povoação de S. Luiz, em homenagem ao principe reinante, Luiz XIII.

Ao encontro dos francezes, marchou Jeronymo de Albuquerque e obteve brilhante victoria contra o inimigo, que

dispunha de 7 navios de alto bordo, 46 canôas e mais de 2.000 índios. Ravardière e todos os seus compatriotas foram obrigados a deixar o Maranhão a 3 de Novembro de 1615. Por esse feito, Jeronymo de Albuquerque juntou ao seu nome o appellido de *Maranhão*.

Continuando a colonização para a parte septentrional, foi incumbido de povoar o Pará o Capitão-mór Francisco Caldeira Castello Branco, o qual fundou a cidade de Belém sobre a bahia de Guarajá.

A 13 de Junho de 1621 foi pelo governo da Hespanha creado o Estado do Maranhão, independente do resto do Brazil, sendo nomeado, a 25 de Março de 1624, seu primeiro Governador Francisco Coelho de Carvalho, Capitão da Parahyba.

Foi n'essa epocha que se deu a primeira invasão hollandeza no Brazil.

Os inimigos que Philippe II tinha na Europá, d'entre os quaes avultavam os hollandezes, não podendo vingar-se d'elle no velho continente, emprehenderam hostilizar as colonias estabelecidas pelos portuguezes e para a consecução d'este projecto formaram uma forte empresa, *Companhia das Indias Occidentaes*, destinada a commerciar e a conquistar as terras recentemente descobertas, d'Africa e America.

Prepararam os hollandezes uma forte esquadra composta de 33 navios d'alto bordo e 3 yachts com 500 peças de artilheria, 1.600 marinheiros e 1.700 homens de desembarque,

confiando o commando ao almirante Jacob Willekens, servindo de vice-almirante Pieter Pieterszoon Heyn e de commandante das tropas Johan van Dorth.

A esquadra sahiu da Hollanda a 21 de Dezembro de 1623; um temporal dispersou-a á vista de Plymouth e só em S. Vicente, uma das ilhas do Cabo Verde, conseguiu ella reunir-se. Passado o equador, abriram os commandantes suas cartas de instrucções ou de prégo, e souberam que lhes era determinado conquistar a cidade do Salvador, capital do Brazil. Congratulavam-se por esta designação, quando outro temporal separou a armada, atirando para immedições da Serra Leôa o navio de Johan van Dorth. Willekens pôde vencer a travessia e veiu pairar junto á ilha Tinharé ou do morro de S. Paulo, cerca de doze leguas da capital, e ahi esperou pelo companheiro.

Avistando um navio inimigo, determinou o Governador Diogo de Mendonça Furtado que fossem chamados do Reconcavo os que pudessem tomar armas. Como, porém, durante tres dias, não apparecessem mais embarcações e corresse o boato de que eram corsarios só occupados em fazer presas no mar, o bispo, D. Marcos Teixeira, opinando de modo contrario ao Governador, aconselhou do pulpito aos moradores do Reconcavo que voltassem a seus trabalhos, resultando d'este imprudente alvitre lastimavel dispersão de forças, tão necessarias para a defesa da cidade (1).

(1) • Não se pouparam motejos e censuras ao Governador pela sua insistencia na defensão da cidade, e o proprio bispo D. Marcos Teixeira, que mais

O Governador havia fortificado a praça de palacio com seis peças de artilheria; armou 28 navios mercantes; reforçou com 100 homens a fortaleza de Santo Antonio da Barra, confiando-lhe o commando a Francisco de Barros, e nomeou como inspector geral das fortificações o Ouvidor, Pedro Casqueiro.

Logo que foram avistadas as embarcações inimigas, mandou tocar a rebate. O bispo apresentou-se á frente de uma companhia de religiosos, que aquartelaram na Sé.

Na madrugada do dia 9 de Maio de 1624, entrou a esquadra hollandeza composta, como dissemos, de 36 navios. Cinco fundearam defronte da fortaleza de Santo Antonio da Barra e os demais foram collocar-se em linha no ancoradouro da cidade.

Sem difficuldade foi tomado o forte da Barra por forças commandadas pelo major Allert Schouten; em seguida, 1.200 soldados e 240 mariuheiros, sem resistencia dos portuguezes, invadiram a cidade, vindo pela Graça, corredor da Victoria, rua conselheiro Pedro Luiz até ás fortificações chamadas Portas de S. Bento, onde foram bravamente repellidos, com muitas perdas, pelo filho do Governador, e obrigados a refugiar-se no convento dos Benedictinos.

Os navios hollandezes *Nassau*, *Geldria*, *Groningue* e

tarde cobriu-se de gloria, trocando o baculo pela espada, não sendo dos ultimos a oppôr-se a Mendonça, com quem talvez vivesse malquistado.»

Conego dr. JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO: *Estudos historicos*, tom. I, pag. 319.

Neptuno, commandados por Pieter Heyn, atacaram as embarcações surtas no porto, durando o combate até á noite. Na refrega desarvorou o *Groningue*, morrendo o commandante Andriès Neenwkerk. Para decidir o combate, Heyn expediu contra as embarcações tres lanchas armadas; aterrizados, os portuguezes abandonaram seus navios, incendiando sete d'elles carregados de assucar, e fugiram para a cidade. Aproveitando o pavor causado, Willekens deu ordem a Pieter Heyn para ir tomar a fortaleza de S. Marcello (1). Para esse fim, embarcaram 280 marinheiros em 14 lanchas armadas e dirigiram-se á fortaleza. Protegida por um muro de oito ou nove pés de altura, era a plataforma defendida por onze peças de artilheria e guarnecida por 500 a 600 soldados, que heroicamente fizeram frente aos assaltantes. Ou com o auxilio de croques ou trepados aos hombros uns dos outros, conseguiram os holandezes galgar a muralha e penetrar na fortaleza: o corneta do navio de Heyn foi o primeiro a subir e cahiu morto; o segundo, o proprio Heyn, contou, entre os seus,

(1) Diz-se vulgarmente que o antigo forte de Nossa Senhora do Populo ou fortaleza de S. Marcello ou Forte do Mar é obra dos holandezes, quando invadiram a Bahia.

Não é exacto. Não devemos tal construcção a esse povo de navegadores audazes.

Os holandezes occuparam a Bahia durante um anno incompleto, desde 9 de Maio de 1624 a 1.º de Maio de 1625. Não podiam, em tão curto espaço de tempo, e constantemente perseguidos e guerreados, levantar uma muralha de 12 metros de altura sobre o nivel do mar, e 15 de largura, comprehendido n'esta dimensão o plano de fogo de 4 metros e 35 centimetros.

Pieter Heyn, ao apoderar-se d'ella, inutilizou-lhe a acção, encravando-lhe as peças, e abandonou-a. Posteriormente não consta que os holandezes alli estivessem a construil-a.

quatro mortos e dez feridos. Para não entregar-se, a guarnição da fortaleza arrojou-se ao mar e salvou-se a nado. Depois de encravar todas as peças, o chefe hollandez regressou á noite para a armada.

Possuida de terror, a população, por instigações do bispo, abandonou a cidade na noite d'esse mesmo dia 9 de Maio (1), levando consigo os objectos mais preciosos e retirou-se para o aldeamento do Espírito Santo (hoje villa de Abrantes), onde os padres da Companhia de Jesus possuíam grande egreja e collegio.

A fortaleza foi começada em 1623, pelo Governador Diogo de Mendonça Furtado; acabada em 1630; reconstruida, em virtude da carta regia de 4 de Outubro de 1650, pelo conde de Castello Melhor, e em 1811 reformada pelo conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Britto, que a guarneceu de 46 canhões.

A fortaleza é de fórma circular e acha-se situada no meio do ancoradouro, defronte da Alfandega e do Arsenal de Marinha, logar strategico, pois domina todos os pontos do porto. É artilhada com 26 canhões.

Possue um pharolete e um mastro de signaes semaphoricos, em correspondencia com o de Santo Antonio da Barra.

Na historia d'esta fortaleza citam-se dois factos dignos de nota.

Por occasião da retirada das tropas do general Madeira, no memoravel dia 2 de Julho de 1823, o valente official de marinha, portuguez, João das Botas, encontrando desguarnecido o forte, occupou-o e ali arvorou, pela primeira vez, uma bandeira verde e amarella, como symbolo da nacionalidade brazileira que se firmava perante as nações do mundo.

O outro facto importante é o ter a fortaleza servido de prisão ao denodado revolucionario rio-grandense Bento Gonçalves da Silva, que d'ella fugiu, a nado, na madrugada de 10 de Setembro de 1837.

A fortaleza é actualmente (1901) commandada pelo 1.º tenente de artilheria Sezefredo Francisco de Almeida.

(1) Criticando o modo por que foi abandonada a Bahia ás depredações do invasor, diz Rocha Pitta: «Não souberam obrar os moradores da Bahia pela sua Nação, o que Sagunto pela Romana e Numancia pela Carthagineza. Sem lhes abrirem brecha nos muros, nem perderem vidas (pelas salvar nos bosques), desampararam a cidade, podendo defendel-a. Pouco lhes deveu a patria, pois

No dia seguinte, depois de forte resistencia, foi preso em palacio o Governador Geral Diogo de Mendonça Furtado; renderam-se com elle seu filho Antonio de Mendonça Furtado, joven de 17 annos; provincial dos jesuitas Domingos da Cunha; Ouvidor geral Pedro Casqueiro; sargento-mór Francisco de Almeida; negociante Pedro da Cunha e alguns padres: ao todo 14 pessoas.

Mendonça foi remettido para a Hollanda, onde conseguiu livrar-se da prisão a 23 de Novembro de 1626.

Logo que se possaram da Bahia, os hollandezes saquea-

a deixaram em sujeição extranha: muito as muralhas, pois lhes quizeram poupar as pedras, cujas ruinas poderiam ser os melhores epitaphios de seu valor; mas como o tinham sepultado, ou injuriado nos peitos, não cuidaram de o trasladar aos marmores: posto que depois (como mostrará a Historia) o que não obraram na cidade, fizeram na campanha, impedindo aos inimigos continuar por ella os seus progressos; arrependimento, que ainda que veiu prompto á satisfação da culpa, os não pôde livrar da injuria do peccado.»

Historia da America portugueza, desde o anno de 1500 de seu descobrimento até o de 1724, mandada reimprimir ou publicar pelo barão Homem de Mello, presidente da provincia da Bahia (Bahia, 1878), pags. 149 e 150.

Sebastião da Rocha Pitta nasceu na cidade do Salvador ou Bahia a 3 de Maio de 1660 e falleceu a 2 de Novembro de 1738.

Frequentou o collegio dos jesuitas, onde tomou o grau de mestre em artes. Seguiu depois para Portugal a cursar a Universidade de Coimbra, formando-se ahí bacharel em canones no anno de 1682.

De volta ao Brazil, entregou-se a trabalhos de lavoura, e em mistéres materiaes e communs teria passado da vida á morte, extranho ao mundo litterario, si em seu cultivado espirito não se desenvolvesse o pensamento de escrever e publicar obra que lhe perpetuasse o nome.

Contava Rocha Pitta 70 annos de idade quando, em 1730, fez apparecer em Lisboa a *Historia da America Portugueza*.

Em relação a este historiador diz o erudito conselheiro Pereira da Silva: «Sentimos ter de enunciar que, ou pelas idéas religiosas da epocha, que não

ram a cidade, inclusive as egrejas, d'onde retiraram alfaias de valor e treze grandes imagens de prata, representando os doze Apostolos e a Virgem Maria. Armazenaram no collegio dos jesuitas grande quantidade de vinho, couros, azeite, fumo, fazendas de algodão e de seda e 3.900 caixas de assucar.

Conta-se que os soldados mediam ouro e prata aos chapéus cheios e muitos outros paravam centos de florins em um lance de dados.

Segundo Rocha Pitta, os hollandezes inutilizaram documentos de grande valor historico, queimando os archivos

admittiam exame nos milagres de fé e nos factos que relatavam os missionarios com o fim de catechizar as nações selvagens, ou mesmo talvez pela crença supersticiosa e excessivo amor patriotico de Sebastião da Rocha Pitta, não está isenta a sua obra do grave defeito de dar como verdadeiros alguns factos que qualquer exame rapido ou ligeiro raciocinio teria declarado falsos e até inverosímeis.

« Parece arrastado mais pela imaginação do que pela razão: acceita as legendas religiosas dos missionarios e as anecdotes poeticas do povo como acontecimentos reaes; não ousou rebatel-as ou acreditou-as; e peccou por qualquer dos modos.

« Como se afadiga tanto para provar que S. Thomé viajou pelo Brazil! Como tenta achar no paiz os signaes demonstrativos de seu baculo e de seus pés! Como appella para a tradição dos gentios! . . .

« E relativamente ás aventuras de Diogo Alvares, o Caramurú, tão doiradas pela poesia popular, como as acceita em toda a sua plenitude! Como acredita na fabulosa viagem á França, e a dá como verificada no reinado de Henrique de Valois, segundo de nome, e de Catharina de Medicis, quando esse reinado começou sómente em 1547 e de então em diante está evidentemente provado que não sahio da Bahia Diogo Alvares, havendo em 1531 casado duas de suas filhas com Affonso Rodrigues e Paulo Dias Adorno, companheiros de Martim Affonso de Souza! »

J. M. PEREIRA DA SILVA: *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes* (Pariz, 1858), tom. I, pags. 201 e 202.

da secretaria da Camara, da Vedoria e de outros cartorios (1), selvajaria que nos repugna acreditar, como praticada por um povo intelligente e amante da civilisação. Homens que na cidade de Leyde, após o celebre cerco em que a puzeram os hespanhões em 1572, consultados pelo principe d'Orange que coisa desejavam da Hollanda reconhecida, si a abolição de todos os impostos ou a creação de uma universidade, optaram pela universidade, homens assim educados não se confundem com os arabes ignorantes e perversos que incendiaram a bibliotheca de Alexandria.

Conquistada a grande cidade, parte da esquadra, commandada por Pieter Heyn, foi atacar a capitania do Espirito Santo, onde soffreu completa derrota, facto este devido aos soccorros que alli se achavam, prestados á capitania por Salvador Corrêa de Sá, Governador da capitania do Rio de Janeiro.

Occupada a Bahia pelos hollandezes, os habitantes que se haviam retirado trataram de organisar resistencia. Pelas vias de successão, documentos em poder dos jesuitas, viu-se que era Mathias de Albuquerque, Governador de Pernambuco, o successor de Diogo de Mendonça Furtado; não podendo, porém, aquelle Governador assumir o cargo immediatamente, designou-se para substituil-o o Ouvidor geral, Antão de Mesquita de Oliveira, que em razão de sua avançada idade foi

(1) Obra citada, pag. 138.

deposto por officiaes da Camara, no logar denominado Pitanga.

Passando o governo aos capitães Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e Antonio de Barros Cardoso, estes transferiram o poder ao bispo, D. Marcos Teixeira.

Arrepellido da prova de pouco animo que anteriormente havia dado, afastando da capital forças necessarias para repellir os invasores, D. Marcos reuniu um corpo de 450 milicianos, divididos em 6 companhias commandadas pelos capitães Lourenço Cavalcanti, Lourenço de Britto Corrêa, Francisco de Barbuda, Diogo da Silva, Belchior Brandão e Belchior da Fonseca.

Ao corpo juntou-se um contingente de 250 indios. Por meio de embarcação que conseguira evadir-se do porto para o Reconcavo, obtiveram os emigrados 6 peças de artilheria, 6 roqueiras e outros petrechos bellicos. Em poucos dias contavam-se 1.650 patriotas em armas, inclusive os indios.

Muitos pretos desertaram para a capital e foram fazer causa commum com os hollandezes, compondo um regimento de escravos, chamado dos *Tapanunhos*: vingavam-se assim da lei portugueza que os mantinha em aviltante captiveiro. Guerrear os *senhores* era-lhes satisfação.

Á frente de seu pequeno exercito, D. Marcos foi acampar no Rio Vermelho, a uma legua de distancia da capital, e ahi entrincheirou-se.

Revestido de tunica de penitente e tendo arvorado uma cruz em seu estandarte, o prelado soube manter disciplina

entre os soldados, concitando-os com heroismo na defesa do territorio: a cada ataque dos hollandezes correspondia uma victoria dos emigrados.

O mais memoravel dos triumphos realizou-se a 17 de Julho de 1624, em que os hollandezes, tendo feito uma sortida contra o acampamento do Rio Vermelho, ahi foram derrotados completamente pelo intrepido capitão Francisco Padilha, acompanhado apenas de alguns indios: ás mãos de Padilha morreu o futuro Governador hollandez Johan van Dorth, o militar de mais merecimento pessoal d'entre todos quantos faziam parte da expedição. A perda de official de tal ordem foi enorme desastre para os invasores, que sentiram-se desde essa occasião moralmente perdidos.

Os portuguezes effectuaram com exito outras emboscadas: surpresa e aprisionamento do commandante do forte de Itapagipe; combate na ilha de Itaparica, d'onde foram desalojados os hollandezes pelos capitães Affonso Rodrigues Adorno e Pero de Campos, que lhes tomaram duas lanchas e cinco roqueiras.

Depois de quatro mezes e alguns dias de commando, falleceu o bispo D. Marcos Teixeira a 8 de Outubro de 1624: foi sepultado na capella de N. S. da Conceição da Passagem, na Ribeira, em Itapagipe.

Antes de morrer, o prelado passára o commando a Lourenço Cavalcanti e Antonio Cardoso, os quaes puzeram em sitio a capital.

Os sitiantes viram-se em breve reforçados com um con-

tingente vindo de Pernambuco por ordem de Mathias de Albuquerque e commandado por Francisco Nunes Marinho.

A morte de Allert Schouten no combate de 3 de Setembro e a sua substituição por seu irmão Willem Schouten, bebado e desmoralizado, trouxeram como consequencia o enfraquecimento d'esse primeiro dominio hollandez.

Pouco depois, por meio de revolta, Schouten foi deposto e substituido por Hans Ernest Kyff.

Achavam-se materialmente enfraquecidas as forças invasoras: o general Willekens tinha regressado a 27 de Julho para Amsterdam, com onze navios carregados de mercadorias, e Pieter Heyn ido a S. Paulo de Loanda, com oito, a fim de apoderar-se d'essa cidade, de que foi repellido.

Reunidos junto ao convento do Carmo 180 hollandezes, pretenderam tentar uma sortida á procura de mantimentos, mas foram de improviso acommettidos pelos capitães Manoel Gonçalves Dória e Luiz Pereira de Aguiar, com 66 soldados, que lhes causaram grandes perdas. Desde esse fracasso, succedido a 24 de Agosto, o governador hollandez expediu ordem para que ninguem mais sahisse do recinto da cidade.

Logo que a Hespanha teve noticia de que a Bahia se achava em poder dos hollandezes, equipou uma grande esquadra composta de 52 navios de guerra com uma guarnição de 12.563 homens.

Commandava-a como chefe, o almirante hespanhol D. Fadrique de Toledo Osorio, marquez de Valdueza (1).

(1) Lê-se em muitos historiadores *Fadrique* em vez de *Fradique*.

Tomaram parte na expedição: D. Manoel de Menezes, chironista e cosmographo de S. M., como commandante das tropas lusitanas, compostas de 4.500 homens, conduzidos em 23 navios redondos e 4 caravelas; D. Francisco de Almeida, como almirante da esquadra portugueza; e Antonio Moniz Barreto, como sargento-mór, commandante das forças de desembarque.

Commandava a esquadra hespanhola D. Juan Fajardo, com 31 galeões e 3 navios menores, e cerca de 8.000 homens de desembarque.

A 29 de Março de 1625 chegou á Bahia a poderosa esquadra, e bloqueou o porto, extendendo-se em linha desde Santo Antonio da Barra até á ponta de Itapagipe.

Para concentrar todas as forças na capital, abandonaram os hollandezes os seus dois fortes de Mont-Serrat e de Agua de Meninos.

Os hollandezes approximaram á terra 25 navios seus, para assim se defenderem da artilheria dos fortes.

No dia 30 de Março desembarcaram 2.000 hespanhóes, 1.500 portuguezes e 500 napolitanos nas praias de Itapagipe e Santo Antonio da Barra, occupando os fortes existentes tanto n'um como n'outro ponto.

N'esse dia, ordenou D. Fradique fossem construidas duas baterias: uma, junto ao convento do Carmo, logar mais approximado dos sitiados, com guarnição de 2.000 homens dos regimentos de Antonio Moniz Barreto e D. João de Orellana — ponto em que o mesmo almirante commandava — e a

outra, proxima do mosteiro de S. Bento, sob o commando do marquez de Crópani, auxiliado pelos mestres de campo D. Francisco de Almeida, D. Pedro Osorio e marquez de Torrecusso. Occupavam-se os soldados em levantar trincheiras n'este local, quando o hollandez Hans Kyff, arrombando paredes divisorias de casas da rua de S. Bento, invadiu a guarnição no dia 4 de Abril, com 300 homens, e travou combate com forças do marquez de Crópani, resultando d'esta sortida 36 hespanhões mortos e 92 portuguezes feridos.

Vanglorioso com a victoria alcançada, pretendeu Kyff incendiar a esquadra que bloqueava o porto e na noite do dia 5 arrojou contra os navios tres embarcações incendiadas (brulotes), que nenhum effeito produziram.

Para apressar o assalto á cidade, antes que chegassem reforços aos hollandezes, determinou D. Fradique se estabelecesse terceira bateria, central, no logar antigamente chamado *Horta dos correiros* e onde hoje se acha a igreja do Desterro ou a matriz de Sant'Anna: ali estacionaram 1.700 homens commandados pelo mestre de campo Antonio Moniz Barretto e D. João de Orellana. Tomadas estas providencias, ordenou que a esquadra rompesse fogo contra os navios hollandezes; para livrar-se do perigo, achegaram-se estes á terra, mas collocaram-se debaixo da acção da bateria proxima do littoral (1), commandada por D. Manoel de Menezes, a qual na tarde de

(1) Fôra levantada essa bateria na Preguiça, no local em que se vê hoje a igreja de Santa Thereza.

6 de Abril metteu a pique sete navios, inclusive a capitânea, occasionando muitas mortes.

Proseguiu o ataque pelos pontos fortificados e apertava-se cada vez mais o cerco, distinguindo-se os portuguezes em actos de coragem e de valor, sendo ás vezes necessaria a intervenção do almirante para que a bravura de alguns temerarios não acarretasse damnos. Entre as varias proezas, menciona-se a de um soldado aragonez, Juan Vidal, que conseguiu penetrar em um fortim inimigo e d'ahi arrancar e trazer para o exercito hespanhol a bandeira hollandeza, exposto embóra a tiros de mosquetaria, de que sahiu illeso.

Como ultimo esforço, tentou Hans Kyff uma sortida com 800 soldados, no empenho de romper o sitio, porém foi completamente destroçado por um regimento em que se distinguiram officiaes pernambucanos Phillippe de Moura, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Affonso de Albuquerque, Feliciano Coelho de Carvalho e Jeronymo Cavalcanti de Albuquerque, o qual tinha chegado á Bahia no dia 7 de Abril, em navio seu, trazendo seus irmãos João Cavalcanti e Philippe Cavalcanti, além de 200 homens pagos á sua custa.

Reconhecendo afinal a impossibilidade de resistencia, pediram os hollandezes capitulação a 28 de Abril; lavrou-se o documento a 30 do mesmo mez (1) e a 1.º de Maio de 1625

(1) Damos aqui os topicos principaes da capitulação feita no quartel do Carmo a 30 de Abril de 1625:

1.º—O conselho hollandez, composto de Willem Stoop, Hugo Antonio, e Francisco Duchs, entregará a cidade do Salvador a D. Fradique de Toledo, em

foi a cidade occupada pelos portuguezes e hespanhiões, regressando a seus lares os moradores, depois de um anno de ausencia.

Entraram os soldados desordenadamente e entregaram-se á pillagem, desprezando ordem em contrario, apezar da interposição do marquez de Cópriani, sendo necessaria a presença de D. Fradique para fazer cessar o saque, contribuindo tambem para a tranquillidade da Bahia a vigilancia que em tal sentido empregou o auditor geral D. Jeronymo Quejada

nome de S. M., no mesmo estado em que se acha hoje, com toda a artilheria, armas, bandeiras, munições, petrechos e navios que no porto se acharem, todo o dinheiro, ouro, prata, joias, mercadorias e fornecimentos, casas, negros, escravos e todas as mais coisas que se acharem na cidade e navios, e bem assim todos os prisioneiros.

2.^o — Os hollandezes não tomarão arma contra os vassallos de S. M. até depois de chegarem a seu paiz.

3.^o — D. Fradique permitirá que todos os officiaes, soldados e marinheiros hollandezes, inglezes, francezes e allemães saiam livremente, sem o menor impedimento, com toda a sua roupa de vestir e de dormir, accomodada em caixas ou bahús, e os soldados, em suas mochilas, sem conduzirem mais outra coisa.

4.^o — D. Fradique dar-lhes-á passaporte para que nenhum damno soffram de navios de S. M. si os encontrarem em viagem e as embarcações necessarias para poderem partir, bem como mantimentos para tres mezes e meio.

5.^o — D. Fradique nomeará fiscaes para revistarem a todas as pessoas que sahirem, a fim de verificar si levam alguma coisa fóra do capitulo.

6.^o — D. Fradique devolverá todos os prisioneiros hollandezes.

7.^o — Nenhum soldado de D. Fradique poderá fazer agravo algum a soldado ou pessoa hollandeza.

8.^o — D. Fradique dar-lhes-á todos os instrumentos nauticos que trouxeram e bem assim as armas que lhes forem absolutamente necessarias para se defenderem em viagem.

9.^o — Até á sahida dos navios, os hollandezes de nenhumaes armas usarão, excepto os officiaes que poderão levar suas espadas.

Logo que os hollandezes deixaram a cidade (1.^o de Maio de 1625) foi erguida a bandeira hespanhola em uma das torres da cathedral. No dia 5 de Maio celebrou se na mesma igreja missa e *Te-Deum* em acção de graças, occupando a tribuna sagrada frei Gaspar da Ascensão, religioso da ordem dominicana.

de Solorzano. Foram encontrados 1.919 soldados holandeses, inclusive 56 officiaes; 600 escravos, 18 bandeiras, 270 peças de artilheria, muitas armas e munições, 1700 marcos de prata em barras, porção de assucar e marfim, além de seis navios surtos no porto, unicos que restaram dos que a esquadra luso-hespanhola havia destruido.

A conquista da Bahia custou aos restauradores 124 mortos e 144 feridos.

A 22 de Maio chegou o soccorro que os holandeses esperavam, 34 navios, sob o commando do almirante Bondewinj Hendrickzoon. Sabendo que a cidade tinha sido retomada e derrotados os seus compatriotas, o chefe hollaudez fez-se na volta da ilha de Itaparica na noite de 26 e seguiu para o norte.

No governo de Diogo Luiz de Oliveira, conde de Miranda, ainda veiu á Bahia o almirante hollaudez Pieter Pieterszoon Heyn, que penetrou no Reconcavo duas vezes: a 2 de Março de 1627 e a 10 de Junho do mesmo anno, apresando varios navios carregados de assucar.

No segundo ataque morreu em combate, defendendo a posição da Pitanga, o valente bahiano capitão Francisco Padilha, vencedor de Johan van Dorth.

11

12

CAPITULO XII

SEGUNDA INVASÃO HOLLANDEZA, EM PERNAMBUCO. CALABAR.
INGRATIDÃO DA HESPAHNA PARA COM D. FRADIQUE
DE TOLEDO E MATHIAS D'ALBUQUERQUE.
CONDE BAGNUOLO. PRINCIPE NAÏSSAU. PHILIPPE CAMARÃO.
HENRIQUE DIAS. RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL—1630-1640

PARA acautelar-se contra novas invasões, o novo Governador Geral, Diogo Luiz de Oliveira, mandou fortificar o Reconcavo da Bahia, e determinou que eguaes obras de defeza fossem construidas em Pernambuco e no Rio de Janeiro, pontos expostos á cobiça estrangeira.

Contumazes em seu projecto de se estabelecerem no Brazil, os holandezes prepararam numerosa esquadra composta de 52 navios com 7.300 homens, sob o commando geral de Hendrick Corneliszoon Loncq, tendo como almirante Pieter Adriaanszoon e como general Diederick van Weerdemburch.

A 14 de Fevereiro de 1630 apresentaram-se defronte de Olinda.

Intimaram rendição e como nenhuma resposta recebessem,

bombardearam a povoação e effectuaram desembarque em Pau Amarello, com cerca de 3.000 homens, e no dia 16 tomaram conta da villa.

Era materialmente impossivel ao Governador de Pernambuco, Mathias de Albuquerque, resistir ao choque de forças tão numerosas.

A sua coragem fazia contraste com o terror dos que fugiram apavorados, n'uma debandada de *salve-se quem pudér*.

Patriota e brioso, não se deixou tomar pelo desanimo; tratou de preparar a reacção, concentrando todas as forças que se haviam dispersado pelo panico em um local entre Olinda e Recife, que denominou *Arraial do Bom Jesus* e ali creou *companhias de emboscadas*, designando para commandante o indio *Poty*, galardoado mais tarde com o titulo de D. Antonio Philippe Camarão.

As pequenas guerrilhas, de sortidas e escaramuças, inquietavam, mas não podiam desalojar os hollandezes do terreno conquistado; só fortes contingentes vindos do exterior conseguiriam afugentar de todo o inimigo.

Enquanto se faziam communicações para a metropole sobre o estado precario em que se achava Olinda, tentaram os hollandezes apoderar-se da ilha de Itamaracá; ali foram combatidos pelo capitão Salvador Pinheiro, e com difficuldade levantaram o forte de Orange na extremidade sueste da ilha.

Sciante a Hespanha do que se passava, apparelhou nova

esquadra, sob o commando de D. Antonio de Oquendo, composta de 19 navios de guerra e 34 de comboio, a qual chegou ao porto da Bahia a 13 de Julho de 1631. Ahi deixou reforços que deviam seguir por terra ás ordens do conde Bagnuolo.

Depois de terem soffrido revezes na Parahyba e no Rio Grande do Norte, os hollandezes, acossados pelos colouos, incendiaram Olinda, onde se fazia insustentavel a sua posição, e concentraram-se no Recife.

A 3 de Setembro seguiu a esquadra de D. Antonio para Pernambuco, quando, ainda em aguas da Bahia, encontrou-se a 12 do mesmo mez com a do almirante hollandez Adrian Janssen Pater.

A batalha naval que então se travou, é assim descripta pelo chronista hollandez João de Laet nos *Annaes da Companhia das Indias Occidentaes*:

«A um quarto de legua da armada o general Pater fez vir todos os capitães a bordo da capitânea e lhe ordenou que os nossos navios, dois a dois, abordassem cada um dos galeões hespanhões (elle tinha sómente comsigo dezeseis velas e erroneamente suppunha que na armada hespanhola havia apenas oito galeões); em seguida mui calorosamente os concitou a que se portassem com valor, pois d'isso dependia todo o bem estar da *Companhia*, bem como a honra de nossos marinheiros. Todos o prometteram, poucos o fizeram.

«Tendo as duas frotas se acercado uma da outra de tal modo que se distinguia claramente o porte dos navios e se

podia contar os seus canhões, alguns capitães desanimaram e não ousaram avançar.

«O general Pater, cuja coragem não soffreu quebra, comquanto visse que a partida era muito desigual, proseguiu valorosamente, e pelas 10 horas da manhã abordou o navio do general D. Antonio de Oquendo, sendo vigorosamente secundado por Jan Mast, capitão do *Walcheren*. Travou-se ali renhidissima pejeja, e outros galeões vieram em auxilio de sua capitânea. No meio do combate, ateou-se fogo na pôpa do navio do general Pater, e posto que se empregasse toda a diligencia para apagar o incendio, elle tomou tal incremento, que a guarnição teve de refugiar-se na parte deanteira do navio, e nenhum outro meio de salvação havia sinão ser recolhida pelos outros navios. N'isto estes procederam muito mal; não se approximaram, e o general, tendo estado por muito tempo suspenso de um cabo, deante da prôa de seu navio, desfalleceu de cansaço, caliu e afogou-se (1).»

(1) Ao tratar da morte de Janssen Pater, alguns historiadores dizem que elle, ao ver perdido o seu navio, envolveu-se na bandeira hollandeza e, depois de exclamar: *O oceano é o tumulo digno de um almirante bätavo!* arrojára-se ao mar e morrerá.

Este facto é uma invenção poetica, destinada generosamente a caracterizar o heroísmo d'aquelle bravo homem do mar. Os proprios chronistas hollandezes contemporaneos do acontecimento não mencionam a phrase espectacular, de final de tragedia.

Segundo lê-se em nota no vol. I de obra de Ignacio Accion, (pag. 178), essa narração, transmittida por frei Manoel do Salvador, auctor (com o nome de Calado) do *Valeroso Lucideno*, e *Triumpho da Liberdade* (Lisboa, 1648, pag. 13) e apoiada por quasi todos os escriptores, não é verdadeira, mesmo porque, si assim fosse, os historiadores hollandezes, ávidos de gloria, « não

« De seu navio salvaram-se poucos e esses mesmos foram recolhidos pelos hespanhoes.

« Após meia hora de combate, o *Provincie van Utrecht* perdeu o mastro grande; proseguindo o combate ainda por duas horas, o fogo ateou-se n'esse navio. Embalde esforçaram-se por abafal-o. Desesperados, os marinheiros saltaram na vice-almiranta hespanhola, d'onde foram repellidos, e alguns tiveram de lançar-se ás ondas. O almirante Marten Thysoon teve melhor fortuna: metten a pique a almiranta hespanhola *Santo Antonio de Padua*, onde estava D. Francisco de Balezilla e tomou o galeão *S. Buenaventura*. O galeão *S. Juan Baptista* foi tambem mettido a pique. Em quasi todos os navios contavam-se muitos mortos e feridos. Foi um combate renhido e os vencedores não puderam reju-bilar-se muito com a victoria alcançada, pois soffreram quasi tão grandes perdas quanto os nossos. A noite fez cessar o combate. »

Parecia que a segunda invasão hollandeza poucas difficuldades offerencia aos portuguezes para o seu desalojamento completo, quando uma circumstancia imprevista os veiu collocar em condições desfavoraveis, facto devido á traição de um dos nossos.

deixariam de fazer menção de uma resolução tão magnanima da parte de um seu compatriota tão notavel e cuja memoria elles procurariam engrandecer e não diminuir, » como muito bem diz José de Vasconcellos nas suas *Datas Celebres*.

« O que se conclue d'isto, diz o citado auctor, é uma demonstração incontestavel do valor com que elle se batêra, e uma prova da justiça de seus adversarios, o que lhe é muito honroso. »

Por ciúme de mando, ou por vingança de amor ultrajado, ou em represalia contra desconsiderações, ou para fugir do castigo em que incorrêra por haver commettido furtos graves na fazenda d'El-Rei—opinião de frei Manoel Calado no *Vale-roso Lucideno* (1), o mameluco Domingos Fernandes Calabar, natural de Porto Calvo, desertou do Arraial do Bom Jesus e passou-se para os hollandezes a 20 de Abril de 1632.

Homem habil, intelligente e de uma coragem que ia á temeridade, Calabar foi denunciar aos invasores quaes os pontos que podiam ser atacados com vantagem. A esta perversidade deveram os portuguezes successivas derrotas: perda de Iguarassú na noite de 30 de Abril; perda do forte do Rio Formoso; perda do posto de Afogados, além do Capibaribe. Guiados pelo traidor, conseguiram os hollandezes apossar-se da ilha de Itamaracá, do forte dos Tres Reis Magos no Rio Grande do Norte e dos portos do cabo de Santo Agostinho.

Em pouco tempo perderam as forças lusitanas as posições que haviam assumido: os hollandezes tomaram a Parahyba, Porto Calvo, a Fortaleza de Nazareth e o proprio Arraial do Bom Jesus. Sem poder arcar com tantos revezes, resolveu Mathias de Albuquerque abandonar Pernambuco e passar-se

(1) Este religioso, com o nome de frei Manoel do Salvador, foi o confessor de Calabar em 1635; annos depois, em 1648, publicou o referido livro, em cuja pagina 14 se lê: «E a causa de se metter (o Calabar) com os inimigos foi o grande temor que teve de ser preso e castigado asperamente pelo Provedor André de Almeida por alguns furtos graves, que havia feito na fazenda d'El-Rei.»

para Alagôas com todas as familias que povoavam o Arraial. Operada esta emigração a 3 de Julho de 1635, foram todos reunir-se ás forças de Bagnuolo.

A 22 do mesmo mez colheram em uma cilada, perto de Porto Calvo, Domingos Calabar, que em castigo de sua traição foi enforcado e esquartejado (1).

Por esse tempo, achavam-se os holandezes senhores de quatro capitánias: Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande do Norte.

(1) Na *Chronica geral do Imperio do Brazil* o historiador dr. Mello Moraes considera Calabar não um traidor, mas um patriota, que se passára para os holandezes por lhe dizerem que esses homens corajosos e intelligentes vinham arrancar o Brazil da oppressão de Portugal e da Hespanha e fazer d'este grande, fertil e rico paiz uma republica semelhante aos Estados livres da Hollanda, e porque observára que elles sabiam distinguir as pessoas por seus merecimentos: como prova, o haviam feito subir de simples soldado ao elevado posto de capitão, com honras de sargento-mór, estimado pelos generaes. « Lembrando-se de que os filhos do Brazil eram mal vistos pelos portuguezes, que os olhavam como de superior para inferior e que o homem de côr era tratado com desprezo; vendo que o Brazil estava sendo ambicionado por varias nações; achando que sob o dominio da Hollanda o seu paiz se libertava do jugo portuguez, dedicou-se tão sinceramente pelos holandezes que promettiam engrandecel-o, que o proprio Mathias de Albuquerque, reconhecendo os grandes successos e victorias que os holandezes alcançavam na guerra, serem devidos a Calabar, tentou seduzil-o, offerecendo-lhe não só postos e premios condignos, como tudo o mais que elle aspirasse; mas Calabar se não demoveu, porque via no dominio hollandez a felicidade da patria. »

Mello Moraes confirma o pensamento de Calabar, dizendo: « Si acompanharmos com imparcialidade as narrativas de frei Manoel do Salvador, testemunha presencial da maior parte dos successos e que viveu depois com os holandezes, reconheceremos que, si o Brazil tivesse ficado sob o dominio flamengo, seria talvez hoje o mais floresente paiz da terra. »

Dois poetas bahianos, de grande merecimento, dr. Agrario de Souza Menezes e dr. Antonio Joaquim Rodrigues da Costa, escreveram dramas em 5 actos e em harmoniosos versos soltos, sob o titulo *Calabar*—peças de estylo

Baldados eram os esforços dos colonos do norte em reagir contra o predomínio hollandez. Reconheceu-se que só recursos vindos d'Europa poderiam offerecer combate aos invasores e retiral-os das posições que haviam conquistado e onde se fortificavam cada vez mais. Na Hespanha organizou-se a custo uma esquadra cujo commando foi offerecido a D. Fradique de Toledo. Para o bom exito da empresa, reclamou este chefe 12.000 homens, a fim de não baratear seus creditos—condição que melindrou a côrte hespanhola e determinou a prisão do brioso cabo de guerra, o qual, encerrado em uma fortaleza, pouco depois succumbiu.

Foi indicado para substituil-o o hespanhol D. Luiz de Rojas y Borja, que apenas com 1.700 homens embarcou em Cadix e chegou á Bahia em Novembro de 1635, acompanhado do novo Governador Geral, Pedro da Silva.

Destituído do cargo e profundamente desgostoso por ver menosprezados os seus serviços, Mathias de Albuquerque regressou para Portugal a 15 de Dezembro seguinte. Ahi soffreu affrontosa ingratição por parte do governo hespanhol, que o reteve preso no castello de S. Jorge em Lisbôa. Só em 1640, quando Portugal conseguiu libertar-se do jugo da Hespanha, que o opprimiu durante 60 annos (1580-1640), con-

tragico, inspiradas nas façanhas e na originalidade d'este famoso brasileiro; foram representadas na Bahia no antigo theatro *S. Pedro de Alcantara*.

O dr. Agrario nasceu a 25 de Janeiro de 1834 e falleceu de um ataque de apoplexia no theatro *S. João*, assistindo a um espectáculo, a 23 de Agosto de 1863.

O dr. Rodrigues da Costa nasceu em Itapoan a 7 de Agosto de 1830 e falleceu em Macahé a 20 de Dezembro de 1870.

seguiu libertar-se Mathias de Albuquerque, a quem foi dada a gloria de combater contra os hespanhoes a ponto de ser distinguido com o titulo de conde de Alegrete, adquirido por actos de bravura na batalha de Montijo travada a 26 de Maio de 1644.

Era de prever que, dispondo de tão fracos elementos, desfavoraveis resultados colhesse o novo Governador Geral; e, de facto, foram as tropas pernambucanas derrotadas na Matta Redonda, onde succumbiu o proprio D. Luiz de Rojas y Borja.

Assumindo o commando o conde Bagnuolo, conseguiu reunir 2.000 homens em Alagôas e determinou dar combate ao inimigo por meio de inesperadas sortidas e assaltos. N'essa guerra de recursos, em que tantas perdas soffreram os hollandezes, praticaram verdadeiros prodigios de valor o preto Henrique Dias á frente de um forte destacamento de negros; Philippe Camarão, capitaneando um grupo numeroso de selvagens, e os capitães André Vidal de Negreiros, Souto e Rebello, habeis em dirigir as guerrilhas.

Pouco a pouco peoraram as condições em que se viam os hollandezes, continua e pertinazmente perseguidos pelas emboscadas que os rodeavam.

Por essa occasião a Hollanda nomeou um homem de grande merecimento, o principe João Mauricio de Nassau, como Governador e Almirante General dos paizes conquistados para a poderosa Companhia das Indias Occidentaes.

Nassau chegou ao Recife a 23 de Janeiro de 1637 e a 5

de Fevereiro, com uma força de 5.000 homens, seguiu para Porto Calvo a encontrar-se com Bagnuolo.

Depois de grande combate na *Barra Grande*, em que foram notaveis os actos de bravura praticados pelo indio Camarão e sua mulher Clara, pelo preto Henrique Dias—que teve a mão esquerda ferida e amputada e continuou pelejando—e pelos capitães Souto e Rebello, reconhecendo Bagnuolo a impossibilidade de vencer o inimigo, superior em numero, retirou-se com toda a sua gente para Alagôas, deixando uma guarnição em Porto Calvo, sob o commando de Miguel Giberton, o qual, como era de prever, viu-se obrigado a capitular a 5 de Março, entregando-se com as honras da guerra, juntamente com 8 capitães, 300 soldados hespanhoes e 110 italianos, sem contar doentes e feridos que foram transportados para a ilha Terceira.

De Alagôas foi Bagnuolo fazendo a retirada para Sergipe e d'ahi para a Bahia.

Depois da tomada de Porto Calvo, os hollandezes assenhorearam-se do littoral até á foz do rio S. Francisco, onde construíram um forte, a que deram o nome de *Mauricio*.

A defeza do rio S. Francisco—designado como fronteira da conquista ueerlaudeza,—foi confiada a Segismundo van Schkoppe.

Depois de ordenar a Jon Cornellissoon Lichthardt fosse cruzar os mares do sul, regressou Nassau para o Recife.

Em desempenho de sua missão, Lichthardt, depois de apresiar varios navios de commercio que encontrou na Bahia,

saqueou e incendiou Camamú e em seguida metten a saque a villa de Ilhéos; em meio, porém, de seu trabalho foi acomettido pela população armada, que lhe fez grande carnificina e o obrigou atropelladamente a reembargar e abandonar a empresa.

O conde Nassau era um fidalgo na fina accepção da palavra, pela gentileza das maneiras, pela elevação dos conhecimentos e pela aptidão em dirigir o supremo cargo de que se investiu. Imprimiu cunho de talento em todos os actos de seu governo, fazendo prosperar todos os ramos da administração. Adepto da liberdade de consciencia, permittiu o exercicio de todos os cultos, o catholico, o protestante, o israelita. Facilitou aos índios o regresso ás suas terras; mandou vender em hasta publica os engenhos abandonados por seus senhores, obtendo d'este modo duas vantagens— a de serem restaurados esses centros de trabalho e a de auferir o estado grandes quantias resultantes das arrematações. Aos colonos que ficaram sob seu dominio assegurou respeito ás suas propriedades e aos seus escravos, sob condição de os não maltratar com rigorosas sevicias.

Para attender de perto aos interesses das localidades, creou *Camaras de escabinos*, compostas de hollandezes e pernambucanos. Protestante, mandou concertar, á custa dos cofres publicos, egrejas catholicas e conventos; permittiu que os judeus, tão perseguidos em Portugal, se reunissem em suas synagogas e celebrassem culto; fez restaurar a arruinada villa de Olinda; inaugurou escolas para a educação da infan-

cia; fundou bibliothecas e museus; estabeleceu a imprensa; transplantou, finalmente, para este paiz todas as instituições de progresso que fazem da Hollanda um dos mais civilizados paizes da Europa (1).

Pretendia o Conselho, representante da Companhia das Indias Occidentaes, que a capital fosse transferida para a ilha de Itamaracá, onde ficaria ao abrigo de ataques: Nassau optou que a séde do governo continuasse na ilha de Santo

(1) Elogiando a civilização introduzida pelos hollandezes em Pernambuco, diz o conego Fernandes Pinheiro em seus *Estudos historicos* (tom. I, pag. 362): « Si a liberal e generosa politica de Nassau fosse sempre observada, é crível que a acção do tempo fizesse desapparecer qualquer antagonismo de raça; respeitadas e egualmente protegidas todas as crenças, impossivel se tornaria a guerra religiosa, e a egualdade de direitos e deveres ligaria todos os matizes da população. Bastaria um seculo para fazer apparecer nova geração, identificada com o sólo, e com recentes instituições, falando novo idioma, composto de duas linguas outr'ora rivaes. Numerosas estradas communicariam as bellas e grandiosas povoações, ligeiras barcas sulcariam os rios, e profundos canaes levariam aos sertões, outr'ora habitados pelos Tapuyas, a seiva da civilização: n'uma palavra, esses audazes flamengos que haviam avassallado o oceano, multiplicariam entre nós as vantagens de seu genio emprehendedor, e favorecidos por um clima edenico fariam do *Brazil Hollandez* a inveja do mundo. »

O conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu no Rio de Janeiro a 17 de Junho de 1825 e falleceu a 15 de Janeiro de 1876. São suas principaes obras: *Resumo de historia litteraria*, em dois tomos (Rio de Janeiro, 1873), vasto estudo de litteratura antiga, moderna e contemporanea; *Historia sagrada*, illustrada, para uso da infancia (Pariz, 1863); *Menandro poetico*, com esboços biographicos, notas historicas e producções de poetas brazileiros (Pariz, 1864); *Lições elementares de geographia* (Pariz, 1869); *Historia do Brazil*, em fórma de conversação (Pariz, 1870) e *Estudos historicos* em dois tomos (Havre, 1876).

Exerceu o cargo de 1.º secretario do *Instituto Historico e Geographico do Brazil*, em cuja sala das sessões se acha o seu busto, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados á associação.

Antonio (¹), que reforçou, unindo-a, por meio de pontes, ao Recife (²) e ao continente.

Estabeleceu o conde a sua residencia na parte norte da ilha de Santo Antonio, local hoje occupado pelo palacio do governo, theatro e praça, onde ficava como em cidadella, defendida por fossos d'agua e pelo convento dos capuchos bastante fortificado. Ahi elevava-se o seu palacio *Vryburg*, (logar de repouso), dotado de duas altas torres como egreja e com frente para o mar, d'onde era avistado a sete milhas de distancia.

Além do palacio *Vryburg* e um caes extendido ao mesmo lado, o conde fez construir outro, que denominou *Schoonsigt* (*Bella Vista*), com frente para o continente e situado á direita do encontro da ponte que communicava para o mesmo continente, e constava de «um edificio quadrado com seis janellas de frente, tendo em cada canto um pavilhão que rematava em corucheo. No centro d'este edificio elevava-se outro, tambem quadrado, de mais dois andares, com tres janellas de frente em cada andar. D'est'arte se viu, como por encanto, durante o governo de Nassau, levantar-se na ilha de Santo Antonio um novo bairro, tendo pessoalmente o mesmo Nassau o cuidado de traçar e alinhar as ruas (³).»

(1) Hoje bairro de Santo Antonio do Recife.

(2) A do Recife teve a seguinte inscripção: «Fundabat me illustrissimus heros Joannes Mauritius Comes Nassoviæ etc: dum in Brasilia terra supremum Principatum Imperiumque teneret. Anno Dñi MDCXL.»

(3) VISCONDE DE PORTO SEGURO: *Historia Geral do Brazil antes da*

Homem de raro tino administrativo, Nassau considerava ponto principal de conquista no Brazil a cidade do Salvador, por ser a séde do governo lusitano, onde todas as forças coloniaes se achavam congregadas. A Bahia era o coração do paiz. Tomada a cidade, d'onde se expandia a seiva que fortificava as demais capitauias, o predomínio hollandez ficaria radicado no sólo.

Para a conquista da Bahia, preparou Mauricio de Nassau uma forte esquadra, composta de 30 navios de guerra, com uma equipagem de 3.400 soldados e 1.000 índios e a 14 de Abril de 1638 desembarcou suas tropas no districto de Pirajá, lugar em que se acham hoje as capellas de S. Braz (Platafórma, estação da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco) e Nossa Senhora da Escada (1).

Contava a Bahia 1.500 soldados, dos dois terços do mestre de campo D. Fernando de Loduena e de D. Vasco de Mascarenhas, conde de Obidos (ausente na Hespanha), commandados pelo sargento-mór João de Araujo e reforçados com

sua separação e independência de Portugal (Imprensa do filho de Carlos Gerold, sem logar e sem data), 2.ª edição, tom. I, pags. 561 e 562.

(1) «A noticia d'esta invasão excitou no Rio de Janeiro o patriotismo de seus habitantes: muitos d'estes, convidados pela respectiva Camara, sahiram d'alli em pequenas embarcações a unirem-se aos da Bahia, e não ficaram também em ocio os paulistas, pois sem o menor incitamento e só por desejos de expellirem do continente brazilico um jugo extranho, seguiram em numero de cem homens da villa de Santos para esta cidade, formando uma companhia, sob o commando de Antonio Pereira de Azevedo, que para isso se offereceu, sustentando-os e supprindo-os á sua custa de quanto careciam, por cujo serviço a Camara d'aquella villa lhe conferiu a patente de Capitão.» Nota 21 ao tomo I da obra de Ignacio Accioli (2.ª edição), pag. 182.

mais de 1.000 praças vindas de Pernambuco. Chegaram os invasores até ao alto em que se achava o engenho de Diogo Moniz Telles, em Itapagipe. Para esse ponto convergiram as brigadas commandadas pelo mestre de campo Luiz Barbalho, D. Fernando de Loduena e Affonso Ximenes de Almiron: collocaram-se os belligerantes á distancia de tiro de canhão e não travaram combate.

Tendo alli comparecido as forças do Governador e de Bagnuolo, declarou este general que não conuiu atacar o inimigo em campo raso, aconselhava a retirada para a cidade, a fim de se evitar que esta fosse assaltada á noite. Amotinou-se o povo com semelhante alvitre, presumindo traição por parte do official italiano, cuja destituição foi exigida.

O tumulto só se desfez por intervenção do bispo e de Duarte de Albuquerque, os quaes garantiram que no dia 16 seriam atacados os hollandezes. Prevalecendo-se d'esta circumstancia, Nassau e as suas forças passaram a occupar a collina em que era situada a casa do padre Bartholomeu Ribeiro, a pouca distancia das fortificações da cidade.

Conseguiram os inimigos apoderar-se do forte do Rosario guarnecido com seis canhões; do reducto d'Agua de Meninos com dois, e tomaram sem resistencia o forte de Mont-Serrat com seis peças, e o de S. Bartholomeu com dez. Senhor d'estas fortificações, Nassau estabeleceu communicação entre o campo e a esquadra.

As continuas victorias dos hollandezes desanimaram a população, descontente com o general Bagnuolo e com o

Governador Pedro da Silva. Poude, porém, aquelle official tranquillizar os animos, dirigindo em pessoa a defesa da trincheira de Santo Antonio Além do Carmo.

Para esse ponto dirigiu Nassau as suas vistas e ás 8 horas da noite de 21 de Abril de 1638 tentou forçal-o com 1.500 homens; foi, porém, rechassado, com perda superior a 200 homens. Deu ali provas de coragem heroica o mestre de campo Luiz Barbalho, cujo appellido serve de denominação ao baluarte que foi depois edificado e ainda existe no local.

Após esta derrota, foram os holandezes acossados por assaltos continuos. Á frente de uma força de 100 homens, Sebastião do Souto acommetteu-os dentro de seus abarracamentos, ali matou doze soldados e aprisionou nove, merecendo, por esta acção de rara coragem, obter como honroso distinctivo uma corrente de ouro que o Governador, cedendo a impulso de enthusiasmo, deitou-lhe ao pescoço.

Os bravos officiaes Francisco Gonçalves Dória, João Barbosa e capitão Francisco Gonçalves Rebello, incumbidos do fornecimento de gado á população bahiana, com uma força de 90 soldados, realizaram com resultado fortes emboscadas contra os holandezes, principalmente em Itapoan, junto á fazenda de S. Francisco, pertencente aos frades beneditinos.

Apezar de toda a sua intelligencia e actividade, não poude Nassau effectuar o cerco da capital, para onde vinham com regularidade os necessarios mantimentos.

Varias providencias foram tomadas para tornar inexpu-

gnavel a cidade: reforçou-se a trincheira de Santo Antonio com quatro canhões de grosso calibre; guarneceram-se as estradas com os destacamentos pernambucanos; fortificou-se a antiga trincheira das Palmas, junto ao Dique, entregando-se-lhe o commando ao mestre de campo Heitor de la Calche.

Grande tiroteio effectuaram os invasores a 1.º de Maio por meio de suas baterias: uma, de seis peças de calibre 24, disparava da casa do padre Ribeiro para o mar, e a outra, de duas peças, contra a cidade, causando mortandade no caminho que ia dar á trincheira de Santo Antonio. Em compensação, produziu grande destroço aos hollandezes a artilheria que o tenente-general Francisco Peres do Souto mandou assestar nas torres da Sé e em novo reducto erguido a mil passos de distancia do campo inimigo e confiado á valentia do celebre indio D. Antonio Philippe Camarão, secundado por Henrique Dias e seus valorosos prètos.

Ao lado direito da trincheira de Santo Antonio ergueu-se outro reducto, cujo commando foi entregue a Luiz Barbalho.

Foi encarregado Lourenço de Britto Corrêa de reconstruir o baluarte de Santiago, collocado entre o mosteiro de S. Bento e a ermida de S. Pedro, ponto guarnecido com 150 praças trazidas do Morro de S. Paulo pelo capitão Manoel Mendes Flores. Eram os hollandezes continuamente perseguidos pelas guerrilhas do capitão Souto e pelo forte tiroteio dirigido pelo selvagem Camarão.

Para haver mantimentos que lhe faltavam, resolveu o principe Nassau penetrar na cidade, forçando a trincheira de

Santo Antonio, commandada por D. Fernando de Loduena, e na noite de 18 de Maio fez acommetter este ponto por 3.000 soldados. Converteu-se o ataque em grande batalha, avultada pelas forças que ahi se reuniram, não só da cidade como do exterior. Occasião houve em que os hollaudezes, cançados da lucta improficua, tentaram bater em retirada, no que foram obstados pelo principe que ameaçou de morte aos que fugissem da acção: a encarniçada lucta durou até amanhecer o dia 19. Reconhecendo Nassau suas enormes perdas, pediu armisticio de seis horas para sepultar os mortos, em numero de 326. Ficaram em poder dos lusos e hespanhoes 52 feridos e 95 prisioneiros. Morreu na lucta o capitão Sebastião do Souto, o valente official tantas vezes vencedor dos flamengos.

Desorientados com a exemplar derrota, muitos hollaudezes espalharam-se pelo Reconcavo e ahi saquearam e commetteram barbaridades, assassinando pessoas inermes, entre ellas o octogenario João de Mattos Cardoso, que se havia distinguido na defesa do forte do Cabedelo na Parahyba.

Ainda por dois dias continuou Nassau a bombardear a cidade, sem resultado algum, e afinal, completamente desiludido de tomar a Bahia, fez embarcar toda a sua gente e ao cahir da noite de 28 de Maio de 1638, abandonou o porto e fez-se de vela para Pernambuco, depois de 45 dias de infructiferos esforços, com perda de 2.000 homens e levando como trophéo de victoria cerca de 400 escravos.

Como gratidão aos serviços prestados pelos pernambucanos, a Camara da Bahía os brindou com a quantia de 16.000

cruzados. O Rei de Hespanha e Portugal, Philippe IV, conferiu ao Governador Pedro da Silva o titulo de conde de S. Lourenço; ao general napolitano Bagnuolo o de principe de San Felice; ao Camarão e a Luiz Barbalho commendas da ordem de Christo.

A occupação de parte do Brazil pelos hollandezes reclamava, cada vez mais, reforços vindos da metrópole para secundar o patriotismo da colonia.

No intento de desopprimir as capitánias do norte da occupação do estrangeiro, a Hespanha nomeou novo Governador Geral, D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, o qual chegou á Bahia a 19 de Janeiro de 1639.

Com os reforços que conseguiu reunir aos 18 galeões que havia trazido da Europa, compoz o Governador uma esquadra de 89 navios artilhados com 2.400 peças—forças capazes de enfrentar com as de Nassau. Depois de um anno de preparativos, seguiu o conde da Torre para Pernambuco; em os navios acompanharam-n'o o conde Bagnuolo, D. Francisco de Moura e Henrique Dias; seguiram por terra Philippe Camarão, André Vidal Negreiros e João Lopes Barbalho.

A 12 de Janeiro de 1640 travou-se grande batalha naval perto da ilha de Itamaracá, entre 63 navios hespanhoes e 41 hollandezes, cabendo a primeira victoria aos hespanhoes. Falleceu n'esta acção o almirante flamengo Willem Cornelisson. O inimigo, porém, commandado pelo vice-almirante Jacob Huyghens, desforrou-se, triumphando no dia 13 ao sul de Goyana, perto do cabo Branco; no dia 14 defronte da

Parahyba e no dia 17 deante da embocadura do rio Potengy, destroçando de todo a esquadra luso-hespanhola. O conde da Torre livrou-se da enorme derrota e em um bergantim regressou á Bahia.

Alguns navios fugiram para as Antilhas; outros desembarcaram forças no Rio Grande do Norte, onde cerca de 1.200 homens conseguiram voltar á Bahia, commandados pelo destemido pernambucano Luiz Barbalho de Bezerra — penosa retirada, em que percorreram mais de 400 leguas, travando, em caminho, continuas pelejas, ora com hollandezes, ora com Tapuyas, e arrostando terriveis males, a sêde, a fome, o abatimento moral, o desespero. . .

Em commemoração da grande victoria naval, o conde Mauricio Nassau mandou cunhar uma medalha com esta legenda: «Deus abateu o orgulho do inimigo aos 12, 13, 14 e 17 de Janeiro de 1640 (1).»

Á vista do espantoso fracasso, outro Governador Geral veio assumir a suprema direcção dos destinos da colonia, D. Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão, que a 5 de Junho de 1640 tomou posse do espinhoso cargo.

A restauração de Portugal realizada a 1.º de Dezembro do mesmo anno repercutiu de modo sympathico n'esta parte da America, fazendo brotar nos corações a esperança de que seriam definitivamente expellidos das plagas brazileiras os inimigos da Hespanha.

(1) Godo sloeg's vijands hoogmoed den 12. 13. 14 en 17 januarij 1640.

CAPITULO XIII

GUERRA CONTRA OS INVASORES HOLLANDEZES. ANTONIO TEIXEIRA
DE MELLO. ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS.
JOÃO FERNANDES VIEIRA. DERROTAS DOS HOLLANDEZES.
GENERAL FRANCISCO BARRETTO DE MENEZES.
CAPITULAÇÃO DA CAMPINA DO TABORDA — 1641-1654

LUGO que subiu ao throno de Portugal, D. João IV (1) cuidou de restabelecer amizade com as nações da Europa e especialmente com aquellas de quem as colonias do Novo Mundo haviam soffrido perseguições; conseguiu mesmo um tratado de alliança com a Hollanda, com o fim de afastal-a de suas pretensões em relação ao Brazil. Sobre este grave assumpto Portugal só obteve um armisticio, a vigorar por espaço de dez annos.

(1) Conta o chronista frei Gaspar da Madre de Deus que por occasião de occupar o throno portuguez D. João IV, os numerosos hespanhoes residentes em S. Paulo pretenderam acclamar o rico e considerado portuguez Amador Bueno da Ribeira como seu rei.

* Os conjurados chegam a ameaçal-o com a morte si não quizer empunhar o sceptro. Vendo-se n'este perigo, foge Amador Bueno, occulta-se no mosteiro de S. Bento e ainda assim é perseguido por todos, que correm após elle, gritando: — Viva Amador Bueno, nosso rei! . . . *

Pouco escrupuloso do tratado, Mauricio de Nassau, aproveitando o ensejo de se acharem suspensas as hostilidades, mandou occupar Sergipe, Ceará e Maranhão, pretendendo abranger toda a zona do norte (1).

A força naval hollandeza que se foi apossar do Maranhão compunha-se de 13 navios de guerra, 3 bergantins e 3 embarcações menores, sob o commando do vice-almirante Lichthardt,

Recentes investigações elucidam que este factó é uma tradição inverídica. Tencionaram os castelhanos conservar a capitania de S. Vicente sujeita ao dominio da Hespanha; porém Amador Bueno os demoveu do proposito e os reduziu a obedecer ao Rei de Portugal. Por sua auctoridade foi elle o primeiro a acclamar o soberano a 3 de Abril de 1641. No anno seguinte Amador Bueno viu-se eleito pela Camara e povo reunidos, e seguiu para Lisbôa, no caracter de procurador dos paulistas, com a incumbencia de reclamar providencias contra o modo de proceder dos padres da Companhia de Jesus em relação aos indios, instigados por elles á pratica de violencias.

Frei Gaspar, chamado no seculo Gaspar Teixeira de Azevedo, nasceu na fazenda de Sant'Anna, perto da villa de S. Vicente, a 9 de Fevereiro de 1715, e falleceu no mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo a 28 de Janeiro de 1800. Recebeu o habito de benedictino na Bahia em 1731. Exerceu o cargo de provincial no mosteiro de S. Paulo em 1752, no do Rio de Janeiro em 1763 e no da Bahia em 1768. Suas principaes obras: *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente*, publicadas por ordem da Academia Real de Sciencias de Lisbôa (Lisbôa, 1797); a mesma obra, seguida do *Diario* da navegação da armada que foi á terra do Brazil em 1530, escripto por Pero Lopes de Souza e publicado em 1839 em Lisbôa por Francisco Adolpho de Varnhagen, edição feita pelos cofres da então provincia de S. Paulo, dois tomos em um vol. (Rio de Janeiro, 1847); *Noticia dos annos em que se descobriu o Brazil* (*Rev. do Inst.*, tom. II). O Instituto Historico do Brazil possui manuscriptos d'este paulista illustre.

(1) Sabendo que a restauração de Portugal traria, como consequencia, a paz, Nassau confessou, em carta de 1.º de Junho de 1641, dirigida aos Estados Geraes da Hollanda, que se havia aproveitado do pacto e da retirada de nossas tropas das fronteiras para invadir aquellas capitancias. Este desleal procedimento é um ponto escuro na vida luminosa do principe hollandez.

com 1.000 homens ás ordens do coronel Koen, subordinadas todas as forças ao conselheiro politico Pieter Jansen Bass.

A 25 de Novembro de 1641, fundeou a esquadra dentro da ponta do Desterro, onde effectuou desembarque, e illudindo ao Governador Bento Maciel de que a guerra já se achava terminada, os holandezes prenderam-n'o e o enviaram para o Rio Grande do Norte, com destino ao Recife, onde não poudo chegar por fallecer em viagem, ao approximar-se de Goyana.

Os holandezes tomaram conta da artilheria dos fortes, 55 canhões, tudo quanto pertencia ao fisco e bem assim os objectos de ouro e prata que encontraram nas egrejas. O invasor multou os moradores em 6.000 arrobas de assucar, as quaes lhe foram immediatamente entregues. Fiscaes flamengos postaram-se nos engenhos, incumbidos de arrecadar os fructos do trabalho luso-brazileiro. Preso o provedor-mór, fizeram-n'o embarcar para a Hollanda: ahi, a 2 de Agosto de 1642, apresentou por escripto informações ao embaixador extraordinario de Portugal Francisco de Andrade Leitão: este diplomata dirigiu aos Estados Geraes conveniente nota reclamando contra a má fé com que foi violado o armisticio.

No anno de 1642 os paulistas enviaram ao governo de Lisbôa uma representação contra os jesuitas, postos fóra de suas fazendas, de seus collegios e da capitania de S. Vicente por meio de revolta effectuada a 13 de Julho de 1640. Foram

portadores do documento Amador Bueno, Luiz da Costa Cabral e Balthazar de Borba Gato. Eram accusados os jesuitas:

1.º — De terem subrepticamente conseguido do Papa um breve que os auctorizava a tirar, privar e esbulhar os moradores da posse immemorial e antiquissima de suas propriedades;

2.º — De protegerem o governo dos hollandezes, «chegando a tanto o seu desfôro, que de todas as aldeias de Pernambuco não ficou indio que com o inimigo se não mettesse e com elles o padre Manoel de Moraes (1), seu doutrinante, que os induziu e persuadiu a commetterem tal insulto, fazendo-se o mór herege e apóstata que tem hoje a igreja de Deus, sendo com isso causa e origem de se matar muita multidão de homens, mulheres, moças, uoços e meninos, comendo-os, e forçando donzellas e mulheres casadas e principaes, exemplo de virtude e castidade, e as que por guardarem-n'a, escapa-

(1) O jesuita Manoel de Moraes abjurou a religião catholica, apostolica, romana, e adoptou entre os hollandezes a seita calvinista. Casou-se com varias mulheres. Por ordem de João Fernandes Vieira sahiu um destacamento e apri-sionou o irrequieto padre; conduzido ao acampamento dos insurgentes, o jesuita prostrou-se aos pés do general Francisco Barretto, protestando que a sua apostasia nascêra da corrupção do coração e dos appetites da carne e não de erro de entendimento; pelo que, arrependido, renegava o calvinismo e voltava á igreja romana. Obtido o perdão, foi elle considerado pelos soldados como um penhor especial, um talisman de victoria. Distinguiu-se no combate do Monte das Tabo-cas pelo ardor com que instigava as nossas forças contra os hollandezes.

« Com medo das galés, diz Roberto Southey, o jesuita Moraes mostrou valor desesperado contra os seus amigos da vespera, para assim convencer os portu-guezes da sinceridade de sua conversão. » *Historia do Brazil*, tom. III, pag. 148.

ram das suas mãos, não escaparam da fome, de que morreram nas incognitas mattas; causando tantas destruições e males, que são mais, catholicô Rei e Senhor, para se sentirem chorando, que para se representarem a V. M.; e que obrigam a dita lastima, que até os mesmos inimigos (si n'elles se pôde dizer que a ha) a tiveram, e se desculparam da ruim guerra com que estes barbaros tratavam aos pobres christãos, tanto assim que muitos que escaparam de suas mãos se valeram do amparo do proprio inimigo hollandez.

«Sirva tambem de maior exemplo o que fizeram os ditos indios e gentio doutrinado pelos ditos reverendos padres, na cidade da Bahia, quando a ella foi o rebelde hollandez, porque levando em suas naus quantidade de gentio, e sahindo em terra por todo o Reconcavo d'aquella cidade, comeu e pôz a fogo e sangue toda gente que pode alcançar, sem perdoar aos homens e mulheres de toda idade; arrasando e queimando casas e fazendas, com tão notaveis estragos, que fazendo-se queixa ao conde de Nassau da guerra, se desculpou em dizer que era o barbaro gentio doutrinado pelos ditos reverendos padres, e, tendo lastima de tal destruição, mandou enforcar alguns (1).»

Por interferencia de D. Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão, foi expedido o alvará de 3 de Outubro de 1643 mantendo os jesuitas em seus collegios e propriedades — posse

(1) Sargento-mór PEDRO TAQUES D'ALMEIDA PAES LEME: *Noticia historica da expulsão dos jesuitas do collegio de S. Paulo (Rev. do Inst., tom. XII, 2.ª edição, pags. 19 e 20).*

que só readquiriram dez annos depois, quando os paulistas chegaram a amigavel conciliação.

Novo Governador Geral foi collocado á frente dos acontecimentos, Antonio Telles da Silva, que assumiu o cargo a 26 de Agosto de 1642, trazendo comsigo de Portugal André Vidal de Negreiros, designado futuro Governador do Maranhão.

Com o fim de auferirem o maior lucro possível do paiz conquistado, os hollandezes commerciavam em larga escala em madeiras de construcção e de tinturaria e lançavam impostos ás industrias que começavam a se desenvolver. Opprimidos os povos pelas espoliações do estrangeiro, congregaram-se em torno de um homem de prestigio, Antonio Moniz Barreiros, que se tornou chefe de uma força libertadora.

Inflammados pelo patriotismo, os insurgentes, na noite de 30 de Setembro de 1642 atacaram 5 engenhos, mata-ram-lhes a guarnição e tomaram o Forte do Calvario de Itapicurú; e depois de obterem victoria em combate no Cotim, puzeram em cerco a capital. Esses bravos haviam recebido reforços do Pará, 130 soldados, 600 indios, peças de artilheria e homens valentes como os capitães Ayres de Souza Chichorro, Pedro da Costa Favilla e Bento Rodrigues de Oliveira.

A imprevidencia de não atacarem de prompto a cidade deu occasião a que os hollandezes assaltassem o quartel do Carino; foram, porém, repellidos d'esse ponto por Moniz

Barreiros, que pouco sobreviveu á victoria alcançada. Substituiu-o no commando da força o sargento-mór Antonio Teixeira de Mello, natural da ilha da Madeira, o qual mostrou-se um digno successor de Barreiros.

Antes de receber auxilios do Pará, Teixeira de Mello perseguiu o inimigo em continuas sortidas, obrigando-o a recuar para o sul. Com os reforços que obteve pôde travar a batalha do *Outeiro da Cruz* a 26 de Janeiro de 1643, conseguindo completo triumpho, assignalado pela morte do chefe hollandez Jacob Evers. Fortemente acossados, os invasores abandonaram o Maranhão, atravessaram o Ceará e foram collocar-se no Rio Grande do Norte.

Por esse tempo, deixava o principe João Mauricio de Nassau o alto posto e regressava para o seu paiz, ficando o governo hollandez entregue a 3 conselheiros—o negociante de Amsterdam A. van Bollestroeten, Henrique Hamel e Pieter Jansen Bass. Nassau embarcou na Parahyba a 22 de Maio de 1644 (1).

(1) Ao tratar do principe João Mauricio de Nassau, cujos documentos fôra compulsar na propria Hollanda, o dr. José Hygino Duarte Pereira, em seu *Relatório* lido em sessão do Instituto Historico de 9 de Maio de 1886, diz, de accordo com Barlœus: « Cercou-se de sabios e de artistas, deu-lhes impulso, proporcionando-lhes todos os meios de acção, e por tal modo assignalou o seu governo, como um periodo fecundo para a architectura, a pintura, a geographia, a astronomia, a botanica e a zoologia, que os oito annos da administração do conde Mauricio nada encontram que lhes possa ser comparado em todo o decurso da historia colonial d'este paiz.

« Foi no observatorio d'esta cidade (Recife) construido por Mauricio — o primeiro da America — que Jorge Marcgraf pôde entregar-se ás suas observações astronomicas; foi á custa do conde e sob os seus auspicios que o mesmo sabio

A Companhia das Indias Occidentaes retirou-lhe a confiança, suppondo-o animado do plano de constituir-se rei das possessões hollandezas na America do Sul, apropriando-se assim das vantagens a que só a Companhia tinha direito.

Como recompensa ao grande serviço prestado por Teixeira de Mello, concedeu-lhe o governo portuguez o habito

percorreu a colonia para tomar a altura dos logares, observar o littoral e levantar os mappas topographicos das quatro capitancias conquistadas; foi ainda devido á mesma protecção que Guilherme Piso e Marcgraf puderam penetrar no interior do paiz para estudar-lhe a flora e a fauna, e obter os espécimens vivos que, transportados para Mauriciópolis e para os jardins do conde, foram observados, descriptos e desenhados para serem levados ao conhecimento do velho mundo.

« A população do Recife se achava encerrada no estreito ambito do *burgo* do mesmo nome. Elle projectou edificar uma cidade n'essa ilha, tão vantajosamente situada, que se interpunha entre o bairro do Recife e o continente. Os membros do supremo conselho, como mercadores que eram, oppuzeram-se, allegando razões de economia. Mauricio, a quem a falta de recursos nunca foi um obstaculo á realização de seus planos principescos, comprou a ilha a seu dono mandou abrir canaes, circumvallal-a, lançar pontes, levantar casas com os materiaes da arruinada Olinda, e construir para si dois palacios, um dos quaes — *Friburg* — foi o objecto especial de seus desvelos: ornou-o com os moveis do mais fino lavor, cobriu-lhe as paredes de grandes quadros pintados por Franz Post, cercou-o de jardins e de um extenso parque, para onde fez transplantar centenas de arvores do interior do Brazil e da costa d'África.

« A capital do Brazil, diz Driesen, esteve a ponto de vir a ser a Rainha do Occidente, assim como, sob a administração de Koen e de seus successores, Batavia foi a Rainha do Oriente.

« A guerra e o tempo fizeram desaparecer as construcções materiaes do conde Mauricio — os seus palacios, as suas piscinas, os seus jardins e as suas pontes. Não obstante, um monumento immorredouro resta entre nós, que nos permite repetir a phrase de Barlaeus: « *Fulget . . . Nassovia magnitudinis in alio orbe perenne monumentum.* » É esta *Mauriciópolis*, que elle edificou e onde quiz fundar uma imprensa e uma universidade para toda a America, e cujo nome, por nossa ingratição, deixámos cahir no esquecimento! »

Rev. do Inst., tom. XLIX, part. 2.ª, pags. 227 e 228.

de S. Thiago, uma pensão annual de 12\$000 e a capitania do Pará por espaço de 6 annos.

A nomeação de Governador do Maranhão foi conferida a 11 de Agosto de 1644 a André Vidal de Negreiros.

Restaurado o Maranhão, trataram os patriotas de promover a insurreição da Parahyba e de Pernambuco — tarefa de maior monta, pois reclamava o concurso de milhares de cidadãos armados capazes de readquirir as posições conquistadas e firmadas pelo inimigo.

André Vidal de Negreiros tomou a si a arriscada incumbencia de ir sublevar os povos. Em companhia de Nicolau Aranha Pacheco seguiu do porto da Bahia, em uma caravela, para Pernambuco, onde combinou planos com Antonio Cavalcanti e com o esforçado portuguez, João Fernandes Vieira, proprietario rico e prestigioso, que desde logo assumiu caracter preponderante no movimento anti-hollandez (1). Proseguindo em sua missão patriotica foi André Vidal á Parahyba e ali predispoz os espiritos para em dado momento triumphar completamente a causa dos brasileiros. Para exito da empresa, seguiram para os sertões de Pernambuco Antonio Philippe Camarão, á frente de numerosa força de indios, o capitão Antonio Dias Cardoso e Henrique Dias.

(1) João Fernandes Vieira nasceu na ilha da Madeira em 1613 e falleceu em Olinda a 10 de Janeiro de 1681, sendo sepultado na igreja da Misericordia. A 2 de Agosto de 1866 foram trasladados seus ossos para a igreja do Paraiso, no Recife, por deliberação do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco.

André Vidal de Negreiros falleceu a 3 de Fevereiro de 1681 no Engenho Novo de Goyana, 24 dias após a morte de seu heroico émulo de gloriosas luctas,

Havia sido escolhido o dia de S. João (24 de Junho de 1645) para o rompimento; mas como fosse descoberto o plano por Sebastião de Carvalho e Fernando Valle, deliberou o chefe que a revolta se realizasse em dia de Santo Antonio, a 13 de Junho.

Reunidos os insurgentes no *Engenho das Covas*, fizeram d'esse ponto centro de operações pelas condições favoraveis que o terreno lhes offerencia.

Ao encontro dos revolucionarios marchou o coronel Henrique Haus, que havia substituido Mauricio de Nassau no commando militar. Haus, com uma columna de 1.500 soldados, foi derrotado completamente no Monte das Tabocas (1) pelo sargento-mór Antonio Dias Cardoso, a 3 de Agosto de 1645.

Durou 5 horas o combate. Os hollandezes tiveram 370 mortos e 400 feridos; os luso-brazileiros, 28 mortos e 37 feridos.

Satisfeito com o resultado da acção, João Fernandes Vieira, acclamado *Chefe dos Independentes*, deu liberdade a 50 escravos seus, que a seu lado pelejaram briosamente.

Reunindo todas as suas forças com as de Camarão, Henrique Dias e ainda dois regimentos trazidos por André Vidal de Negreiros e por Martim Soares Moreno, marchou o chefe sobre Pernambuco, obrigando os hollandezes a se refugiarem em seus fortes. Na varzea do Recife encon-

(1) O Monte das Tabocas é situado na pequena serra do Camucim, perto da antiga igreja de Santo Antão, cidade da Victoria.

traram-se com uma columna commandada pelo coronel Henrique Haus e por João Blaar; batidos os hollandezes, entrincheiraram-se no engenho With e ahi foram obrigados a capitular. Outros pontos renderam-se aos ataques dos nossos: o forte de Serinhaem foi tomado por Martim Soares Moreno e o de Nazareth por André Vidal; em Porto Calvo triumphou o alcaide-mór Christovão Lins; no rio S. Francisco, foi tomado o forte Mauricio (cidade do Penedo) pelo capitão Nicolau Aranha Pacheco.

Como poderoso auxilio ás criticas circumstancias em que se achavam, receberam os hollandezes um forte contingente de 2.000 soldados trazidos em esquadra commandada por Segismundo van Schkoppe e chegada ao Recife a 1.º de Agosto de 1646. Foi, porém, derrotado este chefe hollandez em dois encontros que teve com Braz de Barros e com João da Silveira.

Para compensar o duplo desastre, Schkoppe empregou alguns mezes em apparelhar-se e dirigiu-se depois á Bahia de Todos os Santos, onde chegou a 8 de Fevereiro de 1647. Effectuou desembarque na *Ponta das Baleias*, na ilha de Itaparica; destruiu 23 engenhos de assucar e propriedades ruraes; apresou todas as embarcações que vinham do Reconcavo; levantou um forte e quatro reductos em diversos pontos da ilha. Cerca de 2.000 pessoas que habitavam Itaparica morreram quasi todas ás mãos dos hollandezes, que saquearam tudo quanto quizeram.

Para desalojar-os, determinou o Governador Antonio Tel-

les da Silva que contra elles seguisse uma expedição de 1.200 soldados escolhidos e muitos officiaes, sob o commando do mestre de campo Francisco Rebello (1).

Às 3 horas da manhã do dia 10 de Agosto, seguiram os luso-brazileiros, em varias embarcações, para a ilha, e ao amanhecer do dia seguinte desembarcaram no *Manguinho*, proximo das fortificações inimigas. Com tal desordem pretenderam effectuar o assalto, que os da rectaguarda fizeram fogo nos da frente e acoçados pelos hollandezes regressaram na mesma confusão para a Bahia, deixando alli mortos mais de 600 soldados (2) e o valoroso commandante Rebello, além de grande numero de feridos. Foi esta a maior perda que o Brazil soffreu na guerra travada contra as usurpações da Hollanda.

Só em Dezembro d'aquelle anno Schkoppe abandonou a ilha por saber que era reclamada sua presença no Recife e por lhe constar ter sahido de Portugal uma esquadra com direcção á Bahia — esquadra composta de 12 galeões, sob o commando de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, chegada ao porto bahiano a 21 de Dezembro. Ainda em 1649 teve a Bahia a visita de Segismundo van Schkoppe, que penetrou

(1) Appellido vulgarmente o *Rebellinho*, por ser de pequena estatura.

(2) Mais de 600 soldados é o numero dado por Ignacio Accioli. O visconde de Porto Seguro diz: «E ao cabo de duas horas de fogo, tiveram os atacantes que retirar-se, deixando noventa mortos deante das trincheiras, além de mais trinta e cinco dentro d'ellas e dos que consigo carregariam» e cita o officio do general Segismundo, datado de 18 de Agosto de 1647 (*Historia Geral do Brazil*, 2.ª edição, impressa em Vienna, tom. II, pag. 649).

no Reconcavo e depois de saquear, incendiar 30 engenhos e apresiar varias embarcações, retirou-se, repleto de valiosas depredações, compensadoras das derrotas que seus compatriotas soffriam em Pernambuco (1).

Desorientada a Hollanda com os continuos insuccessos occorridos nas plagas pernambucanas, reclamou de Portugal ordens para cessar no Brazil as hostilidades, de que estavam sendo victimas os seus subditos: taes ordens—diz uma tradição accetivel—foram energicamente desobedecidas pelos chefes brasileiros e portuguezes, que tiveram a hombridade de responder do seguinte modo á insolita intimação: Iremos a Portugal receber o castigo de nossa desobediencia depois de termos expellido de Pernambuco o ultimo soldado hollandez.

Á vista d'estas disposições pundonorosas, o governo portuguez, como satisfação á Hollanda, demittiu o Governador Geral e nomeou para o cargo o Conde de Villa Pouca de Aguiar, Antonio Telles de Menezes, que tomou posse a 22 de Dezembro de 1647 na cidade do Salvador e assumiu o commando em chefe no Arraial do Bom Jesus a 24 de Janeiro de 1648.

Estrondosa victoria alcançaram os portuguezes a 19 de Abril do mesimo anno. O general Francisco Barretto de Menezes com uma columna de 9.400 homens e sem artilheria der-

(1) O porto da Bahia achava-se n'essa occasião completamente desguartecido: parte da esquadra portugueza fôra auxiliar a restauração de Pernambuco, a outra parte seguira para Lisbôa, a comboiar navios de carga.

rotou Segismundo van Schkoppe, que commandava 4.500 homens e dispunha de 6 peças de artilheria. Esse brilhante feito d'armas é conhecido na historia por batalha dos Guararapes. Ferido gravemente, o chefe hollandez retirou-se para o Recife.

Para compensar a derrota, os hollandezes apoderaram-se de Olinda, mas foram pouco depois repellidos pela bravura do chefe negro Henrique Dias.

Em fins do anno de 1648 lamentaram os brazileiros a perda do heroico indio potyguára Antonio Philippe Camarão (1), que antes de fallecer entregou o commando dos indios a seu sobrinho Diogo Pinheiro Camarão, herdeiro e continuador de suas glorias.

Readquirindo novos contingentes, os hollandezes sob o commando do coronel Van den Brinke pretenderam resarcir as suas derrotas. Com uma força de 3.500 homens e 6 peças de artilheria, Brinke foi derrotado na segunda batalha dos Guararapes a 19 de Fevereiro de 1649, pelo general Francisco Barretto de Menezes, que só dispunha de uma força de 2.600 soldados (2).

(1) Os dois nomes proprios dados ao Camarão, por occasião de seu baptismo em 1580, referem-se: *Antonio*, a D. Antonio, prior do Crato, pretendente ao throno de Portugal; e *Philippe*, a Philippe II, que realisou tal pretensão.

(2) Em acção de graças pelas duas victorias alcançadas nos Guararapes, Francisco Barretto mandou edificar uma capella que entregou aos beneditinos de Pernambuco, e estes, em 1782, a converteram na formosa egreja que se eleva no cimo dos montes e conserva uma grande lousa com inscripção commemorativa d'aquelles heroicos feitos d'armas.

Devido á falta de reforços exteriores não puderam os insurgentes perseguir os invasores até ao Recife, e só em Dezembro de 1653 tiveram em seu auxilio uma frota de 62 navios, comandada por Pedro Jacques de Magalhães. Combinadas então as forças de mar com as de terra, obrigaram os holandezes a perder cada vez mais as suas posições: os brasileiros apossaram-se das fortalezas das Salinas a 16 de Janeiro de 1654, de Santo Amaro, de Buraco, dos Afogados e do Barreto, obrigando o inimigo a concentrar-se no Recife.

Vendo-se cercado e irremediavelmente perdido, o chefe hollandez pediu conferencia com os chefes dos insurgentes: estes cumpriram o dever nacional de lhe impôr a entrega da Parahyba, de Itamaracá e da ilha de Fernando Noronha e bem assim a sua retirada e dos invasores. Forçado pelas circumstancias, Segismundo annuiu ás justas imposições e deante do forte das Cinco Pontas, assignou a 26 de Janeiro de 1654, a capitulação da *Campina do Taborda* (1).

Foram nomeados commissarios, por nossa parte, o auditor geral Francisco Alvares Moreira, o capitão secretario do exercito Manoel Gonçalves Corrêa e o capitão reformado Affonso de Albuquerque; e por parte dos holandezes, o

Pouco depois da segunda batalha dos Guararapes, partiu para a Europa o Governador Antonio Telles da Silva: morreu em viagem, por ter ido a pique, na costa de Buarcos (Portugal) o navio *Nossa Senhora da Conceição* que o conduzia.

(1) A campina do Taborda—assim chamada por ter ahi morado um pescador chamado Manoel Taborda—é o actual bairro de S. José.

conselheiro Gisbert de With, o presidente dos escabinos Huybrecht Brest e o capitão Van Loo. A estes commissarios juntaram-se, para tratar de assumptos militares, de nosso lado, André Vidal de Negreiros, e do lado contrario o tenente-coronel Van der Wall.

Continha a capitulação 28 artigos.

Estipulou-se: praso de tres mezes para que os hollandezes ultimassem os seus negocios, podendo, d'esse praso em deante, deixar a procuradores a incumbencia de vender o que lhes restasse; garantia, durante quatro mezes, a embarcações hollandezas que fossem chegando d'Europa; entregar aos vencidos todas as munições de bocca de que tivessem necessidade; facilitar-lhes transportes seguros para reconduzil-os á sua patria; entregarem os hollandezes todas as praças, artilheria e munições de guerra. No dia 27 as tropas luso-brazileiras tomaram posse dos fortes exteriores e do bairro da ilha de Santo Antonio, denominado cidade de Mauricio, *Mauritzstad*.

A 28 de Janeiro, achando-se todas as tropas em armas, apresentou-se o general Francisco Barretto de Menezes com seu estado maior, todos a cavallo, ás portas da cidade, onde, a pé, o esperava o general Segismundo van Schkoppe com seus ajudantes. Apeou-se o general portuguez para a cerimonia da recepção das chaves e ao lado do general flamengo penetrou na cidade acompanhado de todas as tropas e ao som de descargas de artilheria e fuzilaria.

Para a entrega dos fortes, tanto do continente como da

ilha de Fernando Noronha, Schkoppe expediu a seguinte circular, em hollandez, dirigida aos commandantes :

« Nobre, honrado, bravo ! Pela convenção que assignámos e vai junta, podereis saber quanto, com o maior sentimento, nos cumpre informar-vos. Com ella vos conformareis, entregando á ordem do senhor mestre de campo general todas as fortalezas ahi existentes. Para este fim vão a essa os srs. Van der Wall e Brest, que darão todas as explicações, na conformidade das quaes vos conduzireis. Terminamos, rogando a Deus que vos proteja. »

O governo portuguez conferiu honras aos chefes da restauração pernambucana: O general Barretto foi nomeado capitão general de Pernambuco; André Vidal e Fernandes Vieira obtiveram fôro de fidalgos, sendo aquelle confirmado no cargo de capitão general do Maranhão e este nomeado capitão general d'Angola, governando a Parahyba enquanto não vagasse esse posto.

O general Francisco Barretto de Menezes assumiu depois, na Bahia, a 18 de Junho de 1657, o cargo de Governador Geral (1), e André Vidal o de governador de Pernambuco e em seguida o de Angola, em substituição a Fernandes Vieira.

A 19 de Março de 1654 partiu para a Europa André Vidal, incumbido de ir levar a Portugal a noticia da restauração das

(1) Na Bahia o paço do senado da Camara, mandado edificar em 1549 pelo 1.º Governador Thomé de Souza, foi reconstruido no governo do general Francisco Barretto : está situado ao sul da Praça de Palacio e é hoje o paço da Inten-

capitanias que os hollandezes haviam conquistado. Em todas as igrejas de Lisbôa foi entoado *Te-Deum* como expressão do geral contentamento.

Referindo-se ás merecidas provas de consideração com que a nação portugueza honrou o nosso compatriota, diz emerito historiador :

«D. João IV exultou e Lisbôa inteira applaudiu enthu-

dencia Municipal. Na frente do edificio, quasi a fazer esquina com a rua Visconde do Rio Branco, lê-se esta inscripção em letras abertas em pedra de cantaria :

REYNANDO
ELREY
D.AFONSO VI
MANDOVFAZERESE
EDEFISIO
ACVSTADASIDADE
FRANCISCOBARRETO
DOCONC.D.GVERRA
G.E.C.G.DESTADO
DOBRAZIL
1660

No pavimento superior havia duas salas, uma para o Tribunal da Camara e a outra para as audiencias dos juizes ; no pavimento terreo ficavam os açougues e as cadeias da cidade, as quacs foram modificadas em 1795, no governo do marquez de Aguiar, D. Fernando José de Portugal e Castro, como se lê em outra inscripção gravada em pedra embutida na frente do edificio, quasi esquina da rua d'Assembléa :

OJLM. EX.º SENHOR D. FER-
NANDO JOZE DEPURTU-
GAL G.º E CAP.º G.º DESTA CA-
P.º MANDOVFAZERHESTACA-
DEILAENFERMARIA
E A SISTERNA INXO-
VIA SALA FIXADA
ETVDO O MAIS QVE
ESTA'DENOVO P.º RENDAS
DOSENADO NOANNO 1795

siasmada a victoria dos heróes da grande colonia portugueza da America.

«Vidal de Negreiros era objecto de curiosidade, de admiração e de manifestações de alto apreço: referiam-se e applaudiam-se os feitos gloriosos d'esse brasileiro, que, em bravura e heroicidade, egualava os *varões assignalados*, que Luiz de Camões cantára nos *Lusiadas*» (1).

Uma provisão, datada de 29 de Abril de 1654, recomendou que aos officiaes restauradores de Pernambuco se déssem os melhores logares da capitania, e aos soldados, lotes de terras. Outra provisão da mesma data mandou distribuir, entre os que mais se distinguiram na guerra, até quinhentos escudos, como gratificação especial.

É de justiça que se declare que durante os 24 annos que os hollandezes occuparam o Brazil, prosperou o paiz de modo admiravel; desenvolveu-se em larga escala o commercio com o estrangeiro; floresceram as industrias, introduzindo-se machinas nos engenhos de assucar; muitas estradas foram

(1) Dr. JOAQUIM MANOEL DE MACEDO: *Ephemérida historica do Brazil* (Rio de Janeiro, 1877) vol. I, pag. 163.

Joaquim Manoel de Macedo, doutor pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, nasceu em Itaboraahy, Estado do Rio de Janeiro, a 24 de Junho de 1820 e falleceu a 11 de Abril de 1882. Foi vice-presidente e orador do Instituto Historico, professor de chorographia e historia do Brazil do Collegio Pedro II, e um dos vultos que mais se distinguiram nas letras brasileiras, como romancista, dramaturgo, historiador e poeta.

As valiosas obras que formam o seu abundante espolio litterario acham-se mencionadas no *Diccionario Bibliographico Brasileiro* do Dr. Sacramento Blake, vol. IV, pags. 183 a 190.

abertas no interior; constantes explorações tornaram delimitadas as capitânicas; a cidade do Recife, que elles chamavam *Mauritzstad*, aformoseou-se com a edificação dos dois palacios e de grande numero de predios particulares, sobrados em grande parte; pontes importantes foram lançadas sobre o rio Capiberibe; bem construidas fortalezas defendiam a capital; e muitos outros melhoramentos ainda hoje attestam a elevação de vistas do principe João Mauricio de Nassau.

CAPITULO XIV

MEDIDAS VEXATORIAS CONTRA O COMMERCIO BRAZILEIRO. REVOLTA
NO MARANHÃO. MANOEL BECKMAN E JORGE
DE SAMPAIO. OS QUILOMBOS DOS PALMARES. GUERRA
DOS «MASCATES» EM PERNAMBUCO. GUERRA DOS «EMBOABAS»
EM MINAS—1684-1714

GARANTIDA a integridade do solo nacional com a expulsão dos hollandezes, parecia que o paiz ia entrar em phase de tranquillidade e desenvolvimento; mas assim não succedeu.

A falta de unidade no governo do Brazil occasionava verdadeira anarchia administrativa. Independentes umas das outras, capitanias importantes, como do Pará, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro, necessitavam de um poder central que as superintendesse e as contivesse nos limites legaes, distribuindo imparcialmente a justiça e salvaguardando os direitos dos povos, sujeitos a caprichos de tyrannetes.

Para aggravar a situação, formaram os portuguezes uma Companhia de Commercio, que conseguiu do governo da metropole alvará extinguindo varias industrias brazileiras,

como o vinho de mel, a aguardente e outros productos oriundos da agricultura. Só podiam ser introduzidos no paizinhos portuguezes, de que a Companhia fazia monopolio.

Cercada de privilegios, unica a abastecer os mercados brasileiros, usava e abusava de suas largas attribuições para impôr aos colonos arbitrario preço ás mercadorias que vendia: vinho, bacalhau, trigo e azeite.

Outra companhia veio por esse tempo tornar mais odiosa a especulação portugueza: a celebre Companhia do Estanco, tendo por fim monopolizar a venda dos generos de primeira necessidade.

Geitosos como sempre, obtiveram os padres excepção para as mercadorias que importavam e exportavam, isentando-se assim dos pesados onus de que os demais negociantes se viam sobrecarregados—inimidade que lhes acarretou geral antipathia.

A tal ponto chegou a irritação dos animos, que até do pulpito um frade proclamou, entre applausos, que o remedio a tantos males não se devia esperar de milagres, sempre impossiveis, mas do proprio povo, que o tinha nas suas mãos. Encontrou echo este grito de revolta partido da igreja.

Profundamente revoltados contra o afflictivo estado de cousas, Manoel Beckman (1), Thomaz Beckman e Jorge de Sampaio concitaram o povo do Maranhão a rebellar-se contra as explorações de que todos eram victimas e a 25 de

(1) Conhecido popularmente por Manoel *Bequimão*.

Fevêreiro de 1684, depuzeram a Balthazar Fernandes, (1), substituto do Governador Francisco de Sá Menezes, que então se achava no Pará; organizaram uma Junta-Governativa composta de Manoel Beckman, Eugenio Ribeiro Maranhão e o vigario geral; aboliram a odiosa Companhia do Estanco e determinaram a expulsão dos jesuitas, que em numero de 27 foram forçados a retirar-se.

Embarcaram os padres em dois navios: um chegou a Pernambuco, e outro foi aprisionado por piratas, que os deixaram na costa do Maranhão, d'onde seguiram presos para a capital e d'ahi para Belém do Pará.

Por estes acontecimentos, de regosijo publico, foi cantado um *Te-Deum*. Frei Luiz Pestana incumbiu-se de levar a noticia ao Pará, como portador de cartas para a Camara e para o bispo D. Gregorio dos Anjos, auctoridade sympathica á causa da rebellião.

Vencedora a revolta, foi enviado a Lisbôa Thomaz Beckman (2), investido de plenos poderes para fazer chegar ao

(1) O tumulto invadiu o palacio. Ahi Beckman exprobrou a Balthazar Fernandes «a criminosa indiferença com que desprezára as justas queixas do povo e a não menos criminosa irresolução, com que, conhecendo o descontentamento popular, o deixára chegar áquelle ponto: em seguida declarou-lhe que ficava preso em sua propria casa, debaixo da guarda de sua mulher.»

(2) Thomaz *Bequimão*, revolucionario e poeta satyrico, foi condemnado pela côrte a pena de degredo em Pernambuco. Aprisionado pelos mouros, em viagem, viveu como captivo oito annos em Mequinez (Marrocos).

Recobrada a liberdade, conseguiu regressar ao Brazil, e, depois de cumprir sentença, obteve a carta regia de 20 de Fevêreiro de 1704 que lhe concedeu licença para adquirir cem casaes de indios e estabelecer lavouras no Maranhão.

throno portuguez as queixas dos colonos e obter sanção aos actos consummados pela Junta dos *Tres Estados*, constituída de delegados do clero, nobreza e povo.

Por sua audacia foi condemnado a pena de degredo em Pernambuco.

Com a chegada do novo Governador Gomes Freire de Andrade, a 15 de Maio de 1685, foi suffocada a revolta e dissolvida a Junta.

Temendo perseguição, Manoel Beckman occultou-se em seu engenho do Mearim; como, porém, fosse offerecido premio a quem denunciasse o esconderijo, apresentou-se como delator seu pupillo e afilhado Lazaro de Mello (1).

Presos Manoel Beckman e seu cumplice Jorge de Sampaio —este, chefe de numerosa familia e maior de 70 annos— foram enforcados na praia da Trindade a 2 de Novembro de 1685 (2).

A forza era o modo mais summario e mais completo de se attender ás justas reclamações dos que, desejando o progresso

(1) Lazaro de Mello teve como premio de sua traição a patente de capitão na companhia dos nobres; porém nenhum homem o quiz acompanhar quando elle se achava de serviço. Viveu como lazaro moral, desprezado de todos. Alguns annos depois, appareceu enforcado em seu engenho, ou por suicidio, ou por desastre, embaraçado nas cordas que prendiam os bois á almanjarra.

(2) Do alto da forza, Manoel Beckman pronunciou estas palavras: « Dou satisfeito a vida pelo Maranhão. »

Condoído da afflictiva e precaria situação em que havia ficado a desolada familia Beckman, composta de viuva e duas jovens, o Governador Gomes Freire de Andrade mandou, por interposta pessoa, arrematar todos os bens do enforcado e entregal-os, como dote, ás infelizes orphãs.

do Brazil, constituíam-se promotores de revolução—o mais sagrado dos direitos de que usam os povos oprimidos, conscientes de seu valor e de sua dignidade.

Motins de outra ordem chamavam a attenção do governo, quando se suppunha acalmados os animos.

Negros trazidos d’Africa e aqui reduzidos á dura condição do captivo, obrigados a servir ou a pelear contra os hollandezes, haviam, durante annos, abandonado seus senhores e fugido para o sertão de Alagoas, onde formaram aldeamentos ou quilombos. Escolheram a fralda da serra da Barriga, logar pittoresco, onde altas palmeiras lhes lembravam as sandosas paizagens do Congo, de Guiné e de Angola, e ahí armados, entrincheiraram-se, dispostos a viver dos productos que lhes offerecia a natureza selvagem (1). Cerca de 15.000 africanos constituiram os quilombos dos Palmares, obedientes ao mando de um chefe, o preto Zumbi (2).

O quilombo dos Palmares comprehendia mais de uma legua de circuito, servindo-lhe de defesa uma estacada de duas ordens de paus altos, de madeira rija, apresentando, a egual distancia, tres portas encimadas por platafórmãs guar-

(1) Os principaes aldeamentos dos negros occuparam os logares em que se acham hoje as villas de Atalaia e Jacuhype, onde haviam sido construidos os fortes de Nossa Senhora de Brotas e de S. Caetano, destinados a submeter os rebeldes.

(2) Ou *Nzambi*, nome que em lingua africana, angolense, quer dizer divindade.

neçadas por 200 pretos. Eram de irregular construcção as casas, sobresahindo pelo tamanho a de residencia do Zumbi.

É natural que para manter-se effectuassem correrias pelas fazendas, que assaltavam, em busca de generos alimenticios e de negras e mulatas, necessarias para constituir a povoação. Reclamações dos donos dos escravos e queixas dos colonos, cujas propriedades eram invadidas, determinaram varias expedições contra o mocambo dos Palmares. Perfeitos conhecedores do terreno e bem armados, resistiram os africanos por muito tempo ás fortes partidas que o governo enviou para prendel-os e restituil-os a seus senhores.

Receosos de assaltos, muitos moradores de Porto Calvo, Serinhaem, Una, Cabo de Santo Agostinho e de outras localidades de Pernambuco e de Alagôas mantinham com elles relações commerciaes, acceitando por compra suas rapi-nagens e obtendo do chefe *salvo-conductos*, para livre transito pelos Palmares.

Muitas expedições foram mandadas pelo general Governador Francisco Barretto de Menezes, sem que lograssem exito.

Em 1696 um paulista arrojado e emprehendedor, Domingos Jorge Velho, propoz-se a destruir os quilombos, mediante regalias que lhe fossem vantajosas pessoalmente.

Estabelecido contracto, obteve do Capitão-General de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, uma força de 7.000 homens com artilheria, disposta em tres columnas: uma, sob seu commando, e as outras sob as ordens de Sebastião

Dias e Bernardo Vieira de Mello, incorporados tambem o alcaide-mór Christovão Luiz de Vasconcellos, Capitão-mór Rodrigo de Barros Pimentel e coronel Christovão da Rocha Barbosa.

Domingos Jorge atacou a porta do lado direito, Sebastião Dias a do esquerdo e Bernardo Vieira a do centro.

Tomado o mocambo, aprisionados os pretos, foram conduzidos a Pernambuco; ahi, reservados os quintos pertencentes ao governo, foram os negros divididos entre os chefes da expedição e os soldados e uma parte mandada para outras capitanias e para Portugal, só ficando em Pernambuco as mulheres e as creanças.

O chefe, o Zumbi, morreu como heróe, combatendo (1).

Com extraordinario regosijo foi recebida em Olinda a noticia da destruição dos Palmares: entoaram-se *Te-Deums*, sahiram á rua procissões e das janellas de palacio o Governador distribuiu dinheiro ao povo, como era uso n'aquella epocha.

Depois da guerra contra escravos revoltados, a lucta entre brasileiros e portuguezes, lucta proveniente de rivalidade

(1) Segundo Rocha Pitta, Roberto Southey e Ignacio Accioli, o Zumbi e outros negros resolutos, ciosos de liberdade, vendo-se perdidos, subiram a um despenhadeiro que nos Palmares havia, e d'elle se precipitaram, preferindo o suicidio á morte pelas armas ou ao captiveiro.

Sabe-se hoje que não é veridico este facto. Uma carta do Governador da Bahía, D. João de Alencastro, datada de 24 de Janeiro de 1696, menciona que o Governador de Pernambuco Caetano de Mello e Castro, dando parte da lucta, communicára que o Zumbi morrêra valentemente, em combate.

existente entre Olinda e Recife. N'aquella cidade achava-se o commercio a retalho entregue a brasileiros; e n'esta, o commercio em grosso, pertencente aos lusitanos. Fazendeiros os de Olinda, commerciantes ou *mascatos* os do Recife. Aquelles, quasi sempre devedores d'estes, e d'ahi, a odiosidade que os maus pagadores costumam votar aos credores.

Qualquer facto deveria servir de pretexto para que entre uns e outros rompessem as hostilidades. Tendo sido o Recife elevado a villa, levantou-se divergencia sobre a circumscripção dos dois povoados. Queria o Governador da capitania, Sebastião de Castro Caldas, que fizessem parte do Recife as freguezias do Cabo, da Ipojuca e da Moribeca; entendia, porém, o ouvidor, dr. Luiz de Valenzuela Ortiz, que taes freguezias deveriam pertencer a Olinda. D'este conflicto resultou ser ferido o Governador por tiro de bala em uma perna. Para vingar a affronta, Castro Caldas expediu mandado de prisão contra o ouvidor, que conseguiu fugir. Amotinou-se o povo contra as violencias que estavam sendo commettidas e conseguiu depôr o Governador, que apressadamente embarcou para a Bahia.

A 15 de Novembro de 1710 assumiu o governo o bispo, D. Manoel Alvares da Costa.

Ao chegar á Bahia, foi preso Castro Caldas e remetido para Portugal.

Durante tres a quatro annos estiveram em lucta as duas cidades pernambucanas. O bispo, o mestre de campo Christovão de Mendonça Arraes, o ouvidor e o povo em geral

eram a favor de Olinda; pelo Recife batiam-se o Governador da Parahyba João da Maia da Gama, e Sebastião Pinheiro Camarão, á frente de índios.

A guerra civil mantinha-se por meio de escaramuças, sem victoria para alguma das partes, quando a chegada do Governador, Felix José Machado de Mendonça, a 10 de Outubro de 1711, fez com que depuzessem armas os combatentes. Infelizmente, porém, pouco tempo durou a paz: o Governador portuguez juntamente com o ouvidor João Marques Bacalhau e juiz de fóra Paulo de Carvalho pronunciaram-se a favor dos negociantes do Recife e ateou-se de novo a guerra. O bispo D. Manoel foi immediatamente desterrado para o rio S. Francisco.

Em vista de energica representação da Camara de Olinda contra as violencias que soffria, mandou o governo portuguez que o seu representante no Recife cessasse de vez as hostilidades, e assim pacificou-se a capitania a 7 de Abril de 1714.

Foram os paulistas os mais corajosos e mais persistentes exploradores do interior do Brazil, cabendo ao seu assiduo trabalho e inquebrantavel perseverança a descoberta de muitas minas importantes, verdadeiras fontes de riquezas. Expostos ás intemperies, arrostando a colera do gentio cioso de seus dominios, combatendo muitas vezes animaes ferozes, percorreram os paulistas os sertões da Bahia, do rio S. Francisco, do Ceará e do Maranhão.

Pertencentes á raça cruzada, de sangue americano com

européu, os homens que compunham as *bandeiras* eram semi-barbaros, falavam a linguagem dos indios, e, instigados pelo exemplo dos selvagens, consideravam a escravidão como um direito do forte contra o fraco. Apraziam-lhes crenças e usos dos povos nômadás, e, impulsionados pela febre do ouro, revolveram os sertões do Brazil com infatigável tenacidade.

Depois de haverem descoberto minas de ouro e ferro em sua terra natal, em 1597, os audaciosos exploradores foram descobrir minas de ouro em Paranaguá, Coritiba, Ribeira de Iguape (chamadas *minas de Cananéa*), Paranapanema, Apialhy, Minas Geraes de Cataguazes e Sabará-Bussú, nos annos de 1695 a 1700; as de Cuyabá em 1719 a 1720; as de Matto Grosso em 1736; as de Goyazes de 1722 a 1725; e finalmente as de esmeraldas em 1681 e as de diamantes de Serro Frio (1) descobertas por Fernão Dias Paes (2).

Os paulistas alargaram de modo consideravel os limites de nosso paiz, extendendo-os para a parte occidental da linha

(1) Serro-Frio, ramificação da serra da Mantiqueira, no Estado de Minas Geraes. Ahí, no anno de 1729, o sertanejo Bernardo da Fonseca Lobo encontrou um diamante de grande valor, pelo qual o governo portuguez, em carta regia de 17 de Abril de 1734, concedeu-lhe patente de Capitão-mór da Villa do Principe. Vide *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Brazil*, por J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, traduzido pelo dr. Caetano Lopes de Moura (Pariz, 1845), tom. II, pag. 657.

O dr. Caetano Lopes de Moura nasceu na Bahia em 1780 e falleceu em Pariz a 3 de Dezembro de 1860. A noticia de suas muitas obras lê-se no *Dicc.* do dr. Blake, tom. II, pags. 9 a 14, e seu elogio biographico, feito pelo dr. Joaquim Manoel de Macedo, na *Rev. do Inst.*, tom. XXIV, pag. 809.

(2) Sargento-mór PEDRO TAQUES D'ALMEIDA PAES LEME: *Nobiliarchia paulistana, genealogia das principaes familias de S. Paulo* (*Rev. do Inst.* tom. XXXIV, part. I, pag. 41).

imaginaria traçada pelo papa Alexandre VI em bulla de 4 de Maio de 1493, ampliada e estabelecida pelo tratado de Tordesillas de 7 de Junho de 1494 (1).

Apreciando o papel preponderante exercido por estes ousados exploradores na dilatação territorial do paiz, disse o illustrado dr. Eduardo Prado (2), em conferencia publica, realizada na bibliotheca da Faculdade de Direito de S. Paulo, a 20 de Agosto de 1896, festa litteraria, preparatoria, para a commemoração do terceiro centenario da morte do padre José de Anchieta:

« Sem os paulistas, a lingua portugueza seria falada apenas

(1) A linha divisoria, distante 370 leguas a oeste da ilha de Santo Antão — a mais occidental do archipelago de Cabo-Verde — passava sobre a ilha de Marajó, 3 ½ leguas a oeste de Belém do Pará, e vinha terminar na costa do sul, n'altura approximada a 28 ½ graus (Estado de Santa Catharina, abaixo do Desterro, ponta de Imbituba).

(2) O captivante artista da fôrma, o attrahente escriptor portuguez Eça de Queiroz — fallecido em Pariz a 17 Agosto de 1900 — em estudo intitulado *Eduardo Prado* apreciou do seguinte modo as obras d'este nosso inolvidavel compatriota: « Além de uma viagem ao Oriente (repassada de verdade, interessante saber, vigor luminoso), Prado concebeu e trabalhou todos os seus livros n'um momento d'urgencia, por impulsivo patriotismo, para atacar idéas ou homens de quem receava a desorganisação do Estado, ou para animar aquelles que reagiam contra essa desorganisação pela força latente d'alguma virtude social. Assim a victoria do Jacobinismo Politico e do Fanatismo Positivista determinaram essas vehementes Chronicas de Frederico de S., os *Fastos da Dictadura*, que acompanharão, na Historia, a Dictadura, com um silvar, de certo amortecido, mas perennemente desagradavel, de látego. Assim as tendencias Norte-Americanas da Republica provocaram esse esplendido libello *A Illusão Americana*, o mais forte que se tem construido contra a raça Neo-Anglo-Saxonia, tal como a moldou na America um solo novo, o uso muito duro da escravatura, o contacto violento com raças barbaras, o excesso de democracia utilitaria e a carencia de uma tradição.

« E quando, por outro lado, agora que a nação reentra com segurança na normalidade da vida, elle presente um salutar retrocesso ao idealismo religioso,

n'uma estreita faixa de territorio parallelo ao Atlantico. O celebre meridiano com que Alexandre VI dividiu o mundo, no seculo XV, tão arbitrariamente, como a conferencia de Berlim, em 1884, dividiu a Africa, passava pouco a leste do centro do Brazil actual. Não fossem as invasões dos paulistas,

logo reúne e fortifica as almas, contando ardentemente a alma de um doce Santo, o Padre José Anchieta. Sempre tomou a penna n'um momento de pressa social ou moral — como se agarra uma espada que rechaca ou conduz. N'elle o amor patriotico nunca soffreu diminuição, nem degeneração, bem solido, bem alto, rijamente cimentado nas profundidades mesmas do seu ser. »

EÇA DE QUEIROZ: *Revista Moderna*, impressa em Pariz, anno II, n. 22, de Julho de 1898, consagrada especialmente a Eduardo Prado, de quem traz o retrato na capa, e intercalados no texto retratos tirados em 1865, 1878, 1882, 1889, e estampas representando: *A Fazenda do Brejão: casa de residencia — Eduardo Prado na bibliotheca do Brejão — Eduardo Prado na sua bibliotheca em Pariz.*

Em artigo publicado no *Jornal do Commercio* de Lisbôa e transcripto n' *O Commercio de S. Paulo* de 1.º de Outubro de 1901, o jornalista portuguez Christovão Ayres expõe, com relação a Eduardo Prado, particularidades dignas de menção n'esta obra, destinada simultaneamente a memorar factos e a exaltar mentalidades de primeira ordem, pelas fulgurações do talento e pelos enthusiasmos do patriotismo.

« Todos os dias que trabalhei em Londres, todos, sem perda de um só, o encontrei no *British Museum*, cuja bibliotheca conhecia como a sua propria, e cujos thesouros explorava, n'um estudo methodico e seguro.

« Um dos trabalhos que trazia entre mãos era um curiosissimo estudo sobre o padre Manoel de Moraes, jesuita portuguez, do seculo XVII, natural de S. Paulo, do Brazil, que pelo seu genio irrequieto, espirito aventureiro e vida desregrada, muito deu que fazer á Inquisição, tendo tido um papel importante na historia das luctas dos portuguezes contra os hollandezes, em Pernambuco.

« Grande e importantissima era a copia de documentos que Eduardo Prado conseguira colligir sobre o assumpto, na Italia, no Brazil, em Portugal, pagando-os por elevados preços, obtendo no estrangeiro o hoje rarissimo opusculo do padre Moraes, *Prognostico e resposta*, a favor da restauração de Portugal, e constituindo assim uma verdadeira riqueza de investigação e trabalho.

« Na nossa Torre do Tombo descobri e mandára ultimamente copiar dos papeis do Santo Officio o processo pelo qual esse jesuita fôra condemnado a ser queimado vivo, sendo-lhe a pena commutada para garrote.

feitas para o occidente, descendo os nossos rios da bacia platina, que lhes serviam de caminhos, rios que têm a singularidade de, nascendo perto do mar, correrem para o interior das terras, e o dominio hespanhol seria quasi total na America do Sul. O mameluco paulista, quando deixava o caminho dos rios, antes de invadir as terras de Hespanha, atravessava a floresta franca dos pinheiros do Paraná, que lhe davam o sustento, e, antes de mais largas excursões, deixava plantada em alguma parte a roça do milho indio, que era, na volta, a sua alimentação armazenada no deserto. Estas excursões até onde foram? Essas odysseas, cujo fim era o captivar indios e o buscar ouro, foram desde o Amazonas até ao Prata (como se diz nos discursos) e desde o mar até aos Andes.»

Muitos portuguezes, arvorados em bandeirantes, puzeram-se em competencia com os paulistas na descoberta de minas, facto que originou odiosas e sangrentas rivalidades. Os indios

« Com esse cabedal precioso de documentos, tencionava agora, e quem sabe si começára já, no remanso de sua casa em S. Paulo, a escrever a monographia.

« Dada a vida tão accidentada do padre Moraes, as causas varias que abraçára e os quadros diversos em que figurára, ora catholico em Portugal, ora calvinista em Hollanda, ora chefe de numerosa prole em Pernambuco e coudel de aguerrido soldado contra a invasão dos hollandezes, primeiro queimado em estatua e depois queimado pela Inquisição, o assumpto prestava-se a ser tratado com aquella largueza de vistas, agudeza de observação, clareza e elegancia de expressão que caracterizavam e tornavam apreciaveis os escriptos de Eduardo Prado.»

« Porque Eduardo Prado, comquanto mais se manifestasse no jornalismo do que em livros de largo folego, era um escriptor consummado e possuia uma erudição rara.»

e paulistas chamavam aos portuguezes *emboabas*, *homens de cabello differente*.

Fraides portuguezes, esquecidos dos compromissos religiosos que contrahiram ao tomar o habito, abandonaram o *socego* beatifico de suas cellas e os votos de pobreza voluntaria, e, *cobiçosos* de ouro, reunidos a desertores da colonia do Sacramento, transportaram-se aos districtos auríferos e ahi pretenderam esbulhar os paulistas das minas que estes haviam descoberto e de que se achavam de posse.

Por occasião de explorações das minas de Cataguazes, no actual Estado de Minas Geraes, encontraram-se os dois grupos concorrentes: os paulistas, commandados por Domingos da Silva Monteiro, e os *emboabas* ou *forasteiros* por Manoel Nunes Vianna, portuguez domiciliado em Minas, onde possuia importantes propriedades. Traiçoeiramente atacados, foram os paulistas vencidos, juncando de cadaveres a margem de um rio, que ficando denominado *Rio das Mortes* (2).

(1) Varias interpretações se têm dado á palavra *emboaba*. O dr. Baptista Cartano diz que, ao pé da letra, significa *laçador de gente*; o dr. Macedo Soares, que é contracção de *aboambobá*, homem de cabello differente; o general José Ignácio de Abreu e Lima explica o vocabulo do seguinte modo: «*Emboaba quer dizer, na lingua do paiz, gallinha ou qualquer outra ave que tenha as pernas e vestidas de pennas, ao que nós chamamos calçada; de que resulto o darem aos portuguezes esta denominação por andarem calçados de botas e calças, e os paulistas, que traziam quasi sempre nãos.*» *Synopsis ou deducção chronologica das notaveis da historia do Brazil* (Pernambuco, 1815), pag. 163.

(2) O odio entre os dois partidos havia tomado maior incremento pelo facto de ter frei Francisco de Menezes arrematado no Rio de Janeiro o contracto de carnes verdes e pretendido levar-o a effeito em Minas, apezar da resistencia dos

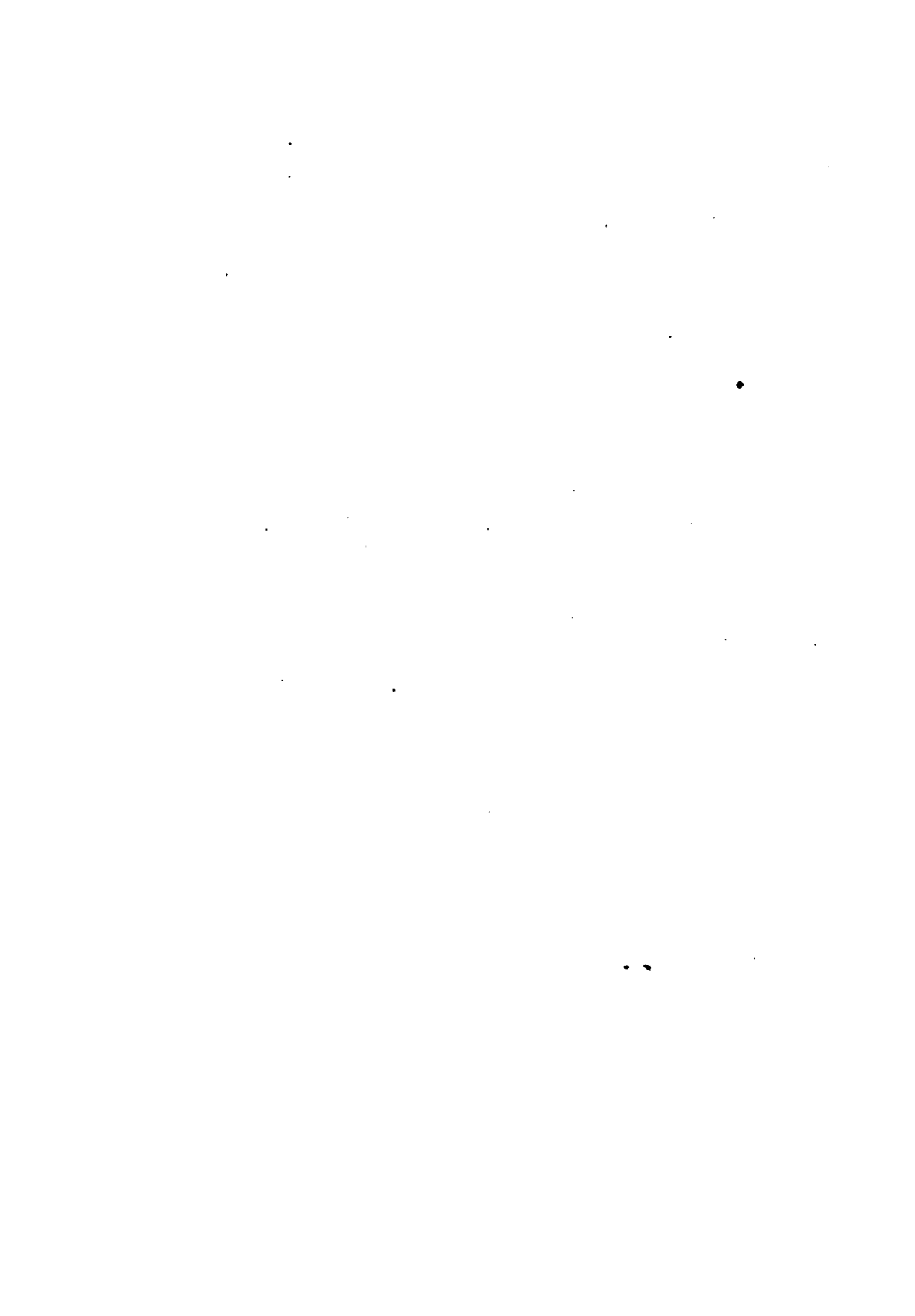
Os que conseguiram escapar da horrorosa carnificina e regressaram ao lar, foram instigados por suas proprias mulheres a tirar, de seu desastre, horrivel desforra.

Preparavam-se para maior guerra, quando Portugal interveiu na questão, decretando ampla amnistia ás partes contendoras, e creando, a 5 de Novembro de 1709, a capitania de S. Paulo e Minas, completamente independente da do Rio de Janeiro, e nomeando para dirigil-a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Por carta régia de 24 de Julho de 1711 a villa de S. Paulo foi elevada a cidade.

O Governador Antonio de Albuquerque creou as villas de Ribeirão do Carmo, hoje Marianna, Villa Rica (mais tarde Ouro Preto) e Sabará.

paulistas. Para conseguir seus fins, o frade reconciliou-se com elles e aconselhou-os a que depositassem as armas, allegando para isso falsas cartas regias e a necessidade de paz.

Confiantes os paulistas, recolheram as armas, e d'ellas se apoderaram os portuguezes para vencer os seus contrarios. Após a derrota dos brazileiros, foi celebrada uma missa em acção de graças.



CAPITULO XV

FUNDAÇÃO DA COLONIA DO SACRAMENTO NA ENTRADA
DO RIO DA PRATA. O INVASOR FRANCEZ JOÃO FRANCISCO DUCLERC.
ESPOLIAÇÃO COMETTIDA PELO ALMIRANTE FRANCEZ DUGUAY-
TROUIN. IMPOSTOS ONEROSOS—1680-1711

SOLICITO em cumprir as ordens e instrucções do Principe Regente D. Pedro, relativamente á fundação de uma colonia á margem esquerda do Rio da Prata, para aquelle ponto dirigiu-se o mestre de campo D. Manoel Lobo, e ali, defronte da ilha de S. Gabriel, em Janeiro de 1680, lançou os fundamentos de uma fortaleza a que deu o nome de *Sacramento*, origem da colonia que durante 70 annos foi pomo de discordia entre Hespanha e Portugal.

Persuadiam-se os portuguezes de que lhes pertencia essa paragem, por terem sido plantados n'ella marcos de posse pelo explorador Pero Lopes de Souza no anno 1531; os hespanhoes, porém, allegavam com justa razão direito a essa parte da America meridional por se achar a oeste da linha divisoria convencionada pelo tratado de Tordesillas em 7 de Junho de 1494.

Logo que a Hespanha teve noticia de que Portugal ia estabelecer colonia em magnifico ponto estrategico, como é a embocadura do Rio da Prata, ordenou ao Governador de Buenos-Ayres, D. José de Garro, que se apossasse do novo estabelecimento. Este Governador mandou atacar a colonia por um corpo de exercito de 4.500 homens—tropa de linha, milicianos e indios—sob as ordens do mestre de campo D. Antonio de Vera Muxica, e, depois de heroica resistencia, foi tomada e arrasada a fortaleza, a 7 de Agosto de 1680. Da guarnição só escaparam com vida dez pessoas, entre ellas D. Manoel Lobo e Jorge Soares de Macedo (1).

Ao saber d'este fracasso, preparou-se Portugal para travar lucta contra a Hespanha; tendo, porém, varias côrtes européas, de Roma, Pariz e Londres, intervindo na questão, foi firmada uma paz provisoria em que se estatuiu como condição a entrega da colonia do Sacramento, com toda a artilheria que havia sido tomada.

Reverteu a colonia ao dominio portuguez, e teve como seu Governador o do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em 1683.

Vinte e dois annos mais tarde, por occasião de declaração de guerra entre a Hespanha e Portugal, aproveitaram-se os platinos d'esta circumstancia e fortalecidos com reforços

(1) Ha opiniões de que foram ambos remettidos para Santiago do Chile ou para a capital do Perú. Diz o general Abreu e Lima que D. Manoel Lobo, gravemente enfermo, foi conduzido prisioneiro a Buenos-Ayres, onde, pouco depois, morreu, mais de desgosto que de molestia.

que lhes mandára o Vice-Rei do Perú e que constava de 2.000 soldados de cavallaria e 4.000 indios dos aldeamentos jesuiticos (*reduções* ou *missões*), obrigaram o commandante da colonia, Sebastião de Veiga Cabral, a capitular em 1705, depois de seis mezes de intrepida resistencia.

Congraçadas as duas nações da península iberica pela paz celebrada em Utrecht a 16 de Fevereiro de 1715, voltou a colonia do Sacramento a pertencer a Portugal, sendo nomeado Governador Manoel Gomes Barboza, que anteriormente commandára a praça de Santos.

Pretenderam os portuguezes estabelecer importante colonia no bellissimo local em que se eleva hoje a cidade de Montevidéo: á frente d'este empreendimento collocou-se o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca em 1723; teve, porém, de recuar deante das forças de D. Bruno Mauricio de Zabala, o qual tomou a si a fundação de Montevidéo.

Tentaram os hespanhoes reconquistar a colonia do Sacramento: atacou-a D. Miguel de Salcedo, Governador de Buenos-Ayres, a 28 de Novembro de 1735; mas foi desbaratado pelo commandante portuguez Antonio Pedro de Vasconcellos.

Só cessaram as justas hostilidades promovidas pelos hespanhoes quando, pelo tratado firmado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750, a Hespanha readquiriu a colonia, cedendo em troca a Portugal os Sete Povos de Missões do Uruguay, aldeamentos indios, a que os jesuitas deram as denominações de S. Borja, Santo Angelo, S. João Bâptista, S. Nicolau, S. Luiz, S. Miguel e S. Lourenço.

Divergencias entre a côrte portugueza e a franceza no reinado do grande Luiz XIV, ácerca da occupação do throno de Hespanha, originaram conflicto entre as duas nações e serviram de motivo para que piratas francezes assaltassem este paiz.

Aqui vinham os inimigos de Portugal desferrar-se de seus insucessos na Europa, roubando abertamente o fructo do aturado trabalho colonial, prevalecendo-se do facto de ser a patria de Camões uma nação pequena, deficiente de recursos bellicos.

Uma expedição commandada por João Francisco Duclerc (1) e composta de 5 navios de guerra e de uma balandra, tripulados por mais de 1.000 homens, apresentou-se á barra do Rio de Janeiro a 11 de Agosto de 1710; repellida, porém, pela fortaleza de Santa Cruz, seguiu para a Ilha Grande, onde fez provisão d'agua e mantimentos. Simulando depois desembarque em Copacabana e na barra da Tijuca, desembarcou

(1) Alguns historiadores dão-lhe o nome de *Carlos Duclerc*. Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, auctor das *Memorias historicas do Rio de Janeiro*, elucidou este ponto, publicando certidão de obito, extrahida dos assentamentos da freguezia da Sé.

«Em 18 de Março, ás sete para as oito horas da noite, de 1711 annos, mataram o general dos francezes que entraram a tomar esta terra: o qual mataram dois rebuçados que lhe entraram pela porta a dentro, estando na cama, e dois ficaram guardando a porta da escada, e tinha sentinellas para que não passeasse e não lhe valeram; chamava-se João Francisco, que era o nome da pia, e o nome de guerra Moçú de Cré (*); está enterrado na capella de S. Pedro, na egreja de Nossa Senhora da Candelaria.»

(*) Monsieur Duclerc.

suas tropas na Guaratiba, a 11 de Setembro, d'onde marchou para Jacarépaguá; d'ahi foi ao Engenho Velho dos jesuitas a 18, e a 19 seguiu para a cidade, caminho de Catumby e depois pela azinhaga de Matacavallos (1).

Em vez de mover forças para ir ao encontro do inimigo, o timorato Governador Francisco de Castro Moraes mandou postar toda a tropa de linha no campo do Rosario (2), dentro de uma trincheira, apoiada á direita no morro da Conceição e á esquerda no de Santo Antonio. Ahi foi o bispo abençoar os defensores, por ordem d'aquella devota auctoridade (3).

Pretendiam os francezes penetrar no coração da cidade, quando, ao passar junto ao morro de Santa Thereza, foi-lhes interceptada a marcha por um destacamento commandado pelo coronel Crispim da Cunha, por paisanos dirigidos pelo frade Francisco de Menezes e por um grupo numeroso de valentes estudantes ás ordens do capitão Bento do Amaral Gurgel Coutinho.

Debaixo de nutrido fogo continuaram a avançar os francezes e passaram pelas ruas da Ajuda e de S. José, combatendo em caminho com forças commandadas pelo mestre de campo

(1) Hoje rua do Riachuelo.

(2) Lugar em que está situada a egreja do Rosario, antiga Sé.

(3) Ao Governador Francisco de Castro Moraes faltava coragem, porém sobrava carolice; pelo que, conferiu patente de capitão a Santo Antonio, que até então recebia soldo de simples soldado. O fanatismo religioso produz estas extravagancias ridiculas.

Gregorio de Castro Moraes e do sargento-mór Martin Corrêa de Sá e com os estudantes ao mando de Gurgel.

Perseguidos pela fuzilaria, os francezes, depois de tentativa de arrombamento das portas do convento do Carmo; depois de em vão pretenderem tomar de assalto a casa dos Governadores e a thesouraria (1), entrincheiraram-se no maior trapiche da cidade e ali, sob ameaça de voar o edificio com a explosão de barris de polvora, capitularam a 19 de Setembro de 1710, entregando-se o chefe da expedição e 640 soldados. Avaliou-se em 400 o numero de francezes mortos. De nossa parte, houve cerca de 100 soldados feridos e 50 mortos, numero este confirmado por monsenhor Pizarro, que consultou os assentamentos de obitos nos livros da Sé.

Duclerc conservou-se prisioneiro no collegio dos jesuitas, ao morro do Castello, d'onde, a seu pedido, passou a residir á rua de S. Pedro, em casa do tenente Thomaz Gomes da Silva, com guarda de um forriol e dez soldados, tendo a cidade por menagem.

Na noite de 18 de Março de 1711 foi elle surprehendido no leito por dois embuçados que o assassinaram, em consequencia, presume-se, de relações amorosas que mantinha (2).

(1) Á frente de seu regimento falleceu n'esse combate o mestre de campo Gregorio de Castro Moraes, tão valente quanto seu irmão, o Governador, era pusillanime.

(2) Essa é a opinião de Southey e do dr. Macedo. « Não foi isto por certo acto de furia popular; só podia ser obra de vingança privada, sendo causa, segundo todas as probabilidades, o ciúme. » *Hist. do Braz.* tom. V, pags. 143 e 144. « Duguay Trouin e os francezes quizeram julgar o seu compatriota victima

Sabido em França o desastre da expedição e assassinato de Duclerc, negociantes de Saint-Malo reuniram immediatamente quantias necessarias para organisação de uma forte esquadra, cujo commando foi dado a um almirante de nomeada, Renato Duguay-Trouin: constava de 18 navios de guerra, com uma guarnição de 5.684 homens e dispoude de 738 peças de artilheria (1).

Importantes eram as forças de que o Rio de Janeiro dispunha em tal occasião: em terra 10.000 soldados de tropa de linha, 5.000 guardas-nacionaes (milicianos) e 600 indios, e no mar quatro náus e tres fragatas artilhadas, reforços trazidos recentemente de Portugal por Gaspar da Costa Athayde (2); além disso achavam-se providas de munições as fortalezas de Santa Cruz, Praia de Fóra, Bôa Viagem, Pontal de S. Domingos, Praia Vermelha, S. João, Lage, S. Theodosio, Villegaignon, ilha das Cobras e artilhados os morros do

de assassinato official. Falta fundamento a semelhante juizo. Tendo por menagem a cidade do Rio de Janeiro, attractivo pela recommendação do infortunio, pelo prestigio de audaciosa valentia e pela distincção de estrangeiro graduado, Duclerc, galanteador de damas por educação e liberdade francezas, muito provavelmente não poderia ter-se contido bastante, e nada mais facil do que haver amado e merecido amor, ou pelo menos tentado merecel-o . . . E' licito conjecturar que os dois embuçados que foram cravar punhaes no peito de Duclerc escondessem em seus mantos e nas sombras da horrivel noite a vingança de uma familia.» *Ephem. Hist.*, pag. 161 e 162.

(1) O saque — a titulo de indemnização — que tal esquadra foi fazer á cidade do Rio de Janeiro, não teve o elevado caracter de uma desaffronta nacional: este sentimento serviu de pretexto para uma grande especulação mercantil, que só aproveitou a particulares.

(2) Conhecido vulgarmente por *Maquinez*.

Castello, Conceição, S. Bento, Gloria, Santa Luzia e Pontal do Calabouço—elementos que bem combinados forçariam a retirada ou a derrota do inimigo.

A esquadra de Duguay-Trouin apresentou-se á barra do Rio de Janeiro a 12 de Setembro de 1711, ás 2 horas da tarde; forçou a entrada; travou combate com os navios de Gaspar da Costa, perdendo n'essa occasião 300 homens, e foi fundear junto á Armação, d'onde fez fogo para as fortalezas e para a cidade.

Gaspar da Costa, que se achava em excellente posição, entre a fortaleza de Santa Cruz e S. Domingos, cessou o fogo contra o inimigo e picou as amarras de seus navios para collocar-se ao abrigo das baterias da cidade, resultando de tal manobra que uns foram encalhar na praia de Santa Luzia e outros na Prainha. O chefe da esquadra portugueza procedia como um verdadeiro louco. Deu em seguida ordem para que fossem incendiados os navios encalhados. Todos estes desastres foram victorias para os invasores.

As fortalezas de Santa Cruz, S. João e Villegaignon foram tomadas e occupadas pelos francezes, sem resistencia alguma.

A fortaleza de Villegaignon desmantelou-se com incendio no paiol da polvora.

Quanto á artilheria de terra, só funcionaram as baterias do morro de S. Bento, levantadas pelo francez du Bodge, avô do immortal poeta satyrico, portuguez, do mesmo appellido.

Depois de ter bombardeado a cidade, o almirante mandou

tomar a ilha do Pina, que foi logo armada com uma bateria, bem como a ilha das Cobras, imprevidentemente abandonada pelo Governador, a titulo de concentrar as forças na capital.

No dia 14, protegido por quatro fragatas, *Amazonas*, *Agua*, *Astréa* e *Concordia*, Duguay-Trouin effectuou desembarque no Sacco do Alferes, com 3.300 homens, divididos em tres columnas. Foram logo tomados os morros de S. Diogo, do Livramento e da Conceição.

Para que a cidade se rendesse incontinenti, Duguay-Trouin, expediu, como correio, um tambor, que levou ao governador a seguinte carta :

« Senhor. El-Rei meu amo, querendo obter satisfação da crueldade exercida contra officiaes que fizestes prisioneiros no anno passado, e bem informado S. M. de que depois de fazerdes assassinar os cirurgiões, a quem havieis consentido que desembarcassem dos navios para curar os feridos, os deixastes perecer á fome e á miseria, e de que havieis tido em captiveiro (contra observancia dos ajustes entre as corôas de França e Portugal) a tropa que ficou prisioneira, me mandou com seus navios e tropas para vos obrigar a ficardes á sua discreção, entregando-me os prisioneiros francezes e fazendo pagar aos habitantes d'esta colonia as contribuições que forem bastantes para os punir de suas crueldades e satisfazer amplamente a S. M. a despeza que fez para este tão respeitavel armamento. Não tenho querido intimar-vos que vos rendaes, achando-me em estado de vos obrigar a isso, e de reduzir a cinzas o vosso paiz e a vossa cidade, esperando que

o faças, entregando-vos á discrição d'El-Rei, meu Senhor, que me ordenou não offender aos que se submettam de bom grado, e se arrependam de o haverem offendido nas pessoas de seus officiaes e de suas tropas.

«Soube tambem, Senhor, que se fez assassinar a Mr. Duclerc, que os commandava, e eu não quiz usar de represalias sobre os portuguezes que cahiram em meu poder, porque a intenção de S. M. não é fazer a guerra de uma maneira indigna de um rei tão christão; e ainda estou persuadido de que não tivestes parte n'aquelle vergonhoso assassinato; não obstante, S. M. quer que me indiqueis os auctores, para que se faça justiça exemplar.

«Si não obedecerdes logo á sua vontade, nem vossas peças, tropas e barricadas, me impedirão de executar as suaz ordens e de levar a ferro e fogo a todo este paiz.

«Espero, Senhor, resposta prompta e decisiva, e sem duvida conhecereis que vos tenho poupado muito, e que tem sido para fugir ao horror de envolver os innocentes com os culpados.»

Compenetrado um momento da importancia de seu cargo, o Governador soube dar a Duguay-Trouin condigna resposta:

«Vi, Senhor, os motivos que vos trouxeram de França aqui. Segui, no tratamento dos prisioneiros francezes, os estylos da guerra, e áquelles nunca faltou o pão de munição e outros soccorros, posto que não o mereciam, pelo modo com que atacaram este paiz d'El-Rei, meu Senhor, e mesmo sem faculdade d'El-Rei christianissimo, exercendo unicamente a

pirataria; comtudo poupei a vida a 600 homens, como o poderão certificar os mesmos prisioneiros, a quem salvei do furor da espada.

« Em nada tenho faltado ao que elles careciam, tratando-os segundo as intenções d'El-Rei, meu Senhor.

« Quanto á morte de Mr. Duclerc, dei-lhe, a pedido seu, a melhor casa d'este paiz, onde foi morto. Não pude descobrir quem foi o matador, por mais diligencias que se fizeram, tanto da minha parte como da justiça; e vos asseguro que si fôr encontrado o assassino, ha de ser punido como merece. É pura verdade ter-se tudo passado segundo vos exponho.

« Quanto a entregar-vos a cidade, pelas ameaças que me fazeis, havendo-me ella sido confiada por El-Rei, meu Senhor, não tenho outra resposta a dar-vos senão que a lei de defender até á ultima gotta de meu sangue. Espero que o Deus dos exercitos não me abandonará em uma causa tão justa como é a defesa d'esta praça, de que pretendeis vos assenho-rear, com tão frivolos pretextos e tão extemporaneamente.»

A resistencia só era offerecida pelos particulares, e de modo brilhante pela mocidade das escolas, sob as ordens de Bento do Amaral Gurgel (1). Cobardemente aterrorizado, o Governador Francisco de Castro Moraes fugiu com as tropas para a fazenda dos jesuitas, denominada *Engenho Novo* e d'ahi para Iguassú.

(1) Amiral Gurgel morreu combatendo, na occasião em que o almirante francez mandou que fossem incendiadas algumas casas de campo.

Na vespera de abandonar o seu posto, Castro Moraes fizera correr pela cidade dois bandos ou pregões, prohibindo aos habitantes retirar qualquer objecto, e intimando-os, sob pena de morte, a não abandonar suas casas.

Logo que se soube que elle e o mestre de campo Balthazar de Abreu Cardoso haviam fugido, geral foi o terror da população.

Uma testemunha dos acontecimentos, Manoel Gonçalves Velho, em carta de 7 de Dezembro de 1711, assim descreve a angustiosa retirada: «Toda a gente se foi mettendo por esses caminhos e mattos, onde si se houvera de individuar os desarraujos, fomes, mortes de creanças, desamparo de mulheres e toda a qualidade de miserias, fôra um nunca acabar. Ajuntou-se a mais terrivel noite de chuva e escuro que se pôde considerar, que pôz os caminhos de sorte que em algumas partes se passava com agua pelos peitos e parecia aos passageiros o espectáculo de um naufragio. E assim, veiu a cahir em mãos do inimigo uma cidade tão rica, estando soccorrida de gente, munições e mantimentos, com que pudéra resistir a muito maior poder, si houvera quem o soubera dispôr (1).»

Ficou a grande, formosa e opulenta cidade á discrição dos invasores.

A 10 de Outubro de 1711 o inepto e cobarde Governador, cedendo a conselhos do jesuita Antonio Cadeiro, accitou as

(1) VISCONDE DE PORTO SEGURO: *Hist. Ger.*, tom. II, pag. 813.

imposições de Duguay-Trouin; veio até ao Mangue, na Cidade Nova, e ali assignou uma capitulação vergonhosa (1), ajustando o resgate da cidade por 610.000 cruzados, quantia arrancada da casa da moeda, dos cofres da fazenda, de dinheiros em deposito, de orphãos e de ausentes, do peculio dos jesuitas e dos frades de S. Bento (2).

O Governador entregou, de seu bolso, 10.000 cruzados aos francezes.

Calcula-se em mais de 12 milhões de cruzados a importancia total do saque.

Só depois de ajustada a capitulação, chegou de Minas Geraes Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho com um reforço de 6.000 homens: durante 20 dias assistiu á estada dos francezes no Rio de Janeiro, sem nada poder fazer, em vista do tratado.

Não saciado com tantas depredações, Duguay-Trouin, que deixára o porto do Rio de Janeiro a 13 de Novembro de 1711, tentou abordar a Bahia, para praticar impunemente novas violencias. Não se perpetraram mais crimes revol-

(1) O artigo principal da capitulação era do teor seguinte :

« O Governador promette pagar 600.000 cruzados em doze ou quinze dias, e por não sentir d'onde possa tirar mais contribuição d'este povo, offerece a S. S. 100 caixas d'assucar, 200 bois e 10.000 cruzados em dinheiro, ficando com o sentimento de não se achar com mais, para lhe offerecer; e o sobredito ajuste é pelo resgate da soberania da terra, cidade redonda, e suas fortalezas, com todas as artilherias a ellas pertencentes. »

(2) Antes da capitulação, haviam os invasores penetrado no convento de Santo Antonio e d'ahi retirado dois milhões de cruzados. A perda que soffreram os habitantes attingiu a mais de seis mil contos de reis.

tantes, talvez porque ventos impetuosos e contrarios impel-
lissem para o largo a frota e a forçassem a regressar para a
França.

Em viagem, grande tempestade occasionou a perda de
dois navios, *Magnanime* e *Fidèle*, com uma equipagem de
1.200 homens e conduzindo 600.000 libras em ouro e prata,
valor em moeda franceza.

Ainda assim, a expedição liquidou um lucro de 92 por
cento.

O Governador Francisco de Castro Moraes foi destituído
do cargo, processado e condemnado a degredo perpetuo em
uma fortaleza da India.

Durante o governo de D. João V, que subiu ao throno
portuguez a 5 de Janeiro de 1707, prosperou o Brazil, em
consequencia de algumas criteriosas medidas postas em
execução, sobresahindo d'entre ellas a discriminação das
auctoridades administrativas e judiciarias, de modo que os
ouvidores das capitancias fossem sujeitos á Relação da Bahia e
os ouvidores do Pará e do Maranhão subordinados aos
tribunaes de Lisbôa.

O grande desenvolvimento que tiveram as explorações
das minas pelos paulistas contribuiu para que muitas povoa-
ções se levantassem nos logares por que passavam.

Os colonos, atravez de mil difficuldades, exploravam
minas; Portugal avidamente explorava os colonos, sobre-
carregando-os de impostos, d'entre os quaes salientavam-se
os *quintos* ou a quinta parte dos metaes ou pedras preciosas

que se descobriam (1); o imposto de *capitação*, sobre cada escravo, tributo que subiu de 5\$000 a 230\$000 annuaes; a extorsão contida na lei de 22 de Dezembro de 1734, que determinou pertencessem á corôa portugueza todos os diamantes e pedras preciosas de peso superior a 20 quilates e muitos outros gravames concitavam o espirito publico ao protesto e á revolta.

(1) Segundo minuciosa relação publicada pelo visconde de Santarém e appensa, em nota, ao tom. V do *Quadro elementar*, D. João V, durante seu reinado, recebeu ouro do Brazil na importancia de 125 milhões de cruzados, 97.470 moedas de ouro e 12 milhões em diamantes. No anno de 1716 o orçamento do *quinto* foi calculado na quantia de 345.000\$000, arrecadada nas seguintes localidades:

Quinto do ouro de Minas Geraes.	150.000\$000
Idem da Bahia.	100.000\$000
Idem do Rio de Janeiro	60.000\$000
Idem de Pernambuco e Parahyba.	35.000\$000
	345.000\$000

As fabulosas riquezas que do Brazil eram remetidas a Portugal tinham applicação quasi exclusiva em cousas religiosas. Em vez de cuidar dos interesses de seu povo, protegendo industrias, fundando escolas, mandando abrir estradas, D. João V, entre muitos desperdicios, fez edificar o convento de Mafra, que custou mais de 120 milhões de cruzados. Esse colossal padrão do mau gosto artistico da epocha levou 14 annos a construir-se, empregando milhares de operarios: teve por fim proporcionar commodos e confortaveis alojamentos a 300 frades.


Além de espalhar, com apparatuso luxo, ouro por todas as egrejas, capellas e conventos de Portugal, o Rei presenteava, com paramentos e avultadas esmolos, egrejas da Hespanha, da Italia e da Palestina. Em fins de seu reinado, mandou resar 700 mil missas por alma dos defuntos, ao custo de 240 reis cada uma. Despezas necessarias, urgentes, para os creditos da nação, eram menosprezadas, quasi esquecidas. Em 1714 os officiaes do exercito achavam-se com onze mezes de atrazo em seus vencimentos; em 1715 não havia dinheiro para o custeio da real casa; em 1716 passou o paiz pela humilhação de ver hypothecados os seus rendimentos para pagamento de dividas, e no emtanto, n'esse anno, o Brazil havia contribuido com 12.000 contos de reis de impostos—quantia enormissima n'aquelle tempo. Quando falleceu este beato, seductor de freiras nobres, ostentoso e perdulario Rei, a 31 de Julho de 1750, verificou-se não existir em cofre quantia alguma para occorrer ás despesas das exequias.



CAPITULO XVI

O PADRE BARTHOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO. A INVENÇÃO
DOS BALÕES NO SECULO XVIII. O ENGENHEIRO SANTOS DUMONT.
A DIRIGIBILIDADE DOS BALÕES NO SECULO XX.

8 DE AGOSTO DE 1709—19 DE OUTUBRO DE 1901.

 DESEJO do homem, quando contempla o livre adejar das aves, é poder também percorrer, em rápido vôo, a amplidão do espaço illimitado—anceio tão natural como a aspiração de nossa alma a abandonar tudo quanto é precario na terra e engolfar-se em um mundo infinito. Sentimo-nos fascinados pelo abysmo do superior; devora-nos a sêde do desconhecido; impelle-nos a vontade ardente, insubjugavel, de nos apoderarmos de todas as forças da natureza, para vencer a ella propria, revolvendo-lhe os mais reconditos mysterios.

A ficção dos gregos que nos representa Prometheu subindo ao céu para roubar fogo ao sol e assim dar vida ás suas estatuas, é um symbolo do genio, arrebatado ao céu de suas concepções para a conquista do ideal; é a expressão figurativa da força propulsora que evoluciona a humanidade; é o progresso em uma de suas syntheses mais gloriosas.

Qual o primeiro homem que se remontou ao espaço e divagou á vontade n'esse grandioso e magnificante oceano azul da atmospherá ?

Dédalo, que, em compauhia de seu filho Icaro, fugiu da ilha de Creta, elevando-se ao ar por meio de azas enceradas, susceptiveis de se derreterem ao sol, indo um cahir e afogar-se no mar Egeu e o outro descer a salvo na Sicilia, fôra talvez esse homem, si a infantilidade do apparelho o não denunciasse personagem pertencente ao cyclo mythologico.

Na Edade Media espiritos ousados, como o frade inglez Olivier de Malmesbury e o mathematico italiano João Baptista Dante, pretenderam imitar o architecto e mechanico atheniense, e serviram-se de locomotores em fórmula de azas; porém todas as experiencias deram resultado negativo.

N'essa epocha, no decorrer do seculo XIII, outro frade inglez, de grande celebridade, Rogerio Bacon, appellidado *Doutor admiravel* pela variedade e profundeza de conhecimentos, abordou o assumpto em sua obra *De admirabili potestate artis et nature*, imaginando uma machina capaz de suster um homem nos ares; mas não consta que explicasse de modo satisfactorio o mechanismo do apparelho, nem que dêsse a necessaria execução a tal pensamento.

No seculo XVII, o jesuita italiano Pedro Lana Terzi, em sua obra *Pródromo all'arte macstra* (Brescia, 1670), declarou ter inventado uma machina que se elevava ao espaço por meio de quatro globos de cobre vasios de ar e se destinava á navegação aerea; do mesmo assumpto occupou-se em dissertação intitullada *Navis volans*; porém não conseguiu realizar o seu

projecto, considerado impraticavel por physicos contemporaneos.

Coube ao seculo XVIII a gloria de ver traduzida em facto a idéa que até então havia insistentemente occupado a attenção de mechanicos, sem que obtivesse exito algum.

* O illustrado brasileiro, o padre jesuita Bartholomeu Lourenço de Gusmão, foi o primeiro homem que inventou uma machina aerostatica e n'ella subiu ao ar, em Lisbôa, no memoravel dia 8 de Agosto de 1709.

Como homenagem ao preclaro compatriota, injustamente perseguido pela ignorancia e pelo fanatismo, que enchiam de trevas o tempo em que viveu e o logar onde a Inquisição dominou como sanguinaria rainha; como reivindicação á sua gloria, disputada por historiadores francezes empenhados em dar aos Montgolfiers a prioridade do invento, apresentamos a seu respeito alguns apontamentos de valor.

Bartholomeu Lourenço de Gusmão nasceu em Santos, Estado de S. Paulo, em 1685: era filho do cirurgião-mór Francisco Lourenço de Gusmão e irmão mais velho de Alexandre de Gusmão, notavel diplomata, que exerceu funções de secretario particular de D. João V, e de ministro do Reino e dos negocios ultramarinos (1).

Estudou humanidades no collegio dos jesuitas, em S. Paulo, d'onde sahiu aos 15 annos de idade para cursar

(1) D'estes dois illustres irmãos tratou o litterato santista José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo, em sua memoria *Da vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão* (Rio de Janeiro, 1841).

a universidade de Coimbra. Formou-se em canones e recebeu depois ordens de presbytero do habito de S. Pedro. Falava correntemente a lingua franceza, a italiana, conhecia perfeitamente a latina e era tambem versado na grega e na hebraica.

Grangeou fama como eloquente orador sagrado, distincto pela elevação de idéas e pureza de dicção. Apaixonado pelas sciencias phisicas, impressionava-o a conquista do ar por meio do esforço humano e com afan dedicou-se á resolução do difficil problema.

Contava 24 annos de idade quando, pela primeira vez, realizou a sua experiencia, subindo em aerostato, em Lisbôa, no dia 8 de Agosto de 1709. Dando noticia da ascensão, diz frei Lucas de S. Joaquim Pinheiro: «A machina foi lançada na Praça de Armas do Castello e veiu cahir no torreão da parte occidental da Praça, que então era Terreiro do Paço, e o torreão Casa da India, e hoje é Praça do Commercio; d'isto havia muitas testemunhas que alcançaram os meus dias⁽¹⁾.»

A admiração foi geral, *abalou toda a cidade*, como disse um crítico. Sem poder explicar a phenomenal descoberta, o povo começou a dar ao padre o titulo de *Voador* e assim ficou elle para sempre conhecido e immortalizado.

(1) O escriptor francez Maurice Lachatre, mencionando este acontecimento em seu *Nouveau Dictionnaire Universel*, commette grandes inexactidões, quanto á data, nome do inventor, naturalidade e logar percorrido. No artigo *Aérostal* diz: «Em 1745, o portuguez Francisco Gusmão, de Lisbôa, conseguiu elevar-se aos ares por meio de uma machina aerostatica de sua invenção. Transportado sobre uma especie de aguia, cujas azas fazia mover, atravessou o Tejo e teria levado mais longe as suas experiencias si a Inquisição o não ameaçasse com as suas torturas». Que subsidios para a historia!

Enthusiasmado pela idéa, D. João V, que havia concorrido com as despesas do aparelho, estimulou o padre a que o aperfeiçoasse como entendesse conveniente.

Preparava-se Bartholomeu de Gusmão para uma grande ascensão publica, quando soube que se fazia propaganda hostile á machina.

Apezar de ter obtido privilegio, por alvará de 19 de Abril de 1709 (1), não se animou a novas experiencias, receoso de que o povo despedaçasse o aerostato, como por esse tempo (1707) praticaram no rio Weser barqueiros allemães contra o primeiro navio a vapor, invenção do celebre physico francez Diniz Papin.

Mandado a Roma, no anno 1721, com o fim especial de conseguir do papa a elevação da capella real ao grau de patriarchal e destruir antigas divergencias sobre as quartas partes dos bispados, e nada conseguindo, foi substituido no cargo por seu irmão Alexandre; de volta a Portugal, embora se empregasse na secretaria dos negocios estrangeiros como decifrador da correspondencia diplomatica, feita n'aquella epocha em caracteres de convenção secreta, decahiu da real estima, julgado diplomata inhabil.

Perdida a protecção de D. João V, viu-se o illustre homem

(1) Além do privilegio para o seu invento, *destinado a andar pelo ar da mesma sorte que pela terra ou pelo mar, com muito mais brevidade, fazendo-se muitas vezes duzentas e mais leguas por dia*, obteve uma concessão, a nomeação de lente de mathematicas na universidade de Coimbra, com ordenado de 600\$000 annuaes, titulo de fidalgo, capellão da casa real e tambem titulo de fidalgo para seu venerando pae.

de sciencia alvo das satyras de poetas mediocres (1), accusado de herege e feiticeiro, em communicacão immediata com o

(1) Em uma collecção de versos populares intitulada *Pinto Renascido*, producção do poeta Thomaz Pinto Brandão, a machina do grande inventor brasileiro foi exposta ao ridiculo do seguinte modo :

AO NOVO INVENTO DE ANDAR PELOS ARES

Esta marôma escondida
Que abala toda a cidade,
Esta mentira-verdade,
Ou esta duvida crida,
Esta exhalacão nascida
No portuguez firmamento,
Este nunca visto invento
Do padre Bartholomeu,
Assim fôra santo eu,
Como elle é cousa de vento.

Esta fêra *Passarola*
Que leva, por mais que brame
Trezentos mil réis de arame
Sómente para a gaiola ;
Esta urdida paviola,
Ou este tecido enredo,
Este das mulheres medo
E emfim dos homens espanto,
Assim fôra eu cedo santo,
Como se ha de acabar cedo (*).

AO PADRE BARTHOLOMEU, LENDO NA ACADEMIA

Meu padre Bartholomeu,
Eu, segundo o meu sentir,
Não vi outro mais subir
De quantos vi voar eu ;

(*) A machina do padre Gusmão acabou cedo, é certô, porque os conterraneos do poeta Pinto não permittiram que se effectnasse mais de uma experiencia publica ; porém a fama que o apparelho deixou está atravessando os seculos.

diabo. A ignorancia e a superstição popular suffocaram as gloriosas expansões de seu genio inventivo.

O conceito é como meu,
Que o não pude achar melhor ;
Porém si como orador
Tanto sabeis levantar,
Não me deveis extranhar
Que eu vos chame VOADOR.

Tanto no ar vos remontaes,
Que com delgadas idéas
Fazeis de alcunhas plebéas
Antonomasias reaes (*) :
E pois vos avisinhaes
Mais ao celeste fulgor,
Será tyranno rigor
Que eu tambem no ar não fale
E que na terra se cale
Que é uma aguia o VOADOR.

Quem mais võe não se vê,
E si ha quem d'isto se gabe,
Até agora se não sabe
Que casta de passaro é ;
Só vós da vista e da fé
Sois quem logra este primor ;
E pois tão alto louvor
Não ha outro a quem se applique,
Será força que eu publique
Que só vós sois VOADOR.

Por força do vosso estudo,
Por geito do vosso estado,
Para tudo sois azado,
Tendes penna para tudo ;
Assim de estylo não mudo
No extranho do meu louvor,
E entendo do meu amor
(Si o não tomaes por labéo)
Que até chegardes ao céo,
Haveis de ser VOADOR.

(*) Allusão á alcunha de *Voador*, que o povo deu ao padre e depois lhe ficou por appellido ou antonomasia.

Invejosos e fanaticos declararam o *Voador* um infeliz homem atacado de loucura.

Para que maior fosse a adversidade, «o padre Gusmão, diz o dr. Sacramento Blake, excitou a sêde insaciavel de sangue dos *santos* varões da Inquisição, que entretanto o não perseguiram logo por causa do valimento que lhe dispensava a corôa. Das disposições d'esses monstros com figura de homens, a queu não havia sangue bastante para lhes saciar

SONETO ANONYMO

AO PADRE BARTHOLOMEU, INVENTOR DA NAVEGAÇÃO DO AR

Veu na frota um doente brasileiro,
Em trajo clerical, sotaina e c'róa ;
Fez crer que pelo ar navega e vóa
N'um barco sem piloto e sem remeiro.

Vai-se ao marquez de Fontes mui ligeiro,
Declara-lhe o segredo ; este o apregôa ;
Sai a consulta, pasma-se Lisbôa,
E emtanto esquece a fome no Terreiro.

Bem merece este doente eterno assento
Na etherea região ; eu já lhe approvo
A diabrura do subtil invento ;

Pois um milagre fez, que é mais que novo,
Em manter tantas boccas só de vento,
Fazendo um cameleão de tanto povo.

EPIGRAMMA ANONYMO

Com que engenho te atreves, brasileiro,
A voares no ar, sendo pateiro (*) ?
Desejando ave ser, sem ser gaivota ?
Melhor te fôra na região remota
Onde nasceste, estar com siso inteiro.

(*) *Pateiro*, frade leigo incumbido do serviço da cópa.

a sêde, nem tormentos e gemidos que lhes tocassem uma só fibra das infernaes entranhas, estava Bartholomeu de Gusmão tão sciente, que nunca se atreveu a fazer nova ascensão, nem a denunciar outras descobertas scientificas que levou comsigo á campa (1).»

Tendo noticia, por uma communicação reservada, de que seria preso e talvez queimado pela Inquisição, sahiu occultamente de Portugal com seu irmão frei João de Santa Maria e passou-se para a Hespanha. Na cidade de Toledo foi acommettido de uma febre perniciosa e falleceu no hospital da misericórdia a 18 de Novembro de 1724, sendo enterrado na matriz de S. Romão, á custa da irmandade dos ecclesiasticos de S. Pedro (2).

O padre Bartholomeu de Gusmão subiu em machina aerostatica a 8 de Agosto de 1709. Setenta e quatro annos depois, a 5 de Junho de 1783, os irmãos Estevão e José Montgolfier, fabricantes de papel, lançaram ao espaço, da praça publica de Annonay (França), sua terra natal, um balão, cheio de ar dilatado pelo fogo, porém sem conduzir nenhum dos inventores. A 19 de Setembro do mesmo anno, Estevão Montgolfier fez subir, do pateo do castello de Ver-

(1) *Dicc. Bibl.* tom. I, pag. 384.

(2) Alguns historiadores — e com elles Pierre Larousse em seu *Grand Dictionnaire Universel du XIX siècle* — dizem ter o padre Gusmão fallecido em Sevilha. Não é exacto. Morreu no hospital de Toledo, como se prova com a certidão extrahida do livro de defuntos (de 1705 — 1739, fol. 115 v.) da parochia de S. Romão, documento enviado pelo visconde de Porto Seguro ao Instituto Historico do Brazil.

sailles, um enorme balão, que levou, em lugar do inventor, um carreiro, um gallo e um pato (1).

Em 1774 — 50 annos depois da morte do *Voador* — foi publicado em Lisboa um opusculo *Fetição do padre Bartholomeu de Gusmão sobre o instrumento que inventou para andar no ar e suas utilidades* (2). Acompanhava-o uma

(1) M. MAIGNE : *Dictionnaire classique des origines, Inventions & Découvertes*, 2. ed. (Pariz, sem data) pag. 11. Alludindo a estes tres animaes, que subiram presos a uma gaiola de vime, suspensa á parte inferior do balão, diz Luiz Figuiet : « Estes primeiros aeronautas tiveram prospera viagem ; depois de subirem a grande altura, tocaram em terra, sãos e salvos. » *As grandes invenções antigas e modernas, nas sciencias, artes e industrias*, traducção de Antonio Placido da Costa (Porto, 1873), pag. 403. Figuiet não menciona o invento do padre Gusmão.

(2) Esse documento foi concebido nos seguintes termos :

« Diz o licenciado Bartholomeu Lourenço que elle tem descoberto um instrumento para andar pelo ar da mesma sorte que pela terra e pelo mar, com muito mais brevidade, fazendo-se muitas vezes duzentas e mais leguas de caminho por dia, nos quaes instrumentos se poderão levar os avisos de mais importancia aos exercitos e terras mais remotas, quasi no mesmo tempo em que se resolvem : no que interessa á Vossa Magestade muito mais que a todos os outros principes, pela maior distancia de seus dominios ; evitando-se d'esta sorte os desgovernos das conquistas, que provém em grande parte de chegar tarde a noticia d'elles. Além do que poderá Vossa Magestade mandar vir todo o preciso d'ellas muito mais brevemente e mais seguro : poderão os homens de negocio passar letras e cabe-daes a todas as praças sitiadas : poderão ser soccorridas tanto de gente como de viveres e munições a todo o tempo ; e tirarem-se d'ellas as pessoas que quizerem, sem que o inimigo o possa impedir. Descobrir-se-hão as regiões mais visinhas dos polos do mundo, sendo da nação portugueza a gloria d'este descobrimento, além das infinitas conveniencias que mostrará o tempo. E porque d'este invento se podem seguir muitas desordens, commettendo-se com o seu uso muitos crimes e facilitando-se muitos na confiança de se poderem passar a outro reino, o que se evita estando reduzido o dito uso a uma só pessoa, a quem se mandem a todo o tempo as ordens convenientes a respeito do dito transporte, e prohibindo-se a todas as mais, sob graves penas ; e é bem se remunerere ao supplicante pelo invento de tanta importancia,

Pede a V. M. seja servido conceder ao supplicante o privilegio de que, pondo por obra o dito invento, nenhuma pessoa,

gravura representando a *Passarola* ou machina, em fórma de passaro, apresentando ao centro, entre a cabeça e a cauda, uma especie de estrado em que se acha o inventor a observar em astrolabio, entre dois globos geographicos e coberto por um velame em arco. De uma extremidade a outra do estrado, por cima da cabeça do viajante, corre uma linha em que se vêem pendurados 26 globos e uma bussola. Na parte posterior do velame desfralda-se a bandeira portugueza.

A descripção da machina é feita do seguinte curioso modo:

«A parte superior mostra o modo do velame, que servirá para fazer cortar os ares, levando a sua derrota áquella parte onde foi dirigido. A cauda da passarola mostra o modo que terá para se governar, pois sem leme seguiria sua vontade e não a de seu artifice piloto. As partes lateraes, corniformes,

de qualquer qualidade que fôr, possa usar d'elle em nenhum tempo n'este reino ou suas conquistas, sem licença do supplicante ou seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os bens, e as mais que a V. M. parecerem.

E. R. M.»

O alvará da concessão do privilegio encontra-se no archivo da Torre do Tombo, em Lisboa (*Officios e mercês*, liv. XXXI, fol. 202 v.). Depois de transcrever e explicar a petição, conclúe esse documento: «E visto o que allegou, hei por bem fazer mercê ao supplicante de lhe conceder o privilegio de que pondo por obra o invento de que trata, nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que fôr, possa usar d'elle em nenhum tempo n'este reino e suas conquistas, com qualquer pretexto, sem licença do supplicante ou de seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os seus bens, a metade para elle supplicante e a outra metade para quem os accusar: e só o supplicante poderá usar do dito invento, como pede na sua petição. E este alvará se cumprirá inteiramente como n'elle se contem; e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do liv. II, título IV em contrario. José da Maia e Faria o fez em Lisboa aos 19 de Abril de 1709. — REI.»

apontam o corpo da barca, que, com o engraçado das conchas, leva em cada vão um cano, que interiormente (em folles para isso feitos), supprirão a falta de ventos. A parte inferior denota o feitio de uma das azas que não servirão mais que de a sustentarem, para que não caia á banda, porque, tomando o vento em si, de nenhuma maneira a derribará. Os dois globos que se vê dentro da barquinha apontam as figuras esphericas em que está o segredo attractivo: são feitas de metal, servem de cobertura para se não corromper a pedra de cevar, que por dentro do pé, que é ôco, attrahirá a si continuamente a barca, cujo corpo é de madeira forrado de chapas de ferro, e pela parte inferior forrada de esteiras feitas de tabúa ou de palha de centeio, para commodidade da gente que levará até dez homens e com o seu inventor, onze. A linha horisontal que está debaixo do velame, mostra a coberta feita de arame a modo de rede, em cujos fios se tem enfiado muita somma de alambres (1), que com muita actividade ajudam a sustentar a barca, que pela quentura do sol fará força para attrahir a si as esteiras. O instrumento collocado á direita superior do aeronauta mostra a agulha de marear, porque sem ella não se pôde guiar. O individuo que está no meio da barquinha, mostra o artifice, que, com o ástrolabio ou balestilha, compasso e carta de marear, toma a altura do sol para ver onde se achia. As duas pequenas peças lateraes que ligam o velame ao corpo da barca, mostram finalmente as roldanas para por ellas se

(1) Ambar.

alargar mais ou menos a escota de qualquer parte que o vento faça feição.

«Apesar do que fica dito — escreve a redacção da *Illustração Brasileira* — alguns investigadores negam que a machina do padre Bartholomeu de Gusmão tivesse a fórma de passaro.

«Francisco Freire de Carvalho, por exemplo, na sua *Memoria reivindicando para a nação portugueza a gloria das machinas aerostaticas*, manifesta a sua opinião n'esse sentido, e affirma que o *Voador* provocára a sua ascensão por meio do ar aquecido e não por meio de electricidade ou do magnetismo como os seus ingenuos contemporaneos acreditavam. Esta affirmacão, além de ser a mais plausivel, foi posteriormente corroborada por um importante documento que o indefesso investigador portuguez, sr. Britto Rebello, encontrou no archivo nacional da Torre do Tombo, em um dos volumes de manuscriptos de frei Lucas de S. Joaquim Pinheiro, lente jubilado de theologia da Universidade de Coimbra e religioso de S. Paulo. Esse documento, existente no volume 1012 dos manuscriptos da Torre do Tombo, é do teor seguinte:

«Supposto como certo e infallivel que o auctor, achando o segredo do gaz, o havia de encobrir até estar certo da felicidade de suas operações e de alcançar os premios que pretendia, devemos confessar que era justo o encobrir-se, fingindo que o ascenso da machina procedia de outros principios attractivos, com que o vulgo se enganasse. E assim,

não obstante que diga que dentro dos globos ia o magnete, cuja virtude faria subir a machina ou barca, comtudo sua elevação não podia proceder da virtude attractiva, mas sim da expansão e força do gaz, a que o auctor chama segredo, que ia dentro dos globos, ou talvez no velame (1).»

No declinar do seculo XVIII, muitos francezes illustres tentaram dar direcção aos balões, taes como o mathematico Monge em 1783 e Meunier em 1784, ambos no terreno theorico; pelo lado pratico, avultado numero arrojou-se ao ar, no ardentissimo empenho de vencer as difficuldades oppostas pela força do vento e correntes atmosfericas.

Em 1804 o celebre chimico francez Gay-Lussac effectuou uma ascensão em *montgolféra*, subindo 7016 metros acima do nivel do mar. N'essa altura fez importantes observações scientificas: o barometro, que em terra apresentava 0,^m 75 de pressão atmospherica, havia descido a 0,^m 32; o thermometro, que no acto da subida marcava 27 graus de temperatura, desceu a 9 graus abaixo de zero. Era extrema a secura; o papel crispava-se como si estivesse proximo ao fogo. O ar, grandemente rarefeito, accelerava a respiração e a circulação do sangue. Preoccupado com indagações meteorologicas, o sabio não cogitou de dirigibilidade.

Em 1861, o francez Gustavo de Ponton inventou um

(1) *Illustração Brazileira*, excellente revista impressa em Pariz, anno I n. 3, correspondente a 1.º de Outubro de 1901, pag. 54.

apparelho, a que deu o nome de *Aeronave*, e com elle fez experiencias, no firme proposito de seguir determinado caminho no espaço. Baldado esforço: o segredo continuou impenetravel e refractario a todas as pesquisas scientificas.

O seculo XIX, famoso por milhares de descobertas—entre as quaes avultam as applicações do vapor e da electricidade—findou, e o problema continuou a permanecer desesperadoramente insolúvel (1). Dizia o popular vulgarizador de sciencias, Luiz Figuier: «Muitas vezes se pretende saber si é possivel ao aeronauta dirigir a seu bel prazer os balões, fluctuando no seio dos ares. Os estudos profundos hoje feitos pelos geometras e physicos têm provado que seria impossivel,

(1) Identificado com essa aspiração do seculo XIX, publicámos, em livro de poesia e critica, *Esboços Litterarios* (Porto Alegre, 1883), pag. 195, um soneto de concitamento, que reproduzimos aqui como preito á

NOVA CONQUISTA

Sublimado poder da intelligencia!
 Heroicamente perlustrando os mares,
 Corre a vencer, nas regiões polares,
 Da natureza a rispida inclemencia!

Desprezando tropeços da existencia,
 Do sólo esteril supplantando azares,
 Nas tristes solidões crepusculares
 Faz projectar-se a chamma da sciencia!

Si, permeio dos gelos fluctuantes,
 Fordes aos pólos, deslumbrando a era,
 A conseguir empresa de gigantes,

Para victoria de mais vasta esphera,
 Devereis conquistar, ó navegantes,
 O Azul, o Grande Oceano d'atmosphera!

com os motores de que a mechanica hoje dispõe, obter-se a direcção dos balões, porque não existe apparelho algum bastante energico para vencer a enorme força do vento e mais correntes atmosphericas, e ao mesmo tempo assaz leve para se poder levar no aerostato (1).»

A final, para maior exaltação de nossa querida patria, um brasileiro, natural do Estado de Minas Geraes, Alberto dos Santos Dumont, levado a Pariz por espirito de curiosidade scientifica, em 1898, lembrou-se de empregar, na locomoção aerea, o motor a petroleo, cuja utilidade já lhe era conhecida em automoveis.

Desde esse anno até Outubro de 1901 fez construir nove balões de differentes fórmas e consecutivos melhoramentos e tal foi a sua heroica perseverança aliada á força de seu engenho, que em grande experiencia publica, effectuada em Pariz a 19 de Outubro de 1901, perante cerca de 50.000 pessoas, alcançou a gloria, tão cobiçada, de descobrir a dirigibilidade dos balões, facto considerado uma maravilha do seculo XX (2).

(1) *As grandes invenções*, pag. 422.

(2) Interrompendo n'este capitulo a ordem chronologica, sentimos prazer em approximar um facto succedido no começo do seculo XVIII a outro facto occorrido em principio do seculo XX: impelle-nos o desejo patriotico de offerer ao applauso publico a perfeita affinidade de idéas que enlaça os dois admiraveis acontecimentos. O padre Gusmão inventou machina aerea, capaz de conduzir o homem aos polos; Santos Dumont, por sua vez, descobrindo a dirigibilidade da machina, deu á sciencia a certeza de se poder, em breve, attingir e estudar aquelles remotos pontos do globo, até hoje considerados inacessiveis. Justificamos d'este modo a digressão interessante que fazemos pelos dominios das descobertas raras que honram o espirito emprehendedor dos brasileiros.

Só em livro especial poderiam ser mencionadas as extraordinarias manifestações de applauso universal que obteve o nosso compatriota, acclamado como um triumphador.

As distincções e as honras que de toda a parte do mundo lhe são tributadas immortalizam-lhe o nome. Gusmão inventou a machina de se effectuar a navegação aerea; Santos Dumont fez com que uma nova machina obedecesse ao seu desejo como um navio á inteira vontade do piloto.

Um paulista e um mineiro constituiram-se o primeiro e o ultimo élo d'essa enorme cadeia de aeronautas que ha cerca de dois seculos afadigam-se pela conquista do ar. Um completou a obra do outro. Patria da invenção dos aerostatos, o Brazil regista com orgulho em sua historia a dirigibilidade d'elles. Dupla gloria, brilhantemente assignalada por factos indiscutíveis, reconhecida e proclamada hoje por todos os hourens de sciencia!

Que modificações, para melhor, experimentará a vida das sociedades com este novo meio de transporte? Que bella serie de problemas a elucidar! Quantas conjecturas não suggere o assonibroso invento! Que prodigios não conseguirá o seculo que assim inicia as suas descobertas!

Com o enthusiasmo que redobra o pulsar de nosso coração patriota, cumpramos o dever de honrar estas *Memorias*, forinando de algumas de suas paginas pedestal ao busto do illustre brasileiro.

Nasceu Alberto dos Santos Dumont a 20 de Julho de 1873 na fazenda de Jaguará, municipio de Santa Luzia do Rio das Velhas, Estado de Minas Geraes.

É filho do mineiro dr. Henrique Dumont, fallecido no Rio de Janeiro, e de D. Francisca dos Santos Dumont, tambem mineira, actualmente (1901) residente em Portugal.

Seu progenitor creou em Ribeirão Preto, Estado de S. Paulo, um grande estabelecimento agricola, de fama em todo o Brazil, a *Fazenda Dumont*, que proporcionou á familia avultados cabedaes.

Sabendo que em França realizavam-se continuas experiencias em relação á navegação aerea, deixou sua patria e para alli dirigiu-se, arrastado pela vocação que sentia para o arriscado empreendimento.

Antes de effectuar a sua primeira experiencia, fez uma excursão ao Monte Branco, onde subiu a uma altura de 5.000 metros, e a impressão recebida em tão elevada região o robusteceu em seu plano de remontar-se aos ares.

« A natureza, diz um seu biographo, o protegeu admiravelmente; aos seus dotes intellectuaes, Santos Dumont associa um conjuncto notavel de aptidões phisicas: agilidade de gymnasta, mão de machinista, pé para trepar e um peso apenas de 50 kilogrammas! Junte-se a tudo isso o maior sangue frio e uma intrepidez a toda a prova e teremos o homem verdadeiramente creado para a conquista do ar. »

Era o seu sonho construir um aerostato dirigivel, munido de um motor e de um propulsor.

Para campo de suas operações aéreas, teve a idéa magnífica de escolher Pariz, a mais bella das capitães européas, e ahi entregou-se, com uma coragem invencível, a multiplas experiencias em varios balões que fez construir e mencionamos em ordem chronologica :

1.º—O *Brazil*, como uma saudosa invocação á patria, para que o amado nome—relicario dos mais intimos sentimentos—servisse de talisman protector á arrojada tentativa. Era de fórma espherica, cubando 113 metros, podendo sustentar um lastro de 52 kilos e apresentando na parte inferior uma barquinha de vime. Subiu do Jardim da Acclimação a 4 de Julho de 1898. Esse foi consagrado a estudos preliminares.

2.º—O *America*, tambem em fórma de globo, cubando 500 metros, construido em fins do anno de 1898.

Por esse tempo o *Aero-Club*, installado em Saint-Cloud, annunciou concurso de aerostatos para o estudo das correntes atmosphericas. Apresentaram-se doze balões: coube a victoria ao *America*, elevado a maior altura e manobrando no espaço durante 23 horas. Desde esse primeiro triumpho começaram os jornaes e revistas parizienses a occupar-se com louvor das experiencias do audaz mechanico brasileiro.

Reconhecendo que os balões esphericos nenhuma resistencia offerciam ao ar, Santos Dumont adoptou feitto diferente.

3.º—O *Santos Dumont n. 1*: fórma de um cylindro terminado por dois cones, de 25 metros de extensão e 1,^m75^c

de raio; cubagem 600 metros; leme de lona; helice de 1^m,80^c de comprimento; aspecto de um charuto. Tinha a vantagem de levar interiormente outro balão, destinado a compensar a perda de gaz que se dêsse no balão externo. A compensação era feita por meio de uma bomba, que ia enchendo de ar o balão interno. Ia subir a 18 de Setembro de 1898, porém rasgou-se no momento de ascensão, em consequencia de falsa manobra dos auxiliares que sustentavam as cordas. Subiu no dia 20 de Setembro. Com a combinação do impulso do helice e da manobra do leme, executou evoluções em todos os sentidos, perante enorme multidão que applaudia o valente aeronauta.

«Dois saccos de lastro, diz um observador, pendentes nas duas extremidades do acrostato e ligados ao balão por meio de cordinhas, faziam variar, pela sua deslocação facil, o centro de gravidade do systema, garantindo, á vontade do aeronauta, o horisontalismo ou a inclinação do grande eixo, no sentido util para a subida ou para a descida. Graças a essa feliz innovação, Santos Dumont estava senhor de seu equilibrio, pelo menos até certo ponto. Mas houve um incidente e a bomba deixou de funcionar. O balão estava então a 400 metros de altura; dobrou-se em dois e esvasiou-se, vindo cahir por terra com o arrojado aeronauta, que, por felicidade inaudita, não se feriu, tendo ficado atordoado por alguns momentos.

«A descida — disse Dumont — foi feita á razão de 4 ou 5 metros por segundo. Ella teria sido fatal para mim, si eu

não tivesse tido a presença de espirito de dizer aos transeuntes, espontaneamente pendurados ao cordame, que o puxassem na direcção opposta ao vento, evitando que o choque fosse demasiadamente brutal. E depois, variei os meus prazeres: subi em balão e descí. . . em papagaio (1).»

4.º—O *Santos Dumont n. 2*: fórma e comprimento eguaes ao anterior; um cruzamento de bambús impedia-o de dobrar; helice de duas pás de quatro metros cada uma, feitas de aluminium, desenvolvendo 180 rotações por minuto; motor da força de 10 cavallos. Ia subir a 16 de Maio de 1899, porém o tempo, de bello que amanhecera, mudou-se em forte ventania á tarde. Santos Dumont foi então para Nice, onde é habitualmente serena a atmosfera. Ahi realizou com exito varias experiencias. Satisfeito com os resultados obtidos, marcou dia para uma grande ascensão, infelizmente feita em más condições. Teve mau exito. Uma hora depois da partida, o vento, de ameaçador, mudou-se em tempestade e arrojou o balão por cima de uma montanha, despedaçando-o completamente. Bastante machucado, salvou-se Dumont devido á sua rara habilidade de gymnasta.

5.º—O *Santos Dumont n. 3*: 500 metros cubicos e 20 metros de comprimento; fórma de um grosso charuto, cujo volume ia diminuindo suave e gradualmente para as extremidades, terminando em ponta romba; volume obtido

(1) *A Conquista do Ar pelo aeronauta brasileiro Santos Dumont* (Pariz, 1901), de Aillaud & C., pag. 11.

pela revolução de um arco de circulo de 77 graus ao redor de sua corda.

Foi adoptado um systema de contra-pesos moveis, de grande vantagem para inauter horisontal o grande eixo. Subiu ao ar a 13 de Novembro de 1899 e fez evoluções em torno da torre Eiffel, obedecendo fielmente ao impulso do helice e á direcção que lhe dava o leme. Reconhecendo que o invento carecia de modificações, Dumont mandou construir no parque do *Aero-Club*, perto de Saint-Cloud, um alpendre de 30 metros de comprimento sobre 11 de altura e 7 de largura e durante mais de oito mezes de infatigavel trabalho dedicou-se a construir novo balão.

Por essa occasião, Henrique Deutsch (de la Meurthe) estabeleceu o *premio de 100.000 francos ao balão que, partindo do parque do Aero-Club, em Saint-Cloud, fizesse a volta da torre Eiffel, regressando por linha previamente traçada, como a da ida, a Saint-Cloud, no praso maximo de 30 minutos, sendo esse percurso de 11 kilometros* (1).

(1) Prophetizando completo exito ás experiencias de Santos Dumont, o instituidor do premio de 100.000 francos, Henrique Deutsch, dizia em discurso de encerramento do *Congresso de Petroleo*, a 30 de Agosto de 1900: « Antes de cinco annos, senhores, haveis de ser convidados para um novo Congresso, e espero que n'essa occasião, si Deus nos conceder vida, haveis de chegar aqui, de todos os pontos do globo, não em navios, nem em estradas de ferro, nem em automoveis; porém transportados em machinas aerostaticas, que serão para vós como um ante-goso do céu. »

La Vie au grand air, L'histoire des dirigeables Santos Dumont, revista especialmente consagrada ao grande aeronauta brasileiro, ornada com 100 photographuras, publicada por Pierre Lafitte & C. (Pariz, 1901), pag. 2.

6.º — O *Santos Dumont n. 4*: volume 420 metros cubicos; grande eixo de 29 metros; força do motor a petroleo (2 cylindros), 9 cavallos; peso da quilha e do motor 300 kilos; peso do helice, de 2 azas de quatro metros de envergadura, 28 kilos; rotação do helice 100 voltas por minuto; leme hexagonal de 7 metros quadrados, bastante leve (1 kilo), de modo a poder funcionar inteiramente á ré do balão. O aeronauta montou em uma especie de bicycleta, em roda da qual reuniu cordas e machinismos para todas as manobras; trabalhava com as mãos e pés, fazendo avançar o balão como si fôra um velocipede. Effectuou muitas experiencias em a nova machina, sendo a mais notavel a que realizou em presença do Congresso Internacional de Aeronautica, reunido a 19 de Setembro de 1900, no parque do *Aero-Club*, sendo muito felicitado pelos congressistas e pelo professor Langley. Foi com esse balão que Santos Dumont, sem ter concorrente, quiz ganhar o premio Deutsch. Fez a ascensão a 12 de Julho de 1901, perante numerosos espectadores.

Em folheto especial, de que vamos colhendo estas informações, a experiencia de 12 de Julho de 1901 é assim descripta: «O balão subiu serenamente, levado por brando vento nordeste; em altura sufficiente, a machina aerea, que parecia mudar de direcção, impellida pelo vento, obedeceu ao helice e entrou no itinerario, alcançando a torre Eiffel; deu-lhe a volta e seguiu de novo o itinerario do regresso, descendo a prumo e pousando no ponto da partida, sempre obediente ás manobras do aeronauta. Um grito de enthusiasmo, quasi de

delirio, partiu do povo, consagrando essa verdadeira conquista do ar. O premio, porém, não fôra alcançado. Santos Dumont gastára no trajecto 35 minutos, isto é 5 minutos mais do que o prazo dado.»

7.º — O *Santos Dumont n. 5*: helice desenvolvendo 150 rotações por minuto. Sendo esse helice propulsivo e não podendo a sua corrente de ar, como no balão precedente, contribuir para o resfriamento do motor, foi necessario dispôr em cima dos cylindros um pequeno ventilador. Peso de 150 kilos. O aeronauta deixou a posição central e collocou-se a 7 metros da extremidade: guiava o motor por meio de cordi-nhas. Substituiu o tricyclo por uma barquinha de vime, de fórma inteiramente nova. O machinismo completava-se com um ventilador de aluminium, que fornecia constantemente ar ao balãosinho. Tanto o grande como o pequeno balão tinham valvulas, por tal fórma organizadas, que em caso de excesso de pressão, expelliam primeiramente o ar e depois o gaz. Com esse apparelho tentou Santos Dumont ganhar o premio Deutsch. A experiencia quasi custou-lhe a vida. Subiu o balão a 8 de Agosto de 1901 e depois de voltear brilhantemente, em menos de 10 minutos, a torre Eiffel, perdeu o equilibrio, devido a escapamento de gaz, desceu e foi despedaçar-se de encontro aos grandes hoteis do Trocadero. Dumont ficou suspenso á rede que sustinha a barquinha, n'um quarto andar do boulevard Delessert, d'onde foi salvo, sem ferimento, pelos bombeiros de Pariz. Suspenso entre dois predios, a mais de 20 metros do sólo, Dumont manteve-se com o maior

sangue frio, e logo que os bombeiros lhe atiraram uma corda, do telhado de um d'esses predios, subiu por ella acima, á força de braços. Quando se achou em cima do telhado, providenciou para a salvação dos restos do balão, como si, momentos antes, não houvesse corrido imminente perigo de vida.

8.º—O *Santos Dumont n. 6*: fórma de ellipse de 34 metros de comprimento sobre 6 de diametro. Tem, como o *n. 5*, um balão interior que se enche de ar atmospherico por meio de uma bomba movida pelo proprio motor da propulsão, mantendo assim a indispensavel rigidez; pôde perder parte do hydrogenio sem alterar a fórma, graças ao balão interior. E' forrado de seda e envernizado, offerecendo resistencia extraordinaria. Perde apenas 5 a 6 metros cubicos de hydrogenio em 24 horas. Como resultado de suas experiencias, Santos Dumont fez com que o *n. 6* pesasse apenas 115 kilos, quando o *n. 5* pesava 150. O cordame, que em todos os balões reune a barquinha ao aerostato, foi substituido por fios de aço. A quilha com o helice, o motor, a barquinha, o lastro e finalmente o aeronauta não chegam a pesar 500 kilos. A quilha suspensa ao aerostato mede 34 metros de comprimento, é de madeira e tem a fórma de um prisma, cujas arestas são formadas pelos paus que constituem a sua ossatura. Ligado a uma das extremidades do balão e da quilha, vê-se o leme—uma vela triangular feita com tecido igual ao do balão e esticada por tres bambús; os angulos são formados por tubos de aluminium. O helice é composto de duas pás, cujas arestas são bambús; o tecido é igual ao do balão. O eixo

está fixado na extremidade da quilha e communica com o motor por meio de uma longa vara metallica; tem quatro metros de envergadura; a rosca é de quatro metros a cada volta do helice; a força do motor pôde imprimir a este helice uma velocidade de 300 voltas por minuto, o que theoricamente dá uma velocidade rectilinea de 72 kilometros por hora; ao ar livre, Santos Dumont tem certeza de chegar a 340 voltas por minuto.

Infelizmente ainda d'esta vez não foi alcançado o premio; tantos sacrificios não tiveram satisfactoria compensação.

9.º — O *Santos Dumont n. 7*. Foi esse, finalmente, o victorioso. O dia 19 de Outubro de 1901, em que se effectuou a ascensão, marca uma data memoravel entre as assombrosas conquistas de que o genio do homem se orgulha. Santos Dumont demonstrou ao mundo a dirigibilidade do balão—facto até então considerado impossivel por todos os homens de sciencia.

Em sua edição de 28 de Outubro o *Jornal de Noticias* da Bahia deu sobre o facto uma descripção de grande interesse publico; é assim exposta:

«Sobre a ultima experiencia de nosso compatriota Santos Dumont com o seu aeronave, realizada no dia 19 do corrente, extrahimos do *Jornal do Commercio* de Rio de Janeiro as seguintes informações:

«Pariz, 20 de Outubro.—O *Santos Dumont n. 7* partiu hontem ás 2 ½ horas da tarde, mas, ao sahir, o *guide-rope*

embaraçou-se nos galhos de uma arvore, o que obrigou o sr. Santos Dumont a effectuar nova partida.

« Foi então o *Santos Dumont n. 7* reconduzido ao parque do *Aero-Club* e ás 2 horas e 42 minutos elevou-se novamente ao ar, ficando á altura do leito do Sena. Depois de uma pequena manobra, o ellipsoide partiu a toda velocidade, fazendo rumo ao Campo de Marte. Ao som das acclamações entusiasticas da população, dispersada por varios pontos apropriados para assistir ao espectaculo, o aeronauta brasileiro transpoz a cerrada fila dos bosques que cercam Pariz d'esse lado e chegou á torre Eiffel ás 2 horas e 51 minutos. Abordou-a o aeronauta á altura de 200 metros, pelo pilar de oeste e ahi iniciou o movimento giratorio, perfeitamente executado, em uma linha trajectoria de 50 metros. Ao chegar ao pilar do norte, o *Santos Dumont n. 7* adquiriu o equilibrio perfeito. Desde esse ponto Santos Dumont encetou a viagem de regresso, encontrando vento contrario, que soprava á razão de 4 $\frac{1}{2}$ metros por segundo. Abordou então o pilar do sul, já de volta, e fez-se com rumo a Auteil.

« N'essa altura, o balão teve que lutar contra a resistencia do vento, e fel-o galhardamente, embora a marcha fosse menor do que ao principio da experiencia. Desde que Santos Dumont d'este modo comprova que póde vencer a resistencia do vento, todos os assistentes comprehendem que o aeronauta brasileiro não terá nenhuma difficuldade em executar as manobras que lhe resta fazer.

« Voltando á altura de 150 metros, o balão detem-se em

Auteil um momento, que o aeronauta aproveita para cumprimentar as pessoas que alli calorosamente o applaudem. A manifestação, porém, dura pouco, porque o balão logo parte em direcção ao Aero-Club, onde chega ás 3 horas, 11 minutos e 30 segundos, tendo consumido no percurso completo 10 minutos menos que o tempo arbitrado para a conquista do premio Deutsch.

«O novo regulamento do premio exige, porém, que só se considere o balão em terra quando o *guide-rope* tenha tocado qualquer ponto do interior do parque do Aero-Club. O parque é, porém, cheio de arvores e isso faz com que Santos Dumont perca tempo em manobras, do que resultou empregar elle 40 segundos a mais do que o tempo determinado.

«Quando o sr. Santos Dumont baixou á terra, o sr. Henrique Deutsch declarou-lhe: «O senhor venceu, com effeito, o grande premio, mas como não cumpriu todas condições do programma, não podemos entregar-lh'o.

«Santos Dumont respondeu: «Cumprí todas as condições do programma; mas como, por minha parte, não realizei a ascensão com o fim de ganhar dinheiro, caso se esquivem a conceder-me o premio que ganhei, prejudicarão apenas os pobres de Pariz e os operarios que até hoje me ajudaram, e a quem tencionava distribuir a quantia que me destinassem (1).»

«O principe Roland Bonaparte, membro da commissão

(1) Pelos jornacs parizienses, Santos Dumont havia generosamente declarado que, obtido o premio, o dividiria entre seus operarios e os pobres de Pariz.

científica do Aero-Club, é de opinião que Santos Dumont venceu o premio Deutsch e declarou ao destemido aeronauta que, no interesse dos pobres de Pariz e no caso de ser-lhe recusado o premio, está resolvido a levar a questão aos tribunaes, para provar que a commissão julgadora não tem competencia para decidir o assumpto, visto tres de seus membros serem auctores de projectos de balões. A commissão, constituida d'esse modo, foi quem organizou o regulamento da prova e o remodelou mais tarde, durante o prazo do concurso, no intuito evidente de crear difficuldades ao sr. Santos Dumont, cuja victoria era de ha longo tempo prevista.

«Esta resolução do principe Roland Bonaparte serve de base á discussão que a respeito da legitimidade da victoria e em favor d'ella fazem hoje todas as folhas de Pariz.

«Todos os correspondentes dos jornaes de Londres, em Pariz, exaltam o sr. Santos Dumont pelo triumpho que obteve com a notavel excursão aerea que fez no seu balão, o *Santos Dumont n. 7.*

«Os correspondentes, ao mesmo tempo que, em palavras lisonjeiras, testemunham a sua admiração pelo aeronauta brasileiro, denunciam a baixeza dos que tentam arrebatá-lhe o premio, ganho á custa de tantos e tão grandes sacrificios. Salientam os correspondentes que quando mesmo Santos Dumont tivesse feito, de facto, o percurso em 40 segundos a mais do tempo marcado para a execução da prova, o premio deveria ser seu, pois que Santos Dumont, em tempo opportuno, quando o programma primitivo foi remodelado, protes-

tou contra as condições de effeito retroactivo que se lhe adicionaram e nunca recebeu resposta alguma ao seu protesto.

«O *Times* diz, em editorial, que o dia 19 do corrente marca uma data de ouro na historia do progresso da humanidade, pois n'esse dia Santos Dumont provou ter resolvido o problema da dirigibilidade dos balões. .

«O *New-York Herald*, edição européa, diz que Santos Dumont ganhou o premio Deutsch pelo seu indomavel denôdo e pela sua admiravel perseverança.

«O sr. Henry de Blowitz, correspondente do *Times* em Pariz, diz que si o aeronauta sul-americano se chamasse Plompon e tivesse nascido no bairro de Batignolles, em vez de ser apenas um intrepido moço brasileiro, não haveria duvidas em conceder-se-lhe immediatamente esse premio, que, por meio de vergonhosos e deshonorosos ardis, se lhe procura tirar.

«O *Petit Parisien* diz que a victoria de Santos Dumont foi completa.

«*L'Intransigeant*, em artigo escripto por Henri Rochefort, diz que o sr. Santos Dumont venceu o premio, zombando das condições verdadeiramente draconianas que para tal fim lhe haviam sido impostas.

«O *New-York Herald*, de Pariz, diz que seja qual fôr a decisão da commissão plenaria, não ha hoje em Pariz um só homem, uma só mulher que se não manifeste em favor da victoria do joven brasileiro, que para levar á gloria o seu invento, além de empregar nas suas experiencias mais de

500.000 francos de sua fortuna pessoal (1), tantas vezes arriscou a vida para conquistar este final triumpho.

« Os correspondentes dos jornaes londrinos avaliam em 50.000 o numero das pessoas que se reuniram entre o palacio do Trocadero e a torre Eiffel, que lhe fica em frente, e d'ahi assistiram á notavel excursão aerea, levada a cabo pelo sr. Santos Dumont com o maior successo. »

No dia seguinte, o jornal pariziense *Gaulois* publicava estas bellas palavras: « Até que enfim!... O sr. Santos Dumont demonstrou hontem definitivamente a possibilidade da navegação aerea. A experiencia vale por um glorioso começo do seculo XX; a viagem perigosa feita pelo corajoso aeronauta marca uma data na historia do mundo. Não precisamos desenvolver aqui as consequencias consideraveis d'esse invento, que passou por ser uma idéa de louco, como a telegraphia, a telephonia, as forças electricas, ou o automobilismo. A França deve distinguir como convém áquelle que honrou o nosso paiz, fazendo d'elle o berço da sciencia de amanhã, destinada a revolucionar o Universo. O governo deve collocar na botoeira de Santos Dumont a condecoração da Legião de Honra. »

Antes do julgamento do premio, Henrique Deutsch entregou ao prefeito de Pariz 25.000 francos, que, em nome

(1) « Entrevistado em Lyon, o aeronauta brasileiro declarou que havia despendido 345.000 francos em suas experiencias. » Telegramma expedido de Pariz, em 16 de Novembro de 1901, ao *Diario da Bahia*.

de Santos Dumont, foram distribuidos pelos pobres d'aquella capital.

O julgamento effectuou-se a 4 de Novembro de 1901.

Diz um telegramma publicado no *Diario da Bahia* do dia seguinte:

« Pariz, 4 — Sob a presidencia do principe Bonaparte, reuniu-se hoje a commissão julgadora do concurso de aerostatos para a conquista do premio Deutsch. Após longo debate entre os membros que compunham a commissão do *Aero-Club*, foi votado, sem restricções, por 13 votos contra 9, a concessão do premio de 100 mil francos ao engenheiro Santos Dumont, cujas experiencias no seu balão dirigivel alcançaram completo exito, segundo affirmação dos competentes e o testemunho inteiro da população de Pariz, que tem feito ao illustre brasileiro as mais extraordinarias manifestações. Ao ser divulgada a noticia que acabo de transmittir, a casa onde reside Santos Dumont encheu-se de pessoas que o foram felicitar pela justiça da commissão julgadora. Jornalistas e *reporters* das principaes folhas de Pariz procuraram tambem o glorioso brasileiro a quem foram levar os parabens. O resultado da commissão instituida para dar parecer sobre o premio Deutsch causou enthusiasmo geral n'esta capital, cujos cafés e restaurantes se acham repletos de pessoas que a cada momento victoriam o notavel descobridor da direcção dos balões (1). »

(1) « Henry de Blowitz, correspondente do *Times* em Pariz, transmittindo ao seu jornal a noticia de ter sido concedido ao aeronauta Santos Dumont o pre-

Recebido o premio, Santos Dumont enviou ao prefeito do Sena um cheque de 50 mil francos para serem distribuidos pelos pobres de Pariz. Dos outros 50 mil o glorioso brasileiro offereceu 20 mil a Emmanuel Aimé, seu secretario, e 30 mil aos operarios, que trabalharam na construcção dos balões.

O actual presidente da Republica do Brazil, dr. Manoel

mio Deutsch, observa que a maioria favoravel que elle obteve, foi devida aos membros do Instituto de França que compunham a commissão julgadora.

• Eram elles os srs. Paul Louis Cailletet, notavel chimico e o primeiro physico que conseguiu liquifazer os gazes até então considerados permanentes; Bouquet de Lagrye, presidente da Junta da Repartição Meteorologica e um dos auctores do famoso projecto *Pariz, porto de mar*; Eleuthère Mascart, director da Repartição Meteorologica e um dos mais notaveis electricistas francezes, e o professor Jules Violle, mestre de conferencias de physica na Escola Normal de Pariz.

• Votaram tambem favoravelmente á entrega do premio os srs. Valot, director do Observatorio do Monte Branco; Teisserenc de Bort, director do Observatorio de Trappes; o principe Roland Bonaparte, presidente da commissão scientifica do Aero-Club; Besançon, director do *Aérophile*, e Wilfrid de Fonvielle, publicista e sabio francez, collaborador de quasi todas as revistas scientificas de Pariz.

• A opposição contra o aeronauta brasileiro foi capitaneada pelo conde de Dion, personalidade muito conhecida em toda a cidade de Pariz pelas suas proezas de automobilista. O conde propoz que se votasse um premio ao sr. Santos Dumont, mas não o premio do Club, e a esse proposito julgou opportuno falar nos interesses do exercito, cujos officiaes tanto se têm esforçado em angariar para a França a gloria da preciosa descoberta. O orador, ao expor as considerações que o facto lhe suggeria, exacerbou-se, porém, a ponto de se tornar necessario que o presidente, principe Bonaparte, o chamasse á ordem.

• O sr. Deutsch tambem usou da palavra para demonstrar a necessidade de se continuar a animar, por meio de premios, os estudiosos, empenhados na solução do curioso problema.

• O correspondente do jornal loudrino termina affirmando que a victoria de Santos Dumont foi brilhante e incontestavel. » *A Tribuna*, de Santos, de 8 de Novembro de 1901.

Vertical line of text or a scanning artifact on the left side of the page.

CAPITULO XVII

O MARQUEZ DE POMBAL. A DERRAMA OU COBRANÇA DOS QUINTOS DO OURO. A CONJURAÇÃO MINEIRA.

JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, O TIRADENTES—1750-1792.

COM o fallecimento de D. João V, occupou o throno portuguez D. José I, que chamou para seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, depois marquez de Pombal.

Sebastião de Carvalho nasceu em Lisbôa a 13 de Maio de 1699. Começára sua carreira publica como embaixador em Londres, e ali se collocára a par de todos os movimentos politicos que agitavam a Europa e nomeadamente a França.

Espirito energico e profundamente reformador, executou grandes idéas, porém nodoou a sua administração por meio de actos reveladores de deshumanidade atroz e de character despotico e sanguinario. Á sombra de um Rei libidinoso, beato e inepto, o marquez de Pombal, a pretexto de proteger o commercio brasileiro, creou a *Companhia do Commercio do Fará e Maranhão* a 11 de Agosto de 1753 e a de *Pernam-*

buco e Parahyba a 30 de Julho de 1759, companhias que por seus privilegios destruiam a livre concorrência e constituíam odioso monopolio.

Prejudicados pelas companhias, reclamaram contra ellas os negociantes brasileiros; porém o ministro, que não reconhecia vontade superior á sua, deu largas á indignação de que se possuiu e de modo violento castigou com penas de degredo, de deportação e de prisão a todos quantos tiveram a *ousadia* de pugnar pelos seus direitos.

Prohibiu a cultura da canna de assucar no Maranhão, em 1761; vedou, em 1766, que no Brazil se manufacturassem obras de ourives e tecidos de algodão e de seda, a fim de impedir que os productos brasileiros pudessem competir com os que eram fabricados na metropole.

Em Portugal praticou o despotico marquez clamorosas atrocidades.

Mandou instaurar processos contra todos os que se revoltaram contra o monopolio da *Companhia de vinhos do Alto Douro*.

O enorme prejuizo que a Companhia causava a todo outro commercio portuguez havia levantado clamor publico. Os mercadores de vinho estabelecidos na cidade do Porto reuniram-se no dia 23 de Fevereiro de 1757 e em praça publica protestaram contra os privilegios da Companhia. Pombal considerou-se offendido em sua prepotencia de dictador: fez processar 478 accusados, dos quaes 220 foram açoutados pela

mão do carrasco, 17 condemnados á forca, e o resto á pena de degredo, confiscação de bens e a multas.

Ordenou que se incendiasse o bairro da Trafaria, a fim de serem ali presos os que recusavam alistar-se no serviço do exercito.

Moveu crúa guerra á familia dos Tavoras, considerando-a implicada no attentado que o duque de Aveiro promoveu contra a pessoa do Rei na noite de 3 de Setembro de 1758; por seu odio pessoal tiveram morte affrontosa no cadafalso os marquezes de Tavora, pae e filho, e a veneranda marquezia de Tavora, D. Leonor, cuja cabeça aureolada de cabellos brancos separaram do corpo e foi este queimado e reduzido a cinzas que se deitaram ao mar. Prohibiu que alguém mais usasse em Portugal o appellido de Tavora.

Depois de ter conseguido a expulsão dos jesuitas de Portugal e das colonias (1), Pombal fez processar e condemnar á fogueira do Santo Officio um pobre visionario, padre

(1) Eis como a mentalidade transcendente de Ruy Barbosa descreve a *Companhia de Jesus*: « Em torno da imagem d'esta organização, cujo ideal é desthronizar do homem os elementos divinos da humanidade, pela asphyxia da vontade pessoal, pela suppressão obrepticia da verdade e da razão, em torno d'essa imagem tudo é caliginoso como a insania e o captiveiro. Dir-se-ia o *exercito das trevas* de que fala a Biblia. Os padres da *Companhia* em Portugal distinguiram-se por essa ignorancia que pasmára, na Hespanha, o duque de Saint Simon. Alli pôde-se dizer, como da nação visinha, *quanto mais aprendia um homem, menos sabia*. Pois bem: essa perversão organizada e beatificada nacionalizara-se no paiz, absorvera-o, quebrando a virilidade popular, transformando n'um phantasma de vicios e andrajos a aristocracia, vilipendiando o throno, infamando os

Gabriel Malagrida, auctor de um livro tido como heretico, *Vida da gloriosa Sant'Anna.*

Fez soffrer morte angustiosa o infeliz genovez João Baptista Pelle, denunciado como conspirador contra a vida do despotico ministro.

Muitos nobres a quem votava desaffeição foram perseguidos: o marquez da Ribeira, o conde de Obidos e outros falleceram nas masmorras do forte da Junqueira.

O diplomata Antonio Freire Encerra-bodes, porque um dia ousou emittir opinião contra os desmandos e as violencias do semi-deus da tyrannia, foi desterrado por toda a vida para os inhospitos sertões d'África.

Um coronel rio-grandense, Thomaz Luiz Osorio, accusado de ter dado esconderijo a um jesuita, foi enforcado summariamente, sem se lhe permittir defesa: após a morte infamante, verificou-se que a denuncia não se fundava na verdade (1).

altares. Portugal descêra a um simples logradouro da familia de Loyola. Era, como já disse alguém (*), *coisa da Companhia* (**).

(1) «Thomaz Luiz Osorio, coronel do Rio Grande do Sul, muito elogiado pelo vice-rei Freire de Andrada, foi denunciado ao conde de Oeiras como protector de um jesuita secularizado. O ministro mandou-o prender em Minas Geraes e conduzir a Lisboa. Foi recolhido ao Limoeiro, e, pouco depois, sentenciado a morrer na forca. O condemnado requereu revisão do processo — pediu que o deixassem defender-se pessoalmente. O conde de Oeiras mandou que se rejeitassem embargos e supplicas. Foi o coronel Osorio enforcado na Cruz dos Quatro Cami-

(*) OLIVEIRA MARTINS: *Historia de Portugal* (Lisbôa, 1879), tom. II, pag. 80.

(**) RUY BARBOSA: *Centenario do Marquez de Pombal*, discurso pronunciado a 8 de Maio de 1882 no Imperial Theatro Pedro II (Rio de Janeiro, 1882) edição especial, pags. 37 e 39.

Definindo o meio social em que agiu a actividade do grande dictador, disse Ruy Barbosa: «N'uma população de pouco mais de dois milhões de individuos, cerca de duzentos mil, a decima parte, consistiam em monges, monjas e padres. O escandalo de uma devoção que não era senão o manto da mais abjecta immoralidade na justiça, na administração, na familia, na egreja, depauperava no corpo e na alma a patria de tantos assombros historicos, essa descendencia de heroes que honrariam a grandē idade da Grecia. O beaterio era a maior das artes e quasi a unica preocupação social. As procissões, as romarias, as festas religiosas sobrecarregavam a miseravel multidão proletaria com o imposto da ociosidade forçada. O duque de Chatelet ouviu a um pobre mesteiral carregado de familia esta dolorosa exclamação: «Grande Deus! Oito dias santos em quinze dias! Será possível que esta seja a vossa vontade? (1)»

«Uma terça parte de Portugal era propriedade da sotaina; as outras duas pertenciam a um throno quasi mendicante sob a sua opulencia e a uma aristocracia endividada e envelhecida (2).»

nhos. Decorridos dois mezes, chegou de Minas Geraes uma nova devassa em que se demonstrava que Luiz Osorio estava innocente. O conde então mandou magnanimamente que se affixassem nas esquinas editaes declarando, para beneficio dos descendentes do enforcado, que o coronel fôra condemnado sem culpa.»

CAMILLO CASTELLO BRANCO: *Perfil do Marquez de Pombal* (Porto, 1882), pags. 232 e 233.

(1) *Voyage du ci-devant duc de Chatelet en Portugal* (Pariz, 1798), tom. I, pag. 53.

(2) RUY BARBOSA: *Centenario do Marquez de Pombal*, pags. 19 e 20.

Imparcial como presumimos ser, devemos mencionar que actos praticou o marquez de Pombal como propugnador de idéas adeantadas, como um homem que pela superioridade de seu espirito soube collocar-se entre os primeiros estadistas de seu seculo.

Subordinou o terrivel *Tribunal da Inquisição* ao poder temporal, em 1751, abolindo inteiramente as torturas, os abominaveis *autos de fé*, por meio dos quaes eram levados á fogueira milhares de suppostos hereges, e acabando com a negregada e cavillosa distincção de christão novo e de christão velho.

Aboliu o direito dos morgados, um dos privilegios da antiga nobreza.

Instituiu grande numero de estabelecimentos de instrucção primaria, de ensino gratuito, conhecidas no Brazil por *escolas régias*—um dos melhoramentos que sobremodo honram a memoria do marquez.

Promulgou o decreto de 8 de Maio de 1758 pelo qual foram declarados *emancipados todos os indios do Brazil*, libertos enfim do poder dos colonos e dos padres da Companhia de Jesus.

Por occasião do terremoto de Lisbôa, succedido no dia 1.º de Novembro de 1755, em que desabaram egrejas, conventos e palacios da formosa capital portugueza e em que o incendio secundou a ruina, destruindo preciosas livrarias e bibliothecas; quando, sob acervos de horrores, ficaram sepultadas mais de 15.000 pessoas e pelas ruas da cidade destruida

passavam maltas de salteadores, entregues á pratica de torpissimas violencias; quando foi necessario punir na forca 31 criminosos; rasgar novas ruas amplas e symetricas; multiplicar-se por toda parte para prover ás necessidades urgentes de uma grande população desvairada pelo terror:—n'esse momento de supremas angustias, o marquez de Pombal demonstrou fortaleza de gigante, ao fazer surgir, d'entre os escombros e com prodigiosa rapidez, a celebrada *inclyta Ulysséa*.

Fez reverter á corôa todas as capitánias que se achavam em poder dos herdeiros dos antigos donatarios.

Fundou um tribunal de Relação no Rio de Janeiro no anno de 1751.

Impediu que muitas donzellas brazileiras fossem professar nos conventos de Portugal, de Hespanha e da Italia.

Finalmente elevou o Brazil a vice-reinado por carta regia de 27 de Janeiro de 1763, nomeando para o cargo de Vice-Rei Antonio Alvares, conde da Cunha, que governou de 1763 a 1767 (1).

No declinar do seculo XVIII idéas de liberdade começaram a agitar a Europa: a revolução que se fazia nos espí-

(1) Seguiram-se como Vice-Reis: Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, até 1769; D. Luiz de Almeida Portugal, marquez do Lavradio, até 5 de Abril de 1779; Luiz de Vasconcellos e Souza até 9 de Junho de 1790; D. José Luiz de Castro, conde de Rezende, até 14 de Outubro de 1801; D. Fernando José de Portugal e Castro, marquez de Aguiar, até 21 de Agosto de 1806; D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, até 7 de Março de 1808, data da chegada de D. João VI ao Brazil.

ritos—fructo das doutrinas sociaes prégadas por Voltai João Jacques Rousseau—devia em breve traduzir-se em estrondosos factos e regar de sangue a terra, em holocausto á deus da democracia. A 4 de Julho de 1776 as colonias norte-americanas uniam-se á voz de Washington e proclamavam-se independentes de Inglaterra. Preparava-se a França para instituir um novo regimen capaz de a desoprimir do abatimento moral a que a tinham arrastado os desperdícios da realza, acoroçoados pelas exigencias da nobreza e pela avidez do clero.

O exemplo dos Estados-Unidos parecia exaltar todos os animos: seguil-o não era audacia criminosa, mas dever dictado pelo patriotismo.

Brazileiros illustres, chegados da Europa, vinham aqui transmittir a seus irmãos o novo evangelho da liberdade que além se diffundia. Dir-se-ia que as estrellas do pavilhão americano emprestavam maior fulgor ao Cruzeiro e á luz d'esta constellação inflammavam-se os sentimentos de nossos compatriotas.

A mocidade que ia buscar titulos scientificos á Universidade de Coimbra regressava impregnada e transbordante de idéas redemptoras.

Chegou-se mesino a desejar immediata interferencia da republica norte-americana para que surtisse brilhante exito o gigantesco projecto de nossa emancipação politica.

Uma carta, datada de 2 de Outubro de 1786, foi dirigida pelo estudante fluminense José Joaquim da Maia a Thomaz

Jefferson, que então se achava em Pariz como ministro plenipotenciario d'aquella republica, para que a sua nação intercedesse pela causa brazileira, a exemplo do que a França havia praticado em favor dos anglo-americanos.

Depois de demorada conferencia em Nimes, entre o patriota brazileiro e Jefferson, foi negado auxilio á idéa, pelo facto de não couvir aos Estados-Unidos abrir lucta com Portugal. Pouco tempo depois, fallecia em Lisbôa José Joaquim da Maia, amortalhado na esperanza de ver a patria livre.

Um distincto mineiro, dr. Domingos Vidal Barbosa, medico, reconheceu, ao regressar da Europa, quanto seu paiz se achava desgovernado, empobrecido e exposto á succção da metropole, á semelhança de Prometheu agrilhoado ao Caucasos e devorado por ave de rapina. Consternou-o profundamente o estado de humilhação em que seus concidadãos viviam, a trabalhar brutalmente, para que, á custa d'elles, enriquecessem os próceres luzitanos.

A Vidal Barbosa uniu-se o doutor em philosophia José Alvares Maciel, filho do Capitão-mór de Villa Rica.

Por esse tempo tinha sido nomeado Capitão General de Minas Geraes Luiz Antonio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, especialmente incumbido de effectuar a cobrança ou *derrama* dos *quintos* de ouro, imposto que os colonos não haviam podido pagar durante alguns annos e que attingia á enorme somma de 3.305:472\$000.

Ia-se, portanto, promover uma serie de perseguições contra os devedores do vexatorio imposto.

A idéa de uma revolução agrupou, em torno dos dois propagandistas, outros homens eminentes: o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, militar cheio de prestígio; o coronel do 1.º regimento Ignacio José de Alvarenga Peixoto, distincto poeta (1); o dr. Claudio Manoel da Costa, inspirado poeta classico e jurisconsulto; o ex-ouvidor de Villa Rica, dr. Thomaz Antonio Gonzaga, desembargador, prestes a assumir o cargo na Relação da Bahia (2); os padres Manoel Rodrigues da Costa e José Carlos Corrêa de Toledo

(1) O dr. Ignacio José de Alvarenga Peixoto nasceu no Rio de Janeiro em fins do anno de 1748 e falleceu no degredo, em Ambaca, em principio do anno do 1793.

Era formado em sciencias juridicas e sociaes pela Universidade de Coimbra.

Publicou: *Merope*, tragedia traduzida de Scipião Maffei, 1776; *Entas no Lacio*, drama em verso; *Obras poeticas*, colligidas por Joaquim Norberto de Souza Silva, Pariz, 1865; *Cartas chilenas*, critica fina e penetrante, attribuida a Ignacio Alvarenga, a Thomaz Gonzaga e a Claudio Manoel da Costa.

É tradição que na noite do dia em que ouviu ler a sua sentença, embranqueceram-se-lhe os cabellos, como dizem haver succedido a Maria Antonieta em transe igual.

(2) Thomaz Antonio Gonzaga nasceu na cidade do Porto a 7 de Agosto de 1744. Era filho do licenciado João Bernardo Gonzaga, natural do Rio de Janeiro, e de D. Thomazia Izabel Gonzaga. Em companhia de seus paes viera muito joven para o Brazil e passára a sua infancia na Bahia, segundo elle proprio declara em uma de suas *Lyras*:

Pintam que os mares sulco da Bahia,
Onde passei a flôr de minha idade:
Que descubro as palmeiras, e em dois bairros
Partida a grã cidade.

Chegada a edade de estudos, regressou a Portugal, onde formou-se em leis na Universidade de Coimbra em 1763. Ahi travou relações de amizade com o espirituoso poeta portuguez Antonio Diniz da Cruz e Silva, auctor do poema heroi-comico *Hyssope*. Volvidos annos, o poeta Cruz e Silva, investido do cargo de desembargador, foi um dos juizes que vieram de Portugal para constituir o

e Mello, filho de Taubaté, vigario da villa de S. José do Rio das Mortes; capitão José de Rezende Costa e seu filho de igual nome, e o alferes de cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, cirurgião-dentista, conhecido por *Tiradentes*.

tribunal que condemnou o desventurado Dirceu. Que papel coube a este nosso poeta na Inconfidencia? Nenhum, na opinião do conspicuo investigador visconde de Porto Seguro.

Declara este auctor a pags. 1021 e 1022, vol. II, de sua *Historia Geral do Brazil*: «Creio-nos hoje, com todo fundamento, auctorizados, em defesa da probidade do auctor da *Marilia*, a proclamar que elle não mentiu á posteridade, quando em seus versos lhe deixou dito que era *calumnia vil e insolente* a accusação com que «se ultrajava o seu nome com o supposto delicto», accrescentando na celebre *Lyra*, em que se figura na presença da deusa Astréa, razões em prova de como taes planos eram então utopias impossiveis, e incluindo até aquelle conhecido verso:

D'aqui nem ouro quero.»

Thomaz Gonzaga negou sempre ter tomado parte na conjuração, e seus amigos foram concordes em declarar-o innocente. O proprio Tiradentes, com a franqueza que lhe era propria, ao assumir nobremente toda a responsabilidade da conspiração, depoz que nenhuma relação de amizade entretinha com o poeta; que até Gonzaga era seu desaffecto; que affirmava nunca o haver visto nas reuniões que se faziam em casa de Francisco de Paula, do velho portuguez Domingos de Abreu Vieira e de Claudio Manoel da Costa.

Não houve contra Gonzaga prova directa, porém suspeitas: verificou-se ter elle instigado o intendente a fazer effectiva a cobrança do imposto, não relativa a um anno, mas a todos os annos atrasados, exigencia que de certo conflagraria o povo, pela impossibilidade do pagamento. Os juizes o condemnaram por esse indicio, pela amizade que o ligava a Claudio e Alvarenga, pela accusação que contra elle fazia Silverio dos Reis e porque o julgavam o homem mais capaz, por seu talento e conhecimentos, de estabelecer e dirigir uma republica, si ella se instituisse!

D'entre os escriptores que têm abordado este melindroso assumpto é o illustrado critico e philosopho brasileiro dr. Sylvio Roméro o que de modo categorico aceita a co-participação de Gonzaga na conspiração mineira.

«Sim; o poeta teve o sonho revolucionario; este grande titulo deve religiosamente ser-lhe conservado pela historia. Não busquemos para elle rehabilitações

Celebravam-se ordinariamente as sessões secretas em casa do poeta Claudio Manoel da Costa; projectava-se que a nova republica teria como capital S. João d'El-Rei e que uma universidade fosse instituida em Villa Rica. A bandeira represen-

fallaciosas, inspiradas por nossas adulações monarchicas. Dirceu quiz o levante' quiz a republica, quiz a independencia. É por isso que elle tem sido e continuará a ser um dos guias immortaes do povo brasileiro. »

Sylvio Romero: *Historia da litteratura brasileira*, Rio de Janeiro, 1888), tom. I, pag. 291.

O grande amor que este poeta consagrou a uma formosa mineira, D. Maria Joaquina Dorothéa de Seixas Brandão, com quem pretendia casar, inspirou-lhe versos de raro lyrismo. Em sentimento profundamente apaixonado, em doçura e harmonia de rhythm, as suavissimas *Lyras* votadas como um culto á *Marilia de Dirceu* são dignas de confronto com as melhores *Rimas* do laureado Petrarca. O amor que inflammou os dois estros arrebatoou-os na mesma transcendencia luminosa e, depois de haver emocionado os contemporaneos, crystallizou-se em obras de arte, capazes de arrostar a crueza destruidora do tempo.

Em estudo recente, feito pelo notavel critico brasileiro J. Verissimo, é a obra do poeta elogiada e enaltecida como indestructivel gloria litteraria.

« Dos poetas agrupados pelo sr. Th. Braga no que chama a *Arcadia Brasileira*, é Thomaz Antonio Gonzaga porventura o maior, não porque n'elle houvesse mais, nem talvez tanto, genio como em Basilio da Gama, ou mais talento e virtuosidade que em Claudio Manoel da Costa, ou mais versatilidade de engenho que em Silva Alvarenga, mas porque, entre todos, elle fez a obra immortal de um unico poema de amor, que pela objectividade do seu thema, pela sinceridade da sua emoção, pela belleza da sua fórma, pela generalidade humana do seu sentimento e expressão, escapou já ás contingencias das modas litterarias, á caducidade das escolas, e viverá como um dos primores da nossa litteratura. »

J. VERISSIMO: *Gonzaga*, artigo publicado no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de 7 de Outubro de 1901.

Muitas *Lyras* mereceram traducção em varias linguas: em francez, de Monlave; em italiano, de Ruscala, e em allemão, de Iffland.

« Quando Gonzaga foi colhido pelos acontecimentos da Inconfidencia, estava bordando um vestido para Marilia, com um dedal de ouro que celebrizon depois o pobre espolio do poeta. Por isso disse elle nas *Lyras*:

taria um genio a despedaçar algemas, circundado pela legenda *Libertas quæ sera tamen* (Liberdade, embora tardia).

A ordem para a cobrança dos *quintos* atrazados já havia sido expedida. O momento era proprio: cumpria agir com

Pintam que estou bordando um teu vestido ;
Que um menino com azas, cêgo e louro,
Me enfia nas agulhas o delgado,
O brando fio de ouro.

« Esse dedal de ouro figurou no sequestro feito em 23 de Maio de 1789, e no Instituto Historico existem bilhetes de letra do poeta, pedindo ao dono de uma loja visinha fios de ouro e objectos de bordar. Vide Norberto. *Hist. da Conj. Min.*, pag. 140. »

T. A. ARARIPE JUNIOR: *Litteratura brasileira, Dirceu* (Rio de Janeiro, 1890), pag 13.

Antes de partir para a Africa, o finissimo poeta dedicou ao ideal de seus sonhos estes tocantes versos :

Leu-se-me enfim a sentença
Pela desgraça firmada :
Adeus, Marilia adorada !
Vil desterro vou soffrer.
Ausente de ti, Marilia,
Que farei ? Irei morrer.

Que vá para longes terras
Intimarem-me eu ouvi :
É a pena que então senti,
Justos céos ! não sei dizer.
Ausente de ti, Marilia,
Que farei ? Irei morrer.

Mil penas estou sentindo
Dentro d'alma, e por negaça
Me está dizendo a desgraça
Que nunca mais te hei de ver.
Ausente de ti, Marilia,
Que farei ? Irei morrer.

segurança e presteza. Para que obtivesse completo exito a revolução, era imprescindivel o auxilio de duas capitánias: a de S. Paulo, uma das mais sobrecarregadas do imposto, e a do Rio de Janeiro, que dispunha de poderosos reforços.

Incumbido da compra de armamento e da combinação do plano, partiu Tiradentes para o Rio de Janeiro.

Esperavam os conjurados que a idéa fosse abraçada geral-

Por deixar os patrios lares (*)
 Não me fere o sentimento ;
 Porém suspiro e lamento
 Por tão cedo te perder.
 Ausente de ti, Marília,
 Que farei? Irei morrer.

Da desgraça a lei fatal
 Póde de ti separar-me ;
 Mas nunca d'alma tirar-me
 A gloria de te querer.
 Ausente de ti, Marília.
 Que farei? Irei morrer.

Acommettido de uma febre violenta, de que esteve á morte, em Moçambique, o poeta, após o restabelecimento da precaria saude, levado por sentimento de gratidão, effectuou enlace nupcial, a 9 de Maio de 1793, com sua enfermeira, a joven portugueza-africana Juliána de Souza Mascarenhas, de 19 annos de idade. A noiva não sabia ler nem escrever, pois assignou de cruz o termo de casamento.

A perda de sua alta posição social, o esvaccimento de seus sonhos de gloria, a injustiça dos homens, a acabrunhadora idéa de *morrer em vil desterro* perturbaram a razão do popular trovador luso-brazileiro.

Expirou em 1809, aos 65 annos de idade, e foi enterrado na Sé de Moçambique.

A formosa *Marília*, a mineira morena e forte, imperiosa e viva, que lhe consagrára affecto com o enthusiasmo ardente dos 18 annos, conservou-se fiel, como uma religiosa, ao seu grande e profundo amor, santificado pelo infortunio: morreu solteira, octogenaria, no anno de 1854, e foi sepultada em Ouro Preto.

(*) Gonzaga considerava-se brazileiro.

mente, sabendo-se quanto a colonia se achava opprimida de pesados onus, agora difficeis de solver, pela cobrança judicial dos *quintos*. Suppunham que nenhum obstaculo se levantasse contra o elevadissimo intuito de libertar esta terra das espoliações de que era victima.

Desgraçadamente houve homens, tres portuguezes, que tomaram a si a odiosa missão de denunciar ao visconde de Barbacena a revolução que ia explodir como justa aspiração de um povo que não nascêra para escravo.

O coronel Joaquim Silverio dos Reis ⁽¹⁾, natural de Lei-

(1) No anno de 1794 seguiu o coronel Joaquim Silverio dos Reis para a côrte de Lisbôa com o fim de receber o premio de sua traição, saldando, por este modo, as dividas em que se achava alcançado para com a fazenda real.

Em officio de 2 de Maio de 1794 dirigido ao ministro portuguez Martinho de Mello Castro, o conde de Rezende, recommendando aquelle delator, dizia não querer incorrer « no reparo geral de conservar preso um homem que pelas suas attendiveis e louvaveis qualidades se tem feito digno das maiores distincções. »

« Espero que V. Exa. ponha na real presença de Sua Magestade esta minha deliberação, a qual foi movida do grande desejo de concorrer para a felicidade de um vassallo tão util ao Estado. »

Com este valioso empenho, Silverio conseguiu do principe D. João (mais tarde D. João VI), regente de Portugal em substituição á sua mãe D. Maria I que havia enlouquecido, tres decretos que o cumularam de honras : o de 4 de Outubro de 1794 fazendo-lhe mercê do habito de Christo, com 200\$000 de tença, habito que lhe foi collocado pela propria mão do principe ; o de 14 do mesmo mez, « pelo qual foi Sua Magestade servida, em attenção aos relevantes serviços praticados com exemplar fidelidade de catholico e leal vassallo nas capitancias de Minas Geraes e Rio de Janeiro, de lhe levantar o sequestro feito aos seus fiadores e entregar-lhe todos os seus bens; que se achavam apprehendidos pela real fazenda pelo alcance de 167:553\$770, como testemunho da real approvação pelo fiel e louvavel comportamento com que tem honrado o nome portuguez » ; o de 20 de Dezembro do mesmo anno, pelo qual Sua Magestade foi servida honral-o com o titulo de fidalgo da sua real casa em fôro e moradia, fazendo-lhe mercê da thesouraria mór da bula de Minas, de Goyaz e do Rio de Janeiro, tudo em teste-

ria, e tenentes-coroneis Basilio de Brito Malheiro, natural de Ponte de Lima, e Ignacio Corrêa Pamplona, natural da ilha Terceira, deram por escripto circunstanciada denuncia da conjuração, citando local, nomes e deliberações tomadas, e declarando qual o motivo por que havia ido ao Rio de Janeiro o alferes Xavier.

Sabedor do plano, o visconde de Barbacena mandou sustar a *derrama*, a fim de não continuar a alarmar os povos; expediu incontinenti officios reservados ao Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza e tão acertadas medidas foram tomadas, que a 10 de Maio de 1789 era preso Tiradentes na rua dos Latoeiros, hoje de Gonçalves Dias (1), e d'ahi conduzido

munho da remuneração da honra e fidelidade com que tem desempenhado o nome de fiel e leal vassallo de Sua Magestade. »

Vide *Gazeta de Lisboa* de 25 de Outubro e de 28 de Novembro de 1794, e de 23 de Janeiro de 1795, publicação transcripta na *Gazeta Litteraria* do Rio de Janeiro pelo distincto bahiano, pesquisador de curiosidades historicas, Alfredo do Valle Cabral, que falleceu no cargo, que soube honrar, de chefe de secção da Bibliotheca Nacional. Os apontamentos de Valle Cabral sob o titulo *Conjuração mineira, premio de uma traição* encontram-se na *Rev. do Inst.*, tom. LV, pags. 403 a 406.

Ainda um esclarecimento sobre a triste situação em que se viu o delator:

« Este Silverio era um coronel de milicias muito conhecido pela alcunha de *Joaquim Salterio*, individuo de pessimo character, que, trahindo seus amigos, esperava com isso lucrar grandes augmentos em sua fortuna. Puniu-o, porém, a opinião publica, obrigando-o a abandonar o theatro de sua perfidia e retirar-se para o Maranhão, d'onde, ralado de remorsos, pediu a El-Rei D. João VI a sobrevivencia, para sua mulher e filhas, da pensão de quatrocentos mil réis que lhe foram os trinta dinheiros de Judas. Vimos a petição, na qual pela propria lettra d'El-Rei se acha o seguinte despacho: *Escusado.* »

Nota do conego dr. Fernandes Pinheiro á pag. 298 do vol. VI da *Hist. do Braz.* de Roberto Southey.

(1) Em uma casa da rua de Gonçalves Dias lhe dera esconderijo Domingos Fernandes da Cruz, a pedido de d. Ignacia Gertrudes, senhora viuva, que lhe devia gratidão pelo facto de ter o Tiradentes curado uma sua filha.

para a ilha das Cobras, onde foi conservado incommuniavel.

Presos os conjurados, por sentença lavrada a 18 de Abril de 1792 foram 12 condemnados á morte, 5 a degredo perpetuo e os demais a degredo temporario.

O dr. Claudio Manoel da Costa suicidou-se na prisão, enforcando-se com uma liga, a 4 de Julho de 1789, aos 60 annos de idade.

Foi declarada infame a sua memoria; porém a posteridade glorificou-a (1).

A clemencia da Rainha de Portugal, D. Maria I, commutou a pena de morte dos principaes criminosos em degredo

(1) Claudio Manoel da Costa nasceu na villa do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Marianna, em Minas Geraes, a 6 de Junho de 1729.

Formou-se em leis na Universidade de Coimbra. No anno de sua formatura, 1751, publicou em Portugal um volume de poesias lyricas, bastante apreciadas e applaudidas pelos litteratos contemporaneos. Em 1765 regressou para o Brazil e foi estabelecer banca de advogado em Villa Rica, hoje Ouro Preto, grangeando desde logo immensa clientela attrahida por seu talento e estudos.

Foi este illustre mineiro quem primeiro deu a conhecer a Portugal e ao Brazil as novas doutrinas de Adão Smith sobre economia politica; com grande proficiencia commentou o *Tratado da origem das riquezas das nações*, obra d'aquelle notavel escossez, e o seu trabalho mereceu em Lisbõa elogios das capacidades do Reino.

Escreveu: *Mnusculometrico*, 1751; *Epicidio*, 1753; *Labyrintho do amor*, poema, 1753; *Numeros harmonicos*, 1753; *Obras poeticas*, 1768; e *Villa Rica*, poema, 1773.

Fra socio da corporação litteraria *Arcadia*, de Roma, onde figurava sob o nome pastoril de *Glauceste Saturnio*.

Por occasião do centenario de sua morte, 4 de Julho de 1889, o Instituto Historico celebrou uma sessão magna de glorificação ao poeta.

Vide *Rev. do Inst.*, tom. LIII.

para a Africa, á excepção do alferes Xavier, que foi enforcado a 21 de Abril de 1792.

A execução do Tiradentes assumiu as proporções de uma grande festa publica.

Ao alegre som das bandas musicaes, os batalhões e regimentos que guarneciam o Rio de Janeiro foram postar-se no largo da barreira de Santo Antonio, chamado tambem Campo da Lampadosa, e ahi collocaram-se de modo a formar triangulo, dentro do qual, em praça vasia, erguia-se a forca de grossos paus e elevada altura.

Toda a officialidade trajava uniforme de gala.

Reluziam ao sol ardente das 11 horas do dia 21 de Abril de 1792 os ricos arreios de prata que serviam de apparatuso adorno ás garbosas cavalgaduras das primeiras auctoridades — general de brigada Pedro Alves de Andrade; capitão, ajudante de ordens do Vice-Rei, D. Luiz Benedicto de Castro; escrivão da alçada, desembargador Francisco Luiz Alves da Rocha; juiz do crime, desembargador José Feliciano da Rocha Gameiro; juiz de fóra, dr. Balthazar da Silva Lisbôa; ouvidor da comarca, João Antonio Valente. O cavallo d'este personagem distinguia-se dos demais pelos arreios de prata dourada e pelas gualdrapas de velludo escarlata com largas franjas de ouro.

Pouco mais de 11 horas entrou para o centro da praça a procissão que acompanhava o réo e era composta dos ministros da justiça, irmãos da Santa Casa de Misericórdia, clero e religiosos franciscanos.

Revestido de alva, com o baraço ao pescoço, caminhava Tiradentes a passos ligeiros e firmes; segurava um crucifixo que mantinha na altura dos labios. Podia-se ler no brilho de seus olhos a satisfação intima de ser elle o unico a pagar com a vida o crime de ter sonhado a liberdade para a sua patria, opprimida e degradada pela aviltante escravidão, pela tenebrosa ignorancia, pelo embrutecedor despotismo.

Com o prazer só proprio dos grandes martyres, subiu altivamente a escada do patibulo e pediu ao carrasco, o negro Capitania, que lhe abreviasse a execução.

Do meio da escada falou ao povo o guardião do convento de Santo Antonio, frei José de Jesus Maria Desterro, exhortando a todos «que se não deixassem possuir só de curiosidade e de assombro, mas que implorassem de Deus a ultima graça para quem tão constante ia pagar o seu delicto e que assim mesmo tinha servido de objecto de clemencia da Soberana, a Serenissima Rainha D. Maria I, que o não punia mais gravemente (!), e não menos da illuminada justiça de seus ministros, que lhe não aggravaram a pena.»

Finda a ligeira prédica, resava o guardião o credo em alta voz, quando arrojou-se ao ar o Tiradentes, preso ao pescoço pela corda: por ella desceu o carrasco e firmou as coxas sobre os hombros do condemnado para apressar-lhe a morte.

Estava concluida a execução, desaffrontada a lei (1).

(1) A Intendencia Municipal do Rio de Janeiro comprou o terreno em que foi suppliciado Tiradentes (rua Visconde do Rio Branco ns. 36 e 38) e ali, sobre

Por essa occasião, em tribuna armada para o effeito, falou frei Raymundo de Pennaforte, tomando por thema o versiculo 20, capitulo 10, do *Ecclesiastes*:

« Não digas mal do Rei, ainda no teu pensamento, porque até as aves do céu levarão a tua voz, e o que tem pennas dará noticia do teu sentimento. »

uma pedra de marmore, encravada em um pilar (*), fez gravar a seguinte inscripção:

21
de
Abril
Tiradentes
N'este local, segundo resa fidedigna
tradição, levantou-se a força em que
no dia 21 de Abril de 1792, soffreu heroica
morte pela liberdade da patria o magnanimo
e intemerato alferes
Joaquim José da Silva Xavier
o Tiradentes

A intendencia
municipal
em homenagem
a tão sagrada
memoria,
organizou a desapropriação
d'este terreno
e mandou collocar
esta inscripção
no centesimo anniversario
do glorioso
martyrio

1792-1892

(*) O pilar acha-se collocado á porta de uma cocheira, empreza funeraria, para conducção de cadaveres, de S. Mendes & C. O predio pertence actualmente ao conde de Figueiredo.

Inflamado em ardente amor pela monarchia, o religioso prégou contra o louco desejo de liberdade, e para que o povo mantivesse deante dos olhos o justo castigo da perfidia, apontou para o cadaver do Tiradentes — rasgo oratorio que produziu na multidão um frémito de terror.

Energico e compenetrado de suas funcções, o brigadeiro Pedro Alves de Andrade fez tambem ás tropas um pequeno discurso, concitando-as ao severo cumprimento das leis de Portugal e concluiu erguendo vivas á Augustissima Soberana, que foram correspondidos pelo exercito e pelo povo.

Estabeleceu-se, d'este modo, perfeita solidariedade entre governo e governados.

Dissolveu-se a multidão que enchia o campo; ao som de musicas estridentes voltaram a seus quarteis os regimentos e batalhões.

Como expressiva demonstração de regosijo, ordenou a Camara que os habitantes puzessem luminarias nos dias 21, 22 e 23 de Abril, considerados de festa, por se ter a monarchia desagravado de modo tão brilhante, e determinou a celebração de uma acção de graças na igreja dos Terceiros Carmelitas. N'essa imponente solemnidade, a que assistiram todas as auctoridades e principaes familias, prégou o reverendo carmelita padre-mestre dr. Fernando de Oliveira Pinto, cujo eloquente discurso versou sobre tres pontos que lhe foram dados pelo juiz da alçada e chanceller:

1.º — Render graças a Deus pelo beneficio que fez aos povos de Minas Geraes em se descobrir a infame conjuração,

a tempo de ser completamente destruída e punidos os criminosos;

2.º — Render graças a Deus por ter livrado a cidade do Rio de Janeiro de ser contaminada com a odiosa conspiração.

3.º — Chamar o povo ao cumprimento de seus deveres, de amor, de fidelidade e de submissão a uma Rainha tão pia e tão clemente, como era D. Maria I, para que todos resassem pelo prolongamento da vida e do feliz reinado da Sereníssima Soberana (1):

Seguiu-se o *Te-Deum* e as orações do ritual resadas pelo bispo diocesano.

A pomposa festa religiosa concluiu em avançada hora da noite, *por ter tido muita musica a executar.*

Testemunha presencial de todos estes acontecimentos, diz o chronista frei Raymundo Pennaforte, em sua *Memoria do exito que teve a conjuração de Minas:*

«A penna não pôde pintar o contentamento, a alegria e o prazer que se divisava no rosto de todos, e a voz commum que por muitos dias se ouvia, dizia:— Nunca se viu tanta clemencia!

«Esta universal e sincera expressão firmará para sempre a fidelidade d'este povo á nossa augusta, pia e fidelissima Rainha, que Deus conserve por dilatados annos!»

Depois de enforcado, foi o corpo de Tiradentes esquarte-

(1) Não se cumpriram os votos do frade prégador, porque D. Maria I enlouqueceu no mesmo anno em que foi enforcado o Tiradentes.

jado, salgado e remetido para Minas Geraes, onde se expoz a sua cabeça na praça publica de Villa Rica, sendo seus membros espalhados pelo caminho *para terrivel escarmento dos povos*.

O glorioso patriota contava então 44 annos de idade (1).

Os demais conjurados soffreram as seguintes penas:

O poeta bacharel Ignacio José de Alvarenga Peixoto, degredado para Ambaca, em Angola.

O poeta Thomaz Antonio Gonzaga, para Moçambique.

Francisco de Paula Freire de Andrada, para as Pedras de Ancoche.

Dr. José Alvares Maciel, para Massaugano.

Luiz Vaz de Toledo Piza, de Taubaté, irmão do vigario Toledo, para Cambamba.

Francisco Antonio, para Bihé.

Domingos de Abreu Vieira, para Machimba.

- Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, para Catalá.

José de Rezende Costa, pae, para Bissau, por 3 annos.

José de Rezende Costa Filho, para Cabo Verde, por 3 annos.

O medico dr. Domingos Vidal Barbosa, para a ilha de Santiago, por 3 annos.

Os sacerdotes implicados na conjuração, padres Manoel Rodrigues da Costa e José da Silva de Oliveira Rolim

(1) Tiradentes nasceu em Pombal, termo da villa de S. João d'El-Rei, no anno de 1748.

(irmão do grande pregador Rodovalho), vigário Carlos Corrêa de Toledo e Mello e conego Luiz Vieira foram processados secretamente, remetidos para Lisboa e encerrados em varios conventos, onde soffreram penas severas. Obtido o perdão, depois de decorridos mais de dez annos, regressaram ao Brazil, á excepção de Rolim, que falleceu em Portugal.

Chegou a tomar assento em nossa Assembléa Constituinte, em 1823, o padre Manoel Rodrigues da Costa, bem como o desterrado José de Rezende Costa Filho, que conseguiu ser deputado por Minas Geraes e, n'essa qualidade, no proprio edificio da Cadeia Velha, transformada em Camara dos Deputados, coube-lhe a gloria de festejar a independencia do Brazil, aspiração pela qual havia sido condemnado.

CAPITULO XVIII

VINDA DE D. JOÃO, PRINCIPE REGENTE, AO BRAZIL. EXTRAORDI-
NARIO IMPULSO AO BRAZIL COLONIAL. O BRAZIL ELEVADO
A REINO UNIDO. CONQUISTA DA GUYANA FRANCEZA.
CONFLICTO MOTIVADO PELA COLONIA DO SACRAMENTO—1807-1821

POR morte de D. José I, subiu ao throno de Portugal, a 24 de Fevereiro de 1777, sua filha, D. Maria I. Um dos primeiros actos da Rainha foi mandar pôr em liberdade os presos de estado e permittir que regressassem ao Reino todos os emigrados politicos, perseguidos pelo marquez de Pombal.

Esvaziaram-se os fortes da Junqueira, das Maias e outros presidios, d'onde sahiram, como que resuscitadas, numerosas pessoas de consideração que o povo suppunha mortas.

A quéda do poderoso ministro realizou-se immediata e estrondosamente: por decreto de 4 de Março de 1777 foi demittido de todos os seus logares e empregos na côrte, tomando-se como pretextos a sua avançada edade e molestias que padecia. Sobre a sua altiva cabeça desencadearam-se os odios da legião de inimigos que havia creado.

Para despojal-o das honras de um monumento, arrancaram o medalhão de bronze que o representava no pedestal da estatua equestre erguida a D. José I no Terreiro do Paço: o governo fez substituir a effigie do estadista pelo escudo d'armas de Portugal (1).

Accusado de venal e concussionario e escandalosamente processado, lavrou-se-lhe o decreto de 16 de Agosto de 1781, em que foi considerado réo, digno de exemplar castigo, que se não executava em attenção á sua idade decrepita e porque elle havia implorado perdão de seus delictos. Sob o peso de tamanha humilhação, o gigante ponde reunir forças e dirigir á Rainha uma *Petição de recurso, feita á Serenissima D. Maria I*, documento em que pretendia justificar-se cabalmente e destruir as calumnias de que o faziam alvo. A côrte nenhuma importancia ligou á sua justificação.

Na villa de Pombal, para onde havia sido desterrado, falleceu o illustre marquez a 8 de Maio 1782, contando 83 annos de idade.

Dez annos depois, tendo a Rainha enlouquecido completamente, assumiu a regencia o principe D. João, seu filho, no dia 10 de Fevereiro de 1792.

(1) Cincoenta e seis annos depois, foi reparado este ultraje ao marquez de Pombal. No reinado de D. Maria II, um decreto, datado de 10 de Outubro de 1833 e firmado por D. Pedro IV de Portugal e I do Brazil, verberou de *ingratidão nacional* a perseguição atroz movida contra o grande ministro, a quem considerava *o portuguez que mais honrou a nação no seculo passado* e determinou que fosse reposta a effigie em seu logar, inscrevendo-se por baixo a data de 12 de Outubro de 1833, anniversario natalicio do principe promotor da justa reivindicção.

Este príncipe antipathizava abertamente com a revolução franceza: os enormes attentados que em França se commettiam contra a realeza, contra o clero e contra deputados representantes do povo; o mar de sangue em que parecia afogar-se aquelle grande paiz, só lhe inspiravam aversão profunda contra os revolucionarios e contra Napoleão Bonaparte, que pretendia fazer de toda a Europa um imperio colossal, submisso ao seu genio.

Para pôr em execução a *Liga ou Bloqueio Continental* contra a Inglaterra, o ousado conquistador impoz a Portugal condições decisivas: que declarasse guerra á Inglaterra no prazo de 20 dias; que fossem fechados todos os seus portos a embarcações inglezas; que os navios de guerra luzitanos se incorporassem á esquadra franceza; que fossem presos todos os subditos inglezes residentes em Portugal e sequestradas as suas propriedades.

Como o governo portuguez vacillasse em cunprir tão imperiosas determinações, ordenou Napoleão que Portugal fosse invadido.

Effectuada a invasão, poucas horas antes de chegarem a Lisboa as tropas francezas ao mando do general Junot, já D. João VI, a real familia, grande numero de fidalgos, cerca de 15.000 pessoas (1), transpuuham a barra do Tejo em uma

(1) Com o príncipe regente veiu de Portugal uma capacidade brasileira, o frade franciscano José Marianno da Conceição Velloso, eminente botânico, natural de S. José do Rio das Mortes, em Minas Geraes. Falleceu no Rio de

esquadra composta de 8 naus, 5 fragatas, 12 brigues e 2 charruas, e comboiada por uma divisão ingleza composta de 4 naus de linha ao mando de Sidney Smith (1). Embarcou a real familia com sua comitiva a 29 de Novembro de 1807. Junot, no dia seguinte, poude ainda avistar, a sumir-se na linha do horisonte, a esquadra fugitiva.

Em consequencia de muitos contratempos soffridos em

Janeiro a 13 de Julho de 1811, aos 69 annos de idade. É auctor da obra de reputação universal *Flora Fluminense*, cuja impressão começou a ser feita em Lisboa e veiu a concluir-se no Rio de Janeiro no anno de 1825. As estampas foram gravadas em Pariz, sob a direcção do poeta bahiano Domingos Borges de Barros, depois visconde da Pedra Branca. Este naturalista classificou mais de tres mil plantas, segundo o systema de Linneu. Quando director da typographia e officina chalcographica do Arco do Cego, em Lisboa, frei Velloso foi um dos protectores do grande poeta Bocage, que d'elle recebia 24\$000 mensaes (quantia vantajosa n'aquella epocha) pelo trabalho de traduzir em bellos versos soítos *Os jardins*, poema do abbade Delille, *As plantas*, de René Richard Louis Castel, e *A Agricultura*, de Pedro Fulcran de Rosset. Bocage mostrou-se grato á animação honrosa que lhe offerencia um sabio como frei Velloso e no prefacio de seu drama *A Virtude Laureada*, deu-lhe este elevado testemunho de reconhecimento:

Em ti, constante, desvelado amigo,
 Demando contra a Sorte abrigo e sombra:
 Oh das Musas fautor, de Flora alumno!
 Rasgado o véo d'allegoria, estende
 Ao metro, que desvale, a mão, que presta!
 Se azas lhe deres, em suave adejo
 De Lysia ao seio, que a virtude amima,
 D'ella cultores, voarão meus versos,
 E o patrio, doce amor, ser-lhe-ha piedoso!

Poesias de Manuel Maria Barbosa du Bocage, colligidas por I. F. da Silva (Lisboa, 1853) tom. III, pags. 122 e 123.

(1) Calcula-se em mais de oitenta milhões de cruzados os valores que vieram para o Brazil n'essa occasião. Ficaram exhaustos os cofres publicos de Portugal, a ponto de não haver dinheiro para pagar o fuuncionalismo e os credores da real fazenda.

viagem, separaram-se os navios da esquadra: seguiram uns para o Rio de Janeiro (¹) e outros—inclusive a nau *Príncipe Real* que conduzia os membros principaes da real familia— foram obrigados a arribar á Bahia de Todos os Santos.

D. João desembarcou na Bahia a 24 de Janeiro de 1808, no meio de grandes festas promovidas pelo capitão-general conde da Ponte, pelo arcebispo D. frei José de Santa Escholastica e por toda a população (²).

Durante tres dias realizaram-se extraordinarios festejos publicos, em que a Bahia—terra expansiva por excellencia— manifestou todo o seu immenso jubilo em hospedar o principe.

D'entre as pessoas que lhe foram apresentadas, D. João distinguiu com particular estima o dr. José da Silva Lisboa, mais tarde visconde de Cayrú, um dos mais cultivados espiri-

(1) No dia 17 de Janeiro de 1808 chegou ao Rio de Janeiro a nau *Rainha de Portugal*, conduzindo parte da familia real: D. Maria Benedicta, princeza do Brazil, viuva de seu sobrinho D. José e a infanta D. Marianna, irmãs de Maria I; as infantas D. Isabel Maria e D. Maria Francisca, filhas do principe regente.

(2) O desembarque effectuou-se na ribeira, proximo á capitania do porto, onde, recebidos por enorme multidão que os victoriava, tomaram carruagens o principe regente, sua esposa D. Carlota Joaquina, seus filhos D. Pedro e D. Miguel, a rainha D. Maria I, o infante de Hespanha D. Pedro Carlos e muitos fidalgos da côrte; seguiram pela rua da Preguiça, tomaram a ladeira da Gamelleira, até ao largo do Theatro (praça Castro Alves); ahi apearam-se, porque a camara municipal os esperava com o pallio, e, debaixo d'este, proseguiram, entre alas de soldados que lhes faziam continencias, até á igreja da Sé, onde foi cantado o *Te-Deum Ladamus* pela feliz viagem dos imperantes e pela satisfação de se mudar para o Brazil a séde do governo portuguez.

tos da epocha (1). Valendo-se patrioticamente dos raros recursos intellectuaes que possuia, este illustre bahiano exerceu sobre o animo do principe ascendencia que fez reverter em beneficio geral do Brazil. Expondo a D. João que a colonia não podia communicar-se commercialmente com a metropole, em consequencia de se acharem os portos portuguezes bloqueados pela esquadra ingleza, alli collocada em defesa do territorio luzitano invadido pelas tropas de Napoleão; patenteando que em tão critica situação Portugal e Brazil viam-se impossibilitados de permutar os seus productos, facto que acarretaria a extincção do rendimento das alfandegas e determinaria suspensão de vencimentos aos numerosos funcionarios da côrte; fazendo-lhe reconhecer as enormes vantagens de prosperidade e de riqueza que adviriam ao Brazil, si fossem abertos os seus portos a todas as nações do mundo, José da Silva Lisboa teve a gloria de vêr plenamente adoptados os seus conselhos e instrucções: conseguiu que D. João

(1) José da Silva Lisboa, visconde de Cayrú, filho do architecto Henrique da Silva Lisboa e de D. Helena Nunes de Jesus, nasceu na Bahia a 16 de Julho de 1756. Na Universidade de Coimbra tomou o grau de bacharel em direito canonico. Antes de formar-se foi nomeado lente substituto das cadeiras de hebraico e de grego. De volta de Portugal exerceu na terra de seu nascimento a cadeira de philosophia. Em 1801 publicou *Principios de direito mercantil*; em 1804 *Principios de economia politica*, e nos annos de 1821 a 1823 folhas periodicas e avulsas *Concedido do Reino Unido*, *Reclamações do Brazil*, *Imperio do Brazil*, *Rueto do Brazil*, *Atalala*, e grande numero de opusculos sobre politica, instrucção publica, religião, commercio, etc. Foi deputado á Assembléa Constituinte, em que firmou creditos de substancioso orador, e senador por sua terra natal. Falleceu no Rio de Janeiro a 20 de Agosto de 1835.

assignasse a carta regia de 28 de Janeiro de 1808, assim concebida :

« Conde da Ponte, do meu conselho, governador e capitão general da capitania da Bahia. Amigo. Eu, o principe regente, vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Attendendo á representação que fizestes subir á minha real presença sobre se achar interrompido e suspenso o commercio d'esta capitania, com grave prejuizo dos meus vassallos e da minha real fazenda, em razão das criticas e publicas circumstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante assumpto alguma providencia prompta e capaz de mëlhorar o progresso de taes damnos: sou servido ordenar, interina e provisoriamente, emquanto não consolido um systema geral que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte :

1.º Que sejam admissiveis, nas alfandegas do Brazil, todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias, transportados ou em navios estrangeiros das potencias que se conservam em paz e harmonia com a minha real corôa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber: vinte de direitos grossos e quatro do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança d'estes direitos pelas pautas ou aforamentos, por que até ao presente se regulam cada uma das ditas alfandegas, ficando os vinhos, aguardentes e azeites doces, que se denominam *molhados*, pagando o dobro dos direitos, que até agora n'ellas satisfaziam.

2.º Que não só os meus vassallos, mas tambem os sobre-ditos estrangeiros, possam exportar, para os portos que bem

lhes parecer, a beneficio do commercio e da agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaesquer generos e producções coloniaes, á excepção do pau-brazil ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas capitánias, ficando entretanto como em suspenso e sem vigor, todas as leis, cartas regias, ou outras ordens que até aqui prohibiam n'este estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e actividade que de vós espero. Escripta na Bahia aos 28 de Janeiro de 1808.— *Principe*.— Para o conde da Ponte.»

Pouco tempo depois, como que emancipando-se das compressoras condições de colonia, entabolava o Brazil importantes relações commerciaes com os principaes mercados da Inglaterra, da França, da Belgica, da Hollanda, da Allemanha, da Austria, da Italia, da Hespanha e dos Estados-Unidos.

D. João mostrou-se grato ao homem que lhe inspirára o descortinamento de illimitado horisonte ao futuro d'este paiz, e honrou-o publicamente com o decreto de 23 de Fevereiro de 1808, creando para elle uma cadeira de economia politica:

« Sendo absolutamente necessario o estudo da sciencia economica na presente conjunctura, em que o Brazil offerece a melhor occasião de se pôrem em pratica muitos dos seus principios, para que os meus vassallos, sendo melhor instruidos n'elles, me possam servir com mais vantagem: e por me constar que José da Silva Lisbôa, deputado e secretario da meesa da inspecção da agricultura e commercio da cidade da Bahia,

tem dado todas as provas de ser muito habil para o ensino d'aquella sciencia, sem a qual se caminha ás cegas, e com passos mui lentos, e ás vezes contrarios, nas materias do governo, lhe faço mercê da propriedade e regencia de uma cadeira e aula publica, que por este mesmo decreto sou servido crear na cidade do Rio de Janeiro, com o ordenado de 400\$000, para ir exercital-a, conservando os ordenados dos seus logares, que até agora tem occupado na Bahia. As juntas da fazenda de uma e outra capitania o tenham assim entendido e façam executar. Bahia, 23 de Fevereiro de 1808. Com a rubrica do principe regente. *D. Fernando José de Portugal.*»

A abertura dos portos do Brazil ás nações d'Europa e d'America iniciou periodo de larga prosperidade para o Brazil, que sentiu-se levantado da prostração acabrunhadora em que jazia: a civilização illuminava-lhe a estrada a percorrer.

Muitos esforços foram empregados para que o principe escolhesse a Bahia para séde do governo que vinha estabelecer; apontaram-n'a como ponto central da extensa linha da costa, marco natural entre as capitancias do norte e as do sul; demonstraram que os navios portuguezes poupariam dias de viagem; argumentaram com a benignidade do clima, com a riqueza do sólo, com a formosura e a vastidão do ancoradouro capaz de abrigar esquadras; compromettia-se o commercio a mandar construir á sua custa um palacio destinado ao principe

e á sua familia e edificios para as repartições que se iam crear (1).

Baldados foram todos estes louvaveis empenhos.

O regente mostrou-se penhorado a estas manifestações de alto apreço; distribuiu mercês honorificas a varios habitantes e seguiu viagem, embarcando a 26 de Fevereiro para

(1) Tão grande e tão sincera era a alegria do povo bahiano com a presença do príncipe, que não cessava de rodear-lhe a residencia, para vel-o e saudal-o como um redemptor de tantas oppressões soffridas. Para divertil-o, davam-lhe descantes á noite, como testemunhos de intimo contentamento, dirigidos ao coração do futuro Rei, que sentia prazer em ouvir cantar, ao som de instrumentos musicos:

Meu príncipe regente,
Não saiaes d'aqui!
Cá ficamos chorando
Por Deus e por ti!

Fôra elle uma tarde passear pelo pittoresco arrabalde da Victoria, acompanhado de grande multidão que o applaudia incessantemente. Commoído por esta espontanea prova de sympathia, mandou D. João distribuir entre o povo moedas de prata do valor de 320 rs. (uma pataca), e com surpresa observou que os rapazes, com esse dinheiro, foram comprar archotes, que accenderam ao cahir da noite; por entre extensas alas illuminadas regressou o príncipe de seu bello passeio, sob entusiasticas acclamações, até sua residencia, á Praça de Palacio. Foi esse o maior e mais eloquente triumpho que D. João soube merecer do Brazil.

Em memoria da visita do príncipe, erigiu-lhe a Bahia uma pyramide de marmore, que aformosea o Passeio Publico.

Na face meridional do monumento lê-se esta inscripção:

JOANNI
PRINC. REG. P. F. P. P.
HUC PRIMUM APPULSO
XI CAL. FEBRUAR.
A. D. MDCCCVIII
BAHIÆ SENATUS
MONUMENTUM
POSUIT
MDCCCXV

o Rio de Janeiro, onde chegou a 7 de Março e effectuou desembarque no dia seguinte.

Depois de ver toda a sua grande comitiva accommodada em casas que para tal fim se obtiveram voluntaria ou involuntariamente (1), D. João fez publicar um manifesto de guerra á França, dizendo n'esse documento *que a côrte portugueza levantava a sua voz do seio do Novo Imperio que tinha vindo crear*, prophetizando assim qual seria, dentro em pouco, o futuro do Brazil.

(1) Para que os illustres personagens da côrte portugueza tivessem condigno domicilio, miandou o conde dos Arcos pedir ás pessoas residentes em bons predios que os cedessem áquelles senhores, até que se encontrassem outras accommodações: todos accederam a este desejo, entregando aos fidalgos casas, mobílias, carruagens e escravos, que foram desfructados durante annos, sem retribuição alguma aos proprietarios.

Si qualquer d'esses privilegiados, ao passsr por uma rua, agradava-se de uma casa, escrevia na parede A P, que significava *Aposentadoria*, isto é, mandado de despejo, e o proprietario ou inquilino era obrigado a mudar-se para que na casa se installasse o feliz intruso.

Quando, passados annos, os donos reclamavam as suas propriedades, obtinham dos aboletados a resposta de que *não achavam casas para alugar*.

O dr. Mello Moraes (pae) narra sobre estes abusos um facto revoltante; é o seguinte:

«O chefe de esquadra, Monteiro Torres, por segunda ou terceira vez, poz aposentadoria em uma casa sita na rua da Ajuda, pertencente a Anna Justina, bordadeira de profissão. Esta senhora, prevalecendo-se não só de seu direito de propriedade, que não era respeitado, mas das circumstancias de se achar encarregada de alguns bordados para a familia real, recorreu a todos os meios ao seu alcance, até ao de queixar-se contra semelhante violencia ao principe regente, em pessoa. Este senhor mandou a queixosa para o ministro, que não fez caso do requerimento da proprietaria, e esta viu os seus trastes e a sua roupa postos na rua pelos beleguins da justiça d'el-rei, a fim de que um extranho se utilisasse da propriedade contra a vontade de seu dono! Ainda não pára aqui: a pobre mulher, vendo-se assim posta no meio da rua, sem ter onde achar um abrigo contra o sol e contra a chuva, foi lançar-se aos pés de quem lhe havia tomado a sua casa e

Para montagem de seu governo nomeou o príncipe, a 11 de Março, o seu primeiro ministerio, que assim ficou organizado: ministro do reino e da fazenda, D. Fernando José de Portugal e Castro, depois marquez de Aguiar; ministro da marinha e negocios do ultramar, João Rodrigues de Sá e Menezes, visconde de Anadia; ministro da guerra e de estrangeiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, depois conde de Linhares.

Para o bom funcionamento do regio governo, houve necessidade de crear grande numero de repartições, taes como as Secretarias de Estado, Supremo Conselho Militar, Erario Regio, Tribunal da Junta do Commercio, Archivo Militar, Intendencia Geral da Policia, Academia de Guardas Marinhas, Mesa do Desembargo do Paço, Conselho de Fazenda Real, Escola Medico-Cirurgica, Jardim Botanico, Academia de Sciencias Physicas, Mathematicas e Naturaes, Imprensa Regia, (1) Banco do Brazil, e muitas outras iustituições devidas á elevada iniciativa do conde de Linhares.

pe:lr por caridade que lhe alugasse as lojas para ella habitar. O chefe de esquadra Monteiro Torres annuiu a este pedido, e então se viu a proprietaria, para ter onde morar, obrigada a pagar alugueis das lojas do seu predio ao seu proprio inquilino, de quem nada recebia! Este escandalo durou alguns annos, e só terminou, quando Anna Justina foi morar com sua irmã, igualmente bordadeira, em uma casa que esta fez edificar na praça do Rocio.»

Dr. MELLO MORAES (A. J. de): *Corographia historica* (Rio de Janeiro, 1863), pag. 96.

Por essa occasião o negociante Elias Antonio Lopes presenteou D. João com uma chacara magnifica — a quinta de S. Christovão ou da Boa Vista.

(1) O primeiro jornal que se publicou na imprensa regia foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que sahio á luz a 10 de Setembro de 1808, sob a exclusiva redacção de frei Tiburcio José da Rocha.

Por decreto de 23 de Agosto de 1808 foi elevada á categoria de villa a povoação de Porto Alegre, hoje capital do Estado do Rio Grande do Sul. Foi esta a primeira villa creada pelo principe regente depois de sua chegada ao Brazil (1).

Com licença do governo reabriram-se as fabricas de fia-

Anteriormente, o Vice-Rei, conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrada, permittira a Antonio Isidoro da Fonseca a fundação de uma typographia na cidade do Rio de Janeiro: pouco durou esse estabelecimento porque o governo da metropole o mandou desmontar e ao mesmo tempo extranhar a Gomes Freire o ter auctorizado o apparecimento de tal industria, considerada perniciososa aos interesses de Portugal. N'essa typographia haviam sido impressas algumas obras de merecimento como o *Exame de bombeiros* e *Exame de artilheiro*, por José Fernandes Pinto Alpoim.

As duas primeiras obras que se imprimiram na imprensa regia foram: *Observações sobre o commercio franco do Brazil*, por José da Silva Lisboa, e *Memoria historica da invasão dos francezes em Portugal, em 1807*.

O primeiro trabalho typographico publicado no Brazil foi feito na capital de Pernambuco, sob o dominio hollandez: folheto de vinte e oito paginas, em caracteres gothicos, com o titulo—*Brasilische Gelt-Waer indat claertyck wertoont wordt waer dat de Participanten van de weste—Indische comphaer Gelt ghebliven is. Qedruct in Brasilien op't. Reciff. in de Bree. Byl. 1647 in-4.º* (Bolsa do dinheiro brasileiro, em que se mostra com clareza o que foi feito do dinheiro dos accionistas da companhia das Indias Occidentaes. Impresso no Brazil, na cidade do Recife, e na typographia de Bree, no anno de 1647 in-4.º).

Na Bahia, sob a protecção do conde dos Arcos, o negociante Manoel Antonio da Silva Serva estabeleceu uma officina typographica, auctorizada pela carta regia de 5 de Janeiro de 1811 e publicou a gazeta denominada *Idade de Ouro*, que teve como primeiro redactor o padre Ignacio José de Macedo. A officina trabalhava em um dos commodos do Morgado de Santa Barbara.

(1) « A villa de Porto Alegre foi solemnemente installada a 11 de Dezembro de 1810 pelo ouvidor geral e corregedor, dr. Antonio Monteiro da Rocha, presentes as pessoas da nobreza e povo e depois de levantado o pelourinho em que estavam todas as insignias da jurisdicção real e de alternadas por tres vezes as palavras: Viva o principe regente, nosso senhor. »

ANTONIO DE AZEVEDO LIMA: *Synopse geographica, historica e estatistica do municipio de Porto Alegre* (Porto Alegre, 1890), pag. 19.

ção e de tecidos de seda, lã, linho e algodão, que o governo do marquez de Pombal havia mandado fechar.

Em vista do enorme desenvolvimento operado em todas as classes e em todos os ramos do serviço publico, resolveu D. João elevar este paiz, de colonia, a *Reino Unido* a Portugal e Algarves.

Para prover aos extraordinarios gastos da côrte (1) e satisfazer a muitas necessidades de ordem publica, foram lançados varios impostos: a decima urbana sobre os alugueis das casas, a cisa sobre transmissão de propriedade, imposto do sello de papeis e de livros commerciaes, matricula de embarcações, matricula de escravos, tributo sobre o fumo, e outros.

Todos esses impostos, porém, foram bem acceitos pelo povo, que via ampliada a area de suas aspirações e de seus negocios e como que extincto o rigor ferrenho, atrazado e compressor dos capitães-mores e capitães-generaes.

Para se fazer idéa das transacções commerciaes que se operavam no Rio de Janeiro, bastará dizer-se que n'aquelle porto entraram em 1808 noventa navios estrangeiros e já em 1810 quatrocentos e vinte duas embarcações mercantes e de alto bordo movimentavam a formosissima bahia do Guanabara. N'esse anno attingiu a mil e seiscentos contos de reis o rendimento das alfandegas dos cinco portos abertos ao commercio estrangeiro—Pará, Maranhão, Pernambuco,

(1) Todos fidalgos e pessoas de consideração que vieram de Portugal em companhia de D. João, eram largamente subsidiados pelos cofres publicos.

Bahia e Rio de Janeiro—e a renda total do paiz subiu a perto de seis mil contos.

Attrahidos pela bôa fortuna, muitos negociantes inglezes estabeleceram-se na capital do Brazil, concorrendo para fortalecer e solidificar o commercio em larga escala.

Tratou-se com mais cuidado da colonização, facilitando-se a emigração de agricultores açorianos.

Suavizou-se o imposto lançado ás explorações de minas ouro e de pedras preciosas, e creou-se a industria do ferro, inaugurando-se fundições em diversos pontos.

Em 1808 compunha-se o Brazil de 10 capitánias, figurando as seguintes auctoridades civil e ecclesiastica:

I. *Rio de Janeiro*—Vice-rei e capitão-general, conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, que deixou o governo com a chegada do principe. Bispo, D. José Caetano de Souza Coutinho.

II. *Bahia*—Governador e capitão-general, conde da Ponte, João de Saldanha da Gama. Arcebispo, D. frei José de Santa Escholastica, monge beneditino.

III. *Pernambuco*—Capitão-general, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Bispo, D. frei José Maria de Araujo, monge de S. Jeronymo.

IV. *Maranhão*—Capitão-general, D. Francisco de Mello Manoel da Camara. Bispo, D. Luiz de Brito Homeu.

V. *Pará*—Governador, José Narciso de Magalhães e Menezes. Bispo, D. Manoel de Almeida de Carvalho.

VI. *S. Paulo*—Governador, Antonio José da Fonseca Horta. Bispo, D. Matheus de Abreu.

VII. *Minas Geraes*—Governador, Pedro Xavier de Athayde e Mello. Bispo, D. frei Cypriano de S. José, frade arrabido.

VIII. *Goyaz*—Governador, D. Francisco de Assis Mascarenhas. Vago o bispado.

IX. *Matto Grosso*—Governador, Manoel Carlos de Abreu e Menezes. Bispo, D. Luiz de Castro Pereira, frade loio.

X. *Rio Grande do Sul*—Governador, Paulo José da Gama. Sem bispado.

Tendo D. João VI declarado guerra á França, em represalia á invasão ordenada por Napoleão Bonaparte, determinou, para dar começo a hostilidades, que uma expedição fosse invadir e tomar posse da Guyana Franceza. Seguiram de Pernambuco para a capitania do Pará os necessarios reforços e ahi, reunidos com o corpo da vanguarda dos Voluntarios Paraenses, ao todo 900 praças, marcharam a 6 de Novembro de 1808 para aquella conquista, sob as ordens do tenente-coronel de artilheria Manoel Marques d'Elvas Portugal. Para prestar auxilios á expedição seguiu tambem do Pará uma flotilha composta da fragata *Confiance* e outras embarcações, dirigidas pelo capitão inglez James Lucas Jéo, levando 500 homens de desembarque.

Não poude o governador da Guyana Franceza, Victor Hugues, resistir á invasão luso-brazileira e depois de ter perdido as posições do Diamante, Frio, Cannas e Canal de

Forey, viu-se obrigado a capitular a 12 de Janeiro de 1809 e a retirar-se para a Europa.

Assumiu o governo de toda a colonia um brasileiro distinctissimo, natural de Minas Geraes, desembargador João Severiano Maciel da Costa, posteriormente marquez de Queluz, o qual ali permaneceu até Novembro de 1817, em que, pelo tratado de Pariz de 28 de Agosto do mesmo anno, foi entregue Cayenna ao conde Carra Saint-Cyr, governador nomeado por Luiz XVIII, Rei de França.

Durante o tempo de sua estada na colonia franceza, o marquez de Queluz enviou a D. João VI muitas plantas uteis, que foram aproveitadas no Jardim Botanico e em varias capitancias, como a canna de assucar, especial, chamada Cayenna, o abacate, a camphoreira, a mangueira, a arvore do pão, o cravo da India, a noz-moscada e outras.

Era da maxima conveniencia para Portugal ter, como limite natural ao sul do Brazil, o rio Uruguay até á sua embocadura no Rio da Prata, e para realizar tal designio foi incumbido o tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral, que dirigia a capitania do Rio Grande do Sul.

Depois de fortificar a fronteira, Cabral obrigou os hespanhoes a abandonar as guardas avançadas de S. José, Santo Antonio, Lagôa e Santa Rosa.

A 30 de Outubro de 1801 conseguiu o coronel Manoel Marques de Souza a capitulação do Serro Largo, ponto que

os hespanhoes readquiriram logo depois, e tencionavam invadir o Rio Grande do Sul quando se firmou a paz entre Portugal e Hespanha.

Logo que a familia real portugueza transferiu-se para o Brazil, pretendeu a esposa de D. João, D. Carlota Joaquina, ser acclamada Rainha do Rio da Prata, allegando em seu favor o facto de ser a filha mais velha de Carlos IV, Rei de Hespanha, que se achava preso na França. Emissarios foram mandados pela princeza ao Prata e ao Perú, a fim de que surtisse effeito o projecto monarchico. Grande numero de adherentes á causa presagiava bom exito ao levantado projecto, quando lord Strangford, embaixador do rei Jorge, no Rio de Janeiro (1), conseguiu convencer a D. João de que devia obstar á sua mulher a realização de tal idéa, e assim frustrou-se o agigantado plano.

Com a morte da rainha D. Maria I—facto occorrido no Rio de Janeiro a 16 de Março de 1816—tomou o regente o titulo de Rei, sob o nome de D. João VI.

(1) Realizando-se em D. João VI a sentença de Camões de que *um rei fraco enfraquece a forte gente*, lord Strangford aproveitou-se d'esta circumstancia para arvorar-se em mentor da córte, a quem impoz o tratado de 19 de Fevereiro de 1810, por meio do qual Portugal e Brazil foram largamente explorados pela Inglaterra, que, a titulo de *reciprocidade*, introduzia seus productos nos mercados portuguezes pagando apenas a taxa de 15 % sobre o valor das mercadorias. Os commerciantes britannicos estabelecidos em Portugal, esses obtiveram privilegios e isenções de direitos, como premio ao apoio prestado por sua nação ao governo portuguez. Na prosperidade do Brazil tiveram os inglezes partilha verdadeiramente leonina. Por este preço pagava D. João VI a alliança com a poderosa Inglaterra.

Por esse tempo viviam revolucionados os estados platinos, anciosos de conquistar a sua independencia: a Hespanha tinha imposto a Buenos-Ayres o general D. Francisco Xavier Elio como Vice-Rei; forças revoltosas percorriam a nossa fronteira; o general D. José Gervasio Artigas chegou a penetrar no Rio Grande do Sul, alarmando os povos com as suas depredadoras correrias. A tal estado de inquietação attingiram os acontecimentos, que Xavier Elio pediu auxilio a D. João VI para suffocar o movimento revolucionario que se operava n'aquellas regiões.

Para o desempenho d'esta espinhosa missão foi designado o capitão-general do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Souza, depois conde do Rio Pardo, o qual, reunindo corpos de exercito ao mando do coronel Manoel Marques de Souza e de Xavier Curado, occupou Maldonado e dispunha-se a tomar Montevidéo, quando o inglez Strangford ameaçou D. João de quebrar a alliança que lhe prestava a Inglaterra, e o exercito portuguez teve ordem de abandonar as posições e regressar para o Brazil.

Sanguinolenta guerra civil travou-se nas regiões do Prata, entre hespanhoes fieis á metropole e hespanhoes republicanos. Vingou a Republica. A Confederação Argentina foi proclamada pelo *Congresso de Tucuman* em 1816. Seu primeiro presidente, D. Juan Martin Puyrredon, viu-se ainda assoberbado com a revolução promovida entre os *unitarios* (monarchistas) e *federalistas* (republicanos).

Como não cessassem as tropelias do audacioso chefe

Artigas no Rio Grande do Sul, foi incumbido o general Carlos Frederico Lecór (1) de invadir a Banda Oriental por Maldonado e occupar militarmente Montevidéo. Este general ordenou que uma esquadilha commandada pelo conde de Vianna seguisse para Maldonado, emquanto ia elle por terra, com reforços obtidos no Rio Grande do Sul, occupar a capital da Banda Oriental.

Para contraminar o ataque, pretendeu Artigas invadir o Rio Grande do Sul; foi, porém, repellido em todos os pontos limitrophes: no Quarahy, pelas forças do tenente-general Joaquim Xavier Curado, e em Jaguarão, pelo tenente-general Manoel Marques de Souza.

Muitos combates parciaes foram travados, cabendo sempre os triumphos aos nossos: o do tenente-coronel José de Abreu, depois barão do Serro Largo, contra Artigas, em S. Borja, a 3 de Outubro de 1816; o do brigadeiro João de Deus Menna Barreto, depois barão de S. Gabriel, contra Verdum, em Ibitocay, a 19 de Outubro; o do brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvares contra Artigas, em Carumbé (2), a 27 de Outubro, e o do Marquez do Alegrete (batalha do Catalão) a 4 de Janeiro de 1817, com a divisão Curado, contra as forças de Artigas e Verdum.

Continuando a sua marcha, as forças do general Lecór tomaram o forte de Santa Thereza e na *India muerta* empe-

(1) Depois de se visconde da Laguna.

(2) A 27 de Outubro de 1816.

nharam renhida batalha com o exercito de Fructuoso Rivera, a 19 de Novembro de 1816; a disputada victoria coube ás forças de nosso bravo marechal Sebastião Pinto de Araujo Corrêa.

Depois de resultados tão brilhantes para as nossas armas, quiz Buenos-Ayres intervir para que a lucta cessasse. Lecór não accitou a indébita intervenção; ao contrario, redobrando de esforços e batendo forças de Lavalleja e de Oribe, chegou a Maldonado, e, de combinação com a esquadilha, poz-se em marcha sobre Montevidéo. Esta capital não offereceu a menor resistencia: uma deputação do *Cabildo* (Municipalidade) veio ao encontro do general Lecór e entregou-lhe as chaves da praça.

A cidade foi entusiasticamente occupada a 20 de Janeiro de 1817, e, acto continuo, tomada aos hespanhoes a antiga Colonia do Sacramento.

O corajoso e bravo revolucionario oriental José Artigas não se deu por vencido em tantas refrégas desastrosas: reuniu forças e tentou apoderar-se de Serro Largo e de Santa The-reza; encontrou, porém, deante de si a resistencia heroica do general Manoel Marquez de Souza (pae do de igual nome, que depois foi conde de Porto Alegre).

Estabeleceu-se a 30 de Janeiro de 1819 uma convenção de limites em que figuraram: por parte do Brazil, o coronel de engenheiros João Baptista Alves Porto, representante do conde da Figueira, capitão-general do Rio Grande do Sul; e por parte da Banda Oriental, D. Prudencio Morguiondo.*Por

essa convenção, os limites do Rio Grande iam, pelo lado do mar, até á Angustura de Castilhos e pelo lado do Uruguay até ao rio Arapehy.

Cioso da independencia de sua patria, conseguiu o intrepido José Artigas collocar-se á frente de novas e aguerridas forças e travou combate com o brigadeiro Abreu no *Passo do Rosario* a 13, 17 e 27 de Dezembro de 1819. Ao brigadeiro juntou-se uma columna do general Bento Corrêa da Camara e ligaram-se ainda reforços trazidos pelo conde da Figueira: com estes fortes elementos effectuou-se a grande batalha de Taquarembó, a 22 de Janeiro de 1820, na qual foi completa a derrota do general Artigas, que deixou 800 mortos, 490 prisioneiros, armas e bagagens.

Desilludido inteiramente, este valente oriental emigrou para o Paraguay, e falleceu perto de Assumpção em 1850, contando 90 annos de idade.

A 31 de Julho de 1821 passou a Banda Oriental a pertencer ao Brazil, sob a denominação de *Provincia Cisplatina*.

CAPITULO XIX

REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO DE 1817. PADRE ALENCAR,
PADRE ROMA, DOMINGOS JOSÉ MARTINS, PADRE MIGUELINHO.
REVOLUÇÃO LUZITANA NA CIDADE DO PORTO EM 1820.
REVOLUÇÃO NO PARÁ, BAHIA E RIO DE JANEIRO. REGRESSO
DE D. JOÃO VI PARA PORTUGAL—1817—1821.

SOB o peso de multiplos aggravos, irrompeu, em principio de 1817, uma revolução em Pernambuco, destinada a despedaçar o jugo que nos impunha a metropole e a estabelecer desde logo a republica, aspiração que a morte do Tiradentes não havia suffocado, mas alastrava-se, como um fogo sagrado, em todos os corações patriotas.

Á frente do movimento collocou-se o abastado negociante, Domingos José Martins, espirito adeantado, que de volta de Europa reconhecêra a necessidade imprescindivel de se imprimir nova direcção aos destinos da patria. Grande numero de brazileiros, descontentes com a marcha do governo e inspirados pelo enthusiasmo que as idéas liberaes despertavam, agruparam-se em torno de Martins, hypothecando

esforços para que vingasse a idéa democratica, a exemplo dos Estados-Unidos e da Confederação Argentina.

A imprudencia do capitão-general de Pernambuco, desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1) em fazer selecção entre officiaes brazileiros e officiaes portuguezes, elogiando a estes em ordem do dia, em detrimento d'aquelles, melindrou susceptibilidades e deu motivo a que se fizessem reuniões revoltosas em casa de Domingos Martins, para o fim de combinar-se reacção e acelerar-se a marcha do pensamento revolucionario.

Não se achava extincta em Pernambuco a antiga rivalidade entre brazileiros e portuguezes, e era desejo dos nossos, como protesto a preferencias mal cabidas, fazer reviver a guerra dos *mascates*, denominados agora *marinheiros*.

O talento brilhante do ouvidor e corregedor de Olinda, dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, exuberante de exaltado sentimento de amor á patria, não pôde manter-se indifferente aos abusos que via commetter-se em torno de si, e para apontal-os e para reprimil-os escrevia energicas correspondencias enviadas a uma revista mensal intitulada *O Portuguez*, que se publicava em Londres, e era lida com avidez pelos pernambucanos (2). As correspondencias tinham por assignatura *Brazileiro*.

(1) Agraciado no imperio com o titulo de marquez da Praia Grande.

(2) Por esse tempo, publicavam-se em Londres mais duas revistas consagradas a assumptos brazileiros: o *Investigador Portuguez* e o *Correio Braziliense*. Especialmente o *Correio* prestou relevantes serviços ao Brazil,

Pouco antes de explodir a revolução, dizia Antonio Carlos n' *O Portuguez* do mez de Dezembro de 1816: «Actualmente é esta capitania uma das do Brazil mais commerciante e mais

constituindo-se uma encyclopédia de todo o movimento scientifico e litterario da Europa e da America e ao mesmo tempo uma analyse detida e criteriosa dos actos do governo de D. João VI.

Era redactor do *Correio Braziliense* o illustrado brasileiro dr. Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, cuja vida, fortemente accidentada, deve honrar um capitulo d'estas *Memorias*. Formou-se em leis pela Universidade de Coimbra. Nomeado, em 1801, director do serviço litterario da imprensa regia, foi a Londres fazer aquisição de machinas typographicas e de obras importantes para a bibliotheca de Lisboa; em seu regresso á capital portugueza viu-se preso á ordem do Santo Officio pelo facto de ser maçon. Accusado perante o Tribunal da Inquisição, não negou, mas altivamente declarou que o era, porque não existia lei alguma em Portugal que prohibisse a maçonaria e portanto não commettia elle um crime, pertencendo á humanitaria associação, porém usava da liberdade facultada a todo cidadão de praticar aquillo que não é prohibido por lei.

Ordenando-lhe o inquisidor que se ajoelhasse para responder á doutrina, recusou fazel-o, declarando que um dos pontos da doutrina christã que aprendera comprehendia os tres cultos *latria*, *hyperdulia* e *dulia*, e que ajoelhar com ambos os joelhos pertencia ao culto de *latria*, consagrado unicamente a Deus; á vista d'este preceito, não podia, sob pena de peccado, prestar igual culto á creatura humana. Depois de tres annos de soffrimentos nos carceres inquisitoriaes, ia ser condemnado á fogueira, quando, protegido pela maçonaria, conseguiu fugir da prisão, levando comsigo o guarda. Passou á Hespanha e d'ahi para Inglaterra, onde fixou residencia. Na capital ingleza publicou a *Narrativa* de sua perseguição, pelo supposto crime de franc-maçõ, contendo não só o seu processo, como os regulamentos observados pelo Santo Officio, obra em 2 tomos, de mais de 300 pags. cada um, com o retrato do auctor revestido de suas insignias maçonicas. Manteve, durante 14 annos e meio, a publicação do *Correio Braziliense* (Junho de 1808 a Dezembro de 1822), formando uma collecção de 29 vols. in-4.º, precioso repositório de assumptos elevados, tendent á prosperidade de nosso paiz, como o desenvolvimento da emigração estrangeira, a libertação dos escravos, a necessaria independencia dos povos. Abordava os assumptos com tal isenção de animo, como si se dirigisse a uma nacionalidade em que fosse plenissima a liberdade de imprensa. Enriquecer a intelligencia e levantar, por meio de fortes estimulos, o caracter de seus compatriotas, eis a preocupação que o grande jornalista convertia em apostolado.

rendosa ao patrimonio regio, e cuidou que a mais esquecida em providencias favoraveis á sua prosperidade.» E em seis paginas expunha o quadro afflictivo em que se achava a capitania pela indolencia e impericia da maior auctoridade. O character de Caetano Montenegro era assim exposto pelo grande patriota paulista: «A sua bondade o inclina a illudir ou a enterrar qualquer questão que lhe seja levada como em recurso, uma vez que ella exija uma resolução firme e vigorosa. O seu systema de tolerancia o conduz a mostrar-se ignorante dos abusos de jurisdicção e crimes de peculato dos ministros de justiça; dos actos de violencia e despotismo dos chefes militares; das fraudes do escrivão deputado, do procurador da fazenda, do intendente da marinha, do engenheiro inspector das obras reaes, de outro que inspeciona o trem, e finalmente até ás de um velhaco e ignorante francez que dirige o real jardim de especiarias que Sua Alteza

Pelas muitas idéas liberaes de que a revista fazia propaganda, quiz o conde de Linhares prohibir a sua divulgação no Rio de Janeiro; porém foi impossivel: até no Paço lia-se e commentava-se o *Correio Braziliense*. Em Portugal o celebre frade José Agostinho de Macedo, o redactor da gazeta anti-maçonica *A Besta Esfolada*, travou lucta ingloria contra aquella revista, até o ultimo numero de seu *Espectador Portuguez*. Para fazer cessar uma publicação que tão livre e tão abertamente instrua a colonia, preparando-a para a sua proxima independencia, pretendeu o governo de D. João VI processar o jornalista que tanto o incommodava. N'este sentido nada se poudo fazer. Por protecção do duque de Sussex, de quem o dr. Hippolyto de Mendonça era secretario, conseguiu o nosso patricio obter fóros de subdito inglez.

Este brasileiro benemerito nasceu a 13 de Agosto de 1774 na nossa Colonia do Sacramento, onde servia seu pae, o alferes Felix José Furtado de Mendonça, e falleceu em Kenzington, arrabalde de Londres, a 11 de Setembro de 1823.

Real mandou aqui estabelecer com plantas permutadas de Cayenna (1).»

Logo que o capitão-general teve denuncia do projecto revolucionario, fez prender os chefes da conspiração, Domingos Martins e ajudante de infantaria Manoel de Souza Teixeira. Alguns, porém, offereceram resistencia á ordem de prisão; officiaes do regimento de artilheria commandado pelo brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro revoltaram-se contra a reprehensão aspera que este official lhes dirigira em fórma, e a tal ponto subiu a indignação dos offendidos, que um d'elles,

(1) No depoimento prestado na cadeia da Bahia, a 26 de Novembro de 1818, Antonio Carlos explicou a revolução pernambucana do seguinte modo: «É sabido o ciume, proprio de almas mesquinhas, que sempre existiu nos estabelecimentos coloniaes portuguezes, entre os portuguezes novamente vindos e os portuguezes descendentes dos primeiros povoadores. Este mal tinha-se radicado mais fortemente na capitania de Pernambuco, onde uma nobreza numerosa e orgulhosa não podia soffrer com paciencia a preferencia que o antigo systema dava a homens sem nascimento, virtudes ou merito aos antigos nobres d'ella: rebentou este desgosto em guerras civis no anno de 1710, a que seguiu-se o abatimento da nobreza. Com os avisados passos que deu o rei D. José para egualar os seus vassallos de um e de outro hemispherio; com a abertura de novas fontes de riqueza tornou a ir-se alentando a nobreza pernambucana. O sabio governo da rainha D. Maria, as acertadas disposições de Sua Magestade actual reinante, e afinal a mudança da côrte para este paiz fez com que os pernambucanos encarassem um futuro mais feliz e se pretendessem eguaes ao menos a seus parentes além da linha que até então os tinham dominado; os homens novos são sempre orgulhosos, d'ahi o choque da nobreza velha, a quem não queriam admittir na partilha das vantagens que até então tinham gosado só elles; metteu-se de permeio a cizania, e a intriga fez com que duas partes da mesma nação se olhassem como inimigas. Por desgraça, a administração de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, homem de muitas luzes, mas muito inerte e negligente, deixou atear-se o mal, sem prevenir-lhe o curso; n'este estado de cousas, uma pequena faisca inflammou os animos.»

o capitão José de Barros Lima, conhecido por *Leão coroadado*, aggreuiu de espada o commandante e o matou.

Perpetrado o delicto, declararam-se os officiaes brasileiros em favor de seu compatriota, e ligaram-se, dispostos a defender a todo transe a causa da republica, e ainda em sangue envolveram a deliberação em que se achavam, pois tendo o ajudante de ordens tenente-coronel Alexandre Thomaz determinado a prisão do criminoso, obteve como resposta um tiro, de que foi victima immediatamente.

Impulsionada por estes dois factos, tomou a revolução o maximo incremento: o povo fez causa commum com a tropa e o general Montenegro, reconhecendo-se completamente baldo de apoio, viu-se obrigado a refugiar-se no forte do Brum, onde afinal capitulou. A 8 de Março de 1817 retirou-se para o Rio de Janeiro e ali foi conservado preso na ilha das Cobras.

Vencedora a revolução pernambucana, foi estabelecido um governo provisorio, composto de cinco membros: Domingos José Martins, dr. José Luiz de Mendonça, Manoel José Corrêa de Araujo, capitão Domingos Theotônio Jorge e padre João Ribeiro Pessoa. Formou-se um conselho, tambem de cinco membros e composto dos cidadãos Gervasio Pires Ferreira, Antonio de Moraes e Silva (1), dr. Antonio Carlos

(1) Antonio de Moraes e Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1757. Cursára a Universidade de Coimbra, mas no dia em que ia receber o grau de bacharel em leis, sabendo que o Tribunal da Inquisição o mandára prender como herege,

Ribeiro de Andrada Machado e Silva, deão Bernardo Luiz Ferreira e Manoel José Pereira Caldas, sendo este portuguez.

O padre Miguel Joaquim de Almeida, conhecido por padre *Miguelinho*, assumiu o cargo de ministro do interior.

Proclamada assim a republica, varias capitancias apressa-

fugiu immediatamente de Portugal e passou-se para a Inglaterra. Não quiz ter o infeliz destino de outro litterato, egualmente nascido no Rio de Janeiro, Antonio José da Silva, o nosso rival de Plauto, o applaudido comediographo, que aos 34 annos de idade, accusado injustamente de seguir a religião judaica, morreu queimado pelo Santo Officio, a 19 de Outubro de 1739, na praça publica de Lisboa (*).

Refugiado em Londres, o nosso illustre compatriota Antonio de Moraes vingou-se nobremente de seus perseguidores, escrevendo o primeiro dictionario que se publicou sobre a lingua portugueza, trabalho que ainda hoje é estimado pelas corporações scientificas. Anterior ao dictionario de Moraes, Portugal só conhecia o deficiente *Vocabulario portuguez* arranjado por um padre francez, Raphael Bluteau.

A primeira edição de seu *Diccionario da lingua portugueza*, em 2 vols., publicou-se em Lisboa no anno de 1789. Mais de uma dezena de edições tem merecido essa importante obra. Moraes publicou tambem: *Epitome da grammatica* (Lisboa, 1806), *Grammatica portugueza* (Rio de Janeiro, 1824), e, de collaboração com José Maria de Souza Monteiro, uma *Historia de Portugal*, desde a sua fundação até á convenção de Evora-Monte, em 10 vols. De Londres passou a servir na nossa legação em Pariz. Em 1812 regressou ao Brazil, investido do cargo de juiz de fóra da Bahia, onde pouco se demorou por desintelligencias com o chanceller da Relação. Firmou residencia em Pernambuco, no engenho Moribeca, de sua propriedade, e exerceu funcções de capitão-mór do Recife. Por sua grande illustração e firmeza de caracter, foi aclamado pelo povo pernambucano para fazer parte do governo provisorio na revolução de 1817; porém não aceitou o posto de confiança e deixou de entrar no movimento revolucionario. Morreu, como Alexandre Herculano, entregue a trabalhos ruraes, a 11 de Abril de 1824.

(*) Durante o tempo em que vigorou a Inquisição na peninsula iberica, mais de cinco milhões de pessoas tiveram morte nas fogueiras ou autos de fé. Cerca de duzentos brasileiros de ambos os sexos foram-condemnados a esse barbaro supplicio.

ram-se em se declarar a favor do movimento, que se foi extendendo por Alagôas, Parahyba e Rio Grande do Norte.

Dois padres tomaram a si o encargo patriotico de ir propagar a idéa revolucionaria no Ceará e na Bahia. Munido de cartas de recommendação partiu para o Ceará o joven subdiacono José Martiniano de Alencar (1), que começára a frequentar no seminario de Olinda o curso de rhetorica. Dirigiu-se Alencar á villa do Crato, d'onde era natural. Ahi conseguiu attrahir á sua propaganda o vigario, o carmelita frei Francisco de Santa Marianna Pessoa; animado com esta adhesão, intentou alliciar o capitão-mór José Pereira Filgueiras, que formalmente lhe negou apoio, promettendo, porém, não embaraçar o livre pronunciamento do povo.

Propalou-se que, por occasião da missa, far-se-ia ouvir Alencar, portador de idéas novas em fayor dos brasileiros opprimidos. Encheu-se a igreja de patriotas avidos de ouvir o novo evangelho da liberdade.

Revestido de batina e roquete, subiu ao pulpito o propagandista no dia 3 de Maio de 1817 e como explicação do motivo que alli o levára, leu em alta voz a proclamação

(1) O padre José Martiniano de Alencar nasceu na villa, hoje cidade, do Crato, Estado do Ceará, a 27 de Outubro de 1798 e falleceu no Rio de Janeiro a 15 de Março de 1860. Deputado á constituinte brasileira, foi deportado com os tres irmãos Andradas (José Bonifacio, Martim Francisco e Antonio Carlos). Primeiro senador escolhido pela regencia permanente que dirigiu o imperio do Brazil no periodo de 1831 a 1845. Seu filho, do mesmo nome, é a gloria da litteratura nacional conhecida por *José de Alencar*.

Preciso do dr. José Luiz de Mendonça, rematando com exclamações de *viva a Patria e acabe para sempre a tyrannia real.*

O auditorio, composto na maior parte de brasileiros, festejou com vivas e palmas a idéa nova que irrompia de modo tão brilhante, e no adro da igreja alguns exaltados arvoraram uma bandeira branca, symbolo de revolta.

Logo que d'estes factos teve conhecimento, o capitão-mór Filgueiras fez-se acompanhar de uma força; arrancou do adro a bandeira; obrigou os patriotas ahí presentes a levantarem vivas a El-Rei, no que foi obedecido; prendeu o seminarista e mais tres adeptos fervorosos e os remetteu á cadeia da Fortaleza, com pesada corrente ao pescoço.

Assim foi suffocado o projecto de revolução no Ceará.

A propaganda na Bahia teve exito peor.

Compenetrado da necessidade urgente da mudança radical de governo, o padre José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido por *padre Roma*, partiu por terra de Pernambuco a Alagôas e ahí conseguiu attrahir á sua causa o comandante Antonio José Victorino com toda a força de que dispunha.

Satisfeito com o numero de proselytos que a sua propaganda levantava, tomou passagem em uma jangada e dirigiu-se á Bahia.

Por portuguezes chegados de Pernambuco teve o governador conde dos Arcos noticia da proxima chegada do padre Roma e tomou todas as cautelas para que o revolucionario fosse preso ao desembarcar. E com effeito: ao cahir da noite

de 26 de Maio de 1817, ao abicar a jangada na povoação da Barra, foi preso pelo cabo de policia Simplicio Manoel da Costa.

Para não comprometter companheiros de idéa, o padre Roma rasgou e arrojou á agua cartas que trazia para muitos patriotas bahianos.

Formou-se logo uma *Commissão Militar*, composta de dois generaes, dois coroneis, dois tenentes-coroneis e dois majores, sendo presidente d'este tribunal o governador conde dos Arcos e relator o ouvidor geral do crime.

Condenado á pena ultima, o padre Roma ouviu, de frente á barbara sentença, consciente de que a posteridade havia de lhe vingar a memoria. Com seguros passos seguiu da cadeia para o Campo da Polvora, hoje Campo dos Martyres, ás 10 horas da manhã de 29 de Março de 1817.

Antes de morrer, o heroico sacerdote dirigiu aos soldados estas palavras :

« Camaradas! Eu vos perdôo a minha morte! Lembrai-vos, na pontaria, de que é aqui (levando a mão ao coração) a fonte da vida! Atirai!»

Recebeu a descarga em pleno peito e cahiu morto (1).

A 9 de Junho do mesmo anno chegou á Bahia o navio de guerra *Carrasco*—bem applicado nome!—trazendo presos 73 revolucionarios pernambucanos, entre elles o chefe Domin-

(1) Como homenagem á sua memoria, a Bahia poz o nome de *Roma* a um arrabalde, proximo ao da *Bda Viagem*, caminho do Bonfim.

gos José Martins, o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (*Miguelinho*) e José Luiz de Mendonça. Às quatro horas da tarde do dia 12 foram estes tres patriotas fuzilados no Campo da Polvora, junto á forca (1).

Á cadeia publica da Bahia — local em que hoje se acha o

(1) Em Novembro de 1900, o escriptor Candido Costa, auctor d'*As Duas Americas*, ao passar pela Bahia, disse o *Jornal de Noticias*, «poude descobrir o retrato, a oleo, do martyr espirito-santense Domingos José Martins, na casa n. 37, á rua dos Marchantes, onde reside d. Leocadia Angelica Martins Barbosa, neta bastarda do impavido revolucionario, que fôra arcabuzado, n'esta capital, no Campo da Polvora, a 12 de Junho de 1817, por sentença militar, quando contava 36 annos de idade.

«O retrato, embora deteriorado pela acção do tempo e pelo perpassar de 83 annos, conserva perfeitas as feições do martyr, que se revela um typo sympathico e attrahente, na expressão amena do olhar e na compostura dos traços.

«O estado do Espirito Santo exultará de jubilo ao possuir, em breves dias, a fiel imagem do ousado democrata, que, em momento de crueis amarguras para a Patria, sonhára libertal-a do jugo extranho, pagando, porém, com a morte a rebeldia do seu precoce enthusiasmo.

«Além de denodado patriota, o benemerito brasileiro fôra apreciado poeta no seu tempo, chegando apenas aos nossos dias o seguinte soneto, que computera ao ser sentenciado á morte :

Meus ternos pensamentos, que sagrados
Me fostes quasi a par da liberdade!
Em vós não tem poder a iniquidade:
Á esposa voai, narraí meus fados!

Dizei-lhe que nos transes apertados,
Ao passar d'esta vida á eternidade,
Ella n'alma reinava na ametade;
E com a Patria partia-lhe os cuidados.

A Patria foi o meu Numen primeiro,
A esposa depois o mais querido
Objecto do desvelo verdadeiro;

E na morte entre ambas repartido,
Será de uma o suspiro derradeiro,
Será de outra o ultimo gemido.»

edifício da Intendencia Municipal— foram recolhidos os demais conspiradores.

Ao tratar d'esta occorrença, diz um dos presos, padre dr. Francisco Moniz Tavares em sua *Historia da revolução de Pernambuco em 1817*:

« Duro tratamento foi reservado ao Pedroso, José Marianno e Antonio Carlos: estes, logo que chegaram á cadeia, foram separados e mettido cada um em estreito segredo, um verdadeiro sepulcro, no qual não se penetrava sem luz em todo o decurso do dia; e como si não bastasse um tal supplicio para os privar da vida lenfamente, os despiram dos vestidos que sobre o corpo traziam, e, inteiramente nús, alli os deixaram com grilhões aos pés e correntes ao pescoço. »

Compadecidas da sorte de tantos infelizes, cujo crime era o amor da patria, as caridosas freiras da Soledade e do Desterro conseguiram do conde dos Arcos permissão para dividir com elles o pão que lhes tocava.

Em pouco tempo, lhes foi dado melhorar de condições, a ponto de, por seus talentos, transformar a tenebrosa cadeia em luminoso atheneu, com as seguintes aulas de ensino para os condemnados: de logica, pelo padre Francisco Moniz Tavares; de grammatica portugueza, por frei Joaquim do Amor Divino Caneca; de geographia e historia, por Basilio Quaresma Torreão, e de lingua ingleza, pelo dr. Antonio Carlos de Andrada.

O conde dos Arcos tomou todas as providencias para destruir pela base a republica em seu começo. Á frente

de uma força marchou da Bahia o marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda, reforçado por uma esquadrilla, destinada a bloquear o porto do Recife. Do Rio de Janeiro seguiram ao mesmo destino forças por mar, ao mando do vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo. Deante de tantos elementos bellicos, os republicanos do norte, que só tinham como força a grandeza da idéa que os animava, não puderam resistir ao primeiro embate. Foram presos todos os chefes da rebellião.

A exemplo de Claudio Manoel da Costa, para não passar pela humilhação de subir á força, suicidou-se no engenho Paulista, pendurando-se a uma arvore, o padre João Ribeiro Pessoa, um dos mais sinceros apóstolos da revolução pernambucana.

O capitão-general de Pernambuco, Luiz do Rego Barretto, chegado ao Recife a 29 de Junho de 1817, mandou processar os rebeldes, por meio das inexoraveis *Commissões Militares* —o que importa dizer que foram condemnados á morte todos os chefes. Subiram á força o padre Pedro de Souza Tenorio, vigario de Itamaracá, capitães Domingos Theotonio Jorge e José de Barros Lima e tenente Antonio José Henriques.

Do alto da força Domingos Theotonio pronunciou em alta voz estas palavras:

(«Meus patricios! A morte não me aterra; aterra-me a incerteza do juizo da posteridade! Deixo um filho em tenra idade, elle é vosso; não o abandoneis: ensinai-lhe o caminho da virtude e da honra!»)

Foram presos na Parahyba e conduzidos para o Recife o coronel Amaro Gomes Coutinho, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, o tenente-coronel José Peregrino de Carvalho e o padre Antonio Pereira, todos condemnados á forca, com separação da cabeça e das mãos, que foram expostas nas estradas, de accordo com o codigo criminal d'aquella epocha, o cruel livro V das *Ordenações do Reino*.

Para punição completa dos culpados, instituiu-se uma *Alçada*, ainda mais cruel (si é possível) que as *Commissões Militares*, a qual commetteu toda sorte de atrocidades contra os patriotas pernambucanos que ousaram sonhar em liberdade. Esse odioso tribunal—que parecia obra da Inquisição—era presidido pelo desembargador Bernardo Teixeira Coutinho, de triste memoria.

A 6 de Fevereiro de 1818 celebrou-se no Rio de Janeiro a aclamação e coroação de D. João VI, Rei de Portugal, Brazil e Algarves.

Em signal de regosijo, o monarcha decretou a extincção da feroz *Alçada* e por outro decreto garantiu o direito de propriedade e de locação aos proprietarios de casas no Rio de Janeiro, os quaes, com a chegada do regente, tinham sido expellidos de seus domicilios para n'elles se installarem os fidalgos e familias que tinham vindo de Portugal, fazendo parte da régia comitiva.

A revolução liberal luzitana effectuada no Porto a 24 de Agosto de 1820 e dirigida pelo coronel do 18.º regimento de

infanteria Bernardo Corrêa de Castro Sepulveda e pelo energico revolucionario Manoel Fernandes Thomaz, originou-se das seguintes causas:

I. O exemplo da insurreição hespanhola, que irrompeu a 1.º de Janeiro de 1820, em Cadix, chefiada pelo coronel do batalhão das Asturias, D. Raphael Riego, o qual proclamou a constituição de 1812.

II. A permanencia de D. João VI no Brazil, a fazer prosperar e engrandecer a colonia, descurando dos interesses da metropole;

III. A abertura dos portos do Brazil a todas as nações, a attrahir para estas paragens a emigração e o commercio, acarretando empobrecimento a Portugal;

IV. O levantamento da prohibição imposta ás fabricas brasileiras de funcionarem, concorrendo assim com as portuguezas;

V. O facto humilhante de ser aquelle pundonoroso povo governado militarmente por um official estrangeiro e antipathico, o marechal Beresford, investido de attribuições dictatoriaes, que reduziam Portugal á misera condição de colonia, explorada em todos os sentidos pela ávida e insaciavel Inglaterra.

VI. O iniquo processo instaurado contra o tenente-general Gomes Freire de Andrade (1), injustamente accusado de

(1) Um seu homonymo, Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadella, prestou importantes serviços ao Brazil como governador das capitancias do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo e como Vice-Rei.

chefe e director dos conspiradores que em 1817 pretenderam depôr o governo absoluto de Beresford; processo pelo qual foi fuzilado, queimado e reduzido a cinzas aquelle illustre official portuguez.

Em reuniões secretas, pensaram os conspiradores em desthronizar D. João VI e dar-lhe como substituto um próximo parente da casa de Bragança, o duque de Cadaval; porém a idéa que prevaleceu foi a de convocar-se as antigas côrtes como o unico meio de impedir as arbitrariedades commettidas irresponsavelmente pelo governo e dar ao paiz o direito constitucional de que a França e a Hespanha já estavam em goso.

No dia 24 de Agosto sahiram á rua os regimentos de infantaria 6.º e 18.º, o 4.º de artilheria, a policia, as milicias do Porto e da Maia, a erguer vivas á futura constituição e ás côrtes. O povo só esperava este grito para pronunciar-se e em grande multidão uniu-se aos revolucionarios. As pessoas mais distinctas da cidade foram convocadas pelos coroneis Castro Sepulveda e Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, e, reunidos na casa do senado, assumiram a direcção do movimento. Presidiu a esta assembléa o juiz de fóra, a quem os chefes militares pediram nomeasse uma Junta provisoria que governasse o reino até voltar do Brazil D. João VI, e que, entretanto, convocasse as côrtes para promulgarem a nova constituição da monarchia. Nomeou-se a Junta, sendo dada a presidencia ao coronel Antonio da Silveira Pinto da Fonseca e a vice-presidencia a Sebastião Cabreira. Causou

enorme contentamento em todo o paiz a noticia d'esta revolução, que congregou todas as classes, até a propria nobreza, unida ao povo pelo odio á dominação aviltante, e sempre espoliadora, dos inglezes.

O manifesto que a 25 de Agosto de 1820 publicaram os revolucionarios portuenses honrou as gloriosas tradições da gente luzitana:

«Nossos avós foram felizes, porque viveram nos seculos venturosos em que Portugal tinha um governo representativo nas côrtes da nação, e obravam prodigios de valor, enquanto obedeciam ás leis que ellas sabiamente constituíam, leis que aproveitavam a todos, porque a todos obrigavam. Nunca a religião, o throno e a patria receberam serviços tão importantes; nunca adquiriram nem maior lustre, nem mais solida grandeza, e todos esses bens dimanavam da Constituição do Estado, porque ella sustentava em perfeito equilibrio e na mais concertada harmonia os direitos do soberano e dos subditos, fazendo da nação e do seu chefe uma só familia, em que todos trabalhavam para a felicidade geral. Tenhamos, pois, essa Constituição e tornaremos a ser venturosos.»

A revolução justificava-se com os fins que tinha em vista e eram: quebrar as peias que á agricultura, ao commercio e á industria de Portugal haviam acarretado os tratados celebrados no Rio de Janeiro com a Inglaterra; conquistar a posse dos direitos civis e politicos, pessoas e de propriedade, que o governo arbitrario e absoluto havia absorvido; invalidar as providencias prejudiciaes que no Rio de Janeiro foram

tomaças, sem se attender aos interesses e necessidades de Portugal; melhorar o systema de administração de justiça e fazenda; chamar para o seio do reino europeu o Rei, a familia real, a côrte, e o governo supremo dos Estados da coroa, para se fundarem instituições livres e representativas, *preferindo a nação ser destruida, mas não vencida, e os seus cidadãos não sobreviver á ruina da felicidade publica.*

Começada a revolução na cidade do Porto, em breve alastrou-se por todo Portugal indignado contra o procedimento impatriotico de D. João VI.

Beresford tinha ido ao Rio de Janeiro receber do monarcha instrucções para melhor subjugar os portuguezes; obtivera do Rei o titulo de marechal general junto á real pessoa, investido de amplos e illimitados poderes sobre o exercito e sobre todas as questões civis, administrativas e politicas relacionadas com assumptos militares, e recebera forte somma, retirada do erario do Rio de Janeiro, para ser destinada ao pagamento de tropas. Suppunha D. João VI que, fortalecendo d'este modo o official britannico, tranquilizaria o reino—erronea hypothese só propria das acanhadas vistas do monarcha.

A 10 de Outubro de 1820 chegou a Lisboa a nau ingleza *Vengur*, conduzindo Beresford.

Logo que se propalou a noticia de que o dictador inglez se achava no porto, agitou-se toda a população lisbonense; grandes massas populares percorriam as ruas vociferando contra o audaz estrangeiro; multidão enorme apinhou-se no

caes, predisposta a commetter violencias. A Junta provisoria determinou que as tropas estivessem de promptidão e mandou declarar ao marechal que lhe era prohibido desembarcar ou communicar com qualquer pessoa de terra. Como resposta, Beresford enviou-lhe a carta patente de 29 de Julho de 1820, em que lhe eram conferidas as honras de primeira auctoridade militar no reino portuguez. Os chefes revolucionarios collocaram-se então na altura da circumstancia e lhe fizeram sentir que a sua desobediencia importaria em perturbação da tranquillidade publica, e, á vista da geral exasperação, não respondiam pela vida do marechal. Depois de oito dias de insistencias inuteis, Beresford passou-se para o paquete inglez *Arabella* e regressou para o seu paiz.

Pouco tempo depois da expulsão de Beresford, aportou ao Rio de Janeiro o bergantim mercante *Providencia*, levando noticias da revolução de 24 de Agosto. Dois conselheiros d'El-Rei, Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, ministro do reino e fazenda, e o conde dos Arcos, ministro dos negocios ultramarinos, propuzeram ao monarcha alvitres differentes: aquelle, que a revolução fosse combatida e suffocada pelas armas, e este, que se mandasse a Portugal o principe D. Pedro, investido da auctoridade de regente.

A 23 de Dezembro de 1820 chegou ao Rio de Janeiro o conde de Palmella, D. Pedro de Souza Holstein, e insistiu com D. João VI para que concedesse á nação uma carta constitucional.

Ao criterio do tibio monarcha apresentou o notavel esta-

disto, a 5 de Janeiro de 1821, uma memoria em que francamente expunha a situação do governo portuguez na Europa:

« A revolução de Portugal não é o resultado de causas peculiares á nação portugueza. As queixas dos povos sobre a administração da justiça e fazenda, a tristeza occasionada pela prolongada ausencia de Vossa Magestade, contribuem sem duvida para excitar algum descontentamento, mas este nunca teria chegado a desenvolver-se nem a produzir os effeitos que desgraçadamente presenciámos, si os portuguezes não tivessem sido excitados pelo exemplo dos hespanhóes, pela tendencia geral de todas as nações da Europa para o governo representativo, e emfim pela conspiração universal que existe contra os antigos governos, e pela especie de exaltação que se apoderou de quasi toda a geração actual. Não é, portanto, de esperar que o mal possa curar-se com remedios parciaes, nem que se ganhem os animos contempORIZANDO e deixando de adoptar medidas decisivas. Os espiritos não se hão de socegar em Portugal enquanto estiverem exaltados em todo o resto da Europa, nem os portuguezes se hão de contentar jamais, achando-se n'um estado de inferioridade politica relativa a seus vizinhos. Devo tambem assentar, como base, pois tal é a minha convicção, que Vossa Magestade necessita de ser Rei de Portugal para conservar o reino do Brazil, e que, pelo contrario, as forças todas que tem no Brazil, ainda mesmo quando fosse possivel conserval-as, de nada lhe serviriam para readquirir Portugal, si uma vez o perdesse. »

Perplexo, indeciso, em meio de opiniões contrarias, debatia-se o espirito do Rei, sem nada saber deliberar. A revolução entretanto começava a atravessar o oceano. Do solo europeu passou á ilha da Madeira, onde foi acolhida com enthusiasmo, e depois aos Açôres, que annuíram ao movimento, exceptuada a ilha Terceira, governada pelo capitão-general Francisco Borges Garção Stockler.

Foi a cidade de Belém do Pará o primeiro porto brasileiro a que chegou a noticia da revolução portugueza.

Povo e tropas acceitaram as novas idéas; sob a influencia do bacharel Philippe Alberto Patroni Maciel Parente foi deposto o capitão-general conde de Villa Flor a 1.º de Janeiro de 1821; instituiu-se uma Junta Governativa presidida pelo vigario capitular Romualdo Antonio de Seixas, mais tarde arcebispo da Bahia e marquez de Santa Cruz, tomando parte no governo o juiz de fóra Joaquim Pereira de Macedo; coroneis João Pereira Villaça, Francisco José Rodrigues Barata, e Geraldo João de Abren; João da Fonseca Freitas, Francisco Gonçalves Lima, José Rodrigues de Castro Góes e Francisco José de Faria, na qualidade de vogaes. Em officios de 5 de Janeiro de 1821, a Junta paraense communicou aos revolucionarios de Portugal a sua completa adhesão ao movimento constitucional triumphante.

Como directas e frequentes eram as relações commerciaes mantidas entre o Porto e a Bahia, em Novembro de 1820 chegou a esta cidade a noticia da revolução portugueza, encontrando franco assentimento por parte dos tenentes-coroneis

Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Francisco de Paula Oliveira e Francisco José Pereira e adquirindo calor por ser o commercio composto, em sua maioria, de portuguezes minhotos, que applaudiam o movimento de seus patricios portuenses, e porque idéas novas, de liberdade, encontravam terreno fértil para crescer e fructificar.

Reuniões na casa do Aljube, em que se fazia ouvir um bahiano exaltado, o dr. Cypriano José Barata d'Almeida, e sessões nos templos maçonicos congregaram os espiritos na formação de um só pensamento—o de dar ao Brazil o goso de garantias constitucionaes.

O ponto considerado séde da revolução foi o forte de S. Pedro, a oeste da cidade, dominando por um lado o Campo Grande, hoje praça Duque de Caxias, e, por outro, o largo dos Afflictos, onde existia o laboratorio pyrotechnico. Guarnecia o forte um regimento de artilheria, de que era commandante o coronel Antonio Luiz Pires Borralho e ajudante o major Francisco de Paula Miranda Chaves, officiaes distinctos, porém adversos á revolução. Por occasião do rompimento, foi incumbido o tenente, mais tarde brigadeiro, José Pedro d'Alcantara, de effectuar a prisão do commandante, que ficou recluso em sua propria residencia. Quanto a Miranda Chaves, foi obrigado pelo medico Barata d'Almeida a não sahir de casa, por doente.

Afastados da acção estes dois prestigiosos officiaes, ficou o regimento ás ordens do tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que ao tomar posse do commando, fez

ler pelo capitão Luiz Lopes Villas Boas a proclamação seguinte:

«Valorosos companheiros d'armas, bravos soldados! Os nossos irmãos europeus derrotaram o despotismo em Portugal, restabeleceram a boa ordem e a gloria da nação portugueza, proclamaram a religião de nossos paes, uma liberal constituição e côrtes e El-Rei, nosso senhor, pela constituição. Soldados! Eu nunca vos tenho enganado; a honra e a verdade dirigem meu coração. Os males que elles lá soffriam e os motivos que tiveram, vós bem sabeis e nós ainda hoje aqui os experimentamos. A agricultura, o commercio, a navegação —arruinados! Violentos tributos, arbitrarios; corrupção dos magistrados; pobreza dos povos; miseria dos soldados e toda a casta de oppressão, despotismo e tyrannia. Soldados! A Bahia é nossa patria, e nós não somos menos valorosos que os Cabreiras e Sepulvedas! Soldados! Nós somos os salvadores de nosso paiz; a demora é prejudicial; o despotismo e a traição do Rio de Janeiro machinam contra nós; não devemos consentir que o Brazil fique nos ferros da escravidão! Soldados! Ganhemos a gloria de destruir a tyrannia! O' bravos e generosos companheiros! Libertemos a nossa affligida patria, ganhemos este immortal trophéo e proclamemos: Viva a nossa religião! Vivam a constituição e côrtes na Bahia e no Brazil! Viva El-Rei, D. João VI, nosso soberano pela constituição! Marcha!»

È ás cinco horas da manhã de 10 de Fevereiro de 1821 marchou o regimento para a praça de Palacio com oito peças

de artilheria, tendo deixado o forte sob o commando do capitão Ignacio Ferreira Souto Falcão, e defendendo o largo dos Afflictos, no commando de duas peças collocadas junto á igreja, o capitão Joaquim José Velloso acompanhado do tenente José Locatelli Doria.

Logo que teve sciencia d'estes graves acontecimentos, o conde da Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, dirigiu-se aos quartéis da legião dos caçadores e do 1.º regimento e os fez marchar para o largo da Piedade. Ali, o inspector das tropas, marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, mais tarde marquez de Barbacena, determinou que o major Hermógenes Francisco de Aguiar, com duas companhias d'aquella legião, e o major Antonio Bernardo de Castro, com igual numero de praças do 1.º regimento, fossem tomar o forte de S. Pedro.

Ao approximar-se os legaes, o commandante da praça Souto Falcão mandou um parlamentar, cadete Manoel Francisco de Sá Freire, intimal-os a que retrocedessem, para evitar derramamento de sangue.

O marechal ordenou que o cadete — cunhado d'aquelle commandante — se collocasse á frente da columna, e mandou avançar.

Aos primeiros tiros disparados do forte, morreram o major Hermógenes, o pagem do marechal e 10 soldados e foram feridos gravemente o cadete Sá Freire, o major Antonio Bernardo de Castro, alferes Francisco Antonio de Argollo, que falleceu dias depois, e 20 praças.

Vendo-se com o cavallo ferido, o marechal Felisberto desistiu da acção e a todo galope voltou pela rua das Mercês, hoje do conselheiro Pedro Luiz, perdendo no caminho o chapéo, arrebatado por uma bala, e, para não ser alvejado, deixou a linha recta em que vinha, entrou pela rua de S. Raymundo e foi sahir no largo da Piedade, onde o cavallo cahiu morto pelo ferimento recebido.

A vista d'esta derrota, debandaram as tropas leaes.

Para evitar que se fizessem reuniões no paço da camara, mandou o conde da Palma chamar o procurador e ordenou-lhe que conservasse fechado o edificio; porém o funcionario, Joaquim José da Silva Maia, desobedeceu á ordem e uniu-se ao tenente-coronel Manoel Pedro, a quem entregou as chaves do edificio.

Ao toque do sino da camara—signal empregado para reunir cidadãos—compareceram os vereadores, conde da Palma e marechal Felisberto, e, após renhida discussão, em que este official correu perigo de vida, foi redigida e por todos assignada a seguinte resolução:

«Os commandantes e officiaes de tropa de linha da guarnição da cidade da Bahia, reunidos na praça de Palácio, em presença do governador conde da Palma, desejando todos, de commum accordo, evitar uma effusão de sangue, que infelizmente podia resultar de motins originados do reccio do povo, de que sejam frustrados os desejos que tem manifestado de adherir aos votos de seus irmãos de Portugal, a quem desejam estar perpetuamente unidos e participar com elles dos

benefícios da constituição liberal que ora se faz em Lisboa, resolveram o seguinte:

I. Jurar obediencia ao mui alto e poderoso Rei D. João VI e adhesão á sua real dynastia e conservar a religião que professamos;

II. Jurar a constituição que fizeram as côrtes em Portugal e interinamente a de Hespanha, da mesma maneira que fôr adoptada em Lisboa;

III. Que a camara proponha á approvação da tropa e povo as pessoas que devem formar uma Junta provisional, que haja de governar esta provincia até que S. M. tenha solemnemente jurado a mesma constituição;

IV. Que o governo provisional, logo depois da sua installação, forme um acto por si, em nome d'esta provincia, de adhesão ao governo de Portugal e á nova ordem alli estabelecida, o qual será remettido ao mesmo governo e a El-Rei, nosso senhor;

V. Que o governo provisional mandará logo proceder á nomeação de deputados da provincia para se reunirem ás côrtes de Portugal;

VI. Que todos os actos da administração publica continuarão, como d'antes, em nome do sr. D. João VI;

VII. Que o dia de hoje seja de reconciliação geral entre os habitantes d'esta provincia, que, por qualquer differença de opinião politica, estejam discordes até agora.

Bahia em Camara, 10 de Fevereiro de 1821.

Seguem-se a assignatura do conde da Palma e grande numero de outras.

Para a formação da junta provisoria foram eleitos: presidente, o desembargador Luiz Manoel de Moura Cabral (1); vice-presidente, Paulo José de Mello Azevedo e Brito; vogaes, os tres tenentes-coroneis que chefiam a revolução, Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Francisco de Paula Oliveira e Francisco José Pereira; deão José Fernandes da Silva Freire, negociantes Francisco Antonio Filgueiras e José Antonio Rodrigues Vianna; e secretarios, o desembargador José Caetano de Paiva Pereira e o dr. José Lino Coutinho.

No dia 10 o povo elevou, por aclamação, o tenente-coronel Manoel Pedro ao posto de brigadeiro, assumindo desde logo este official o cargo de commandante das armas da provincia.

Tal era o enthusiasmo despertado pelas idéas constitucionaes, que 44 estudantes das diversas aulas da Bahia foram offerecer seus serviços á junta de governo e formaram uma companhia de voluntarios gratuitos, addida ao corpo de artilheria, sob o nome de *Companhia de Minerva*. Elegeram entre si seus officiaes: capitão Joaquim Manoel de Souza Coutinho, 1.º tenente Manoel Coelho de Almeida Sande e 2.º tenente Galdino Justino da Silva Pimentel.

(1) O conselheiro Pereira da Silva, na *Historia da fundação do imperio brasileiro*, e o dr. Mattoso Maia, em suas *Lições de historia do Brazil*, dão a este desembargador o nome de *Francisco*; accetamos, porém, o de *Luiz*, de accordo com os documentos que compulsámos, publicados por Ignacio Accioli em suas *Memorias* e pelo dr. Mello Moraes em seu *Brazil historico*.

O conde da Palma, que havia recusado assumir a presidência do novo governo, seguiu para o Rio de Janeiro, a 16 de Fevereiro, a bordo da fragata ingleza *Icarus*, acompanhando-o o marechal Felisberto e outras auctoridades.

Empossada do cargo, a junta, em officio de 18 de Fevereiro, participou ao governo revolucionario de Lisboa a sua instalação e pediu remessa de tropas para poder sustentar a nova ordem de cousas. O secretario da regencia em Lisboa, Francisco Marcellino de Souza, dirigiu, em officio de 26 de Maio, congratulações á junta pela attitude que havia assumido e prometeu que seria mandada á Bahia uma divisão composta de dois batalhões de infantaria e uma companhia de artilheria, com o nome de *Legião constitucional luzitana*, ao todo 1.184 homens; as despezas de transporte seriam espontaneamente feitas pelos negociantes portuguezes, correspondentes de seus patricios residentes na Bahia.

Para generalizar o movimento, expediu a junta officios ao governador de Pernambuco, Luiz do Rego Barretto, e ao do Maranhão, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca concitando-os a adherir á causa constitucional.

Não querendo o governador de Sergipe, Luiz Antonio da Fonseca Machado, reconhecer o novo governo, a junta Bahiana mandou áquella provincia uma força de 200 praças commandadas pelo coronel Bento da França Pinto Garcez, e fez com que ali fosse inaugurado o systema que se adoptára.

Para indicar a D. João VI qual o caminho a seguir, no estado de vacillação em que se encontrava seu espirito

incapaz de grandes rasgos, a junta provisoria bahiana dirigiu-lhe a 12 de Fevereiro de 1821 uma representação, de que extrahimos topicos repassados de patriotico vigor:

«Não acredite V. M. n'esses homens submersos no vicio e nas immoralidades; elles não falam senão a linguagem da mentira, de que V. M. e nós temos sido victimas; não acredite V. M., quando lhe disserem que, jurando a constituição, fica com menos representação aos olhos de seu povo e do universo: é tudo pelo contrario.

«Lance V. M. os olhos para a Gran-Bretanha, e verá si ha cousa que em grandeza, poderio e respeito se compare com o soberano d'aquella nação; debalde as tumultuosas facções, debalde os choques dos partidos pretenderiam abalar a firmeza do monarcha britannico; escudado com a égide sagrada da grande carta, elle se assemelha a um rochedo, contra o qual em vão se quebram as ondas do oceano. Olhe V. M. para o Rei Fernando, seu augusto parente, e verá que elle nunca mereceu o nome de *Fernando, o Grande*, senão depois que jurou a constituição politica da Hespanha. Repare, finalmente, no Rei de Napoles, e vel-o-ha, á maneira dos antigos patriarchas, cercado por numerosos filhos, determinados a morrerem pelo que ha de mais sagrado para homens livres — a Patria! Este quadro, Senhor, é mais brilhante para um coração generoso e verdadeiramente real, do que tudo quanto a lisonja e a servidão podem apresentar aos despotas do Oriente, em meio de despreziveis catervas de escravos. Jurando e mantendo a constituição que respeitosaente lhe

apresentarem os deputados da nação, V. M. marcará a epocha mais afortunada e a mais gloriosa do luzitano imperio e receberá de seus povos, nas quatro partes do mundo que elles habitam, o tributo mais digno dos grandes reis—o nome de Pae da Patria.»

A 17 de Fevereiro de 1821 chegaram ao Rio de Janeiro documentos comprobatorios da revolução bahiana—termos assignados no senado da camara e no palacio do governo, proclamação aos povos da Bahia, officios dirigidos á junta governativa de Lisbôa e a D. João VI em datas de 10, 11 e 12 d'aquelle mez. N'esse mesmo dia, para despertar o Rei de sua somnolenta irresolução, dirigiu-lhe o conde (ulteriormente duque) de Palmella uma carta energica, reveladora da superioridade de suas vistas:

«O momento é o mais critico e terrivel. Verá Vossa Magestade que, ainda mal, eram fundados os receios que eu lhe manifestava de tomar, quanto antes, em consideração o estado do Brazil. Não ha agora um momento a perder. Deve Vossa Magestade reunir logo, logo, um conselho de seus ministros e de alguns brasileiros aqui, em quem tenha mais confiança. Creio que as medidas de força e de rigor não se podem mais adoptar, por não haver já quem queira executal-as, e nem seriam a proposito, no estado de effervescencia em que vai achar-se brevemente esta cidade com a noticia de hoje. Si basta sacrificar a minha vida pelo seu serviço, não o hesitarei em o fazer, Senhor; mas isso de nada serve. São medidas promptas e efficazes que se devem tomar.»

Como solução á crise, D. João mandou lavrar dois decretos com data de 18 de Fevereiro e publicados a 24: um, determinando ao principe D. Pedro de Alcantara que seguisse para Lisboa, a fim de governar o reino europeu, restabelecer a ordem e a auctoridade do soberano e enviar a El-Rei o projecto de constituição que as côrtes formulassem, para receber a sua sancção, no caso de lhe merecer assentimento; o outro, convocando para o Rio de Janeiro procuradores eleitos pelas camaras das cidades e villas *que tivessem juizes letrados*, quer do Brazil, ilhas dos Açôres, Madeira e Cabo Verde, quer das colonias estabelecidas n'Africa e n'Asia, e declarando que, emquanto não chegassem os procuradores, fosse designada uma commissão de vinte pessoas dôntas para discutir as reformas julgadas necessarias ao bom andamento do governo. Com estas medidas conseguia o Rei dois fins: não sahir do Brazil e destruir o effeito da revolução.

Justamente indignado contra estes projectos extravagantes e por não ver adoptados os seus conselhos, o conde de Palmella, em representação datada de 24 de Fevereiro, pediu exoneração do cargo de ministro de estado, dando assim ao Rei uma licção de hombridade e de civismo.

Logo que no Rio de Janeiro correu a noticia de que a Bahia se achava revolucionada, varios conspiradores, para fugir ás vistas do chefe de policia Paulo Fernandes Vianna, reuniram-se a bordo de um navio surto no porto e ali combinaram plano de revolução, de que se fizeram chefes o advogado Marcellino José Alves Macamboa, majores Antonio de Padua

da Costa Almeida e Antonio Duarte Pimenta, e o padre Francisco Romão de Góes.

Massas populares, unidas a forças do brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, pertencente ao exercito portuguez, formaram uma grande concião (¹), a 26 de Fevereiro, no largo do Rocio, hoje praça Tiradentes, e ahí, tomando a palavra, o advogado Macamboa declarou que a tropa e o povo exigiam positivamente que fosse desde logo reconhecida e jurada no Rio de Janeiro a constituição, tão exactamente como a promulgassem as côrtes de Lisboa; se demittissem os ministros e funcionarios que illudiam o Rei e a nação e se nomeassem para os cargos publicos cidadãos competentes e patrioticos.

Da varanda do theatro S. João (²) respondeu o principe D. Pedro, assegurando ao povo que iria immediatamente a S. Christovão e obteria de seu pae as medidas reclamadas; e, com effeito, pouco depois, do mesmo lugar, lia em alta voz um decreto *com data de 27*, pelo qual o monarcha revogava os que assignára a 18 e satisfazia á vontade de seus subditos: approvava e jurava desde já a constituição que se estava elaborando em Portugal e a applicava ao reino do Brazil e ás colonias. Declarou mais o principe que o Rei havia exone-

(1) *Concião*, palavra nova, introduzida na lingua portugueza pelo philologo brasileiro dr. Antonio de Castro Lopes: é equivalente ao vocabulo inglez *meeting*, que deve ser abolido de nosso uso. Veja-se o livro do dr. Castro Lopes *Neologismos indispensaveis e barbarismos dispensaveis* (Rio de Janeiro, 1889), pags. 13 a 17.

(2) Em seu lugar existe hoje o S. Pedro de Alcantara. Soffreu tres incendios esse theatro: a 25 de Março de 1824, dia do juramento da constituição brasileira; na noite de 8 para 9 de Agosto de 1851 e a 26 de Janeiro de 1856.

rado seus ministros de estado e outros altos funcionarios e nomeára: ministro da guerra e de estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira; ministro do reino, o vice-almirante Ignacio da Costa Quintella; ministro da fazenda, o conde de Louzã, D. Diogo de Menezes, e ministro da marinha, o vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres; presidente da mesa de consciencia e ordens, o bispo D. José Caetano de Souza Coutinho; intendente geral da policia, Antonio Luiz Pereira da Cunha; commandante das armas, o brigadeiro Carlos Frederico de Caula; thesoureiro-mór do real erario, José Caetano Gomes; ajudante do thesoureiro, João Ferreira da Costa Sampaio; fiscal do erario, o desembargador Sebastião Luiz Tinoco; chefe commandante do corpo da policia, José de Oliveira Barbosa; presidente da junta do commercio, o visconde d'Asseca; inspector dos estabelecimentos litterarios, José da Silva Lisboa; director do banco, por parte do governo, João Rodrigues Pereira de Almeida. Estas nomeações foram recebidas com grandes demonstrações de alegria.

Acto continuo, reuniu-se no theatro S. João o senado da camara, e, perante esta corporação, o principe D. Pedro e seu irmão D. Miguel prestaram, em nome do Rei e nos seus proprios, o juramento á futura constituição.

Aproveitando o ensejo de tornar popular o seu progenitor, o principe conseguiu que D. João n'esse dia viesse com sua familia ao paço, da cidade. Quando a carruagem real passou pelo largo do Roçio, a enorme multidão prorompeu em vivas ao Rei constitucional; muitos exaltados retiraram

do vehiculo os cavallos e a pulso arrastaram o coche até ao paço, por entre estrondosas acclamações. Ahi chegado, assomou D. João a uma das janellas e em voz alta declarou a toda a uultidão que ratificava tudo quanto, em nome d'elle, havia o principe D. Pedro promettido. Como si fôra dia de festa nacional, salvaram as fortalezas e os navios de guerra; a tropa desfilou em frente de palacio á vista do soberano; á noite a cidade resplandeceu de luminarias; no theatro, em espectáculo patriotico, viu-se o monarcha delirantemente applaudido. O Rei, attonito, chorava de inexplicavel contentamento.

Cinco dias depois, esquecendo a constituição que havia jurado, affrontando a opinião publica do Rio de Janeiro, praticava elle um acto de absolutismo revoltante contra a liberdade de tres homens eminentes, crime aggravado depois com a dissimulação verdadeiramente pharisaica, só propria do character de um Philippe II. É dever da historia pôr em relevo o regio delicto para que a posteridade o julgue. Exponhamos o facto.

Desconfiando D. João VI que no movimento revolucionario de 26 de Fevereiro tivessem tomado parte o almirante Rodrigo Pinto Guedes e os desembargadores do paço Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa—este com relevantissimos serviços prestados no cargo de governador da Guyana Franceza—mandou, sem fórmula alguma de processo, conduzil-os alta noite presos á fortaleza de Santa

Cruz, onde foram conservados incommunicaveis desde o dia 3 a 7 de Março de 1821.

Só pela prestigiosa interferencia do ministro portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira, que fez questão de demittir-se da pasta da guerra, conseguiram aquelles tres cidadãos obter liberdade, porém condicional.

A carta regia com que D. João VI os mandou tirar da prisão é um documento historico notavel, por parecer concebido pela argucia refinada e hypocrita de um jesuita. Eil-a:

«Chegando ao meu real conhecimento que homens perversos e amotinadores do publico socego, abusando do entusiasmo que em todas as classes de habitantes d'esta capital havia excitado o memoravel dia 26 de Fevereiro proximo passado, andavam suscitando, por via de obscuras machinações, odios populares contra varias pessoas, assignando-se já, como primeiras e immediatas victimas de seu desenfreado furor, aos desembargadores do paço Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa e ao almirante Rodrigo Pinto Guedes;

«Mas, não sendo possivel averiguar, pela estreiteza de tempo em que se denunciava dever-se executar tão horroso attentado, quaes fossem os meios premeditados para o pôr em execução, não sendo por isso possivel tomarem-se repentinamente as necessarias cautelas para com certeza prevenir um acontecimento que por isso não podia deixar de comprometter a publica tranquillidade, ainda quando se não achasse ligado a um mais vasto plano de assassinos;

« Houve por bem ordenar instantemente, por meu real decreto de 3 do corrente mez, dirigido immediatamente ao general governador das armas da côrte e provincia, que fizesse pôr em custodia as tres acima mencionadas pessoas a fim de que, subtraídas por este modo a qualquer sinistro e inopinado projecto de seus inimigos, perturbadores do socego d'esta capital, se pudesse averiguar e acautelar pelas adequadas providencias, a que immediatamente fui servido mandar proceder, as intentadas machinações, tanto contra a vida d'aquelles meus fieis vassallos, como contra a publica tranquillidade;

« Tendo-se, porém, conseguido descobrir e mallograr os occultos tramas com que ameaçavam as vidas dos cidadãos e a segurança do estado, e não existindo mais o justo receio de que os tres mencionados detidos sejam inopinadamente atacados, antes que a força publica possa acudir em seu soccorro e prevenir as incalculaveis consequencias de um motim:

« Sou servido de ordenar que os referidos desembargadores Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa, bem como o almirante Rodrigo Pinto Guedes possam voltar para o seio de suas familias e entrar no exercicio de seus empregos, não tendo sido elles removidos por crime, erro, suspeita, ou accusação alguma, porém sim e tão sómente por effeito d'aquella paternal e providente protecção, com que me cumpre acautelar, pelos meios mais promptos e efficazes, quanto de algum modo pôde compro-

metter o publico socego e a segurança de cada um dos habitantes do meu reino.

«Silvestre Pinheiro Ferreira, do meu conselho e meu ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e da guerra, o tenha assim entendido e expeça as ordens necessarias.

«Palacio do Rio de Janeiro, aos 7 de Março de 1821.»

Postos em liberdade, os dois desembargadores não voltaram para o seio de suas familias: continuando a distinguil-os com a sua *paternal e providente protecção*, D. João VI mandou apontar aos dois fieis vassallos o caminho da barra, para que fossem passear á Europa.

É o que se acha expresso no officio que sobre o caso dirigiu o ministro Silvestre Pinheiro ao general commandante das armas:

«Tendo El-Rei, nosso senhor, dado immediatamente a V. S. as suas reaes ordens para fazer conduzir debaixo de prisão ao logar, em que se acham, os dois desembargadores do paço Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa, ordena-me encarregue hoje a V. S., em proseguimento d'aquella primeira incumbencia, faça constante aos mesmos presos que tendo sido aquella medida unicamente tendente á segurança de suas pessoas, que na policia constou acharem-se ameaçadas e poderem ser accomettidas, antes que a força publica pudesse acudir em seu soccorro, Sua Magestade lhes não recusará a necessaria permissão para se retirarem d'esta côrte para qualquer parte da

Europa, pelo tempo que entenderem, a fim de que, desvanecidas as apprehensões existentes, possam voltar, quando a sua presença não haja de comprometter a publica tranquillidade.

«E como, para fazerem as disposições para a sua partida, lhes cumprirá falar com suas esposas, V. S. dará ordem para que isso lhes seja permittido; e mesmo em veneração dos sentimentos paternaes levarem ellas em sua companhia os seus filhos: tudo isto, porém, com aquella discrição e moderação que são de esperar da pessoa que V. S. escolher para execução d'estas ordens. Paço, 5 de Março de 1821.»

Por esses dois curiosos documentos, que estereotypam uma epocha, poder-se-ia dizer que D. João VI, si não fôra dotado de tão obscuro intellecto, havia lido o *Principe*, do florentino Nicolau Macchiavelli, e seguia em politica o caviloso preceito de que todos os meios são bons quando se consegue um fim. O fim do tyranno era—embora calcando principios de justiça e de humanidade—exercer mesquinha vingança contra a justa humilhação por que lhe fizera passar a revolução de 26 de Fevereiro de 1821.

Adaptando reformas liberaes, que importavam na queda do absolutismo, marcava o Brazil a passos agigantados para sua independencia. Retrogradar era impossivel.

Assumiu a maçonaria papel preponderante no sentido de livrar o Brazil da tutela entorpecedora de Portugal.

Cabeças dirigentes de nova conspiração, o conego Januario

da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo, José Joaquim da Rocha, frei Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio (1) e o juiz de fóra José Clemente Pereira propagavam a necessidade urgente de se emancipar este paiz, que com tanto sacrificio de dinheiro e de vidas tinha com usura pago o seu tributo de colonia, tres vezes secular.

D. João VI reconheceu que a sua presença começava a servir de estorvo á marcha evolutiva do Brazil. Para salvar a velha coroa que lhe começava a oscillar na cabeça, resolveu regressar para a terra natal, antes que os portuguezes da metropole tratassem de lhe dar successor.

Na fragata *Maria da Gloria* seguiram para o reino officios datados de 28 de Fevereiro, assignados pelo ministro Silvestre Pinheiro e dirigidos aos governadores, declarando-lhes que El-Rei approvára, sancionára e jurára a constituição que fizessem as côrtes de Lisboa e determinára transferir a sua residencia e a de sua familia para a antiga capital da monarchia.

Forçado pelas circumstancias, o Rei fez baixar o decreto de 7 de Março de 1821, em que manifestava a deliberação de voltar para Portugal, deixando, como seu representante no Brazil, seu filho D. Pedro.

(1) Convencido de que a maçonaria era capaz de fazer baquear o absolutismo do monarcha luzitano, o grande prégador frei Sampaio fez-se maçon. e em muitas lojas — especialmente na intitulada *Commercio e Artes* — poz a sua admiravel eloquencia ao serviço da liberdade, constituindo-se assim um dos mais energeticos promotores de nossa independencia.

Foram expedidas ordens ás capitánias brasileiras—que desde essa occasião ficaram sendo chamadas officialmente *provincias*—para procederem á eleição de deputados ás côrtes de Lisboa, de conformidade com o systema hespanhol (1), adoptado pela Junta Governativa do reino, e no dia 20 de Abril reuniram-se na praça do Commercio, á rua Direita, hoje 1.º de Março, os eleitores de parochia convocados pelo ouvidor da camara. Sessão tumultuosa, cheia de exigencias e de desconfianças para com D. João VI, a quem se increpava o irregular procedimento de levar consigo os cofres do erario—facto este solemnemente desmentido—durou até ás 3 horas da madrugada do dia seguinte. Tribunos e espectadores usavam da palavra desordenadamente: uns, punham em evidencia a fraqueza do Rei e o insultavam; outros, opinavam que a

(1) As bases da constituição hespanhola de 1812 eram as seguintes: A soberania reside no povo; o Rei é inviolavel, mas não tem sanção absoluta; o poder legislativo reside em uma camara unica. As côrtes são a reunião de todos os deputados eleitos pelas assembléas de provincia, composta de eleitores nomeados pelas assembléas de districto, e estas ultimas de eleitores escolhidos pelas assembléas de parochia. Nas de parochia têm voto todos os cidadãos. Os eleitores devem ter de vinte e cinco a mais annos de idade; aos deputados ás côrtes se exige um certo rendimento. Os deputados são eleitos por dois annos na razão de um por setenta mil almas. A sessão legislativa dura pelo menos tres mezes em cada anno. As côrtes votam os impostos e propõem as leis, que o Rei sanciona e faz executar, podendo recusar-lhes a sanção só durante dois annos. O Rei não pôde suspender ou dissolver as côrtes ou impedir que ellas se reunam; nem pôde sahir do reino, nem abdicar, nem fazer allianças ou tratados com potencias estrangeiras, nem lançar impostos, sem auctorização das côrtes, ás quaes compete nomear os funcionarios publicos. A constituição só pôde ser alterada por deliberação de tres legislaturas successivas, e por decreto não dependente da sanção régia.

regencia do Brazil devera ser dada, não ao principe D. Pedro, mas a pessoas do povo. Afinal apresentou-se o marechal Caula e intimou ao presidente que levantasse a sessão—ordem obedida em parte, pelo que tornou-se mister o emprego da força publica. A multidão que enchia a praça do Commercio foi dispersa por uma companhia do regimento de caçadores—soldados portuguezes, hostis ás manifestações dos eleitores brasileiros. No conflicto morreram tres cidadãos e foram feridos vinte.

Tendo, porém, taes eleitores prestado juramento á constituição hespanhola, D. João ratificou, por decreto de 21 de Abril, o juramento proferido no largo do Rocio a 26 de Fevereiro.

Em data de 22 de Abril expediu o monarcha dois decretos: um, annullando o do dia anterior, taxando os eleitores de *homens mal intencionados que queriam a anarchia*, e o outro, commettendo o governo geral e inteira administração do reino do Brazil a seu filho, o principe D. Pedro de Alcantara, como seu logar-tenente e regente, emquanto as côrtes de Lisboa não decidissem o modo por que se haviam de dirigir os destinos de nosso paiz. Segundo as instrucções, o governo provisório dirigido pelo principe seria composto do conde dos Arcos, como ministro de estrangeiros; conde de Louzã, D. Diogo de Menezes, como ministro da fazenda; e secretarios de estado interinos, o marechal de campo Carlos Frederico de Caula, na repartição da guerra, e o major general da armada Manoel Antonio Farinha, na repartição de mariuha.

O regente procederia ás suas resoluções em conselho de ministros, os quaes seriam responsaveis. Eram conferidos ao principe plenos poderes para a administração da justiça, fazenda e governo economico, podendo commutar ou perdoar a pena de morte aos réos, nomear funcionarios civis, militares e ecclesiasticos, á excepção dos bispos, fazer guerra offensiva e defensiva, estabelecer treguas e convenções, conceder habitos das tres ordens militares, de Christo, S. Bento de Aviz e S. Thiago da Espada. No caso de fallecimento do regente, o governo passaria á sua esposa, a princeza Leopoldina (1).

A 26 de Abril de 1821, embarcando na nau *D. João VI*, abandonou o monarcha a terra brazileira, depois de uma permanencia de pouco mais de 13 annos (1808—1821).

Antes de transpôr a barra, defronte da fortaleza de Santa Cruz, D. João pela ultima vez apertou nos braços o

(1) No anno de 1817 havia D. Pedro desposado a archiduqueza d'Austria, d. Maria Leopoldina Josepha Carolina, filha de Francisco I, tendo sido celebrados os esponsaes em Vienna, figurando como procurador o marquez de Marialva.

Com a archiduqueza vieram estudar a natureza brazileira notaveis naturalistas: dr. Joh. Christ. Mickan, professor de botanica de Praga, auctor da *Delectus Floræ et Faunæ Brasiliensis* (1825); Emmanuel Pohl, que publicou dois volumes sobre a flora brazileira, enriquecidas de estampas, tratando de plantas uteis e de flores mimosas, mencionando sete especies de *manacés* que intitulou *Francisca* em honra ao imperador d'Austria; o toscano Giuseppe Raddi, que escreveu um livro especial sobre as samambaias brazileiras; e os illustres bávaros Spix e Martius, que publicaram preciosos volumes de pesquisas scientificas obtidas em sua viagem de tres annos atravez das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Bahia, Piauly, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas.

A *Flora Brasiliensis*, do dr. Carlos Frederico Philippe de Martius, em grandes volumes in-folio, enriquecidos de estampas representando as plantas no tamanho e na côr natural, é o maior e o mais bello monumento que até hoje se tem levantado á botanica brazileira.

filho primogenito, que ia passar para a galeota e regressar á terra, e, lançando-lhe ao pescoço uma insignia do tosão de ouro que muito prezava, proferiu commovido estas palavras propheticas:

« Bem antevejo que o Brazil não tardará a separar-se de Portugal. N'esse caso, si me não puderes conservar a corôa, guarda-a para ti, e não a deixes cahir em mãos de aventureiros.»



CAPITULO XX

CONSEQUENCIAS DO REGRESSO DE D. JOÃO VI PARA PORTUGAL.
ATTITUDE DO PRINCIPE D. PEDRO E DE DIVERSAS PROVINCIAS.
PREPARATIVOS PARA A INDEPENDENCIA — 1821-1822

COM o regresso de D. João VI para o reino, experimentou o Brazil sensível decrescimento em sua prosperidade, e o mau estado de cousas accentuou-se especialmente no Rio de Janeiro, d'onde foi grande o numero de capitalistas que, reduzindo a dinheiro os seus haveres, quizeram acompanhar o monarcha, e d'este modo retiraram da circulação quantidade consideravel de numerario.

Calcula-se em 4.000 as pessoas que seguiram a côrte em seu regresso á metropole, e este facto, aggravado pelos justos receios de que o paiz voltasse ao regimen colonial, contribuiu para que o commercio e as industrias enfraquecessem as suas transacções.

Com todos seus bons desejos não podia o principe D. Pedro melhorar as condições em que encontrava o Brazil, sujeito

ás deliberações das juntas provisórias, que lhe cerceavam a auctoridade.

Muitas foram as medidas que pôz em pratica para minorar o geral descontentamento: elle proprio deu exemplo de economias, cedendo o paço da cidade a repartições publicas e fazendo sua residencia na quinta de S. Christovão; reduzindo a 1:600\$000 o seu vencimento mensal; supprimindo cargos que não eram de inteira necessidade; fiscalizando em pessoa o rendimento aduaneiro por meio de visitas á repartição arrecadadora; abolindo impostos que lhe pareciam prejudiciaes ao desenvolvimento das fabricas e das officinas; isentando de direitos de cabotagem os generos que transitavam de uma para outra provincia; para acabar com a rivalidade entre as tropas brazileiras e portuguezas egualou-lhes os vencimentos.

No interesse de espalhar entre o povo conhecimentos uteis, expediu ordem ás alfandegas para que os livros importados fossem despachados livres de direitos; para abrir novo horizonte á imprensa, aboliu a censura previa e concedeu plena liberdade ás publicações, sendo responsaveis pelos abusos os auctores ou editores; providenciou para que fossem cohibidas as arbitrariedades dos magistrados e da policia; prohibiu prisões sem mandado assignado pelo juiz criminal da comarca, salvo o caso de flagrante, em que qualquer pessoa podia effectuar a prisão do delinquente; determinou que á prisão seguisse logo o processo e não excedesse a 48 horas o prazo da pronuncia; fez cessar o barbaro emprego de correntes,

de algemas e de quaesquer instrumentos de tortura; e finalmente, por decreto de 23 de Maio de 1821, estabeleceu penas ás auctoridades que infringissem estas deliberações, proprias de seu espirito elevado e cavalheiresco.

O banco do Brazil sentiu-se fortemente abalado por desaparecer da circulação a moeda metallica e pelo facto de lhe serem retirados os valores em deposito. Muitos capitalistas preferiam conservar improductivamente seu dinheiro a expollo ao risco de rehavel-o com grandes descontos. Viu-se o banco na collisão de suspender em parte o pagamento de suas notas, allegando, como causas da crise, faltas do erario e do governo e o ter falhado o emprestimo que se projectára. Aos portadores de bilhetes o banco só podia effectuar o troco dando 80 % em papel, 15 % em prata e 5 % em cobre. O ouro havia acompanhado a côrte portugueza; a prata era comprada com o agio de 7 % e 8 %; a depreciação das notas do banco entorpecia as operações commerciaes; muitas casas de negocio falliram; subiram de preço os generos de primeira necessidade; em todas as classes a inquietação, o desanimo, a incerteza do futuro.

Qual seria o nosso destino? Que solução satisfaria ao aneio do povo, desapossado dos elementos materiaes que havia sonhado para uma vida relativamente livre?

Baldados eram os esforços empregados por D. Pedro em cobrir o *deficit*, que de mez a mez avultava. Subia a vinte mil contos a divida contrahida com o banco do Brazil, com a firma ingleza Young & Finnie, com o visconde do Rio

Secco e com particulares. Era materialmente impossivel ao regente amortizar o debito, sabendo-se a necessidade que havia em se manter força armada no Rio Grande do Sul e na Provincia Cisplatina, pontos sempre ameaçados pelos hespanhoes.

As provincias do norte, sujeitas ás juntas provisórias, dinheiro algum remettilam para o Rio de Janeiro: o rendimento de suas alfandegas seguia integralmente para Lisboa, em obediência a ordens terminantes do governo da metropole.

Os governadores da Bahia, Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão só reconheciam como auctoridades as côrtes de Lisboa, d'onde vinham os decretos e os regulamentos; a jurisdicção de D. Pedro circumscrevia-se ao Rio de Janeiro, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Cisplatina.

S. Paulo tinha-se constituido independente; reconhecia a auctoridade do principe, mas no fundo, era autônomo. Povo essencialmente amante da liberdade, os paulistas acclamaram uma junta provisoria que teve como presidente o capitão-general João Carlos Augusto de Oyenhausen, depois marquez de Aracaty, e como vice-presidente José Bonifacio de Andrada e Silva. Tomaram parte na junta Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Lazaro José Gonçalves e Miguel José de Oliveira Pinto como secretarios dos negocios da fazenda, guerra e marinha; e Manoel Rodrigues Jordão, Francisco Ignacio de Souza Guimarães, João Ferreira de Oliveira Bueno, Antonio

Pereira Leite da Gama Lobo, Daniel Pedro Müller, André da Silva Gomes, Francisco de Paula Oliveira e Antonio Maria Quartim.

Nas cartas que dirigia a D. João VI expunha o regente, com a habitual franqueza, as precarias condições em que os acontecimentos o haviam collocado. Dizia-lhe em 17 de Junho:

« Não ha maior desgraça do que esta em que me vejo, que é de desejar fazer o bem e arranjar tudo, e não haver com que. Hoje apenas sou capitão-general, porque governo só a provincia do Rio de Janeiro, e assim assento que qualquer junta o poderá fazer, para que Vossa Magestade não degrade a si, tendo seu herdeiro como governador de uma provincia só:»

E em 21 de Setembro:

« A provincia do Rio de Janeiro foi treze annos considerada de facto séde da monarchia e por isso se fundaram as repartições. Mas todas as provincias se prestavam então a concorrer com as suas rendas, o banco tinha credito, havia dinheiro em prata e ouro, e não ou quasi não havia cobre, e todo este numerario girava, porque o banco estava acreditado. Agora de nenhuma parte vem dinheiro, e a provincia, só, não tem recursos. Não vejo o que fazer. Eis aqui fielmente o triste quadro que representa esta provincia, e a desgraçada posição d'aquelle que se vê compromettido, e, permitta-me Vossa Magestade esta liberdade, sacrificado, aquelle que está prompto a morrer por Vossa Magestade e pela nação. Vossa Magestade como bom pae, bom rei e bom amigo dos seus subditos, e meu mui em particular, não quererá ver-me compromettido,

porque me estima, e muito mais porque vê também a sua dignidade atacada. Soccorra-me Vossa Magestade, ou dispense-me dos empregos.»

Logo que constou na Bahia a partida de D. João VI para Portugal e ter ficado D. Pedro como regente, não soube a junta provisoria que partido deveria tomar: si obedecer ao Rei, si submeter-se ás determinações do principe, e para tirar-se d'este estado de hesitação, acobertando-se de responsabilidades, resolveu consultar a todas as camaras da provincia, provocando assim um livre pronunciamento. N'isto se preocupava, quando teve conhecimento da lei de 24 de Abril de 1821, pela qual as côrtes de Lisbôa declaravam independentes do Rio de Janeiro as juntas governativas creadas pela revolução constitucional. Visava dois fins essa lei: restringir as attribuições do principe e suffocar qualquer idéa de independencia. Ia, portanto, o Brazil regressar ao estado primitivo, de colonia.

Preponderava na Bahia o elemento portuguez — pois a quasi totalidade do commercio o era — e este facto explica a promptidão com que se subordinou a provincia á politica da metropole. A 25 de Maio chegaram á capital bahiana as bases da constituição portugueza: foram logo juradas na igreja dos jesuitas, hoje cathedral, seguindo-se um solemne *Te-Deum*, em que officiou o padre Ignacio José de Macedo, redactor da gazeta *Idade de Ouro*, primeiro jornal que se

fundou na Bahia, sob a protecção de D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos.

Idéas em continua ebullicão anarchizavam o governo de todas as provincias, por absoluta falta de disciplina e de auctoridade reconhecidamente legal.

No Pará predominava o terror, em consequencia das prisões e deportações com que a junta fulminava a todos quantos se não revelavam submissos ás determinações das côrtes portuguezas.

A junta do Maranhão, dominada pelo general Bernardo da Silveira, commettia grandes arbitrariedades, considerando inimigos os que se pronunciavam adeptos do governo de D. Pedro. Como delinquentes foram lançados aos porões da corveta de guerra *Princeza da Beira*, estacionada no porto, o brigadeiro Manoel José Xavier Palmeira, o coronel de milicias Honorio José Teixeira, o tenente-coronel José Joaquim de Aragão, o major de milicias do Piauhy José Lourenço de Mesquita, o capitão José Antonio dos Santos Monteiro e outros patriotas. Enchiam-se as prisões de suppostos criminosos, sem fórma alguma de processo. Em officios dirigidos ás côrtes de Lisboa a 20 de Abril e a 21 de Junho de 1821, gabava-se o general Silveira das perseguições arbitrarías que exercia e assegurava manter, sob mão de ferro, a provincia ás ordens do governo portuguez.

A revolução constitucional no Ceará manifestou-se a 14 de Abril de 1821.

O batalhão de linha em guarnição na cidade da Fortaleza

e o parque de artilheria, bem como avultado numero de populares, tendo á frente o sargento-mór Jeronymo Delgado Esteves, foram, na madrugada d'esse dia, apresentar-se deante da residencia do governador, capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim e ahi fizeram á auctoridade duas imposições:

I. Que, sendo de notoriedade publica, pelas gazetas chegadas da Bahia e Pernambuco, que D. João VI havia approvado e jurado, por decreto de 24 de Fevereiro, a futura constituição portugueza, se fizessem manifestações de alegria por esse acontecimento, jurando-se egualmente a referida constituição e se elegeisse uma junta provisoria para dirigir a provincia;

II. Que a tropa fosse remunerada com soldo em dobro, como se havia feito na Bahia e em outros logares.

Respondeu o governador haver muito que ponderar sobre requisições de tanta gravidade, e em seguida reuniu na casa da camara os membros da vereação, auctoridades e representantes das varias classes sociaes para se estudar a materia. Resolveu a nomeação de um conselho consultivo, incumbido de proceder á syndicancia dos abusos introduzidos na administração civil e militar—providencia que mereceu geral reprovação.

Só cinco mezes depois, a 3 de Novembro, foi deposto o governador e installada a junta provisoria, composta de Francisco Xavier Torres, presidente, Adriano José Leal, vice-presidente, Henrique José Leal, secretario, e membros o

vigário Antonio José Moreira, José Raymundo de Paços de Porbem Barbosa, Marcos Antonio Bricio, Lourenço da Costa Dourado, José Antonio Machado e Marianno Gomes da Silva.

Por intimação que lhe dirigiu a junta, em officio de 21 de Novembro, foi o governador Rubim obrigado a embarcar em uma chalupa e a retirar-se para o Maranhão.

Em Pernambuco, o governador capitão-general Luiz do Rego Barretto procurava conservar-se em equilibrio: ora correspondendo-se com D. Pedro, ora com as côrtes—dubiedade que lhe acarretou grandes antipathias accumuladas no interior da provincia. Prestavam-lhe apoio as cidades do Recife e Olinda e as tropas luzitanas.

Na noite de 21 de Julho foi, ao sahir do theatro em companhia do negociante Luiz Gomes Ferreira, aggreddido por um grupo que o feriu com um tiro de bacamarte. Vendo-se assim hostilizado, tratou o governador de organizar uma junta de governo: expediu ordem a cada uma das comarcas que enviasse á capital dois deputados para procederem á eleição, feita debaixo de suas vistas immediatas. Tal corporação nenhuma confiança poderia inspirar; assim o comprehendaram os pernambucanos do interior, que no dia 28 de Agosto se reuniram na Soledade, perto de Goyanna, e nomearam sua junta de governo, presidida por Francisco de Paula Gomes dos Santos. Da maior parte das localidades accorreram adhesões ao novo governo que se installava. Como recusassem as comarcas enviar deputados á capital, officiou o governador

ao senado da camara para que, em sessão extraordinaria, nomeasse uma junta.

Sob uma tempestade de protestos, só acalmada pela voz auctorizada do grande brasileiro Antonio de Moraes e Silva, procedeu-se á eleição do governo provisorio, sendo escolhidos: presidente, general Luiz do Rego, e vogaes Antonio de Moraes e Silva, maréchal Luiz Antonio Salazar Moscoso, Joaquim Antonio Gonçalves de Oliveira, José Joaquim Simões, Joaquim José Mendes, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão e João Paulo de Araujo.

Dirigiu-se a junta do Recife á de Goyanna para que esta se dissolvesse: obteve como resposta a recusa, allegando que era uma corporação constitucional e accusando o general de arbitrario e despota. Vendo-se desobedecida, a junta do Recife requisitou á da Bahia remessa de forças para submeter os rebeldes.

Com officio de 18 de Junho, a junta provisoria bahiana remetteu-lhe, pela fragata *Principe D. Pedro*, 348 praças das tres armas. Antes de chegarem estes recursos, travou-se combate no arrabalde dos Afogados entre forças do governador e milicianos pernambucanos, estes em numero de 3.000 homens mal exercitados e mal armados.

Após combate de muitas horas, em que morreram cerca de 200 pessoas, coube a victoria ao general. Reconhecendo, porém, que se achava em posição insustentavel e dizendo-lhe a consciencia que não tardaria em ser substituido por ordem das proprias côrtes, decidiu-se o governador a

effectuar pazes com a junta de Goyanna; para o que, comissionou Gervasio Pires Ferreira e Luiz Francisco de Suassuna. Por uma convenção, que ficou sendo chamada de Beberibe, concordou-se: que fosse eleita nova junta na capital; que não mais se exercessem perseguições; que obtivessem liberdade os presos de uma e outra parte; que o governador resignasse o cargo e abandonasse a provincia. Approvado o convenio, o general Luiz do Rego Barretto fez regressar á Bahia as forças que recebera e a 26 de Outubro embarcou para Lisboa no navio *Charles-Adèle* (1).

Teve a nova junta como presidente, Gervasio Pires Ferreira (2), e vogaes Bento José da Costa, Joaquim José de Miranda, Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, Philippe Nery Moreira, conego Manoel Ignacio de Carvalho e padre Laurentino Antonio Moreira de Carvalho. Predominára em votos o partido dos brasileiros.

Para retirar da junta da Bahia o character portuguez de que se achava revestida—junta accusada de concussionaria

(1) Sobre este governador publicou o erudito conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, na *Rev. do Inst.* (tom. XXIV, pags. 353 a 490), um estudo de justificação, com o titulo *Luiz do Rego e a posteridade*.

(2) O pernambucano Gervasio Pires Ferreira desempenhou importante papel na revolução proclamada em sua terra natal no anno de 1817. Contribuiu com 25.000\$000 para a compra de armamento nos Estados Unidos e com um navio seu para effectuar o transporte; occupou no governo rebelde o cargo de presidente do erario (ministro da fazenda). Preso e conduzido á Bahia, permaneceu na cadeia durante quatro annos, fingindo-se mudo.

Gervasio Ferreira não abraçou a causa do principe, por desconfiar que este, como filho de D. João VI, seguisse governo despotico.

e tyrannica — muitos cidadãos, entre os quaes os tenentes-coroneis José Egydio Gordilho de Barbuda, depois visconde de Camamú, e Felisberto Gomes Caldeira (pae do marquez de Barbacena), os majores Antonio Maria da Silva Torres, José Gabriel da Silva Daltro, Francisco da Costa Branco, José Eloy Pessoa da Silva, os capitães José Antonio da Fonseca Machado, João Antonio Maria, o cadete João Primo, o dr. José Avelino Barbosa e Philippe Justiniano da Costa Ferreira tomaram a si a arriscada tarefa de promover uma deposição. Na manhã de 2 de Novembro de 1821, subiram a Ladeira da Praça, erguendo vivas á constituição, ás côrtes, ao novo governo e bradando — *abaixo o actual*.

Chegados á praça de palacio, dirigiram-se os revoltosos ao paço da camara e ali obrigaram o procurador Joaquim José da Silva Maia (redactor do *Semanario Civico*, órgão luzitano) a desfraldar, de uma das janellas, o estandarte municipal e a ir, com elle alçado, a palacio ajudar a depôr a junta provisoria. Os cidadãos Felisberto, Gordilho e Eloy Pessôa, em altas vozes, fizeram acres accusações á junta e iam intimal-a a que resignasse os cargos quando appareceu na praça outro grupo, de portuguezes, a bradar: «Morra Gordilho! Morra João Primo! Fôra os revolucionarios! Viva o governo actual!» Acto continuo, compareceu um dos membros da junta, tenente-coronel Francisco José Pereira com uma companhia do 12.º batalhão, secundado logo pelo resto do batalhão sob o commando do tenente-coronel Francisco de Paula e Oliveira. O 2.º batalhão commandado pelo tenente-coronel

Joaquim Antonio postou-se no largo do Terreiro com uma peça de artilheria. Pouco depois chegava o capitão do navio *Conceição*, Philippe Vieira dos Santos, com 100 marinheiros armados. Com estes fortes elementos foi suffocado o motim, presos Gordilho, Pessôa, Felisberto, João Antonio Maria, Salvador Pereira, Daltro, Torres, conduzidos á fortaleza do Barbalho e d'ahi removidos para bordo da fragata *Príncipe D. Pedro*. N'esse navio seguiram para Lisboa o brigadeiro José Thomaz Boccaciari (que se arrojou ao mar ao entrar á barra da capital portugueza), capitão da legião de caçadores José Antonio da Fonseca Machado (que se suicidou em Lisboa), o capitão de cavallaria Luiz Antonio da Silva Horta, o tenente de artilheria Francisco Rodrigues Gomes de Souza, o secretario do 1.º regimento da 2.ª linha Francisco José da Silva Castro, o capitão João de Souza Netto, o tenente João Francisco de Oliveira, o sota-patrão da ribeira José Soares, o feitor d'alfandega João Carneiro da Silva Rego e o cadete Ignacio de Mattos Telles de Menezes (1).

Tendo, porém, as côrtes portuguezas ordenado eleição de nova junta, foi substituida a antiga e a 2 de Fevereiro de 1822 tomaram posse: como presidente, dr. Francisco Vicente Vianna; secretario, desembargador Francisco Carneiro de Campos, e membros Francisco Martins da Costa, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, conego José Cardoso Pereira de Mello, tenente-coronel Manoel Ignacio da

(1) Obtiveram liberdade em Lisboa em Abril de 1822.

Cunha Menezes e desembargador Antonio da Silva Telles, assumindo o cargo de commandante das armas o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

A carta regia de 9 de Dezembro de 1821, que nomeou o brigadeiro portuguez Ignacio Luiz Madeira de Mello para o cargo de governador das armas da Bahia, com preterição do brigadeiro Manoel Pedro, deu origem a sanguinolenta guerra civil entre portuguezes e brasileiros: d'ella trataremos em capitulo especial.

Em virtude de ordem deixada por D. João VI procedeu-se em todas as provincias á eleição dos deputados ás côrtes de Lisboa: mencionamos os que ali compareceram e tomaram assento.

Pelo Rio de Janeiro: O bispo d'Elvas, D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra, Custodio Gonçalves Ledo, Luiz Nicolau Fagundes Varela, Luiz Martins Bastos, João Soares Brandão e, como supplente, Francisco Villela Barbosa, elevado no imperio ao titulo de marquez de Paranaguá.

Por S. Paulo: Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro (1),

(1) O dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo, nasceu na cidade de Santos, Estado de S. Paulo, a 9 de Maio de 1774. Foram seus paes José Fernandes Martins e D. Thereza de Jesus Pinheiro. Formou-se bacharel em direito civil e canonico pela Universidade de Coimbra no anno de 1798. Em Lisboa conseguiu a amizade e protecção litteraria do eminente botanico frei José Marianno da Conceição Velloso. Ahi publicou a *Cultura Americana*, 2 vols. in-4.º—1799, *Discurso apresentado á Mesa d'Agricultura*—1800, *Historia nova e completa d'America*—1807. Regressando para o Brazil, creou a alfandega do Rio Grande do Sul em 1801. Como auditor de guerra assistiu aos

dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, padre Diogo Antonio Feijó, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Ricardo da Costa Aguiar e Antonio Manoel da Silva Bueno.

Por Santa Catharina: Lourenço Martim de Andrade e José da Silva Mafra.

Pela Bahia: Vigario Marcos Antonio de Souza, dr. Cypriano José Barata de Almeida, brigadeiro Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, Alexandre Gomes Ferrão, Pedro Rodrigues Bandeira, dr. José Lino Coutinho, Domingos Borges de Barros (visconde da Pedra Branca, distincto

combates travados contra Montevideo em 1810 e 1811. Deputado por S. Paulo ás côrtes de Lisboa no anno de 1821, tendo sido tambem eleito pelo Rio Grande do Sul.

Proclamada a independencia, foi eleito deputado á constituinte pelo estado natal e pelo Rio Grande: optou por S. Paulo. Primeiro presidente do Rio Grande do Sul, funcionou desde 8 de Março de 1824 a 14 de Janeiro de 1826. A 21 de Novembro de 1825 teve nomeação de ministro do Imperio. N'esse caracter viu realizado o seu projecto sobre os cursos juridicos; deu nova organização á escola de medicina do Rio de Janeiro e reformou o plano da escola de Bellas Artes. Escolhido depois senador por S. Paulo. Exerceu tambem commissões diplomaticas: foi negociador de tratados com a republica Argentina, com a Inglaterra e com a Prussia no anno de 1827.

Indo a Santos em 1838, reuniu e publicou apontamentos biographicos sobre dois conterraneos distinctos, intitulado-se a obra *Da vida e feitos d'Alexandre de Gusmão e de seu irmão Bartholomeu Lourenço de Gusmão*.

Foi o primeiro presidente perpetuo do Instituto Historico e Geographico do Brazil. O visconde de S. Leopoldo deixou em manuscrito as suas *Memorias*, que foram compiladas, postas em ordem pelo conselheiro Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello e publicadas no tomo XXXVIII da *Rev. do Inst.*

A sua obra de mais relevancia intitula-se *Annaes da Provincia do Rio Grande do Sul* em 2 vols., que foram publicados, o 1.º no Rio de Janeiro e o 2.º em Lisboa (1819-1822).

Este illustre brasileiro falleceu em Porto Alegre a 6 de Julho de 1847.

poeta), o litterato Francisco Agostinho Gomes, Luiz José de Barros Leite, e supplentes o desembargador Christovão Pedro de Moraes Sarmiento, Ignacio Francisco Silveira da Motta e Francisco Elias da Silveira.

Por Alagôas: Francisco José de Assis Barbosa, Francisco Manoel Martins Ramos e Manoel Marques Grangeiro.

Por Pernambuco: Ignacio Pinto de Almeida e Castro, Manoel Zeferino dos Santos, José Ferreira da Silva, dr. Francisco Moniz Tavares, Felix José Tavares Lyra, Pedro de Araujo Lima (marquez de Olinda), Domingos Malaquias de Oliveira e Manoel Felix de Vera.

Pela Parahyba: Francisco Xavier Monteiro da França e José da Costa Cirne.

Pelo Rio Grande do Norte: Antonio de Albuquerque Maranhão e Gonçalo Borges de Andrade.

Pelo Ceará: O padre José Martiniano de Alencar, Antonio José Moreira e Manoel Philippe Gonçalves.

Por Piauhy: Manoel de Souza Borges Castello Branco.

Pelo Maranhão: Antonio Vieira Belford e José João Beckman Caldas.

Pelo Pará: O bispo D. Romualdo de Souza Coelho, Francisco de Souza Moreira e João Lopes da Cunha.

Emquanto partiam para Lisboa os nossos representantes inspirados pelo desejo patriótico de dar a Portugal e colonias uma constituição garantidora de direitos, era o Brazil agitado por tremendo desencontro de idéas — de absolutistas, de independentes e de republicanos.

Permittida a liberdade de imprensa, muitos periodicos surgiram a campo (1), advogando abertamente e energicamente a causa brasileira e collocando D. Pedro na contingencia de se declarar, ou pela terra de seus maiores, ou por esta parte d'America, de que elle podia ser o supremo arbitro.

Não obstante reconhecer quanto eram justos e legitimos os desejos dos brasileiros em ver emancipada a patria, D. Pedro, para não descontentar a seu progenitor, nem incorrer no desagrado das tropas luzitanas, pretendendo talvez suffocar o novo movimento revolucionario a rugir surdamente a seus pés como o rumor subterraneo que precede as erupções vulcanicas, dirigiu aos fluminenses uma proclamação em termos fortes: «Que delirio é o vosso? Quaes são os vossos intentos? Quereis ser perjuros ao Rei e á consti-

(1) Apareceram no Rio de Janeiro, no decorrer de 1821 a 1822, muitos jornaes politicos, notaveis alguns pela vehemencia da linguagem: *Malagueta*, *Amigo do Rei e da Nação*, *Patriota*, *Papagaio*, *Sabbatina Familiar*, *Reclamação do Brazil*, *Macaco Brasileiro*, *Republicano Liberal*, *Volantim*, *Regulador Brazilico-Luzo*, *Periquito da Serra dos Orgãos*, *Conciliador do Reino Unido*, *Espelho*, *Constitucional*, *Memorial Apologetico*, *Correio do Rio de Janeiro*, *Semanario Civico*, *Compilador Constitucional*, *Matraca*, *Despertador Brasileiro* e *Annaes Fluminenses*.

Em Pernambuco, o *Céga-réga*, impresso em typos de madeira.

Na Bahia, o *Semanario Civico* do negociante portuguez e procurador da camara Joaquim José da Silva Maia, *Minerva Bahiense*, *A Sentinella Bahiense*, *O Constitucional*, *O Diario Constitucional*, fundado e redigido pelos cidadãos Francisco José Côrte Real (depois Côrte Imperial), José Avelino Barbosa, Eusebio Vanerio e Francisco Gomes Brandão Montezuma, nome que depois da independencia foi mudado para Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (visconde de Jequitinhonha); *A Abelha*, *O Analysta*, *O Baluarte*, *O Independente Constitucional*, primeiro jornal que se publicou na cidade da Cachoeira, transferido depois para a capital.

tuição? Contais com a minha pessoa para fins que não sejam provenientes e nascidos do juramento que eu, tropa e constitucionaes prestámos no memoravel dia 26 de Fevereiro? De certo não quereis. Estais illudidos, estais enganados, e em uma palavra estais perdidos, si intentardes uma outra ordem de cousas, si não seguirdes o caminho da honra e da gloria em que já tendes parte, e do qual vos querem desviar cabeças esquentadas que não têm um verdadeiro amor a El-Rei meu pae, o Senhor D. João VI, que tão sabia como prudentemente nos rege e regerá, enquanto Deus lhe conservar tão necessaria como preciosa vida; que não têm religião; e que se cobrem com pelles de cordeiro, sendo entre a sociedade lobos devoradores e esfaimados. Eu nunca serei perjuro, nem á religião, nem ao Rei e nem á constituição. Sabei o que eu vos declaro, em nome da tropa e dos filhos legitimos da constituição, que vivemos todos unidos. Sabei mais que declaramos guerra desapiedada e crudelissima a todos os perturbadores do socego publico, a todos os anti-constitucionaes que estão cobertos com o manto da segurança individual, e muito mais, a todos os anti-constitucionaes desmascarados. Contai com o que eu vos digo, porque quem vol-o diz é fiel á religião, ao Rei e á constituição, e que para todas estas tres divinas cousas estou, sempre estive e estarei prompto a morrer, ainda que fosse só, quanto mais tendo tropa e verdadeiros constitucionaes que me sustêm por amor que mutuamente repartimos, e por sustentarem juramento tão cordial e voluntariamente dado.»

Como confirmação d'este proposito, escrevia a D. João VI: «A independencia tem-se querido cobrir commigo e com a tropa. Com nenhum conseguiu e nem conseguirá, porque a minha honra e a d'ella é maior que todo o Brazil. Queriam-me e dizem que me querem acclamar imperador. Protesto a Vossa Magestade que nunca lhe serei falso, e que elles farão essa loucura, mas será depois que eu e todos os portuguezes estiverem feitos em postas: o que juro a Vossa Magestade, á nação e á constituição.»

Pouco tempo depois, arrastado pela torrente impetuosa dos factos—avalanche impossivel de ser detida em seu curso—viu-se o principe obrigado a retractar-se de todos estes protestos e juramentos de fidelidade ao Rei e ás côrtes.

O primeiro jornal que no Rio de Janeiro adoptou como norma de programma a independencia do Brazil, concitando o povo para que no mais breve prazo realizasse o grande acontecimento, foi o *Despertador Brasileiro*, redigido pelo desembargador Francisco da França Miranda.

Em seguida, surgiu resplandecente o *Revérbero*, redigido por Gonçalves Ledo, conego Januario, sob inspirações de frei Sampaio e de José Clemente. Elevadissimo era o programma d'essa folha, a exprimir de modo claro, convincente, qual a nossa aspiração: esta terra tinha o direito de se constituir um reino á parte, conservando em seu seio um centro de governo, uma auctoridade suprema, ante a qual se subordinassem todas as provincias; não devia o Brazil perder o

que havia ganho desde 1808 e retrogradar, voltando a ser colonia.

Contra estas idéas liberaes levantava-se, robustecido pela força armada, o partido portuguez, desejoso do antigo predomínio, a pretender a divisão do paiz em governos parciaes, amoldaveis a todas as imposições da metropole, a extinção de nossas relações commerciaes com as demais nações e a volta dos velhos monopolios de que o reino luzitano havia, no largo decorrer de tres seculos, auferido fabulosas vantagens.

Felizmente, como um protesto contra o obscurantismo, espiritos amantes do progresso haviam publicado em Lisboa, no anno de 1821, uma versão d'*O Contracto social ou principios do direito politico*, de João Jacques Rousseau (1), e as doutrinas que d'este novo evangelho irromperam, revolucionando a Europa, transmittiram-se ao Brazil e, por meio de jornaes, deram-lhe a comprehensão de seus direitos, synthetizados em uma entidade até então desconhecida, mas poderosa — a soberania nacional, instituida pelos representantes do povo.

(1) Traducção feita pelos redactores do *Compilador* e impressa na typographia Rollandiana, vol. in-8.º de 207 pags.

CAPITULO XXI

A PROVINCIA CISPLATINA. REVOLTA AVILEZ. PERSEGUIÇÃO CONTRA
O CONDE DOS ARCOS. RIO DE JANEIRO, MINAS E S. PAULO
A FAVOR DE D. PEDRO. DECLARAÇÃO DO «FICO» — 1821-1822

A 20 de Maio de 1821 as tropas portuguezas em guarnição na cidade de Montevidéo, dirigidas pelo coronel Claudino Pimentel, levantaram-se no sentido de se proclamar e jurar a constituição que fosse feita pelas côrtes de Lisboa. Não quiz o capitão-general Frederico Lecór, barão da Laguna, descontentar a seus commandados; approvou-lhes o impulso patriótico e prometteu á divisão portugueza fazel-a voltar a seu paiz. Nomeou-se em seguida uma junta provisional que teve como presidente o proprio barão e como vogaes o coronel Pimentel, major Nepomuceno, capitães Plana e Jeremias: manifestou-se a junta em favor do principe regente.

Correspondendo aos desejos de D. João VI e confirmados por D. Pedro de incorporar a Banda Oriental ao Brazil, officiou o barão ao chefe politico do Estado para que

convocasse uma assembléa que livremente se pronunciasse acerca do destino do territorio: si o queria ligado á Republica Argentina, ou á metropole hespanhola ou incorporado ao reino do Brazil. Optou a assembléa que a Banda Oriental passasse a pertencer aos dominios da corôa portugueza, sob o titulo de Provincia Cisplatina. Esta resolução foi assignada em Montevidéo a 31 de Julho de 1821, pelo barão da Laguna; João José Duran, presidente do congresso; Damasco José Larruaga, Thomaz Garcia de Zuniga e Jeronymo Pio Bianchi, deputados por Montevidéo; Fructuoso Rivera e Francisco Lambi, deputados por extramuros; José Vicente Gallegos, pelo departamento de Soriano; Lourenço de Gomensoro, por Guadalupe; Romualdo Ximeno e Manoel Antonio Silva, por Maldonado; Matheus Vesilac, pela Colonia; Manoel Lago, por Cerro Largo; Luiz Peres, por S. José; Salvador Garcia, pelo departamento de Canelones.

Como clausulas: os cargos publicos só podiam ser exercidos pelos naturaes da provincia; não eram os habitantes obrigados ao serviço militar nem as milicias deviam sahir do territorio uruguayo.

Antes que avultassem mais as adhesões em torno do príncipe, entendeu o brigadeiro portuguez Jorge de Avilez Suzarte de Souza França, substituto do marechal Caula após a partida de João VI, que devia promover no Rio de Janeiro uma revolta, com o fim de obrigar D. Pedro a obedecer ás côrtes portuguezas.

Na madrugada de 5 de Junho, por ordem de Avilez, sahi-

ram dos quartéis os soldados e marcharam para o ponto das revoluções, o largo do Rocio, cujas entradas foram fechadas com peças de artilheria. Como interprete dos amotinados, seguiu uma deputação ao paço de S. Christovão e exigiu do principe, em nome da cidade do Rio de Janeiro, que prestasse juramento ás bases da constituição que já haviam chegado; que demittisse de seus cargos o conde dos Arcos—por favoravel aos brazileiros; que nomeasse uma junta provisional, sob a presidencia de D. Pedro para governar a cidade de accordo com as leis promulgadas em Lisboa.

Para não occasionar desordens, prejudiciaes á sua causa, submetteu-se o principe ás imposições: ordenou que no salão do theatro S. João fossem convocados o senado da camara, os eleitores de comarca e dois officiaes de cada um dos regimentos da guarnição da capital. Reunidos os cidadãos indicados, opinaram que D. Pedro jurasse e mandasse jurar as bases da constituição portugueza; que aceitasse uma junta de nove deputados, escolhidos entre todas as classes sociaes, para com elle collaborarem no governo—corporação incumbida de fiscalizar a responsabilidade dos ministros e secretarios de estado. A intenção de Avilez era que o principe fosse convenientemente vigiado, para que se não excedesse em amor pela felicidade e independencia dos brazileiros.

Nas mãos do bispo diocesano prestou D. Pedro juramento ás bases da constituição.

Foram eleitos os nove membros da junta: O bispo, D. José Caetano de Souza Coutinho; Marianno José Pereira

da Fonseca (no imperio, marquez de Maricá), José de Oliveira Barbosa, o vigario José Caetano de Aguiar, Joaquim de Oliveira Alvares, Joaquim José Pereira de Faro, Sebastião Luiz Tinoco, Francisco José Fernandes Barbosa e Manoel Pedro Gomes, e como adjuntos do commandante das armas, os brigadeiros Verissimo Antonio Cardoso e Francisco Saraiva da Costa Refoios.

Por decreto de 5 de Junho de 1821, o principe, cedendo á pressão do brigadeiro portuguez, demittiu o conde dos Arcos do cargo de ministro do reino e o substituiu pelo desembargador do paço, Pedro Alvares Diniz.

Preso de modo violento, em trajas domesticos e assim forçado a embarcar em companhia de uma filha, o conde tomou passagem no brigue portuguez *Treze de Maio* e partiu para a Europa. Para refazer-se de mantimentos, arribou o navio á Bahia a 20 do mesmo mez de Junho.

Por essa occasião, a junta provisoria bahiana, toda affecta a Portugal, portou-se de modo cruel e ingrato para com o titular illustre, a quem a cidade devia serviços de immortaldoura memoria. É honra apontal-os á gratidão da posteridade.

Foi o conde dos Arcos quem, no periodo de seu governo, de 1810 a 1818, fez progredir a instrucção publica e as lettras na capital bahiana; creou 24 cadeiras de instrucção primaria, de latim, agricultura, desenho, chimica, musica, pharmacia, curso completo de cirurgia, aula especial para o commercio; estabeleceu uma fundição militar; impulsionou a navegação do rio Jequitinhonha; fez abrir estradas de rodagem para pro-

porcionar comunicação com a capitania de Minas Geraes; fundou a bibliotheca publica por proposta de Pedro Gomes Ferrão, a 13 de Maio de 1811, installando-a com 3.000 volumes; a 13 de Maio do anno seguinte inatúgrou o theatro; reparou fortalezas; fez construir a da Jequitaiã; offereceu ao transitio uma estrada para o bellissimo arrabalde do Rio Vermelho; creou um correio terrestre para o Maranhão; contribuiu emfim com os seus esforços para o aformozeamento moral e maaterial da Bahia. Por seu influxo, fundou-se a primeira typographia, de que surgiu uma gazeta com o titulo suggestivo *Idade de Ouro*, redigida pelo padre Ignacio José de Macedo (1).

Possuidor de tantos titulos de benemerencia, quando suppunha vir encontrar amigos e protegidos que o acolhessem com a satisfação derivada do reconhecimento, o conde dos Arcos, em companhia de uma filha, experimentou em seu grande coração os maiores e mais fundos desgostos: viu-se privado de desembarcar; sentiu-se injuriado pela propria *Idade de Ouro* a que déra vida, e pelo padre Ignacio de Macedo, a quem cumulára de favores; soube que seu retrato fôra pela plebe arrancado da praça do Commercio—edificio mandado fazer por elle com o cuidado de quem levanta um monumento; presenceou, agrupados na praia,

(1) Era tambem redactor da *Idade de Ouro* o bacharel Diogo Soares da Silva Bivar. Este periodico teve publicidade no periodo decorrido de Maio de 1811 a 24 de Junho de 1823.

individuos de baixa classe a insultal-o atrozmente, sem que auctoridade alguma lhes cohibisse a baixeza da linguagem . . .

Para cumulo da perseguição contra o conde, a junta obrigou o capitão do brigue a assignar termo de o considerar como tendo vindo preso e assim entregal-o ao governo de Lisboa, com officio de 20 de Junho de 1821, em que era elle denunciado como *chefe da mais execranda conspiração* contra os interesses communs da nação e do Rei, e isso asseverava a junta referindo-se a cartas que muitos de seus membros haviam recebido do Rio de Janeiro de pessoas de intima confiança e de entranhado amor á monarchia constitucional.

As cartas compromettedoras, allegadas na accusação, nunca appareceram.

Accrescentava a denuncia que elle viéra á Bahia porque contava, n'essa capital, com um partido de servis, adeptos da independencia.

Com o espirito atribulado sob o peso de tantas affrontas, o conde dos Arcos, ao chegar a Lisboa, foi encarcerado na torre de Belém. Instaurou-se-lhe processo, e só depois de debattida toda a sua gloriosa vida politica, ficou provada a sua completa innocencia. Expediu-se-lhe portaria de soltura a 29 de Novembro de 1821. O documento que lhe restituiu a liberdade e que é um protesto contra a maldade de seus detractores, merece, como uma reparação, ser transcripto n'este livro:

«Manda el-rei, pela secretaria d'estado dos negocios da justiça, participar ao chanceller da casa da supplicação, que serve de regedor, que as côrtes geraes e extraordinarias da

nação portugueza, tomando em consideração o summario de testemunhas transmittido pela secretaria d'estado dos negocios da justiça, em data de 27 de Outubro a que procedeu o corregedor do crime da côrte, em virtude da ordem de 17 de Setembro proximo passado, acerca da supposta conspiração que a junta do governo da Bahia imputou ao conde dos Arcos na sua conta de 20 de Junho do presente anno, tendo juntamente presentes a memoria e documentos justificativos offerecidos pelo mesmo conde, de que tudo se mostra a falta de fundamento d'aquella imputação, em que a junta se reporta a cartas que não manda, reccbidas do Rio de Janeiro de pessoas que nem nomeia, accrescentando que o conde vinha em custodia no brigue *Treze de Maio*, quando é evidente por seus documentos que vinha para Portugal com sua filha, por licença do principe real: resolveram que o conde dos Arcos seja immediatamente restituído á sua inteira e plena liberdade. Em consequencia do que, manda o mesmo senhor que o sobredito chanceller da casa da supplicação, ficando n'esta intelligencia, faça logo expedir as ordens necessarias para inteiro e devido cumprimento do que as côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza têm ordenado. Palacio de Queluz, em 29 de Novembro de 1821. *José da Silva Carvalho.*

Veemente era a ancia dos brasileiros por saber quaes os golpes que Portugal, após a constituição, desfecharia contra a sua patria, para reduzil-a á servidão de outr'ora; o vexame não se fez esperar: chegou de Lisbôa a lei de

24 de Abril de 1821 declarando que todos os governos provinciaes só prestariam obediencia aos tribunaes da metropole.

Outros decretos, datados de 29 de Outubro de 1821, extinguindo os tribunaes do Rio de Janeiro e ordejando ao principe que abandonasse o governo e fosse completar a sua educação por alguns paizes da Europa (1), revelaram claramente quaes as intenções de Portugal em relação ao Brazil.

Dolorosa impressão causou em D. Pedro a inesperada ordem das côrtes portuguezas para que abandonasse o solo americano e fosse aprender em diversos paizes a arte de governar. Devia, porém, obedecer. Espirito disciplinado e não disposto a offerecer aos povos pernicioso exemplo de desrespeito á lei, deliberou cumprir o decreto, partindo logo para Lisboa na fragata *União*. Propalado este designio, vivis-

(1) O decreto determinando o regresso de D. Pedro para Portugal é do teor seguinte :

«As côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, havendo decretado, em data de 29 de Setembro de 1821, a fórma de governo e administração publica das provincias do Brazil de maneira que a continuação da residencia do principe real no Rio de Janeiro se torna não só necessaria como se deve á sua alta jerarchia ; e considerando juntamente quanto convém aos interesses da nação que Sua Alteza Real viaje por alguns paizes illustrados a fim de obter aquelles conhecimentos que se fazem necessarios para um dia occupar dignamente o throno portuguez, resolvem :

Art. 1.º — Que o principe real regresse quanto antes para Portugal.

Art. 2.º — Que Sua Alteza Real, logo que chegue a Portugal, passe a viajar incognito ás côrtes e reinos de Hespanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes e adhesão ao systema constitucional que para esse fim Sua Magestade houver por bem de nomear, etc.

Dado no palacio de Queluz em o 1.º de Outubro de 1821 ! El-Rei com guarda.
José da Silva Carvalho.

simos protestos se levantaram, como desaffronta a brios offendidos. O Brazil considerou-se insultado na humilhação imposta ao regente.

A provincia de Minas Geraes enviou immediatamente emissarios ao principe, solicitando-lhe permanencia no Brazil e desobediencia ás ordens emanadas de Lisboa.

Sciende das manifestações que em seu favor eram promovidas em tres provincias, escrevia D. Pedro a seu pae em data de 16 de Dezembro:

« Não só os brasileiros, a maior parte tambem dos portuguezes estabelecidos e proprietarios no paiz, marcham de accordo para obstar á minha sahida. Mas eu farei tudo por obedecer, mantendo a ordem, e expondo, si preciso fôr, a propria vida, para sustentar o systema constitucional. Projectam-se representações das provincias de S. Paulo e Minas para se ligarem n'este pensamento ou para proclamarem a independencia. Mas eu obedecerei ás ordens que recebi. »

E em 30 do mesmo mez :

« Já não é uma opinião parcial: tornou-se geral dos povos. »

Por parte da junta de governo de S. Paulo foi dirigida ao principe uma energica representação, datada de 31 de Dezembro de 1821, devida á penna patriotica de José Bonifacio e de que extrahimos topicos: « Apenas fixámos a nossa attenção sobre o primeiro decreto das côrtes acerca da organização do governo das provincias do Brazil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos n'elle

exarado o systema da anarchia e da escravidão; mas o segundo, pelo qual V. A. R. deve regressar para Portugal, a fim de viajar incognito sómente pela Hespanha, França e Inglaterra, causou-nos um verdadeiro horror. Nada menos se pretende do que desunir-nos e até deixar-nos em misera orphandade, arrancando-nos do seio da grande familia braziliense o unico pae commum que nos restava, depois de terem esbulhado o Brazil do benefico fundador d'este reino, o augusto pae de V. A. R. Enganam-se, assim o esperamos em Deus, que é o vingador das injustiças. Elle nos dará coragem e sabedoria.»

Fazia ver que o juramento ás bases da constituição equivalia á declaração de adoptar-se os principios de direito publico universal, e não obrigava os brasileiros, que se não achassem representados nas côrtes, a obedecer á projectada constituição, enquanto a não approvassem.

«Como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brazil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada provincia e de um reino inteiro? Como ousam desmembral-o em porções desatadas e isoladas, sem lhes deixarem um centro commum de união e de força? Como ousam roubar a V. A. R. a logar-tenencia, que seu augusto pae, nosso Rei, lhe concedêra? Como querem despojar o Brazil do desembargo do paço, mesa de consciencia e ordens, conselho da fazenda, junta do commercio, casa de supplicação e de tantos outros estabelecimentos novos, que já promettiam futuras prosperidades? Para onde recorrerão

os povos desgraçados a bem de seus direitos economicos e judiciaes? Irão agora—depois de acostumados por treze annos a recursos promptos—soffrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapaças dos tribunaes de Lisboa, atravez de duas mil leguas de oceano, aonde os suspiros dos vexames perdiam todo o alento e esperança?»

Convocada pelo ouvidor interino José da Costa Carvalho —elevado no imperio ao titulo de marquez de Monte Alegre —a camara de S. Paulo adheriu á deliberação da junta governativa e expediu para o Rio de Janeiro uma deputação composta de José Bonifacio, coronel Antonio Luiz da Gama Lobo e marechal José Arouche de Toledo Rendon, incumbidos de supplicar ao principe que desobedecesse aos decretos luzitanos.

A 2 de Janeiro de 1822 o corpo commercial fluminense pediu ao presidente da camara, José Clemente Pereira, que em acto de vereança extraordinaria propuzesse egualmente ao principe recusa ao cumprimento d'aquelles decretos.

Um brazileiro eminente, frei Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio, redigiu, em sua cella, no convento de Santo Antonio, a representação que os povos dirigiam a D. Pedro para que não cumprisse os decretos e especialmente aquelle que lhe ordenava prompta retirada do Brazil. A representação era assignada em casa de um dos promotores do movimento, José Joaquim da Rocha.

Foi designado o dia 9 de Janeiro de 1822 para a entrega

do importante documento contendo mais de 8.000 assignaturas.

Formou-se uma enorme procissão civica, solemnizada com a presença de auctoridades respeitaveis, a junta governativa do Rio Grande do Sul, representada pelo coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura, todos os membros do senado da camara, grande numero de officiaes brasileiros, acompanhados de massa compacta de povo.

O prestito desfilou em ordem pela rua do Ouvidor e rua Direita (hoje 1.º de Março), até ao Largo do Paço; ao meio dia o principe D. Pedro recebia a commissão constituída pelo senado da camara. Falou José Clemente Pereira, que em seu entusiastico discurso chegou a declarar que a partida do regente importava na independencia do Brazil, pois que o paiz já se não podia conter em face de tantos desacatos, e perorou declarando que o navio que conduzisse Sua Alteza, surgiria no Tejo com a nova bandeira do Brazil independente.

Impressionado vivamente com esta attitude dos representantes, o principe, depois de reflexionar sobre os graves acontecimentos que iam decorrer de sua resolução, deu a seguinte resposta, que pelo presidente do senado da camara foi transmittida á multidão que se comprimia no Largo do Paço: «Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto. Diga ao povo que fico.»

Enthusiasticas acclamações acolheram estas palavras e delirante foi a alegria popular. Á noite a cidade illuminou-se festivamente e no dia 10 foram levantadas peças de fogos de

artificio nas principaes praças e arcos de folhagem nas ruas de mais movimento (1).

Aferrados ao velho regimen do absolutismo, os portuguezes mostraram-se revoltados contra as justas expansões dos patriotas, e em magotes promoveram desordens, apagando a bordoadas a illuminação, quebrando os postes dos fogos de artificio e insultando a todos quantos applaudiam a resolução de D. Pedro. Para este reprehensivel procedimento sentiam-se acoroçoados pelo tenente-general Jorge de Avilez, que commandava as tropas portuguezas da Divisão Auxiliadora.

Pretendeu este official ir de encontro á opinião—apri-sonar o principe e sua familia á sahida do theatro e debaixo de força remettel-os para Portugal na fragata *União*, fazendo jus á benemerencia da metropole pelo arrojado feito d'armas.

Avisado a tempo, o principe evitou a cilada, e no dia seguinte fez reunir tropas de milicianos. Nova revolta se declarava, pondo em sobresalto a população fluminense.

(1) Por essa occasião distribuiram-se no theatro avulsos propigando a idéa de independencia : um d'elles apresentava esta decima :

Para ser de gloria forte,
Inda que não fosse herdeiro,
Seja já Pedro primeiro.
Si algum dia ha de ser quarto,
Não é preciso algum parto
De bernarda atroador.
Seja nosso Imperador,
Com governo liberal,
De côrtes, franco e leal,
Mas nunca nosso senhor !

O final d'estes versos exprimia o receio geral de que, de posse do supremo poder, quizesse o principe seguir o systema despotico adoptado por seu pae.

Para tomar posição conveniente, ficando a cavalleiro da cidade, Jorge de Avilez foi com a Divisão Auxiliadora para o morro do Castello e ahi assestou uma peça de artilheria a alvejar a casa da rua da Ajuda n. 64, onde residia o capitão-mór José Joaquim da Rocha, e onde tinha sido assignada a representação ao regente.

Reconheciam os brazileiros a posição melindrosa em que as circumstancias haviam collocado o principe, posição que deveria ser mantida á custa de sangue, si necessario fosse.

Cumpria que se mostrasse a Jorge de Avilez quanto era reprovada a precipitação de seu acto e quanto merecedor de castigo o desrespeito que usava para com seu superior hierárchico.

O campo de Sant'Anna encheu-se de milicianos, de tropas vindas dos arrabaldes e de paizanos que se offereciam a tomar armas para defender o principe. In-continenti mandou-se conduzir da Praia Vermelha toda a artilheria ahi existente; expediram-se proprios para Minas e para S. Paulo em demanda de reforços.

Antes de se ir tomar o morro do Castello, D. Pedro mandou pelo general Joaquim Xavier Curado intimar ao tenente-general Jorge de Avilez que depuzesse as armas, evitando assim effusão de sangue. Reconhecendo que lhe era materialmente impossivel resistir a forças superiores aprestadas em dar-lhe decisivo ataque, o official portuguez capitulou, e pediu para se transportar com sua divisão para Nictheroy, onde iria aguardar a chegada das tropas portuguezas que

viriam obrigar o principe á obediencia. Realizou-se esta mudança a 12 de Janeiro de 1822, e a 15 de Fevereiro foi Avilez obrigado a deixar o porto do Rio de Janeiro e a recolher-se a Portugal.

Aproveitando elementos preciosos que via congregar-se em torno de si, D. Pedro substituiu, a 16 de Janeiro de 1822, o antigo ministerio, que havia pedido demissão, por outro assim composto: José Bonifacio de Andrada e Silva, ministro do reino e de estrangeiros; Joaquim de Oliveira Alvares, ministro da guerra; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ministro da fazenda; e Manoel Antonio Farinha, ainda com a pasta dos negocios da marinha.

Assumiu desde logo preponderancia no ministerio o paulista José Bonifacio, pela vastidão de seus conhecimentos scientificos e litterarios, que o tornavam uma das mais altas capacidades de seu tempo. D. Pedro teve-o por amigo e conselheiro intimo, inspirador de patrioticas idéas que necessario era pôr logo em pratica em tão melindrosa conjunctura.

Para que de modo energico se iniciasse diversa fórma de governo nas provincias, o novo ministerio, impulsionado pelo talento de José Bonifacio, convocou, por decreto de 16 de Fevereiro, um conselho de procuradores geraes — para se não dizer abertamente deputados ás côrtes do Rio de Janeiro — incumbidos de trazer ao conhecimento do governo todas as reformas reclamadas pelas circumscripções que representavam.

As provincias deviam mandar de um a tres procuradores,

conforme fossem menos de quatro, ou mais de oito os deputados que enviassem ás côrtes portuguezas.

Cinco dias depois, a 21 de Fevereiro, novo decreto era publicado pelo ministerio, prohibindo expressamente que tivessem vigor leis novas e decretos portuguezes sem que o principe regente os tivesse examinado e lhes deitado o competente *Cumpra-se*.

Para que fossem tomadas todas as medidas defensivas, o ministerio expediu ordens-circulares a todas as provincias, prohibindo que nos diversos portos do Brazil desembarcassem tropas portuguezas, consideradas hostis ao governo que começava a instituir-se.

Eutrava, portanto, o Brazil em phase de aberta rebellião contra a metropole, erroneamente capacitada de o poder transformar na antiga colonia.

A 9 de Março de 1822 entrou á barra do Rio de Janeiro uma esquadra portugueza commandada por Francisco Maximiano de Souza. D. Pedro impediu-lhe desembarque; intimou-lhe entrega da fragata *Carolina*; e só permittiu que baixassem á terra os marinheiros que se quizessem alistar ao serviço do Brazil; cerca de 500 homens abandonaram a esquadra, grande parte por deserção, e vieram collocar os seus serviços ás ordens do principe.

De muitos pontos do Brazil foram levadas a D. Pedro adhesões á causa da independencia.

A Provincia Cisplatina, o Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Goyaz enviaram ao Rio de Janeiro deputações,

significando protestos de solidariedade para com o animoso regente. Dominadas pelo temor ou pela força, outras provincias viam-se impossibilitadas de acompanhar este bello e patriótico movimento.

Pernambuco, porém, pundonoroso como sempre, vingou os brios do norte: expulsou de sua guarnição o batalhão dos Algarves; repelliu do commando das armas o brigadeiro José Corrêa de Mello e em 1.º de Junho de 1822 declarou-se francamente em favor do principe regente.

Lucta maior, mais encarniçada e mais gloriosa sustentou a Bahia, no periodo decorrido de 17 de Fevereiro de 1822 a 2 de Julho de 1823—dezesete mezes de sacrificios e de rasgos heroicos, em que foi posta em evidencia a bravura de um povo, ancioso por libertar-se de estrangeiro dominio.

Illuminamos o inicio do tomo II d'estas *Memorias* com a luz que se irradia de tantos feitos dignos dos applausos dos pósteros, como brilhantes exemplos do quanto pôde o amor ao patrio torrão e o devotamento ás instituições que florescem á sombra da liberdade.

Ao encerrar este primeiro livro, corre-nos o dever de apresentar ao leitor uma elucidação sobre o nome do rio que banha a villa de Santa Cruz e a que nos referimos em nota á pag. 22. Guiado pela tradição ou por alguma antiga chronica, o padre Manoel Ayres do Casal, considerado mestre da chorographia brasileira, deu áquelle rio o nome de *João de*

Tyba, e como tal o mencionámos, apesar da estranheza que o appellido *Tyba* nos causava.

Depois de impressa a pagina, estudos minuciosos sobre o assumpto nos orientaram de que o verdadeiro nome do rio é *Sernambitiba*, palavra tupy, formada de *sernambi*, mollusco do genero *lucina*, (classificação de d'Orbigny) de conchas redondas, equivalves, e *tiba*, quantidade. Tanto n'aquelle rio como em toda a costa da Bahia, abundam as conchas *sernambi*, de bonito aspecto pela alvura e por apresentar linhas longitudinaes, fortemente gravadas, em fórma de leque. No Pará são chamadas *sambaqui* e em S. Paulo e Paraná—*amêijoas*, como em Portugal.

Fica d'este modo substituida a alludida nota.

INDICE ANALYTICO



INDICE ANALYTICO

DO

TOMO PRIMEIRO



Á PATRIA

Pags.

Invocação á Musa. — Homenagem á Patria.

EM NOTAS

Elogios á bahia Guanabara, por Ferdinand Dénis, Augusto de Saint-Hilaire, Carlos Darwin e Paulo Gaffarel. — Glorias literarias e artisticas da Patria: José Basilio da Gama; opinião de Almeida Garrett. — Domingos José Gonçalves de Magalhães; opinião de Mont'Alverne. — Frei José de Santa Ritta Durão; opinião de Pereira da Silva. — Antonio Gonçalves Dias; opinião do dr. Joaquim Manoel de Macedo. — Castro Alves; opinião do dr. Ruy Barbosa. — Manoel de Araujo Porto Alegre; opiniões do dr. Olegario Herculano Aquino de Castro e conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. — Manoel Antonio Alvares de Azevedo, homenagem do poeta Felix da Cunha e opinião do poeta portuguez Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro. — Luiz Nicolau Fagundes Varella; opinião do jornalista Ferreira de Menezes. — José de Alencar; opinião de José Verissimo. — Na inauguração da estatua do grande romancista cearense, discursos do jornalista Ferreira de Araujo, do romancista Coelho Netto e dos poetas Olavo

	Pags.
Bilac e Antonio Salles. — Antonio Carlos Gomes; apreciação do auctor. — Pensamento de Proudhon sobre o ideal de justiça, considerado garantia de solida existencia moral dos Estados. — Biographias dos naturalistas barão de Humboldt e Aimé Bonpland. — Referencia á bravura dos amazonenses commandados pelo coronel rio-grandense José Placido de Castro, no territorio do Acre. — Trecho de discurso do dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello sobre o Rio Grande do Sul	v

PREFACIO

Epigraphes de E. Littré e de Numa Droz. — Historico das presentes *Memorias*. — A *Empresa Editora*. — Um lance da Odisséa. — Os versos finaes do *Inferno* de Dante.

EM NOTAS

Biographias dos drs. Prudente de Moraes e Manoel Victorino. — Poesia de Antonio Augusto de Mendonça á memoria do general Pedro Labatut: biographia do poeta e opinião do dr. Teixeira de Mello	xxv
--	-----

BREVES CONSIDERAÇÕES

Épigraphes de Eduardo Prado e A. Schopenhauer. — Fórmias de governo. — A supremacia da Republica. — Opiniões de Ortolan e Gambetta. — O papel de La Fayette nos Estados Unidos da America e na França. — Referencia á conjuração mineira. — A preponderancia da Republica Federal. — Opiniões de Emilio Castellar, dr. Assis Brazil, Latino Coelho e Alfredo Naquet. — A necessidade do levantamento da instrucção primaria no Brazil. — A instrucção publica na Hollanda e na Republica Argentina. — Opinião do professor Luiz Augusto dos Reis sobre a instrucção primaria em Bruxellas. — Uma carta de D. Pedro II sobre

a construcção de edificios apropriados ás escolas publicas.
— Urgencia de uma forte e geral propaganda civica. — In-
citantamentos á mocidade para o engrandecimento moral da
Patria.

Pags.

EM NOTAS

Apontamento sobre Emilio Castellar. — Seis disposições da
constituição Suissa. — Biographia de Latino Coelho. —
A nacionalidade do jornalista e orador democrata Maga-
lhães Lima. — Apontamentos sobre D. Pedro II, ex-impe-
rador do Brazil. — Decadencia actual do ensino primario
no Brazil. — Fundação da *Liga de Educação Civica*, na
Bahia. XXXVII

CAPITULO I

Portugal no periodo da Renascença. — Os grandes homens
do florescimento das artes, das letras, das sciencias:
Gutenberg, Christovão Colombo, Vasco da Gama, Bra-
mante, Raphael, Leonardo de Vinci, Fernão de Magalhães,
Luthero, Copernico, Miguel Angelo, Luiz de Camões. —
O infante D. Henrique. — A escola de Sagres. — Os nave-
gantes João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira, Velho
Cabral, Gil Eannes, Pedro de Cintra, João de Santarém,
Pero Escobar, Diogo Cão, Martim Behaim, Bartholomeu
Dias, Vasco da Gama, Alonso de Hojeda, Americo Ves-
pucio, João de la Cosa, Vicente Yañez Pinzon, Diogo de
Leppe. — Descobrimto do Brazil pelo almirante portu-
guez Pedro Alvares Cabral.

EM NOTAS

O Concilio de Salamanca. — Biographia de Christovão
Colombo. — Caravelas colombinas. — A armada de Fernão
de Magalhães. — A venda de indulgencias pelo frade João

	Pags.
Tetzel.—A ilha de Porto Santo.—A <i>Atlantida</i> .—A expedição de Bartholomeu Dias.—Pero da Covilhã, Prestes João.—A frota de Vasco da Gama.—Opiniões do visconde de Porto Seguro, dr. João Mendes de Almeida e padre Manoel Ayres do Casal sobre o cabo brasileiro descoberto por Pinzon.—A frota de Cabral.—Explicação da mudança de 22 de Abril para 3 de Maio, como data do descobrimento do Brazil.—Situação geographica da villa de Santa Cruz (Bahia).—O quadro de Victor Meirelles <i>A primeira missa no Brazil</i> .—A descoberta do jazigo de Pedro Alvares Cabral pelo visconde de Porto Seguro.—Onde morreu Bartholomeu Dias.—Provas de que o Brazil foi descoberto casualmente	I

CAPITULO II

A carta-chronica do descobrimento do Brazil, escripta ao rei D. Manoel por Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Alvares Cabral.

EM NOTAS

Onde se acha o original da carta de Caminha.—Opinião de Ferdinand Denis.—Prova de que a frota não foi impellida para oeste por meio de tempestade.—Situação do monte *Paschoal*.—Explicação da palavra *Brazil*.—A memoria do visconde de Porto Seguro intitulada *Nota acerca de que não foi na—Coróa Vermelha—na encada de Santa Cruz, que Cabral primeiro desembarcou e em que fez dizer a primeira missa*.—Contestação feita pelo general Henrique de Beaurepaire Rohan em seu trabalho historico *O primitivo e o actual Porto Seguro*.—Descripção da bahia *Cabralia*.—Referencia ao livro *A Bahia Cabralia* do major Salvador Pires de Carvalho Aragão.—O marco demonstrativo da cruz cabralina.—Os degredados Affonso Ribeiro e João de Thomar

CAPITULO III

Pags.

Como appareceu o homem americano? — Opiniões de naturalistas sobre a unidade ou pluralidade das raças humanas. — Os indigenas brasileiros. — Principaes divisões e pontos que habitavam. — Linguagem. — Apreciações de Humboldt, Orbigny e Gonçalves Dias. — Etymologia de alguns vocabulos indigenas empregados na designação de nossos Estados, cidades, povoações, rios, serras e ilhas—Religião. — Opinião de Couto de Magalhães. — Divindades protectoras e maleficas. — Lenda do pae *Sumé* (S. Thomé), lenda de *Mani*, sobre o apparecimento da *mandioca*. — A influencia dos *Pagés*. — As habitações. — A fórma de governo. — Como era comprehendido o dever de hospitalidade. — De que fórma se constituia a familia. A prole. — A adopção de nomes proprios. — A velhice dos selvagens. — Enfeites, enterramentos, caça e pesca. — Uso do fogo. — Artes: a ceramica indigena do Pará e do Rio Grande do Sul. — Os *sambaquis*. — A tribu das Amazonas ou indios *Uaupés*. — Como se praticava a navegação. — Hygiene. — Musica e dança: testemunho do jesuita Simão de Vasconcellos. — Armas. — Anthropophagia. — Como faziam a guerra: testemunho do chronista allemão Hans Stadt. — Cerimonia apparatusa no sacrificio do prisioneiro *Y-juca-pyrama*.

EM NOTAS

Noticia de uma viagem do anthropologista Ernesto Hæckel á ilha de Java. — Livros sobre a lingua geral dos indigenas. — Auctores que acreditaram na supposta vinda de S. Thomé ao Brazil. — Sobre *Caraibas* e *Piagas*. — A flor *Manacá*. — Enterramentos entre os Guaranyes e entre os Botocudos. — Descripção do *pirarucú*—Nomes indigenas dos metaes. — Obras sobre a ceramica indigena. — Urnas funerarias descobertas pelo illustrado Carlos

	Pags.
von Koseritz. — Opinião de Couto de Magalhães sobre o homem fossil americano. — Titulo da obra do escriptor allemão Hans Stadt sobre o Brazil	69

CAPITULO IV

Primeira expedição. D. Nuno Manoel e Americo Vespuccio. — Ancoragem na costa do Rio Grande do Norte. — Visita aos indigenas. — Trucidamento de dois marinheiros. — Descobrimto do cabo de Santo Agostinho e rio S. Francisco. — Passagem pela Bahia de Todos os Santos, cabo de S. Thomé, bahia Guanabara, Angra dos Reis, ilha de S. Sebastião. — Bacharel João Ramalho, degredado. — Viagem ao extremo sul da America, immedições da Georgia Austral. — Regresso para Lisboa. — Segunda expedição. — Gonçalo Coelho. — Ainda Americo Vespuccio. — Naufragio da capitânea defronte á ilha de Fernando Noronha. — Continuação da exploração por Americo Vespuccio. — Demora em Cabo Frio. — Volta para Lisboa. — Exploração por Gonçalo Coelho. — Viagem até ao cabo das Virgens. — Regresso ao Rio de Janeiro.

EM NOTAS

Biographia de Americo Vespuccio. — Defesa da reputação d'este grande navegante. — Opinião do historiador Candido Mendes sobre a viagem á Georgia Austral	121
--	-----

CAPITULO V

Exploradores francezes. — Expedição da nau *Bretóla*. — Terceira expedição. — Christovão Jacques. — Feitoria em Iguarassú (Pernambuco). — Viagem ao Rio da Prata. — Regresso á Bahia. — Encontro de contrabandistas no Reconcavo. — Quarta expedição. — Martim Affonso de Souza. — Apresamento de navios francezes. — Chegada á Bahia

de Todos os Santos. — Viagem ao Rio de Janeiro e ao porto de Cananéa. — A proposta de Francisco Chaves para exploração de ouro e prata: desastre de 80 portuguezes commandados por Pero Lobo Pinheiro. — Viagem á ilha de Santa Catharina e cabo de Santa Martha. — Naufragio defronte do rio Chuy. — Proseguimento da exploração por Pero Lopes de Souza. — Ilha dos Lobos e das Flores. — Monte S. Pedro (Cerro de Montevidéo). — Subida pelo rio Uruguay. — Regresso á ilha das Palmas. — Fundação da povoação de S. Vicente e a Aldea dos Itanhaens. — Fundação de Santos. — Regresso de Pero Lopes e Martim Affonso a Portugal.

Pags.

EM NOTAS

A frota de Martim Affonso de Souza. — Commentários dos historiadores Candido Mendes de Almeida e frei Gaspar da Madre de Deus sobre João Ramalho. — Descrição do marco de marmore encontrado na costa da ilha do Cardoso, ao sul da barra de Cananéa e conservado pelo *Instituto Historico e Geographico do Brazil*. — Referencia ao livro historico *A Villa de Itanhaem*, de Benedicto Calixto, pintor paulistano. — Explicação do nome indigena da cidade de Santos. — A sepultura de Braz Cubas . .

137

CAPITULO VI

Divisão do Brazil em capitanias: S. Vicente, Santo Amaro, Itamaracá, Parahyba do Sul, Espirito Santo, Porto Seguro, Ilhéos, Bahia de Todos os Santos, Pernambuco, Maranhão e Ceará. — Seu progresso e decadencia.

EM NOTAS

Dimensões das capitanias — Biographia do padre Antonio Vieira. — Homenagem prestada pela Bahia por occasião

	Pags.
do bi-centenario da morte do padre Antonio Vieira. — Biographia do historiador conselheiro João Manoel Pereira da Silva. — A carta regia contra os ourives brasileiros. . .	151

CAPITULO VII

Governo geral do Brazil. Thomé de Souza. — Diogo Alvares,
o *Caramuru*. Fundação da cidade do *Salvador*, da Bahia.
— A catechese dos indios pelos jesuitas. — Provas de que
Diogo Alvares e Catharina Paraguassú não casaram em
França.

EM NOTAS

Prova de que a cidade do Salvador foi fundada a 30 de Maio de 1549. — Biographias dos historiadores Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva e frei Antonio de Santa Maria Jaboatão. — Sobre o nome do colono Diogo Alvares. — Expli- cação do appellido <i>Caramuru</i> . — Os filhos de Diogo Alvares. — Escriptores que mencionaram o suicidio de <i>Moema</i> . — Biographia do historiador visconde de Porto Seguro (Francisco Adolpho de Varnhagen)	175
--	-----

CAPITULO VIII

Governador geral Duarte da Costa. — Os jesuitas em S. Paulo.
— João Ramalho. — O bispo D. Pero Fernandes Sardinha.
— O estabelecimento do invasor francez Nicolau de Ville-
gaignon na bahia do Rio de Janeiro. — Mem de Sá. — A
confederação dos tamoyos. — Interferencia dos jesuitas
Manoel da Nobrega e José de Anchieta. — Estacio de Sá,
fundador da cidade do Rio de Janeiro. — Luiz de Britto
e Almeida e dr. Antonio de Salema, governadores geraes.

EM NOTAS

Sobre o poema *A Confederação dos Tamoyos*. — Exumação
dos ossos de Estacio de Sá, fundador da cidade do Rio de

	Pags.
Janeiro. — Biographia do historiador dr. Alexandre José de Mello Moraes	193

CAPITULO IX

A Inquisição. — A Companhia de Jesus. — O importante papel dos jesuitas na catechese e civilização dos selvagens, após o descobrimento. — Os jesuitas Nobrega, Aspilcueta Navarro e José de Anchieta. — Decadencia da instituição.

EM NOTAS

Opinião de Pinheiro Chagas sobre o fanatismo de D. João III.	21
— O primeiro collegio dos jesuitas fundado na Bahia.	
— O jesuita Manoel de Paiva posto em leilão. — A missão do jesuita Leonardo Nunes na capitania de S. Vicente. — Versos em lingua tupy, colleccionados pelo historiador Couto de Magalhães. — Versos latinos do jesuita Anchieta, vertidos em português pelo poeta bahiano Guilherme Camacã. — Versos de Fagundes Varella a Anchieta. — Obras de José de Anchieta. — Conferencias publicas effectuadas em S. Paulo no tricentenario da morte do padre Anchieta. — Biographias dos historiadores general Couto de Magalhães, dr. Eduardo Prado, Joaquim Norberto de Souza Silva. — Uma conferencia do padre Julio Maria, na Bahia. — Protesto do arcebispo D. Jeronymo contra desacato praticado na cathedral bahiana	207

CAPITULO X

A perda da independencia de Portugal. — Philippe II. — O governador geral Manoel Telles Barretto. — Estado em que se achava a Bahia no fim do seculo XVI. — O colonochronista Gabriel Soares de Souza.

	Pags.
EM NOTAS	
A obra historica de Gabriel Soares.-- A fabula do paiz do <i>El-Dorado</i> .—O testamento de Gabriel Soares	235

CAPITULO XI

Conquista do Rio Grande do Norte. -- Piratas inglezes: Eduardo Fenton, Roberto Wethrington, Cocke, Thomaz Cavendish, James Lancaster. -- Piratas hollandezes: Harteman, Broer e Paulo van Carden. -- Piratas francezes: Jacques Riffault e Charles des Vaux. -- Primeira invasão hollandea, na Bahia. -- Governador Diogo de Mendonça Furtado. -- Bispo D. Marcos Teixeira. -- Almirante Jacob Willekens, vice-almirante Pieter Pieterszoon Hayn, commandante Johan van Dorth, major Allert Schouten. -- O capitão Francisco Padilha. -- Almirante hespanhol D. Fradique de Toledo. -- Hans Kyff. -- Manoel de Menezes, commandante das tropas luzitanas. -- D. Francisco de Almeida, almirante da esquadra portugueza. -- Mestre de campo Antonio Moniz Barretto. -- Intrepidez de Juan Vidal. -- Capitulação dos hollandezes.

EM NOTAS

Provas de que o forte de S. Marcello não foi edificado pelos hollandezes e sim pelo governador Diogo de Mendonça Furtado e reconstruido pelo conde de Castello Melhor e pelo conde dos Arcos. -- Opinião de Rocha Pitta sobre o abandono em que ficou a Bahia. -- Biographia de Sebastião da Rocha Pitta. -- Opinião de Pereira da Silva sobre Rocha Pitta como historiador. -- Nove artigos da capitulação hollandea.	245
--	-----

Pags.

CAPITULO XII

Segunda invasão hollandeza, em Pernambuco. — Mathias de Albuquerque. — Hendrick Loncq, Pieter Adriaan zoon, Diederick van Weerdemburch. — O indio *Poty* (*Camarão*). — D. Antonio de Oquendo. — O general Adrian Janssen Pater. — Combate naval em aguas da Bahia. — A morte de Janssen Pater. — O mameluco Domingos Fernandes Calabar. — Victorias dos hollandezes. — D. Luiz de Rojas y Borja. — Conde Bagnuolo. — Henrique Dias. — André Vidal de Negreiros. — Principe João Mauricio de Nassau: seus desastres na Bahia e florescimento em Pernambuco. — Combate naval, perto da ilha de Itamaracá. — Derrota da esquadra luzo-hespanhola. — O governador geral D. Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão.

EM NOTAS

A morte do almirante Pater. — Opiniões de frei Manoel do Salvador e do dr. Mello Moraes sobre Calabar. — Apontamentos sobre os poetas bahianos dr. Agrario de Souza Menezes e dr. Antonio Joaquim Rodrigues da Costa. — Elogio do conego Fernandes Pinheiro á politica de Nassau. — Biographia do historiador conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro

269

CAPITULO XIII

Guerra contra os hollandezes. — Lichthardt no Maranhão. — Governador Bento Maciel. — Representação dos paulistas contra os jesuitas. — Governador geral Antonio Telles da Silva. André Vidal de Negreiros. — Antonio Teixeira de Mello. — João Fernandes Vieira. — Antonio Dias Cardoso, Henrique Dias. — Henrique Haus. — Combate no monte das Tabocas. — Martin Soares Moreno. — Capitulação hollandeza no engenho Wilh. — Segismundo van

Pags.

Schkoppe na ilha de Itaparica.—O mestre de campo Francisco Rebello.—Schkoppe no Reconcavo da Bahia.—O governador Antonio Telles de Menezes, conde de Villa Pouca de Aguiar.—O general Francisco Barretto de Menezes.—As duas batalhas dos Guararapes.—O almirante Pedro Jacques de Magalhães.—Derrota dos holandezes.—A capitulação da *Campina do Taborda*.—A cerimonia da restauração de Pernambuco.—Prosperidade de Pernambuco no dominio hollandez.

EM NOTAS

A supposta aclamação de Amador Bueno como rei de Portugal.—Biographia de frei Gaspar da Madre de Deus.—Apointamentos sobre o jesuita Manoel de Moraes.—Opinião do dr. José Hygino Duarte Pereira sobre o principe Nassau.—Apointamentos sobre João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.—Situação do monte das Tabocas.—Numero de mortos em Itaparica no combate contra os holandezes.—Explicação dos nomes proprios do indio Camarão.—A egreja commemorativa da victoria dos Guararapes.—Naufragio do governador Antonio Telles da Silva.—Situação da campina do Taborda.—Apointamentos sobre o antigo paço do senado da Camara da Bahia, mudado hoje em paço da Intendencia Municipal.—Biographia do historiador dr. Joaquim Manoel de Macedo . . .

289

CAPITULO XIV

Vexames contra o desenvolvimento do commercio brasileiro.—Companhias privilegiadas.—Os revolucionarios Manoel Beckman, Thomaz Beckman e Jorge de Sampaio, no Maranhão.—Supplicio de Manoel Beckman e Jorge de Sampaio.—O quilombo dos Palmares, no sertão de Alagoas.—O preto *Zumbi*.—O paulista Domingos Jorge Velho, Sebastião Dias e Bernardo Vieira.—Rivalidade

entre Olinda e Recife: guerra dos *Mascales*. — Rivalidade entre os paulistas e os portuguezes na exploração do ouro: guerra dos *Emboabas*. — Os trabalhos de exploração executados pelos paulistas. — Os *bandeirantes*. — Os chefes Domingos da Silva Monteiro, paulista, e Mançel Nunes Vianna, portuguez. — O combate do *Rio das Mortes*. — A amnistia.

Pags.

EM NOTAS

A invasão do palacio do governo do Maranhão por Manoel Beckman. — Apontamento sobre Thomaz Beckman. — Morte do delator Lazaro de Mello. — Morte de Manoel Beckman. — Logares occupados pelo quilombo. — Sobre a morte do *Zumbi*. — Achado de um diamante equivalente a um titulo de Capitão-mór. — Apontamentos sobre o dr. Caetano Lopes de Moura — A linha divisoria traçada pelo papa Alexandre VI para as conquistas luzo-hespanholas na America. — Opiniões dos escriptores portuguezes Eça de Queiroz e Christovão Ayres sobre o publicista brasileiro Eduardo Prado. — Interpretações sobre a palavra *emboaba*. — O frade Francisco de Menezes. . . .

309

CAPITULO XV

Fundação da colonia do Sacramento no Rio da Prata. — Conflictos entre hespanhões e portuguezes. — D. José de Garro e D. Manoel Lobo. — Duarte Teixeira Chaves. — Sebastião da Veiga Cabral. — Manoel Gomes Barbosa. — Mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca. — D. Bruno Mauricio de Zabala. — D. Miguel de Salcedo e Antonio Pedro de Vasconcellos. — A invasão do francez João Francisco Duclerc no Rio de Janeiro. — Governador Francisco de Castro Moraes, frade Francisco de Menezes e capitão Bento do Amaral Gurgel Coutinho. — Assassinato de Duclerc. — Represalia do almirante Renato Duguay-Trouin: expo-

liação praticada por este almirante. — O estado do Brazil sob o governo de D. João V.

Pags.

EM NOTAS

Certidão de obito de Duclerc. — Opiniões dos historiadores Southey e dr. Joaquim Manoel de Macedo sobre a causa do assassinato de Duclerc. — O saque praticado pelo almirante Duguay-Trouin. — Morte de Amaral Gurgel. — O artigo principal da capitulação portugueza. — O prejuizo monetario da população. — Rendimento do *quinto* do ouro remettido para Portugal no reinado de D. João V, e sua applicação 325

CAPITULO XVI

Diversos inventores deapparehos aerostaticos. — Biographia do padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão: sua precedência sobre os irmãos Montgolfiers. — Descrição de sua machina. — A subida a 8 de Agosto de 1709, em Lisboa. — Biographia de Alberto dos Santos Dumont, o descobridor da dirigibilidade das aeronaves. — A gloriosa conquista do premio de 100.000 francos em Pariz, a 19 de Outubro de 1901.

EM NOTAS

Obra do visconde de S. Leopoldo sobre Alexandre de Gusmão e Bartholomeu Lourenço de Gusmão. — Equivocos do historiador Mauricio Lachatre sobre o padre Gusmão. — Honras concedidas ao *Padre*. — Versos humoristicos a proposito do invento do padre Gusmão. — Prova de que o inventor santista falleceu no hospital de Toledo. — Requerimento e concessão de privilegio, em relação a seu o invento. — A votação do premio *Deutsche* concedido a Santos Dumont. 341

Pags.

CAPITULO XVII

Papel desempenhado pelo marquez de Pombal, em relação a Portugal e ao Brazil.—Males e beneficios da administração pombalina.—Idéas revolucionarias na America do Norte e na França.—Propaganda democratica no Brazil.—*A Conjuração Mineira*.—Prisão e julgamento dos revolucionarios.—Descripção do martyrio do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o *Tiradentes*.

EM NOTAS

Opinião de Ruy Barbosa sobre a *Companhia de Jesus*.—O injusto supplicio do coronel rio-grandense Thomaz Luiz Osorio, em Lisboa.—Relação dos vice-reis do Brazil.—Biographias dos poetas Ignacio José de Alvarenga Peixoto, Thomaz Antonio Gonzaga e Claudio Manoel da Costa.—Honras obtidas pelo delator coronel Joaquim Silverio dos Reis.—Pedra commemorativa do local em que foi suppliciado Tiradentes, no Rio de Janeiro. . . .

377

CAPITULO XVIII

Queda do marquez de Pombal.—O bloqueio continental promovido por Napoleão contrã a Inglaterra.—Invasão franceza em Portugal.—Vinda de D. João, principe regente, ao Brazil: sua estada na Bahia; dr. José da Silva Lisboa; abertura dos portos a todas as nações.—Installação de D. João e sua comitiva no Rio de Janeiro.—Elevação do Brazil a Reino Unido.—Creação de repartições superiores.—O governo das provincias em 1808.—Declaração de guerra á França.—Conquista da Guyana Franceza.—Victor Hugues.—Desembargador João Severiano Maciel da Costa, depois marquez de Queluz.—D. Carlota Joaquina, aspirante a Rainha do Rio do Prata.—Lord Strangford.—Proclamação da Confederação Argentina.

— Invasão da Banda Oriental pelo general Carlos Frederico Lecór, depois barão da Laguna. — Tomada da Colonia do Sacramento aos hespanhóes. — A Banda Oriental convertida em *Provincia Cisplatina*.

Pags.

EM NOTAS

Reposição da effigie do marquez do Pombal no pedestal da estatua equestre de D. José I. — Apontamentos sobre o naturalista mineiro frei José Marianno da Conceição Velloso. Versos de Bocage *Virtude Laureada* como elogio a este scientista. — Desembarque de D. João na Bahia. — Biographia do visconde de Cayrú, José da Silva Lisboa. — Festas populares a D. João, na Bahia. — Monumento no Passeio Publico da Bahia, commemorativo da visita de D. João. — Apreciação do dr. Mello Moraes sobre a cessão forçada de casas para accomodar a comitiva real no Rio de Janeiro. — Primeiro jornal publicado na imprensa regia. — As primeiras obras publicadas no Brazil. — Instalação da villa de Porto Alegre. — Portugal e Brazil explorados pelos negociantes inglezes

401

CAPITULO XIX

Revolução pernambucana de 1817. — Domingos José Martins. — Desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Governo provisorio revolucionario. — Padre Miguel Joaquim de Almeida (Miguelinho), padre José Martiniano de Alencar, padre José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima (padre *Roma*). — Supplicios do padre *Roma*, padre Miguelinho, Domingos José Martins e José Luiz de Mendonça, na Bahia. — Suicidio do padre João Ribeiro Pessoa. — Supplicios do padre Pedro Tenorio, capitães Domingos Theotonio, José de Barros Lima e tenente Antonio José Henriques, em Pernambuco. — Presos na Parahyba e mar-

Pags.

tyrizados no Recife: coronel Amaro Gomes Coutinho, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, tenente-coronel José Peregrino de Carvalho e o padre Antonio Pereira. — A revolução liberal luzitana, na cidade do Porto, a 24 de Agosto de 1820: sua repercussão no Brazil. — Revolta em Belém do Pará. — O vigario Romualdo Antonio de Seixas. — Revolta na Bahia: tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães. — O conde da Palma. — Attitude do conde de Palmella perante D. João VI. — Revolta no Rio de Janeiro. O advogado Marcelino José Alves Macambôa. — O principe D. Pedro. — Perseguição contra os desembargadores Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa e contra o almirante Rodrigo Pinto Guedes. — Tumulto na Praça do Commercio do Rio de Janeiro. — Governo provisório dirigido pelo principe D. Pedro de Alcantara. — Regresso de D. João VI para Portugal.

EM NOTAS

Revistas brasileiras publicadas em Londres. — Biographia do jornalista Hyppolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, redactor do *Correio Braziliense*. — Opinião do paulista dr. Antonio Carlos de Andrada sobre a revolução pernambucana. — Biographia do lexicographo brasileiro Antonio de Moraes e Silva, auctor do *Diccionario da lingua portugueza*. — Biographia do padre José Martiniano de Alencar. — Homenagem da Bahia ao padre Roma. — O retrato e um soneto de Domingos José Martins. — Rectificação ao nome do presidente da junta provisoria da Bahia na revolta de 1821. — A nova palavra *concião*. — Incendios no theatro *S. João*, Rio de Janeiro. — Frei Sampaio, maçon. — As bases da constituição hespanhola de 1812. — Naturalistas estrangeiros

CAPITULO XX

Consequencias do regresso de D. João VI para Portugal. — Difficuldades do principe D. Pedro. — Provincias obediennes a Portugal. — As juntas governativas provisorias. — Disturbios no Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. — Eleição de deputados ás côrtes de Lisboa. — Instigações partidarias da imprensa. — Gazetas pugnadoras da independencia. — Conflictio entre as idéas liberaes e o partido portuguez.

EM NOTAS

Apontamento sobre o revolucionario republicano Gervasio Pires Ferreira. — Biographia do dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo. — Gazetas partidarias que appareceram no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, nos annos de 1821 e 1822

466

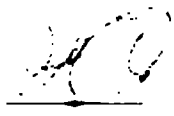
CAPITULO XXI

Incorporação da Banda Oriental ao Brazil, como *Provincia Cisplatina*. — A revolta do brigadeiro luzitano Jorge de Avilez no Rio de Janeiro. — Juramento da constituição portugueza por D. Pedro. — Perseguição contra o conde dos Arcos; passagem d'este titular peia Bahia; sua plena justificação em Lisboa. — Imposição das côrtes portuguezas a D. Pedro para que abandonasse o governo do Brazil. — Attitude das provincias de Minas Geraes, S. Paulo e Rio de Janeiro em favor do principe regente — Representação da junta de governo de S. Paulo, redigida por José Bonifacio e da camara do Rio de Janeiro redigida por frei Sampaio. — Declaração do *Fico*. — Nova revolta do brigadeiro Jorge de Avilez — Preponderancia de José Bonifacio no novo ministerio. — Patrioticos preparativos para a independencia. — Sobre o rio *Sernambitiba* e não *João de Tyba*.

Pags.

EM NOTAS

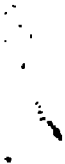
Duração do periodico <i>Idade de Ouro</i> na Bahia. — Decreto das côrtes luzitanas intimando ao Principe D. Pedro seu prompto regresso para Portugal. — Versos em favor da independencia	487
--	-----







1



2

3

4

5

6



7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

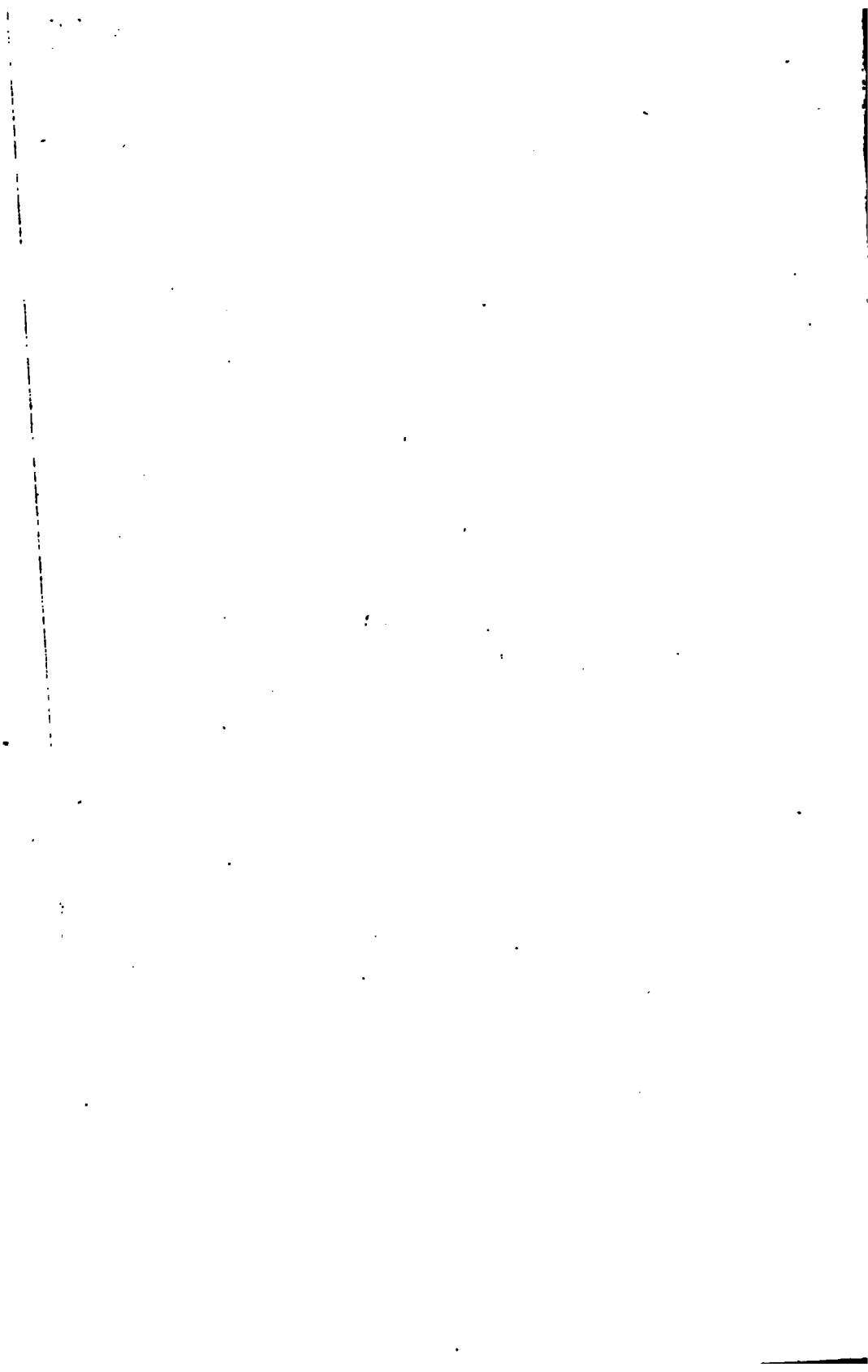
18

19

20

21

22







Stanford University Libraries



3 6105 013 858 985

F
2521
V5
v.1

Stanford University Libraries
Stanford, California

Return this book on or before date due.

--	--	--

